

ÍNDICE

Apresentação	1
1 Política, economia e sociedade.....	7
1.1 Introdução e estado da questão	7
1.2 Borba na Idade Média	8
1.3 Borba na Idade Moderna	12
1.4 O crescimento económico da vila de Borba nos séculos XVII e XVIII	16
1.5 O Vinho como motor de prosperidade económica da vila de Borba	19
1.6 O Movimento iluminista na vila de Borba	22
1.7 A Regeneração e a entrada num segundo ciclo de prosperidade	24
1.8 A Praga de Filoxera e o declínio da cultura do Vinho	26
1.9 Uma nova prosperidade	27
2. Evolução Urbana da vila	28
2.1 Génese	28
2.2 Crescimento dos séculos XV/XVI	30
2.3 A Judiaria de Borba: Problematização da sua localização	33
2.4 Crescimento do século XVII	34
2.5 Crescimento do século XVIII	37
2.6 Crescimento do século XX	41
3. A Igreja Matriz	42
3.1 Fundação	42
3.2 Refundação	44
3.3 A Igreja salão quinhentista	46
3.4 Capelas e Irmandades: o recheio artístico	49
3.4.1 A Capela do Anjo da Guarda	51
3.4.2 A Capela das Almas	52
3.4.3 A Capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso	54
3.4.4 A Capela do Santíssimo Sacramento	55
3.4.5 A Capela mor	61
3.4.6 O Altar da Cruz	62
3.4.7 A Capela de Nossa Senhora do Rosário	63

3.4.8 A Capela da Santa Casa da Misericórdia	66
3.4.9 A Capela de São Pedro	67
3.4.10 A decadência das irmandades	68
4 O Castelo de Borba	69
4.1 Caracterização e problematização	69
4.2 O Castelo de Borba ao longo dos séculos	73
5 A Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba	77
5.1 Fundação e fábrica primitiva	77
5.2 Campanhas artísticas no final do século XVII	78
5.3 Primeira intervenção no Hospital	80
5.4 Campanhas na Igreja: os retábulos de Manuel de Mures	82
5.5 Novas campanhas: a Casa do Despacho e o douramento do altar 1743-1744	85
5.6 A nova tribuna, elemento modernizador da Igreja: 1760	87
5.7 Campanhas de obras: 1770 – 1781	88
6 A Igreja de São Bartolomeu	91
6.1 Apresentação	91
6.2 Fundação	92
6.3 As abóbadas da igreja: ideologia e religião	97
6.4 Campanhas de obras na primeira metade do século XVII	103
6.5 A obra de azulejaria na igreja	105
6.6 Os pórticos da igreja	110
6.7 A remodelação da capela mor	113
6.8 A obra de pintura da abóbada da capela mor	114
6.9 O retábulo da capela mor de Manuel Nunes da Silva	115
6.10 Restantes campanhas: 1730-1750	119
6.11 Novas campanhas de obras 1770 – 1790	131
6.12 A Capela do Santíssimo Sacramento	139
6.13 Terceiro ciclo de riqueza: 1804 – 1820	143
7 O Convento das Servas	147
8 A Igreja do Senhor Jesus dos Aflitos	158
9 A Ermida de São Sebastião	168
10 A Igreja de Santo António	171
11 A Igreja e Colégio de Nossa Senhora da Soledade	174

12 Os Passos processionais do Senhor	177
13 O Recolhimento de Nossa Senhora das Dores e a Fonte das Servas	181
14 A Fonte das Bicas	184
14.1 Envolvimento e importância socio-cultural do monumento	184
14.2 A importância da água na vila de Borba e os antecedentes à Fonte das Bicas	184
14.3 A Construção da monumental da Fonte das Bicas	190
14.4 Análise e interpretação do monumento	196
14.5 A origem estética da Fonte das Bicas e a sua importância na concepção de outros monumentos	202
15 Os Paços do Concelho	206
15.1 Antecedentes históricos	206
15.2 A edificação dos Paços da Praça Nova	208
15.3 Análise do edifício	215
16 Os Palácios de Borba	217
16.1 O Palácio dos Melos	218
16.2 O Palácio dos Morgados Cardosos	219
16.3 O Palácio Silveira Menezes	219
16.4 O Palácio Alvarez	220
16.5 O Palácio Duarte Silva	220
16.6 O Palácio Valadares Castelo Branco	221
16.7 A Quinta do General	222
16.8 Outros imóveis notáveis	222
17 José de Sousa de Carvalho, pintor borbense dos finais do século XVIII	224
18 Conclusão	233
Anexo: Dicionário de artistas borbenses, ou que tenham trabalhado em Borba, para a História da Arte Barroca Alentejana	235
Introdução e justificação do anexo	236
Fontes e Bibliografia	332

APRESENTAÇÃO

O livro que agora se apresenta resulta da investigação que efectuámos entre 2000 e 2003 enquanto historiador da Câmara Municipal de Borba.

Nos primeiros dois anos, esta pesquisa foi efectuada no âmbito do trabalho do Gabinete Técnico Local de Borba (GTL), organismo que tinha por função efectuar o *Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Antiga de Borba*. Este documento, obra monumental com 12 volumes, finalizada em Setembro de 2002, tinha por objectivo estudar, caracterizar e regulamentar todas as intervenções arquitectónicas no centro histórico da vila de Borba.

No âmbito deste trabalho, procedemos a uma intensa pesquisa nos arquivos históricos que ainda permanecem na rica vila de Borba (Câmara Municipal, Paróquias e Santa Casa da Misericórdia). Contudo, porque o raio de acção deste gabinete apenas incidia sobre o centro histórico da vila, não alargámos a nossa pesquisa aos valiosos monumentos que ficavam fora do seu perímetro.

Ficaram assim de fora valiosos testemunhos do passado borbense, tal como a Igreja de Santiago de Rio de Moinhos, a Igreja de Santa Bárbara, o Convento do Bosque, o Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros, a Igreja de Nossa Senhora da Orada, a Igreja de Nossa Senhora da Vitória no Barro Branco as pitorescas aldeias da Alcaraviça e de Sande e as inúmeras ermidas rurais.

No terceiro ano de trabalho optámos por aprofundar a pesquisa do objecto de trabalho que vinha do tempo do GTL e por isso efectuámos uma pesquisa sistemática nos fundos da Biblioteca Pública de Évora e do Arquivo Distrital de Évora. Desta forma, decidimos desenvolver ao máximo o trabalho já iniciado não o alargando para os já citados monumentos que se encontram as freguesias rurais do Concelho de Borba.

Assim este livro surge como uma monografia histórica e artística apenas da vila de Borba, deixando as freguesias rurais por analisar. Optámos assim por aprofundar ao máximo o nosso objecto de estudo que havíamos recebido do GTL de Borba.

Este estudo tem como pilares fundamentais a pesquisa histórica profunda nos arquivos locais. Por todo o país, guardam-se arquivos paroquiais, municipais, familiares e das misericórdias que são fundamentais para o estudo de uma comunidade como Borba. Contudo, observa-se por parte da maioria dos historiadores locais a preferência pela pesquisa na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacionais, deixando no esquecimento os arquivos que na própria localidade a documentam.

Este facto advém de dois factores: primeiro o desconhecimento generalizado desta realidade. Segundo, as más condições em que os arquivos locais se preservam.

Urge portanto criar uma rede administrativa que controle os arquivos locais, através da organização institucional dos arquivos distritais e da obrigatoriedade de cada município possuir um arquivo municipal apetrechado com um corpo técnico activo fundamentado no mérito que de forma rápida e imediata possam agir em situações de emergência.

O primeiro passo já foi dado com a criação do PARAM (Programa de apoio à rede de arquivos municipais). Contudo, o PARAM não é uma imposição às câmaras municipais mas sim um incentivo, ou seja, permite-se que municípios com arquivos importantíssimos os mantenham no esquecimento enquanto que outros, com arquivos menos importantes, têm acesso a incentivos financeiros. O que os distingue é a iniciativa e a sensibilidade das equipas dirigentes.

Por outro lado, as igrejas paroquiais preservam quase sempre arquivos importantíssimos para a História de Arte e para a História local. Tratam-se dos livros de contas das irmandades e das fábricas que documentam as campanhas artísticas. Todo este património não possui qualquer tipo de protecção sendo muitas vezes destruído pela falta de conhecimentos dos párocos e de apoio técnico das entidades competentes. Urge portanto empreender uma colaboração entre Torre do Tombo e Dioceses e entre municípios e paróquias para a protecção deste património.

Finalmente, e concretamente no caso de Borba, todos os seus arquivos locais estiveram em perigo de destruição nesta década. O arquivo da Câmara Municipal teve ordem de destruição e só a acção do GTL (que o resgatou do tractor do lixo) permitiu que hoje exista. Contudo, permanece no sótão da Câmara Municipal a um passo do esquecimento. Aguarda-se a conclusão das obras do Palácio dos Melos para criar o Arquivo Histórico Municipal. O arquivo das Paróquias de Borba estava na Igreja de São Bartolomeu à chuva sobre umas tábuas infestadas de insectos, sendo mais uma vez o GTL que procedeu ao seu salvamento, permanecendo hoje em dia nesta igreja sem qualquer monitorização. O arquivo da Santa Casa da Misericórdia sofreu com infiltrações na década de 90, tendo prejudicado gravemente alguns livros de contas, estando actualmente em bom estado de preservação.

Todos estes arquivos estiveram a um passo da destruição e foram salvos por pessoal não qualificado sem qualquer intervenção ou monitorização por parte do Estado Central ou do Arquivo Distrital. Todos estes arquivos fundamentam em mais de 90% este livro sendo que a sua perda seria (e será) desastrosa para a História de Borba e do Alentejo em geral. O panorama que se observou em Borba, é a regra em todo o país.

Desejamos deixar uma palavra aos meus antigos colegas do GTL de Borba pela sua amizade e camaradagem, a saber, à Susana Bicho, à Inês Fonseca, ao Nuno Cabeças, à Ana Ribeiro, à Tânia Amaral, ao Paulo Correia e à Patrícia Santos.

Agradeço a todas as pessoas e entidades que ajudaram e apoiaram na elaboração, concretização e publicação deste livro.

João Miguel Simões

Borba, Março de 2004

1. POLÍTICA, ECONOMIA E SOCIEDADE

1.1. Introdução e estado da questão

Desde sempre, Borba é conhecida devido à excelente qualidade dos seus vinhos, considerados justamente como dos melhores de Portugal. Contudo, apesar desta imagem de marca e da proximidade com Vila Viçosa e Estremoz, o conhecimento do Passado, da História e do Património da vila de Borba é, ainda, quase nulo.

De facto, do património de Borba pouco mais se conhece que a Fonte das Bicas, classificada como Monumento Nacional, e a Quinta do General, apesar de nunca terem sido feitos estudos muito aprofundados sobre estes monumentos¹. Sobre os Passos Processionais do Senhor, da Igreja de São Bartolomeu, do Castelo, do Convento das Servas e do casco urbano com traçado medieval, pouco ou nada se escreveu, não por falta de documentação ou de informações, mas simplesmente porque nenhum historiador se ocupou do assunto com a atenção e seriedade que merecem.

Existe apenas uma monografia histórica sobre Borba, publicada em 1907 pelo padre António Joaquim Anselmo², e que constitui até hoje a única publicação inteiramente dedicada a este concelho, tendo sido publicada fac-similada pela Câmara Municipal em 1984 e 1997. Todavia, o estudo mais profundo feito sobre o património histórico e artístico do concelho continua a ser as páginas redigidas por Túlio Espanca, em 1978, no *Inventário Artístico de Portugal*³, onde o autor, além de uma observação atenta dos monumentos, pesquisou os fundos documentais inéditos abrindo pistas de investigação para outros historiadores.

Além destes dois autores, muitos outros dedicaram estudos parcelares sobre alguns aspectos do passado e do património de Borba, dos quais se destacam Fernando de Castelo Branco, o padre Joaquim da Rocha Espanca, Ramos de Abreu, entre outros.

Perante este desconhecimento quase total, surgiu a necessidade de se fazer um estudo actual e cientificamente aprofundado sobre o passado desta vila alentejana, que proporcione a Borba o seu devido lugar no meio científico e académico, colocando-a nos roteiros de turismo cultural. Desta forma, espera-se canalizar mais uma fonte de receitas para a vila, sensibilizando e informando, ao mesmo tempo, os borbenses do seu passado, para que as gerações futuras valorizem e salvaguardem o seu património histórico e artístico.

Para a presente caracterização histórica foi essencial a pesquisa nos arquivos da Câmara Municipal de Borba (ACMBRB), da Santa Casa da Misericórdia de Borba (SCMBRB), das

¹ Sobre a Fonte das Bicas foi publicado uma monografia no ano de 2002. Cf. SIMÕES, João Miguel, *A Fonte das Bicas*, 2002.

² Cf. ANSELMO, Padre António Joaquim, *O Concelho de Borba*, 1907.

³ Cf. ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal*, Vol. 9, 1978, pp. 66 a 166.

Paróquias de Borba (PRQBRB), da Sereníssima Casa de Bragança (AHSCB), Arquivo Distrital de Évora (ADE), Biblioteca Pública de Évora (BPE), Arquivo da Direcção Regional dos Monumentos do Sul (ADRMS), Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), Biblioteca da Ajuda (BA) e Torre do Tombo (IAN/TT)⁴.

1.2. Borba na Idade Média

O conhecimento do passado de Borba, das suas origens e da sua história, não é apenas uma preocupação do nosso tempo. Já anteriormente as pessoas se questionavam sobre o seu passado não conseguindo encontrar respostas. Certos autores afirmaram que Borba teria sido fundada pelos celtas em 974 antes de Jesus Cristo ou em 668 pelos visigodos, afirmações que hoje sabemos não terem qualquer fundamento⁵.

A origem do nome “Borba” constituiu desde a Idade Média um mistério para os seus habitantes, tendo sido inventada a lenda em torno da sua fundação. Segundo esta tradição, o topónimo da vila tinha a sua origem no facto dos seus fundadores terem encontrado num lago um enorme barbo. Esta lenda já existia em 1302 pois o referido peixe aparece na lápide da fundação do castelo como representação das armas do concelho.

As informações documentais que auxiliam a reconstituição dos primórdios de Borba são escassas. Segundo Rodrigo Mendes Silva⁶, Borba foi conquistada aos mouros, em 1217, por D. Afonso II, o que evidencia uma presença militar muçulmana. Este facto coaduna-se com a hipótese do topónimo “Borba” descender da palavra árabe *burj*, que significa “torre”, e que também originou a “torre barbacã” no vocabulário medieval português.

Este aquartelamento militar muçulmano ficaria fora do actual centro histórico da vila, devendo situar-se num topo de um outeiro, restando ainda as suas ruínas no século XVIII: *A primeyra povoação, ou a antiga povoação de Borba, ficava em outro sitio, pouco distante do lugar, em que hoje a vemos, porque começava em hum lugar alto, aonde ainda hoje se vêem vestígios & alicerces de casas & de edificios grandes, pedras bem lavradas, sepulturas & alicerces de torres*⁷.

⁴ Ao longo deste trabalho optámos por transcrever em nota de rodapé apenas as referências documentais que se encontram em arquivos de acesso restrito, como sejam, os arquivos da Câmara Municipal de Borba, da Santa Casa da Misericórdia e das Paróquias. Os documentos que se encontrem nos arquivos abertos ao público, ainda que inéditos e de grande importância, não foram transcritos.

⁵ Estas datas são referidas pelo padre António Joaquim Anselmo que se baseou em crónicas setecentistas não citadas. Este autor teve a consciência que estas datas não possuem qualquer consistência historiográfica. Cf. ANSELMO, Padre António Joaquim, *Op. Cit.*, p. 9.

⁶ Cf. SYLVA, Rodrigo Mendes, *Poblacion General de Espanha: sus trofeos, blasones y conquistas heroycas*, p. 135 cit. COSTA, A. Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, Vol. 2, 1708, p. 513.

⁷ SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Santuário Mariano*, tomo IV, 1718, p. 161.

Após a sua conquista, a vila de Borba foi entregue à Ordem Militar de São Bento de Avis. Esta doação foi feita em recompensa pela participação do Grão Mestre, Fernão Anes, na conquista de toda esta região alentejana, nomeadamente de Veiros, Monforte e Vila Viçosa. Contudo, a ocupação da vila (subentenda-se a sua integração na malha administrativa do reino cristão de Portugal) apenas se verificou em 1223 com a conquista de Elvas e Juromenha, assegurando desta forma a pacificação do território⁸.

Borba foi assim “refundada” no século XIII, tendo-se abandonado a posição militar. A população optou por se instalar num declive aprazível rodeado de elevações próximas, característica topográfica comum a várias vilas alentejanas fundadas após a Reconquista⁹. As abundantes linhas de águas e as importantes vias de comunicação também foram fundamentais na escolha da sua nova localização.

Em 28 de Abril de 1260, D. Afonso III entregou a D. Martinho Fernandes, Grão Mestre da Ordem de Avis, o padroado das igrejas de Borba em recompensa pela sua participação na conquista definitiva do Algarve.

Este direito, que foi amplamente contestado pelo Bispo de Évora, concedia à Ordem de Avis grande poder económico e político, uma vez que esta passava a deter o direito de nomear os párocos e receber todas as receitas eclesiásticas, controlando assim a população do ponto de vista religioso, económico, social e cultural.

Se do ponto de vista eclesiástico, Borba dependia da Ordem de Avis, a nível político, a vila estava sujeita a Estremoz, tornando-se num concelho independente apenas em 1302. Neste ano, D. Dinis concedeu em Santarém a Carta de Foral da vila de Borba, datada de 15 de Junho¹⁰. Neste documento, demarcam-se os limites geográficos do concelho que não incluía as freguesias de Rio de Moinhos e Orada, herdando Borba todas as cláusulas administrativas de Estremoz e as suas fronteiras com Vila Viçosa.

Treze anos depois de ter dado a Carta de Foral, D. Dinis concedeu a Borba a Carta de Feira, emitida em Lisboa a 28 de Setembro de 1315¹¹. Este documento dava o direito à vila de possuir uma feira franca entre os dias 1 e 15 de Setembro, sendo que o dia mais importante era 8 de Setembro, dia de Santa Maria. Durante este período, ninguém podia ser preso em Borba por dívidas contraídas noutros concelhos, o que dinamizava o comércio, os empréstimos e, em geral, a economia.

⁸ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, t. I, p. 67.

⁹ Cf. ABEL, António Borges, *Vilas de Fundação Medieval no Alentejo – contributos para o estudo da morfologia urbana*, p. 166.

¹⁰ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fl. 20.

¹¹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fl. 97.

Este documento era de extrema importância na época medieval pois permitia a troca de produtos entre os comerciantes dos vários concelhos, com isenção de taxas alfandegárias e de direitos régios. Desta forma, impulsionava-se a troca comercial entre os vários concelhos através da utilização do dinheiro metálico, em vez da rudimentar troca directa de produtos.

Com a dinamização do comércio, fenómeno que se verifica em toda a Europa no século XIV, surge uma nova classe social: a burguesia, saída directamente do povo, mas vocacionada para o comércio de produtos e transação de capitais¹².

A feira de Borba assumia especial importância se observarmos que a vila estava localizada num cruzamento de estradas que se dirigiam a localidades como Rio de Moinhos, Vila Viçosa, Estremoz, Alandroal, Bencatel, Redondo, Elvas, etc. afluindo à vila inúmeros comerciantes com produtos de várias regiões. Esta afluência de capital originou a riqueza da vila e muito provavelmente esteve na base do crescimento de Borba para fora do perímetro amuralhado.

Tanto a Carta de Foral de 1302 como a Carta de Feira de 1315 tiveram como objectivo atrair população à região, num esforço concertado que se verifica desde o reinado anterior, para povoar o território recém conquistado¹³.

De facto, entre os séculos XIV e XV, Borba aumentou significativamente o seu tamanho, resultado de se ter tornado num centro urbano de relativa importância económica na região.

O crescimento da vila nos séculos XIV e XV, proporcionado pela Feira e pelo comércio de capitais e produtos, irá atrair uma comunidade de judeus. Estes instalavam-se nos centros urbanos, vivendo do câmbio, do empréstimo a juros e dos ofícios (sapateiros, ferreiros, correeiros, oleiros), distinguindo-se assim da maioria da população que se dedicava à agricultura.

Sobre a comunidade judaica de Borba pouco ou nada se sabe para além de que existiu. Sabemos que existia uma Judiaria bem definida e uma Sinagoga. Estas são referidas no século XV, nas confiscações que D. Afonso V fez aos judeus para pagar as suas dívidas e na doação, datada de 3 de Fevereiro de 1482, feita a Gomes de Figueiredo dos direitos reais da Judiaria¹⁴.

Do ponto de vista político e institucional, Borba estava dividida sob várias jurisdições. O poder eclesiástico era detido pela Ordem Militar de São Bento de Avis, e não pela Diocese de Évora, e o poder temporal pertencia ao rei.

¹² Cf. RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas: subsídios para o seu estudo*, 1982.

¹³ ABEL, António Borges, *Vilas de Fundação Medieval no Alentejo – contributos para o estudo da morfologia urbana*, dissertação de Mestrado de Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, apresentada à Universidade de Évora, 1995, p. 165.

¹⁴ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, Livro 6, fl. 10v.

Contudo, a 5 de Junho de 1379, reuniram-se em Borba, dentro do Castelo, junto à Porta de Elvas (actual Porta do Celeiro) o mestre de Avis, D João (futuro rei de Portugal); frei Vasco Porcalho, comendador da Ordem de Avis; João Vicente e Lourenço da Paz Azeitado, juizes da vila; Joane Eanes, Afonso Março e João Vasques, vereadores da Câmara; João Rodrigues, procurador do Concelho e Gonçalo Martins, representante do rei D. Fernando. Todos eles concordaram em trocar a vila de Borba pela de Benavente, ou seja, os frades da Ordem de Avis entregavam ao rei o poder temporal sobre Benavente e este entregava aos frades a vila de Borba. Desta forma, a Ordem de Avis detinha a totalidade dos poderes da vila¹⁵.

Esta acumulação de poderes durou pouco tempo. Em 20 de Agosto de 1385, o rei D. João I doou a vila de Borba, juntamente com inúmeras outras localidades alentejanas, a D. Nuno Álvares Pereira, em recompensa pelos serviços prestados na defesa do reino durante a crise de 1383/5. Incluída neste vasto património, a vila de Borba esteve na génese da futura Casa de Bragança.

No ano seguinte, D. João I concedeu aos moradores de Borba o privilégio de poderem usar e transportar armas por todo o reino. Este privilégio resultou das necessidade de defesa que Portugal tinha perante as ofensivas castelhanas. Este direito foi sucessivamente confirmado por D. Duarte, D. João II e D. Manuel I¹⁶.

De facto, a guerra esteve sempre presente em Borba nos últimos anos do século XIV. D. Fernando, seguro da prosperidade económica que o país gozava, levou Portugal para diversas guerras contra Castela. Sendo Borba uma localidade de fronteira, sofreu as consequências desta sua proximidade. Fernão Lopes narra alguns aspectos dos sucessos ocorridos em Borba, informações compiladas pelo padre António Joaquim Anselmo¹⁷.

Segundo o cronista, Borba recebeu, em 1381, um contingente de tropas inglesas, sob o mando do duque de Lencaster, pretendente à Coroa de Castela. Estes não eram mais do que um bando de salteadores que deixou má memória aos habitantes da vila.

Em 1383, a guerra entre Portugal e Castela terminou com a assinatura do tratado de paz pela rainha D. Leonor Teles em representação do rei D. Fernando. Ao regresso para Lisboa, a rainha passou por Borba onde pernitoiu.

Esta informação de Fernão Lopes revela-nos o papel de Borba como hospedaria na estrada entre Badajoz e Lisboa, uma das principais vias medievais do país.

¹⁵ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 1 de Mestrados, fls. 204v a 208.

¹⁶ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 5 de Odiana, fl. 231.

¹⁷ Cf. ANSELMO, Pe. António Joaquim, *Op. Cit.*, pp. 76 a 80.

Com a morte do rei D. Fernando, em 1383, Portugal mergulhou numa crise dinástica, já que, a rainha por direito, Dona Beatriz, filha única de D. Fernando, estava casada com D. João I rei de Castela. Grande parte dos portugueses não desejava esta união entre as duas coroas e houve uma revolta encabeçada pelo mestre da Ordem de Avis, D. João, futuro rei de Portugal. Borba e Alandroal faziam parte das vilas portuguesas que abraçaram o partido do Mestre de Avis. Em contrapartida, os governadores dos castelos de Vila Viçosa e Olivença eram partidários de Dona Beatriz. A proximidade entre Borba e Vila Viçosa deixava antever o conflito armado que, de facto, veio a verificar-se no ano de 1384.

1.3. Borba na Idade Moderna

Se para os tempos medievais a escassez de documentos é frequente, para os séculos XVI e XVII esta é totalmente anómala. No caso de Borba, a ausência de documentação para este período deve-se à delapidação dos arquivos, que se verificou em 1662 com a destruição dos Paços do Concelho e do seu arquivo. Por esta razão, as informações anteriores a esta data continuam a ser muito escassas.

Borba permanecia partilhada por vários poderes, ou seja, pela Ordem de Avis e pelos descendentes de D. Nuno Álvares Pereira, a futura Casa de Bragança. Contudo, no reinado de D. João II, o duque de Viseu viu-se envolvido numa conspiração que visava assassinar o monarca. Tendo esta sido descoberta por denúncia de Vasco Coutinho, os bens do duque, onde se incluía Borba, foram incorporados na Coroa e redistribuídos. A Vasco Coutinho coube-lhe o título de “Conde de Borba”, por carta régia de 16 de Março de 1486¹⁸. Apesar do título, a presença de D. Vasco Coutinho em Borba pouco ou nada se fez sentir, já que era o governador da praça de Arzila, tendo-se notabilizado pelas conquistas no Norte de África.

Esta doação foi efémera, porque D. Manuel devolveu os bens à Casa de Bragança, e D. Vasco Coutinho passou a ser o primeiro conde de Redondo por carta régia de 2 de Junho de 1500. Borba regressou ao património da Casa de Bragança¹⁹, donde não mais saiu, até às reformas institucionais de Mouzinho da Silveira, em 1834.

Em 1512, D. Manuel concedeu a Borba um novo foral²⁰ decalcado do foral de Évora (1502) com um claro objectivo de uniformizar os deveres e direitos de todos os municípios alentejanos face à Coroa.

¹⁸ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, Livro 1, fl. 59.

¹⁹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, Livro 38, fl. 97v.

²⁰ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Forais Novos, Tejo e Odiana*, fls. 21v a 22v.

Do ponto de vista demográfico, o Padre Anselmo divulgou alguns dados. Em 1422, o concelho de Borba possuía cerca de 4.200 habitantes²¹. Em 1527, procedeu-se a um recenseamento geral da população e Borba possuía apenas metade desta população²². O padre Anselmo aponta algumas razões para este declínio, referindo a decadência geral do país no século XVI e XVII. Contudo, esta tese catastrofista que vê no século XVII um período de decadência é típica da historiografia oitocentista e já está amplamente afastada.

De facto, pela análise do crescimento urbano conclui-se que a vila de Borba deverá ter mantido ou mesmo aumentado a sua população no decorrer dos séculos XVI e XVII. Apesar desta constatação, a emigração para o Ultramar neste período é um factor a tomar em conta. O fascínio, as aventuras e as promessas de riqueza fácil que o Oriente emanava, levou a que muitos borbenses embarcassem para o “mundo português”.

Dos borbenses emigrados no tempo das Descobertas destacam-se o Mestre Diogo de Borba, fundador, em 1541, do Colégio de Santa Fé de Goa, na Índia Portuguesa; Fernão Penteado, valoroso soldado no Cerco de Diu de 1538 e o Beato Bento Fernandes, martirizado no Japão em 1633²³. Importa também deixar a notícia de um borbense até agora desconhecido, mas de grande importância na história europeia. Trata-se de Simão Antunes que emigrou para a Flandres (actual território da Bélgica e da Holanda) onde se casou com uma baronesa local. Este casamento colocou-o no meio aristocrático flamengo tendo-lhe sido atribuído o título de barão. Em 1605, foi nomeado mestre de campo do exército do Arquiduque Alberto, sobrinho de Filipe II, antigo vice-rei de Portugal, e na época vice-rei da Flandres que permanecia sob domínio espanhol²⁴.

No século XVII, encontramos referências importantes a Borba na História de Portugal. Em 1640, a Dinastia Habsburgo é deposta por um golpe de estado ocorrido em Lisboa. Foi escolhido para rei o Duque D. João II de Bragança, sob o nome de D. João IV rei de Portugal. A Casa de Bragança já se havia declarado como pretendente ao trono na Crise de 1578/80, tendo sido preterida pelos Filipes.

A nova dinastia iniciou uma guerra pela independência com o poderoso e bem equipado exército espanhol, um dos mais poderosos da época. Este estava no entanto envolvido em diversos conflitos, nomeadamente nos Países Baixos e na Catalunha, província que também lutava pela independência.

²¹ Cf. ANSELMO, Pe. António Joaquim, *Op. Cit.*, p. 80.

²² Cf. *Idem*, *Op. Cit.*, p. 83.

²³ Cf. ANSELMO, Padre António Joaquim, *Op. Cit.*, pp. 106 a 108.

²⁴ Cf. GALVÃO, Francisco, *Portugueses Insignes, Confrarias e Capelas no Arcebispado de Évora*, BNL, Secção de Reservados, Mss. 29, n.º 47/13, fl. 56v. Documento descoberto pela Dr.ª Patrícia Monteiro.

Por esta razão, Espanha não deu a devida atenção à insurreição portuguesa. Só na década de 60 se inicia uma ofensiva intensa, coordenada e eficaz para destituir a dinastia bragançina e recuperar a coroa de Portugal. Um dos objectivos militares era conquistar Vila Viçosa e destruir o Palácio do Duque de Bragança com óbvias repercussões ideológicas na nova dinastia. A proximidade de Borba à vila ducal, a sua localização no cruzamento entre a estrada que ia de Espanha a Lisboa e a estrada para Vila Viçosa, colocou a vila numa posição apetecível sob o ponto de vista militar, mas indesejável em tempos de guerra. As defesas de Borba resumiam-se ao velho castelo dionisino sem hipótese real de defesa perante a artilharia espanhola. Como observámos, a vila sediou-se num vale apazível com abundantes linhas de águas e importantes vias de comunicação, mas sem qualquer capacidade de defesa. Esta incapacidade foi, desde cedo, percebida pelos chefes militares portugueses, que nunca investiram numa campanha de reforma do castelo, à semelhança de outras localidades próximas, como Estremoz. De facto, o conde da Ericeira refere nas suas memórias esta grande falha de Borba: *Os castelhanos, seguindo a marcha, chegaram a Borba. Facilmente entraram na vila, por não ter defesa*²⁵.

Esteve projectado um sistema defensivo abaluartado projectado pelo engenheiro militar francês Nicolau de Langues. O contrato para a sua construção foi celebrado a 25 de Agosto de 1651 entre o mestre de alvenaria António Rodrigues e o vedor geral de artilharia da província do Alentejo António de Freitas²⁶.

Esta fortificação da vila terá sido iniciada mas ficou-se por um sistema defensivo de paliçadas, trincheiras e outros equipamentos efémeros, dos quais apenas resta o pequeno fortim no alto da Rua das Covas. A verdadeira função desta estrutura (R. Silveira Menezes, n.º 92) ofereceu-nos, de início, algumas dúvidas, devido à precariedade da conservação do imóvel. Contudo, uma informação documental inédita de 1693 comprova esta função militar, ao referir as casas onde vivia José Gomes *na Rua das Covas e são as últimas pegadas ao Forte*²⁷. Túlio Espanca afirmou que esta estrutura chegou a ter duas guaritas, destruídas depois de 1930²⁸.

De igual forma julgamos que existia outro baluarte sob a Igreja Matriz do Soveral, o que nos é dado a entender por fotografias antigas existentes no Arquivo da Direcção Regional dos

²⁵ ERICEIRA, Conde da, *História do Portugal Restaurado*, vol. III, p. 406.

²⁶ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Vila Viçosa*, Livro 118, fl. 148. Documento descoberto pela Dr.ª Patrícia Monteiro.

²⁷ PRQBRB, caixa 11, fragmento do *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba*, 1693 – 1696, fl. 3v.

²⁸ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 121.

Monumentos do Sul²⁹. Est terá sido adulterado com a construção do muro que hoje se observa no local.

Durante a Guerra da Restauração, Borba foi assediada duas vezes pelo exército castelhano. A primeira foi em 1662 sob a chefia de D. João de Áustria. A vila defendeu-se heroicamente sob a chefia do capitão-mor, D. Rodrigo da Cunha Ferreira³⁰. Contudo, a defesa de nada valeu pois o referido alcaide e os seus soldados foram enforcados após a rendição. Este tratamento brutal justifica-se porque os portugueses foram considerados não como soldados de um exército inimigo, mas como traidores ao rei legítimo e ao seu exército. Os Paços do Concelho foram incendiados, o relógio da torre destruído e assim se perdeu a documentação do concelho anterior a este período.

Chegou até nós, num alvará régio, uma descrição da destruição sofrida pela vila: *avendo respeito ao que os ofesiais da Câmara e mais moradores da villa de Borba me enviarão a reprezenttar aserca do esttado em que se achavão deduzidos a grande mizéria e pobreza por cauza das hostilidades e contínuos roubos que padesião e tinhão expremettado do enemigo que com seu exérsitto emtrou áquella villa no mês de Maio de seiscenttos e sesentta e dous queimando e destruindo tudo o que pesuião por espaso de três dias que nella esttevera alojado sem aver pesoa a que ficase huma cama nem remédio pera seu sustentto ficando no mesmo esttado os lugares do termo ali as novidades que esttavão pendenttes como as erdades, orttas e vinhas com as quais perdas e ruinas esttavão emposebillittados pera pagarem as désimas que devião (...)*³¹.

A participação da população na defesa da sua vila é visível com a referência de um borbense que ficou alcunhado de “o mata castelhanos”³². D. Rodrigo da Cunha Ferreira foi sucedido por Manuel Carvalho de Lucena que também morreu pouco depois. No dia 2 de Abril de 1664, o Marquês de Marialva nomeia, para capitão-mor da vila, Francisco Ferreira da Cunha, *filho do cappitam mor que era della Rodrigo da Cunha Ferreira a quem o enemigo mandou mattar*³³.

Perante a destruição do ataque, a Câmara Municipal aceita, pela vereação celebrada no dia 6 de Setembro de 1664, o imposto do “real de água” proposto pelo Marquês de Marialva para se proceder à fortificação da vila. Todavia, a Câmara adverte que, devido à grande destruição que

²⁹ Cf. ADRMS, Processo fotográfico da Fonte das Bicas.

³⁰ Cf. ERICEIRA, Conde da, *Op. Cit.*, pp. 406 e 407.

³¹ ACMBRB, *Livro de Registo de Actas de 1664*, vereação de 24 de Dezembro de 1664, fl. 42v.

³² Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1724 a 1725*, fl. 43.

³³ ACMBRB, *Livro de Registo de Actas de 1664*, vereação de 2 de Abril de 1664, fl. 15v.

a vila sofreu, não pagará mais do que for necessário para a edificação da nova fortaleza³⁴. Pouco depois, o governo do rei D. Afonso VI, consciente das dificuldades da população provocadas pela destruição da vila, isenta Borba de pagar o referido imposto do “real de água”³⁵.

Devido ao grande trauma da guerra, da invasão, da ocupação e da destruição que a vila sofreu, não houve qualquer resistência durante a segunda ocupação, no ano de 1665, liderada pelo marquês de Caracena. Este militar ocupou Borba como trampolim para avançar sobre Vila Viçosa tendo cercado esta vila. De Estremoz foram reforços portugueses para ajudar à defesa de Vila Viçosa. Esta coluna era chefiada pelo próprio Marquês de Marialva que decidiu acampar no local conhecido por Montes Claros, na estrada que liga Estremoz a Vila Viçosa. O Marquês de Caracena decidiu ir ao encontro desta coluna para impedi-la de prejudicar a conquista de Vila Viçosa. A batalha deu-se no dia 17 de Junho de 1665 e durou sete a oito horas. Do lado castelhano morreram 4.000 soldados e 6.000 ficaram prisioneiros. Do lado português morreram 700 homens³⁶.

Portugal conseguiu uma grande vitória, de tal forma improvável sob ponto de vista militar, que se considerou um milagre divino. A vitória de Montes Claros foi decisiva no plano militar pois mostrou a Espanha que a reconquista de Portugal não seria apenas acabar com uma insurreição, mas conquistar um país por inteiro. Portugal tinha, entretanto, organizado-se e adquirido apoios externos, nomeadamente na França e na Inglaterra. A paz foi assinada em 1668 por mútuo acordo pois o prolongar da guerra seria nefasto para ambos os países. De facto, a Espanha entrou numa crise profunda com a debilidade de Carlos II Habsburgo, incapaz de enfrentar os problemas que afligiam o país vizinho.

Nesta batalha, destacou-se também na chefia da cavalaria o borbense de estirpe nobre, D. Dinis de Melo e Castro, futuro conde das Galveias. Durante a Guerra da Restauração participou também nas batalhas de Montijo, Linhas de Elvas e Ameixial.

1.4. O crescimento económico da vila de Borba nos séculos XVII e XVIII

A assinatura da paz com Espanha e a deposição do fraco rei D. Afonso VI pelo irmão, D. Pedro, trouxe a todo o país um sentimento de optimismo e uma vontade de reconstrução nacional. O fim das hostilidades, que destruíram as colheitas, e a libertação dos homens do

³⁴ Cf. Idem, verificação de 6 de Setembro de 1664, fls. 31v a 32.

³⁵ Cf. Idem, fl. 42v.

³⁶ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. V, p. 56.

esforço de guerra, que se concentraram nos trabalhos agrícolas, trouxe aos campos uma relativa prosperidade.

Do ponto de vista económico, Borba irá sofrer uma profunda transformação nos finais do século XVII e inícios do XVIII. Graças aos livros de receita e despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba, é possível observar uma profunda evolução nas rendas desta instituição³⁷. A Santa Casa possuía no concelho e arredores diversas propriedades agrícolas que lhe conferiram o grosso das suas receitas. Estas propriedades eram provenientes de doações testamentárias. Assim, a Santa Casa não possuía uma receita fixa anual, estando dependente, tal como a maioria dos agricultores da região, dos bons anos agrícolas.

De igual modo, parte das suas rendas provinham de ofertas da população. Assim, se a vila estivesse num período economicamente mais favorável, a Misericórdia recebia maiores donativos. Se por outro lado, houvesse crise económica, havia maior contenção nas ofertas à instituição. A curva que se obtém é, portanto, o reflexo da conjuntura económica da vila.

Ao efectuarmos a referida análise, constatamos que nos finais do século XVII irá decorrer um aumento significativo das receitas da Misericórdia. Se, até 1692, a receita desta instituição se situava por volta dos 500.000 réis anuais, a partir desta data irá haver um aumento significativo que se manterá durante todo o século XVIII: Em 1693, a receita atinge quase 950.000 réis anuais e, a partir de 1694, ultrapassa sempre o 1.000.000 réis. Em 1700, atinge-se um alto com quase 2.000.000 réis.

Ao longo do século XVIII, as receitas quase nunca desceram dos 1.500.000 réis anuais, registam dois picos: 2.200.000 em 1724 e 1725 e 2.000.000 em 1736.

Em meados do século XVIII (1743 - 1758), a receita volta a subir situando-se sempre em valores que rondam os 2.000.000 réis (havendo dois picos, um em 1746 com quase 3.000.000 réis e outro em 1750 com quase 2.500.000 réis).

Entre 1767 e 1774 decorrem subidas e descidas abruptas havendo em 1785 um pico que atingiu os 2.900.000 réis. As receitas mantiveram-se muito altas ao longo do final do século XVIII com valores que rondam os 2.000.000 réis anuais, atingindo-se novo pico, em 1797, com 2.800.000 réis.

Se considerarmos esta evolução como um reflexo do que ocorreu na vila nos finais do século XVII e no século XVIII somos levados a concluir que esta centúria foi uma época de grande prosperidade económica. Este facto comprova-se pelos edifícios nobres do centro

³⁷ Felizmente, chegaram até nós, quase intactos, os livros de receita e despesa desta instituição que documentam, quase sem interrupção, o período entre 1578 a 1800. Para a presente caracterização apenas analisámos os livros referentes a 1680 até 1800 dado a documentarem a quase totalidade das obras de arte existentes na Igreja e Hospital da Misericórdia.

histórico da vila de Borba, datando a sua maioria deste período, como é o caso do Palácio dos Melos, Duarte Silva, Morgados Cardosos, etc.

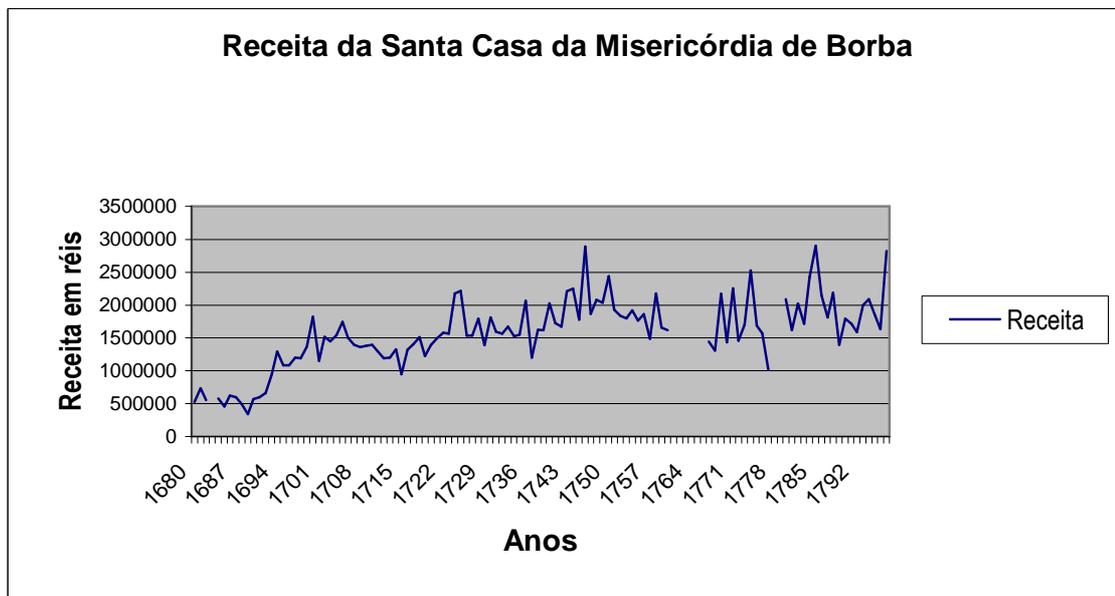


Gráfico n.º 1 – Receita da Santa Casa da Misericórdia de Borba entre os anos de 1680 e 1800

Se analisarmos os três grandes picos de receitas da Misericórdia (1750, 1784 - 1786 e 1797) constatamos que coincidem, como iremos observar mais atentamente ao logo deste estudo, com a edificação dos três principais monumentos de Borba: os Passos do Senhor (1750-1755), a Fonte das Bicas (1781 – 1785) e os Paços do Concelho (1789 – 1797).

De igual modo, situam-se nestes intervalos de tempo a construção da maioria dos edifícios nobres de Borba, tal como a construção do Recolhimento de Nossa Senhora das Dores (1778), campanha decorativas na Igreja de São Bartolomeu (1770-1788), campanhas de obras na Igreja e Hospital da Misericórdia (1770-1781), Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz (1786 – 1798), construção do Palácio dos Morgados Cardosos (1783), renovação da Igreja de Santo António (1789), construção da Capela do Senhor dos Passos no Convento das Servas (1795), etc.

É portanto indissociável a relação existente entre as receitas da Santa Casa da Misericórdia e a verdadeira situação económica da vila de Borba, que irá viver uma época de grande prosperidade na segunda metade do século XVIII. Sintomas deste crescimento económico são as visitas da rainha D. Maria I à vila em 1777 e em 1785, bem como o aparecimento de uma elite culta e voltada para os novos ideais iluministas, que será determinante para a actual fisionomia da vila.

1.5. O vinho como motor da prosperidade económica da vila de Borba

Após a constatação da existência deste crescimento económico, que será o responsável pela edificação dos mais importantes imóveis do concelho, resta encontrar a sua explicação. No nosso entender, este fenómeno reside essencialmente na produção do vinho. Só assim se explica a existência de valores tão díspares nas receitas da Misericórdia entre anos consecutivos. Se recordarmos o gráfico das receitas da Santa Casa, observamos que a linha obtida não é constante, mas sim cheia de altos, logo seguidos por quedas acentuadas. Este fenómeno só é explicável pela dependência total de uma economia numa só cultura que, no caso de Borba, seria o vinho.

A cultura do vinho não depende exclusivamente dos solos ou do meio ambiente. Depende também de fenómenos totalmente imprevisíveis como, por exemplo, a exposição às manchas solares, que alteram o magnetismo da Terra. Desta forma, se explica como um mesmo vinho, produzido na mesma região, proveniente das mesmas cepas, tenha grande alteração de sabor e aroma de ano para ano.

Apesar da produção de vinho não possibilitar a previsão dos lucros, a sua cultura compensava sobre qualquer outro meio de produção, como os cereais. Se antes de 1693, as receitas da Santa Casa nunca ultrapassavam os 700.000 réis, a partir desta data nunca mais baixaram do conto de réis (excepção para 1715).

A produção do vinho estará portanto na base deste crescimento, subsistindo até hoje, com a maior justiça, a fama dos vinhos de Borba.

Torna-se portanto necessário perceber desde quando o vinho de Borba se valorizou em relação aos outros vinhos alentejanos e nacionais. O vinho terá sido produzido na região de Borba, provavelmente, desde a época romana (apesar de não existirem, até ao momento, evidências arqueológicas seguras). Só na Idade Média temos a certeza que o vinho já era produzido em Borba, havendo referência, em 1345, à existência de uma adega junto a uma porta do castelo³⁸. Francisco Morais Sardinha refere, em 1618, a existência em Borba de vinhas e olivais³⁹. Contudo, ambas estas referências apenas noticiam a existência de vinho em Borba, tal como acontecia no resto do país. A cultura do vinho era apenas complementar à produção de azeite, cereal, fruta, hortaliças, etc. Não havia uma valorização do vinho de Borba em relação aos restantes vinhos do país, e por consequência, não havia uma monocultura deste produto na região.

³⁸ Cf. Documento citado por REIS, Sebastião Martins dos, *Boletim da Junta Distrital de Évora*, N.º 6, 1965, p. 63.

³⁹ Cf. SARDINHA, Francisco Morais, *Do Famoso e Antiquíssimo Parnaso*, BNL, Secção de Reservados, Códice 107, fl. 53v.

De facto, Duarte Nunes de Leão enumera, em 1599, as localidades do país notáveis pelo seu vinho entre as quais Borba não se incluía⁴⁰. Por outro lado, através da documentação, percebemos que o produto mais apreciado e que notabilizava Borba no país, no século XVII, não era o vinho, mas sim os queijos. Por exemplo, a Santa Casa da Misericórdia de Borba, quando queria oferecer um presente ao seu agente em Lisboa, pelos serviços prestados, mandava-lhe não vinho, mas queijos⁴¹. A fama dos queijos de Borba manteve-se ao longo do século XVIII, já que, em 1724, o próprio Marquês de Pombal, ainda jovem e sem títulos, recebeu, em Coimbra, de um seu amigo borbense, Francisco Leonardo, duas dúzias de queijos de Borba⁴².

A primeira vez em que há registo de uma sobreposição da cultura do vinho em relação a outras culturas data de finais do século XVII na obra do Padre Carvalho da Costa em que se refere que Borba era abundante em vinho⁴³. Contudo, ainda não existe uma valorização do vinho borbense, apesar de já se verificar uma super produção. Esta valorização aparece pouco depois, em 1718, no Santuário Mariano: *He esta villa abundantíssima de todas as cousas necessárias à vida humana [...] & no que hé mais abundante, hé nos vinhos, que os tem excellentes*⁴⁴.

Todavia, ainda não há um fenómeno de monocultura pois a mesma crónica refere a produção de outros géneros alimentícios. A monocultura apenas está documentada em 1765, quando a população não tinha trigo suficiente para se alimentar, solicitando ao monarca a mercê de poder importar trigo de outros concelhos, sintoma de desafogo económico⁴⁵.

Os produtores vitivinícolas associaram-se e constituíram uma frente de interesses que contava com o apoio da Câmara Municipal. Quando a Câmara de Estremoz, em 1756, pretendeu proibir a entrada do vinho de Borba no seu concelho, para proteger os seus produtores, a Câmara de Borba em conjunto com os produtores, nomearam o advogado lisboeta, Doutor Bernardo Nunes Nogar para se opor no Desembargo do Paço a esta medida⁴⁶.

Imagine-se pois o terror que provocou na vila de Borba a decisão do Estado em arrancar as vinhas para se produzir trigo. Esta medida do Conde de Oeiras visava equilibrar a balança comercial de Portugal, bastante deficitária, pois importavam-se grandes quantidades de trigo.

⁴⁰ Cf. LEÃO, Duarte Nunes de, *Descrição do Reino de Portugal*.

⁴¹ Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1681 para 1682*, fl. 86.

⁴² Cf. BNL, *Colecção Pombalina*, Códice 737, fl. 337, *Carta de Francisco Leonardo a Sebastião José de Carvalho e Melo*, Borba, 28 de Maio de 1724, cit. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Marquês de Pombal, o homem, o diplomata e o estadista*, p. 19.

⁴³ Cf. COSTA, Padre Carvalho da, *Op. Cit.*, p. 515.

⁴⁴ SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Op. Cit.*, p. 162.

⁴⁵ Cf. IAN/TT, *Desembargo do Paço*, Alentejo, maço 136, N.º 116.

⁴⁶ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 166, fls. 36 a 37.

Por outro lado, o vinho produzido, à excepção do vinho do Porto, destinava-se apenas ao consumo interno.

Em resposta, no dia 12 de Março de 1766, a população reuniu-se e solicitou ao monarca que reconsiderasse a sua decisão⁴⁷, pois o vinho de Borba era exportado para *mais de vinte e tantas terras circunvezinhas*. Alegavam os borbenses que o seu comércio vinícola contribuía em muito para os cofres do Estado através do pagamento de impostos e que os solos eram pobres só dando para o cultivo do vinho. Este último argumento não corresponderia inteiramente à verdade, pois Borba possui solos de boa qualidade. Contudo, a produção de vinho era muito mais rentável para a população que o trigo.

Assinavam à cabeça desta petição os principais produtores vitivinícolas: João Valadares de Castelo Branco, Frei Leonardo da Purificação, Procurador do Colégio de São Paulo e muitos outros.

Não será de negligenciar a hipótese da Fonte das Bicas ter sido projectada pela Câmara Municipal, em 1777, como agradecimento à Rainha D. Maria I que nesse mesmo ano aboliu a mais controversa medida de Pombal⁴⁸.

Assim, concluímos que o crescimento económico da vila de Borba, no século XVIII, está intimamente interligado à produção do vinho. Contudo, a superprodução deste produto e a sua valorização, em todo o país, apenas se iniciou nos finais do século XVII.

Torna-se portanto necessário entender o que levou o povo de Borba a alterar a sua economia. As tradicionais produções de subsistência asseguravam a sobrevivência mas não originavam a riqueza. Por outro lado, a arriscada monocultura de vinho, sempre dependente de fenómenos climatéricos imprevisíveis, do ritmo do mercado, não assegurava a alimentação quotidiana mas deu à vila o mais próspero período de riqueza que esta alguma vez viveu.

Em 1673, temos a notícia de um tal Manuel Ramalho, o Gago, ter deixado em testamento à Santa Casa da Misericórdia de Borba, *humas cazas na Rua de Noudel que estam de fronte da Rua d'Arega com seu quintal e posso e oito talhas de ter vinho*⁴⁹, ou seja, o actual imóvel situado na Rua 1º de Maio n.º 33 a 37. Este documento é importante pois denuncia o ponto de viragem em que a população vocacionou todos os seus meios de produção para a cultura do vinho.

A razão para este corajoso ponto de viragem reside num fenómeno relacionado com o vinho alentejano que decorreu precisamente nos finais do século XVII. Durante este período, houve

⁴⁷ Cf. ACMBRB, *Livro de Vereações de 1752 a 1766*, Vereação de 12 de Março de 1766, fls. 287 a 288.

⁴⁸ Questão muito pertinente colocada pelo Sr. Godinho no lançamento do livro *A Fonte das Bicas* no dia 30 de Março de 2003.

⁴⁹ SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1710 para 1711*, fl. 62.

vários anos em que o vinho foi de excelente qualidade, mas em muito pouca quantidade, originando uma subida incontável de preços. Estes anos de pouca produção foram intercalados com anos muito abundantes⁵⁰, proporcionando assim aos viticultores poderem vender o vinho a preços mais favoráveis. Por exemplo, o ano de 1686 foi muito abundante, mas o ano de 1687 foi muito escasso originando uma alta de preços. Assim, os viticultores alentejanos poderiam vender, por bom preço, o vinho do ano anterior.

Ao mesmo tempo que um conjunto de fenómenos climatéricos proporcionaram a riqueza dos viticultores, nas chancelarias negociava-se um tratado entre Portugal e Inglaterra que proporcionou que o vinho português fosse exportado para a Grã-Bretanha como nunca antes fôra. O tratado de Methuen, firmado entre estes dois países, em 1703, proporcionou que o vinho português tivesse isento de direitos de alfândega, tornando-se assim mais competitivo em relação ao vinho francês⁵¹.

Estes dois factores, primeiro um conjunto de condições ambientais que impulsionaram o cultivo do vinho, aliado ao Tratado de Methuen que proporcionou a exportação e comércio para fora do país do vinho português, concederam a Borba as condições necessárias para se voltar exclusivamente para o cultivo do vinho. A estes dois factores juntou-se um terceiro, sem o qual este fenómeno não se tinha prolongado por tanto tempo: a indiscutível qualidade do vinho de Borba. Esta qualidade demarcou o vinho borbense em relação aos restantes vinhos alentejanos e manteve a sua reputação durante trezentos anos.

1.6. O movimento iluminista na vila de Borba

Falar do século das luzes, ou do movimento iluminista, numa vila periférica e raiana como Borba pode parecer, à primeira vista, como abusivo ou mesmo absurdo. Contudo, como iremos observar, houve de facto um movimento iluminista em Borba, consciente e fundamental para se perceber as transformações que o tecido urbano borbense irá sofrer nos finais do século XVIII. A comprovar esta afirmação existe, pintado sobre um tecto de uma sala no imóvel, situado na Rua Padre Bento Pereira, n.º 26-28, um emblema iluminista em que um livro é o veículo da luz e do saber para o Mundo.

Contudo, para que tão intenso e invulgar movimento apareça numa vila do Alentejo é necessário entender os antecedentes que originaram o aparecimento de uma “geração iluminada” que irá marcar a vila de Borba.

⁵⁰ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. V, pp. 380 e 381.

⁵¹ Cf. Idem, *Op. Cit.* pp. 229 a 232.

O factor mais determinante terá sido a fundação do hospício e colégio de Nossa Senhora da Soledade, nos inícios do século XVIII. Esta instituição foi fundada, em 1703, por disposição testamentária do chantre da Catedral de Coimbra, Doutor João Gomes Pinto.

Mais tarde, em 1735, Manuel Martins Silvério instituiu mais duas cadeiras, Latim e Gramática. A possibilidade da vila possuir uma aula aberta de Latim, antes da abertura por todo o país destas aulas, no reinado de D. Maria I, permitiu que uma elite local tivesse acesso à literatura europeia e a muitas obras teológicas e filosóficas que, por toda a Europa, eram publicadas em latim.

Ao mesmo tempo, estavam activos alguns vultos intelectuais no meio borbense. Refira-se a título de exemplo Fernando Vaz Cepa (†1724), eleito por duas vezes para representar Borba nas Cortes e possuidor de uma vasta biblioteca, doada ao Convento do Bosque e, actualmente, na Biblioteca Pública de Évora⁵².

Para servir esta elite intelectual emergente, instalou-se em Borba, pela primeira vez, um livreiro. Chamava-se José Gonçalves da Conceição e tinha, em 1767, a sua loja de livros na Rua de Noutel⁵³.

O evoluir desta situação originou que, nos finais do século XVIII, a cultura e a intelectualidade estivessem de tal forma amadurecidas em Borba que ocasionaram o aparecimento de uma pequena elite intelectual, composta por alguns borbenses de estirpe nobre. Estes indivíduos, que ocuparam por várias décadas os cargos de vereadores da Câmara Municipal, terão sido responsáveis por um plano racional e iluminista para reformar a vila, retirando, da sua apertada praça medieval, o centro económico, social e político.

Criaram assim uma nova praça junto à Igreja Matriz, que estava afastada da vila, pretendendo ao mesmo tempo, requalificar a parte oriental de Borba. Esta zona estaria, provavelmente, muito degradada devido ao abandono da Judiaria e à ruína deste alçado da muralha. Assim, rasgou-se uma larga artéria, a Rua do Príncipe Real, alusão a D. João que governava o país em vez de sua mãe, e traçou-se mais três novas artérias: a Rua de São Francisco (que já existia em parte), a Rua de São Sebastião e a Rua da Cruz. Estas tecem uma malha ortogonal que se integra plenamente na malha medieval, basta reparar que a Rua do Príncipe Real segue a mesma orientação que a Rua de Évora.

Marcando estes novos arruamentos, foram edificados alguns palácios com a intenção de servirem de elementos ordenadores das futuras construções: o Palácio dos Morgados Cardosos (peça fundamental deste ordenamento e que marca a esquina da Rua da Cruz com a Rua de

⁵² Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 74 (nota).

⁵³ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 175, fls. 39 a 40.

São Francisco), os Paços do Concelho (que marcam a Praça Nova e a Rua do Príncipe Real) e o edifício onde está hoje situado o Gabinete Técnico, que marca a esquina entre a Rua de São Sebastião e a Rua do Príncipe Real. Pretendia-se assim que o restante casario ocupasse ordeiramente os arruamentos pré-definidos.

O Palácio dos Morgados Cardosos assume-se como essencial ao reordenamento do lado oriental da vila, ao preferir colocar a sua fachada principal nas Ruas da Cruz e de São Francisco, e não na rua principal (Príncipe Real), tentando, desta forma, cativar para estas ruas novas construções e transformar Borba numa vila monumental.

Também se reformou a estrada para Vila Viçosa, ladeando-a de Plátanos, árvore conotada com Platão e portanto com a Filosofia e com o saber, num espaço que ficou registado na documentação como “a Alameda”.

Na Praça Nova, um vasto terreiro triangular, assumem um papel importante a Fonte das Bicas, concebida precisamente como um elemento ordenador do espaço (tal como as fontes de Carlos Mardel no plano de abastecimento de águas a Lisboa) e os Paços do Concelho, monumento que simboliza o poder autárquico que foi o responsável e o grande promotor deste arrojado programa urbanístico.

1.7. A Regeneração e a entrada num segundo ciclo de prosperidade

Borba entrou no século XIX com a mesma prosperidade com que viveu no século anterior. De facto, datam de inícios desse século obras de arte de grande importância cultural, como por exemplo, os órgãos do mestre organeiro real Machado Cerveira (Matriz: 1802-1819 e São Bartolomeu: 1804-1808), a grande torre da Misericórdia (1795-1802), e o Palácio Silveira Menezes (c.1816). Esta conjuntura apenas se irá alterar com uma sucessão de acontecimentos na história de Portugal que afectará todo o país. O fim deste século de esplendor começou com a Invasão Napoleónica, em 1808. Borba, porque estava na fronteira, necessitou de se proteger, tendo reformado as trincheiras, sistema defensivo precário, feitas a partir de paliçadas e de terras.

Em Borba, formou-se uma Junta de Defesa, integrada na Junta Suprema do Alentejo, constituída pela elite política e económica da vila. Vários borbenses estiveram presentes na defesa de Évora na ofensiva do general Loison. Na vila esteve uma brigada escocesa sob o comando do general Beresford⁵⁴.

⁵⁴ Cf. ANSELMO, Pe. António Joaquim, *Op. Cit.*, pp. 92 a 94.

O Príncipe Regente retirou-se para o Rio de Janeiro, com toda a Corte, até 1820, data da Revolução Liberal que afastou os ingleses da política portuguesa. A História de Portugal neste período é bastante conturbada com várias guerras civis e instabilidade política e económica.

Borba também participou na guerra civil da Patuleia pelo partido Setembrista, opondo-se mesmo à passagem de um destacamento da rainha D. Maria II⁵⁵.

Só em 1851 se irá retomar uma conjuntura de estabilidade política e de prosperidade económica com os governos de Fontes Pereira de Melo. Neste período, a agricultura será fortemente fomentada através de pacotes legislativos e da construção do caminho de ferro. Ser proprietário agrícola, nesta época, significava ser-se rico.

Entramos num segundo ciclo de riqueza onde os viticultores borbenses serão mais uma vez os grandes beneficiados. Contudo, existiam algumas diferenças em relação à conjuntura do século XVIII.

Se, anteriormente, a propriedade estava dividida por inúmeros proprietários, proporcionando assim uma distribuição mais equilibrada da riqueza, no século XIX a riqueza estará concentrada em algumas famílias, algumas herdeiras directas dos proprietários do século anterior, mas outras estranhas ao meio borbense. Estas grandes famílias terão a seu favor o fruto da Revolução Industrial.

Se no passado os processos de produção vinícolas eram iguais para todos, ou seja, totalmente braçais, agora, alguns grandes produtores terão acesso à maquinaria moderna, conseguindo produzir grandes quantidades de vinho de grande qualidade e a um preço inferior. O pequeno viticultor não podia competir contra este sistema. Assim, vê-se obrigado a vender as suas propriedades e trabalhar para o grande vitivinicultor ou a produzir vinho de fraca qualidade que não se destinava à exportação.

Famílias como os Silveira Menezes, os Alvarez, os Duarte Silva, os Morgados Cardosos e outras terão o monopólio desta indústria, vendo-se nos seus palácios o reflexo de uma riqueza que não era partilhada com os demais.

Será interessante verificar a chegada a Borba de um indivíduo espanhol chamado José Maria Alvarez, refugiado político por ter abraçado o ramo carlista nas lutas internas espanholas, e que conseguiu adquirir propriedades e transformar-se num dos mais ricos homens de Borba, apesar de ser um forasteiro.

Borba mantém, por todo o século XIX, uma aura de vila rica, ilustre, apalaçada e burguesa. D. Pedro V dorme com os irmãos, os infantes D. Fernando e D. Augusto, no Palácio Silveira

⁵⁵ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p. 99.

Meneses, propriedade do deputado José Maria da Silveira Meneses. Este rico burguês transformou o seu palácio num dos mais belos e ricos imóveis do Alentejo, enchendo as salas com rico mobiliário, porcelanas e tapeçarias. O rei D. Carlos e a rainha D. Amélia nas suas frequentes estadias em Vila Viçosa, passavam por Borba tendo a própria rainha pintado a aguarela, nos seus cadernos, as três janelas do Palácio Bustorff Silva.

1.8. A praga da filoxera e o declínio da cultura do vinho

No entanto, esta prosperidade viria a terminar pois a riqueza de Borba fundamentava-se exclusivamente na cultura do vinho. Nos finais do século XIX, abateu-se sobre todo o país uma praga de filoxera, uma espécie de borboleta que destruiu totalmente a cepas das videiras.

Borba sofreu como nenhuma outra vila e por várias décadas entrou num grande declínio. Muitas das tradicionais adegas de talhas em barro foram destruídas por não terem mais uso, tendo sido aberto em seu lugar casas de habitação, lojas, celeiros, etc.

Este declínio e a falta de reacção dos borbenses, que durante duzentos anos haviam vivido exclusivamente do vinho, levou a que, no dia 12 de Julho de 1895, Borba perdesse a independência municipal. Esta desonra provocou um movimento de ressurgimento cívico borbense, onde se destacaram o Visconde de Gião, António Duarte Silva, Ramos de Abreu e muitos outros que conseguiram em 13 de Janeiro de 1898 a restauração do concelho.

O “renascimento borbense” começou com a consciência que não valia a pena esperar pela recuperação do vinho. Houve a necessidade de enveredar por novas culturas até então pouco desenvolvidas.

Contudo, Portugal tinha, desde 1880, uma crise agrícola que se expandia para além do vinho e atingia o cereal e o azeite. O cereal português não conseguia competir com os baixos preços dos cereais americanos, a cultura da vinha também sofria alguns problemas com o concorrência dos vinhos franceses e o azeite era de má qualidade servindo apenas como lubrificante de máquinas.

Perante este quadro negro, notabilizou-se a iniciativa de um grupo de lavradores de Évora (1886 - 1887) que quiseram melhorar a qualidade do azeite português para este servir no mercado alimentar. Para isso mandaram vir, expressamente de Itália, um mestre com toda a sua equipa, que ensinou aos portugueses a forma de produzirem um azeite tão fino como o italiano.

O tipo de lagar que resultou desta partilha de conhecimentos herdou o nome do referido mestre, Veraci, e cortava com o típico lagar português onde se usavam velhos e obsoletos engenhos de madeira funcionando a tracção animal ou mesmo humana. O lagar *Veraci*

conseguia um azeite de superior qualidade e a baixo preço pois utilizava equipamento industrial de vanguarda movido a vapor⁵⁶.

Borba aderiu a esta inovação tecnológica e, em 1915, surge o lagar *Veraci* de Borba que utilizava o melhor da maquinaria alemã e portuguesa. A novidade que representava na altura levou a que fosse instalado numa das principais artérias da vila, na actual Avenida 25 de Abril, com grandes janelas para a rua, possibilitando que a maquinaria e as suas condições únicas de higiene fossem admiradas pela população.

Outro meio de produção foi a extracção de mármore. Apesar de hoje em dia se associar a indústria do mármore a Estremoz e a Vila Viçosa, Borba, entre 1910 e 1926, com um diminuto território, chegou a produzir mais mármore que estas duas localidades juntas. Veja-se, por exemplo, o ano de 1915 em que Borba produziu 151 toneladas, Estremoz 105 e Vila Viçosa apenas 10. Só a partir de 1922 e, principalmente, a partir de 1926, Vila Viçosa se afirmou como uma potência na extracção dos mármore com valores na ordem das 4.000 toneladas/ano⁵⁷.

Mas o vinho não ficou esquecido. Novas cepas provenientes da América foram reintroduzidas e paulatinamente o vinho foi adquirindo importância, primeiro como produto sem qualquer qualidade vendido a granel nas tascas, muitas vezes as antigas adegas de talhas setecentistas, mas posteriormente, foi-se tornando num produto de grande qualidade, como, por exemplo, a célebre marca “Montes Claros” criada pela família Mendonça.

1.9. Uma nova prosperidade

Em 1955, funda-se a Adega Cooperativa de Borba, a primeira instituição do género no país. Ao contrário de muitas outras adegas cooperativas, que foram fundadas por iniciativa governamental integradas nas políticas de fomento agrícola do Estado Novo, a Adega Cooperativa de Borba nasceu da iniciativa dos próprios produtores borbenses. Estes sentiam-se cada vez mais defraudados pelos baixos preços que os intermediários pagavam por um produto de grande qualidade reconhecido no mercado nacional.

A produção, em vez de ser independente e clandestina com grandes variações de qualidade, passou a ser uniformizada e controlada com inegáveis melhorias para os produtores e para o consumidor.

O vinho permanece hoje em dia como um dos principais motores económicos da vila levando o nome de Borba aos primeiros lugares em competições da especialidade. Contudo, a

⁵⁶ Cf. SILVA, Pedro Nunes, *Contributos para a Preservação de um Lagar em Veiros – Estremoz*, pp. 105 a 108.

⁵⁷ Veja-se o quadro publicado por PORTAS, Eng.º Leopoldo Barreiros, “Os mármore de Vila Viçosa”, in MURALHA, Pedro (dir.), *Album Alentejano*, vol. II, pp. 480 e 481.

lição da filoxera foi aprendida e hoje Borba possuiu outras formas de riqueza, como o azeite e o mármore, actividades que empregam a maioria da população e cujo grau de qualidade se encontra entre os melhores do Mundo.

2 EVOLUÇÃO URBANA DA VILA

2.1 Génese

A primitiva vila de Borba nasceu como um pequeno aglomerado de habitações sujeito ao Concelho de Estremoz. No início do século XIV, D. Dinis tomou algumas medidas para cativar o povoamento da região. A primeira medida foi a Carta de Foral de 1302⁵⁸ que tornou Borba um concelho independente. Este documento impunha aos habitantes de Borba a obrigação de construírem um castelo que protegesse a vila. Esta disposição justifica-se pela necessidade de defesa da zona de fronteira com Castela pela recente assinatura do Tratado de Alcanices (1297).

O perímetro do Castelo de Borba delimita assim a vila dionisina. Esta seria composta por três ruas principais: Rua de Santa Maria, Rua Direita (actual Rodrigo da Cunha Ferreira) e Rua das Almas onde embocava a Rua da Misericórdia. As três ruas eram cruzadas perpendicularmente pela Rua Maria de Borba.

O topónimo “Maria de Borba” advém do curioso busto feminino, provavelmente romano ou paleocristão que se encontra à entrada da rua.

Como a Santa Casa da Misericórdia de Borba apenas foi fundada em 1512, a Rua da Misericórdia não teria este nome. O seu nome original deveria ser “Rua de Constanç’afonso”, já que este topónimo aparece num documento de 1442⁵⁹.

Com a construção, em 1302, do castelo, abriu-se, para cada um dos pontos cardeais, uma porta que abria o caminho para uma vila vizinha. A norte abria-se a “Porta de Elvas”⁶⁰, conhecida posteriormente por “Porta do Celeiro” quando se procedeu à urbanização do Assiqueiro (actual Rua Fernão Penteado), no século XVIII, com conseqüente desvio da estrada de Elvas. Esta porta mantém ainda as duas torres embora uma delas esteja transformada em habitação, mantendo o aparelho de pedra rebocado.

A Oeste, existia a porta de Estremoz que abria para a estrada que levava a esta vila (futura Rua de Estremoz, actual Rua Dr. Ramos de Abreu) e para a estrada da Orada (futura Rua das Covas e actual Rua Silveira Menezes). De facto, se traçarmos uma linha recta na continuação desta rua em direcção ao castelo, vemos que atingirá milimetricamente a porta de Estremoz,

⁵⁸ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fl. 20.

⁵⁹ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 6 de Odiana, fls. 133 a 133v.

⁶⁰ Nesta porta reuniu-se a 5 de Junho de 1379 D. João mestre de Avis, futuro rei de Portugal. Cf. IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro 1 de Mestrados, fl. 204v.

prova que a Rua das Covas foi formada enquanto estrada de saída da vila de Borba, num período muito antigo, ainda antes da construção dos primeiros quarteirões extra muros.

A Sul ficava a porta de Évora. Esta porta perdeu funcionalidade logo no século XV quando se construiu o bairro em “espinha de peixe” núcleo urbano que desviou a estrada de Évora. Com o seu entaipamento, a Rua Direita tornou-se num beco a partir do cruzamento com a Rua Maria de Borba. Neste beco era onde se situava a Alcaidaria⁶¹. Por esta razão o actual beco da torre passou a ser conhecido como a *Rua dos Enforcados*. Segundo a lenda, este topónimo advém de ter sido aí enforcado, em 1662, o valoroso alcaide D. Rodrigo da Cunha Ferreira e os seus soldados pelo inimigo castelhano. Contudo, dada à proximidade da Torre da Prisão e da Alcaidaria é natural que se executassem aí todos os prisioneiros.

Sobre as execuções em Borba sabemos que, no século XVIII, os condenados eram enforcados no Rossio de Baixo, zona erma e afastada dos núcleos urbanos⁶².

Finalmente, da porta de Vila Viçosa não existe qualquer prova documental. A sua existência é comprovada por uma planta de 1957⁶³, provavelmente decalcada de uma planta antiga, onde ainda se verifica a existência do torreão Sul desta porta. Outro facto que ajuda a comprovar a existência desta porta é o seu perfeito alinhamento com o portão da Avenida 25 de Abril do Palácio dos Morgados Cardoso. Se continuássemos pela antiga estrada de Vila Viçosa encontrávamos em linha recta a Ermida de São Sebastião, que seria uma capela à saída de Borba. Esta estrada unir-se-ia depois à actual estrada de Vila Viçosa (E.N. 255).

Com a reforma urbanística dos finais do século XVIII a estrada para Vila Viçosa foi reordenada. Primeiro, para a Rua da Cruz, onde o Palácio dos Morgados Cardosos se assumia como marco de riqueza e do iluminismo à entrada de Borba. Depois para a Praça da República onde os Paços do Concelho assumiram o mesmo papel.

No interior do núcleo urbano fortificado, localizava-se a igreja matriz de Santa Maria do Castelo⁶⁴ e provavelmente os primitivos Paços do Concelho (séc. XIV-XVI) (Largo da Misericórdia 1), já que ambos os edifícios abriam para o único largo dentro do castelo, onde também se localizava a Fonte do Castelo, junto à entrada da vila no caminho de Elvas.

Tanto a localização, dentro do castelo, da primitiva igreja como dos paços do concelho dionisinos carecem de comprovação documental.

O castelo permaneceu sempre como o centro institucional da vila localizando-se no seu interior as instituições mais importantes, nomeadamente a Igreja, a Justiça, com a presença da

⁶¹ Cf. ACMBRB, *Livro de vereações de 1752 a 1766*, vereação de 19 de Dezembro de 1753, fl. 46v.

⁶² Cf. SCMBRB, *Livro de receita e despesa do ano de 1710 para 1711*, fl. 118.

⁶³ Cf. ACMBRB, *Obras*, caixa 5.

⁶⁴ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 71.

Torre da Cadeia, o Exército, com a Alcaidaria que ocuparia provavelmente ambas as frentes do Beco da Torre e a Misericórdia com o seu Hospital e albergue de peregrinos.

2.2 O crescimento dos séculos XV e XVI

Em 1315, D. Dinis concede novo documento a Borba: a Carta de Feira que possibilitava que esta vila possuísse, durante quinze dias, um mercado franco, onde a troca de produtos era livre. Este facto possibilitou a troca de produtos entre os concelhos limítrofes e tornou Borba num centro urbano economicamente atractivo.

Durante o mês de Setembro, afluíam a Borba os diversos produtores agrícolas da região que vendiam, em troca de dinheiro metálico, os seus produtos hortícolas. O Estado, durante os reinados de D. Afonso III e D. Dinis emitiu grandes quantidades de moeda de pequeno valor, que facilitavam as trocas comerciais. Esta dinamização do comércio levou a que surgissem actividades de transformação e serviços. Nestas actividades, inserem-se todo o tipo de profissões que apoiavam os produtores agrícolas e a população em geral: ferreiros, oleiros, correeiros, ferradores, etc.

Este aumento da actividade económica proporcionou o crescimento da vila. Esta desenvolveu-se no sentido de Estremoz, o centro urbano mais importante nas proximidades. Possuir uma tenda aberta na estrada de Estremoz, significava estar mais próximo das pessoas que se dirigissem a Borba, vindas pela estrada real, e por isso, conseguia-se melhores oportunidades de negócio.

As primeiras edificações a serem construídas fora do perímetro muralhado devem ter sido os imóveis que se encontram de frente à Porta de Estremoz. Encontram-se neste caso os Antigos Paços do Concelho (Séculos XVI – XVIII) e todos os imóveis que constituem a Praça, local de reuniões onde se fazia a Feira medieval dionisina e onde, ainda hoje, se realiza a tradicional “Feira dos Santos”.

A vila de Borba cresceu assim de forma explosiva em direcção a Estremoz. Paralelamente, surgem outros arruamentos na mesma direcção: a Rua da Fontinha (actual Rua António Joaquim da Guerra), a Rua da Aramenha (actual Rua 13 de Janeiro) e a Rua dos Clérigos (actual Rua Nunes da Silva).

A origem dos topónimos destas ruas permanece por esclarecer com segurança. O topónimo “aramenha” provem da palavra árabe utilizada no português medieval que significa “banhos”. Torna-se bastante interessante verificar que o topónimo “fontinha” parece remeter para a mesma origem aquífera.

O topónimo “Clérigos” poderia denunciar uma comunidade religiosa presente neste crescimento da vila. Contudo, pela ausência de informação a este respeito é mais provável que advenha de um apelido bastante comum em Borba. Nesta rua, no n.º 14 subsiste a única guarnição de vão em mármore do século XIV/XV, o que denuncia a antiguidade deste arruamento. Na Rua 13 de Janeiro n.º 116 a 120, no corredor de acesso ao pátio, subsiste outro arco do mesmo período mas provavelmente em tijolo revestido por argamassa. Este arco poderá denunciar um pequeno arruamento que foi posteriormente suprimido pela construção do actual imóvel na segunda metade do século XVIII.

Todas estas quatro ruas em direcção a Estremoz cresceram de forma desordenada e orgânica num tipo de crescimento urbano denominado por *linear*⁶⁵. Não houve preocupação em fazê-las cruzar por uma rua. As ligações que existem entre elas resultaram de alterações posteriores provocadas pela demolição de casas. Foi o que aconteceu na ligação entre a Rua 13 de Janeiro e Rua Ramos de Abreu, através do largo Bernardino Ramos. Na casa situada na Rua Ramos de Abreu n.º 56 ainda subsiste uma fiada de telhas do telhado da casa demolida para a abertura desta passagem.

Décadas depois do surto construtivo em direcção a Estremoz, surgiu um novo bairro a Sul (zona com maior exposição ao sol) fruto da contínua necessidade de crescimento que a vila sofria. Contudo, este crescimento foi muito mais ordeiro, tendo resultado num traçado quase ortogonal, numa tipologia urbana conhecida por *espinha de peixe*⁶⁶.

Em 1442, temos informação de existir a Rua do Biscaio, actual Rua S. João de Deus⁶⁷ o que leva a concluir que todas as ruas na sua envolvência já existissem, nomeadamente as Ruas de Évora (actual Marquês de Marialva), da Arenga (actual Combatentes do Ultramar), da Cola (actual Padre Bento Pereira) e do Poço (actual Visconde Gião) cortadas pela Rua Mateus Pais/Romeiras (actual Mestre Diogo de Borba).

Torna-se interessante verificar que este traçado eliminou a antiga estrada de Évora que saía da porta Sul do Castelo. O acesso a Évora passou a ser feito pela actual Rua Marquês de Marialva.

A supressão de uma estrada preexistente, reordenando-a, leva a concluir que houve um poder que superintendeu este crescimento. Este poder tinha por objectivo orientar o crescimento da vila levando-o a ser mais ordeiro e equilibrado, por oposição ao crescimento imediato e desordeiro do século XIV/XV.

⁶⁵ CHECA GOITIA, Hernando, *Breve História do Urbanismo*, p. 91.

⁶⁶ Cf. Idem, *Op. Cit.*, p. 93.

⁶⁷ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Livro 6 de Odiana*, fls. 133 e 133v.

Outro elemento que contribui para a hipótese da existência de um poder coordenador do crescimento urbano em Borba, no século XV, trata-se da pouco comum transferência da Matriz. Em 1420, a igreja de Santa Maria do Castelo foi entregue à Irmandade do Espírito Santo e a igreja Matriz foi edificada fora do Castelo. Este acontecimento resulta do crescimento da população que já não cabia no apertado templo medieval. Contudo, torna-se difícil de perceber porque razão foi colocada a igreja precisamente no sentido oposto ao crescimento natural da vila. Como já o afirmámos, julgamos que esta localização resultou de uma vontade de atrair a construção de novas edificações no lado oriental do Castelo, em direcção a Vila Viçosa. Pretendia-se portanto uniformizar este crescimento de forma a que o castelo ficasse no centro da vila.

Contudo, até aos finais do século XVIII, o lado Oriental do Castelo permaneceu sem qualquer construção e o plano de atrair população a este lado ficou sem efeito. A Matriz teve sempre o estigma da igreja hierarquicamente mais importante, mas também da mais esquecida pela sua localização. Tal facto pode-se observar pelos diplomas de D. José que obrigavam os membros da Câmara Municipal a pertencerem à Irmandade do Santíssimo Sacramento sediada naquela igreja.

Todavia, a edificação da igreja Matriz mostra que houve um poder interessado em ordenar um crescimento que era considerado desordenado e desequilibrado.

Interessante foi a reacção da população de Borba. Como a igreja Matriz ficava afastada do centro da vila e das habitações, a própria população fundou à revelia da Ordem de Avis, mas com o apoio do Arcebispado e da Câmara Municipal, uma nova capela bem perto das habitações: a igreja de São Bartolomeu. Como observámos, não existe qualquer documento autorizando a edificação deste templo, sendo a primeira notícia da sua existência de 1560, aquando da reedificação da Matriz.

Comprovando esta divisão entre poderosos e populares dentro da vila de Borba surgem as actuais duas freguesias herdeiras das fronteiras das primitivas paróquias. A Igreja de São Bartolomeu possuía a jurisdição sobre o bairro que nasceu espontaneamente em direcção a Estremoz. A Matriz, apesar de mais antiga, possuía a jurisdição sobre o bairro ordenado em *espinha de peixe*. A fronteira das duas freguesias passava (e ainda passa) pela Rua Visconde Gião que divide a vila medieval em duas partes opostas.

Na direcção da igreja paroquial de São Bartolomeu surgiram duas ruas novas, resultado do atravessamento de logradouros. Trata-se da Rua do Ó e da Rua das Romeiras (actual mestre Diogo de Borba) Mais tarde surge a Rua de Trás, cujo topónimo evidencia uma preexistência

geográfica (ficava de trás de algo, da igreja? da Rua das Romeiras?) e que ainda mantém o seu carácter de rua de traseiras.

Nas suas embocaduras surgem pequenos largos, no caso da Rua das Romeiras, surge o Largo da Cruz, onde uma inscrição afirma ter sido aí assassinado, em 1733, o Doutor Gregório Martins Lopes de Carvalho. Na embocadura da Rua de Trás, surge o Largo das Igrejas, conseguido pela reedificação da cabeceira da igreja de São Bartolomeu (1694-1696) e da construção da igreja do Hospício (c.1710).

A igreja de São Bartolomeu não deverá portanto ser considerada como orientadora de uma malha urbana, como tendencialmente se costuma fazer, mas sim resultado da vontade da população residente, que não desejava deslocar-se até à igreja Matriz, e de um contra poder exercido pelo Arcebispado de Évora que pretendia arrecadar os rendimentos eclesiásticos da Ordem de Avis.

2.3. A Judiaria de Borba, problematização da sua localização

O crescimento da vila nos séculos XIV e XV, proporcionada pela feira franca e pelo comércio de capitais e produtos, irá atrair uma comunidade de judeus. Esta comunidade era constituída por indivíduos que se instalavam nos centros urbanos, vivendo do câmbio, do empréstimo a juros e dos ofícios, tal como sapateiros, ferreiros, correeiros, oleiros, etc., distinguindo-se assim da maioria da população que se dedicava à agricultura.

Sobre a comunidade judaica de Borba pouco ou nada se sabe para além de ter existido. Sabemos que existia uma judiaria bem definida e uma sinagoga. Estas são referidas no século XV, nas confiscações que D. Afonso V fez aos judeus para pagar as suas dívidas e na doação, datada de 3 de Fevereiro de 1482, feita a Gomes de Figueiredo dos direitos reais da judiaria de Borba⁶⁸.

A localização da judiaria surge, à luz dos dados actualmente conhecidos, bastante problemática. Se partirmos do pressuposto que a comunidade judaica se instalou após o século XIV atraída pelo comércio proporcionado pela feira franca de D. Dinis, então, teremos de considerar que a judiaria de Borba estaria fora do perímetro urbano da época. Esta hipótese é atestada pelo documento datado de 28 de Agosto de 1448 em que se apreendeu as *casas de morada do dicto Judas Pemço e de Samuel Pemço seu padre e fiador aas dictas sysas que ssom no arravalde da dicta villa de Borba na judiaria que foram avalhadas em dous mill rreaaes bramcos*⁶⁹. Por aqui se sabe que a judiaria estava no arrabalde da vila, ou seja, fora do

⁶⁸ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, Livro 6, fl.. 10vº

⁶⁹ IAN/TT, *Leitura Nova, Livro 6 de Odiana*, fl. 121vº

perímetro urbano. Noutra nota documental, desta vez datada de 12 de Setembro de 1442, sabemos que a judiaria se localizava junto a uma porta da muralha: *huumas casas na Judiaria de Borba, jumto com a Porta, de Samuel Peemço, em dous mill rreaees*⁷⁰

Para além destas escassas informações sabemos que a judiaria possuía uma sinagoga, cujas sedas foram apreendidas em 1442 e 1444.

Resta portanto tentar descobrir onde se localizava a judiaria de Borba. À luz dos documentos descobertos, é possível traçar algumas semelhanças entre a judiaria de Borba e a judiaria de Portel, estudada por Ana Cláudia Martins e Ana Pagará⁷¹. Tal como Borba, o núcleo primordial de Portel, datado do século XIII, cresceu para fora do perímetro muralhado nos séculos XIV e XV utilizando uma malha ortogonal. A judiaria ocupava uma única rua, denominada de Vale de Flores, que se situava junto a uma porta da muralha, no lado oposto ao desenvolvimento natural da vila. Se aplicarmos este princípio a Borba, a judiaria situar-se-ia no lado oposto à malha urbana que se desenvolveu em direcção a Estremoz, ou seja, junto do alçado Sudeste da muralha. Nesse lado existia um único arruamento, a estrada de Vila Viçosa, próxima à actual Rua de São Sebastião, denominada desta forma devido à Ermida com a mesma evocação construída no século XVII. Contudo, antes da construção da referida ermida a rua chamava-se “das Flores”⁷². A semelhança com o topónimo de Portel é flagrante. Julgamos ter-se situado aqui a Judiaria de Borba, abandonada no século XVI e arrasada no XVIII com o plano urbanístico da vila que reformou o lado oriental da vila.

2.4 O crescimento do século XVII

O perímetro da vila de Borba era bastante alargado para as necessidades populacionais da vila no século XVI e inícios de XVII. De facto, segundo os dados publicados pelo padre Anselmo, houve um decréscimo de população motivado pelas pestes e pelos fluxos migratórios para o Ultramar. Se em 1422 o concelho possuía 4.200 habitantes, em 1527 a população ficou reduzida para menos de 2.100⁷³.

Contudo, como observámos, no último quartel do século XVII, irá operar-se na vila uma intensa transformação social e económica. Borba irá voltar-se para o cultivo do vinho, o que levou à transformação do edificado e ao aumento da riqueza da população.

⁷⁰ Idem, fl. 133.

⁷¹ Cf. MARTINS, Ana Cláudia e PAGARÁ, Ana, “Vale de Flores: espaço e construção” in *Pedra e Cal*, Ano II, N.º 8, Outubro-Dezembro 2000, pp. 34 a 36.

⁷² Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 115.

⁷³ Cf. ANSELMO, Pe. António Joaquim, *Op. Cit.*, p. 83.

O cultivo e o comércio do vinho proporcionavam grandes receitas, muito superiores aos outros meios de produção. Contudo, pela necessidade de possuir uma adega de vinho, outra de vinagre e diversos compartimentos de apoio a esta produção (cavalariças, armazéns de alfaías, celeiro, etc.) as velhas casas medievais, adaptadas aos jornaleiros, não se conciliavam com esta nova realidade. Vai portanto ocorrer um fenómeno de destruição e reconstrução do edificado. As habitações populares de um piso e chaminé de fumeiro irão ser adaptadas ou demolidas, sendo construído no seu lugar “habitações de vitivinicultores” de dimensão superior, adega no piso térreo e habitação no superior.

Este fenómeno levou a que a Câmara Municipal colocasse nas esquinas das ruas enormes cunhais em mármore com o objectivo de servirem de guias do domínio público. Temia-se que as reconstruções levassem à ocupação indevida de parcelas das ruas. Isto chegou a acontecer no interior do castelo com a apropriação por privados de partes da Rua das Almas e da Rua Maria da Borba.

Preservou-se, assim, em Borba um traçado urbano medieval, apesar da maioria dos edifícios datar dos finais do século XVII e XVIII. Esta reconstrução massiva do tecido levou à destruição da maioria de casas de tipologia popular com portais góticos, como possuem em abundância outras vilas alentejanas (Castelo de Vide, Marvão, Estremoz, etc.)

Outro sintoma das reconstruções intensivas do tecido urbano borbense é a disposição da Câmara Municipal, em 1669, que proíbe a demolição de casas. Esta ordem não resulta de um precoce sentido de preservação do património, mas sim porque muitos imóveis eram vendidos com o intuito de serem derrubados para se aproveitar as madeiras e os materiais de construção, ficando os lotes em ruínas, degradando a imagem da vila⁷⁴.

Este movimento de reconstrução levou a um ligeiro crescimento da área urbana, nomeadamente através da urbanização das estradas de saída de Borba, a saber, as actuais Ruas de Montes Claros (Corredora), São Bartolomeu e Silveira Menezes (Rua das Covas). Tanto a Corredora como a Rua das Covas denunciam uma preexistência anterior à sua urbanização. O topónimo “covas” parece indicar a existência de silos, provavelmente para a armazenagem do lixo do Convento das Servas. “Corredora” denuncia um caminho rural frequentado por gado.

Obviamente, este crescimento não é ordenado e resulta da urbanização das entradas da vila. Num documento datado de 13 de Junho de 1671⁷⁵, nomeiam-se os meirinhos da saúde que deveriam estar à entrada da vila fiscalizando a salubridade de pessoas, animais e alimentos.

⁷⁴ ACMBRB, *Livro das vereações de 1669*, vereação de 30 de Abril de 1669, fl. 15v.

⁷⁵ ACMBRB, *Livro das vereações de 1671*, vereação de 13 de Junho de 1671, fl. 19v.

Neste documento enumeram-se as entradas da vila: a *Porta das Covas* (Rua Silveira Menezes), a *Porta de Santo António* (junto à igreja de Santo António), *Porta de Baixo* (estrada de Elvas) e a *Porta de Cima* (estrada de Estremoz).

O Convento das Servas é outra peça fundamental no crescimento da vila. Este convento foi fundado no século XVII numa zona da periferia rural. A preferência por esta localização prende-se com dois factores. O primeiro consiste no baixo preço destes terrenos, em relação ao centro da vila, e na ausência de preexistências que pudessem condicionar o crescimento do mosteiro. De facto, o Convento das Servas é um imóvel de rara monumentalidade que seria difícil de conciliar num núcleo urbano previamente definido.

O segundo aspecto que definiu a localização afastada do centro urbano reside no objectivo do próprio convento. A comunidade das Servas professava a Ordem de Santa Clara, ou seja, eram religiosas voltadas para a reclusão, oração e contemplação. Portanto, necessitavam de se situar num local afastado do mundo exterior, mas ao mesmo tempo próximo desse mesmo mundo, já que as suas receitas provinham das rendas e dos direitos sobre as propriedades agrícolas.

A sua localização ligeiramente afastada não significa, contudo, que houvesse um corte entre as freiras e o centro urbano da vila. O Convento das Servas não era apenas o grande quadrado que hoje interpretamos como o “convento”. Junto a este existiam outras edificações desconexas que lhe estavam dependentes. Estas edificações nasciam da necessidade da instituição possuir pessoas ligadas ao imóvel mas que não podiam residir no seu interior. Tratam-se das residências dos párocos que serviam a igreja, das criadas, dos trabalhadores agrícolas, dos capatazes, dos rendeiros, etc. São os imóveis localizados nas esquinas que delimitam a Rua de Nossa Senhora, a Rua do Terreiro das Servas, e a Rua do Convento das Servas. Todos estes três topónimos derivam do Convento, mostrando que surgiram depois dele.

Fruto da implementação do convento, irá surgir um outro arruamento: a Rua D. António de Melo e Castro (antiga Rua das Cancelas). Como o próprio nome indica, tratava-se de um caminho rural que atravessava os logradouros agrícolas das casas da Rua 13 de Janeiro. Este caminho surgiu pela necessidade que a população tinha em aceder à igreja da Venerável Ordem Terceira.

A Ordem Terceira consistia numa organização religiosa ligada à Ordem de São Francisco que permitia o acesso a qualquer leigo. Estas irmandades tiveram grande importância ao longo da Idade Moderna e terá sido um elemento fundamental na criação da Rua das Cancelas, nos finais do século XVII, já que a sua capela atraiu numerosos fiéis.

2.5 O crescimento do século XVIII

O século XVIII será caracterizado pelo “Iluminismo”, movimento cultural e filosófico que terá alguma expressão em Borba, graças à riqueza que a vila usufruiu desde finais do século XVII.

As gerações do século XVIII darão bastante importância a valores como a razão, a sabedoria, o ordenamento, o racionalismo, o rigor e a ordem. No entender desta geração, a razão do Estado sobrepunha-se sobre todos os interesses privados organizados.

A Câmara Municipal de Borba irá professar destes ideais através de uma elite culta e iluminada que controlava a administração do Concelho. Esta elite irá tomar um conjunto de medidas para proceder ao reordenamento e melhoramento da vila. Os objectivos são claros: retirar à vila a sua feição medieval através da criação de novos e largos arruamentos transformando-a assim numa vila moderna.

Este plano era contudo muito arrojado para uma pequena vila como Borba e decerto que a oligarquia dominante se questionou por diversas vezes se tal intento não seria mais que um projecto utópico que nunca passaria disso.

Assim, optou-se por duas soluções para avaliar as hipóteses de concretização deste plano. A primeira foi proceder a um ensaio antes da concretização do grande plano, um pequeno ordenamento pontual que permitisse analisar a viabilidade deste intento. A segunda foi retirar ao poder público institucional a totalidade desta iniciativa. Ao invés de ser o Estado (Câmara Municipal) a conceber e a obrigar cumprir um plano que poderia contar com a resistência da população, como acontecera anos antes na Baixa Lisboeta, decidiram os membros desta elite executar eles mesmo o plano, através da construção das suas próprias residências apalaçadas que se iriam assumir como elementos ordenadores de um novo traçado urbano. Como na época não havia um controlo municipal sobre as novas edificações, era possível, por parte dos privados, executar-se um plano urbanístico.

O referido ensaio foi o ordenamento da Rua das Cancelas (actual Rua Dom António de Melo e Castro). Esta rua, como o próprio nome indica, era um pequeno carreiro nascido espontaneamente nos finais do século XVII para permitir um mais rápido acesso à igreja dos Terceiros.

Na segunda metade do século XVIII, irá surgir o imóvel da Rua D. António de Melo e Castro, 1 a 11, construído por iniciativa privada mas assumindo a sua função de elemento ordenador da Rua das Cancelas, já que a sua fachada nobre em L marca a esquina entre a velha Rua da Aramenha e a nova Rua das Cancelas. Esta nova rua foi a escolhida para colocar a fachada nobre do edifício. Este imóvel, pela linguagem estética das suas cantarias, deverá datar de cerca

de 1770 pelo que poderá ter sido um ensaio ao plano de urbanização que mais tarde seria aplicado na zona oriental da vila.

No final da Rua das Cancelas, na esquina com o terreiro das Servas, colocou-se um monumental cunhal de mármore. Este elemento é totalmente desproporcionado para a casa que suporta e tem o claro objectivo de assinalar o domínio público e orientar a frente urbana da nova rua.

Junto a este cunhal, voltada para o terreiro das Servas, colocou-se a “Fonte das Servas”, uma fonte em espaldar, que, tal como a Fonte das Bicas anos depois, terá como principal objectivo ajudar a delimitar e a ordenar este espaço urbano⁷⁶.

Neste novo arruamento edificou-se, logo em 1778, o Recolhimento de Nossa Senhora das Dores, imóvel também de iniciativa privada mas com claro objectivo de participar neste projecto urbanístico.

O ordenamento e urbanização da nova Rua das Cancelas foi o ensaio para o pequeno mas arrojado plano de ocupação da zona oriental de Borba, realizado entre 1780 e 1820.

Esta iniciativa nasceu da conjugação entre o poder público e privado. A elite, que detinha o dinheiro e os meios de produção, possuía também a cultura iluminista essencial a esta preocupação e o poder municipal por nomeação régia.

Este plano visava urbanizar o lado oriental da vila, cativando a construção de novas casas na envolvência da igreja Matriz, elemento religioso e social importante, mas que estava muito afastado do centro da vila. Desta forma, recuperava-se o velho “plano” quatrocentista que pretendia, sem efeito, equilibrar o crescimento da vila em torno do castelo.

O plano de urbanização do século XVIII será composto pela construção concertada de vários imóveis neste alçado da vila. Pretende-se retirar à apertada e desordenada Praça o perfil de centro político, económico e social da vila. Em substituição surge uma praça nova, larga, ampla e monumental, semelhante ao centro de uma cidade.

Como peças fundamentais deste plano incluí-se a Fonte das Bicas (1781-1786), que à semelhança das fontes de Lisboa, da autoria de Carlos Mardel, se assume como elemento ordenador de uma praça nova, a alameda de plátanos (1785) e os novos Paços do Concelho (1789-1803), que foram construídos de raiz em substituição do edifício da Praça e constituem a participação da Câmara Municipal neste plano.

⁷⁶ A fonte das Servas foi apeada, em 1968, porque a sua água estava imprópria para consumo. Desmontada e colocada no chão do logradouro do beatério de Nossa Senhora das Dores (que na época pertencia à Câmara Municipal) foi amontoada num depósito municipal, onde se perdeu mais de metade das suas componentes. Anos mais tarde, em 1999, a Cevalor recolheu-a e restaurou-a, havendo o projecto de a recolocar no terreiro das Servas, o que a concretizar-se, irá valorizar este monumento.

Estes dois edifícios aproveitaram a localização da preexistência da igreja Matriz. Os três em conjunto formam uma “Praça dos Três Poderes” com a presença da Igreja, da Monarquia (Fonte das Bicas) e do Povo (Paços do Concelho). No centro, houve, provavelmente, a intenção de colocar um obelisco, que a ter existido, desapareceu há muito.

Outra peça fundamental desta urbanização foi a construção do Palácio dos Morgados Cardoso que irá definir a delimitação de três novas ruas: São Francisco, São Sebastião e da Cruz. Estas ruas foram definidas com um desenho claramente ortogonal, onde o Palácio dos Morgados Cardoso se assume como elemento ordenador. A toponímia das três ruas, evocativas de nomes religiosos, demonstra que foram definidos enquanto conjunto.

Analisando uma planta, concluí-se que a Rua da Cruz foi projectada para ser a entrada da vila por Vila Viçosa, já que se encontra plenamente alinhada com a E.N. 255. Desta forma se justifica porque a fachada nobre do palácio dos Morgados Cardosos está voltada para a periférica Rua da Cruz. Contudo, por qualquer razão, a entrada da vila passou a fazer-se pela Praça Nova onde foram colocados frondosos plátanos, símbolos do “platonismo”, da filosofia e da intelectualidade⁷⁷. Julgamos que esta mudança de planos surgiu com a apropriação da Câmara, num segundo momento, de um plano que nasceu no âmbito privado.

O palácio dos Morgados Cardosos, actual “Casa de Borba”, foi construído por Carlos e João Cardoso Moniz de Castelo Branco, pai e filho, ambos vereadores da Câmara Municipal que participaram na edificação da Fonte das Bicas e dos Paços do Concelho. O Plano de Urbanização era portanto fruto de uma vontade pessoal de elementos de uma elite cultural e não um programa institucional.

A localização do Palácio dos Morgados Cardoso constitui, em si, uma prova da consciência da urbanização deste lado da vila. Esta família poderia ter construído o seu palácio integrando-o na malha existente da vila, como aconteceu com o Palácio dos Melos. Ao invés, os promotores do plano de urbanização irão construir o seu palácio num local abandonado ao longo dos séculos. Mesmo se considerarmos que a localização nasceu de uma qualquer condicionante, então coloca-se a questão porque não ficou o edifício com a fachada voltada para a Avenida 25 de Abril (antiga Rua do Príncipe Real) mas sim para as periféricas Rua da Cruz e Rua de São Francisco.

Há portanto uma vontade de delimitar um novo núcleo urbano delineado segundo os valores da razão. Nas esquinas dos novos arruamentos serão colocados, estrategicamente, edifícios cuja função era servirem de guias de alinhamento de novas edificações e preservarem o traçado

⁷⁷ Sobre a plantação dos plátanos consulte-se *Escritura de contrato entre a Câmara Municipal de Borba e José Gomes*, 17 de Junho de 1785, ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 186, fl. 76.

ortogonal. Relembramos que esta mesma função tiveram os cunhais de mármore colocados algures no século XVII ou XVIII.

Neste conjunto de edifícios guias fazem parte diversas habitações apalaçadas, propriedade da elite cultural que governava o concelho. O principal edifício guia consiste no imóvel localizado na avenida 25 de Abril n.º5 que estabelece a esquina entre esta avenida e a Rua de São Sebastião. Trata-se de um imóvel com cantarias sóbrias, copiadas da Câmara Municipal, e extremamente rico em pintura mural, em estilo pompeiano, de inícios do século XIX.

Entre a Rua Marquês de Marialva e Rua da Cruz o edifício guia possui um magnífico cunhal em mármore que assume o novo arruamento. Entre a Rua de São Sebastião e a Rua de S. Francisco o edifício guia é um palácio, já muito adulterado, mas cuja fisionomia demonstra ter sido a residência de um membro da elite iluminista que procedeu à concretização deste plano. Todos os outros edifícios vieram depois e assumiram frentes urbanas já definidas.

Torna-se interessante verificar o que acontece com outro edifício guia, o imóvel localizado na avenida 25 de Abril n.º 27. Este imóvel possui duas frentes já que assume a esquina entre a antiga Rua do Príncipe Real e a Rua da Cruz. Contudo, notamos nas suas duas fachadas dois períodos diferentes. A fachada do lado da Avenida 25 de Abril possui guarnições em mármore nos vãos datáveis de meados do século XVIII (c.1760). Esta fachada não apresenta o mesmo rigor que o resto da avenida pois possui uma curvatura que acompanharia a muralha entretanto demolida.

Por outro lado, a fachada da Rua da Cruz possui cantarias copiadas do edifício dos Paços do Concelho e serão datáveis de finais do século XVIII e inícios do XIX.

Conclui-se que a Rua da Cruz foi aberta propositadamente no seguimento de um concreto plano de urbanização. Este imóvel, que possuía o traçado medieval feito paralelamente com a muralha, adaptou-se e abriu uma nova frente com um tipo de cantarias que denuncia a cronologia desta operação.

A participação de vários imóveis particulares como edifícios guias denuncia que este plano surgiu da vontade de um determinado número de particulares e não de uma imposição da Câmara Municipal.

Este plano de urbanização, que provavelmente não estaria definido com muito rigor, previa também a urbanização de outras zonas da vila que se encontravam desertas.

Trata-se da urbanização da actual Rua Fernão Penteado (antigo Assiqueiro). Esta rua era definida por um ribeiro, o Assiqueiro⁷⁸, e não possuía qualquer habitação, apesar de se situar

⁷⁸ ACMBRB, *Livro do registo dos bens do concelho*, 1766, fl. 44v.

junto ao Castelo, núcleo primordial da vila. O topónimo de “Assiqueiro” parece denunciar uma ribeira formada pelas águas pluviais que serviria, deste tempos antigos, para a descarga dos esgotos. Desta forma, se justificava porque razão ficou tantos séculos esta frente por urbanizar.

Nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, vai-se proceder à construção de três edifícios guias com o objectivo de delimitar frentes urbanas a ocupar. Trata-se do imóvel situado na Rua Fernão Penteado, n.º 18-20 (actual Centro Cultural de Borba), o Celeiro Comum (Rua Fernão Penteado n.º 16) e o imóvel situado na esquina entre a avenida D. Dinis de Melo e Castro e a Rua Fernão Penteado.

Entre o actual Celeiro Comum e o Centro Cultural, no actual largo da Liberdade, existiu um imóvel de feição nobre que foi destruído por um incêndio e posteriormente demolido para fazer os acessos ao Bairro da Cerca.

Esta tentativa de urbanizar o “Assiqueiro” teve por consequência a supressão da velha estrada de Elvas que partia da porta do Celeiro, numa operação em tudo semelhante à supressão da estrada de Évora no século XV. A estrada de Elvas foi reordenada de acordo com a larga artéria do Príncipe Real que se tornou assim numa porta nobre de entrada da vila ladeada pela Fonte das Bicas e pelos Paços do Concelho

Na avenida D. Dinis de Melo e Castro ainda subsistem alguns imóveis anteriores a este reordenamento urbano preservando na sua fachada a orientação da antiquíssima estrada de Elvas. Tratam-se dos imóveis situado entre os números 4 e 32. O mais nobre deles, possui no portão uma data, 1725, prova que nesta data ainda se mantinha o traçado medieval da Estrada de Elvas e que o reordenamento desta via foi feito posteriormente.

2.6 O crescimento do século XX

O plano de urbanização do século XVIII concedeu à vila de Borba uma fisionomia erudita que a destacava das restantes vilas alentejanas ainda apegadas aos apertados traçados medievais. Por esta razão, não houve necessidade de se proceder a um aumento de área urbana no século XIX. De facto, as crises políticas nacionais que pautaram o período de 1820 a 1851 não permitiram que o país usufrísse da riqueza e prosperidade do passado. Com a regeneração de 1851, a Indústria e a Agricultura foram fomentadas em grande escala mas a grande beneficiada foi a burguesia. Famílias como os Alvarez ou os Silveira Menezes detinham o poder político e económico. Os meios de produção estavam nas suas mãos e o resto da população vivia excluída desta riqueza.

Assim, Borba assiste à construção de magníficos palácios mas o resto do tecido urbano mantém-se pela falta de meios da generalidade da população. A praga da filoxera mergulhou a vila num clima de estagnação e crise que durou até meados do século XX.

Com a criação da Adega Cooperativa em 1955 a riqueza motivada pelo vinho passa a estar mais distribuída e assiste-se a novos planos de urbanização da envolvente e do interior da vila. Nos anos cinquenta vai-se tentar urbanizar o Rossio de Cima, através da construção de diversas habitações segundo projecto previamente definido. Pela planta de 1957 sabemos que tanto a área da Cerca como a do Barreiro eram consideradas “zonas a urbanizar”.

No interior de Borba pretendeu-se dar uma feição “monumental” aos arruamentos. Esteve prevista a demolição do pequeno quarteirão que existe entre a Igreja de São Bartolomeu e o Largo dos Combatentes da Grande Guerra para fazer uma avenida monumental que “libertasse” a igreja. Nos anos 70, no seguimento desta política “monumentalista” procedeu-se à “libertação” do castelo, obra executada pela DGEMN que não foi concretizada até às últimas consequências pela crise económica que o país viveu nos finais dos anos setenta. Ainda assim, procedeu-se à demolição de diversos edifícios de valor, tais como o “edifício guia” que possuía um cunhal em mármore na esquina entre a Rua Humberto Silveira Fernandes e a Avenida 25 de Abril, a capelinha das Almas, o cemitério da Misericórdia, etc.

Neste mesmo espírito esteve prevista, nos anos 80, a demolição do actual Centro Cultural de Borba com o objectivo de fazer uma grande avenida a ligar a Praça à E.N. 4. Felizmente, este projecto não foi concretizado já que o edifício em questão data de finais do século XVIII e fazia parte do projecto de urbanização do “Assiqueiro”.

Nas últimas décadas tem-se vindo a proceder à urbanização da envolvente de Borba. Edificaram-se os bairros da Cerca, do Chalet, e mais recentemente a Horta do Rossio, as urbanizações junto à Estrada Nacional e a Horta do Picadeiro. Está também prevista a urbanização do Barreiro, junto à linha ferroviária a Poente da vila.

3 A IGREJA MATRIZ

3.1. Fundação

O Padre Carvalho da Costa afirmou, em 1708, que Borba foi conquistada aos mouros, em 1217, por D. Afonso II, citando uma obra de Rodrigo Mendes Silva⁷⁹. Desconhecemos a fonte que forneceu a informação a este último cronista, mas, a avaliar pela situação geo-política da Reconquista, é provável que corresponda à verdade.

⁷⁹ Cf. SYLVA, Rodrigo Mendes, *Op. Cit.*, p. 135. cit. COSTA, A.Carvalho da, *Op. Cit.*, p. 513.

Contudo, não data destes anos a construção da primeira igreja de Borba. Foi primeiro necessário pacificar a região através das conquistas de Elvas e Juromenha, em 1223⁸⁰, para que as instituições religiosas se sediassem nesta vila alentejana.

A primitiva povoação, que por questões de defesa se situaria numa elevação⁸¹ ainda não identificada, com a pacificação do território, desceu até ao vale aprazível onde hoje se situa Borba. Esta vila possui uma localização privilegiada pela abundância de linhas de água e pelas estradas que conduziam a diversas localidades.

Tornando-se a vila pacífica, ouve a necessidade de se edificar uma igreja que fornecesse à população o culto cristão. No entanto, logo no século XIII surgiram disputas entre os vários poderes religiosos que se degladiavam pelo controlo das igrejas da região.

A 28 de Abril de 1260, D. Afonso III entregou a D. Martinho Fernandes, mestre da Ordem de Avis, o padroado das igrejas de Borba, entre muitas outras localidades, em recompensa pela sua participação na conquista definitiva do Algarve, anos antes. Esta doação originou grandes conflitos entre o Bispo de Évora e o mestre de Avis, lutando ambos os prelados pelo poder do padroado das igrejas, que lhes dava o direito de arrecadar as ricas esmolas. O Bispo de Évora recorreu da decisão régia à Cúria Papal, tendo Urbano IV nomeado uma comissão de inquérito em 1262 encabeçada pelo chantre e mestre escola de Coimbra. A sentença da comissão de inquérito foi emitida, em 1265, a favor da Ordem de Avis. Em 1271, a doação de D. Afonso III foi confirmada pelo próprio monarca, mas o Bispo de Évora, D. Durando, só reconheceu esta decisão em 1279⁸². Pela doação de D. Afonso III sabemos que a primitiva Igreja de Santa Maria do Castelo já existia em 1260.

A exacta localização desta igreja assume-se algo problemática. Túlio Espanca afirma que seria onde hoje se encontra a Igreja da Misericórdia, por ter sido o templo cedido à Irmandade do Espírito Santo, antecessora desta instituição⁸³. Contudo, o topónimo da Rua de Santa Maria, afastada da Igreja da Misericórdia, parece contradizer esta hipótese. Apenas com um levantamento integral de todo o interior do castelo e com escavações arqueológicas se poderá encontrar a verdadeira localização da Igreja de Santa Maria do Castelo.

⁸⁰ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 67.

⁸¹ Frei Agostinho de Santa Maria chegou a observar os restos desta "povoação". Cf. SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Op. Cit.*, p. 161.

⁸² Cf. IAN/TT, Ordem de Avis, núcleo procedente da Repartição de Finanças de Portalegre.

⁸³ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 67.

Desta igreja nada se sabe, devendo ser um templo de pequenas dimensões a avaliar pelo tamanho da vila de Borba antes do século XV. Do seu interior sabemos apenas que, em 1362, possuía *os altares todos bem reparados*⁸⁴.

3.2. Refundação

Em 1315, D. Dinis concedeu carta de feira à vila de Borba⁸⁵. Este documento foi de extrema importância, pois permitiu à vila tornar-se num importante centro comercial, afluindo aí gentes e produtos dos centros urbanos mais próximos (Évora, Estremoz, Elvas, Vila Viçosa, Veiros, etc.). A carta de feira originou o crescimento da vila nos anos seguintes. Pela análise dos arruamentos, observamos que houve um primeiro crescimento desordenado e rápido, que acompanhou a Estrada de Estremoz, (actuais Ruas 13 de Janeiro, Nunes da Silva, Dr. Ramos de Abreu e António Joaquim da Guerra). Por volta do início do século XV, as classes dirigentes tentaram contrariar e ordenar este crescimento desgovernado. Tal pode ser observado pelo crescimento “em espinha de peixe” (actuais Ruas Padre Bento Pereira, São João de Deus, Combatentes do Ultramar, cortadas pela Rua Mateus Pais) e pela construção de uma nova Matriz na direcção oposta a este crescimento.

Pretendia-se assim ordenar e uniformizar a evolução urbanística da vila atraindo a edificação de novas casas no alçado Oriental do castelo. O investimento na construção de uma nova Matriz também foi necessário devido ao grande crescimento da vila no século XV. A primitiva Igreja de Santa Maria do Castelo não deveria oferecer condições para albergar toda a população da vila.

Assim, em 1420, D. Fernão Rodrigues de Sequeira, mestre da Ordem de Avis, mandou construir a nova Igreja Matriz de Nossa Senhora do Soveral conforme atesta a bela lápide em mármore que existe no lado da Epístola, único testemunho da fábrica quatrocentista.

Para explicar esta estranha decisão de construir a Matriz fora do tecido urbano da vila, surgiu em torno da nova igreja uma lenda, segundo a qual, a Virgem Maria teria aparecido num bosque de sobreiros, junto ao lago onde se havia descoberto o barbo que deu o nome à vila. Esta lenda é narrada por frei Agostinho de Santa Maria, em 1718⁸⁶, mas já seria narrada pelo menos desde o século XVI.

⁸⁴ Inventário que se procedeu por morte do Mestre D. Martim de Avelar acontecida em 1362 e a quem sucedeu D. João que depois foi rei, Documento transcrito por AZEVEDO, Pedro A. de, “Um Inventário do século XIV” in VASCONCELLOS, J. Leite de (Redactor), *O Archeólogo Português*, vol. VII, p. 227.

⁸⁵ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fl. 97.

⁸⁶ Cf. SANTA MARIA, Frei Agostinho, *Op. Cit.*, pp. 162 e 163.

Da igreja quatrocentista apenas resta uma memória escrita: a *Visitação do arcebispo de Évora*, de 1534, documento guardado na Biblioteca Pública daquela cidade⁸⁷.

Convém explicar os objectivos que assistiram à elaboração destes documentos. A “visitação” tratava-se de uma inspecção das autoridades eclesiásticas às igrejas da sua jurisdição. A Diocese de Évora incluía praticamente todo o território alentejano. Contudo, devido às numerosas doações dos monarcas às ordens militares de Avis, Santiago, Cristo e Hospital, poucas eram as igrejas que realmente estavam sob a jurisdição directa da Diocese.

Ao longo da história da província alentejana, será constante uma tensão entre as ordens militares e o Arcebispado, já que este manifestava constantemente o direito de poder exercer a sua jurisdição sobre todas as igrejas transtaganas. Para isso, o Arcebispado procedia a constantes inspecções, as “visitações”, com o intuito de mostrar junto do monarca a má gestão que as ordens militares faziam. Em jogo estavam as receitas das igrejas, quer através das “dízimas”, quer através das restantes doações particulares.

É neste clima de tensão que surge a *Visitação de 1534*. Neste documento, o arcebispo de Évora registou o que viu nas visitas que fez a todas as igrejas de padroado externo à Diocese. No caso da Matriz de Borba, o arcebispo intimou Mando Afonso, recebedor da fábrica, ou seja, responsável pela decoração e arranjo da igreja, a cumprir as disposições da visitação de 1533. Desconhecemos o conteúdo deste documento, mas a razão pela qual Mendo Afonso não respeitou a ordem do arcebispo de Évora, deve-se ao facto dele não lhe dever obediência, uma vez que, como observámos, o padroado da Igreja Matriz de Borba recaía directamente sobre a Ordem Militar de Avis. Ou seja, apesar de proceder a uma visitação ao templo, o arcebispo de Évora não possuía qualquer poder vinculativo naquela igreja.

Ainda assim, o arcebispo deixou algumas ordens que, mesmo que não tenham sido cumpridas, deixam antever o interior do desaparecido templo.

Sabemos assim que a igreja quatrocentista possuía apenas três altares e tinha cruzeiro demarcado no espaço interior. Para cada altar, mandou o arcebispo fazer uma pintura sobre madeira que, a terem existido, seriam certamente da oficina de Évora, onde trabalhavam os melhores pintores quinhentistas portugueses à época.

A existência apenas de três altares leva-nos a pensar que a igreja quatrocentista seria de pequenas dimensões, pensada apenas para a população do burgo medieval. No século XVI, talvez devido ao aumento da população, e certamente devido à reforma da Ordem de Avis, por D. João III, procedeu-se à construção do actual templo.

⁸⁷ Cf. BPE, *Visita do Arcebispo de Évora no Ano de 1534*, cod. CXXIII / 1-1, fls. 105 e seguintes.

3.3. A igreja-salão quinhentista

Através de outra visitação datada de 1560⁸⁸ sabemos que a Igreja de São Bartolomeu estava a funcionar provisoriamente como matriz de Borba, em vez da Igreja de Nossa Senhora do Soveral. Esta informação deixa antever que a igreja estaria numa intensa campanha de obras, incompatível com a prática do culto.

De facto, a actual Igreja Matriz é um exemplo das igrejas-salão que floresceram um pouco por todo o Alentejo, no século XVI. George Kubler⁸⁹ estudou estes exemplares classificando-os como identificativos de um estilo tipicamente português: a arquitectura chã. Como Túlio Espanca assinalou no seguimento das investigações de Kubler, a Igreja Matriz de Borba pertence ao conjunto de templos reformados pela Ordem de Avis, quando D. João III, em 1550, *integrou o mestrado na coroa e deu nova orientação sumptuária aos edifícios sacros do ramo avisense*⁹⁰.

O primeiro templo integrado nesta reforma foi a Igreja de Santo Antão de Évora, mandada construir em 1557 pelo infante D. Henrique, então arcebispo de Évora e futuro Cardeal Rei de Portugal.

No seguimento da construção desta igreja, surgiram as Igrejas de São Salvador de Veiros (1559), Santa Maria do Castelo de Estremoz (1559-1562), Matriz de Monsaraz (1563), Santa Maria do Castelo de Olivença (1570-1584) e, claro, Nossa Senhora do Soveral de Borba (1560). Pela cronologia concluímos que a Igreja Matriz de Borba foi uma das primeiras a seguir o modelo de Évora.

George Kubler ignorou no seu estudo a igreja de Borba, provavelmente por não ser conhecido na época qualquer documento que a colocasse neste lote de igrejas. Mais tarde, Túlio Espanca adiantou a hipótese do mestre pedreiro encarregue da sua execução ter saído do círculo de Pedro Gomes, mestre de obras muito activo na época e responsável pela concretização de outros templos do padroado da Ordem de Avis⁹¹.

Julgamos contudo que muitas outras igrejas alentejanas se inscrevem neste lote de imóveis, tal como a Igreja de Santa Maria de Beja, a Igreja Matriz das Alcáçovas, a Igreja Matriz de Fronteira, entre muitas outras. É de vital importância realizar a inventariação exaustiva destas igrejas, procedendo-se ao recenseamento da documentação que testemunhe a sua construção,

⁸⁸ Cf. BNL, *Secção de Reservados*, Códice 10.845, fl. 2.

⁸⁹ Cf. KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã: entre as especiarias e os diamantes 1521 – 1706*.

⁹⁰ ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 71.

⁹¹ Cf. Idem, *Op. Cit.*, p. 72.

com o objectivo de identificar donde surgiu este denominador comum: se do Cardeal Infante D. Henrique, se da Ordem de Avis ou se do Arcebispado de Évora.

No decorrer das nossas investigações, encontramos algumas referências documentais inéditas que ajudam a compreender como nasceu a actual Igreja Matriz de Borba.

Sabemos, por exemplo, que o promotor da Igreja Matriz de Borba foi o próprio Cardeal Infante D. Henrique (1512-1580), ganhando assim forma a hipótese da concepção deste tipo de igrejas ter nascido em conjunto. O documento que nos revela este importante dado trata-se das *Lembranças do Vigário de Borba, Aleixo Martins*, datadas de 1587 e guardadas na Biblioteca Pública de Évora⁹².

O padre Aleixo Martins tece uma profunda crítica à Ordem de Avis, enquanto gestora da Matriz, e refere que, após a conclusão da capela-mor e de quatro capelas, a obra estagnou, tendo-se coberto o conjunto com um telhado. A gestão prática da obra cabia aos vereadores da Câmara Municipal, até que, no ano de 1586, o prior de Avis retirou esse poder ao município. O padre Aleixo Martins afirma que a obra estagnou devido à interferência do prior. Contudo, por outras afirmações no documento, percebemos que a obra já estaria parada em 1586, e que a acção do prior destinava-se precisamente a sair desse impasse.

O padre Aleixo Martins também refere que a igreja estava de tal forma incompleta que era totalmente impossível servir ao culto.

Anos depois, em 1597, o Senado da Câmara Municipal de Borba fez uma exposição ao rei solicitando a “restauração” (sic) da freguesia de São Bartolomeu e a restituição da gestão da obra da Igreja Matriz⁹³. O Arcebispado uniu-se à Câmara Municipal contra a Ordem de Avis. A criação de uma nova paróquia, sujeitando-a ao arcebispo de Évora, iria retirar aos freires da Matriz mais de metade dos seus fregueses e consequentemente das receitas. A Câmara Municipal, por sua vez, recuperaria a gestão de uma obra importante e o poder sobre 60.000 réis anuais de receitas eclesiásticas.

Analisando morfológicamente o templo conclui-se que se trata de uma típica igreja chã da Ordem de Avis. Todas estas igrejas possuem um denominador comum: nave única, ou dividida por colunas de grande altura, para que houvesse uma união dos fiéis dirigindo as suas atenções para a capela-mor, onde se localizava o Santíssimo Sacramento. Esta planimetria surgiu como resposta às exigências arquitectónicas do Concílio de Trento, que reforçou as posições da Igreja Católica contra a Reforma Protestante.

⁹² Cf. BPE, *Lembranças do Vigário de Borba, Aleixo Martins, para o Sínodo*, cod. CIX / 2-8, peça n.º 6.

⁹³ BPE, *Carta do Senado da Câmara de Borba...*, cod. CIX / 2-8, peça n.º 84.

Ao analisarmos a planta da Igreja Matriz de Borba, temos de ter em conta que a Capela do Santíssimo Sacramento foi aberta no século XVII, que a Capela das Almas foi aumentada no século XVIII e que a capela-mor foi aumentada nos finais do século XVIII e inícios do XIX para receber um grandioso retábulo em mármore, nunca concretizado. Felizmente, o padre Luís Cardoso no *Dicionário Geográfico* enumera, em 1751, as medidas da capela-mor: *A capella mor tem de comprimento dezaseis e quatorze de largo*⁹⁴, ou seja, a capela-mor era quadrada.

Analisando uma planta da igreja observamos que a capela-mor original inscrevia-se no rectângulo geral da igreja, sendo ladeada por duas salas que funcionavam como consistórios de irmandades e que evitavam que a capela-mor estivesse pronunciada na fachada. Esta característica pode ser observada noutras igrejas do mesmo período e da mesma tipologia, como por exemplo, a Igreja de Santa Maria do Castelo, em Estremoz.

De facto, nenhuma das capelas ou sacristias se pronunciava do conjunto, havendo uma congregação dos módulos para formarem organicamente um único edifício que era pensado como um bloco. Este tipo de mentalidade é muito próprio da arquitectura militar da segunda metade do século XVI tendo transitado por questões ideológicas para a arquitectura religiosa.

A Igreja Matriz de Borba era portanto uma “box church” com as medidas exteriores de 39,55 metros de comprimento por 27,15 metros de largura. Se analisarmos estes números observamos que o terço do comprimento da igreja é igual à metade da largura, numa proporção de 3:2, dimensões também utilizadas na Sé de Portalegre.

De igual forma, o comprimento interior da nave mede 31,45 metros e a largura 15,75 metros, ou seja, o comprimento corresponde ao dobro da largura, numa proporção de 2:1, proporção também utilizada noutros templos, como por exemplo na Sé de Leiria.

A escolha destas medidas não é destituída de significado. Desde a época medieval que há a preocupação de construir as igrejas “ad quadratum”, ou seja, com a proporção de 3:2. Estas medidas eram consideradas por Santa Hildegarda, uma teóloga medieval cujos escritos foram difundidos por todo o mundo católico, como as medidas do microcosmos, ou seja do Homem⁹⁵. Por esta razão foi a proporção utilizada para o exterior da Igreja Matriz de Borba, considerada como a parte profana e mundana do templo. Por sua vez, as medidas 2:1 reflectem a utilização do quadrado perfeito e, portanto, divino. Por isso, foram utilizadas no interior da nave, a parte sagrada do imóvel.

No interior, a Igreja Matriz de Borba possui três naves à mesma altura e cinco tramos divididos por oito grossas colunas de mármore lisas sem qualquer decoração. De facto, estas

⁹⁴ CARDOSO, Padre. Luís, *Dicionário Geográfico*, t. II, p. 206.

⁹⁵ Cf. CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain, *Dicionário dos Símbolos*, p. 549.

colunas nem têm capitel, existindo apenas um ábaco a separar o fuste do arranque da abóbada. No final de cada fuste existe um aro em torno da coluna que faz uma marcação de um pseudocapitel. Contudo, este aro encontra-se a diferentes alturas em cada uma das colunas, sem que seja marcado qualquer ritmo ou progressão, daí não ser clara a sua intencionalidade.

Este tipo de colunas foi retirado dos tratados de arquitectura militar e tem por objectivo demonstrar aos fieis através da arquitectura a fortaleza com que a Igreja Católica pretendia tratar aqueles que atacassem os seus dogmas. Já havíamos verificado que a conjugação de todos as divisões da igreja num único bloco também era extraído da arquitectura militar. A igreja deixou de ser um local de culto e paassou a ser um local de combate, um baluarte ou uma fortaleza da Fé que defendia os pressupostos do Concílio de Trento. Esta defesa dos dogmas da Fé Romana deixou de ser pacífica para passar a ser activa e beligerante, ou seja, a Igreja e os Católicos estavam dispostos a combater pela defesa da sacralidade da Hóstia Consagrada, da Virgem Maria e dos Santos.

Um dos dogmas defendidos pela Igreja Romana era a sacralidade do Santíssimo Sacramento que os protesteantes contestavam mas que os Católicos ainda hoje acreditam. A Igreja Matriz de Borba e as igrejas que na mesma época vão surgir no Alentejo serão testemunhos desta doutrina contrareformista. Em todas estas igrejas as atenções dirigem-se para o altar-mor, o local mais sacro da igreja onde se situava o sacrário que resguardava as hóstias consagradas. Na Igreja Matriz de Borba, existe uma diferença na cota entre o tramo mais próximo da saída da igreja e o tramo mais próximo ao altar, sendo este mais elevado. Esta elevação foi prevista pelo projecto inicial da igreja, como se observa pelas bases das colunas que a acompanham e tinha por objectivo elevar subtilmente a capela-mor, para que toda a assistência pudesse da nave assistir ao officio divino.

3.4. Capelas e irmandades: o recheio artístico

As irmandades eram associações de leigos em torno de um santo ou imagem de devoção comum. Por vezes, as irmandades associam-se por profissões ou por outras características de comunhão social.

Na Igreja Matriz de Borba coabitavam várias irmandades de igual importância, cada uma delas detentora da sua própria capela. Desta forma, distinguia-se da Igreja de São Bartolomeu, onde a Irmandade do Santíssimo Sacramento detinha a quase exclusividade das intervenções na igreja. O padre Luís Cardoso, em 1751, enumera as várias irmandades: *Há nella as*

*irmandades seguintes: a do Santíssimo Sacramento, da Cruz de Christo, do Rosário, da Senhora do Bom Sucesso, do Anjo da Guarda e das Almas*⁹⁶.

Destas destacavam-se duas principais pelo seu poder económico: a das Almas e a do Santíssimo Sacramento. Cada uma destas confrarias possuía a sua capela privativa sendo a responsável pelo seu ornamento e arranjo, competindo muitas vezes entre si pela honra de possuírem a mais bela capela da igreja, ou mesmo da vila.

Cada irmandade era uma instituição independente com personalidade jurídica, o que lhe conferia todos os poderes de possuir, vender, trocar ou comprar propriedades agrícolas, rendas, juros, heranças e, principalmente, de parcelas da própria igreja. A capela com todos os seus paramentos e alfaias litúrgicas, local onde eram rezadas as missas pagas pela respectiva irmandade, não pertencia ao Arcebispado, nem à Ordem de Avis, nem ao prior, mas à própria irmandade. De igual forma, as salas de reunião dos membros da Irmandade, os “consistórios”, também pertenciam e eram construídos às custas da própria instituição.

No dia 22 de Abril de 1690, deu-se a situação caricata da Irmandade das Almas ter vendido por 42.000 réis um dos dois terços que dispunha do consistório comum à Irmandade do Anjo da Guarda⁹⁷.

Esta partilha forçada era muitas vezes acompanhada por rivalidades. Por isso, a Ordem de Avis necessitava de nomear as comissões de “fabriqueiros”, onde se incluíam o fabriqueiro, o escrivão e o recebedor. Estas comissões tinham por função coordenar o arranjo, manutenção e ornamento da restante igreja, em particular das zonas comuns, tais como os telhados, nave, sacristias, coro, torre e outras dependências que não estavam vinculadas a qualquer irmandade ou capela privativa.

As “fábricas” dividiam-se em “fabrica grossa” que coordenava as grandes empresas artísticas e arquitectónicas e a “fabrica miúda” que velava pela manutenção e limpeza quotidiana da igreja.

As nomeações que nos chegaram dos fabriqueiros são bastante incompletas, sendo apenas de realçar a nomeação em 1685 do fabriqueiro João Silvério⁹⁸, possível responsável pelo revestimento dos azulejos da nave e pela destruição do fresco quinhentista que representava Nossa Senhora do Soveral. Esta obra foi muito criticada já no século XVIII pelo autor do *Santuário Mariano*. Também são conhecido os fabriqueiros da “fábrica grossa” Luís Fernandes

⁹⁶ *Ibidem*.

⁹⁷ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 40, fls. 140v a 143.

⁹⁸ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 17, fl. 404.

Curvo⁹⁹ (1735), Manuel Ramalho¹⁰⁰ (1741) e Brás Mendes Belo¹⁰¹ (1753) o que deixa antever campanhas de obras importantes que não foram ainda identificadas.

Julgamos que a nomeação destes fabriqueiros denuncia que a construção do templo ainda decorria durante o século XVII e XVIII. De facto, em 1694, temos a informação que a Igreja Matriz continuava incompleta¹⁰².

Em 1751, na visitação do arcebispo de Évora, Frei Miguel de Távora, não se refere que a igreja estivesse em obras ou incompleta, pelo que consideramos que por esta altura já se havia concluído definitivamente o templo¹⁰³.

Das campanhas decorativas comuns à igreja, destacam-se os já referidos azulejos de padrão de maçaroca da nave e, do mesmo período, a pequena sala que existe sobre o Altar da Cruz de Cristo, conhecida pelo “Calvário”, sala com uma magnífica abóbada de meia laranja completamente decorada a brutesco, onde se distinguem ainda as marcas do compasso para melhor executar os desenhos, mas cuja função permanece por descobrir.

3.4.1 A Capela do Anjo da Guarda

A primeira capela do lado do Evangelho é a do Anjo da Guarda ou do Anjo Custódio de Portugal. A Irmandade que a tutelava nasceu em 1649¹⁰⁴, fruto da conjuntura ideológica da Guerra da Restauração. Esta ideologia esteve presente na dedicação de inúmeras capelas a oragos defensores da nova dinastia dos Braganças, como Nossa Senhora da Conceição, e da Independência Nacional, como o Anjo Custódio de Portugal.

Da época da Restauração sobreviveram vestígios das pinturas de brutescos no intradorso do arco da capela onde ainda se pode observar um brasão de Portugal ao centro. A abóbada ainda possui a solução da cruzaria de ogivas muito tardia.

O retábulo em talha segue o modelo do “Barroco Nacional” com as colunas salomónicas decoradas com parras e uvas que se prolongam para o tímpano do retábulo. Como nunca foi dourado, recebeu uma policromia no século XIX ou XX. Túlio Espanca acertou ao afirmar que se trata de um exemplar datável do reinado de D. Pedro II¹⁰⁵. De facto, no dia 8 de Outubro de 1695, o reitor desta irmandade, António Lourenço Franco, e mais membros da Mesa, assinaram

⁹⁹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 28, fl. 405.

¹⁰⁰ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 31, fl. 328.

¹⁰¹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 28, fl. 254 v.

¹⁰² Cf. BPE, *Descrição do Arcebispado de Évora de 1694 feita pelo Arcebispo de Évora D. Diogo de Sousa*, in CASTRO, Padre João Bautista de, *Pecúlio* 8.º, cod. CXII / 2-8, fl. 307(23).

¹⁰³ Cf. PRQBRB, caixa 1, *Livro das Visitas da Igreja Matriz de Borba, prencipiou no anno de 1751*.

¹⁰⁴ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 14, fl. 363.

¹⁰⁵ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 74.

um contrato com o entalhador Baltazar Fernandes, activo em Vila Viçosa, para este lhe fazer o retábulo da capela¹⁰⁶.

Pelo contrato sabemos que o retábulo tinha de estar pronto em Maio de 1696, tendo custado à Irmandade a quantia de 90.000 réis. Bento Dias Picão, provavelmente outro entalhador, serviu de fiador ao calipolense Baltazar Fernandes, como era tradição na época.

A actual capela possui planta quadrada com abóbada polinervada que será, contudo, da segunda metade do século XVII. As paredes estão decoradas com azulejos seiscentistas de padrão de maçarocas e possuíram, em tempos, pintura mural. No chão, encontramos a sepultura do capitão Diogo de Sande de Vasconcelos, capitão mor da vila nos inícios do século XVIII, que dada a sua actividade militar seria devoto do orago.

3.4.2 A Capela das Almas

A Irmandade das Almas do Purgatório foi fundada em Borba pelo alvará de 22 de Março de 1645, emitido pela Ordem de Avis. Os seus principais promotores foram os borbenses António Caldeira, Manuel Rodrigues, Pedro Nunes, Manuel Martins e António Soares¹⁰⁷.

A 4 de Abril do mesmo ano, emitiu-se uma nova autorização para se proceder à construção da capela, ficando a Irmandade com a total responsabilidade pela sua ornamentação¹⁰⁸.

No dia 29 de Abril de 1647 assinou-se o contrato notarial¹⁰⁹ que definiu a primeira campanha artística desta capela. O reitor da Irmandade era D. Rodrigo da Cunha Ferreira, o célebre alcaide-mor do castelo de Borba que morreu às mãos dos espanhóis em 1662.

Para a assinatura deste documento, compareceu o mestre de obras Paulo Rodrigues que se comprometeu a concluir a já começada capela das Almas à semelhança da capela da Santa Casa da Misericórdia, que lhe estava fronteira. A nova capela seria efectuada pelo preço de 99.000 réis, que seriam pagos em três vezes. A capela teria de estar acabada em Julho desse ano de 1647.

Subentende-se por este documento, que a primitiva Capela das Almas não seria maior que as demais. O prolongamento que hoje se observa e que a torna na capela mais funda da igreja, terá sido feito no século XVIII.

De facto, ao longo deste século, esta Irmandade foi enriquecendo pelas doações dos seus irmãos, ricos proprietários vitivinicultores. Em 1749, esta Irmandade recebe os bens da Capela

¹⁰⁶ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 39, fls. 67v a 68v.

¹⁰⁷ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 14, fl. 197v. O original encontra-se no PRQBRB, caixa 2.

¹⁰⁸ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 14, fls. 202 a 202v.

¹⁰⁹ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 7, fls. 54v a 55v.

de Fernando Vaz Cepa. Esta “capela” não era física, mas sim um conjunto de rendas sobre terras agrícolas que revertiam para a Irmandade em troca de missas pela alma do instituidor. Estes bens e as suas rendas eram administrados pela viúva, D. Joana Maria de Azevedo e Mourão que, por contrato datado de 14 de Novembro de 1749, passou para a Irmandade das Almas a gestão destes bens¹¹⁰. Por esta razão é que Fernando Vaz Cepa, falecido a 9 de Novembro de 1724, apenas é trasladado para o seu túmulo na Capela das Almas em 1750. Esta figura foi de grande importância intelectual em Borba, tendo deixado a sua biblioteca ao Convento do Bosque, podendo ser hoje em dia consultada na Biblioteca Pública de Évora¹¹¹.

Na visitação de 1751, efectuada pelo próprio arcebispo de Évora, Frei Miguel de Távora, refere-se que esta Irmandade era *das mais ricas da igreja*¹¹².

Em 1798, o Papa Pio VI concedeu a esta capela o título de “altar privilegiado”, ou seja, as missas aí rezadas por alma de um defunto tinham mais valor na sua salvação. O objectivo era fazer afluir à Irmandade as doações dos fiéis. Este fluxo de dinheiro possibilitou à Irmandade proceder a uma campanha decorativa que tornou esta capela numa das mais belas de Borba. O primitivo espaço quadrado da capela quinhentista foi rasgado e aumentado para a capela receber três altares em mármore branco e negro, sendo o conjunto iluminado por um lanternim.

De facto, esta é a única capela da igreja que possui dois tramos, o primeiro, a nave da capela, tem abóbada de arestas, enquanto que o segundo, o da capela-mor, possui abóbada de canhão cortada ao centro pelo vão quadrado de um lanternim. Dividindo ambos os tramos encontra-se um arco triunfal em mármore branco composto por pilastras com capitel dórico e fuste decorado com grinaldas no terço superior. O arco é de volta perfeita e tem a pedra de fecho decorada com volutas, o pavimento é em mármore branco e os alçados são em alvenaria caiada de branco, decorados com um soco de azulejos policromos e recortados representando as mesmas cenas que as telas dos altares que ladeiam. Estes azulejos terão vindo de Lisboa da Real Fábrica do Rato e datarão dos finais do século XVIII.

Ao fundo, encontra-se o altar mor da capela, em mármore branco e negro, atribuído por Túlio Espanca aos irmãos Velez. É considerado, justamente, pelo mesmo autor, como o melhor retábulo da igreja. O painel central representa *o Arcanjo São Miguel e as Almas do Purgatório*,

¹¹⁰ ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 114, fls. 96v a 98v.

¹¹¹ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 74.

¹¹² PRQBRB, caixa 1, *Livro das Visitas da Igreja Matriz de Borba 1751- 1770*, visitação de 29 de Abril de 1751, fl. 11v.

tela da autoria do pintor borbense José de Sousa de Carvalho de composição inspirada numa gravura romana¹¹³.

A atribuição de Túlio Espanca deverá estar correcta pois encontrámos dois contratos notariais distintos celebrados pela Irmandade das Almas, assinados em Novembro de 1790, em que o escultor Angélico Velez e o carpinteiro Joaquim Rebelo foram escolhidos como testemunhas, provavelmente por estarem nessa altura a proceder ao assentamento dos altares¹¹⁴. Por outro lado o ano de 1790 insere-se plenamente na actividade do pintor José de Sousa de Carvalho, concluindo-se portanto que a actual campanha decorativa deverá datar deste ano.

Os altares laterais possuem o mesmo formulário estético dos finais do século XVIII e umas raras pinturas a óleo sobre vidro de autor desconhecido. No lado esquerdo, *Nossa Senhora do Carmo concedendo o escapulário às Almas do Purgatório*, e no lado direito, *São Francisco de Assis e as Almas do Purgatório*.

Separando a capela da nave existe uma guarda em mármore branco e negro recortado e com partes vasadas, decorado com motivos vegetalistas, rocailles e concheados, muito semelhante aos corrimãos nobres que se observam nos Paços do Concelho, no Palácio dos Melos e no Palácio dos Morgados Cardosos.

3.4.3 A Capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso

Nesta capela sediava-se a Irmandade com o mesmo orago. Contudo, a família dos fidalgos Lobos de Pina deve ter contribuído para a sua decoração, já que instituíram aí a sua sepultura. No lado esquerdo encontramos a sepultura de Manuel Lobo de Pina e de seu filho Pedro Lobo. Consiste numa arca brasonada sobre dois leões, obra arcaica do século XVII. No chão, em campa rasa datada de 1673 encontramos a sepultura de Lourenço Rodrigues Maio e de sua mulher Beatriz de Mourão de Pina e herdeiros.

A Capela possui planta quadrada, abóbada de cruzaria de ogivas decorada com trabalhos em estuque representando rocailles e completamente caiada de branco. O pavimento é composto por quadrados de mármore branco e negro num jogo de xadrez típico em Borba dos finais do século XVII.

As paredes encontram-se decoradas com azulejos de maçaroca, parte dos quais foram vendidos pela Irmandade de Nossa Senhora do Bom Sucesso à Igreja da Santa Casa da

¹¹³ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 74.

¹¹⁴ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 211, fls. 57 e 58.

Misericórdia¹¹⁵, onde ainda hoje se podem observar. Do século XVII é também o gradeamento da capela, semelhante ao que se observa na contígua Capela de Nossa Senhora do Rosário.

O retábulo em mármore é uma obra tardia, mas de grande valor artístico, enquadrando-se no período de 1780, época em que a vila viveu um ciclo de riqueza proporcionado pelo vinho. Deste período, a obra mais emblemática de Borba é a Fonte das Bicas, monumento onde este altar foi buscar inspiração para os elementos decorativos e compositivos. De facto, pela composição tripartida do retábulo com pilastras a dividi-lo e pela tipo de decoração de desenho solto e recorrendo às *rocailles* podemos adiantar a hipótese de ambos os monumentos terem saído do mesmo mestre escultor: António Franco Paínho.

Comprovando esta datação, encontrámos um contrato notarial datado de Novembro de 1787 em que é referido o Padre Francisco Franco como administrador da fábrica desta capela¹¹⁶, devendo caber a este prelado a gestão, a escolha e a encomenda deste retábulo.

No nicho central encontramos a imagem de Nossa Senhora do Bom Sucesso, que segundo o padre Luís Cardoso, foi trazida de Castela por soldados portugueses na Guerra da Sucessão Espanhola (1700)¹¹⁷.

3.4.4 A Capela do Santíssimo Sacramento

Inicialmente, esta capela era dedicada a São Bento, santo patrono da Ordem Militar de Avis, instituição que tutelava as igrejas de Borba. Apesar de não haver provas documentais, é provável que a Irmandade de São Bento tivesse raízes medievais, devendo ter sido a primeira Irmandade a ser instituída ainda na primitiva Igreja de Santa Maria do Castelo. Tal como aconteceu na Igreja de São Bartolomeu, a Irmandade fundadora acabou por se refundar com o título do Santíssimo Sacramento. Contudo, enquanto que na Igreja de São Bartolomeu, esta Irmandade conseguiu a quase exclusividade na gestão da igreja, na Matriz a Irmandade do Santíssimo nunca conseguiu atingir este domínio, apesar de o desejar, como se pode observar pela imponência artística desta capela, concebida como uma obra de propaganda dirigida à comunidade.

A instituição da Irmandade de São Bento foi confirmada a 12 de Maio de 1569¹¹⁸. A sua renomeação como Irmandade do Santíssimo Sacramento decorreu na primeira metade do século XVII e relaciona-se com o movimento contra-reformista tridentino em que o culto ao

¹¹⁵ Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1681 para 1682*, fl. 81v.

¹¹⁶ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 215, fls, 97 a 98.

¹¹⁷ Cf. CARDOSO, Padre. Luís, *Op. Cit.*, p. 206. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 73.

¹¹⁸ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 3, fl. 210.

Santíssimo Sacramento constituiu um dogma fundamental da Igreja Católica nos séculos seguintes.

A primeira irmandade dedicada ao Santíssimo Sacramento foi fundada em 1538 ou 1539 na Igreja sede dos Dominicanos, Santa Maria sopra Minerva, em Roma, pelo padre Tommaso Stella. Outro frade dominicano, desta vez português, frei Bartolomeu dos Mártires, mestre de Carlo Borromeu, defendeu, no Concílio de Trento, a criação de irmandades dedicadas a este orago¹¹⁹.

Contudo, o impulso fundamental para a criação destas irmandades deu-se no dia 15 de Janeiro de 1630 quando ocorreu o desacato da Igreja de Santa Engrácia, em Lisboa. O Sacrário desta igreja foi profanado e as partículas do Santíssimo Sacramento roubadas. Logo houve por todo o país inúmeros tumultos acusando-se os cristãos novos de terem profanado o Corpo de Deus, já que estes, como eram descendentes dos judeus, eram acusados de não acreditarem na sacralidade da hóstia consagrada. Um cristão novo, de nome Simão Pires de Solis, acabou por ser acusado injustamente e condenado por este acto.

Para se proceder ao desagravo deste pecado, a nobreza mais ilustre de Portugal fundou na igreja profanada de Santa Engrácia a Irmandade dos “Escravos do Santíssimo Sacramento”, servindo esta Irmandade de exemplo e modelo para todo o país¹²⁰.

Em Borba, a Irmandade de São Bento, a mais antiga da Igreja Matriz, refundou-se com o orago do Santíssimo Sacramento no ano de 1632 quando a Ordem de Avis aprovou o seu novo compromisso¹²¹.

Em 1633, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz recebe o privilégio de poder anteceder todas as outras irmandades nas procissões e enterros, inclusive a poderosa Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu,¹²² ou seja, recebe a dignidade e a honra de ser considerada a mais importante irmandade da vila.

Contudo, esta dignidade honorífica não correspondia à verdadeira importância que a Irmandade possuía em Borba. A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu era claramente a mais importante da vila por dispor de inúmeras propriedades agrícolas que lhe concediam grandes receitas monetárias. Esta riqueza era dada pelas doações

¹¹⁹ Cf. GOMES, Paulo Varela, *Arquitectura, Religião e Política em Portugal no século XVII: A planta centralizada*, p. 146.

¹²⁰ Cf. CARVALHO, Ayres de, *As Obras de Santa Engrácia e os Seus Artistas*, pp. 23 e 24.

¹²¹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 12, fl. 221. O original da patente que fundou a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz encontra-se em PRQBRB, *Livro dos Estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz*, fl. 1.

¹²² Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 12, fl. 239.

dos particulares que pertenciam à Irmandade e pelos membros da comunidade que se identificavam com esta igreja.

Em contrapartida, a Igreja Matriz, por estar afastada do centro urbano, não recebia a atenção dos borbenses. Este “abandono” da igreja que, simbolicamente, era a mais importante da vila recebeu tentativas de correcção da Coroa, que em simultâneo era a proprietária da Ordem de Avis.

Por Carta Régia datada de 14 de Outubro de 1672, o Príncipe Regente D. Pedro obrigou a que o Vereador da Câmara mais velho assumisse sempre o cargo de Juíz da Irmandade do Santíssimo Sacramento, para evitar que a Nobreza se afastasse desta instituição¹²³.

Contudo, talvez pela perda de influência da Alta Nobreza em todo o país do reinado de D. Afonso VI, D. Pedro II e D. João V, esta abandonou a presença na direcção da Irmandade. As classes mais baixas tomaram conta desta instituição de prestígio e originaram-se desacatos nas eleições da Mesa. A 11 de Abril de 1757, uma Provisão Régia obrigou que fossem apenas os nobres a ocupar os cargos de Juíz e dos restantes lugares da Mesa, proibindo-se os mecânicos de ocupar os lugares¹²⁴. Talvez pela falta da nobreza de sangue na vila, a Coroa emitiu no ano seguinte, em 1758, um novo alvará, que obrigou as pessoas mais importantes da vila, os Vereadores da Câmara Municipal, a pertencer e servir a Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz¹²⁵.

A rivalidade entre as duas irmandades do Santíssimo (Matriz e São Bartolomeu) durou todo o Antigo Regime de tal forma que, em 1819, ainda corriam processos em tribunal entre as duas Confrarias¹²⁶.

Uma das obras documentadas que correu por iniciativa da Irmandade do Santíssimo da Matriz, tratou-se do “sepulcro”, também conhecido por “Castra Doloris” ou “eça”, da Páscoa do ano de 1696¹²⁷. Um “sepulcro”, como era conhecido no Sul do País, era uma enorme construção arquitectónica em talha que se colocava no centro da igreja durante a Páscoa. Esta estrutura pretendia ser um monumento fúnebre onde, simbolicamente, estava o corpo de Jesus Cristo. Servia para exprimir a dor da comunidade pela morte de Jesus após a Paixão. Por esta razão, estas peças eram também utilizadas quando morria um monarca. Paulo Varela Gomes procedeu já a um estudo sobre estas estruturas arquitectónicas monumentais, muito mais

¹²³ Cf. PRQBRB, *Livro dos Estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz*, fl. 17.

¹²⁴ Cf. Idem, fl. 22.

¹²⁵ Cf. PRQBRB, caixa 3, *Livro para os Termos de Posse dos Piores e Beneficiados da Matriz de Borba*, 1758, Provisão para os Vereadores desta villa servirem em a Irmandade do Sacramento, fl. 24.

¹²⁶ Cf. PRQBRB, caixa 3, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Borba*, 1778 – 1845, Despesa de 1818 – 1819, fl. 105v.

¹²⁷ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 39, fls. 21 a 22.

estudadas em Espanha, mas de grande importância para o entendimento da arquitetura e escultura portuguesas¹²⁸.

No caso de “sepulcro” da Matriz de Borba da Páscoa de 1696 sabemos que este foi encomendado ao entalhador activo em Vila Viçosa, Manuel de Mures, que quarenta anos depois executou o retábulo da capela-mor da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. Por contrato celebrado a 31 de Maio de 1695, sabemos que Manuel de Mures estava associado com Domingos de Oliveira, também de Vila Viçosa, e que obtiveram autorização da Irmandade para dismantelar o sepulcro desse ano de 1695 e reutilizar as madeiras no do ano seguinte. A obra custaria um total de 138.000 réis, quantia que revela bem a enormidade da construção que possuía um projecto próprio como qualquer outra obra de arquitectura.

A actual Capela da Irmandade do Santíssimo Sacramento pretendeu ser um monumento de propaganda e afirmação da primazia da confraria na vila. Do ponto de vista arquitectónico, a capela rompeu com a planimetria chã de *box church*, em que as capelas colaterais eram simples retábulos encostados à parede, como ainda se observa na Igreja Matriz, no lado da Epístola.

Em 1647, a Irmandade recebeu a autorização necessária da Ordem de Avis para ocupar a sala contígua à capela-mor, do lado esquerdo, para fazer o seu consistório¹²⁹. Nos finais do século XVIII, optou-se por derrubar a parede que dividia esta sala da igreja, dando uma maior monumentalidade à capela.

A obra da nova Capela do Santíssimo Sacramento decorreu sob o governo do reitor Manuel de Valadares Vieira de Castelo Branco, que governou a Irmandade entre 1785 e 1798, tendo sucedido ao reitor Francisco de Abreu Freire Lobo (reitor 1778 – 1785).

A participação deste reitor terá sido indispensável para a obra, pois, logo em 1786, se iniciou a campanha de construção da nova capela. De facto, este indivíduo († 1807) era o proprietário do Palácio Valadares Castelo Branco, imóvel situado na Praça (Actual Avenida do Povo, n.º 10 – 20). Quase com toda a certeza foi ele o responsável pelas suas decorações interiores, das quais chegou até nos uma magnífica sala totalmente preenchida por pintura mural, com cenas da vida de Telémaco (filho de Ulisses). Daqui se conclui que Manuel Valadares Castelo Branco era um entendido e amante das artes, paixão que terá contribuído para a concepção e edificação da nova Capela do Santíssimo Sacramento na Igreja Matriz.

Em 1786, iniciou-se a campanha artística. Derrubou-se a parede da igreja que separava a nave do consistório, removeu-se o retábulo em talha de São Bento, construiu-se o arco da

¹²⁸ Cf. GOMES, Paulo Varela, *Op. Cit.*, p. 160 a 171.

¹²⁹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 14, fl. 298.

capela e procedeu-se à componente arquitectónica da capela, que correu sob a direcção do mestre de obras José Manços¹³⁰. Deste primitivo retábulo é provável que sobreviva a tela que actualmente se encontra na sacristia dos freires de Avis, junto à Capela do Santíssimo.

Entre 1790 e 1792, decorreu a obra de pintura da capela. Executou-se a grande tela central e a campanha de pintura mural, ambas da autoria de José de Sousa de Carvalho, pintor que recebeu a quantia de 100.000 réis pela obra¹³¹. José de Sousa Carvalho pertencia a esta Irmandade, o que é revelador do seu estatuto social na vila de Borba, pois na Irmandade do Santíssimo da Matriz apenas eram admitidos as pessoas mais nobres da vila. Pela sua alma a Irmandade mandou rezar uma missa em 1795¹³².

O gradeamento da capela foi efectuado por José Brás entre 1792 e 1794 que recebeu 151.125 réis¹³³. As grades foram douradas e prateadas em 1797/8¹³⁴.

No último ano do governo do reitor Manuel Valadares de Castelo Branco (1798) a capela foi acabada nos seus últimos ornamentos, adquiriram-se ricos damascos vindos de Espanha. Conseguiram-se as licenças necessárias do arcebispo de Évora para o culto e o pintor Manuel Carvalho deu os últimos retoques no dourado¹³⁵.

¹³⁰ “Despendeo com quatro milheiros de ladrilho d’alvenaria para a obra da capella – 09.600. Despendeo com o carroto do mesmo a quantia de – 01.000. [...] Despendeo com os canteiros e pedreiros por conta do arco para a mesma obra a quantia de 18.000. Despendeo com o carreteiro que levou para a Igreja as pedras deste mesmo a quantia de 01.200. Despendeo com hum trabalhador que ajudou a esta e outras obras dia e meio – 00.240. Despendeo com os dittos pedreiros por outras obras que fazem para a ditto capela a quantia de – 24.000” PRQBRB, caixa 3, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Borba*, 1778 – 1845, despesa do ano de 1786 – 1787, fls. 36 e 36v. “Despendeo com 500 tijolos d’alvenaria pera a obra da capella – 01.200. Despendeo com o carroto destes mesmos a quantia de – 00.130. Despendeo com o último ladrilho e carroto delle pera a ditto obra – 03.920. Despendeo com hum carpinteiro que derribou a madeira da capella de São Bento para a obra da nova capella – 00.120. [...] Despendeo com hum alvaneo e trabalhador e jornal de dois dias – 000.800. Despendeo com outro alvaneo e trabalhador e jornal de hum dia – 000.390. Despendeo com o acento do lageado da cappella materiais que se devião e estão carregados na última folha – 011.700. Despendeo com Jozé Ribeyro a paga de dois moyos d’area – 000.480. Despendeo com Jozé Manços pela última paga de toda a pedraria que fes para a obra da capella a quantia de – 040.150.” Idem, despesa de 1787 – 1788, fl. 39.

¹³¹ Cf. Idem, despesa de 1790 – 1791, fl. 45v e despesa de 1791 – 1792, fl. 47.

¹³² Cf. Idem, despesa de 1795 – 1796, fl. 54v.

¹³³ Cf. Idem, despesa de 1792 – 1793, fl. 49 e despesa de 1793 – 1794, fl. 51.

¹³⁴ Cf. Idem, despesa de 1797 – 1798, fl. 58v.

¹³⁵ “Com 180 varas de damasco emcarnado que vierão de Castella para armar-se a capella nova – 207.025. Com o Irmão Reytor actual por conta do balão e franja que trouce o Trindade para a dita armação – 072.000. Com o mesmo Trindade pela total satisfação do dito damasco, tafetam carmezim para as bandeiras e mais des covados para o pavilhão roxo por tudo – 106.580. Com Jozé Braz pela cegonha para a alampada e mais obras de ferro que fizera para a mesma capella – 004.830 [...] Com Simeião caminheiro que foi a Évora pelas licenças de benção da capella e porção a quantia de 000.800. [...] Com a dita pelo dourado e mais pintura na obra da capella, constante na relação de Manuel Carvalho – 016.800”. Idem, despesa de 1798 – 1799, fl. 60 v.

A tela central foi atribuída por Túlio Espanca a José de Sousa Carvalho que também identificou a gravura que o pintor utilizou na sua elaboração: *inspirada numa calcografia alemão de Cristian Rugendas, executada por Aug. Vind., onde é variante a cabeça do Padre Eterno, de mais robusta expressão pictórica e de roupagens bem tratadas*¹³⁶.

De facto, a pintura assume uma composição cheia de movimento pouco habitual no meio artístico borbense e que deve ter sido escolhida pela própria Irmandade, nomeadamente pelo reitor Manuel Valadares de Castelo Branco. A tela é alusiva aos principais dogmas da Igreja Católica. Em cima é representada a Santíssima Trindade com o Deus Pai, a pomba do Espírito Santo e Jesus Cristo assente sobre o globo terrestre. Em baixo, encontramos a Fé com as mãos no peito em atitude de piedade e a Eucaristia com o cálice do Santíssimo Sacramento.

No tecto, numa composição executada em pintura mural, encontramos o *Triunfo do Santíssimo Sacramento*. O cálice com a hóstia consagrada ilumina o globo terrestre que é apoiado pelas Virtudes Cardeais.

Há uma clara intenção de manifestar através da arte o apoio aos dogmas da Igreja Católica que eram sistematicamente atacados pelos Protestantes e, desde a segunda metade do século XVIII, pelas classes intelectuais que apenas reconheciam a Razão e a Ciência como únicas verdades absolutas. Este movimento cultural, que ficou conhecido pelo “Iluminismo”, teve também os seus reflexos em Borba.

Em 1798, Manuel Valadares de Castelo Branco é afastado da gestão da Irmandade do Santíssimo, não sabemos por que motivos. É quase certo que tenha saído voluntariamente, pois, verifica-se pelos registos de despesas a intenção de deixar finalizada a capela antes deste ano. Este reitor foi substituído pelo seu antecessor, Francisco de Abreu Freire Lobo, que morreu em 1801, deixando o lugar vago.

Em 1802, Manuel Valadares de Castelo Branco reassume o comando da Irmandade. Uma das suas primeiras decisões foi a de encomendar nesse mesmo ano um órgão ao mestre organeiro real António Xavier Machado Cerveira (1756-1828)¹³⁷. Desta forma, antecipou-se em dois anos à encomenda do órgão da Igreja de São Bartolomeu. Contudo, houve problemas com o órgão, já que em 1808, o mestre Machado Cerveira teve de o afinar¹³⁸. O problema não ficou resolvido, pois o órgão actual, assinado pelo mesmo mestre, está datado de 1819, o que deixa antever que foi totalmente substituído. O reitor Manuel Valadares de Castelo Branco já não presenciou estas dificuldades, tendo morrido em 1807. A sua obra marcou profundamente a vila

¹³⁶ ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 76.

¹³⁷ Cf. PRQBRB, caixa 3, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz*, 1778 – 1845, despesa do ano de 1802 – 1803, fl. 69v.

¹³⁸ Cf. *Idem*, fl. 84 v.

no plano artístico e cultural. A Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz constituiu hoje um dos maiores tesouros da vila de Borba.

3.4.5 A capela-mor

Quando o actual templo da Igreja Matriz de Borba foi construído (c. 1560-1694) a capela-mor era o espaço mais importante da igreja, dirigindo-se para esta toda a atenção dos fiéis. A própria planimetria arquitectónica do edifício foi pensada tendo em conta esta premissa: a prioridade da capela-mor por aí se localizar o Santíssimo Sacramento. Assim, as capelas colaterais eram compostas por meros retábulos encostados à parede, e a capela-mor pouco profunda. De facto, pelas medidas dadas pelo padre Luís Cardoso sabemos que esta era quadrada e se inscrevia no polígono delimitado pelas salas contíguas¹³⁹.

Da primitiva capela-mor sabemos que possuiu até finais do século XVII uma composição em pintura mural representando o orago, Nossa Senhora do Soveral. Esta notícia é dada em 1718 por Frei Agostinho de Santa Maria no célebre *Santuário Mariano: Começou logo a poderosa mão de Deos a obrar muytos milagres & maravilhas por meyo da invocação da sua Santissima May, da qual se mandou pintar a fresco huma imagem sua, na mesma forma em que apparecera. E ainda o Prior daquela igreja que nos deo esta relação, que hé morto há muytos annos & acabou muyto velho, chamado frei Gonçalo Franco Leytão, testemunhava nella, alcançara hum cão de pedra grande, em que se punhão as balanças, em que se pezavão a trigo muytos dos que se hião a pezar por promessa & offerecer à Senhora & dar-lhe as graças dos beneficios recebidos. E referia mais o mesmo prior, que vira a Imagem antiga da Senhora pintada & sentada ao pé de huma sovereyra, com o Menino Jesus nos braços & humas letras góticas & antigas que dizião: Esta hé Nossa Senhora do Soveral as quais estão hoje cubertas com os azulejos, com que depois se guarneceo a igreja, quando para conservação do antigo & milagroso apparecimento, merecião ser esmaltadas de ouro*¹⁴⁰.

Do fresco quinhentista resta uma cópia em tela, infelizmente muito repintada, na Igreja de São Bartolomeu. Esta tela foi reaproveitada e colocada, nos finais do século XVII, na nave desta igreja, provavelmente como reacção da comunidade à destruição da antiga imagem ligada a um milagre ocorrido em Borba. De facto, o próprio Frei Agostinho de Santa Maria critica esta destruição patrimonial que já no século XVII deverá ter causado polémica na vila.

Quanto à datação da pintura e da sua destruição não existe qualquer informação. Sabemos, contudo, que o referido Frei Gonçalo Franco Leitão foi nomeado pároco da Igreja Matriz a 7 de

¹³⁹ Cf. CARDOSO, Padre Luís, *Op. Cit.*, p. 206.

¹⁴⁰ SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Op. Cit.*, p. 163.

Setembro de 1655 pela Chancelaria da Ordem de Avis¹⁴¹. Assim, a destruição do fresco ocorreu entre 1655 e 1718. É provável que esta destruição tenha ocorrido por volta de 1690, quando o prior João Cordeiro mandou fazer, em Évora, a imagem estofada e dourada representando Nossa Senhora¹⁴². O sobreiro que lhe ficava por detrás e a identificava como sendo Nossa Senhora do Soveral foi retirado no século XIX¹⁴³.

Quanto à elaboração do fresco, a avaliar pela sua cópia, trata-se de uma pintura quinhentista feita com toda a probabilidade quando se finalizou a capela-mor da igreja, ou seja, nos finais do século XVI.

O aumento em profundidade da capela-mor ocorreu depois de 1751, com toda a probabilidade na década de 1780. Sabemos que em 1785/6 a “fábrica miúda” pagou 7.200 réis pelo risco do retábulo que seria pago pela “fábrica grossa”¹⁴⁴, pelo que neste ano a capela-mor já estaria finalizada na sua componente arquitectónica.

Contudo, ocorreu um problema relacionado com esta obra (infelizmente não identificado na documentação) e, em 1812, o retábulo ainda não estava pronto, estando a sua concretização envolta em inúmeros problemas judiciais¹⁴⁵.

Desta forma, a capela-mor da Igreja Matriz de Borba surge despida e destituída do grande retábulo, provavelmente em mármore, que pretendia ser a jóia da igreja, mas que nunca foi executado.

De facto, a capela-mor é hoje o elemento mais despojado do templo, apenas decorado pelas pinturas do camarim do retábulo, pelas estátuas de São João Evangelista e Nossa Senhora, provenientes do calvário do Altar do Santo Cristo da Igreja de São Bartolomeu, e pelas duas telas representando a *Imaculada Conceição* e a *Anunciação* que vieram da igreja dos frades paulistas de Nossa Senhora da Soledade.

3.4.6 O Altar da Cruz de Cristo

Esta capela manteve a espacialidade quinhentista do templo não tendo ocupado a sala abobadada que se encontra por detrás.

Não sabemos a data de fundação desta Irmandade. O primeiro documento que atesta a sua existência é do contrato de empréstimo de dinheiro a juros a António Marçal datado de 18 de

¹⁴¹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 14, fl. 577v.

¹⁴² Cf. SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Op. Cit.*, p. 164.

¹⁴³ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 77.

¹⁴⁴ Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Fábrica Miuda da Igreja Matriz da Vila de Borba, 1757 – 1835, despesa 1785 – 1786*, fl. 71v.

¹⁴⁵ Cf. *Idem*, despesa de 1812 – 1813, fl. 121v.

Janeiro de 1678¹⁴⁶. Nos seus primeiros estatutos, datados apenas de 1788, refere-se que a Irmandade já existia antes de 1666, não havendo na época muita certeza quanto à questão¹⁴⁷.

De facto, esta irmandade foi a mais importante instituição de crédito da vila de Borba ao longo da Idade Moderna. Nas notas dos tabeliães de Borba, por todo o século XVIII, registaram-se inúmeros contratos de empréstimos de dinheiro a juro que a Irmandade concedia aos borbenses que necessitavam investir.

O retábulo que hoje se observa na igreja é de grande altura, em estilo neoclássico devendo ser do período de 1804–1820, época em que a vila viveu uma época de riqueza e prosperidade motivada pelo vinho.

Contudo, este retábulo aproveitou um Calvário preexistente com esculturas seiscentistas. As restantes esculturas também são anteriores. Infelizmente a ausência de documentação não permite adiantar grandes informações sobre este retábulo, para além do facto de ter sido mandado fazer pela Irmandade da Cruz de Cristo, proprietária de alguns terrenos agrícolas na envolvente da vila.

3.4.7 A Capela de Nossa Senhora do Rosário

Não sabemos a primitiva evocação desta capela, já que o culto à Senhora do Rosário surgiu com maior força na Península Ibérica após a Batalha de Lepanto, em 1571. Neste ano deu-se a primeira grande vitória dos cristãos contra o Império Otomano, até aí considerado invencível. O Rosário passou a ser considerado como um instrumento de fé e de combate contra os infiéis, primeiro os muçulmanos (como se verificou na Batalha de Lepanto) depois abrangente aos Protestantes do Norte da Europa e Hereges que pudessem surgir na comunidade.

Talvez com esta invocação a baptizassem os primeiros donatários da capela, um desconhecido Rui de Moraes de Campos e posteriormente (1642) D. Pedro de Melo e Castro, fidalgo da Casa de Sua Majestade, fundador da Quinta do Mosteiro, e veterano da Batalha de Alcácer Quibir. Como evocação desta batalha contra os muçulmanos (já lendária no século XVII) procedeu-se à atribuição da capela à Senhora do Rosário.

A informação de Túlio Espanca¹⁴⁸ em que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário só foi fundada em 1697 está incorrecta, uma vez que existe um contrato datado de 15 de Outubro de

¹⁴⁶ Cf. ADE, Cartórios Notariais de Borba, Livro 26, *Contrato de empréstimo de dinheiro a juros entre a Irmandade da Cruz de Cristo e António Marçal*, 18 de Janeiro de 1678, fls. 77v a 79v.

¹⁴⁷ Cf. PRQBRB, *Compromisso da Irmandade da Cruz de Cristo da Matriz*, 1788, fl. 1.

¹⁴⁸ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 75.

1666 em que esta Irmandade arrenda a Herdade do Poço do Barbo¹⁴⁹. Muito provavelmente a Irmandade da Senhora do Rosário ocupou o patronato da capela deixado vago pela família Melo e Castro. A esta Irmandade se deve, portanto, a quase totalidade das obras de arte que se podem observar na capela, excepção feita para o gradeamento igual ao da capela contígua da Senhora do Bom Sucesso e provavelmente dos azulejos de padrão de tipo tapete.

Em finais do século XVIII (c. 1790), procedeu-se a uma reforma decorativa intensa. Construiu-se um novo retábulo em talha policroma de linhas rigorosas e em direcção ao neoclassicismo, mantendo contudo alguma decoração de *rocailles*. Para a iluminação abriu-se um lanternim, solução que só encontra semelhança em Borba no lanternim da Capela das Almas da mesma igreja.

O retábulo é composto por uma estrutura tripartida tendo ao centro um nicho com a imagem do orago, em baixo, num sarcófago podemos observar a imagem de Jessé. Este patriarca bíblico é o antecessor da Casa do Rei David, donde descendeu a Virgem Maria e por sua vez Jesus Cristo. Existem alguns exemplos de altares dedicados à senhora do Rosário com uma árvore de Jessé que possuem configurações monumentais: é o caso das Capelas de Nossa Senhora do Rosário das Igrejas de São Francisco de Estremoz, Santa Maria do Castelo de Olivença e Santa Maria de Beja. No caso de Borba a árvore de Jessé limitava-se ao patirca e às duas figuras mais pequenas que ocupavam os nichos laterais e que muito provavelmente seriam uma Santa Ana e um São Joaquim. A escolha da árvore de Jessé numa capela dedicada à Virgem Maria prende-se com a ideologia contrareformista que defendia a sacralidade deste personagem. Ao contrário dos protestantes que defendiam que a Virgem tinha sido apenas uma mulher escolhida por Deus para dar à luz Jesus Cristo, os católicos e principalmente a Ordem Dominicana defendiam que a Virgem era santa e estava prevista nos desígnios de Deus desde o momento da Criação. Para apoiar a comprovação deste facto, elaboravam-se as árvores de Jessé onde a Virgem era a descendente da Casa Real de David e de todos os reis de Israel, mostrando que Maria possuía, sangue real, condição que confirmava a sua sacralidade.

Nas paredes laterais da capela colocaram-se duas telas alusivas a São Domingos, grande defensor do culto do Rosário e fundador da Ordem Dominicana. Os Dominicanos tinham como função social velar pela pureza do culto nas comunidades católicas. Em vez de expandirem a Fé Católica pelo Oriente ou Brasil, como faziam os Franciscanos e os Jesuítas, a sua função era

¹⁴⁹ Cf. ADE, Cartórios Notariais de Borba, Livro 13, *Contrato de arrendamento da Herdade do Poço do Barbo que arrendam os irmãos da Confraria de Nossa Senhora do Rosário*, 15 de Outubro de 1666, fls. 80 a 81v.

evitar que ocorressem desvios da Fé Romana nos próprios Católicos. Por esta razão, ser-lhes-ia entregue a gestão da Inquisição.

No lado direito encontramos *Nossa Senhora a entregar o Rosário a São Domingos*. A Virgem envolta numa nuvem cheia de anjos e querubins entrega o rosário a São Domingos. No chão encontra-se um globo terrestre protegido por um cão que segura um círio aceso na boca. É um dos símbolos da Ordem Dominicana (*Domini Cane* = cão do Senhor) e simboliza a fidelidade cega à Fé Católica Romana. A cena desenvolve-se num interior com grossas colunas sem decoração que simbolizam a fortaleza que esta Ordem teve ao longo da História na defesa da Fé Romana.

Do lado esquerdo encontra-se a tela dedicada a *São Domingos pregando aos Hereges*. O santo encontra-se do lado esquerdo, em pé, num ambiente aberto. Está a pregar a todos aqueles que lhe queiram ouvir, uma vez que a Ordem Dominicana era conhecida pelos “Pregadores” pois deslocavam-se pelo campo a ensinar àqueles que encorriam em erros de fé. São Domingos encontra-se rodeado por pessoas que o ouvem, apesar da pregação não se dirigir a eles mas sim a um grupo de três pessoas que se encontram mais afastadas: os Hereges, identificáveis pela sua roupa. Em primeiro plano vemos um homem de chapéu de tricórnio, plumas, calções de seda e meias brancas com talentos na barriga da perna. Simboliza o intelectual rico que pelas suas viagens e pelo seu dinheiro teve acesso a livros proibidos e a novos conhecimentos e experiências que põem em causa a Fé Católica. Perto dele encontra-se uma mulher com uma saia branca com riscas vermelhas e azuis muito fina. Trata-se de uma indumentária pouco habitual no meio português pretendendo representar uma francesa. A França foi o berço de uma das maiores heresias que pôs em causa a Igreja Católica Romana: os Huguenotes. Finalmente, em último plano, vemos um homem com gibão e chapéu típico da Flandres; trata-se de um flamengo, local onde proliferou o Protestantismo.

Túlio Espanca atribui esta obra a José de Sousa Carvalho tendo identificado as gravuras que as fundamentaram: *É obra realizada, também, por José da Silva [sic]¹⁵⁰Carvalho, segundo gravuras de Klauber, executadas por A.V. No último painel o artista fugiu um tanto do original,*

¹⁵⁰ Até à elaboração deste estudo, o pintor borbense era chamado por diversos autores como José da Silva Carvalho, resultado da má leitura da abreviatura S^a que se encontra no livro de actas da Câmara Municipal de Borba. De facto, quase sempre, esta abreviatura significa, “Silva”. Contudo, ao longo da elaboração deste estudo, encontramos inúmeras vezes o nome do pintor borbense escrito por extenso e mesmo assinado pelo próprio onde se podia ler claramente “José de Sousa de Carvalho”. A família Sousa Carvalho é originária de Estremoz e teve grande importância nas artes em Portugal, no século XVIII, onde se destacou o grande compositor João de Sousa de Carvalho, presumivelmente irmão do pintor borbense. O genealogista borbense António Filipe Rebola Rosado já realizou a genealogia deste pintor sendo actualmente conhecidos os seus descendentes em Borba.

*não reproduzindo algumas figuras que lhe dão particular movimentação, decerto por insuficiência técnica*¹⁵¹.

Esta capela assume uma importância iconológica quando inserida no contexto borbense. Como observámos, Borba vivia da riqueza proporcionada pelo vinho, desde finais do século XVII. Com esta riqueza veio, inevitavelmente, a cultura, o saber, a ciência e o surgir de uma pequena, mas importante, elite intelectual que se inseria no ambiente cultural europeu da época conhecido como o “Iluminismo”. Desta elite chegaram até nós alguns testemunhos artísticos, como por exemplo o tecto dos planetas no edifício do Largo Combatentes da Grande Guerra n.º 12 ou o tecto com o medalhão iluminista no imóvel da Rua Padre Bento Pereira N.º 24-28.

Esta elite, que tinha na Razão e na Ciência as bases da sua filosofia irá colocar em causa os dogmas da Igreja Católica, nomeadamente a Santíssima Trindade e o Santíssimo Sacramento. Em reacção, a Igreja irá fazer obras de arte que serão verdadeiros instrumentos de propaganda contra estas ideias, nomeadamente através da Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, onde o próprio pintor José de Sousa de Carvalho irá escolher uma composição onde são atacados os intelectuais que fogem com a Heresia nas escadarias dos seus palácios.

Na Igreja Matriz, além da já analisada Capela do Santíssimo Sacramento, a Capela de Nossa Senhora do Rosário irá também assumir este papel contra os desvios da Fé, não só pela invocação do Rosário, instrumento de combate da Igreja Contra-reformista, mas também pela evocação de São Domingos, patrono e fundador da Ordem Dominicana, defensora do aperfeiçoamento da Fé nas comunidades católicas.

3.4.8 A Capela da Santa Casa da Misericórdia

A Santa Casa da Misericórdia de Borba teve a sua fundação no dia 26 de Junho de 1417 como Irmandade do Espírito Santo sediada na Igreja de Santa Maria do Castelo. Após a refundação da Matriz, em 1420, a Irmandade ocupou integralmente esta igreja. A sua reconversão em Santa Casa da Misericórdia só ocorreu a 11 de Novembro de 1516, seguindo o modelo da Misericórdia de Lisboa (1498).

Contudo, muitas das doações feitas à Misericórdia, e que constituíam parte importante da sua receita, remontavam ainda ao século XV, quando os doadores, em troca da doação, obrigavam a que se rezasse missa pela sua alma na capela que a primitiva Irmandade dispunha na Matriz. Nos séculos posteriores, os herdeiros dos doadores alegavam que a Misericórdia não

¹⁵¹ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 75..

respeitava esta disposição por estar a rezar as missas na sua própria igreja, violando desta forma as cláusulas da doação do seu antepassado, exigindo assim a reversão dos bens à família¹⁵². Para evitar que esta reversão se concretizasse, a Santa Casa teve que adquirir uma capela na “nova” Matriz para aí rezar as missas pela alma dos doadores do século XV.

Esta capela foi a da Madre de Deus, fundada por Pêro Gomes de Brito em 1578 e foi adquirida pela Santa Casa da Misericórdia antes de 1647¹⁵³. Em 1681, a Misericórdia mandou rezar missas nessa capela referindo-se a ela ainda como a “Capela de Pedro Gomes de Brito”¹⁵⁴.

Esta capela, por ter graves problemas de humidade, tem sofrido inúmeras intervenções ao longo dos tempos que a têm destituído de todo o valor artístico. Resta da fábrica primitiva o retábulo e a tela representando a *Visitação* (invocação da capela¹⁵⁵) que estaria no seu centro e que hoje está na parede lateral.

Sobre esta tela apenas sabemos que foi repintada pelo pintor Francisco Rodrigues Nogueira em 1721¹⁵⁶, sendo portanto uma pintura anterior, provavelmente dos finais do século XVII, baseada, claramente, nas composições do mesmo tema da autoria do pintor Bento Coelho da Silveira, activo em Lisboa na mesma época.

Deste pintor e representando este mesmo tema existe uma tela no antigo Colégio Jesuítico de São Bartolomeu de Vila Viçosa, que poderá ter influenciado esta tela da Matriz.

3.4.9 A Capela de São Pedro

A alteração do orago desta capela de São Pedro para Nossa Senhora da Conceição é recente e não se relaciona com as questões da Guerra da Restauração.

Nesta capela sediava-se a Irmandade de São Pedro, outra instituição que, tal como a Irmandade da Cruz de Cristo, obtinha grande parte das suas receitas pelo empréstimo a juros, assumindo assim na sociedade borbense de setecentos o papel de uma precoce instituição “bancária”. A primeira informação que temos desta instituição data de 6 de Setembro de 1681

¹⁵² No arquivo da SCMBRB guardam-se volumosos manuscritos que abordam esta questão.

¹⁵³ A primeira referência documental conhecida desta capela enquanto propriedade da Santa Casa data de 1647. Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 7, fls. 54v a 55v.

¹⁵⁴ Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1681 para 1682*, fl. 85

¹⁵⁵ Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1784 para 1785*, fl. 66.

¹⁵⁶ Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1722 para 1723*, fl. 46v.

pelo contrato de arrendamento da Herdade do Azinhal que acabou por ficar sem efeito¹⁵⁷. Contudo, é provável que a Irmandade seja mais antiga que esta data.

Esta Irmandade era composta exclusivamente pelos padres da então chamada “Ordem de São Pedro”, ou seja, os actuais padres, dependentes directos do Arcebispo de Évora. Desta forma separavam-se dos freires da Ordem Militar de Avis que estavam sujeitos ao Convento de São Bento de Avis, proprietário do padroado da Igreja Matriz.

O retábulo é uma obra em talha dourada, não sabemos se da autoria de Manuel Nunes da Silva, entalhador lisboeta activo em Évora e autor do retábulo da Igreja de São Bartolomeu, do mesmo período, em Borba.

Trata-se de um exemplar em estilo “Barroco Nacional” *com os habituais fustes salomónicos recobertos de aves, parras e uvas, exemplar da época de D. Pedro II, de cerca de 1700*¹⁵⁸.

3.4.10 A decadência das Irmandades

As várias irmandades foram decaído no seu papel social, passando a serem substituídas no século XIX pelas Associações Cívicas com fins sociais, políticos ou lúdicos totalmente desligadas da religião. Esta laicização da sociedade surgiu nos finais do século XVIII com o Iluminismo das elites intelectuais e prolongou-se até hoje.

Terá contribuído muito para este facto a Revolução Francesa e as profundas mudanças sociais, e políticas que trouxe, bem como a Revolução Industrial com a consequente doutrina capitalista, onde nenhum princípio moral ou ético se sobrepõe à obtenção do lucro.

Esta profunda evolução social contou com o apoio dos sucessivos governos liberais, que viam numa laicização da sociedade assente nos princípios do capitalismo, uma suadável evolução progressista. Claro está que estes governos que foram subindo ao poder em toda a Europa Católica (Espanha, Portugal, França e Itália) eram compostos pela própria burguesia capitalista. As forças sociais que atacavam os princípios capitalistas eram compostas por operários e sindicalistas que atacavam ainda com mais intolerância a Igreja Católica, que acusavam de compactuar com o poder e com o capital.

A Igreja Católica viu os seus princípios serem atacados pela sociedade em geral, tanto pelos governos liberais como pelos seus opositores. Assim, iniciou um esforço de reacção que a levou a se congregar numa organização muito mais forte e organizada. Os fiéis e as comunidades locais deixaram de ser autónomos passando a obedecer directamente ao pároco

¹⁵⁷ Cf. ADE, Cartórios Notariais de Borba, Livro 16, *Contrato sem efeito de arrendamento da Herdade do Azinhal que arrendam o Reitor e Escrivão da Irmandade de São Pedro*, 6 de Setembro de 1681, fls. 89v a 90.

¹⁵⁸ ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 76.

e este ao seu bispo. Esta reorganização levou a que certos sectores da sociedade, mais politizados e intelectualizados, se afastassem da gestão das igrejas por não terem poder de decisão.

Os padres deixaram de ser funcionários pagos pelas Irmandades para rezarem missas e passaram a ser os administradores de toda a vida religiosa da comunidade. A Igreja tornou-se numa organização mais forte e unida, mas também muito mais fechada.

Como consequência, certos sectores políticos, tanto de extrema esquerda como de extrema direita, viram na Igreja Católica uma organização obscura, deturpadora de mentes que se opunha ao Estado e aos Governos Laicos, quando estes não permitiam a sua intromissão. O conflito entre a Igreja Católica e o Estado durou em Portugal ao longo de todo o século XIX e primeira metade do século XX. Em 1910, com o golpe que implantou a República, a Igreja Católica sofreu sérias adversidades no nosso país. Era vontade do governo republicano acabar com o catolicismo em Portugal em duas gerações.

No dia 6 de Junho de 1911, ao abrigo da Lei de Separação da Igreja do Estado, a Igreja Matriz de Borba e todos os seus bens móveis foram arrolados e confiscados pelo governo republicano. A devolução desta igreja às autoridades eclesiásticas deu-se no dia 11 de Agosto de 1944 em cumprimento no disposto do Art.º 43º do Decreto-Lei n.º 30.615 de 25 de Julho de 1940 que devolveu à Igreja Católica todo o património não classificado ou utilizado pelo Estado¹⁵⁹. A Igreja passou a ser propriedade da “Fábrica da Igreja Paroquial da Matriz de Nossa Senhora do Soveral ou das Neves”.

4 O CASTELO DE BORBA

4.1. Caracterização e problematização

Borba foi inicialmente englobada no município de Estremoz. A independência concelhia só foi conseguida, em 1302, através da Carta de Foral, emitida em Santarém, a 15 de Junho desse ano¹⁶⁰. Neste documento, além de se definirem os limites do concelho, ordena-se claramente que os habitantes de Borba construam um castelo para sua defesa: *E elles on de construir à ssa custa huma cerca tamanha e tam alta como lhes eu mandar, e que elles fazer possam, em que se deffendam.*

Esta ordem de D. Dinis foi cumprida, como atesta a monumental construção e a sua placa de fundação, conservada na antiga Porta de Estremoz. Por ela, sabemos que o castelo foi

¹⁵⁹ Cf. ADGP, *Concelho de Borba, Freguesia Matriz*, Arrolamento de 6 de Junho de 1911 e Auto de Entrega de 11 de Agosto de 1944.

¹⁶⁰ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fl. 20.

construído, ainda em 1302, com a mão-de-obra de Rodrigo Fernandes, que fez os arcos das portas, hoje desaparecidos, e Diogo ou Domingos Salvador, seu tracista ou empreiteiro.¹⁶¹

Na porta de Estremoz, ainda existe numa pedra no torreão Sul (o do lado direito) uma marca de pedreiro com um “D” gótico, de Diogo ou Domingos Salvador. Esta marca é igual a outra que se encontra na pedra mais próxima da Rua Nunes da Silva dos degraus do passo processional da Rua da Aramenha, pedra certamente reaproveitada do castelo de Borba.

Este castelo coloca-nos algumas questões. Como poderá ter sido ele construído ainda durante o ano de 1302? A data presente na lápide só se explica se corresponder apenas à data da fundação do concelho, tendo o castelo sido construído posteriormente. A rapidez na construção também se poderia explicar se já houvesse alguma construção anterior. O facto de haver referência à conquista de Borba aos mouros, evidencia a existência de uma fortificação anterior à ocupação cristã.

Contudo, nada prova que a anterior fortificação muçulmana, a existir, fosse exactamente onde hoje se situa o castelo de Borba, sendo mais provável que se localizasse num alto, provavelmente no local onde, em 1718, Frei Agostinho de Santa Maria viu uns interessantes vestígios arqueológicos: *A primeyra povoação, ou a antiga povoação de Borba, ficava em outro sítio, pouco distante do lugar, em que hoje a vemos, porque começava em hum lugar alto, aonde ainda hoje se vêem vestígios & alicerces de casas & de edificios grandes, pedras bem lavradas, sepulturas & alicerces de torres*¹⁶².

A localização do castelo dionisino é de facto outra questão a colocar. A sua localização numa cova tornava-o susceptível de ataque. De facto, se as tropas invasoras se colocassem no alto das Servas ou no alto de São Sebastião teriam visibilidade para dentro do castelo e fácil alcance para o seu interior. Assim, torna-se difícil perceber qual a real capacidade de defesa do castelo de Borba. A sua função seria provavelmente guardar os caminhos que se bifurcavam na vila. A estrada de Estremoz para Elvas bifurcava-se em Borba para ir para Vila Viçosa. Por Borba passavam também as estradas para a Orada, Santa Bárbara e para São Tiago de Rio de Moinhos, povoação com uma igreja do século XIII.

Ainda assim, o Castelo de Borba teria uma função de defesa através da observação, já que das suas muralhas se avista todo o território em direcção a Espanha. De facto, era de Castela que vinha o perigo de conflito no século XIV. Em 1248 conquistou-se definitivamente o Algarve e os muçulmanos deixaram de constituir um perigo militar. Em 1297, assinou-se o tratado de

¹⁶¹ Inscrição da lápide do castelo: E:M:CCC:XXXX:ANOS /FOI:BORVA.EXEMTA:E / E FEZEA:O MUINOBRE: / REI DOM DENIS: EU: RRO: FERNAM / DIZ:FIZ:AS PORTAS: DESTE.C / ASTELO:EU:D:SALUADORIZ / FIZ:EST A:P: [?]. Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 69.

¹⁶² SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Op. Cit.*, p. 162.

Alcanices que estabeleceu definitivamente as fronteiras com Castela. Assim, o único perigo que surgia para o reino de D. Dinis era a violação deste tratado por parte dos castelhanos. A função militar do Castelo de Borba era, juntamente com os outros castelos de fronteira, vigiar as incursões dos soldados castelhanos no território português.

A forma do castelo de Borba não seria muito diferente da que é hoje ocupada pelo perímetro urbano envolto pela Praça, as actuais Avenida do Povo, Rua Humberto Silveira Fernandes, Avenida 25 de Abril e Rua Fernão Penteado. A descrição mais antiga conhecida do castelo foi feita pelo pároco da Matriz em 1758. Apesar de se enganar nos pontos cardeais, podemos perceber a sua forma: *O Castello, obra do Rey Dom Diniz, hé hum quadrilongo em cujos ângulos se levantão quatro cubos e dois nas faces laterais. Teve duas portas na sua primeira fortificação, huma que olha para o Norte [a de Estremoz] e outra para o Nordeste [a do Celeiro], ambas defendidas por dois cubos. Depois lhe abrirão terceira na face do Norte [a da Rua da Misericórdia] e lhe accrescentarão duas torres para a parte do Poente, huma das quaes, por mais capaz serve de cadeya e outra, mais pequena tem o relógio da villa. [...]. As muralhas por partes tem sua ruína en os alicerses, porque o tempo pella banda de fora lhe vai gastando algumas pedras. Na parte superior se vêem já muito informes, principalmente as torres, cujas cimalthas estão totalmente arruinadas e estas com o terramoto de 1755 se aballarão muito mais*¹⁶³.

A ideia que o castelo originalmente abarcaria a Igreja Matriz e São Sebastião não corresponde à realidade. De facto, antes do Terramoto de 1755, referenciava-se que a Igreja Matriz se encontrava fora do tecido urbano da vila, prova de que nunca esteve dentro do Castelo: *& por esta cauza [aparecimento da Virgem] ficou fora de villa a Igreja Matriz, que ordinariamente se edificação estas no interior das povoações*¹⁶⁴. A informação que dentro do castelo apenas existiam três ruas¹⁶⁵ leva-nos a concluir que este não se alargaria muito mais para Sudeste. De facto, todas as casas da Avenida 25 de Abril adaptaram a sua fachada às muralhas do castelo, apenas interrompida pela destruição provocada pelos edifícios mais a Sul (actual oficina de automóveis). Estas três ruas seriam as três ruas paralelas: Rua de Santa Maria, Rua Direita (actual Rua Rodrigo da Cunha Ferreira) e a Rua das Almas que se prolongaria até à Rua Maria de Borba, como se pode concluir pelo levantamento efectuado ao imóvel situado na Rua Maria de Borba n.º 5.

¹⁶³ IAN/TT, *Dicionário Geográfico - Memórias Paroquiais*, vol. 7, memória N.º 38, pp. 993 e 994.

¹⁶⁴ SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Op. Cit.*, p. 163.

¹⁶⁵ Cf. IAN/TT, *Dicionário Geográfico - Memórias Paroquiais*, vol. 7, memória N.º 38, p. 994.

Como se refere nas *Memórias Paroquiais*, encontrava-se no Castelo a Torre do Relógio e a Torre da Cadeia, ambas ainda hoje existentes. A época da construção do relógio é totalmente desconhecida. Já em 1664 se refere a existência do relógio como necessitando de reparos¹⁶⁶, facto que leva a pensar que este aparelho já seria antigo. Provavelmente, o primeiro mecanismo dataria do reinado de D. Manuel, época em que por todo o país se colocaram relógios concelhios. O mecanismo original era em madeira, contudo, como estava permanentemente a necessitar de reparações, decidiu-se, em 1814, substituí-lo por um aparelho mecânico em metal vindo directamente de Lisboa¹⁶⁷.

O novo relógio foi acabado em 1817 e era da autoria do mestre relojoeiro Luís Ramalho Pinto de Sequeira¹⁶⁸. Do antigo mecanismo, Túlio Espanca viu dois sinos, um da autoria de Miguel de Macon datado de 1689 e outro de 1701 com a representação do Barbo com a seguinte inscrição: *Por mim veio o nome de Borba e a minha terra ouça que eu sou seu* (tradução de Túlio Espanca). Ainda existia em 1978 o *primitivo mostrador do relógio de horas também esculpido em calcário, de forma circular e de números romanos, com o cronograma identificador; 1766*¹⁶⁹, elemento com paradeiro desconhecido.

A outra torre era a da cadeia e funcionou com esta função até aos finais do século XVIII, quando se edificou os novos Paços do Concelho. Desde 1695 que se refere a “Torre” como prisão¹⁷⁰. Contudo a transformação da grande torre em cadeia ocorreu em 1737 quando a Câmara Municipal decidiu dividir a torre em três pisos onde ficariam os delinquentes mais perigosos, pouco perigosos e as mulheres¹⁷¹.

Além das torres, subsistem as portas, uma a Norte e que permanece entaipada, a “Porta do Relógio” ou “do Sino”, a Este a “Porta de Estremoz”, por indicar a Rua de Estremoz que conduzia àquela localidade. Nesta porta ainda se pode ver a lápide da fundação do castelo e uma escultura antropomórfica de um busto feminino, a quem o povo chama “Maria de Borba”.

A Norte está a “Porta de Elvas”, conhecida desde o século XVIII como “Porta do Celeiro” por aí se encontrar o Celeiro Comum. A referência a esta porta com o nome de Elvas prende-se com o facto de tal como na Porta de Estremoz, esta porta indicar a estrada para Elvas. Os edifícios da Avenida D. Dinis de Melo e Castro N.º 2 a 32 ainda estão orientados pela estrada

¹⁶⁶ Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de 1664*, vereação de 21 de Maio de 1664, fl. 20v.

¹⁶⁷ Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de 1797 - 1817*, vereação de 19 de Novembro de 1814, fl. 233v.

¹⁶⁸ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 70.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰ Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de 1694 - 1695*, vereação de 28 de Maio de 1695, fl. 46.

¹⁷¹ Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de 1731 - 1739*, vereação de 16 de Fevereiro de 1737, fl. 20v.

antiga que desembocava na porta do castelo. A estrada de Elvas só foi corrigida no século XVIII em função de um plano de urbanização da vila.

Junto à Porta de Elvas reuniram-se, em 5 de Junho de 1379, D. João, mestre de Avis, futuro rei de Portugal e outros altos dignatários da Ordem, do Concelho e da Coroa para contratarem a troca da vila de Borba pela de Benavente, passando a primeira a pertencer à Ordem de Avis e a segunda ao Rei¹⁷². Também nesta porta se encontrava, em 1718, uma lápide romana evocativa a Júlio César, como nos relata Frei Agostinho de Santa Maria: *E na porta que chamão o Celleyro, se vê huma pedra que faz menção a Júlio César*¹⁷³, peça infelizmente hoje desaparecida, mas talvez proveniente da *Villa Romana da Cerca* onde se encontrou outra lápide, desta vez funerária, e actualmente depositada na Biblioteca da Gulbenkian em Borba.

A Oeste ficava outra porta que abria para Vila Viçosa. Esta porta ainda existia num quintal nos anos cinquenta tendo sido posteriormente derrubada ou integrada no interior da habitação que aí foi construída.

Dentro do castelo situava-se uma pequena guarnição militar, a Alcaidaria, cujo alcaide mor era nomeado pela Câmara Municipal segundo instrução do governador de armas do Alentejo. Na nomeação de Tomé de Sousa e Brito, como alcaide mor de Borba, refere-se que a Alcaidaria situava-se nas *casas que estavam junto à Torre [que serve de cadeia]*¹⁷⁴, subentendendo-se, assim, que são os imóveis situados no beco da Torre.

Sabemos também que as cavalariaças reais, onde eram guardados os cavalos propriedade do Estado, situavam-se nos imóveis de um piso da Rua Humberto Silveira Fernandes, n.º 13 a 17, tendo sido construídas em conjunto pelos mestres pedreiros André Cordeiro, Manuel Fernandes Pazes e Manuel Lourenço Pintado, em 1730¹⁷⁵. Apesar de parte ter sido truncada com as intervenções nos anos setenta, sem atenção nem conhecimento pelo passado destas estruturas, e do restante ter sido adaptado ao comércio, podemos observar que se trata de uma construção de um só piso, coberta com uma enorme abóbada de canhão, adaptada às exigências da função que ocupava.

4.2. O castelo de Borba ao longo dos séculos

Ao longo dos tempos, o Castelo de Borba sofreu várias transformações. Sempre que Portugal entrava em conflito, a Câmara recebia instruções do rei ou do comandante das armas do Alentejo para proceder a remodelações no castelo. Contudo, como verificámos, a função

¹⁷² Cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Livro 1 de Mestrados*, fls. 204v a 205.

¹⁷³ SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Op. Cit.*, p. 162.

¹⁷⁴ ACMBRB, *Livro de Actas de 1752 – 1766*, vereação de 19 de Dezembro de 1753, fl. 47.

¹⁷⁵ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 134, fls. 101v a 103.

militar do castelo de Borba era essencialmente proteger um cruzamento de estradas e vigiar a fronteira castelhana. O facto de se situar numa depressão não lhe permitia resistir a uma invasão, como se veio a verificar em 1662 e em 1665.

Durante as Guerras da Restauração, no século XVII, todas as fortificações de fronteira receberam campanhas intensivas de obras. Este fenómeno aconteceu em quase todas as fortificações como as de Castelo de Vide, Marvão, Terena, Vila Viçosa, Estremoz, Evoramonte, etc. Borba também iniciou uma campanha de fortificação.

A 25 de Agosto de 1651, António de Freitas, vedor geral de Artilharia da Província do Alentejo, celebrou um contrato com o mestre pedreiro António Rodrigues, morador em Borba, para este fazer uma nova muralha abaluartada em torno da vila. O projecto da nova fortificação coube ao francês Nicolau de Langes¹⁷⁶.

Em 1664, a Câmara de Borba recebeu instruções para se continuar a fortificar a vila de acordo com o plano de defesa do Alentejo utilizando para isto as receitas do Real de Água¹⁷⁷. Contudo, a constatação de que Borba era indefensável levou a que esta vila nunca recebesse as campanhas seiscentistas de defesa.

No início do século XVIII, Portugal entrou na Guerras da Sucessão espanhola, onde tomámos o partido de Carlos III de Habsburgo, o pretendente ao trono que perdeu. No decorrer desta guerra, Borba recebeu, em 1703, uma nova ordem do Conde das Galveias para reedificar o castelo e as “trincheiras”¹⁷⁸. As trincheiras seriam um precário sistema defensivo, maioritariamente constituído por terra e madeira que visava defender a vila sem gastar muitos recursos financeiros. Esta obra nas muralhas do castelo, ainda decorria em 1704, e era paga inteiramente pela Câmara¹⁷⁹, tendo sido eleito Vicente Leitão como *vistor e assistenttee da fortificassão e banquetas que se hande fazer nas muralhas desta villa*¹⁸⁰.

Contudo, os perigos de invasão de Portugal por Espanha eram perigos apenas presentes na diplomacia internacional que nunca se concretizavam. A população de Borba já se havia esquecido das terríveis invasões castelhanas ocorridas anos antes e não entendia o castelo como estrutura útil à sua defesa. Assim, em 1709 a Câmara Municipal de Borba determinou punir quem derrubasse partes da muralha.¹⁸¹

¹⁷⁶ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Vila Viçosa*, Livro 118, fls. 148 a 149. Documento descoberto, transcrito e amavelmente cedido pela Dr.ª Patrícia Monteiro.

¹⁷⁷ Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de 1664*, vereação de 21 de Maio de 1664, fl. 20v.

¹⁷⁸ Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de 1703 - 1704*, vereação de 7 de Dezembro de 1703, fl. 83v.

¹⁷⁹ Cf. Idem, vereação de 26 de Janeiro de 1704, fl. 48.

¹⁸⁰ Idem, vereação de 29 de Março de 1704, fls. 56 e 56v.

¹⁸¹ “Nesta vereassão se detreminou que proquanto se tinhão mandado comcertar as mou[ra]lhas e continuamente se derubam maleciozamente, acordão que toda a peçoa que derubar alguma parte [da]

Apesar desta acção nefasta da população, o alçado Sudeste ainda existia em 1733, como se refere numa autorização emanada da Câmara Municipal para se retirar terra das estradas excepto na *barreira do rosio entre a muralha e a Fonte dos Finados sem prejuízo da muralha*¹⁸².

A destruição provocada pela população foi remediada pela ordem do vedor geral de artilharia, Manuel Reis de Ataíde, de 25 de Agosto de 1735, mandando que se nomeasse Manuel Reis de Abreu como depositário do dinheiro para a obra da reedificação das muralhas da vila¹⁸³.

Aproveitando os arranjos da muralha, decidiu-se utilizar a grande torre como prisão, fazendo-lhe para isto algumas obras. Abriu-se uma janela para a Praça para entrar luz e para que os presos comunicassem com o exterior e assistissem à missa. A torre seria dividida, como já referimos, em três andares: *e en sima donde paresre conveniente huma abóbada ficando na mesma huma vella pera por ella deserem os prezos pera a dita cadea e en sima da dita abóbada ficar outra prizam pera os prezos menos dilliquentes com escada pera a porta e no alto da dita torre ficará outra caza que servirá de cadea pera mulheres, o que tudo tem capacidade a dita torre*¹⁸⁴.

Contudo, ou porque a reconstrução não foi executada ou porque o povo continuava a retirar pedra da muralha para a construção, o facto é que, em 1781, refere-se o alçado Sudoeste como desaparecido. Na autorização a José da Cruz para extrair barro no local *donde estava a muralha da Igreja Matris até à Igreja de São Sebastião*¹⁸⁵. Note-se o termo “estava” no passado e a ausência de elementos de referência entre a Matriz e São Sebastião.

Se de início a Câmara opunha-se à destruição da muralha, no final do século XVIII, acabou por ser ela a destruir parte do alçado Sudeste, primeiro para utilizar as pedras nas calçadas das ruas, depois para as paredes do novo edifício dos Paços do Concelho¹⁸⁶.

Desta forma, poupou-se na grande empreitada dos Paços do Concelho, que exigia, por parte do município, um grande esforço financeiro, mas também se ordenou a Rua dos Açougues. Esta transformou-se na larga Rua do Príncipe Real (actual Avenida 25 de Abril), uma

muralha será comendado em dés tostois”. ACMBRB, *Livro de Actas de 1709 - 1713*, vereação de 25 de Maio de 1709, fl. 6.

¹⁸² ACMBRB, *Livro de Actas de 1731 - 1739*, vereação de 2 de Maio de 1733, fl. 42.

¹⁸³ Cf. Idem, vereação de 26 de Agosto de 1735, fl. 103.

¹⁸⁴ Idem, vereação de 16 de Fevereiro de 1737, fl. 134.

¹⁸⁵ ACMBRB, *Livro de Actas de 1780 - 1797*, vereação de 12 de Março de 1781, fl. 22.

¹⁸⁶ “Neste acordarão que, visto ter-ce tirado a pedra da muralha para as calçadas pella razão de não ser suficiente para a obra das cazas da Câmara podendo-ce utilizar nas ditas calçadas, asentarão que pellos mestres de obra fosse avaliada a pedra e trabalho que ouvece e como a referida pella [sic] da muralha depois de arancada e posta naquelle sitio foi avaliada em vinte e quatro mil réis. Mandão que outros tantos se dê do dinheiro das calçadas para a dita obra e outosim que a pedra que restar se poderá comduzir para a obra da Câmara”. Idem, vereação de 4 de Setembro de 1790, fl. 123v.

grande avenida que pretendia, juntamente com a Fonte das Bicas, os Paços do Concelho, o Palácio dos Morgados Cardosos e a Alameda em direcção a Vila Viçosa, fazer parte de um ambicioso plano de ordenamento urbano iluminista da zona oriental da vila. Este plano foi traçado provavelmente pela Câmara Municipal e pela elite governativa e visava retirar do velho casco medieval o centro económico, social e político da vila.

Contudo, perante a documentação agora revelada e a realidade que se pode constatar no local existe uma incompatibilidade. Por um lado refere-se a demolição e o desaparecimento do alçado Sudoeste da muralha do castelo e uma simples observação da planta da vila leva a crer que a Rua do Príncipe Real foi rasgada sobre a antiga muralha. Contudo, em todo o alçado da Avenida 25 de Abril existe muralha! Mesmo nos imóveis situados nos números 36 a 40 está documentada por uma planta datada de 1957¹⁸⁷ a existência de muralha que foi demolida com a construção destes edifícios.

Não conseguimos encontrar explicação para este fenómeno que constituiu um dos mistérios historiográficos da vila. A regularidade da muralha no alçado da Avenida 25 de Abril, quando comparada com a irregularidade da restante muralha, parece denunciar uma reconstrução de inícios de oitocentos. Contudo, a singularidade desta hipotética reconstrução, a ausência de documentação nesse sentido e a presença na referida planta de 1957 de um dos torreões da porta de Vila Viçosa não possibilitam dar grande fundamento a esta hipótese.

No Estado Novo (1926-1974), seguiu-se uma política de evocação e de valorização de um passado medieval da fundação da Nacionalidade e de batalhas vitoriosas. No seguimento desta política, optou a Direcção Geral dos Edifícios Nacionais, entre 1961 e 1975¹⁸⁸, por “libertar” as muralhas do castelo de Borba das habitações que durante séculos lhe estavam anexas. Além disto, optou-se por reconstruir trechos que estavam em perigo e colocou-se a toda à volta ameias e merlões que possivelmente nunca existiram, já que, como observámos, o castelo de Borba não era de defesa, mas sim de observação. Também se optou por picar as paredes das torres, numa política de “pedra à vista” que, como hoje se sabe, nunca existiu nos tempos medievais. Esta intervenção provocou graves problemas estruturais pois levou à erosão por acção da chuva e do vento, como actualmente se verifica na Torre da Prisão.

Apesar de hoje podermos observar as muralhas de Borba, esta imagem, além de nunca ter correspondido à realidade, acarretou importantes perdas patrimoniais tais como a demolição da pequena Capela das Almas, em 1975. Túlio Espanca insurgiu-se contra esta demolição que empobreceu o conjunto do castelo: *Em fins de Julho de 1975, os Monumentos Nacionais do Sul*

¹⁸⁷ Cf. ACMBRB, *Obras*, caixa 5.

¹⁸⁸ Cf. ADRMS, *Processo do Castelo de Borba*.

ordenaram a demolição integral da capelinha, obedecendo ao plano de desobstrução da cerca trecentista da vila. Apesar das precauções que no restauro de monumentos antigos aquela Direcção Geral tem posto ultimamente, com toda a sua sabedoria e competência, mais uma vez se cometeu um erro irreparável. O pequeno imóvel, que concedia no local um pitoresco e gracioso ambiente e que, pelas suas proporções - além de apenas tapar meia dúzia de metros do muro medieval - equilibrava o conjunto urbano, provocou, com a sua perda, um vazio insubstituível, futuramente preenchido com parque de estacionamento automóvel¹⁸⁹.

5 IGREJA E HOSPITAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

5.1. Fundação e fábrica primitiva

A fundação da Santa Casa da Misericórdia de Borba remonta a 26 de Junho de 1417, enquanto Confraria do Espírito Santo, fundada no adro da antiga Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo. Após 1420, a Confraria do Espírito Santo ocupou a totalidade da Igreja do Castelo devido à transferência da Matriz para o local actual. Depois de 1498, com a fundação da Misericórdia de Lisboa, Borba, tal como inúmeras vilas e cidades do país, irá fundar a sua própria Misericórdia a 11 de Novembro de 1516 sucessora da referida Irmandade.

Da época quinhentista chegou até nós a estrutura arquitectónica da igreja, que deverá corresponder a uma campanha do reinado de D. João III. Esta campanha terá sido reedificada sobre o templo medieval do século XIII, aquando da reforma dos estatutos da Misericórdia em 1524¹⁹⁰.

A igreja, de uma só nave, apresenta duas abóbadas polinervadas no corpo principal e outra na capela-mor. Apesar deste formulário apontar para uma época manuelina, a ausência de decoração e a simplicidade dos buceletes, concebidos como simples medalhões sem qualquer decoração, apontam já para uma estética renascentista.

Entre 1680 e 1800 não encontramos qualquer referência à execução de pinturas, repintes ou picagem das abóbadas da igreja; apenas à sua caiação. É provável que, por debaixo de espessas camadas de cal, se esconda pintura mural do século XVI ou XVII, como em São Bartolomeu, hipótese que só se poderá comprovar com sondagens efectuadas por técnicos conservadores – restauradores.

¹⁸⁹ ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 87.

¹⁹⁰ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p. 82.

Em relação às paredes encontramos referência documental de substituição do reboco¹⁹¹, pelo que, pinturas murais quinhentistas a terem existido já desapareceram, podendo contudo existirem composições posteriores a 1728.

Da época quinhentista, contemporânea da estrutura da igreja, subsiste uma tábua da *Ultima Ceia*, actualmente exposta no refeitório do Lar da 3ª Idade da Misericórdia, pintura de grande valor que merecia estar valorizada num futuro museu concelhio de arte sacra.

Esta pintura não está documentada nos fundos da Misericórdia, não havendo certezas quanto à sua verdadeira proveniência. A comprovar-se ter pertencido de facto à Misericórdia (algo que só se conseguirá através de pesquisas documentais mais profundas), a sua localização deveria ter sido no retábulo da igreja, peça da qual temos poucas notícias documentais. Sabemos que possuía molduras que foram intervencionadas em 1684¹⁹², data que se coaduna com a actual moldura da pintura, e que foi substituído pelo actual em 1731¹⁹³.

Da fábrica seiscentista subsiste o lavatório da sacristia em mármore, único sobrevivente das reformas do século XVIII que substituíram exemplares similares por magníficas peças escultóricas atribuíveis a Angélico Velez, como é o caso dos lavatórios da Matriz e de São Bartolomeu. Igualmente do século XVII são, segundo Túlio Espanca, as pilastras da bancada do coro¹⁹⁴.

5.2. Campanhas artísticas no final do século XVII

Do século XVII datam também os azulejos da nave da igreja. Apesar de Túlio Espanca os datar correctamente de meados do século XVII¹⁹⁵, estes foram colocados no templo apenas em 1681, provenientes da capela da Irmandade de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Igreja Matriz¹⁹⁶. Dado que estes azulejos não eram suficientes para cobrir toda a parede da igreja, a Santa Casa da Misericórdia encomendou a Manuel Gonçalves “recoveiro de Lisboa” mil azulejos

¹⁹¹ “Dispendeo pera se rebocarem as paredes e cayarem, da Igreja e cazas e cappella da Mizericórdia em [m]atereaes e maos de officiais três mil e duzentos e des réis – 03.210” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1727 para 1728*, fl. 52.

¹⁹² “Dispendeo o thezoureiro com as molduras de lacra do altar mor” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1684 para 1685*, fl. 99v.

¹⁹³ Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1731 para 1732*, fl. 40v.

¹⁹⁴ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 82.

¹⁹⁵ Cf. *Ibidem*.

¹⁹⁶ “Dispendeo o tezoureiro três mil e tresentos e secenta réis com dusentos e vinte e quatro asulegos que compramos aos irmãos da Irmandade do Bom Çuceso – 03.360. Dispendeo o tezoureiro mil e dusentos e vinte e sinco réis com cento e setenta e sinco ajulegos que se centarão na Igreja e os corenta e nove que faltam pera os dusentos e vinte e quatro que se comprarão à Irmandade do Bom Çuseso ficam no sileiro por não terem pranela para se centarem – 01.225” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1681 para 1682*, fl. 81v.

com o mesmo padrão de maçarocas¹⁹⁷. É interessante verificar que, por um lado, é necessário recorrer à capital para adquirir azulejos de padrão, e por outro, que estes ainda eram produzidos em Lisboa, apesar de estarem cerca de cinquenta anos desfasados em relação ao gosto estético que os originou.

Mas a igreja da Santa Casa não possuía apenas os azulejos de maçarocas. Por de trás do frontão do retábulo do Senhor do Bom Despacho, a equipa de restauro encontrou no ano de 2004 vestígios de azulejos que, por estarem tapados não foram arrancados. Tratam-se de azulejos também seicentistas em padrão de tipo tapete, decorados com folhagens em tons de azul, branco e amarelo. Este é o mesmo padrão que foi usado no registo superior do interior da nave da Igreja de São Bartolomeu. Ou seja, a Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba tinha o interior decorado com dois tipos de azulejos, maçarocas no registo inferior e folhagens no superior. Esta linguagem foi utilizada de igual forma na Igreja de São Bartolomeu, devendo ambas as igrejas se assemelharem esteticamente no interior.

Igualmente bem documentada encontra-se a obra da magnífica porta em madeira da igreja e do consistório, dois dos poucos exemplares subsistentes do século XVII¹⁹⁸. A madeira não é brasileira, como já foi dito, mas sim do Alto Alentejo, mais concretamente de Marvão e Portalegre. A madeira foi adquirida graças à intercessão do prior da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Soveral. Os trabalhos de bronze que decoram os portados vieram de Lisboa, feitos pelos mestres Pedro Francisco e António Jorge, como atestam os seus recibos, presos ao livro de contas, documentos raríssimos na História de Arte Portuguesa. Contudo, a ligação a Lisboa foi feita, não pelos membros da Mesa da Misericórdia, mas pelo prior da Igreja de São Bartolomeu, Frei Bento Canhão Maio, que contactou com o mestre de estanho lisboeta, Domingos da Costa, intermediário nesta encomenda. Este mesmo padre foi igualmente o

¹⁹⁷ “Despendeo o tezeiro quinqüenta mil réis que se derão a Manuel Gonsalves recoveiro de Lisboa pera hum milheiro de azulego pera a Igreja – 15.000” Idem, fl. 86.

¹⁹⁸ “Despeza que fez o irmão Henrique Lobo Tenezes por hordem desta Meza com os dois portados que se fizeram pera a Igreja e pátio desta Santa Casa e frontespício della e couzas mais pertensentes como mais claramente se verá pellas despezas seguintes: Despendeo com os Raboxo de ir a Porto Alegre e Marvam comprar a madeira e com huma cavalgadura em que foi em que gastou quatro dias que soma mil e duzentos réis – 01.200. Despendeo com o Raboxo e o Cardeira e o Pirottes e o irmão do Raboxo que todos juntos fizeram secenta e dois dias por preso cada hum oficial cada dia de doze vinteis sequos soma quatorze mil e outosentos e outenta réis – 14.880. Despendeo com a feragem e pregos de bronze e escudetes que vieram de Lixboa por via de Domingos da Costa, mestre de estanho, comrespondente do prior de Sam Bartholomeu, frei Bento Canham Mayo, e como consta das sertidois justificados dos oficiais noventa e seis mil e novesentos e socenta réis – 96.960. Despendeo com as madeiras que se comprou em Marvam por hordem do Prior de Sancta Maria e em Porto Alegre a saber com dois barrotes de sete covados a vinte e sinco réis cada cóvado soma trezentos e sincoenta réis – 00.350. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1694 para 1695*, fls. 96 e 96v.

intermediário na aquisição de uma escrivadinha em latão, que ainda hoje se guarda na Santa Casa da Misericórdia de Borba e também adquirida em Lisboa¹⁹⁹.

As tintas para a pintura das portas vieram de Lisboa da *Caza de Dionízio Vermer correspondente de Manoel da Sylva*²⁰⁰, comerciante decerto flamengo, cujo recibo datado de 14 de Junho de 1695 também se guarda no mesmo livro de contas. Nele pode-se ler uma interessante anotação: *Tudo hé muito caro oje nesta corte*²⁰¹, sintoma do crescimento artístico que a cidade de Lisboa estava a viver com a superprodução do reinado de D. Pedro II. O trabalho da pintura coube a Francisco Nogueira, pintor largamente referenciado nos livros da Misericórdia²⁰², mas de quem não se conhece nenhuma obra de cavalete.

Toda a obra dos portados importou em 223.980 réis e encontra-se documentada ao pormenor nos arquivos da Misericórdia²⁰³.

5.3. Primeira intervenção no hospital

Mais avultada foi a grande remodelação do hospital. O hospital da Misericórdia de Borba é um edifício que congrega, nas suas estruturas, o passar dos séculos. Podemos observar nas suas paredes portais chanfrados do século XVI e uma simplicidade de estrutura que remonta à arquitectura chã do século XVII. Contudo, o aspecto actual do edifício resulta de duas grandes campanhas de obras já no século XVIII.

Foi a 3 de Julho de 1718 que os membros da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba decidiram reformar o hospital por apresentar grande ruína. Os doentes foram indemnizados, mas tiveram que abandonar provisoriamente as instalações, enquanto durassem as obras²⁰⁴.

¹⁹⁹ “Despendeo o tizoureiro com huma escrivadinha que se mandou vir de Lixboa por via do Reverendo Prior de Sam Bartolomeu quinze mil e quatrocentos e vinte – 15.420”. Idem, fl. 87v.

²⁰⁰ “Despendeo pera as tintas que vieram de Lisboa as quais se compraram em caza de Dionízio Vermer correspondente de Manoel da Sylva sette mil e quinhentos réis – 07.500”. Idem, fl. 98.

²⁰¹ “Ólio de linhasa – A xij – 1.440. Alvaide – A xvj – a 60 – 960. Lápis preto – A ij – 060. Verdete – A viij – a 550 – 4.400. Vernis – A b – 36 e meia a 60 onsa – 390. Peis cheis de hico de podal [?] – duas dúzias – a 80 – 160. Pella botija e vidro – A c – 090. [total:] 7.500. O portador me pagou os sete mil e quinhentos das tintas asima estimais que tudo seja de seu gosto. Tudo hé muito caro oje nesta corte. Lixboa, oje, 14 de Junho 1695. a] Deonizio Verneis. Idem, recibo avulso.

²⁰² Cf. Idem, fls. 100 a 101.

²⁰³ Cf. Idem, fls. 96 a 101.

²⁰⁴ “E outrosi mais se propos a hurgente nesiedade de reparar [as] ruínas do hospital della, Santa Caza, pera o que votaram todos os irmãos abaxo assignados que dese aos doentes de galinha seis vinteis em cada sábado, e aos de carneiro três vinteis em cada sábado e aos frades do Bosque emquanto durassem as obras se lhe dê cada quinze dias a esmolla que se lhe dava cada oyto dias e se lhe dará cada anno meya moeda em lugar do porco que se lhe dava” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1718 para 1719*, fl. 25.

Ao mesmo tempo que se reformava o hospital, procediam-se a campanhas artísticas no consistório, nomeadamente no arquivo que recebeu uma reforma efectuada por Jerónimo da Mota²⁰⁵ e pelo pintor Francisco Nogueira. Este recebeu um total de 17.840 réis por uma obra de pintura não especificada²⁰⁶. Muito provavelmente seria uma obra de pintura mural decorativa que ornamentaria o arquivo, já que havia a consciência por parte dos borbenses de Setecentos que o património documental era de grande importância e valor histórico.

A obra do hospital foi uma construção quase de raiz, já que teve direito a uma planta previamente definida, traçada pelo mestre de obras João Fernandes. Para se efectuar a obra foi necessário solicitar uma autorização em Lisboa²⁰⁷. A obra foi entregue aos empreiteiros Miguel Pinheiro e Pedro Nunes. A pedraria foi fornecida pelo mestre pedreiro João Cordeiro²⁰⁸. Em 1724 ou 1725 a obra de pedraria estava concluída já que veio um engenheiro desconhecido fazer a medição da obra²⁰⁹.

Após a conclusão desta obra, iniciou-se a obra de carpintaria entregue a Manuel da Cunha e ao ferreiro Manuel Rodrigues²¹⁰. A madeira, tal como acontecera com os portados, veio de Portalegre, tendo a obra de madeiramentos demorado oito semanas²¹¹. A 4 de Julho de 1725, celebrou-se o auto de termo de contas com os referidos empreiteiros²¹².

²⁰⁵ “Despenseo com Hierónimo da Mota à conta da obra do archivo quinze mil e quatrocentos réis – 15.400”. Idem, fl. 61v.

²⁰⁶ “Despenseo novecentos e ceenta réis pera humas tintas que vieram de Lixboa que trouxe António Gonçalves pera os livros – 00.960 Despenseo pera Francisco Nogueira pintor quatro mil e oito centos réis à conta da pintura do archivo – 04.800”. Idem, fl. 63. “Despenseo com Francisco Nogueira quatro mil e oitocentos réis à conta da pintura – 04.800 [...] Despenseo pera Francisco Nogueira pela conta da pintura quatro mil e oitocentos réis – 04.800”. Idem, fl. 63v. “Despenseo com Francisco Nogueira, pintor, três mil e quatrocentos e quarenta réis pera a satisfassam da pentura que faz nesta nesta Santa Caza e fica pago de tudo o que se lhe devia – 03.440”. Idem, fl. 65.

²⁰⁷ “Despenseo com João Fernandes, alvane, quatro mil e outosentos réis pela planta que fez da obra do hospital – 04.800 [à margem]: planta. Despenseo quatro mil e vinte réis pera huma dúzia de queiyos e carroto delles que foram para Lixboa pera o procurador que solicitou a licensa pera se fazere o hospital – 04.020.” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1719 para 1720*, fl. 41v.

²⁰⁸ “Despenseo com os empreiteiros das obras do hospital, Miguel Pinheiro e Pedro Nunes, noventa e ceis mil réis – 96.000. Despenseo com o pedreiro Joam Cordeiro por conta da obra da pedraria pera o hospital e celeiro trinta mil réis – 30.000”. Idem, fl. 44.

²⁰⁹ “Dispenseo setesentos e vinte réis para Domingos Fernandes da Bebieira pelo aluguer da sua eugua que foi buscar o imginheiro que fes a midisam da obrra do ospital – 0.720.” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1724 para 1725*, fl. 50v.

²¹⁰ “Dispenseo oito mil e trezentos e trinta réis de pregos e oitares, portais e taboares que fes Manoel Rodrigues, fereiro, e Manoel da Cunha pera a obra do novo ospital – 8.330. Dispenseo onze mil e noventa e trinta réis pera 26 milheiros de pregos de repar – 11.930. Dispenseo seis mil réis com Manoel Rodrigues, ferreiro, por reformar e acrescentar a grade de ferro da genela da emfermaria dos homes e huma da genela grande – 6.000.” Idem, fl. 52v.

²¹¹ Cf. Idem, fls. 53 a 54.

²¹² “Despeza que se fes com os empreiteiros da obrra do ospital, Pedro Nunes e seu companheiro Miguel Pinheiro, nesse anno de 1724 pera 1725. Dispenseo com os ditos empreiteiros, Pedro Nunes e Migel Pinheiro, a conta da obrra do ospital trezentos e setenta e hum mil e setesentos e vinte e cinco e de

Por algumas referências documentais dispersas, sabemos que o hospital possuía botica e enfermaria de homens separada das mulheres, cada qual com o seu altar.

5.4. Campanha na igreja: os retábulos de Manuel de Mures

Em 1730, inicia-se uma nova campanha decorativa na igreja, através da aquisição em Lisboa de azulejos para completar as faltas na capela-mor²¹³. Ao mesmo tempo, caiu-se a igreja²¹⁴, fez-se alguns arranjos na pedraria e preparou-se os nichos para receberem os altares colaterais e a tribuna. A tribuna foi pintada por Domingos Gonçalves. A sacristia recebeu uma porta nova, que ainda hoje se observa no seu lugar original. Caiu-se a abóbada, limpam-se os azulejos, remendaram-se os ladrilhos do chão da igreja e branqueou-se o arco triunfal²¹⁵.

Toda esta obra de limpeza e melhoramento visava receber os retábulos em talha da capela-mor e os dois colaterais. No ano seguinte, em 1731, celebrou-se a escritura contratual com o entalhador²¹⁶ documento que, felizmente, chegou até nós²¹⁷. Neste documento datado de 21 de Julho, a Santa Casa contratou-se com Manuel de Mures para fazer a *obra do entalhado da capella mayor e tribuna e altares culaterais* cobrando para isso 240.000 réis. A tribuna lateral e o retábulo da capela-mor teriam que estar prontos até ao dia de Endoenças de 1732, enquanto que os altares laterais, teriam que estar prontos, se possível, no dia da Visitação. O retábulo da capela-mor é assim descrito: *o altar mor levará duas colunas de lado com pilastras de porte de fora e sua renda à boca da tribuna estas resaltadas pera dentro com suas quartellas em bacho com dois satiros hum de cada lado com sua banquetta dados athé ao cham e terá nos lados por forma de cardensias duas de três palmos de comprido e palmo e meyo de largo na frente da*

como os ditos o reseberão se asinarão aqui comigo iscrivam actual, hoje dia mês era ut supra – 371.750 aa] Luís de Almeida Carneira. Miguel Pinheiro Pedro Nunes.” Idem, fl. 62.

²¹³ “Despendeo com o azulejo que se mandou vir de Lixboa pera a falta que havia deste na capela-mor cinco mil cetecentos réis – 05.700. Despendeo com o porte do dito azulejo mil e quatrocentos réis – 01.400.” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1730 para 1731*, fl. 49.

²¹⁴ “Despendeo com o moyo de cal preta e oito alqueires de cal branca pera cayara a Igreja oitocentos réis.” Idem, fl. 51.

²¹⁵ “Despendeo com João Cordeiro, pedreiro, de toda a obra que se fes de pedraria pera a Igreja onze mil seiscentos setenta réis – 11.670. Despendeo com Miguel Pinheiro, alvane, da primeira empreitada da tribuna e portados e da segunda dos altares colatraes sincoenta oito mil e oitocentos réis – 58.800. Despendeo com o pintor Domingos Gonçalves da pintura da tribuna e oliar das portas des mil e oitocentos réis – 10.800. Despendeo com o alvane Manuel Marques e seu servente de ladrilhar a Igreja e outros remendos mil e novecentos e vinte réis – 01.920. Despendeo com o feito da porta da sancristia com João Rodrigues, torneiro, dois mil e quatrocentos réis – 02.400. Despendeo com duas mulheres de cayarem no fim da obra trezentos réis – 00.300. Despendeo com o Varela de cayar a abóbada limpar o azulejo e branquiar o arco mil e quinhnetos e quinze réis - 01.515”. Idem, fl. 51v.

²¹⁶ “Despendeo com a escriptura que se fes do contrato dos entalhados da Igreja quatrocentos e oitenta réis – 00.480.” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1731 para 1732*, fl. 36.

²¹⁷ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 107, fls. 64v a 65.

obra com os dois sátiros por diante e por de trás segurar-se-há de alvenaria e ambas de talha de relevado até o cham levará seu sacrário resaltado guarnesido com quatro mizullas e depois da simalha assentara huma figura pella parte de fora na colluna e pera riba se continuara as mesmas obra que mostra a planta e a culluna de dentro será revestida de talhas com seu festão rematara em huma targe com as armas reais levará dois meninos de cada parte seu e em sima huma croa emprial com outros dois meninos conformando-se em tudo com a planta a que vai rubricada pello escrivam desta menza o trono será conforme a planta bem rubricada também pello dito escrivam levará quatro andares de luzes conforme a capacidade da tribuna com sua glória e croa emprial toda acompanhada de anjos a emcher o vam comrespondente a boca da tribuna a altar colateral de Nossa Senhora terá quatro colunas, duas de cada lado da forma das do altar mor e resaltada com suas quartellas e banquetas e pianha e será guarnecido todo o arco de bacho até sima de relevado com sua volta redonda e seguintes com sua simalha direita e seu remate e em cada pillar dos cantos sua figura com hum amboas.

Neste ano de 1731 fez-se a sapata de pedraria para receber o retábulo novo, transportado de outra localidade²¹⁸. A tribuna lateral foi assente por entalhadores desconhecidos²¹⁹.

A tribuna lateral feita por Manuel de Mures não é a que hoje se observa, já que, além de ser estilisticamente diferente do altar, o exemplar deste mestre possuía uma glória de anjos, à semelhança do retábulo. Este elemento decorativo foi imposto posteriormente pelos membros da Misericórdia²²⁰.

O retábulo do Senhor do Bom Despacho também não esteve ao gosto dos irmãos da Misericórdia, já que no ano seguinte pagaram ao mesmo mestre um acrescentamento²²¹.

De igual forma, o retábulo da capela-mor também recebeu por parte do mestre entalhador um novo acrescento à estrutura original por não estar ao gosto dos irmãos da Misericórdia²²².

²¹⁸ “Despendeo com alvane e servente pera faze[re]m os pés pera se sentar o entalhado da cappella mor oitocentos e oitenta e cinco réis – 00.885. Despendeo com os carreyros que trousserão o entalhado do altar mor mil e duzentos réis – 01.200.” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1731 para 1732*, fl. 37v.

²¹⁹ “Despendeo com entalhadores que vierão assentar o entalhado da tribuna, de comer e beber e com os armadores das endoenças seis mil cento e setenta e cinco réis- 06.175.” Idem, fl. 38.

²²⁰ “Despendeo com Manuel de Mures, entalhador, duzentos e quarenta mil réis preso em que se ajustou os entalhados do altar mor, tribuna e os dois altares colaterais – 240.000. Despendeo com o mesmo seis tostoes pera a fexadura e maxos da porta do sacrario – 000.600. Despendeo com mesmo meya moeda de ouro pera dois anjos que cresserão na glória da tribuna que não entrarão no ajuste – 002.400.” Idem, fl. 40v.

²²¹ “Despendeo pera Manoel de Mures quatorze mil réis do acrescentamento que se fes na capella do Senhor do Bom Despacho no entalhado por não estar como devia ser – 14.400.” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1732 para 1733*, fl. 36v.

²²² “Despendeo com Manoel de Mures nove mil que a Meza mandou dar do acrescentamento da capella mayor no entalhado – 9.000.” Idem, fl.38.

Neste mesmo ano adquiriram-se os gradeamentos em madeira que dividem a nave da capela-mor e que vieram de Elvas²²³. As pilastras em mármore foram feitas pelo pedreiro Manuel Cordeiro²²⁴.

Analisando os retábulos em pormenor podemos perceber no que consistiram estes “acrescentamentos”. O trabalho de talha de Manuel de Mures está muito apegado ao Barroco Nacional do reinado de D. Pedro II (1683 - 1705) elaborando as estruturas retabulares como se fossem um portal. Relembramos que este Manuel de Mures executara quarenta anos antes o sepulcro da Igreja Matriz, pelo que seria nesta data já sexagenário. Os seus retábulos são compostos por um camarim ladeado de colunas pseudo-salomónicas, decoradas com acantos e cobertas com arcos concêntricos de volta perfeita que conduzem de forma linear ao centro do retábulo. Aqui encontra-se o trono onde estava exposto o Santíssimo Sacramento, no caso do retábulo da capela-mor, ou a imagem do orago, no caso do retábulo da Capela do Senhor do Bom Despacho.

Este gosto estava já muito ultrapassado em Portugal e deve ter surtido algumas críticas junto da Mesa. Assim, no ano seguinte, houve a necessidade de se remodelar os retábulos, dando-lhes uma aparência mais de acordo com o gosto vigente na época do reinado de D. João V. No caso da tribuna, hoje desaparecida, sabemos que esse aumento foi a “glória de anjos”. Nos retábulos terá sido precisamente o mesmo motivo: a introdução de esculturas de anjos, bem como trompas cheias de concheados. No caso do retábulo do Senhor do Bom Despacho, acrescentou-se um frontão com um medalhão central ladeado de anjos, elemento desproporcionado para o altar.

Este desfasamento do retábulo da Misericórdia de Borba em relação à sua época pode verificar-se pelas palavras de Túlio Espanca. Por não ter tido acesso à documentação, este historiador datou-o do período de 1700-1710, afirmando que recebera acrescentos posteriores: *curioso é o retábulo de entalhamento barroco, do período de transição D. Pedro II - D. João V. (...) O camarim e o trono, ligeiramente posteriores, foram feitos já no governo do magnânimo,*

²²³ “Despendeo pera o pao que veio pera as grades da Igreja vinte mil e outocentos réis – 20.800.” Idem, fl. 38. “Despendeo pera [*ilegível*] de comer os que acentaram os quadros coletrais, digo os carapinteiros e pedreiros que acentaram as grades mais dois mil e quinhentos e vinte e nove réis – 02.529. Despendeo com o carreiro que conduzio hum toro de doze palmos de pao que faltou pera as grades cette centos e vinte réis – 00.720. Despendeo pera o porte do ditto pao pera Elvas quatro centos e outenta réis – 00.480. Despendeo pera quem trouce as grades feitas de Elvas de porte setecentos e vinte réis – 00.720. Despendeo pera Manoel Franco o mosso de hir a Elvas buscar as grades de que a ferragem das grades, trezentos – 00.300”. Idem, fls. 38v. a 39.

²²⁴ “Despendeo pera Manoel Cordeiro, pedreiro, de quatro pelistras que fes pera as grades da Igreja dezouto mil réis – 18.000”. Idem, fl. 39v “Despendeo pera Manoel Carvalho de Elvas de feitio e ferragem pera as grades da Igreja quarenta e dois mil – 42.000.” Idem, fl. 40v.

*terminando este em formosa grinalda floral, de talha policroma, revestida por querubins, o Espírito Santo e a coroa virginal*²²⁵.

Apesar da correcta análise formal de Túlio Espanca, o retábulo data de 1731. Este caso coloca-nos uma questão. A primeira é a flagrante permanência de certos valores estéticos em Borba, já muito ultrapassados. Este facto não pode ser explicado pela periferia de Borba em relação aos centros regionais, pois Vila Viçosa e Estremoz eram polos artísticos muito activos. Além disto, a presença de elites cultas na vila de Borba, como já ficou demonstrado, e a proximidade de Borba aqueles centros não permite catalogar esta vila como atrasada no seu tempo. Julgamos que este retábulo, ao utilizar um formulário estético retrógrada ía ao encontro do gosto dos membros da Mesa, homens já de certa idade que se identificavam mais com o Barroco “Nacional” do que com o “Joanino” que já emergia no Alentejo.

5.5. Novas campanhas: a casa do despacho e o douramento do altar 1743 – 1744.

Dez anos depois, em 1743, o mesmo Manuel de Mures fez o entalhado da sala do despacho. A imagem de Cristo do altar desta sala foi renovada²²⁶ e procedeu-se ao douramento do nicho²²⁷. Na igreja, fizeram-se outros melhoramentos, tais como a aquisição de três cruzeiras prateadas vindas de Elvas e trabalhos de pintura feitos por um pintor desconhecido residente na Rua das Covas em Borba (actual Rua Silveira Meneses)²²⁸.

Apesar dos retábulos terem sido concluídos em 1731, ainda estavam por dourar. Tal pode-se observar por um interessante documento, datado de 21 de Julho de 1744, registado nos livros de actas. Neste, o provedor da comarca, Estêvão Fragoso Ribeiro, deixou conselhos ao bom governo da Misericórdia. No 12º artigo, aconselha-se que se proceda ao douramento do altar que, havia treze anos, estava em bruto: *Ultimamente, pesso à Menza que tenha lembrança de dourar a talha do altar-mor por não ser decente, que huma casa a quem o Senhor deu tantas rendas, o tenha çó à reverencia [?] do presente estado, acudindo-sse por este meyo, não só ao*

²²⁵ ESPANCA, Túlio, *Op. Cit*, p. 83.

²²⁶ “Despendeo com a imagem do crucifixo que se mandou renovar pera se por na caza do despacho novecentos e sessenta réis – 00960. Despendeo com o entalhador do nicho da caza do despacho que fez Manoel de Mures de Villa Viçosa nove mil e seiscentos réis – 09.600.” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1743 para 1744*, fl. 67.

²²⁷ “Despendeo com o dourado do nicho da caza do despacho e pintura das portas das janelas da mesma e samcristia doze mil e oitocentos réis.” *Idem*, fl. 71.

²²⁸ “Despendeo com três cruzeiras prateadas que se fizerão em Elvas pera os três altares da Igreja des mil e duzentos réis – 10.200”. *Idem*, fl. 67. “Despendeo com a encarnação das táboas das missas e compra de hum crucifixo que tudo fes o pintor da Rua das Covas – 04.000. [...] Despendeo com Fernando Mendes carpinteiro do concerto das portas da Igreja três mil trezentos e trinta réis – 03.330. Despendeo com o concerto dos telhados do hospital, cal, area e ladrilho pera a cham[j]né todo feita por Vicente Lopes, alvane, sinco mil trezentos e sincoenta réis – 5.350”. *Idem*, fl. 69.

*culto do Senhor, mas à conservação do retábulo, que se acabará de perder sem este benefício, que também se dá em ornato da mesma igreja*²²⁹.

Esta crítica/sugestão foi bem recebida e, no mesmo ano de 1744, procedeu-se ao douramento do retábulo. A campanha começou com a montagem dos andaimes, estrutura que esteve a cargo de Fernando Mendes²³⁰. Pouco depois foram douradas e estofadas as figuras²³¹, tendo o escultor Bernardo Gomes feito um santo para maior ornamento do retábulo²³². Quem estofou as figuras foi o pintor João Dias que cobrou 52.000 réis. O escultor Bernardo Pereira procedeu a pequenos arranjos do retábulo do Senhor do Bom Despacho²³³.

No ano de 1746, os altares laterais também foram dourados, tendo os andaimes sido montados pelo mesmo Fernando Mendes²³⁴. O pintor João Dias procedeu à limpeza dos altares em 1752²³⁵.

Em 1754 a Fábrica da Igreja da Misericórdia dispendeu 15.480 réis com o mestre João Lopes Cordeiro que fez a mesa em mármore para a sacristia da igreja. Neste mesmo ano, gastou-se 28.800 réis com o chão em mármore que preserva um motivo de xadrez²³⁶.

²²⁹ SCMBRB, *Livro das Resoluções da Mesa*, 1728 a 1779, fl. 82.

²³⁰ “Com Fernandes Mendes de humas portas pera o Monte dos Serrones dois mil e outocentos reis e hum conserto nas portas do adro e de huma escada setesentos réis e de armar os andaimes pera se dourar a cappella mor e aluguer da madeyra dois mil e quatrocentos réis e fica na mão do tezoureiro o ressiço – 5.900.” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1744 para 1745*, fl. 62.

²³¹ “Com o ouro e mãos dos officiaes e emcarções e estofados das figuras duzentos e sesenta e hum mil réis, outocentos e setenta réis e fica certidam na mão do tizoureiro. Com dois milheiros mais de ouro, menos dous livros, com que se acabou de dourar a cappella mor, treze mil quinhentos e outenta réis.” Idem, fl. 64v.

²³² “Com o escultor Bernardo Gomes mil e duzentos réis de hum santo [repetição] que fes pera a tribuna – 1.200” Idem, fl. 59v.

²³³ “Despendeo com dois castissais de pao lavrados pera o altar do Senhor do Bom Despacho novecentos e sesenta réis – 00.960. Despendeo com o pintor João Dias de pratiar os mesmos novecentos e sesenta réis – 00.960.” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1746 para 1747*, fl. 69. “Despendeo com Bernardo Pereyra de amanhar o emtalhado e hum dedo do Senhor do Bom Despacho quatrosentos e oitenta réis – 000.480. Com João Dias pintor de asentar o ouro e estofar as feugas sincoenta e dois mil réis – 052.000. Com o mesmo de carvão pera o emgesado quatrocentos réis – 000.400. Com o mesmo de emcarnar o Senhor do Bom Despaycho e a Senhora do Emparo e pintar o púlpito outo mil réis – 08.000. Com o mesmo de alimpar os emtalhados pera quinta feyra santa quatrocentos e oitenta réis – 000.480”. Idem, fl. 69v.

²³⁴ “Despendeo com Frenando Mendes do aluguer da madeyra e seu trabalho de amanhar os andaimes pera os douradores do [sic] dois altares dois mil réis – 02.000” Idem, fl. 72v.

²³⁵ “Com o pintor João Dias de alimpar o dourado dos altares quatrocentos e oitenta réis – 480” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1752 para 1753*, fl. 35.

²³⁶ “Despendeo com a mesa de pedra da sancristia quinze mil réis e quatrocentos e oitenta da cal e area e alvanaria que tudo se deu ao mesmo pedreiro João Lopes Cordeiro que tudo soma – 15.480. Despendeo com o xadres da sancristia vinte oyo mil e oyo centos réis – 28.800” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Fábrica da Igreja da Misericórdia*, 1748-1772, Despesa do ano de 1754-1755, fl. 70.

A presença de diversos nomes ligados às várias Artes (pintura, escultura, douramento) denúncia a presença em Borba de um conjunto de artistas que tinham em Borba encomendantes suficientes para responder às suas necessidades. No passado, os artistas que trabalhavam em Borba eram dados como moradores em Évora, Vila Viçosa e Estremoz. Este facto revela-nos que Borba tornou-se num polo artístico regional com uma elite de encomendantes que cativou um conjunto de artistas borbenses.

5.6. A nova tribuna, elemento modernizador da igreja: 1760.

A actual tribuna lateral foi efectuada pelo carpinteiro Bento Dias no ano de 1760²³⁷ e substituiu a anterior da autoria de Manuel de Mures. O douramento foi efectuado pelo pintor António de Sequeira e os cachorros de pedra que a sustentam pelo mestre Simião Pereira. A decoração do cadeiral foi efectuada por José Caetano.

Esta obra mostra um corte com a estética ultrapassada do exemplar anterior. Apesar de apenas ter trinta anos, a tribuna lateral de Manuel de Mures deveria apresentar, tal como os retábulos, um figurino retrógrado. A nova tribuna apresenta um desenho mais sóbrio e elegante sem enveredar pelos excessos da talha dourada. Pretendia ser um apontamento erudito e vanguardista numa igreja marcada pelo conservadorismo estético, tanto pela intervenção de Manuel de Mures, como pelos azulejos de padrão de tapete, ou pela solução de abóbada polinervada, se recuarmos mais atrás.

A tribuna lateral servia para que os irmãos da Mesa da Misericórdia assistissem ao ofício divino. Assim, constituía uma obra de propaganda e de afirmação social da elite dominante junto do resto da população da vila. Ao ser uma obra de arte retrógrada, a tribuna não servia os seus interesses, nem daria a melhor imagem de uma geração que será caracterizada pelo iluminismo

²³⁷ “Despenseo com Bento Dias carpinteiro por conta da obra da tribuna trinta mil réis – 30.000”. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1760 para 1761*, fl. 107. “Despenseo com dois covados e meyo de veludo azul pera a cadeira sinco mil réis – 05.000 [...] Despenseo com Samiam Pereira e Alexandre Francisco de fazerem nove caxorros de pedra pera a obra a mil e quinhentos réis cada hum e mais 240 de hum dia de trabalho que fes nas pedras da janella do coro treze mil setesentos e quarenta réis – 13.740”. Idem, fl. 107v. “Despenseo com o porteiro pella arematasam do dourado da obra trezentos e sesenta réis – 00.360. Despenseo com Diogo de Abreu de seu trabalho do caxam e bancos do coro três mil trezentos e trinta réis – 03.330. Despenseo com António de Siqueira, pintor, por conta do douramento vinte e oito mil e oito sentos réis – 28.800. Com o mesmo atras três mil e duzentos réis – 03.200 [...] Despenseo com Samiam Pereira por conta das pedrada duas tribunas três mil e duzentos réis – 03.200. Despenseo com Joam Rodrigues Raposo de arancar huma carretada de lages quatro sentos réis – 00.400 [...] Despenseo com Gracia por conta da obra das cadeiras quatro sentos e oytenta réis – 00.480 [...] Despenseo com José Caetano pello feitio das cadeiras quarenta e dois mil e quinhentos réis – 42.500.” Idem, fls. 108 e 108v. “Despenseo com Simam Pereira por outro mando de seis dias de trabalho na alimpassam das pedras mil e quattrosentos e quarenta réis – 01.440” Idem, fl. 109.

e pela valorização da razão. Assim, em 1760, a velha tribuna será apeada e substituída por uma obra assumidamente vanguardista no meio artístico borbense.

5.7. Campanhas de obras: 1770 - 1781

Em 1770, procede-se à reforma profunda do hospital que, já no século XVIII, havia sido muito modificado. Tal como na intervenção de 1718-1725, a nova obra do hospital iniciou-se com a elaboração de um projecto. Este foi pago a um arquitecto ou engenheiro desconhecido a 18 de Abril de 1770²³⁸. Contudo, só em Julho de 1771 encontramos a primeira referência documental a obras decorrendo no hospital da Misericórdia²³⁹.

Tal como acontecera anteriormente, a campanha de obras no hospital era acompanhada por uma campanha decorativa na igreja. No mesmo ano de 1771, em Agosto, pagou-se aos carpinteiros que fizeram as sanefas em talha e a estrutura do órgão²⁴⁰. O janelão do coro que ornamenta a fachada da igreja foi pago em Setembro de 1771 ao mestre Francisco Miguel²⁴¹.

O órgão é sem dúvida a obra mais importante desta campanha de 1771. Túlio Espanca refere que *o belo órgão de armário, completamente lacado de vermelho e ouro, albardadas de flores e grinaldas com cimafrente de boa talha policroma, tudo obra, talvez, do italiano D. Pascoal Caetano Oldivino, de cerca de 1760*²⁴².

Através da documentação sabemos que já existia em 1760, devido aos pagamentos ao organista, o padre frei António²⁴³. Contudo, não temos registo da sua aquisição, algo que se deve prender com o facto de, em 1748, a Santa Casa da Misericórdia ter decidido que os ornamentos da igreja deveriam ser pagos com as receitas das esmolas da “tumba” e das sepulturas. A gestão deste dinheiro passava para o capelão fabriqueiro que possuía contas separadas que deveriam ser anualmente apresentadas à Misericórdia²⁴⁴. Assim, não nos chegou os registos da chamada “fábrica miúda” onde se deve ter incluído o mecanismo do órgão.

²³⁸ “Com o risco pera as obras oito mil réis – 8.000.” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1769 para 1770*, fl. 107v.

²³⁹ “Com a compra e carretos de madeira para as obras que se estão fazendo dezaseis mil réis - 16.000” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1771 para 1772*, fl. 48v.

²⁴⁰ “Feriaz dos officiais que fazem as obras de novo de sanefas, pera os portados e tribunas, ornato do orgam tudo de carpintaria.” Idem, fl. 59.

²⁴¹ “A Francisco Miguel pello portado de cantaria para a jenella do coro dezanove mil e duzentos réis – 19.200.” Idem, fl. 64v.

²⁴² ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 83.

²⁴³ “Despendeo com quem levantou o folhe do orgam a novena de Nossa Senhora duzentos réis – 00.200.” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1760 para 1761*, fl. 102v. “Despendeo com frei Lourenço do livro pera o coro que mandou vir pera o coro nove mil oitocentos e oitenta réis – 09.880.” Idem, fl.104.

²⁴⁴ Cf. SCMBRB, *Livro das Resoluções da Mesa, 1728 - 1779*, fls. 115 a 116.

A sua decoração exterior encontra-se, no entanto, amplamente documentada. Coube ao pintor borbense, José de Sousa Carvalho, a pintura e douramento do armário do órgão²⁴⁵, ficando encarregue da obra de carpintaria o mestre João da Costa²⁴⁶. As tintas para esta obra e para as sanefas em talha, que decoram a capela-mor, vieram de Lisboa²⁴⁷. A pintura das sanefas também foi feita por José de Sousa Carvalho, em 1772²⁴⁸.

Em 1774, iniciou-se a obra das novas enfermarias, campanha arrematada em 25 de Julho desse ano pelo mestre Manuel Lourenço²⁴⁹. Os pagamentos iniciaram-se em Agosto de 1774 e prolongaram-se até Março de 1781²⁵⁰. Das campanhas artísticas destacam-se a construção do portal do hospital, efectuado pelo mestre canteiro Bartolomeu Lopes (Novembro de 1775)²⁵¹, as pinturas, presumivelmente decorativas, que o pintor José de Sousa Carvalho efectuou na botica, também decorada com azulejos, e na escada do hospital²⁵², bem como as cantarias decoradas da escada do hospital, da autoria de Manuel Velez Picão (Janeiro de 1781)²⁵³.

²⁴⁵ “Ao pintor Jozé de Souza por conta das obras de pinturas e dourador que está fazendo pera esta Misericórdia doze mil e oitocentos réis – 12.800 [à margem]: Foi somente pera a pintura do órgão; e apresentou recibo.” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1771 para 1772*, fl. 65 “Ao pintor Jozé de Souza pellas pinturas e dourados que está fazendo no orgam novo sete mil e duzentos réis – 7.200” Idem, fl. 87v.

²⁴⁶ “Huma fêria ao carpinteiro Joam da Costa das obras dos portados e orgam e seu filho dois mil duzentos e sincoenta réis – 2250.” Idem, fl. 92v. “Ao carpinteiro Joam da Costa e seu filho fêria de três dias dos portados e orgão mil quinhentos e setenta e sinco réis – 1.575.” Idem, fl. 93v. “A Joam da Costa carpinteiro de huma fêria mil e oitocentos réis – 01.800.” Idem, fl. 95.

²⁴⁷ “Mais gastos que se fizeram de despeza neste mês de Novembro. Com o ouro e tintas que se mandaram vir de Lisboa pera as pinturas e dourado do orgam e sanefados novos dezouto mil oito centos e setenta réis – 018.870. Com Jozé de Souza, pintor, pellas suas mãos mais e do desbaste que elle fes no remate da bacia do orgam vinte e seis mil oito centos e setenta réis – 026.870. Com o dito Jozé de Souza por último de todas as obras que findou de pinturas e dourados treze mil oitocentos e sesenta réis – 13.860.” Idem, fl. 88.

²⁴⁸ “Com o pintor e dourador Jozé de Sousa por conta do dourado dos sanefados quatorze mil e quatrocentos réis – 14.400. Ao mesmo dourador por conta do último resto de todas as obras que fez quatorze mil e quinhentos réis – 14.500” Idem, fl. 127v.

²⁴⁹ “Detriminarão se metece a pregam a obra da alvanaria das imfermarias nova e velha pertencentes à dita Santa Casa na forma do risco e apontamento e andando muito tempo em pregão em que haveria lanços, não houve quem por menos a fizesse do que hum conto e quarenta mil réis que nella lansou Manoel Lourenço com obrigação de por tudo o que fose nesessário pera a alvanaria”. SCMBRB, *Livro das Resoluções da Mesa, 1728 - 1779*, fl. 261.

²⁵⁰ Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1774 para 1775*, fls. 44v, 45, 50, 55v, 60v, 65v, 70v, 75v, 79v, 83v, 87v, e 93. *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1775 para 1776*, fls. 35, 40, 45, 49v, 55, 59, 64, 69, 74v, 78v, 79v, 84v, 90 e 90v. *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1776 para 1777*, fls. 33v, 39v, 55v, 59, 64, 68, 72, 77, 82v. *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1777 para 1778*, fls. 69, 83 e 84. *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1780 para 1781*, fls. 53, 69, 84, 84v, 91, 91v, 97v e 104.

²⁵¹ “Despendeo com o mestre canteiro Bartolomeu Lopes Cordeiro pella factura do portado grande da entrada do patio quarenta mil e quinhentos réis – 40.500”. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1775 para 1776*, fl. 55.

²⁵² “Com o pintor Jozé de Souza por pintar a botica e escada vinte e quatro mil réis – 24.000” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1777 para 1778*, fl. 83 “Despeza da obra nova do hospital. Despendeo com os carpinteiros João da Costa, seu filho, aprendizes e ofeciais desta villa na obra nova

Na consequência da obra do hospital, procedeu-se à reforma da torre feita por Manuel Lourenço e Francisco Miguel Cordeiro²⁵⁴. Esta reforma da torre, de 1781, deve ter sido intensa uma vez que se refere a existência de uma “torre nova”²⁵⁵. Para esta torre adquiriu-se um novo sino vindo de Lisboa²⁵⁶. Contudo, a intervenção não deve ter sido suficientemente eficaz e em 1 de Fevereiro de 1795 a Mesa decidiu *derrubar-ce a torre por estar em total ruína se dece prencípio a fazer huma nova com as seguranças persizas*²⁵⁷.

Em 1800 a obra da torre continuava sob a direcção de Manuel Velez Picão²⁵⁸ tendo sido concluída em 1802²⁵⁹. Esta torre assume-se como um elemento de invulgar monumentalidade que marca de forma indistinta a vila de Borba. Torna-se interessante verificar que esta torre sineira foi construída afastada da igreja, certamente com o intuito de ser observada a partir de vários pontos da vila, como das Ruas Nunes da Silva, Visconde Gião, e principalmente a partir da estrada de Elvas, porta de entrada na vila.

Já muito tardio é o altar em mármore da igreja dedicado a Nossa Senhora do Amparo que data de 1804. Neste ano pagou-se a um mestre desconhecido 17.000 réis de o ter acente na igreja e 35.360 réis da obra de escultura²⁶⁰. Este retábulo veio substituir um dos alates laterais em talha dourada da autoria de Manuel de Mures. Contudo, uma recente intervenção de restauro na igreja da Misericórdia veio descobrir que o actual retábulo do Senhor do Bom Despacho era na verdade dedicado à Senhora do Amparo, sendo que foi pensado para albergar a imagem quinhentista que se encontrava na sacristia. Isto é verificável também pelos símbolos

da botica nove mil seiscentos e trinta réis – 09.630. Despendeo com o serralheiro Jacinto Alvres da feragem que fes pera a mesma botica dois mil réis – 02.000. Despendeo mais com o dito Joam da Costa carpinteiro por conta da mesma obra da botica mil e seiscentos réis – 01.600. Despendeo com azulejo que veyo pera a botica e asiento delle mil e seiscentos réis – 01.600. Despendeo com o pintor Jozé de Souza por pintar a botica e escada do ospital vinte e quatro mil réis – 24.000” Idem, fl. 84.

²⁵³ “Com Manoel Velles Picam canteiro, des mil e seiscentos réis do feitio e pedraria do curremam da escada do ospital – 10.600”. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1780 para 1781*, fl. 91v. “Com o canteiro Manoel Velles Picam pella genella que fez pera a frontaria da obra das cazas da Misericórdia junto à Igreja dois mil trezentos e quarenta réis – 02.340” Idem, fl.104.

²⁵⁴ “Com o mesmo Manoel Lourenço e Francisco Miguel Cordeiro da primeira fêria da obra da torre como consta do recibo que ambos passaram sinco mil novecentos e oitenta réis – 05.980” Idem, fl. 84v.

²⁵⁵ “Com humas lagens para a sahida do torre nova mil setecentos e sincoenta réis – 01.750” Idem, fl. 111v.

²⁵⁶ “Com o signo grande novo e signeta do hospital abatido o sino velho que foy pera Lisboa como consta do rol que veyo, oitenta dois mil e setecentos réis – 82.700” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1781 para 1782*, fl. 69v.

²⁵⁷ SCMBRB, *Livro de actas de 1791 a 1836*, fl. 21v. *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1794 para 1795*, fl. 56.

²⁵⁸ Cf. SCMBRB, *Livro de actas de 1791 a 1836*, fl. 39v.

²⁵⁹ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p.82.

²⁶⁰ “Despendeo com retábullo da Capella da Senhora do Amparo – 17\$000” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Fábrica da Igreja da Misericórdia*, 1786-1819, Despesa do ano de 1803/1804, fl. 98. “Despendeo com o resto da obra da Capella – 35\$360”, Idem, Despesa de 1804/1805, fl. 104v.

marianos (folhas, coroa e monograma de Maria) que se encontra nos medalhões do retábulo em talha dourada. Assim, teremos de admitir duas hipóteses: ou foi o retábulo do Senhor do Bom Despacho substituído pelo congénere da Senhora do Amparo, por estar em mau estado de conservação, ou em 1804, decidiu-se trocar as imagens, passando a Senhora do Amparo para o lado do Evangelho (com extração do retábulo) e o Senhor do Bom Despacho para o lado da Epístola, onde estava o retábulo da Senhora do Amparo.

Dentro do hospital destacavam-se as hoje desaparecidas capelas das enfermarias dos homens e das mulheres. A primeira destas capelas que está documentada é a da enfermaria das mulheres, que recebeu um trabalho de carpintaria, em 1781, pelo mestre João Joaquim²⁶¹. Em 1784, o pintor José de Sousa Carvalho efectuou a pintura dos santos e do retábulo na capela da enfermaria dos homens²⁶². O quadro do retábulo, que já existia na antiga capela das enfermarias foi reavivado por Manuel Carvalho nesse mesmo ano, denunciando que José de Sousa Carvalho já atingira um estatuto social tal que não fazia este tipo de obras menores²⁶³.

Para além destas capelas, há também referências a um altar dentro do hospital da “Capela dos Mortos”²⁶⁴, provavelmente onde se velavam os defuntos.

6 A IGREJA DE SÃO BARTOLOMEU

6.1. Apresentação

A Igreja de São Bartolomeu de Borba é, sem dúvida, um dos mais belos monumentos do Alentejo, permanecendo o seu valor e o seu património ainda no desconhecimento da maioria dos historiadores. De facto, como iremos observar ao longo deste estudo, o seu recheio artístico possui relevância a nível nacional encontrando-se muito bem documentado.

O Padre António Joaquim Anselmo dedicou-lhe poucas, mas pioneiras, linhas onde sintetizou as várias componentes artísticas que valorizam a igreja: *É esta igreja ornada com profusão de bellos mármorees, e as paredes interiores acham-se revestidas de azulejos até à cimalha. A abóbada é toda apainelada em molduras e artezões, com pinturas grosseiras da vida do orago. Possui um bom orgam*²⁶⁵.

²⁶¹ Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1780 para 1781*, fl. 91.

²⁶² “Com José de Sousa pintor para complemento da factura dos sanctos e altar da enfermaria dos homens trinta mil réis – 30.000 [...] Com o mesmo Jozé de Sousa sesenta mil réis que já se lhe haviam dado para a obra asima do sanefam [?] e retábulo da enfermaria dos homens de que agora de tudo passou recibo – 60.000” SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1783 para 1784*, fl. 71.

²⁶³ “Despendeo com Manoel Carvalho por tingir a porta de ferro do hospital e limpar o quadro da enfermaria mil quatrocentos e quarenta réis – 001.440” Idem, fl. 82.

²⁶⁴ Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1784 para 1785*, fl. 69v.

²⁶⁵ ANSELMO, Pe. António Joaquim, *Op. Cit.*, p. 36.

Só algumas décadas depois, a igreja voltou a ser alvo de um estudo mais atento com o inquérito ao concelho efectuado por Túlio Espanca no âmbito do *Inventário Artístico de Portugal*. Neste estudo, o autor calipolense procedeu a uma cuidada e longa análise do património subjacente, bem como a uma pesquisa documental, tanto nos arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa, como nos arquivos da própria Igreja, apesar de o não referir.

De facto, chegaram até nós riquíssimos arquivos na Igreja de São Bartolomeu, provenientes, na sua maioria, do fundo da antiga Irmandade do Santíssimo Sacramento, sucessora da Irmandade quinhentista de São Bartolomeu e responsável pelas encomendas das principais campanhas artísticas da igreja²⁶⁶.

Graças à investigação sistemática deste importante espólio, será possível avançar, pela primeira vez, com importantes informações que irão aclarar o papel de Borba na conjuntura histórico-artística do Alentejo e do país.

6.2. Fundação

A data exacta da fundação da Igreja de São Bartolomeu, apesar de todo o trabalho de investigação efectuado, permanece desconhecido. Sabe-se contudo que a malha urbana que envolve a igreja já estaria delimitada no século XV, fruto de um crescimento em direcção a Estremoz, centro urbano mais importante na envolvente, proporcionado possivelmente pela Carta de Feira de 1315. De facto, em frente à Igreja de São Bartolomeu, subsistem dois imóveis com guarnições do século XVI.

Na *Visitação* de 1534 refere-se, por exemplo, a Igreja da Orada como dependente da Matriz, mas não se faz qualquer referência à Igreja de São Bartolomeu, pelo que se conclui que ainda não existia²⁶⁷. A *Visitação* de 1560, refere-se a este templo, pelo que podemos adiantar o período de 1534-1560 como a época da fundação da Igreja de São Bartolomeu, enquanto capela sujeita à Matriz.

²⁶⁶ Este arquivo esteve votado ao abandono durante décadas tendo sido encontrado pelo Gabinete Técnico Local em 2001 em péssimas condições de armazenamento, sujeito à acção directa da chuva e sobre madeiras infectadas com insectos xilófagos, numa sala contígua à capela do Santíssimo Sacramento. O GTL procedeu à sua limpeza, organização e extracção das fontes de degradação, em condições que, apesar de ainda não serem as ideais, por falta de acompanhamento técnico, são razoavelmente melhores. Este arquivo encontra-se actualmente dentro da Igreja de São Bartolomeu, no antigo consistório da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Esperamos que com o conhecimento da importância dos arquivos de Borba, as instituições competentes velem pela sua salvaguarda através da criação de um Arquivo Histórico Municipal que albergue com todas as condições técnicas os arquivos da Câmara Municipal, Paróquias e Santa Casa da Misericórdia, mantendo contudo a propriedade destas instituições sobre os seus arquivos.

²⁶⁷ Cf. BPE, *Visita do arcebispo de Évora no Ano de 1534*, cod. CXXIII / 1-1, fls. 105 e seguintes.

A ser correcta esta cronologia, a fundação da Igreja de São Bartolomeu estará relacionada com outro aspecto. A Igreja Matriz de Borba, localizada no castelo desde 1260, foi retirada, em 1420, do seu local original e refundada na sua actual localização, supostamente por ter aí surgido a Virgem Maria. Esta refundação prendeu-se com uma vontade da Ordem de Avis em contrariar o crescimento desproporcional da vila em direcção a Estremoz. Com a construção de uma nova matriz no sentido oposto, pretendeu-se harmonizar este crescimento. Todavia, esta primitiva tentativa de ordenamento urbano gorou-se nos seus objectivos, tendo a população edificado sem autorização (daí que não haja documentação antiga para a fundação) uma ermida que fornecesse o culto junto das habitações da vila.

A ermida de São Bartolomeu poderá ter surgido como uma reacção à localização da Matriz fora do tecido urbano, facto que deve ter despoletado incompreensão e descontentamento à população. De facto, em Dezembro de 1572, a capela-mor da primitiva Igreja de São Bartolomeu foi concedida a Brites Silveira e a seus herdeiros para aí terem sepultura²⁶⁸. No ano seguinte (Maio de 1573) Fernando Lourenço e seus herdeiros recebem o mesmo privilégio²⁶⁹ provavelmente por desistência da primeira donatária. Estes documentos comprovam que houve uma grande adesão, por parte da população, desde o primeiro momento para com a nova igreja.

A hipótese do nascimento da Igreja de São Bartolomeu como reacção à Matriz assume maior consistência se a inserirmos no contexto das lutas pelo poder que existia entre o Arcebispado de Évora e as Ordens Militares.

Como já referimos nas páginas dedicadas à Igreja Matriz, desde o século XIII que o padroado das igrejas alentejanas era disputado entre o Arcebispado de Évora, diocese que remonta a sua origem aos inícios do cristianismo e que possuía a jurisdição sobre todo o Alentejo, e a Ordem Militar de São Bento de Avis, que recebeu o padroado de um grande número de igrejas alentejanas como recompensa da participação na reconquista definitiva do Algarve.

Em jogo estavam todos os rendimentos eclesiásticos. Por exemplo, Borba rendeu à Igreja 128.300 reais, em 1565²⁷⁰.

Ao longo dos séculos serão constantes as tentativas do Arcebispado de recuperar o padroado sobre as paróquias da sua dioceses. Quase sempre, o arcebispo tenta provar ao rei, através de inspecções, as visitas, que a Ordem de Avis era incompetente na gestão das igrejas, na administração dos sacramentos e na prestação do culto.

²⁶⁸ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 4, fl. 108.

²⁶⁹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 4, fl. 138v.

²⁷⁰ Cf. BPE, *Livro das avaliações dos rendimentos eclesiásticos do Arcebispado de Évora*, 1565, cod. CXI / 1-4.

Contudo, a dinastia dos Avis era, desde a sua origem, afectada à Ordem Militar de São Bento de Avis, pelo que as críticas da Diocese de Évora foram respondidas com uma reforma da Ordem. O mestrado é incorporado na Coroa por D. João III que reforma a instituição. No século XVI, atacar a Ordem de Avis, equivalia a atacar a própria Coroa, pelo que a Diocese nunca conseguiu atingir os seus objectivos.

Em 1580, com a subida ao trono de Filipe II de Espanha, a Diocese de Évora ganha uma muito maior influência. Os Habsburgos eram desde longa data os defensores da Igreja Romana, dos seus dogmas, dos seus interesses e dos seus prelados. Assim, a Ordem de Avis irá perder importância e a Diocese conseguirá atingir alguns dos seus objectivos, estando esta questão na génese da nova freguesia de São Bartolomeu e, conseqüentemente, da fundação da actual igreja.

O primeiro documento que comprova a existência deste templo é a já referida *Visitação* de 1560²⁷¹ efectuada à Igreja de São Bartolomeu por Frei Gil Pousadas, prior da Matriz. Neste documento, refere-se que esta igreja servia de Matriz, deixando adivinhar que a Igreja de Nossa Senhora do Soveral estaria em obras profundas. De facto, a data de 1560 coincide com a estrutura arquitectónica da actual Matriz, reformada segundo o modelo da Igreja de Santo Antão de Évora, numa profunda reestruturação ordenada pela Ordem de Avis.

Este documento teve como principal objectivo fiscalizar os costumes dos padres que serviam a ermida de São Bartolomeu, já que alguns, nomeadamente um tal frei Luís, provocavam desacatos na vila motivados pelo então já apreciado vinho de Borba²⁷².

Contudo, percebemos através deste documento que a Igreja de São Bartolomeu do século XVI seria uma ermida sujeita à Matriz com falta de ornamentos (embora tivesse uma sacristia) e de párocos para servirem um tão grande número de pessoas. Desta forma se comprova que a população borbense preferia assistir ao culto na Igreja de São Bartolomeu do que na afastada Matriz.

A *Visitação* de 1560 deve ser entendida à luz da já abordada questão da rivalidade entre a Ordem de Avis e o Arcebispado de Évora.

Por vontade popular ou por instigação do Arcebispado, o facto é que se fundou a Igreja de São Bartolomeu com claro objectivo de se tornar uma paróquia independente e retirar à Matriz grande parte dos seus fregueses e, por consequência, dos rendimentos.

²⁷¹ Cf. BNL, *Secção de Reservados*, Códice 10.845, fls. 1 a 14.

²⁷² No seguimento desta visitaçao, frei Luís foi afastado e preso tendo fugido da cadeia para Espanha por volta de 1564. Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 3, fls. 21 a 21v.

Como reacção, a Ordem Militar de Avis mandou o prior da Matriz, frei Gil Pousadas, proceder a uma visitação aos padres de São Bartolomeu com o objectivo de denegrir a sua imagem. Após a subida ao trono de Filipe II, frei Gil Pousadas seria condenado por esta questão²⁷³.

Em 1587, o vigário da vila de Borba, o padre Aleixo Martins, elaborou um “relatório” onde denunciava a falta de responsabilidade dos freires da Ordem de Avis, que frequentemente se escusavam a prestar os últimos sacramentos aos moribundos, entre outras falhas graves²⁷⁴.

Em 1597, os vereadores da Câmara Municipal de Borba escrevem ao rei solicitando a “restauração” da freguesia da São Bartolomeu e a devolução ao Senado da Câmara da gestão da obra da Igreja Matriz²⁷⁵. De facto, desde 1595 que a Igreja de São Bartolomeu funcionava como sede de freguesia, fazendo-se a partir dessa data os registos de baptismos, casamentos e mortes²⁷⁶.

O arcebispado elaborava assim um processo com o objectivo de, aproveitando a influência junto do novo rei, conseguir colocar sobre a sua alçada os rendimentos eclesiásticos alentejanos. Para isso, tinha encontrado na Câmara uma aliada que desejava reassumir a obra da Matriz, fosse pelo dinheiro envolvido, fosse por considerar que faria um melhor trabalho.

O grande baluarte deste conflito na passagem do século XVI para o XVII foi o arcebispo D. Teotónio de Bragança (1578-1602) que procedeu a inúmeras visitas a igrejas que saíam fora da sua jurisdição. Esta sua acção provocou conflitos entre ambas as instituições eclesiásticas²⁷⁷.

D. Teotónio de Bragança deve ser visto à luz da Igreja Militante contra-reformista pós Concílio de Trento, onde se tentou reformar a Igreja Católica através de um reforço das suas posições a todos os níveis. Basta lembrar que D. Teotónio de Bragança privou com Santo Inácio de Loyola e com Santa Teresa de Ávila²⁷⁸.

Do seu sucessor, D. Alexandre de Bragança (1602-1608), esperava-se uma postura mais conciliadora. Contudo, o novo arcebispo continuou a mesma política a todos os níveis, ou seja,

²⁷³ Cf. BPE, *Sentença sobre Frei Gil Pousadas, prior de Borba*, cod. CIX / 2-8, doc. n.º 115.

²⁷⁴ Cf. BPE, *Lembranças do vigairo de Borba, Aleixo Martins, para o sínodo*, cod. CIX / 2-8, doc. n.º 6.

²⁷⁵ Cf. BPE, *Carta do Senado da Câmara de Borba a El Rei solicitando a restauração da Freguesia de São Bartolomeu*, cod. CIX/ 2-8, peça n.º 84.

²⁷⁶ Cf. ADE, Arquivos Paroquiais, Concelho de Borba, Freguesia de São Bartolomeu, Livro 1.

²⁷⁷ Guardam-se na BPE várias pastas com documentos sobre estas questões. Cf. BPE, Cod. CIX / 2-8 e seguintes. No Arquivo da Diocese do Algarve guarda-se um códice com o título: *Livro do Processo relativo à resposta do Procurador Geral das Ordens Militares sobre as dúvidas movidas pelo Arcebispo de Évora contra as Ordens de Santiago e São Bento*, 1533 – 1630, cota: Caixa 25, Livro 120. Apesar de não ter sido consultado, deverá ter inúmeras informações sobre esta questão.

²⁷⁸ Cf. GUERREIRO, J. Alcântara, *Galeria dos Prelados de Évora*, 1971.

exigiu poder visitar todas as igrejas da sua diocese fora do seu padroado, exigiu poder castigar os freires de Avis e exigiu poder nomear beneficiados²⁷⁹.

O rei Filipe II encontrava-se numa situação delicada. Por um lado, considera-se o protector da Igreja Católica Romana e, através dela, conseguira apoios na sucessão à coroa portuguesa. Por outro lado, ele era o chefe máximo da Ordem Militar de São Bento de Avis, que supostamente devia proteger.

Esta conflito aberto esteve na base da elevação da Igreja de São Bartolomeu a paroquial, em 6 de Março de 1609, por carta do monarca, enquanto administrador da Ordem de Avis²⁸⁰. A Matriz ficou assim sem a maior parte dos seus fregueses pois São Bartolomeu era, e ainda é, uma pequena freguesia puramente urbana. Além disto, os poucos fregueses que ficavam sob a jurisdição da Matriz, não podiam ir assistir à missa na sua igreja porque, como observámos, não estava em condições de receber o culto. Assim, os freires de Avis perderam a quase totalidade das suas receitas e influência.

A primitiva ermida quinhentista de São Bartolomeu, além de não ser suficiente para a população que aí afluía, não deveria apresentar a dignidade exigida para constituir uma sede paroquial. Assim, logo em Janeiro de 1610, a Ordem de São Bento de Avis (sob gestão de Filipe II) ordena que se cumpra o disposto de uma visitação efectuada anos antes que obrigava à edificação de um templo condigno. O dinheiro para a nova construção ficaria guardado num cofre com três chaves, uma na posse do prior, frei João Rodrigues, outra na posse do beneficiado da Matriz mais novo e outra na posse do contador da fábrica nova, ou seja, do responsável pelos dinheiros da obra²⁸¹.

Esta ordem foi executada com prontidão, já que deveria corresponder à vontade da comunidade de fiéis e em Agosto de 1610 a Ordem de Avis emite novo alvará para se fechar a abóbada da nave, rebocar o interior da nova igreja e construir os telhados²⁸².

Ambas as disposições da Ordem de São Bento de Avis, impulsionadoras da obra da Igreja de São Bartolomeu, foram emanadas segundo requerimento do prior, frei João Rodrigues, o que leva a crer que terá sido este indivíduo o grande promotor da obra.

Só com um motor activo e eficaz, como se verificou em frei João Rodrigues, se conseguiu construir um templo com a dimensão e complexidade de São Bartolomeu entre Março de 1609 (fundação da paróquia) e Agosto de 1610 (fecho da abóbada).

²⁷⁹ Cf. BPE, *Papéis do arcebispo D. Alexandre*, cod. CIX / 2-9, doc. n.º 3.

²⁸⁰ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 10, fls. 231 a 231v.

²⁸¹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 10, fl. 305v.

²⁸² Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 10, fls. 293 a 293v.

Sobre os mestres que trabalharam na edificação da igreja nova, nada se sabe. Túlio Espanca afirma que a igreja foi edificada pelo mestre João Fernandes²⁸³, não sabendo nós se este nome resulta da leitura de um documento do arquivo paroquial já desaparecido, ou da má leitura das referências de outro mestre João Fernandes que trabalhou activamente na igreja nos finais do século XVII.

6.3. As abóbadas da igreja: ideologia e religião

As abóbadas polinervadas da nave da igreja são de facto o ex-libris do templo, não só pela complexidade que envolveu a sua construção, como pela rapidez com que foram feitas. De facto, já no século XVII, deveria haver esta consciência, tendo-se ornamentado as abóbadas com um revestimento pictórico que ainda hoje, três séculos volvidos, constituem uma das maiores singularidades da igreja.

A escolha da solução das abóbadas polinervadas esconde uma ideologia imagética que convém esclarecer, já que se trata de um formulário muito desfasado do seu tempo. Este tipo de cobertura estaria muito mais de acordo com o século XV ou inícios do XVI do que com o XVII. Este arcaísmo é muito mais flagrante se pensarmos que, por volta de 1560, se havia construído em Borba a Igreja Matriz, monumento em pleno “estilo chão” que utilizou uma solução de coberturas diferente e que constituía alguma novidade para a região.

A opção pelas abóbadas polinervadas poderá relacionar-se com um arcaísmo intencional, motivado por duas razões. Primeira a de conferir a uma nova paróquia uma fisionomia antiga, evocativa de uma antiguidade que a igreja não tinha e, segundo, se supormos que a Igreja de São Bartolomeu surgiu como uma reacção à Matriz, então também constituiu uma reacção a um modelo intelectual imposto à população por uma elite exterior, adoptando um modelo arcaico, mais próximo do gosto da população a que se dirigia.

A escolha por um gosto estilístico esteticamente retrógado como ideologia ou mensagem iconológica não é algo de inédito na História da Arte Portuguesa. Veja-se, por exemplo, as abóbadas polinervadas da Igreja do Santo Cristo do Outeiro, em Miranda do Douro. Esta é uma obra de finais do século XVII e inícios do XVIII evocativa do reinado de D. Manuel, já considerado na época como a idade de ouro portuguesa²⁸⁴.

Também na Igreja do Convento do Bom Sucesso de Belém, em Lisboa, se optou por utilizar contrafortes tipicamente góticos cuja intenção era a de demonstrar a fortaleza da Igreja Católica

²⁸³ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 122.

²⁸⁴ Cf. SERRÃO, Vítor, “O Santo Cristo do Outeiro (1698 – 1739) e a Arquitectura de “Retorno a 1500” no tempo de D. João V” in *A cripto-história de arte, análise de obras de arte inexistentes*, pp. 193 a 199.

pós Concílio de Trento²⁸⁵. A solução dos contrafortes também foi utilizado na Igreja de São Bartolomeu, embora alguns tenham sido ocultados pelas campanhas posteriores.

Por ter uma grande conotação ideológica, a abóbada de São Bartolomeu foi alvo de uma intervenção pictórica.

Pouco se sabe sobre a história desta campanha, para além de ser da primeira metade do século XVII e de ter sido alvo de um repinte pelo pintor calipolense António Martins Gomes, em 1956²⁸⁶. Felizmente, este repinte não desvirtuou o sentido iconológico do conjunto que passaremos a analisar.

As abóbadas de São Bartolomeu dividem-se em três tramos polinervados, amplamente decorados, com uma linguagem estética e formal maneirista. Dos arranques das abóbadas surgem figuras aladas douradas femininas de influência indiana que se denominam por “ghinas”. Sobre as suas cabeças, pássaros debicam uvas de um cesto, símbolo da vitória da Eucaristia e do Cristianismo sobre o paganismo. Trata-se de uma referência ao papel do Santo na evangelização da Índia.

Nas abóbadas, vários medalhões relatam a vida deste santo apóstolo, estando envolvidos por meninos entre *ferroneries* numa linguagem flamenga muito usual no Maneirismo. Nos panos de abóbada exterior dominam os azuis, cor ligada ao céu e à ascensão ao Divino, enquanto que nos panos centrais dominam os vermelhos, cor ligada ao sangue, ao vinho e à Eucaristia.

Apesar de ter uma linguagem estética próxima do Maneirismo, o conteúdo simbólico dos tectos está ligado à Igreja Contra-Reformista militante, onde o culto dos santos e das relíquias será valorizado como oposição e reacção às ideias protestantes.

De facto, todo o tecto é uma exaltação da vida do orago, baseado certamente nos relatos lendários que posteriormente apareceram no imaginário popular. Uma das fontes documentais mais antigas para a vida de São Bartolomeu, trata-se da *Legenda Dourada* de Santiago Voragines²⁸⁷, base para a interpretação dos medalhões.

A leitura deste conjunto inicia-se pelas abóbadas do tramo mais próximo do altar mor. Os quatro medalhões desta abóbada são dedicados à vida de São Bartolomeu enquanto evangelizador. Segundo Santiago Voragines, São Bartolomeu foi evangelizar a Índia tendo aí acabado com os cultos pagãos, nomeadamente de ídolos que, se supunha, e curavam os doentes. O santo passou, ele próprio, a curar os enfermos.

²⁸⁵ Cf. GOMES, Paulo Varela, *Op. Cit.*, p. 137.

²⁸⁶ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 123.

²⁸⁷ Cf. VORAGINE, Santiago de la, *La Leyenda Dorada*, vol. II, pp. 523 a 531.

Não podemos deixar de associar este significado ao que na mesma época se passava na Índia. Enquanto que, no século XVI, houve, por parte dos portugueses, algum respeito pelas crenças locais (que se julgava ser um cristianismo alterado) no século XVII, o Hinduísmo foi considerado uma religião pagã. Os portugueses passaram a fazer conversões forçadas, destruindo templos e construindo em seu lugar igrejas. Relembramos o significado das figuras femininas aladas douradas, de clara influência indiana, que estão no arranque das abóbadas, vencidas pelas uvas da Eucaristia.

Perante os sucessos de S. Bartolomeu, o rei da região, Polímio, chamou-o à sua presença e pediu-lhe para curar a filha, o que o santo fez prontamente. Por esta razão, vemos, no primeiro medalhão, o santo junto de uma doente que está deitada na sua cama.

Após a cura da princesa, o rei chama São Bartolomeu à sua presença e oferece-lhe todas as riquezas que quisesse, mas o santo recusa, afirmando que dispunha de tudo o que precisava, graças a dois anjos que permanentemente o sustentavam. Esta cena está representada no segundo medalhão onde se observam dois anjos ladeando o trono do rei.

O exemplo de São Bartolomeu foi de tal forma cativante que o rei converteu-se ao cristianismo, cena que observamos no terceiro medalhão. São Bartolomeu toca na cabeça do monarca prostrado de joelhos. Por detrás destes, toda a corte observa a cena estupefacta.

Com a conversão do rei Polímio, a religião pagã é abolida na Índia, os ídolos são destruídos e os demónios que viviam no seu interior são banidos para o deserto. Esta passagem da vida do santo é observado no quarto medalhão, em que o santo, numa posição frontal de vitória, semelhante às representações de *Cristo na Ressurreição*, vence os ídolos que estão no chão quebrados.

A destruição do paganismo e a vitória do cristianismo no Oriente foi o maior feito de S. Bartolomeu enquanto evangelista. Por esta razão, o conjunto agrupado na primeira abóbada recebeu a chancela da Virgem Maria, como se observa na pedra de fecho da abóbada, pedra essencial para a sustentação de todo o conjunto e como tal sempre cheia de simbolismo. São Bartolomeu personifica a Igreja enquanto instituição evangelizadora, tal como a Virgem, primeiro sacrário da cristandade. Pretendia-se, assim, justificar e enaltecer o papel da Igreja Católica na evangelização do Oriente no século XVII, cativando para este efeito as esmolas dos fiéis.

Nesta mesma abóbada encontramos outros quatro medalhões secundários representando em todos árvores entrelaçadas, símbolo da união entre o Antigo e Novo Testamento. Esta união dos dois textos sagrados é a mensagem que S. Bartolomeu difundiu aos pagãos enquanto evangelizador. Junto a estas árvores encontramos água, elemento fundamental ligado ao santo,

já que segundo Santiago Voragine, o próprio nome do santo significa *filho daquele que mantém suspensas as águas no céu* comparando o santo a uma nuvem suspensa no firmamento²⁸⁸.

Na abóbada central, entramos na segunda parte da narrativa. O irmão do rei toma o poder e restaura a religião pagã. S. Bartolomeu conhece o seu destino e no primeiro medalhão aparece rezando, numa composição semelhante ao *Cristo no monte das Oliveiras*. Esta semelhança compositiva no tecto de Borba prende-se com dois aspectos. O primeiro é o ideológico, em que se pretende demonstrar que o santo vivera momentos semelhantes aos de Cristo nas horas anteriores ao seu tormento. O segundo é o imagético, em que para se dar esta ideia e perante a falta de gravuras que retratassem o momento, se optou por usar uma composição conhecida de outra narrativa.

Finalmente, haverá outra razão para a introdução desta cena. Santiago Voragine afirmou que o santo recebeu três suplícios. Como a abóbada necessitava de quatro cenas, introduziu-se mais uma, não referida pelo cronista, para completar o conjunto.

Os restantes três medalhões relatam os suplícios que o santo recebeu. O autor da *Legenda Dourada* afirmou que havia contradições entre os vários autores sobre o modo como o santo havia sido supliciado. Uns diziam que havia sido crucificado, outros esfolado e outros degolado. Santiago Voragine tentou conciliar todos os autores afirmando que o santo havia recebido todos os três suplícios.

No segundo medalhão, observa-se o santo preso à coluna a ser açoitado, numa composição semelhante às gravuras representando Cristo. Esta cena pretende indiciar o fiel da crucificação que o santo recebeu. Novamente se observa a utilização de composições da vida de Cristo para a vida de São Bartolomeu. Esta semelhança levou Túlio Espanca a afirmar que o tecto representava cenas da vida de Cristo²⁸⁹.

No terceiro medalhão observamos o santo a ser esfolado vivo, representação muito popular nas cenas da sua vida e que levou que as facas utilizadas no seu suplício passassem a ser o seu atributo iconográfico mais conhecido. Finalmente no quarto medalhão observamos a degolação do santo que finalmente lhe provocou a morte.

A morte através do martírio em nome da Fé foi muito valorizada pela Contra-Reforma, servindo de exemplo e prefiguração das centenas de católicos que eram mortos, tanto pelos protestantes, no Norte da Europa, como pelos pagãos da América, Japão e Índia. O martírio pela fé era considerado o culminar da vida de um cristão, já que era através deste sacrifício que se atingia a santidade.

²⁸⁸ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p. 524.

²⁸⁹ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 123.

O horror dos pormenores do sacrifício pretendiam chocar a comunidade de fiéis captando opiniões contra os novos algozes, ou seja, os protestantes. Desta forma, esperava-se travar qualquer tentativa de Reforma em solo português e atrair as esmolas à Igreja.

No contexto artístico alentejano, convém referir que estas composições foram utilizadas anos antes pelo Mestre da Tourega (Duarte Frazão ?), por volta de 1570, nas tábuas da Ermida de São Brás, nos arredores de Évora²⁹⁰. Apesar de ser dedicada a outro orago, encontramos as mesmas composições, resultado da utilização das mesmas gravuras. É o caso da cena do santo prezo à coluna, do santo perante o monarca e, por último, da degolação.

Na pedra de fecho da abóbada encontramos a palavra IHS (Jesus). Novamente pretende-se fazer uma ponte entre o ciclo dos martírios do santo e a Paixão de Cristo, já que ambos foram sacrificados pela Fé.

Nos medalhões secundários, encontramos cenas de mar, onde grandes galeões se perdem no horizonte, observando-se cidades, em primeiro plano: uma vez mais se vê a ligação entre a água e o santo.

Na terceira abóbada, mais próxima da saída da igreja e, portanto, do mundo profano, encontramos o relato do destino do corpo do santo. Como o cadáver de São Bartolomeu continuava a fazer grandes milagres, os pagãos decidiram colocá-lo numa urna de chumbo e lançá-lo ao mar.

No primeiro medalhão, observamos um rei que manda os sacerdotes lançarem ao mar o corpo. No segundo, dois anjos que resgatam a urna e no terceiro medalhão, o corpo é encontrado por dois pescadores. Por detrás vemos uma ilha que simboliza a Sicília, local onde as relíquias do santo estiveram até ao século IV. No último medalhão, observamos as relíquias a serem transportadas pelos populares numa procissão, iniciando-se, deste modo, o fenómeno de devoção popular.

A promoção do culto das relíquias dos santos foi outra prerrogativa da Igreja Contra-reformista após o Concílio de Trento em reacção aos protestantes que baniram e criticaram este culto.

Rematando este conjunto, colocou-se o nome de José na pedra de fecho. A relação entre a figura de S. José, a mais terrena das figuras da Trindade da Terra, e esta passagem da vida de São Bartolomeu é precisamente a de evocar o carácter terreno e mundano dos episódios, uma vez que a alma do santo abandonara o corpo e as relíquias iriam servir o culto popular. São José através do seu carácter popular e terreno proporcionou a protecção necessária a Jesus e a

²⁹⁰ Devemos esta informação ao Prof. Dr. Vítor Serrão a quem desejamos agradecer.

Maria na fuga para o Egipto, condição essencial para as posteriores missões destes dois personagens. De igual forma, os episódios relativos às relíquias do santo (muito embora não estejam relacionados com a santidade, como os dois ciclos anteriores) foram essenciais para o culto do santo e, como tal, para a difusão do seu exemplo como evangelizador e mártir.

Nos medalhões secundários, encontramos quatro cenas igualmente ligadas à água, mas, desta vez, dedicadas à sua utilização pelo Homem. Encontramos uma representação de um rio, de um jardim com repuxos de água, de uma cidade com canais e, finalmente, de uma outra cidade, pois a água é essencial à vida sendo uma das razões para a localização das cidades, vilas e aldeias. Estes temas têm por objectivo mostrar o carácter terreno e humano da água ligando-se desta forma à mensagem do último conjunto de medalhões.

As abóbadas da igreja formam assim um conjunto pictórico propagandístico da Contra-reforma, que pretendia enaltecer o papel da Igreja nas suas três vertentes: evangelizadora do Oriente, mártir e de culto popular. Estas três vertentes foram atacadas pelos protestantes, mas saíram reafirmadas pelo triunfo da Contra-Reforma.

Apesar de não haver qualquer documentação que o comprove, é muito provável que a produção deste tecto esteja ligado a um facto que na mesma época tocou profundamente Portugal e Borba em particular: o martírio de vários padres jesuítas no Japão, em 1633, onde se incluía o padre jesuíta borbense Bento Fernandes, canonizado como beato pouco tempo depois.

Tal como São Bartolomeu, o beato Bento Fernandes possuía as três vertentes valorizadas no conjunto pictórico: foi “apóstolo” do Oriente, foi martirizado pela fé e decerto que existiriam em Borba numerosas relíquias suas, como refere Frei Agostinho de Santa Maria: *Na pia desta Parochia [Matriz] foy bautizado o Santo Martyr Padre Bento Fernandes, o qual pedio com muytas instâncias aos seus prelados o favor de ir anunciar a fé aos gentios do Oriente, & assim passou à Índia & della ao Japão, aonde converteo muytas almas, até dar a vida por Christo em o tormento das covas*²⁹¹.

Assim, é muito provável que o tecto de São Bartolomeu tenha sido feito pouco depois de 1633 em consequência deste episódio. Corroborando esta teoria, encontramos na pedra de fecho da abóbada central, o centro de todo o conjunto, a palavra Jesus escrita com o emblema Jesuíta, algo estranho numa igreja que não pertencia à Companhia.

²⁹¹ SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Op. Cit.*, p. 164.

6.4. Campanhas de obras na primeira metade do século XVII

Ao longo do século XVII, XVIII e inícios de XIX, a Igreja de São Bartolomeu recebeu sucessivas valorizações através de diversas campanhas artísticas. Contudo, na primeira metade do século XVII vive-se uma época de crise nacional tanto por questões económicas como por questões políticas. A ornamentação da Igreja de São Bartolomeu dependia das irmandades que tinham à sua guarda a gestão de capelas contribuindo assim para a decoração do templo.

As irmandades eram compostas por membros da comunidade da vila ligados entre si. Com o passar do tempo, as irmandades recebiam ricas heranças dos seus membros e tornavam-se organizações com grande prestígio e poder económico.

Disto será exemplo a Irmandade do Santíssimo Sacramento também denominada de São Bartolomeu, que seria a primitiva Irmandade fundadora da ermida no século XVI. Esta Irmandade possuía diversas propriedades agrárias no concelho, de tal forma que, tinha na própria igreja um celeiro²⁹². Será esta Irmandade a promotora da maioria das obras de arte que actualmente o templo ostenta.

A primeira referência a uma irmandade como promotora de uma campanha artística data de 1611, quando se autorizou a Irmandade de São Jacinto, composta pelos *mancebos solteiros da Villa de Borba*²⁹³, sediada na Igreja de São Bartolomeu a abrir um nicho para o seu altar para a imagem do santo onde se pudesse celebrar missa *dando elles primeiro fiança e segurança da parede da dita igreja em caso que seja necessário rompersee para que arruinando a torne a fazer à sua custa*²⁹⁴. A Irmandade também teria a obrigação de *ornamentar e fabricar o dito altar*²⁹⁵, excluindo-se a Ordem de Avis desta obrigação.

Torna-se interessante verificar que São Jacinto da Polónia apenas foi canonizado em 1594²⁹⁶, aparecendo em Borba o seu culto pouco tempo depois. Este facto demonstra um intenso acompanhamento por parte dos borbenses do século XVI das novas canonizações da Contra-reforma Romana.

Cada irmandade participava activamente nas procissões da vila, sendo uma oportunidade para os habitantes ostentarem a riqueza e a importância dos grupos a que pertenciam. Por vezes, esta ostentação originava grandes rivalidades entre as irmandades e as próprias igrejas. Em 1620, a Ordem de Avis emitiu uma carta obrigando a uma maior disciplina durante a

²⁹² Este celeiro ainda hoje existe sendo actualmente ocupado pela agência funerária do Sr. Carlos Pécurto.

²⁹³ IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 10, fl. 330v.

²⁹⁴ *Ibidem*.

²⁹⁵ *Ibidem*.

²⁹⁶ Cf. RÉAU, Louis, *Iconografia del Arte Cristiano*, t. 2, vol. 4, pp. 137 a 138.

procissão da Ressurreição²⁹⁷. Como se pode observar pelo referido documento, havia grandes rivalidades entre a Irmandade do Santíssimo da Matriz e a da Igreja de São Bartolomeu, já que a primeira não permitia a participação da segunda na referida procissão.

Contudo, as capelas que ornamentavam uma igreja poderiam ser criadas e mantidas por um privado, ou por uma “administração de capela”. Por vezes, quando um indivíduo abastado morria, impunha uma obrigação das suas propriedades agrícolas para contribuírem para sempre com uma quantia em dinheiro à Igreja para que lhe fossem rezadas missas pela sua alma. Muitas vezes, estas missas eram rezadas num altar mandado construir pelo próprio donatário.

É disto exemplo a primitiva capela de Nossa Senhora da Conceição, fundada por disposição testamentária de Bárbara de França em 1620: *E disse que a dita Confraria e Irmandade [do Santíssimo Sacramento] ouverem a seu poder a dita capella lhe mandará fazer huma capella na dita igreja [de São Bartolomeu] por baixo do Altar de Santo Amaro com seu altar pello modo que está feita a de Sam Jacinto e nelle poram huma imagem de Nossa Senhora que tem da Conceiçam*²⁹⁸.

A imagem era da devoção particular de Bárbara de França que obrigou a Irmandade a colocá-la ao culto na Igreja de São Bartolomeu, antes ainda da construção da capela: *E esta imagem de Nossa Senhora será logo posta a dita senhora em hum altar da dita igreja emquanto nam vem o tempo do feito da dita Capella*²⁹⁹.

A capela fundada por Bárbara de França foi entregue à gestão da Irmandade do Santíssimo Sacramento que também administrava a igreja. Esta doação foi muito importante pois permitiu à poderosa Irmandade dispôr de ricos rendimentos.

Pelo testamento desta borbense rica também sabemos que, já em 1620, estava fundada a capela de Santo Amaro, embora não possamos adiantar a data exacta da sua fundação, nem se foi fundada por confraria ou legado pio.

A Capela de Nossa Senhora da Conceição, prevista por Bárbara de França desde 1620, só foi concretizada em 1644, segundo se observa pela provisão emitida pela Ordem de Avis em 13 de Agosto desse ano³⁰⁰.

Nesse documento, a Ordem de São Bento de Avis autoriza os confrades da Irmandade do Santíssimo Sacramento a *que posão de novo edificar e fazer na mesma igreja no corpo della*

²⁹⁷ IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 11, fl. 251.

²⁹⁸ PRQBRB, caixa 13, *Testamento de Bárbara de França*, 7 de Outubro de 1620, cópia do século XVIII.

²⁹⁹ *Ibidem*.

³⁰⁰ IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 14, fl. 176v.

*huma capella na invocação de Nossa Senhora da Conceição da parte da Epistola em comrespondencia de outra de São Jacinto que está à parte do Evangelho*³⁰¹

A decisão de apenas edificar uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição em 1644, relaciona-se com o clima de guerra aquando da Restauração. Em 1640, a dinastia filipina foi deposta e D. João IV, duque de Bragança, aclamado rei. A nova dinastia tomou como protectora do reino a imagem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, surgindo no país numerosas capelas dedicadas a este orago, ou a outros com ideologia semelhante, tal como Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, também protectora da monarquia portuguesa.

A nova capela dentro da Igreja de São Bartolomeu possuía também *huma casa junto a ella pera consistório e recolhimento da sera, ornamentos e mais fábrica que hé necessário pera serviço do Senhor*³⁰², pelo que não seria uma simples capela aberta na parede da igreja. Assim, é de admitir que a Capela do Santíssimo Sacramento tenha já em finais do século XVIII aproveitado esta mesma capela para a sua instalação, passando a imagem de Nossa Senhora da Conceição para o antigo altar de Santo Amaro no lado do Evangelho.

6.5. A obra de azulejaria na igreja

A ornamentação interior da Igreja de São Bartolomeu deveria ser muito pobre devido à guerra que devastara Borba e o Alentejo na segunda metade do século XVII, levando consigo a maioria dos braços de trabalho. Só no último quartel do século XVII, iremos encontrar referências documentais a ornamentação do interior da igreja, fruto de alguma prosperidade que a vila viveu com o fim das incursões castelhanas, com a paz assinada em 1668 e com o aumento da produção de vinho, que como observámos, terá nesta época o seu primeiro fomento³⁰³.

A coincidência entre o tratado de paz com Espanha e o início das campanhas artísticas em Borba é de tal forma flagrante que, logo em 1669, se *primcipiou a obra da cappella mor de azullejar*³⁰⁴.

Nota-se claramente na documentação um optimismo subjacente a esta obra e que é comum a todo o reino. Com o fim da longa guerra com Espanha (1640-1668) as vilas sujeitas à invasão castelhana, como era o caso de Borba, pacificaram-se. Os homens voltaram à agricultura, muito

³⁰¹ *Ibidem.*

³⁰² *Ibidem.*

³⁰³ Cf. BORBA, Gabinete Técnico Local de, *O Vinho e o Património: reflexos de uma cultura secular*, p.17 e 18.

³⁰⁴ Cf. PRQBRB, caixa 12, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu do Ano de 1669*, número de fólhos truncado.

embora os anos agrícolas não fossem bons. A simples pacificação trouxe a Portugal um clima de optimismo, esperança e vontade de reconstrução nacional.

Esta obra trazia portanto à comunidade uma afirmação de uma nova era de paz e prosperidade, que a produção do vinho veio, sem dúvida, concretizar. Este optimismo transparece na documentação uma afirmação como: *Com que este livro se deve guardar com o mais particullar cuidado porque delle consta o gosto que a Irmandade tem feito na cappella mor*³⁰⁵.

O espírito optimista foi no entanto prejudicado por problemas com a concretização da obra. Logo no ano de 1670, se mandaram montar os andaimes na capela-mor para o seu revestimento de azulejos, tendo havido problemas com os armadores. Infelizmente, a memória que se escreveu sobre este assunto chegou até nós muito mutilada não permitindo reconstituir o sucedido. É possível ainda perceber que, apesar dos problemas, houve a intenção de se continuar a obra e de deixar uma memória escrita dos factos que se passaram, algo raro na documentação e que só acontece nas campanhas artísticas importantes e emblemáticas³⁰⁶.

No ano de 1669, a Irmandade do Santíssimo Sacramento gastou na ornamentação da capela-mor 149.950 réis e, no ano de 1670, gastou 59.260 réis, tendo sido assim uma campanha avultada para uma comunidade que acabara de sair de duas invasões violentes.

³⁰⁵ *Ibidem*.

³⁰⁶ Dado que se trata de um documento em risco de se perder, deixamos a sua transcrição (possível): “[truncado] na volta deste livro começo [truncado] lamçados em despeza nelle em [truncado] os primeiros gastos que a Irmandade fes [truncado] cellos que forão nesse anno pella couza [truncado] os armadores dirão aos [truncado] como servião em lhe livrarem [truncado] pera armação da capella mor [truncado] não quiserem armar por menos cuja causa servio de matéria (por o Senhor parece assim adispor) pera se moverem a dar principio ao azullejo della com mais bem acordo verdadeiramente porque era sem dúvida que elle avia de contenuar huma ves principiada como foi. Sendo esta a [truncado] ver hoje no estado em que se vê pera timdetto [?] que [truncado] imfinita se lembre de quem [truncado]. *Ibidem*.

No fôlio 21 do mesmo livro adianta-se mais informações: “Sendo os irmãos que este anno de 669 que servirão que os armadores quada[truncado] anno lhe levantarão a armação pera envitarem esta sua maldade que hera [truncado] que nelle le levão da pella capella mor nas endoenças des mil réis [truncado] por esta rezão e cauza a azullear a dita capella se nam [truncado] dizer que isto foi disposição divina e lhe derão principio [truncado] fim no seguinte a esto como dito hé e grande acerto por que comendador a quem isto toqua hé certo e não havia numqua de fazer pera se livrar desse gasto e nem os irmãos o podiam obrigar a elle sem a Igreja estar por elles toda hornada como hoje, seja Deos bem ditto, se acha com que a Irmandade todas as vezes que lhe parecer lhe pode pedir os gastos que na dita cappella mor e seu frontespício per ver feito que hé sem duvidar que lhos há-de pagar e o ham de obrigar a isso quando espontaneamente o não queirão fazer se não por justiça e pera que assim conste aos vindouros fis esta declaração”.

Para o ano de 1671 a informação é mais pormenorizada³⁰⁷. Os azulejos custaram 15.000 réis e o seu transporte 10.400 réis. Estes foram colocados pelo mestre pedreiro João Fernandes que cobrou 10.500 réis pelo seu trabalho. Nesta campanha procedeu-se também ao revestimento do arco triunfal com cantarias, obra que orçou 10.000 réis.

Este revestimento foi uma forma de se conseguir um grande impacto visual através de baixos custos. O azulejo utilizado foi o mais usual na época, azulejos de padrão tipo tapete, típicos do século XVII, em tons de azul, amarelo e branco, como se observa na nave da igreja.

Apesar da documentação não o referir, estes foram produzidos, com toda a probabilidade, em Lisboa, grande centro de produção azulejar para todo o país. Só assim se compreende que o custo do transporte tenha sido quase igual ao dos próprios azulejos.

Se pensarmos que o objectivo desta campanha era reformar totalmente o interior da igreja, teremos de admitir que, apesar de tudo, a obra de decoração da capela-mor por azulejos foi uma campanha de baixos custo. Contudo, porque a população de Borba estava de tal forma debilitada com a Guerra da Restauração, o Comendador da Ordem de Avis prometeu o seu patrocínio, apesar de não o efectivar.

O revestimento do resto da igreja em azulejos só ocorreu em 1673. Os azulejos foram mais uma vez colocados pelo mestre pedreiro João Fernandes e a obra esteve concluída para o dia da festa de São Bartolomeu³⁰⁸ (24 de Agosto).

Os azulejos da nave sobreviveram ao passar dos séculos. Este facto resulta não da falta de dinheiro ou de iniciativa do século XVIII, mas sim da prevalência do grandioso impacto visual conseguido por esta arte.

De facto, os azulejos da Igreja de São Bartolomeu são de um típico padrão de maçarocas em estilo tapete muito comuns na época e em Borba. Deste mesmo padrão encontramos exemplos na Igreja das Servas, na Misericórdia (em parte provenientes da Matriz e parte de Lisboa), na Matriz e vários reaproveitamentos noutros templos e casas particulares do centro histórico.

Apesar de transparecer uma unidade estilística de todo o conjunto com o tecto, houve uma vontade de “arrumar” o interior da igreja através da divisão em três registos, demarcados por um friso que contorna as portas, os arcos da capela, os quadros, etc.

Pelo facto dos azulejos marcarem o contorno dos quadros e do púlpito, julgamos que ambas as obras de arte são da mesma campanha e por consequência datáveis do mesmo período (c.

³⁰⁷ Cf. PRQBRB, caixa 9, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu do Ano de 1671*.

³⁰⁸ Cf. PRQBRB, caixa 14, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu do Ano de 1673*, fls. 8v a 9.

1673). O púlpito é uma obra em mármore da região de desenho clássico, semelhante a outros exemplares alentejanos com base circular de gomos esculpidos e rodeado por uma balaustrada. Por cima tem um “guarda-voz” mais tardio (finais do século XVIII) em madeira pintada e dourada imitando sanefas com borlas.

Quanto às telas da nave, sabemos pela documentação que já existiam em 1684, quando se procedeu à aquisição dos dezanove leões que serviriam para os susters³⁰⁹. Por outra nota documental de 1693, sabemos que os *seis quadros do corpo da igreja* estavam tapados por cortinas, devendo só serem postos à vista nos dias de festa³¹⁰. De facto, ainda hoje existem os grampos de ferro que seguravam as cortinas. Neste mesmo ano foram “limpos”, ou seja, restaurados³¹¹.

Destes seis quadros apenas restam quatro. Dois devem ter sido apeados com a introdução de novos elementos artísticos, a saber, o janelão lateral, na segunda metade do século XVIII, e o órgão, em 1808. Provavelmente, representariam oragos de Evangelistas ou de santos cujas festas se celebravam em Borba.

Como estavam sempre cobertos, deveriam ser destapados individualmente para cada uma das solenidades com as quais estavam relacionados, não constituindo, por isso, um conjunto narrativo.

Subentende-se, portanto, que as seis telas (das quais subsistem quatro) serão datáveis desta campanha de 1673. Apesar de nesta época, existir activo em Borba um pintor, Manuel da Silva, morador na Rua dos Clérigos, actual Rua Nunes da Silva, e casado com Maria Rodrigues³¹², deverão ter saído do pincel de Francisco Nunes Varela³¹³.

Francisco Nunes Varela foi um dos mais importantes pintores da região de Évora, tendo nascido em 1621 e morrido em 1699. A sua obra insere-se na Escola Tenebrista, cujos valores foram amplamente aplicados na tela de São Bartolomeu dedicada à Ceia de Emaús. As telas de Borba serão uma das suas primeiras obras de cavalete. Antes destas só são conhecidas as telas da Igreja de Nossa Senhora do Pé da Cruz, datadas de 1669³¹⁴.

Analisando a obra de Francisco Nunes Varela em Borba, temos do lado do Evangelho a *Ceia de Emaús*. Segundo as Escrituras, Cristo, após ter ressuscitado, apareceu sob disfarce a

³⁰⁹ Cf. *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 31, I Parte, fls. 113 a 114.

³¹⁰ Cf. PRQBRB, caixa 11, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu dos Anos de 1693 a 1696*, fl. 2v.

³¹¹ Cf. *Idem*, fl. 8.

³¹² Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 23, fl. 70.

³¹³ Informação amavelmente cedida pelo Prof. Dr. Vítor Serrão.

³¹⁴ Cf. SERRÃO, Vítor, “Francisco Nunes Varela e as oficinas de pintura em Évora no século XVII”, in *A Cidade de Évora*, II Série, n.º 3, 1998 – 1999.

dois peregrinos, tendo-se apenas revelado quando repartia o pão. Este momento está ligado à Eucaristia, pelo que esta tela deveria ser revelada no dia do Santíssimo Sacramento.

Na tela podemos observar o preciso momento em que os peregrinos descobrem a verdadeira identidade do seu companheiro. Apesar de repintada e enegrecida, podemos ainda reconhecer as qualidades desta tela. Cristo, ao centro, reparte o pão, provocando o espanto dos peregrinos que lhe vêm as chagas nas mãos. Por detrás de cada um deles existe um chapéu de abas largas, atributo dos viajantes, elemento que servia para ajudar a identificar a cena pelo observador.

A iluminação da tela faz-se por um única vela *à lá candela* artifício próprio da pintura tenebrista que ainda vigorava na época e cujo expoente máximo foi George de la Tour em França.

Na tela seguinte está representado *São João Evangelista na Ilha de Patmos*. Segundo a tradição, este santo terá redigido o *Apocalipse* nesta ilha grega. Observamos, em primeiro plano, o santo com as suas vestes tradicionais, vermelho e verde. O verde é dado pela colcha que tapa uma mesa à direita. Na mão do santo está um livro e a seus pés, muito enegrecida, uma águia, dois dos atributos do santo.

Numa janela, vemos um porto de mar com uma cidade com pontes, torreões e montanhas sob um céu azul claro. Trata-se de um elemento iconográfico que serve para representar tanto a Ilha de Patmos (porto de mar) como a cidade da Jerusalém Celeste, tema principal no livro do *Apocalipse*.

Ao contrário da tela anterior em que se utiliza uma iluminação tenebrista típica do século XVII, esta tela, por ter um fundo de paisagem, evoca modelos renascentistas da pintura do século XVI. Nota-se portanto uma sobreposição da mensagem ideológica, definida pelo encomendante (Irmandade do Santíssimo Sacramento), sobre a linguagem estética que foi obrigada a adaptar-se à primeira. Ambas estas telas são suspensas por três leões de mármore do mesmo período.

No lado da Epístola encontramos sobre o arco da Capela do Santíssimo Sacramento a tela dedicada a São Mateus, outro dos quatro Evangelistas (tal como São João). Esta tela foi deslocada do seu local original e alteada quando se procedeu à abertura da capela no século XVIII.

Nesta tela, observamos São Mateus com um livro nas mãos, o seu *Evangelho*, e um anjo, elemento que também é seu atributo.

Finalmente a quarta tela localiza-se no coro e representa *Nossa Senhora do Soveral*. Trata-se de uma tela muito interessante (apesar de estar muito repintada) pois é um

reaproveitamento³¹⁵. Esta pintura deverá ser anterior a 1673, já que se pode constatar que foi acrescentada para ter o mesmo tamanho que as restantes telas.

De facto, a composição assemelha-se muito às pinturas do século XVI, em que Nossa Senhora está numa posição frontal com o menino, rodeada por um jardim e por fundos de paisagem. Contudo, não se trata de uma tela quinhentista, mas sim de uma cópia de uma composição que representava a mesma evocação e que existiu na capela-mor da Igreja Matriz.

Em 1718, Frei Agostinho de Santa Maria refere que, por informação de Frei Gonçalo Franco Leitão, pároco da Matriz desde 1655, havia a lembrança de ter existido na capela-mor desta igreja uma pintura mural, presumivelmente quinhentista, representando a imagem de Nossa Senhora do Soveral: *da qual se mandou pintar a fresco huma imagem sua, na mesma forma em que apparecera [...] e referia mais o mesmo prior, que vira a imagem antiga da Senhora pintada, & sentada ao pé de huma sovereyra, com o Meninos Jesus nos braços & humas letras góticas & antigas que dizião: Esta hé Nossa Senhora do Soveral*³¹⁶.

Desta pintura, presumivelmente feita nos finais do século XVI e desaparecida entre 1655 e 1718 resta a sua cópia na tela da Igreja de São Bartolomeu.

Por detrás do órgão existe ainda a moldura em talha dourada da tela que aí existiu. No seu interior encontra-se uma tela pintada de cinzento, numa imitação popular do mármore. Não sabemos se se trata de uma tela nova, ou por outro lado de um repinte oitocentista sobre a tela de Francisco Nunes Varela. Apenas uma sondagem de restauro poderia revelar se ainda se preserva a pintura original.

6.6. Os pórticos da igreja

No dia 18 de Dezembro de 1683, celebrou-se um contrato notarial entre a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu e o mestre escultor João Rodrigues Texugo, activo na vila de Estremoz, para se fazerem os dois portais de mármore da igreja.³¹⁷

Os dois portais custaram à Irmandade 52.500 réis e, pela pormenorizada descrição no documento, podemos afirmar, sem margem para dúvida, que correspondem aos actuais exemplares. Também ficou definido que os portais haveriam de estar prontos a 15 de Março de

³¹⁵ Túlio Espanca afirma que esta tela foi repintada por António Gomes, pintor de Vila Viçosa, em 1960. Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 123.

³¹⁶ SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Op. Cit.*, p. 163.

³¹⁷ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 31, I Parte, fls. 101v a 103v.

1684. O padre Brás Rodrigues Salgado emprestou para esta obra 20.000 réis, quantia que apenas lhe foi paga no ano de 1693 para 1694³¹⁸.

Apesar de ambos os portais que se observam na igreja serem obras notáveis de escultura e utilizarem o mármore da região, não apresentam grande novidade no plano estético, já que seguem um modelo clássico epimaneirista filipino muito tardio, mas que vigorou durante largos anos.

No portal principal, vemos duas colunas jónicas, de fuste estriado, sobre um plinto que ostenta uma faca, emblema iconográfico de São Bartolomeu, instrumento com que o santo foi esfolado e degolado. A faca está dentro de uma cartela com volutas, elemento decorativo muito usado na época.

Sobre as colunas encontramos um friso decorado com uma filacteria de acantos, característica do período barroco e que denunciam a cronologia tardia da obra.

O frontão encontra-se quebrado por ter sido adulterado quando se abriu o grande janelão do coro alto, já na segunda metade do século XVIII. O nicho que se localizava no seu topo, como se ainda observa no portal lateral, foi elevado até à cumeeira. Nele observamos uma imagem de São Bartolomeu em mármore prendendo um demónio com uma pesada corrente, representação muito ao gosto da piedade popular alentejana.

O nicho está rodeado com losângulos, elemento decorativo flamengo também maneirista, mas que perdurou até ao reinado de D. Pedro II, inclusive em obras da capital.

Os pináculos que se vêem sobre o frontão, são também um elemento típico da primeira metade do século XVII, aqui utilizados de forma atarracada e quase escondida, mostrando claramente o abandono deste elemento na época.

O portal lateral do lado Norte, dedicado à *Assunção da Virgem* é em tudo igual ao portal anterior tendo-se, no entanto, substituído o friso de acantos por um friso de elementos clássicos. A sua fisionomia retrógrada levaria qualquer historiador a datá-lo de cerca de 1630. De facto, Túlio Espanca chamou-lhe *portada da Renascença*³¹⁹; contudo, é uma obra dos últimos anos do século XVII.

Neste portal substituíram-se os elementos alusivos a São Bartolomeu por pormenores dedicados à iconografia da Virgem. Nos plintos, a faca deu lugar a uma flor aberta e o nicho

³¹⁸ “Despendeo vinte mil réis que se pagarão ao Padre Bras Rodrigues Salgado e os avia prestado pera se pagarem as obras que a Irmandade fes na porta principal - 20.000” PRQBRB, caixa 11, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu dos Anos de 1693 a 1696*, fl. 8.

³¹⁹ ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 122.

possuiu uma imagem de Nossa Senhora da Assunção em terracota, acompanhada por dois anjos na cercadura que a coroam.

Para melhor rematar os portais e as janelas que entretanto se abriram, revestiram-se as junções a azulejo. O mestre pedreiro responsável por esta obra foi João Silvério que recebeu neste ano de resto de contas 19.980 réis³²⁰.

Da mesma campanha, apesar de não estar documentado, é o cruzeiro que originalmente estaria no seguimento do eixo do portal da igreja, no centro do largo formado pela igreja e Rua de São Bartolomeu, à entrada da vila. O cruzeiro, que se encontra no centro do Largo Beato Domingos Fernandes, é uma réplica do original, cujo fuste foi quebrado em data recente. Os fragmentos originais deste monumento estão na Biblioteca da Gulbenkian em Borba. A réplica da coluna, que mantém a mesma decoração clássica estriada, possui o capitel original de ordem coríntia.

Da autoria do mesmo mestre escultor estremocense, João Rodrigues Texugo, são os curiosos leões que sustentavam os seis quadros da nave da igreja. O contrato para a elaboração destas peça foi assinado no dia 25 de Fevereiro de 1684, no final da campanha dos portais, o que demonstra a total satisfação que a Irmandade teve com aquela obra³²¹. Neste documento, o mestre escultor comprometeu-se a fazer dezanove leões pelo preço de 1.500 réis cada. Se considerarmos que cada um dos seis quadros recebeu três leões, concluímos que restou um leão para um fim desconhecido. Esta obra teria de estar concluída até ao final de Abril.

Deste conjunto os três leões que foram retirados com a construção da Capela do Santíssimo Sacramento (1785-1790) foram reaplicados num palacete da Avenida D. Dinis de Melo e Castro que serviu de matadouro municipal e agora alberga de “oficina da criança”. Com toda a probabilidade foram aí colocados no século XVIII, quando este palácio pertenceu a um dos membros da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, numa rara manifestação de interesse pela preservação do passado que merece ser lembrada.

Coincidente com esta campanha escultórica da autoria de João Rodrigues Texugo, procedeu-se à encomenda de quatro castiçais de prata, elaborados pelo ourives calipolense

³²⁰ “Despendeo com asulejo que se comprou, pera as jenellas, porta principal, carroto delle, [*ilegível*], de cal e area e officiaes que o puserão – 08.040 [...] Despendeo com João Silvério, pedreiro, à conta do que se lhe devia da pedraria que deu pera a porta principal, desanove mil novecentos e outenta réis - 19 [*truncado*]” PRQBRB, caixa 11, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu dos Anos de 1693 a 1696*, fl. 8v.

³²¹ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 31, I Parte, fls. 113 a 114.

Álvaro Machado³²². Estes castiçais seriam feitos segundo o modelo de um dos castiçais da Irmandade de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Igreja Matriz.

Todas estas obras decorriam sob o governo do reitor André Cavalo da Cunha, de quem anos depois o Padre Luís Cardoso escreveu: *Foy natural de Borba, o Doutor André Cavallo, o qual depois de servir a Sua Magestade em alguns lugares de letras, para que foy despachado, se recolheo a sua casa, onde fez vida penitente e solidária, e nella morreo deixando opinião de homem de virtude.*³²³

6.7. A remodelação da capela-mor

No ano de 1694, iniciou-se a obra da construção da nova cabeceira da Igreja de São Bartolomeu. A primitiva cabeceira deste templo não ia além da actual Capela-mor, como denunciam os cunhais dispostos em posição oblíqua e entretanto embebidos pelas construções posteriores. O altar mor seria, com toda a probabilidade, um retábulo em talha encostado à parede com estrutura arquitectónica, típico dos primeiros anos do século XVII. Com o advento do Barroco decidiu-se criar as condições para a introdução de um retábulo com trono para a exposição do Santíssimo e camarim. Este tipo de retábulo necessitava de espaço para ser aplicado. A campanha arquitectónica efectuada nesta data construiu uma nova cabeceira, mais funda, que pudesse receber o grande retábulo barroco. Nesta obra de pedraria trabalharam os mestres João Fernandes, Manuel Silvério e António Lopes. A obra teve duas campanhas, uma que decorreu entre 11 e 27 de Abril de 1694 e outra entre 22 de Agosto e 2 de Setembro do mesmo ano³²⁴. A superintender esta obra estava o mestre pedreiro André Cordeiro³²⁵.

³²² Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 32, I Parte, fls. 7v a 9.

³²³ CARDOSO, Pe. Luís, *Op. Cit.*, t. II, p. 209. Sobre André Cavalo da Cunha, veja-se o seu testamento em ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 55, fls. 54 a 59.

³²⁴ Cf. PRQBRB, caixa 11, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu dos Anos de 1693 a 1696*, fls. 16 e 16v.

³²⁵ "Título da despesa com a pedraria lavrada da tribuna, que se deu ao mestre André Cordeiro em este anno de 694 para 1695. Despendeo com as oito pedras das duas janellas da casa de bacho da tribuna - 03.000. Despendeo com a pedraria das três capellas da casa de bacho da tribuna, a saber, cepas pera os degraos, seis baxes pretos, seis pedras de predircito, seis capiteis pretos, desoito pedras de volta branca e seis fechos pretos, cuja pedraria, se deu de empreitada em vinte e sete mil réis - 27.000. Despendeo com 28 degraos e os dous primeiros taboleiros da casa da tribuna que se derão a palmos a sincoenta e sinco réis o palmo e tiverão medidas, digo vinte e sete por faltar hum e o primeiro taboleiro da parte do Evangelho, que tudo com os cunhais medidos emporta a soma abacho. Despendeo com os dous cunhais, athé o cinal de huma crus em a última pedra de cima que medidas tiverão, digo, emportarão com os degraos a cima e taboleiros, e assim mais com três degraos que ficão pera acentar e tem taes quantos de alto e três fiadas de cunhal que outrosim ficão per acentar, tudo medido emporta em outocentos e quarenta e hum palmos que emportão em dinheiro - 46.255. Despendeo mais nove mil quinhentos e quarenta [truncado] e sinco réis que se derão a André Cordeiro à conta [truncado] da

No ano seguinte de 1695, colocou-se, na divisão por baixo da tribuna, vinte e duas bancadas de pedra adquiridas a André Martins Mazão, assentou-se o ladrilho no chão e foram compradas as grades de ferro vindas de Lisboa para as três janelas exteriores³²⁶.

Finalmente, nesse mesmo ano de 1695 a 1696, o mesmo mestre André Cordeiro efectuou os portados em cantaria da “casa de cima da tribuna”, as escadas de acesso e outras obras partilhadas com o mestre Gaspar Rodrigues³²⁷.

Integrada nesta campanha dirigida por André Cordeiro procedeu-se à ornamentação da capela-mor. Aqui foram utilizados os magníficos mármore brancos e negros da região, num jogo de xadrez muito apreciado e que já havia sido utilizado em Borba na Igreja dos Terceiros (1680). Nesta campanha, utilizou-se uma linguagem estética corrente no “Barroco Nacional”, típica do reinado de D. Pedro II, com almofadas de mármore polidas, decoradas com florões, losângulos e albarradas que saem de um único vaso, como se observam sobre as portas laterais.

6.8. A obra de pintura da abóbada da capela-mor

Com a remodelação da capela-mor, procedeu-se à decoração do seu tecto com um conjunto em pintura mural. Data do ano de 1713-1714 o pagamento a Manuel de Oliveira e a João Reis Nunes para armarem os andaimes para o pintor Domingos Gonçalves executar esta campanha³²⁸. Para a inauguração da pintura mandou-se limpar a pedraria do arco triunfal³²⁹.

pedraria dos cunhais que há de hir fazendo [truncado] que emporta toda a despesa [da pedraria = rasurado] [truncado]. Idem, fl. 17.

³²⁶ “Titulo da despesa que se continuou de três de Agosto até quatro de Setembro [de 1695] Despendeo com vinte e duas bancadas de pedra que se comprarão a André Martins Mazão à resão de 600 cada huma posta ao pé da obra e emportão em treze mil e duzentos réis - 13.200. Despendeo com des milheiros de ladrilho à resão de mil e tresentos e sincoenta réis cada milheiro e soma - 13.500. Despendeo com vinte e seis moios de cal que este anno se comprou a tresentos réis e a dusentos réis de carroto soma - 13.000. Despendeo com as grades de ferro pera as três janelas da casa da tribuna e vierão de Lixboa e pesarão sete arrobas e meia e a quarenta e sinco réis o arratel emportão em des mil e outocentos réis - 10.800” [...] Idem, fl. 24.

³²⁷ “Despesa da pedraria lavrada que se pos este anno [1695 - 1696] na obra da tribuna. Despendeo com os três portados inteiros na casa de cima da tribuna que os fes André Cordeiro de empreitada em - 14.000. Despendeo com o mesmo André Cordeiro nos cunhais e lagens que fes pera os taboleiros das escadas, des mil outocentos e quarenta e sinco réis e como tinha em sua mão do anno passado 9.545 como consta deste livro a fólho 16, fica só pera despesa deste anno - 01.300. Despendeo com sincoenta e sete palmos de lagens pera os taboleiros das escadas, dusentos e vinte palmos e três coartos das três janelas da casa de cima e lageas pera ellas, cento e sessenta e três palmos de cunhal e quinse palmos de hum degrao que faltava que tudo soma quatrocentos e sincoenta palmos e sinco palmos e três coartos e a sincoenta e sinco réis o palmo que se pagou ao mestre Gaspar Rodrigues soma vinte e sinco mil e vinte e sinco réis - 25.025.” Idem, fl. 24v.

³²⁸ “Despendeo cento e oytenta a Manoel de Oliveira de ajudar armar os andaymes pera se pintar o tecto da bobada - 0180. [...] Despendeo quarenta e oyto mil réis que serão a Domingos Gonçalves, pintor, per

A pintura que hoje existe não será a original, devendo datar antes de finais do século XVIII, tendo sido muito repintada já no século XX. Como não encontramos qualquer referência documental ao seu repinte, estamos em crer que ainda mantenha o programa iconográfico original.

O tecto em abóbada de arestas está dividido em quatro partes possuindo cada uma delas um medalhão.

No primeiro, encontramos um pelicano que alimenta os filhos. Segundo a tradição medieval, o pelicano picava o próprio peito para com o sangue alimentar as suas crias. Por isso era considerado como um exemplo de uma prova de amor, semelhante à de Cristo que, com o seu sacrifício, salvou a Humanidade.

No segundo medalhão, encontramos três leões que fogem de raios de luz provenientes de um Sol. Este medalhão pretende demonstrar a força do Santíssimo Sacramento, superior aos leões, o rei dos animais.

No terceiro medalhão, observamos uma composição em que um homem está a matar um leão tendo ao seu lado por terra um urso já morto. A simbologia subjacente lembra aos fiéis a força do Homem, feito à imagem de Deus, sobre as feras, forças do mal e do paganismo.

Finalmente, no quarto medalhão, encontramos a Arca da Aliança que destrói os ídolos pagãos. No chão, observamos uma imagem de um deus caído. Sobre o pedestal terá existido algum elemento que foi apagado aquando dos repintes. Simboliza este emblema o triunfo do Deus único invisível sobre o paganismo e a idolatria.

Rodeando os medalhões vemos os símbolos dos quatro evangelistas: Marcos (Leão), Lucas (Boi), João (Águia) e Mateus (Anjo), e símbolos da Eucaristia, espigas de trigo (pão) e cachos de uvas (vinho). Temos também os quatro ventos da Terra que espalham a Boa Nova, o sentido global do conjunto: a vitória da Eucaristia, do Santíssimo Sacramento e do Cristianismo (os caminhos para a Salvação) sobre o paganismo e as heresias.

6.9. O retábulo da capela-mor de Manuel Nunes da Silva

Na década de trinta, procedeu-se à encomenda do retábulo em talha dourada que hoje se admira na capela-mor. Em 1729, houve a intensão de se proceder à transferência das sepulturas da capela-mor, muito provavelmente para receber o retábulo³³⁰. Num contrato

pintar o tecto da cappella mayor - 48.000 [...] Despendo três mil réis que se derão a João Reis Nunes por fazer os andaymes per a pintura da capella - 03.000" PRQBRB, caixa 14, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1713 – 1721*, fls. 5 e 5v.

³²⁹ "Mais cento e vinte réis de hum oficial que branquiou a pedra – 0.120" Idem, fl. 7.

³³⁰ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 105, fls. 98 a 98v.

notarial datado de 28 de Maio desse ano (mas que nunca teve efeito) o mestre pedreiro André Cordeiro terá acordado com os membros da mesa da Igreja de São Bartolomeu em reformar o sistema de sepultamentos da capela-mor. A obra teria que estar pronta em Agosto desse ano de 1729.

No dia 10 de Setembro de 1731, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, representada pelo Reitor, o Padre Comissário Manuel Ramos, e o entalhador Manuel Nunes da Silva *morador na Cidade de Évora* celebraram um contrato notarial com vista à elaboração do retábulo da capela-mor da igreja.

Ficou acordado que o grande retábulo ficaria pronto até à segunda semana da Quaresma do ano de 1733 e custaria 960.000 réis. Pela grande quantia envolvida, pela longa duração da obra e pelo nome do mestre entalhador (um dos melhores do país) observamos nesta campanha a mais importante obra do seu tempo na vila de Borba e, uma das maiores da região.

Não podemos desligar esse facto com o que acontecia em Borba nesse mesmo ano. No dia 21 de Julho de 1731 a Santa Casa da Misericórdia de Borba assinou um contrato com o mestre entalhador de Vila Viçosa, Manuel de Mures, para este fazer o retábulo da capela-mor, as duas capelas laterais e a tribuna por 240.000 réis. Como obserámos no capítulo dedicado a esta igreja, trata-se de um retábulo de formulário do chamado “barroco nacional” já muito ultrapassado para a época. A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu ao assinar o contrato notarial com Manuel Nunes da Silva, um mestre do ponto de vista estético mais avançado, acordando pagar-lhe 960.000 réis apenas pelo retábulo da capela-mor, pretendeu demonstrar a toda a vila e em particular à Santa Casa da Misericórdia, a sua superioridade financeira e estatutária. O grande retábulo da Igreja de São Bartolomeu nasceu assim, para além de uma obra-de-arte devocional, como uma obra de propaganda e de afirmação do prestígio social de uma elite.

Apesar do contrato notarial afirmar que o mestre Manuel Nunes da Silva só receberia com a assinatura do documento 96.000 réis, os registos de contas da Irmandade denunciam que ainda nesse ano de 1731 o mestre entalhador recebeu 720.000 réis³³¹.

No ano seguinte, em 1732, teve início o revestimento das paredes laterais da capela-mor com quatro telas com molduras em talha dourada, de cujo pintor a documentação não nos deixou o nome³³².

³³¹ “Despendeo settesentos e vinte mil réis com o entalhador por conta de novesentos e secenta réis que se lhe ande entregar no cabo da obra - 720.000”. PRQBRB, caixa 8, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 1730 – 1749*, fl. 11.

³³² “Despendeo com o pintor que fes os quadros trinta e dois mil réis - 32.000”. *Idem*, fl.18.

Neste mesmo ano se assentou o retábulo em talha na capela-mor³³³, que deveria estar concluído apenas na sua componente escultórica.

O anterior retábulo, de fábrica seiscentista, do qual não restou qualquer memória, foi retirado e oferecido à Igreja de Santo António³³⁴, tendo sido por sua vez substituído nos finais do século XVIII quando este templo foi reformado.

Mais uma vez, verificamos que, quando se inaugurava uma nova obra de arte na Igreja de São Bartolomeu, se procedia a uma limpeza geral das cantarias da capela-mor³³⁵.

O retábulo-mor da Igreja de São Bartolomeu é uma obra de arte que trouxe modernidade à vila de Borba no plano estético e artístico. Enquanto que o retábulo da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, feito no mesmo ano, mantém-se claramente ligado ao “Barroco Nacional”, pela regionalidade do entalhador, o retábulo de São Bartolomeu assume-se em pleno como joanino.

Houve, claramente, uma vontade por parte da Irmandade em afirmar à comunidade o seu prestígio social através da utilização, pela primeira vez em Borba, de um modelo moderno que vigorava na capital. Isto foi conseguido pela escolha de um entalhador consagrado e de grande qualidade.

Francisco Lameira dedicou recentemente um estudo a este profissional³³⁶. Manuel Nunes da Silva era originário de Lisboa e tinha oficina aberta na capital. Contudo, como este autor referiu, a maioria da sua obra encontra-se no Alentejo, devendo-se a este escultor a introdução do barroco joanino nesta região. De facto, no contrato notarial que referimos, Manuel Nunes da Silva declara-se morador em Évora, sendo em 1736 aí sepultada a sua mulher.

Este historiador de arte enumerou também a sua obra conhecida. Em 1721, Manuel Nunes da Silva fez o retábulo na Igreja Matriz do Salvador de Beja. Em 1726 executou o desaparecido retábulo da Capela de Nossa Senhora do Rosário da Igreja do Convento de São Domingos de Elvas. A 5 de Agosto de 1727 assinou o contrato notarial que levou à execução do grandioso

³³³ “Despendeo pera se dar ao entalhador que veyo ver o quadro da cappella mor e broxas peras os paynéis e cordas para andaimos e par dois lavanéis onze tostois – 01.100. Despendeo com as pedras em que se asentou a obra da retabollo da capella mor doze mil réis - 12.000” *Ibidem*.

³³⁴ “Em os 27 dias do mês de Setembro de 733 estando junctos em menza o escrivão, tezoureiro e mais irmãos abacho asignado votarão todos que o trono que estava servindo na tribuna do Senhor São Bartholomeu em que se expunha o Santíssimo Sacramento se desse de esmola ao Senhor Santo António desta villa por ser nessessário na dita Igreja [...]” PRQBRB, caixa 11, *Livro de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1725-1736*, fl. 14v.

³³⁵ “Despendeo com alimpamento das pedras da cappella mor mil e duzentos réis - 01.200” PRQBRB, caixa 8, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 1730 – 1749*, fl. 18.

³³⁶ Cf. VALLECILLO TEODORO, Miguel Ángel, *Retablistica Alto Alentejana (Elvas, Villaviciosa y Olivenza) en los siglos XVII y XVIII*, p. 153. LAMEIRA, Francisco, “Os retábulos da Capela da Ordem Terceira” in *Monumentos*, n.º 17, Setembro de 2002, pp. 65 a 69.

retábulo da Capela da Ordem Terceira no Convento de São Francisco de Évora, considerado por Robert Smith como a maior obra de talha dourada de todo o Alentejo.

Após a sua passagem por Borba, Manuel Nunes da Silva executou, em 1732, os dois retábulos colaterais da Igreja do Convento da Cartuxa de Évora e, em parceria, o retábulo da Capela de Santiago da Igreja Paroquial do Escoural.

O retábulo de São Bartolomeu é marcadamente joanino desaparecendo quase todos os elementos do “Barroco Nacional”. As colunas são pseudo-salomónicas, torcidas e estriadas até ao primeiro terço. O arco perdeu toda a fisionomia arquitectónica de acompanhamento das colunas, passando a ser um turbilhão de concheados, anjos e uma glória com a Santíssima Trindade. A sanefa que cobre esta cena é posterior.

No retábulo, abundam os concheados e as volutas desaparecendo quase na totalidade os acantos. A base das colunas, com cabeças de anjos atalantes, é um elemento puramente joanino que deriva da Igreja da Penha de França, em Lisboa.

O camarim ostenta um trono com sete degraus para a exposição do Santíssimo, que era adorado pelos dois anjos postrados em atitude de fé. As paredes estão descoradas com caixotões com elementos florais cujo dourado foi substituído pela policromia.

Note-se na parede do lado esquerdo, um resto de pintura mural decorativa branca e negra com volutas datável do reinado de D. Pedro II, e que poderá ser uma sobrevivência do revestimento pictórico original aquando da campanha decorativa na capela-mor nos finais do século XVII.

Nas paredes da capela-mor encontramos quatro molduras, também da autoria do mestre entalhador Manuel Nunes da Silva³³⁷, e as quatro telas de fraco pintor regional, do qual não constou registo nos arquivos da Irmandade.

As quatro telas dividem-se em dois conjuntos. As do lado do Evangelho representam *O Profeta Elias e o Anjo* e *O Lava-pés*, enquanto que as telas do lado da Epístola representam *A Última Ceia* e *a Recolha do Maná*.

Há uma vontade clara de estabelecer uma relação entre episódios do Antigo e do Novo Testamento, afirmando a ideia de que o primeiro era uma prefiguração do segundo. As telas dedicadas ao Novo Testamento encontram-se mais próximas do altar mor, numa clara

³³⁷ “Despendeo pera acabar de pagar a obra do quadro do retábollo da cappella mor do entalhador Manoel Nunes duzentos e vinte e sette mil e duzenttos réis com que se lhe acabou de pagar e só deixou 12.800 réis para armesão que se pos na cappella mor e esta foi por sua conta della por não dar a tempo a obra deita – 227.200” PRQBRB, caixa 14, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1713 – 1721*, fl. 18.

valorização sobre as telas dedicadas ao Antigo Testamento, recebendo estas uma legenda para ser mais fácil a sua compreensão.

Na primeira tela do lado do Evangelho, vemos uma cena que Túlio Espanca identificou como *Elias e o Anjo*³³⁸. Podemos observar um homem deitado com um cajado. Por detrás dele, um anjo segreda-lhe algumas palavras, tendo como pano de fundo, uma cidade.

Na tela seguinte, vemos o *Lava-pés*. Cristo ajoelhado lava os pés dos Apóstolos num episódio que enalteceu a humildade do sacerdócio. Conclui-se assim que as duas pinturas do lado do Evangelho são laudatórias do sacerdócio, tanto no caso do profeta Elias, chamado pelo anjo para abraçar a Fé, como no caso de Cristo pela sua humildade e serviço.

No lado da Epístola, observamos a *Recolha do Maná*, episódio relatado no *Antigo Testamento* (Ex.16:9-36). Neste texto, o povo de Israel estava a caminho da Terra Prometida, conduzido por Moisés pelo deserto. Contudo, a fome assolou os judeus e Deus, para os salvar, enviou alimento so forma de uma nuvem ficando conhecido como Maná.

Na tela seguinte, observamos a *Última Ceia*, episódio onde Cristo solicitou que se fizesse de futuro o ritual da Eucaristia, em que o pão e o vinho eram o corpo e sangue de Deus. Quem o ingerisse, comungava com Deus e salvar-se-ia. Este mistério era um dos dogmas base da Igreja Católica, contestado pelos Protestantes, mas reafirmado após o Concílio de Trento. A própria Irmandade que mandou fazer esta campanha de obras tinha por orago o “Santíssimo Sacramento”. Novamente se observa a vontade de interligar o *Antigo Testamento* ao *Novo* de forma a afirmar que este já estaria previsto por Deus no tempo dos patriarcas judeus. *Sacerdócio* e *Eucaristia* são assim os dois dogmas da Igreja Católica reafirmados pelas pinturas encomendadas pela Irmandade.

6.10. Restantes campanhas: 1730 - 1750.

Após a colocação do retábulo e a decoração da capela-mor, procedeu-se à construção da tribuna no ano de 1734³³⁹. Para a inauguração desta obra, procedeu-se a uma limpeza na igreja, em particular dos azulejos e das cantarias³⁴⁰.

³³⁸ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 125.

³³⁹ “Despendeo pera ladrilho, cal e areia na obra da tribuna, sinco mil, setecentos e vinte réis - 005.720 [...] Despendeo pera os alvanes e serventes que trabalharam na obra da tribuna segundo as férias que se apresentaram vinte e quatro mil, cento, vinte e sinco réis - 024.125. Despendeo pera os vidros das janellas a última féria dos alvanéos, dezanove mil, setecentos, trinta e sinco réis - 019.135. Despendeo pera madeyras e mestres entalhadores, segundo as férias, que apresentarm, na reforma, que se fes em caza toda da tribuna, cento trinta três mil duzentos vinte e sinco réis - 133.255” PRQBRB, caixa 14, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1713 – 1721*, fls. 44v a 45.

Em 1735/6, procedeu-se à obra de remodelação da Capela de Nossa Senhora da Conceição, da qual esta Irmandade detinha a gestão pelo testamento de Bárbara de França. Neste mesmo ano, se apeou o retábulo seiscentista e se introduziu um novo retábulo na capela. Este é da autoria de um mestre entalhador de Vila Viçosa, de quem não ficou registo³⁴¹.

Nos finais do século XVIII, este retábulo foi retirado do seu local original para se construir a actual Capela do Santíssimo Sacramento. A sua nova localização foi no lado do Evangelho, onde se situava a antiga Capela de São Jacinto, dos *mancebos solteiros da villa de Borba*. Esta Irmandade deve ter decaído de importância, ao longo dos séculos XVII e XVIII, acabando por se extinguir. O seu local foi ocupado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento que, cada vez mais, detinha o monopólio da intervenção artística na igreja.

O retábulo, presumivelmente da autoria de Manuel de Mures, possui o formulário do barroco nacional. Este mestre manteve no Alentejo ao longo de vários anos este discurso estético ultrapassado, como se pode observar pelo retábulo da Igreja da Santa Casa da Misericórdia. O retábulo de Nossa Senhora da Conceição é composto por um nicho central ladeado por duas colunas torças decoradas com uvas, acantos e pássaros. Estas colunas continuam em arco de volta perfeita sobre o altar e são sustentadas por anjos atalantes.

Ao centro, observa-se um medalhão decorado com volutas com uma imagem em relevo de Nossa Senhora da Conceição, denunciando o orago do altar.

Da mesma altura, e muito provavelmente da mesma oficina de Vila Viçosa, são os restantes altares em talha que seguem o mesmo formulário do altar de Nossa Senhora da Conceição.

No lado do Evangelho, encontramos o retábulo de Nossa Senhora do Monte Virgem (hoje Capela de Santa Teresinha). Pertenceu a uma Irmandade fundada em 1689³⁴² e foi muito alterado, nos finais do século XVIII, com motivos rococós.

No lado da Epístola, encontramos os altares de Nossa Senhora do Carmo (primitiva Capela de Santo Amaro). A imagem que hoje se observa no altar, foi paga pela Irmandade do Santíssimo Sacramento entre 1733 e 1736 a um escultor desconhecido. Pela avultada soma

³⁴⁰ “Despenseo pera a pessoa que lavou o azulejo e pedras da Igreja mil quatrocentos e setenta réis - 001.470” Idem, 46v.

³⁴¹ “Despenseo pera areia, cal, pedra e telha na obra do altar e cappella de Nossa Senhora da Conciçom, sete mil setecentos e quarenta e dois réis - 007.742 [...] Despenseo pera o entalhado da cappella de Nossa Senhora da Conceiçam e transporte de Villa Viçosa à esta, outenta mil quatrocentos e outenta réis - 080.480. Despenseo pera Bartholomeu Cordeyro pello trabalho de alimpar o arco da mesma cappella e estuque necessário mil e duzentos réis - 0.001..200. Despenseo pera os alvanes, serventes que trabalham na dita cappella athé o dia 23 de Agosto e humas quartas, três mil setecentos setenta e hum - 003.771” Idem, fls. 47 e 47v.

³⁴² Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 125.

que foi paga podemos concluir que se tratou de uma obra de arte de prestígio, provavelmente proveniente de Lisboa ou Évora³⁴³.

No mesmo lado da Epístola, encontramos o altar do Santo Cristo (hoje Capela de Nossa Senhora de Fátima). Neste último altar se observa uma tela representando a cidade de Jerusalém, que servia de fundo a uma escultura de vulto de Cristo crucificado, possivelmente, a que hoje está no retábulo da capela-mor. A Virgem Dolorosa e o São João Evangelista que costumam ladear o Calvário encontram-se na capela-mor da Igreja Matriz.

Este grande número de campanhas artísticas, intercaladas por poucos anos, demonstram um grande poder económico da Irmandade do Santíssimo Sacramento, motivado, certamente, pelas propriedades agrícolas que possuía, fruto das doações testamentárias. As outras capelas, por não terem uma tão grande adesão da população, não usufruíam desta riqueza. É o caso da quase desconhecida Irmandade de Nossa Senhora das Sete Dores, a quem a Irmandade do Santíssimo Sacramento ofereceu *os portados de pedra que esteve na tribuna*³⁴⁴.

A par destas grande obras, a Irmandade procedia também a obras de manutenção como, por exemplo, o “restauro”, em 1736, dos seis quadros seiscentistas da igreja efectuado por um “estrangeiro”, de quem, infelizmente, não sabemos o nome nem a nacionalidade³⁴⁵, ou o reparo por João Rodrigues Nunes do recém entalhado retábulo da Capela de Nossa Senhora da Conceição, também no mesmo ano³⁴⁶.

³⁴³ “Despendeo com huma imagem de Nossa Senhora do Carmo, a saber, o pao, carroto [e] feito da imagem treze mil e oito senttos e oitenta réis – 013.880” PRQBRB, caixa 8, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santissimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 1730-1749*, despesa de 1733 – 1734, fl. 25. “Despendeo pera o escultor e pintor no estofado de Nossa Senhora do Carmo, quinze mil e trecentos réis – 015.300” Idem, despesa de 1735 – 1736, fl. 45v. “Despendeo pera huma pouca de prata que se comprou pera huma cor[oj]a de Nossa Senhora do Carmo, onze mil e quatrocentos réis – 11.400” Idem, despesa de 1738 – 1739, fl. 91.

³⁴⁴ “Acordaram que se dese hum dos portados de pedra que esteve na tribuna à Nossa Senhora das Sete Dores pello amor de Deos cujo portado pedirão os irmãos da dita Senhora por ser comfraria muito pobre e nessesetarem della pera porem em hum portado do consistório da dita Senhora.” PRQBRB, caixa 11, *Livro de actas da Irmandade do Santissimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 1725 – 1762*, fl. 15.

³⁴⁵ “Com hum estrangeiro que alimpou os coadros da Igreja quatro mil oitocentos réis – 04.800 [...] Com hum sacco de carvão, huma panella, tijella de fogo que se comprou pera o estrangeiro duzentos réis – 00200” PRQBRB, caixa 8, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santissimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 1730-1749*, fls. 57 e 59.

³⁴⁶ “Com o mesmo [João Rodrigues Nunes] de concertar o altar da Comceição, pregos etcetera cem réis – 00100 [...] Pera o mesmo de concertar o altar mayor da madeira e pregos trezentos réis – 00300” Idem, fl. 58v.

No ano seguinte, em 1737, a Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento acordou em mandar dourar o retábulo da capela-mor³⁴⁷. Este empreendimento justificava-se, segundo a própria Irmandade, pelo facto das receitas da Mesa superar amplamente as despesas³⁴⁸.

Todas estas obras de ornamentação da igreja (redecoração da capela-mor, tribuna, Capela de Nossa Senhora da Conceição, restauro dos quadros da igreja, intenção de dourar o retábulo) foram efectuadas pela Mesa da Irmandade dirigida por Inácio de Melo e Sousa com claro objectivo de cativar os fiéis.

No entanto, em 1738, viria a ocorrer um acontecimento escandaloso que manchou a imagem da Irmandade. O tesoureiro desta Mesa, Manuel Garcia Peres, apesar de ser homem rico e de confiança, tinha vindo nos últimos dez anos a desviar dinheiro das receitas do trigo, perfazendo o desfalque em quase 400.000 réis.

A Coroa instaura um processo e descobre que o cargo de escrivão e de reitor eram muito disputados entre os irmãos, havendo inclusive subornos, compra de votos e tráfico de influências. Esta corrupção resultava do facto da Irmandade ser muito rica e envolver a gestão de enormes quantidades de dinheiro.

Perante este escândalo, o rei mandou que se elegesse nova Mesa, sob a fiscalização do arcebispo de Évora e do ouvidor da comarca de Vila Viçosa. A nova Mesa deveria ser constituída por pessoas íntegras, independentes e da confiança dos poderes régios. Marcos Taveira Franco de Lima foi eleito reitor, a 24 de Agosto de 1738³⁴⁹.

A nova Mesa alterou a linha de rumo das intervenções. Em vez de aplicar o dinheiro na ornamentação da igreja, optou por, no ano de 1740, edificar uma nova sacristia, consistório e celeiro da igreja.

Esta obra tinha uma clara intenção propagandística de reafirmar o poder, a estabilidade e a seriedade da Irmandade do Santíssimo Sacramento, enquanto instituição, cuja imagem havia saído muito abalada com os acontecimentos de 1738.

³⁴⁷ “Em meza de vinte e sete de Janeyro de mil e setecentos trinta e sete annos; foi concordata uniforme de todos os actuaes da mesma que de duatis expensis se applicase o rendimento desta Irmandade no dourado do quadro da cappella mayor, em cuja obra se daria principio, precedendo a informação com mestres peritos, aos quais se faria presente este intento pera que na Meza se celebre o contracto com elles, tudo à melhor conveniência da Irmandade, e por ser constante a dita resolução assignarão o presente livro que eu lansei, à benepheicio de todos, dia, mês e anno ut supra”. PRQBRB, caixa 11, *Livro de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1725 – 1762, fl. 22.

³⁴⁸ “pera que excedendo a receita pella despeza o tal alcance se aplicar pera o dourado do entalhado como já está determinado por esta Meza ut folio 22v”. Sessão de 6 de Agosto de 1737. Idem, fl. 28v.

³⁴⁹ Cf. PRQBRB, caixa 1, *Livro das eleições da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, fls. 4v a 7.

Como era uma obra muito avultada e necessitava de um grande investimento, a Irmandade decidiu não fazer eleições para que a mesma mesa continuasse em funções. Em 1740, temos a informação que a primitiva sacristia já havia sido demolida³⁵⁰.

O reitor responsável pela campanha, Marcos Taveira Franco de Lima, viria a falecer em 1742 quando a obra da sacristia estava quase concluída. Para que esta não ficasse parada, a Mesa da Irmandade nomeou como reitor interino o escrivão João Baptista Sarça, elemento conhecedor da obra e que a levaria a bom termo³⁵¹.

Este receio que a Mesa tinha de, em caso de afastamento, ser abandonada a obra da sacristia, denuncia uma divisão de opiniões na Irmandade quanto ao plano de obras definido. Muitos elementos da confraria deveriam ser contrários a esta obra ou por considerarem que a Irmandade se estava a endividar demasiado; ou por acharem que se deveriam fazer obras na igreja, dirigindo assim o investimento para os fiéis; ou ainda por serem afectos ao reitor deposto, Inácio de Melo e Sousa.

Muito provavelmente, foram estes irmãos descontentes que se queixaram ao arcebispo de Évora da inexistência de eleições na Mesa desde 1738, ilegalidade que ia contra os estatutos da Irmandade. Assim, o Arcebispo, a 5 de Outubro de 1743, destituiu a Mesa e nomeou novos elementos³⁵².

Como a destituição só se verificou em 1743, um ano depois de se referir que a obra da Sacristia estava quase concluída, é muito provável que a sacristia estivesse completamente acabada quando a provisão da destituição chegou.

A sacristia e consistório da Irmandade do Santíssimo Sacramento foram efectuados apenas na sua componente arquitectónica, ficando a decorativa para as décadas posteriores. Ambas as divisões ocuparam o alçado Norte da igreja, ficando divididas em duas salas distintas com um portal em mármore, ao qual se acede por uma escadaria restaurada em 2001.

O conjunto apresenta assim uma fachada autónoma voltada para a pequena praça que resulta da confluência das Ruas da Aramenha (actual 13 de Janeiro) e a de Estremoz (actual Dr.

³⁵⁰ “Acordarão em Menza de 24 de mês de Agosto de mil e setecentos e quarenta em prezença do Reverendo prior da Igreja junctos e reitor, escrivão, tezuereiro e mais irmãos abacho assignados a som de campa tangida conforme o antigo costume que visto o ter-se principiado a obra da sancristia da mesma Igreja e aver de se continuar com a dita obra até se por no último completamente os ornamentos conveniente e nessessário que a Menza que aprenciou afim de por assim ser costume. E as mais Irmandades e se evitar que por nova inleição possa ficar a obra por acabar o que seria de hum grande escamdallo. E o prejuizo de estar a Igreja sem sancristia por ce ter demulido a tal e qual que avia e também servidos a confuzam dos contos com que se tem feito férias aos oficiais com facilidade senão pode avirguar e por estas rezois e em traz mais que se considerão assentarão que este anno se não fizesse inleições e que ficase a mesma Menza servindo eso”. Idem, fls. 13 e 13v.

³⁵¹ Cf. Idem, acto de eleição de 24 de Agosto de 1742, fls. 14v e 15.

³⁵² Cf. Idem, provisão do arcebispo de Évora de 5 de Outubro de 1743, fls. 16 a 17v.

Ramos de Abreu). O pequeno balcão à porta do conjunto teria então a função de “podium”, para que o reitor e demais membros da Mesa pudessem prestar os esclarecimentos públicos exigidos pelos restantes membros da Irmandade.

Cada uma das salas do conjunto possui duas grandes janelas em mármore na fachada e um magnífico pórtico no interior finamente recortado com aletas de acantos, obra esteticamente ligada à escola de Mafra e que confere um destaque nacional à Igreja de São Bartolomeu.

Pela cronologia da obra e pela inspiração italianizante, é possível que este projecto tenha saído do risco de José Francisco de Abreu, apesar de não haver qualquer prova documental que o confirme.

Ambas as divisões são cobertas por abóbadas de aresta e ocupam o primitivo consistório e sacristia. A porta do antigo consistório da Irmandade ainda hoje está marcada nos azulejos da nave, junto ao púlpito.

Com a destituição da Mesa de Marcos Taveira Franco de Lima e João Baptista Sarça que, desde a sua formação, em 1738, não se haviam sujeito ao sufrágio eleitoral dos restantes irmãos, foi nomeada, pelo arcebispo de Évora, uma nova Mesa chefiada por João da Silveira de Matos Vila Lobos.

Esta nova Mesa teve por objectivo restituir à igreja a primazia das intervenções artísticas e decorativas, abandonando as obras na Sacristia e consistório, que ficaram sem recheio decorativo.

A primeira obra da iniciativa desta Mesa foi o douramento do retábulo da capela-mor, decidido ainda em 1737, mas só concretizado em 1744. Este douramento foi efectuado pelo pintor Manuel Pereira Gavião, tendo sido a obra avaliada pelo Padre Pascoal de Sales, da Congregação do Oratório, de Estremoz, e por Bento Cordeiro e Cristóvão dos Santos, dois pintores de Vila Viçosa. Os andaimes para a obra do douramento foram montados pelo carpinteiro Pedro Vaz Rocha³⁵³.

³⁵³ “Despendeo seiscentos réis com a moldura que o entalhador fes pera o sacrário – 0.600 [...] Despendo mil duzentos réis com os pintores que vierão avaliar a obra – 01.200 [...] Despendeo com o pintor Manuel Pereira Gavião d’asentar o oyro na obra da cappella mayor à rezão de dois mil e sete sentos o milheiro soma tudo noventa sinco mil trezentos e des réis – 095.310. Despendeo com o mesmo pintor com os estofados da dita obra que forão todos avaliados pello Padre Pascoal de Sales d’Oratório de Estremos e dois pintores de Villa Viçosa quarenta três mil novecentos – 043.900 Entrando nesta quantia os 400 pello reparo do tumullo e lampecim [...] Despendeo mais com o mesmo pintor seis mil quatro sentos réis que se achou ajustada à conta ter levado de mais da emportância dos seos celários e estas há-de cobrar della a Irmandade – 006.400. Despendeo com o ferreiro que mora de frente da Igreja de pregos que fes e se gastarão nos andaymes do dourado seis sentos réis – 00.600. Despendeo com o carpinteiro Pedro Vas Rocha de armar os andaymes pera o dourado e aluguer de madeiras quatro mil quatro sentos – 04.400. Despendeo nove sentos e sesenta réis de prata fina em pó pera o Espírito Santo do retábulo – 000.960” PRQBRB, caixa 8, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo*

Por de baixo do altar, junto à ombreira da escada de acesso ao camarim do retábulo da capela-mor, existe pintada a tinta dourada um pássaro. Por ser um local destituído de significado religioso, julgamos tratar-se da “assinatura” do dourador / pintor, Manuel Pereira Gavião. Esta hipótese assume viabilidade se pensarmos que terá sido nesta cripta que o dourador montou o seu estaleiro. A comprovar-se esta hipótese, teremos em Borba uma rara, se não única, “assinatura” de dourador.

Além da raridade desta “assinatura”, o douramento do retábulo da Capela-mor da Igreja de São Bartolomeu destaca-se porque foi efectuado por um dos maiores nomes da História da Arte Portuguesa. Manuel Pereira Gavião era um pintor de Beja muito activo nas artes do douramento mas também na pintura de tectos perspectivados, tendo sido um discípulo do pintor Lisboeta António Pimenta Rolim. Deixou obra em Évora, Montemor-o-novo, Beja, Castro Verde, Setúbal e agora com esta revelação documental, em Borba³⁵⁴.

Acabada a obra do douramento, obra sempre muito custosa, a Irmandade retomou as obras de acabamento do consistório no ano de 1745/6, sala de reuniões monumental no lado Norte da igreja³⁵⁵.

Com todas estas obras que se acumulavam desde 1730, às quais se juntou a reparação dos telhados da igreja, em 1748³⁵⁶, a Irmandade endividou-se muito para além das suas possibilidades, talvez porque as suas vastas propriedades não davam os rendimentos suficientes para tudo quanto era necessário. Para poder pagar aos credores, a Irmandade do Santíssimo Sacramento iniciou um processo de profundo endividamento.

No ano de 1740, a 3 de Junho, sob a gestão de Marcos Taveira Franco de Lima, a Irmandade contraíu um empréstimo de 100.000 réis junto do Colégio de Nossa Senhora da

Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 1730-1749, fls. 152v a 154. “Foi preposto pelo reitor e se detriminou o seguinte: que estava o coadro dourado que se xamases dois pintores para verem se tem defeitos que lhe emendar na forma do ajuste com o dorador e se fes e se lhe ajustar conta e ser satisfeito o que todos e fes e viram ver a obra Bento Cordeiro e Cristóvam dos Santos e disseram que em sua consiênsia vistam estar o dourado bom e de reseber e os estofados e que não tinha faltar alguma e paresceo Manoel Marques Marino e asinou e escretura de foro fatuizim que estam defronte da crus por pena de 4.800 e por pasar na verdade fis este termo que asinei” PRQBRB, *Livro de Registo de ctas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de 1725 a 1762*, sessão de 9 de Junho de 1745, fl. 55.

³⁵⁴ Sobre Manuel Pereira Gavião consulte-se a pesquisa efectuada pelo Prof. Vítor Serrão a publicar oportunamente.

³⁵⁵ “Despendeo com André Marques de trazer a madeyra da caza de Diogo de Sande para a obra do consistório seis vinteis – 60 [...] Despendeo com os carpinteyros, que fizerão as obras do consistório dezasete mil seis centos e vinte réis – 17.620” PRQBRB, caixa 8, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1730-1749*, fls. 162 e 163. Seguem-se inúmeras referências a obras de acabamentos, colocação de portas, grades, estuques, etc. Cf. *Idem*, fls. 163 e 163v.

³⁵⁶ Cf. *Idem*, fl. 184v.

Soledade³⁵⁷. No dia 18 de Julho, Leonardo Guiomar de Mourão, concede 300.000 réis à instituição³⁵⁸. A 2 de Agosto, 480.000 réis são cedidos a juro por Diogo Cortes Paím³⁵⁹. Pela mesma altura, apesar de não conhecermos o contrato, a Irmandade também contraíu empréstimo com Mário Soares da Costa e com as religiosas das Chagas de Vila Viçosa³⁶⁰. Todos estes empréstimos representavam uma dívida de 1.600.000 réis com um juro de 6,25%, ou seja, anualmente, a Irmandade tinha de dispender 100.000 réis só em juros!

Talvez por esta política despesista não ser do agrado da população, observamos, em 1747, Frei João Rodrigues Feroso a doar a quantia astronómica de 2.880.000 réis não à igreja de São Bartolomeu, da qual ele era o prior, mas sim ao Colégio de Nossa Senhora da Soledade³⁶¹.

Com a destituição desta mesa pelo Arcebispo em 1743, alterou-se a política financeira desta instituição. Em 1749, o reitor da Irmandade era o capitão António Duarte Franco que procedeu a uma inteligente política financeira. Em vez de ter vários credores que poderiam não aceitar a demora no pagamento dos juros, conseguiu concentrar toda a dívida num único credor, alguém da confiança da Irmandade que poderia ser mais benevolente com os prazos.

Assim, no dia 18 de Setembro desse ano, a Irmandade pagou todas as dívidas aos credores com 1.600.000 réis que pediu emprestado ao Padre Bernardo de Gois, à sua irmã Maria de Gois e às suas sobrinhas Isabel Inácia de Gois e Joana Micaela³⁶².

Em 1752, é decretada pelo Estado uma descida geral das taxas de juro que passaram de 6,25% para 5%. Esta medida originou uma descida em 20.000 réis/ano nos juros do empréstimo contraído pela Irmandade. A 29 de Outubro desse ano, o grande empréstimo de 1.600.000 réis foi corrigido³⁶³.

Deste modo, a Irmandade do Santíssimo Sacramento pôde proceder a algumas campanhas de obras. Em 1751, mandou reformar a Capela da Senhora da Conceição. O mestre pedreiro Vicente Lopes fez obras de correcção no arco do altar, enquanto que o escultor Bernardo de Sousa esculpiu uma nova imagem³⁶⁴. Esta atitude demonstra que o testamento de Bárbara de

³⁵⁷ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 155, fls. 126 a 130.

³⁵⁸ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 156, fls. 10v a 13v.

³⁵⁹ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 156, fls. 18v a 21.

³⁶⁰ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 162, fl. 100v.

³⁶¹ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 161, fls. 13v a 15v.

³⁶² Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 162, fls. 97 a 100v.

³⁶³ ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 164, II Parte, fls. 29.

³⁶⁴ “Despendeo com Vicente Lopes alvineo quatro sentos réis de reteficar a cappella da Senhora da Comceyção da parte de fora – 00.400 [...] Despendeo com Bernardo de Sousa pello feitorio da Senhora da Comseysão dezaseys mil réis – 16.000” PRQBRB, caixa 8, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1749-1768*, fls. 31 a 32.

França (a quem pertencia a primitiva imagem e capela) era completamente negligenciado, tendo a Irmandade se apropriado dos bens da capela.

O altar que havia sido entalhado em 1735 foi dourado muitos anos depois, em 1751, por Bento Charrua, que também terá dourado a imagem de Nossa Senhora da Conceição³⁶⁵.

Em 1753, continuavam as obras no mesmo altar, desta vez com a intervenção do pintor João Bernardo³⁶⁶.

Desta mesma época, deve datar o retábulo da capela baptismal dedicado a São João Baptista. Apesar de ter sido profundamente alterada, mantém elementos decorativos desta época, tais como concheados ou um arco triunfal não contínuo, denunciando um formulário do reinado de D. José. É provável que este retábulo possua reaproveitamentos de outros retábulos. A imagem original foi roubada e substituída por outra do mesmo orago embora moderna.

³⁶⁵ “Despendeo com Bento Xarrua dourador quarenta e oito mil réis pello dourado da capella da Senhora Comseysão – 48.000 Despendeo com o estofado do feytio da mesma senhora quatorze mil e quatrocentos – 14.400” Idem, fl. 32v. “Aos dezaseis dias do mês de Abril deste presente anno de 1752 juntos em Mesa o Reytor, thesoureiro e mais irmãos do Santíssimo Sacramento desta parochial Igreja de São Bartholomeu ao som de campa tangida foi dito em presença de todos que visto estar a capella de Nossa Senhora da Conceição por dourar e ser justo dourar-se, logo pareceo Bento Xarrua, natural e morador em Villa Viçosa, dourador por officio, que elle se obrigava a dourar, a emcarnar todas as figuras da ditta capella por preço de quarenta e oito mil réis pondo elle todo o ouro que for necessário pera o douramento da dita capella, e emcarnassão da dittas figuras de sorte que fique sem a menor nota nem falta, tanto no dourado, como em tudo o que for necessário, ficando completa a ditta obra pello ditto preço: metade do qual se lhe dará no principio da ditta obra e a outra metade no fim; precedendo primeiro a vesturia por outros officiaes do mesmo officio pera ver se está bem feita toda a obra e no caso que achem algum defeito será elle obrigado a refaze-lla à sua custa. E declaro que logo em est mesma mesa recebeo o ditto Bento Xarrua vinte e sinco mil e seiscentos réis e como os recebeo e se obrigou às condições neste termo comtheudas e eaperts[ent]adas [sic] se assignou e por verdade fis este termo em auzência do escrivão que assignei com elle ditto Bento Xarrua, Reytor, thesoureiro e mais irmãos, oje, era ut supra” seguem-se as assinaturas de Bento Xarrua, do reitor da Irmandade, Damião Velho de Carvalho, do tesouriero e dos restantes membros da mesa. PRQBRB, *Livro de registo de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de 1725 a 1762*, fls. 84 e 84v. Mais tarde em 1759, esta imagem recebeu dois olhos de cristal e foi estofada por João Bernardo: “Que visto ter-se feyto a Senhora Santa Bárbara pera melhor perfeição da mesma santa se comprasem huns olhos de cristal e se lhe pusesem. Determinaram mais que a dita Santa se estofase mandando-se vir a perciosidade fazendo-se a obra de jornal por João Bernardo prezenciando o tizoureiro da Irmandade e que emquanto aos olhos de Cristal se lhe não puzesem público perigo de se puzesem público de se quebrarem” Idem, sessão de 10 de Junho de 1759, fl. 118v. Após a conclusão da imagem, foi colocada no retábulo da capela-mor: “Detreminarão que como no dia de São Bartholomeu se coloca nesta Igreja a imagem da Senhora Santa Bárbara que aí mandou fazer esta Irmandade”. Idem, sessão de 29 de Julho de 1759, fls. 120v e 121.

³⁶⁶ “Despedendeo com o amanho do altar da Senhora da Comceissão ofeciais e matriais mil e quinhentos e sinco réis – 1.505 Despendeo com o estrado pera o dito altar quatrocentos e sincoenta réis – 0.450. Despendeo com o conserto da grade pera o frontal sincoenta réis – 050. Despendeo com o pintor João Bernardo duzentos réis do conserto que fes no altar da Senhora – 0200” PRQBRB, caixa 8, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 1749 – 1768*, fl. 55v.

Apesar de tudo, a obra da sacristia e consistório da Irmandade do Santíssimo Sacramento foi emblemática para a vila, de tal forma que as restantes irmandades presentes na igreja procederam também a obras de construção dos seus consistórios/sacristias.

No dia 3 de Julho de 1753, as irmandades de São Pedro e de Nossa Senhora do Carmo, ambas sediadas na Igreja de São Bartolomeu, celebraram um contrato notarial para mutuamente construírem o seu consistório/sacristia³⁶⁷. Ficou acordado nesse documento que a gestora da obra seria a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo que receberia da Confraria de São Pedro a quantia de 100.000 réis. Também ficou decidido que a nova sacristia seria construída entre o cunhal da capela-mor e o portal lateral, sem que se pudesse distinguir qualquer diferença entre as irmandades pela arquitectura do edifício.

Esta nova construção destruiu a já existente sacristia da Irmandade de São Pedro, pelo que ficou acordado que a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo o preservaria no novo edifício a capelinha que aí se encontrava.

A Irmandade de São Pedro era composta pelos padres sujeitos ao Arcebispado de Évora, pelo que foi necessária autorização da Diocese para se proceder a esta obra. Na autorização do Arcebispo anexa ao contrato notarial refere-se a razão pela escolha desta solução pouco comum pois implicava a demolição de uma pré-existência. A Mesa da Consciência e Ordens, organismo do Estado que tutelava as Ordens Militares de Avis, Cristo e Santiago, havia dado autorização à Irmandade de Nossa Senhora do Carmo para fazer a sua sacristia, mas não poderiam abrir qualquer porta na igreja, sendo a entrada feita pela porta da sacristia de confraria de São Pedro. Assim, como o próprio documento refere, optou-se por fazer uma “porta travessa” que mantinha a independência de ambas as sacristias. À entrada de cada uma destas divisões encontramos um portal em mármore com os medalhões destes oragos. Entre as salas encontramos um lavabo em mármore com dois golfinhos entrelaçados que servia aos párocos de ambas as irmandades.

A condição para a autorização desta demolição foi que a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo teria de construir uma sacristia para a Irmandade de São Pedro, muito maior que a anterior. De facto, a actual sacristia de São Pedro é de grandes dimensões, apesar de no seu interior não possuir nada de notável.

A escritura notarial que assistiu à edificação da dupla sacristia foi assinada no dia 25 de Agosto de 1753 entre a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo e o mestre pedreiro Vicente Lopes³⁶⁸.

³⁶⁷ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 117, fls. 38v a 40.

³⁶⁸ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 144, fls. 65 a 69v.

Subentende-se por estes dois documentos, que a sacristia da Confraria de Nossa Senhora do Carmo seria muito maior do que é hoje, pois refere-se que ambas as sacristias seriam construídas de forma equilibrada sem que uma se sobrepusesse à outra. Ora, actualmente, a sacristia de Nossa Senhora do Carmo é um pequeno anexo, truncado pela ocupação da Capela do Santíssimo Sacramento.

De facto, a Irmandade do Santíssimo Sacramento detinha tanto poder dentro da Igreja de São Bartolomeu, que as Irmandades de Nossa Senhora do Carmo e de São Pedro necessitaram pedir-lhe autorização para se remodelar a janela do coro em 1752³⁶⁹. É quase certo que a principal confraria da igreja tenha exercido o seu poder e adquirido, nos finais do século XVIII, parte da sacristia de Nossa Senhora do Carmo.

Desta mesma época, insere-se a capela em mármore de São Pedro, da qual não existe informações documentais, por não terem sobrevivido os seus registos escritos.

Contudo, pela análise estética desta obra de arte, onde se recorreu ao jogo bicromático do mármore branco e negro, às linhas sóbrias e clássicas, nomeadamente com o seu frontão semi-circular, à utilização dos anjos, semelhantes aos que encontramos nos Passos Processionais da vila (c 1755), podemos datar este altar do período de 1750/1760. Esta capela poderá ter sido a primeira de muitas capelas em mármore que, a partir daqui, irão aparecer nas várias igrejas e palácios de Borba, e apenas se justifica se a inserirmos numa encomenda feita com o acompanhamento do próprio Arcebispado de Évora que deve ter aconselhado a utilização do arquitecto José Francisco de Abreu. Este foi uma importante figura do barroco alentejano e possuía uma estética italianizante com recurso aos mármore de Borba. Forma-se assim a hipótese desta capela ter surgido como celebração da construção do novo consistório da Irmandade de São Pedro em 1753.

Com todas as obras realizadas na década de trinta, quarenta e primeiros anos de 50, a Irmandade do Santíssimo Sacramento ficou muito debilitada do ponto de vista financeiro, tendo-se agravado a sua situação de tal forma que levou à contracção de um grande empréstimo. As consequências foram, durante a década de cinquenta, a não realização de quaisquer obras

³⁶⁹ “Aos vinte e nove do mês de Julho deste presente anno de 1753 juntos em Meza o Reytor, escrivão, thezoureiro e mais irmãos do Senhor Bartholomeu ao som de campa tangida ma forma do costume por todos foi ditto que vista a petissão que fizerão os irmãos de Nossa Senhora do Carmo, e informassão que os irmãos desta Irmandade fizerão tanto com o thezoureiro desta Igreja e andador da mesma que enquanto a janella de que se tratta na dita provizam e o perjuizo que a mesma dá à tribuna da Igreja pellos grandes inconvenientes, humidade e ventos e perjuizo de cera [*razura*] dão licença aos dittos irmãos de Nossa Senhora do Carmo e do Senhor São Pedro pera a poderem tapar e fazer della o que quizerem, e emquanto ao mais pedido na dita petisção lhe concedo toda a licença”. PRQBRB, caixa 8, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1749 – 1768, fl. 89.

artísticas, excepção feita para a imagem de Santa Bárbara que figurava no altar mor da igreja. Esta escultura foi feita, em 1758, pela mesma dimensão que o São Bartolomeu, ainda hoje existente, e com a ajuda de um tal D. Francisco de Menezes, que comprou a imagem antiga, um exemplar em roca³⁷⁰.

Em 1759, procedeu-se a uma obra de decoração em madeira na capela-mor, obra pouco onerosa de entalhe, mas de grande impacto visual, feita pelo entalhador Manuel Rodrigues Mixote³⁷¹.

A década de 60 também é escassa em obras, referindo-se inclusive numa provisão régia de 1764 que a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba era uma das mais ricas do país, mas estava completamente endividada devido à má gestão das suas Mesas³⁷².

As grandes obras que ornamentaram a igreja na década de 30 e 40 foram conseguidas através da contracção de grandes empréstimos. Como havia divisão de opiniões sobre a melhor via propagandística, acabou-se por empreender a totalidade das obras de ambas as facções, ou seja, construíram-se a sacristia, o consistório, o celeiro e procedeu-se ao douramento do altar, levando a um endividamento da Irmandade muito para além das suas possibilidades.

³⁷⁰ “E logo se propos mais que esta Irmandade tinha huma Santa Bárbara muito pequena que pera mayor ornato era justo fazer-se huma santa igualna altura a de São Bartholomeu e porquanto a Santa Bárbara que tinha era muito pequena, e dava pello feytio Dom Francisco de Menezes 7.200 réis que esta Irmandade parese o mais que se fazer nova santa vistada de graça por ser a outra de vestidos e votaram se fizese a santa com toda a perfeição pera se colocar no altar mayor e por nesta forma se concluhio na mensa e eu dito escrivão o escrevi” Idem, sessão de 10 de Dezembro de 1758, fls. 116v e 117.

“Despendeo com huma image de Santa Bárbara – 16\$800. Despedeo com tintas e ouro pera se estufar a santa, encarnação, pintar e dourar as sanefas – 14\$610. Despendeo com João Bernardo com as suas mãos – 9\$600. Com a Coroa da Santa 24\$000” PRQBRB, caixa 8, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento*, 1749 – 1768, fl. 91v. Mais tarde em 1759, esta imagem recebeu dois olhos de cristal e foi estofada por João Bernardo: “Que visto ter-se feyto a Senhora Santa Bárbara pera melhor perfeiçam da mesma santa se comprasem huns olhos de cristal e se lhe pusesem. Determinaram mais que a dita Santa se estofase mandando-se vir a percisidade fazendo-se a obra de jornal por João Bernardo prezenciando o tizoureiro da Irmandade e que emquanto aos olhos de Cristal se lhe não puzesem público perigo de se puzesem público de se quebrarem” PRQBRB, *Livro de registo de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de 1725 a 1762*, sessão de 10 de Junho de 1759, fl. 118v. Após a conclusão da imagem, foi colocada no retábulo da capela-mor: “Detreminarão que como no dia de São Bartholomeu se coloca nesta Igreja a imagem da Senhora Santa Bárbara que aí mandou fazer esta Irmandade”. Idem, sessão de 29 de Julho de 1759, fls. 120v e 121.

³⁷¹ “E logo se propos que nos lados da capela mayor sepunham humas táboas com huns papéis pintados pera s’evitar o aluguer das táboas despeza de carpintero se fizes huma obra de madeira de flandes com seos pendentes, e franja segundo o risco que se apresentou na Menza distância de 26 palmos com seus pendentes, por ficar assim mais bem ornada a capela e sendo presente o emtalhador Manuel Rodrigues Mixote disse que queria fazer a obra e se ajustou em seis mil e quatrocentos com condição de por a obra nesta villa ser bem feyta que se há-de examinar alias não se aceytar” Idem, sessão de 6 de Maio de 1759, fl. 118.

³⁷² Cf. PRQBRB, caixa 1, *Livro das eleições da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, fl. 45.

Em 1766, a mesa ainda estava em conflito com o antigo tesoureiro, Manuel Dias Rosado, devido à obra da sacristia, efectuada vinte anos antes³⁷³.

Apesar desta situação, o reitor da Irmandade, Damião Velho de Carvalho, consegue, em 1763, liquidar metade da dívida que tinha e renegociar o restante com um novo juro mais atrativo, 4%, concedido por João Pedro de Sousa Carvalho e Melo³⁷⁴. Esta operação representou uma descida de 48.000 réis/ano nos gastos da Irmandade em juros para com os credores.

6.11. Novas campanhas de obras 1770 - 1790

Na segunda metade da década de 60, a situação económica melhorou pois realizaram-se algumas obras, se bem que pouco onerosas. Inserem-se neste caso a limpeza dos seis quadros da igreja, em 1767, feita pelo pintor Inácio António Canhão³⁷⁵; a substituição da lua de madeira por uma de prata na Imagem de Nossa Senhora da Conceição, peça apresentada no dia da festa da santa, a 8 de Setembro de 1767 e a limpeza das cantarias decorativas da capela-mor para a festa de São Bartolomeu³⁷⁶.

Com o melhoramento das condições económicas, logo quis a Irmandade proceder a mais obras artísticas, tendo encomendado ao mestre de obras Francisco Miguel um desenho para duas torres sineiras para a fachada da igreja. Contudo, alguém, de quem não sabemos a identidade, muito provavelmente um visitador do Arcebispado encarregue de controlar as contas da Irmandade, proibiu esta obra, alegando que as despesas da Irmandade apenas deveriam ir

³⁷³ “Na mesma Menza se propos pello ditto Reytor que esta Irmandade tenha sentença contra Manoel Dias Rozado por [35.360 = *razurado*] 353.060 e estava em execução, porem que na ditta quantia se incluirão 265.873 cuja quantia foi posta em carga ao thezoureiro Manoel Dias Rozado nas contas que se lhe tomarão pello procurador Estevão Fragozo Ribeiro na conta da obra da sacristia, concistório e seleiro como constava da certidão tirada da própria conta por Luís Salvado da Costa, e que como a tal quantia se lhe pos em carga na conta da obra não devia ser executada pella conta da Irmandade por não dever pagar em duas partes e que constando tanto da ditta certidão das contas, como do livro da Irmandade o referido não parecia dúvida digo justo porceguir a execução nos 265.873 mas sim pello mais que constar das glozas de que se fes carga nos livros da Irmandade que a esta proposta responderão os senhores irmãos que visto estar a sentença em execução proposta a matéria da despeza pello Reverendo Padre Francisco Dias Rozado achando-se influida a referida conta na despeza na obra da Irmandade se lhe devia levar em conta continuada a execução pello mais que deve ser. PRQBRB, caixa 10, *Livro de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Sao Bartolomeu de Borba*, 1762 – 1824, fl. 11v.

³⁷⁴ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 171, fls. 157v a 161v.

³⁷⁵ “E logo detriminarão se limpassem os seis quoadros da Igreja e ouro dos mesmos” PRQBRB, caixa 10, *Livro de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Sao Bartolomeu de Borba*, 1762 – 1824, fl. 24. “Com o pintor Ignácio António Canham por alimpar os coadros da Igreja dois mil e quatro sentos réis – 02.400” PRQBRB, caixa 8, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1749 – 1768, despesa de 1766 – 1767, fl. 176.

³⁷⁶ Cf. PRQBRB, caixa 13, fragmento de *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1767 – 1770, despesa do ano de 1767 – 1768, numeração de fólhos truncada.

para o culto e não para a arte³⁷⁷. Desta forma pretendia-se evitar cair numa situação de endividamento como a que afligiu a Irmandade anos antes.

Porém, logo no ano seguinte, em 1770, se desrespeitou esta directiva e se procedeu à construção da balaustrada de mármore *ao redor de todos os altares para servir de comunhão*. O “risco” da obra foi feito por um desconhecido e foi colocado em praça³⁷⁸. A obra foi arrematada por Joaquim Martins Fontes, escultor de Vila Viçosa, que se comprometeu fazer esta campanha de acordo com o “apontamento” e entregá-la concluída até à Páscoa. O seu fiador foi António Franco Painho³⁷⁹, e a obra custou 180.000 réis³⁸⁰. Dado que a obra remodelou o pavimento da igreja, houve a necessidade de se alterarem as sepulturas antigas, obra que ficou a cargo de João Lopes Leitão, Bernardo António Carrão e Francisco José Ribeiro³⁸¹. Em 1772, adquiriram-se as portas da balaustrada em madeira³⁸², hoje desaparecidas.

³⁷⁷ “Com o canteyro Francisco Miguel do risco que torou [?] pera a torre por hordem da Menza quatro mil e oito sentos réis – 4.800 [à margem:] Glazo [?] por que das rendas da Confraria se não devem fazer as torres da Igreja porque só se devem aplicar pera o custo do Santíssimo e para as obras pias”. Idem, despesa do ano de 1768-69.

³⁷⁸ Cf. PRQBRB, caixa 10, *Livro de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba*, 1762-1824, sessão de 25 de Novembro de 1770, fl. 39.

³⁷⁹ “E detreminaram se puzese em praça de arrematassam a ballaustrada que na Menza antesedente fizese ao redor dos altares da Igreja e por andar em prasa neste tempo pello porteiro desta villa Pascoal António e não aver quem a fizese por menos de sento e oitenta mil réis que lansou Joaquim Martins Fontes de Villa Visouza se lhe mandou arrematar pella referida quantia com as condisonis expresas no risco e apontamento sem de forma alguma poder faltar a qualquer dellas por leve que seja e lhe poderá ser apontada por qualquer que, digo, quer ofesial que apontar a Menza e a deráfeita athé à Páscoa de tal fes desta presente erra e pera a seguraransa de tudo apresentou por seu fiador a António Franco Painho que aqui asinou com as testemunhas Joam Rodrigues Magro e João Velles e pera tudo assim constar mandaram fazer este termo [...] Declara que a obra se dará feita ahté à Páscoa de Flores sem embargo do que se dis abaxo de Flores e asinaram aa] Joaquim Martinz Fontes. António Franco Painho” Idem, sessão de 8 de Dezembro de 1770, fls. 39 a 40

³⁸⁰ Cf. PRQBRB, caixa 9, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba*, 1770 a 1787, fl. 6v.

³⁸¹ “Despendeo com quem fez a obra dos balaustres na Igreja cento e outenta mil réis como consta do recibo n.º 20 – 180.000. Despendeo com os alvineos pella obra dos assentos dos degraos, cal, area e mais matriais onze mil quatrocentos e vinte réis n.º 21 – 11.420. Despendeo com João Lopes Leytão pello assento das sepulturas seiscentos e quarenta réis consta do recibo n.º 22 – 000.640. Despendeo com os canteiros pello assento dos balaustres dezassete mil seiscentos e setenta réis, consta das férias n.º 23, 24, 25 e 26 – 017.670. Despendeo com o ferreiro que agastou as ferramentas dos canteiros pera a mesma obra trezentos e outenta réis – 00.380. [...] Despendeo com o official Bernardo António Carram por fazer huns reco[r]tes nas sepulturas outo centos e sesenta réis – 00.860. Despendeo com Francisco José Ribeiro pellos gatos e tarugos pera o mesmo engradamento dous [mil] setecentos e quarenta réis, consta do recibo n.º 27 – 02.740” Idem, fls. 6v e 7.

³⁸² “Detreminaram mais como aviam prinsipiado a obra do emgradamento e que faltava pera comprimento desta as cancellas que estes se mandasem fazer de emprentada daquella madeira que fose mais conveniente e barato” PRQBRB, caixa 10, *Livro de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba*, 1762 - 1824, sessão de 17 de Maio de 1772. Cf.

Muito próxima a esta campanha data a referência à primeira obra do pintor borbense, José de Sousa Carvalho, na Irmandade do Santíssimo Sacramento, que acumulava as funções de tesoureiro da mesa desde 1769. Em 1772, a Mesa decidiu atribuir a este membro a obra de pintura da banqueta dos castiçais e cruz da Irmandade. Esta obra era pouco importante, mas revelou o estatuto deste pintor no seio da Confraria, já que ficou ao seu critério o preço da obra, não só por não haver outro pintor em Borba, como por haver total confiança neste indivíduo³⁸³.

Neste mesmo ano de 1772, resolveu a Irmandade retomar a ideia de fazer uma nova torre, já que a que existia era considerada como imprópria para estar junto a uma igreja.³⁸⁴ Esta obra foi disputada entre os mestres pedreiros João Rodrigues da Ponte e António Ferreira, de alcunha o Saloio, residente em Vila Viçosa, conseguindo este ficar com a adjudicação da obra³⁸⁵. António Ferreira chefou a obra, mas a Irmandade encomendou outras empreitadas a outros mestres pedreiros, tais como a “pedraria de fora”, encomendada a José Mansos, os degraus a José Lopes e as portadas a Pedro Matias³⁸⁶.

Em 1773, a obra da torre estava dada como concluída, apesar de haver dúvidas quanto às suas contas³⁸⁷. Só em 1774 se procedeu ao total pagamento da campanha³⁸⁸.

PRQBRB, caixa 9, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu 1770 a 1787*, fl. 23.

³⁸³ “Detreminará mais que a banqueta dos castiçais, cruz, abragem [?] de Christo se dese ao Jozé de Sousa pintor pera aver de as dourar com a melhor prefeisão da sua arte e feita a obra se lhe pagase por aquillo que elle disece visto nam aver quem fizese preso e a obra com prefeisam com que merese e não aver na menza que a disece nem na tera pintor que avaliase que deichou na sua consiensa o vallor da dita obra” PRQBRB, caixa 10, *Livro de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 – 1824, sessão de 16 de Junho de 1771, fl. 41v.

³⁸⁴ “Detreminará se fizese e retheficase huma torre por cuanto a que [existe] se acha emcapas de estar junto a huma Igreja como a nova e que a pedraria da mesma se dese de empreitada por junto ao palmos na forma da condiçonis e risco e planta emquanto a alvenaria se puzese também da mesma forma” Idem, sessão de 6 de Setembro de 1772, fls. 47 e 47v.

³⁸⁵ “Que como avia andado em pregam a obra de alvanaria da torre e nella nam ouve mais amfrior lanço do que o de quinhentos mil réis que avia feito João Rodrigues da Ponte se puzese segunda ves em pregam e se arematace a quem por menos a fizece com a condisão da Irmandade não dar couza alguma pera a dita obra mais que o aparelho pera sobirem as pedras pera a dita obra. E logo pareseo António Ferreira por alcunha o Salloio de Villa Viçosa e na dita obra fes o lanço de duzentos e des mil réis com a condisão de dar todo o persizo exceto o aparelho pera abrirem as pedras de cantaria pera asima e na forma das condisonis postas no auto de arrematasão que faz o escrivam do judiscial Bernardo José Lobbo e Sousa por autoridade do Juizo”. Idem, sessão de 21 de Novembro de 1772, fls. 48 e 48v.

³⁸⁶ “Com o porteiro de por a obra da torre em prassa sincoenta réis – 00.050. Com o canteiro José Mansos pella pedraria de fora da Torre duzentos oitenta e sinco mil réis – 285.000. Com o mesmo do portado da porta da torre sinco mil réis – 05.000. Com o mesmo para as pedras das sineiras oito sentos réis – 00.800. Com os mestres alvineos de suas mãos e metriais duzentos e des mil réis – 210.000 [...] Com o mestre canteiro João Lopes dos degraus sete mil e [seis] centos e oitenta – 7.680. Com Pedro Matias por fazer a porta da torre quatro mil réis – 4.000” PRQBRB, caixa 9, *Livro da Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1770 – 1787, fls. 37v e 38v.

³⁸⁷ “Que visto se achar a obra da torre completa e aver dúvida sobre a pedraria da mesma e não terem os irmãos entelligência da obra e se llouvaram a Irmandade e o arrematante em Francisco Miguel e por

Ainda em 1774, o pintor José de Sousa Carvalho, tesoureiro da Irmandade, iniciou uma obra de muito maior relevância: a pintura e douramento das sanefas das janelas da capela-mor e da tribuna do retábulo³⁸⁹. No seguimento desta campanha, encomendou-se, em 1775, uma sanefa em talha, ao entalhador Joaquim José, activo em Estremoz, para ser colocada sobre o arco do retábulo da capela-mor³⁹⁰.

Em 1776, procedeu-se à construção de um coro na igreja com um grande janelão para iluminação³⁹¹ certamente para valorizar a componente musical dos ofícios divinos, conseguindo, desta forma, cativar um maior número de fiéis e, conseqüentemente, angariar mais receitas em esmolos.

De facto, a música foi desde a época medieval uma componente importante na celebração da missa. No Alentejo esta componente da celebração divina foi sempre muito valorizada, sendo Vila Viçosa um grande pólo produtivo a nível nacional. Este facto resulta essencialmente da localização nesta vila de ricos conventos e da corte dos Braganças. D. João IV era um grande apaixonado pela música possuindo uma grande colecção de composições.

nam aver mais couiza algum assignaram com o dito reitor e escrivam em a Irmandade e eu escrivam o escrevi” PRQBRB, caixa 10, *Livro de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba*, 1762 – 1824, sessão de 20 de Dezembro de 1773, fl. 52.

³⁸⁸ “Determinarão mais que se acabace de satisfazer aos canteiros da obra em que a Irmandade fes a despeza que elles avião fazer na forma do risco e apontamento que vem a ser a quantia de quatro mil e oitocentos no que os mesmos convierão e aqui assignarão” Idem, sessão de 27 de Fevereiro de 1774, fl. 52v.

³⁸⁹ “Determinarão mais que visto que a caza em que está o trono e se expoem o Santíssimo Sacramento se achar indigna depois de nella se haver feito o entalhado de munto valor que agora ao menos se mandace preparar pello pintor que se ajustou o preço de [espaço em branco]”. Idem, sessão de 27 de Abril de 1774, fl. 52v. “Com Jozé de Souza de Carvalho pella obra que fez na tribuna trinta e sete mil réis – 037.000” PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba*, 1770 - 1787, despesa de 1773 - 1774, fl. 50.

³⁹⁰ “Que olhando a falta de decência que na capella do Santíssimo Sacramento havia, a qual capella hé o altar mor da mesma Igreja determinarão se fizesem quartinados pera todos os portados e arco grande, e assim também sobre portas pera os dittos portados e hum senefam pera o arco grande, e hum pálio pera sahir fora o Sacramento e juntamente huma capa pera o cofre e outra pera o ambolla. Determinarão mais que as sobre portas de decem e juntamente o sanefam do arco grande o que com efeito se deram de empreitada a Joaquim Jozé ,oficial de emtalhador, assistente em Estremoz, por preço de doze moedas toda a obra e por [preço = raturado] não haver mais”. PRQBRB, caixa 10, *Livro de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba*, 1762 – 1824, sessão de 8 de Abril de 1775, fl. 56. “Com o entalhador que fez as sanefas para a capella mor sincoenta e sete mil e seiscentos – 57.600. Com o dourador que as dourou sincoenta e sete mil e seiscentos réis. 57.600 [...] Com o entalhador pello trabalho da segunda vez asentar as sanefas outo centos réis – 00.800” PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba*, 1770 - 1787, despesa de 1774 - 1775, fl. 59v.

³⁹¹ “Determinraão que pera maior honrra e glória de Deos se fizece hum coro na Igreja pera nelle se fazerem as funçoens com maior decência e para que este falece mais suficiente se lhe fizece huma genella pera lus do mesmo coro e que se fizece avizo às terras vezinhas pera que noticiandosse os ofeç[i]jais de Canteiro e pedreiro se arrematte em prassa a ditto obra a quem por menos a fizer” PRQBRB, *Livro de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba*, 1762 – 1824, sessão de 6 de Setembro de 1776, fl. 60.

De Vila Viçosa virá o mestre pedreiro António Ferreira para construir o coro. Foi este mesmo mestre que, anos antes, fizera a torre da igreja. Mais uma vez, existia já um “apontamento”, projecto feito por um desconhecido, eventualmente por alguém da própria mesa da Irmandade³⁹². Por fiador do mestre pedreiro apresentou-se o pintor, José de Sousa de Carvalho, membro da mesa da Irmandade, demonstrando haver entre estes dois homens uma grande confiança motivada provavelmente pela participação conjunta numa obra, não sabemos qual. É provável que José de Sousa Carvalho tivesse participado em obras em Vila Viçosa que ainda não foram identificadas.

As cantarias trabalhadas em mármore do janelão e da estrutura do coro foram arrematadas, em 29 de Setembro de 1776, pelos mestres Francisco Velez, José Gomes Cordeiro e Caetano José da Silveira. A componente decorativa desta campanha custou a quantia avultada de 200.000 réis³⁹³.

Em 1777, decidiu-se alterar a componente artística do coro, passando este a possuir duas pilastras. Esta obra foi igualmente arrematada pela mesma equipa dos três escultores citados³⁹⁴.

Para além do coro, procedeu-se a uma pequena obra de ajuste do frontispício da igreja, onde se subiu a cumeeira, para melhor colocar o janelão em mármore. No ano de 1777/1778, a obra do coro já estava concluída estando José da Silva a assentar as grades do janelão³⁹⁵.

³⁹² “Que se aremate a obra da alvanaria do coro a quem fizece por menos e com as condições declaradas no apontamento e por constar não aver menor lansso que a que fes o Mestre António Ferreira, de Villa Viçosa, de cento e trinta mil réis com todas as condições do apontamento se lhe mandou arematar pello referido lansso e pera tudo cumprir e presentou por fiador ao Senhor José de Sousa de Cravalho, que todos aqui asignarão ao porteiro” Idem, sessão de 15 de Setembro de 1776, fl. 60v.

³⁹³ “E logo detirminarão se puzece a pedraria do coro e janella pera elle e entrada pera o coro em praça para se arematar a quem por menos a fizece em tudo e por tudo conforme os riscos e apontamentos e por não aver menos lansso do que fizerão Francisco Velles e Jozé Gomes Cordeiro e Caetano José da Silveira que por duzentos mil réis depois de ter andado em pregão se lhe mandou arematar em tudo e por tudo as condições do risco e apontamento que valerá como escriptura pública e por servido de aqui asinarão com o porteiro e eu, António Velles Picam, actual escrivão da menza por mandado della fis este termo e asinei dia, mês, era, ut supra” Idem, sessão de 29 de Setembro de 1776.

³⁹⁴ “E logo por elles foi dito que como no risco do coro da pedraria se tinha ametido humas pilastras, que com elles fica a obra mais completa e perfeita, se mandacem fazer, que são duas e logo por não aver quem por menos as fizece do que o lansso de sete mil réis que lanssarão Jozé Gomes Cordeiro, Francisco Velles e Caetano José da Silveira se lhe derão com a obrigação dis as fizesem e asentar na última perfeição” Idem, sessão de 30 de Novembro de 1777, fl. 52v.

³⁹⁵ “Despendeo com os canteiros do coro sem mil réis – 100.000. Despendeo [com] os alvneos do coro sem mil réis – 100.000” PRQBRB, caixa 9, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1770 – 1787*, despesa de 1776 – 1777, fl. 80. “Despendeo com o alvineo que concertou o tilhado e frontespício da Igreja mil e trezentos e oitenta – 1.380 [...] Despendeo com João da Sylva por sentar as grades do coro e arematar as guarnições dois mil noventos e sincoenta – 2.950 [...] Despendeo com o ferreiro que fes as grades da janela do coro que pezarão duze arobas e vinte e seis arates a 75 réis cada hum soma trinta mil sete sentos e sincoenta

O janelão do coro é uma enorme abertura concebida para a iluminação dos músicos que faziam o acompanhamento das celebrações litúrgicas. Do ponto de vista estético, é uma obra de arte de desenho sóbrio ladeado por pequenas volutas. Este janelão baseou-se claramente no elemento similar da Igreja da Misericórdia aberto anos antes, em 1771, e esculpido pelo escultor Francisco Miguel.

No coro também se utilizou o mármore em jogos cromáticos, branco e negro, no interior da igreja. Novamente se observa um desenho sóbrio tanto no coro como na balaustrada palaciana.

Em 1778, a Irmandade patrocina nova obra artística na Igreja de São Bartolomeu. Até aqui analisámos unicamente obras de arquitectura e pintura que ainda existem. Contudo, para a ornamentação artística de uma igreja concorriam outras modalidades artísticas, por vezes dispendiosas e ostensivas. Neste caso insere-se a lâmpada de prata encomendada ao ourives do Porto, Manuel Gonçalves de Oliveira. Esta obra de arte foi feita segundo o modelo da lâmpada da Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja de Fronteira. A exigência de seguir modelos estéticos de outras vilas vizinhas demonstra claramente que os objectos artísticos assumiam uma grande importância na sociedade e no espírito colectivo de uma vila³⁹⁶.

Em 1778/1779, procedeu-se a uma pequena obra de acréscimo ao coro, feita por António Ferreira Saloio, que entretanto morrera nesse mesmo ano³⁹⁷. Nesse mesmo ano, a Irmandade passou a alugar anualmente um órgão a um tal Manuel Leandro. Este órgão tinha também o acompanhamento de um cravo³⁹⁸.

réis, abatidos destes três mil réis que recebo de ferro velho se lhe deu o resto que são vinte sete mil sete sentos e sincoenta réis – 27.750 [...] Despendeo com honze arates equarta de xumbo pera as grades do coro quinhentos e sincoenta réis – 0.550 Despendeo com os canteiros, resto do seu ajuste do coro sem mil réis – 100.000” Idem, despesa de 1777 – 1778, fls. 94 a 96.

³⁹⁶ “Detirminarão se mandace fazer huma alampada dando-se o que está em desconto della. E logo apareceu presente Manoel Gonçalves de Oliveira, ourives do Porto, e austou de feito a mil e setecentos e sincoenta réis cada marco tamanho em diferente pezo por pezo a velha, e depois de vir marcada poderemos nos mandar avirguar a qualidade da prata e se a marca hé verdadeira será lavrada muito bem e de feitio da que apareceu da Igreja de Fronteira do Sacramento da mesma Igreja” PRQBRB, *Livro de actas da Irmandade do Santissimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba*, 1762 – 1824, sessão de 8 de Junho de 1778, fl. 64v. Para a ajuda do pagamento desta lâmpada mandou-se ao ourives algumas peças de ourivesaria antigas e danificadas. Cf. Idem, fl. 66v. “Despendeo com a alampada e mais pessas de prata que se comprarão pera o servisso do Santissimo sento quinze mil e seis sentos réis – 115.600” PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santissimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba*, 1770 - 1787, despesa de 1778 – 1779, fl. 106.

³⁹⁷ “Detirminarão se desse aos canteiros da obra do coro pella perda que tiverão nella e pello que demais fizerão três moedas de ouro e a viuva do alvineo do mesmo coro pello que de mais fes nove mil e seiscentos” PRQBRB, *Livro de actas da Irmandade do Santissimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba*, 1762 – 1824, sessão de 29 de Março de 1779, fl. 66. “Despendeo com a viuva de António Ferreira Saloio pello acrecimo que fes na obra do coro, nove mil e seiscentos réis – 9600” PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santissimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba*, 1770 - 1787, despesa de 1778 – 1779, fl. 107.

³⁹⁸ Cf. Idem, fls. 120, 132 e 141.

Concluída a obra do coro, logo a Irmandade do Santíssimo Sacramento empreendeu nova campanha, desta vez na sacristia, que estava por concluir na sua componente artística. No ano de 1781, a Irmandade decidiu fazer os arcazes da sacristia³⁹⁹. A obra foi arrematada, em 1782, por Clemente da Mota, entalhador de Vila Viçosa, que se comprometeu a fazê-los em cinco meses, de acordo com o risco que lhe apresentaram⁴⁰⁰.

Dois anos depois, em 1784, encomendou-se o douramento e pintura do arcaz. Esta obra foi anunciada em pregão nas *terras circunvezinhas*⁴⁰¹. O artista encarregue de o dourar foi o pintor de Estremoz José Cardoso após aguerrida disputa com o pintor Manuel Carvalho⁴⁰². Não sabemos qual a razão pela não participação de José de Sousa Carvalho nesta obra. Podemos contudo adiantar a hipótese de estar na época com grandes campanhas artísticas, ainda por documentar, que o impossibilitariam, talvez, de participar nesta obra “menor”.

A forte disputa entre os dois pintores provocou uma redução do preço, de tal forma que, José Cardoso solicitou que lhe aumentassem o pagamento por não compensar os cinco meses de trabalho. Já antes, este mesmo pintor solicitara que lhe dessem, em adiantado, cem mil réis, por necessitar adquirir o ouro. Provavelmente por intercessão do seu fiador, o pintor borbense José de Sousa Carvalho, a Irmandade do Santíssimo Sacramento concedeu-lhe um acréscimo de 30.000 réis, sintoma do desafogo económico de que a confraria usufruía⁴⁰³.

³⁹⁹ “Detirminarão que como esta Irmandade avia feito a sancristia desta Igreja e a mesma se achava defectuosa e por não aver na mesma huns cachois que se mandarem fazer na forma do apontamento aproveitandosse se poder dos velhos que na mesma há e que se puzecem em praça cuja obra fazião com tal condição [...]” PRQBRB, *Livro de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba*, 1762 – 1824, sessão de 21 de Dezembro de 1781, fls. 72 e 72v.

⁴⁰⁰ “E logo mandarão se puzecem em praça a vos do porteiro os caxois que se mandão fazer para a sancristia [*ilegível*] se arematarem a quem por menos os fizer. E logo por não aver maior, digo, menor lansso de duzentos mil réis que fes Clemente da Motta, de Villa Viçosa, se lhe mandarão arrematar por as fazer na forma do apontamento e risco com a condição de o dar feito em sinco meses e de como assim se obrigou aqui asinaram e o fazer dos pagamentos hum no principio e outro no fim, dia, mês era ut supra”. Idem, sessão de 27 de Janeiro de 1782, fl. 72v.

⁴⁰¹ Cf. Idem, sessão de 10 de Junho de 1784, fl. 76v.

⁴⁰² “Detirminarão se juntace em praça de arrematação e dourado do caixão da sacristia para levar quem mais barato fizece na forma do apontamento, e por não quem lanssase aqui junto fosse mandei fiz eu nova se arrematar outro dia que o ouvece e pra constar fazer este termo que todos assinarão [...] E depois deste termo assinado apareceu José Cardozo pintor de Estremoz e fes o lansso de duzentos mil réis tudo na forma do apontamento e por Manoel Cravalho foi lanssado cento e noventa e sinco e pello primeiro foi lanssado cento e noventa e pello Cravalho cento e oitenta e sinco e pello primeiro Jozé Cardoso foi lanssada cento e sesenta [*mil = raturado*] e sinco e por nam aver quem por menos o fizece [*ilegível*] arrematar tudo na forma do apontamento e para assim eu ter mandar satis[*fazer*] este termo que todos assinarão dia, mês, era ut supra” Idem, sessão de 4 de Julho de 1784, fls. 77 e 77v. “Despendeo com o pintor dos caxois sem mil réis – 100.000” PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1770 a 1787*, despesa de 1783 – 1784, fl. 164v.

⁴⁰³ “E logo pareceo presente José Cardoso mestre pintor a que se deu a obra dos caxões da sacrestia e pello mesmo foi requerido lhe quezecem mandar dar a conta do preço por que avia arrematado a sua

A sacristia da Igreja de São Bartolomeu é a jóia desconhecida do monumento pela singularidade da sua decoração. A peça central da sacristia é o altar dedicado a São Bento, patrono da Ordem de Avis, que desde a época medieval possuía o padroado das igrejas de Borba.

O altar possui um desenho arcaico que lembra os altares das capelas lisboetas do “Barroco Nacional”. Contudo, a moldura, em mármore preto malhado de excepcional beleza, denuncia uma data posterior. A tela central representa *São Bento em êxtase*. São Bento é representado arrebatado da sua cadeira e da sua leitura perante a visão de Deus Pai em forma de triângulo. Junto a ele, um anjo ajoelha-se perante esta cena. No chão, um anjinho segura o báculo e a mitra, atributos do santo.

À esquerda, observa-se o arcaz em pau santo, finamente lavrado com volutas, concheados e ferragens em bronze dourado. O espaldar foi repintado em data recente e apresenta uma linguagem estética muito próxima do rococó com *rocailles* e anjos que ao centro ladeiam o Santíssimo Sacramento.

Esta adoração do Santíssimo Sacramento está de tal forma colocada no espaço, que é a única parte do arcaz que se pode observar do exterior a partir das janelas.

O lavabo em mármore é o melhor exemplar da vila com um desenho finamente recortado, com golfinhos entrelaçados, grinaldas e concheados. O chão é em mármore num jogo simples de xadrez, e ao centro uma mesa, também em mármore, servia para assistir o pároco.

A conjuntura que se observa nesta década de setenta e oitenta nada tem que ver com as duas décadas anteriores em que quase nenhuma obra foi efectuada. A partir de 1770, a Irmandade do Santíssimo Sacramento empreendeu quase todos os anos novas campanhas de decoração: balaustrada em mármore da nave (1770), torre da igreja (1772), reforma do retábulo da capela-mor (1774), coro alto e janelão (1776), lâmpada de prata (1778), arcazes da sacristia (1781), apenas para referir as campanhas de maior vulto. Este contraste entre as décadas de 1750-1770 e 1770 -1781 merece uma análise mais aprofundada.

obra para effeito de comprar os aviamentos pello melhor cómodo da mesma a quantia de cem mil réis e por elles foi determinado se lhe desse confiança por agora os ditos cem mil réis que recebo e apresentou por seu fiador o senhor escrivão da Irmandade que todos aqui assinarão dito dia mês era ut supra” PRQBRB, *Livro de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba*, 1762 – 1824, sessão de 25 de Julho de 1784, fl. 78. “E logo na mesma appareo hum requerimento de José Cardoso, mestre pintor, em que declara se lhe desse alguma couiza em athenção ao muito que perdeu na obra do douramento da sancristia que tinha feito sem faltar ao prometido e segundo o gasto do ouro e mais tintas perdeu muito parte do seu trabalho que forão sinco mezes e por elles em athenção ao referido foi detirminado se lhe desse pello acrescimo da obra que de mais fes e por esmolla da primeira trinta mil réis”. Idem, sessão de 14 de Março de 1785, fls. 80 e 80v.

Se estudarmos o quadro das receitas da Santa Casa da Misericórdia⁴⁰⁴, instituição cujas receitas reflectiam a economia da vila, constatamos que a vintena de 1750-1770 foi uma época de estagnação, localizando-se entre dois picos de receita, precisamente 1750 e 1769. A partir desta última data verifica-se um aumento das receitas da Santa Casa da Misericórdia que atingirão o seu auge em 1785.

Desta forma se concluem dois aspectos: primeiro reforça-se a hipótese das receitas da Santa Casa da Misericórdia serem o reflexo da saúde da economia da vila; e segundo, que há uma relação directa entre as campanhas artísticas das irmandades religiosas, que contavam com a participação de quase todos os borbenses, e a riqueza que a vila vivia. Ou seja, nos anos de maior produtividade, as irmandades conseguiam maiores receitas, tanto pelo facto de possuírem propriedades agrícolas, como os demais borbenses, mas também por receberem destes ricos esmolas. O aumento das receitas levava inevitavelmente ao investimento em obras de arte entendidas como obras de fé.

A razão para esta prosperidade será, como no caso da Santa Casa da Misericórdia, fundada na agricultura, em particular no vinho.

6.12. A Capela do Santíssimo Sacramento

Coincidente com um dos picos da riqueza da produção vinícola de todo o século XVIII será a criação da Capela do Santíssimo Sacramento, na Igreja de São Bartolomeu, cujo projecto foi feito, em 1785, por Francisco Miguel⁴⁰⁵. No ano seguinte, iniciou-se a obra projectada, encomendando-se as cantarias decoradas ao escultor Francisco Velez que, anos antes, já havia trabalhado para esta igreja, e ao mestre pedreiro Manuel Lourenço⁴⁰⁶. Na acta de aceitação da obra, Francisco Velez e Manuel Lourenço aceitaram entregar a obra num prazo de ano e meio⁴⁰⁷.

⁴⁰⁴ Cf. BORBA, Gabinete Técnico Local, *Op. Cit.*, 2001b, p. 18.

⁴⁰⁵ “Despenseo com Francisco Miguel por fazer o risco da capella do Sacramento nove mil e seiscentos réis – 09.600” PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 1770 a 1787*, despesa de 1785 – 1786. número de fólio truncado.

⁴⁰⁶ “Despenseo com o mestre Francico Velles e seu companheiro por conta da obra da cantaria da capella do Santíssimo Sacramento cem mil réis – 100.000. Despenseo com o mestre Manoel Lourenço, alvineo, por conta da alvenaria da dita quinze mil e seiscentos – 15.600” *Idem*, *Despesa de 1786 – 1787*. Este documento encontra-se em péssimo estado de conservação, tendo-se perdido informações sobre esta capela.

⁴⁰⁷ A acta de aceitação da obra da capela do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu está escrita numa letra caligráfica muito bem executada, mostrando assim a valorização que esta geração deu a esta obra de arte: “Aos vinte e nove dias de Janeiro de mil setecentos e houtenta e seis anos juntos em Menza o reitor e mais volgais abacho assignados na forma do seo antigo e laudável costume. Detreminarão se puzece em prasa a obra de cantaria e alvenaria da capela do Santíssimo Sacramento que esta Irmandade pertende fazer na forma do risco e apontamento e por não aver quem menos fizese

Em 1788, continuaram as campanhas artísticas na igreja, fruto da boa saúde económica que a vila vivia. Neste ano, a Irmandade decidiu fazer novo consistório, por cima do celeiro da igreja. Ambas estas dependências existem, sendo o celeiro a actual agência funerária e o consistório a divisão que lhe está por cima⁴⁰⁸. O novo consistório custou à Irmandade 200.000 réis e possuía uma capela, possivelmente em talha dourada, entretanto desaparecida⁴⁰⁹.

Neste mesmo ano, a Irmandade mandou o seu tesoureiro, o pintor José de Sousa Carvalho, pintar a tela para o retábulo da Capela do Santíssimo Sacramento, capela que ficaria como sede da Irmandade. Torna-se interessante verificar que os irmãos deixaram a composição, ou seja, o conteúdo iconográfico da pintura, ao critério do pintor, algo muito raro, já que era quase sempre o encomendante que definia a mensagem da obra de arte. Provavelmente, por ter sido José de Sousa Carvalho a definir o programa, esta tela irá demarcar-se das outras composições do género já que encerra em si uma crítica à intelectualidade e à elite iluminista borbense⁴¹⁰.

Entretanto, os dois mestres pedreiros, Francisco Velez e José Gomes Cordeiro, que haviam acabado a obra de alvenaria da capela, pediram à Irmandade uma esmola por não terem ganho o que esperavam. A Irmandade deu-lhes uma esmola em trigo⁴¹¹, prova que a riqueza desta instituição se baseava na agricultura. Este desfazamento entre o preço pedido pelos

na cantaria do que trezentos e quarenta mil réis que faz Francisco Velles por esta quantia se lhe mandô arematar com todas as comdisonis do risco e apontamento que dará feito demtro em anno e meio e de assim tudo comfrir mandarâ a Menza reve-lla por hum ofecial que bem lhe parecer achar a falta será à conta della empreiteyro e da por seo fiador a Jozé Gomes Cordeiro e de tudo assim a cumprirem todos aqui asignaram com o porteiro este termo de arrematação. [...] E logo por não haver quem fizece menos lanço na alvenaria do que duzentos e quarenta mil réis que lanço Manoel Lourenço se lhe mande arematar por este preso e o mais comdeçonis do apontamento que elle a tudo se obriga a cumprir demtro de anno e meio e apresenta por seo fiador a Joam Martins [...]”PRQBRB, *Livro de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba*, 1762 – 1824, sessão de 29 de Janeiro de 1786, fls. 82 e 82v.

⁴⁰⁸ “Determinaram que se rrebocase a Igreja da parte da porta do Sol e espisial como também se fizese hum comsitório em sima do seleyro pello motivo da Irmandade se der de seu pella faltara da capella do Sacramento [...] mandarem pagar os alvineos o reboco da Igreja a quantia de 26.900 mandarão fazer este termo [...]” Idem, sessão de 24 de Agosto de 1788, fl. 88v.

⁴⁰⁹ “Despendeo com a obra da caza do despaxo como se vê da arematação da mesma duzentos mil réis – 200.000. [...] Com o asentar da capella da caza dos despaxo e com o docel que se [truncado] de madeira para o trono sinco mil trezentos e quarenta réis - 5.340” PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1788 – 1798, número de fólhos truncado.

⁴¹⁰ “O coadro, emtalhado e toda a mais pintura fique a arbitrio do irmão Jozé de Souza de Cravalho que se espera da su[a] recta comciência elle em tudo se portará com[o] católico e verdadeyro irmão” PRQBRB, *Livro de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba*, 1762 – 1824, sessão de 4 de Dezembro de 1788, fl. 89.

⁴¹¹ “Nesta apareceo hum requerimento dos pedreiros que fizeram a obra da capella Francisco Velles e Jozé Gomes Cordeyro pedindo os quizerem favorecer com huma esmolla por terem perdido na dita obra e por todos foy votado se lhe desse a cada hum des alqueres de trigo” Idem, sessão de 20 de Dezembro de 1788, fl. 90.

profissionais e o real custo da obra é reflexo de um aumento dos preços dos produtos motivado pela grande riqueza da vila.

Em 1789, José de Sousa Carvalho recebeu o primeiro pagamento da pintura, 150.000 réis, apesar de se referir na documentação que a obra ainda estava por fazer⁴¹². A Irmandade tinha urgência em acabar a capela nesse mesmo ano de 1789 tendo mandado fazer as grades em ferro para o portal. Esta obra, que se pretendia de grande qualidade, foi adjudicada a António José Rolim, da cidade de Évora, fundidor cuja obra era sobejamente conhecida nas vilas vizinhas⁴¹³.

Em 1790, executou-se nova campanha de obras, desta vez uma reforma na tribuna e no retábulo da capela-mor⁴¹⁴.

A Capela do Santíssimo Sacramento é de facto a jóia deste período, tanto por ser uma manifestação de riqueza da classe vitivinicultura dominante da vila, como pela ideologia que encerra.

Esta capela substituiu a anterior dedicada a Nossa Senhora da Conceição, fundada no ano de 1644 em plena Guerra da Restauração. Esta capela possuía assim um forte valor simbólico e propagandístico já que este orago será a padroeira do Portugal Restaurado, da nova dinastia dos Braganças e protectora face ao inimigo castelhano. Como verificámos, em 1785, a Irmandade decidiu retirar da capela-mor o Santíssimo Sacramento e colocá-lo numa capela à

⁴¹² “Determinarão se desse a Jozé de Souza de Cravalho dos quatrocentos mil réis cento e sincoenta [e sete = *razurado*] mil réis à conta do que se há de fazer na capella do Sacramento e o mais que se empregace em damasco pella forma que está ajustado”. Idem, sessão de 16 de Setembro de 1789, fl. 90v.

⁴¹³ “Detriminaram que como lhe era preciso comcloir no modo possível a capella do Santícimo Sacramento pera o que lhe era neceçário humas grades e varam pera a lâmpada e tudo de ferro em melhor e mais durável e para que se fizece co’mais comodidade tinham percedido notícias públicas para se çaber quem as fazia melhor e mais baratas e depois de muitos lanços apareceo António Jozé Rolim, da Cidade de Évora, mestre ferreiro, que na opinião de todos era bem conhecida a sua verdade e emtereza que tinha praticado nas obras das terras sicrovizinhas e fes o último lansso de vinte e sinco moedas de ouro ordinárias para a dita obra na forma do risco e apontamento fazendo fielmente tudo com a mayor profeyção e fortaleza pondo nesta terra por sua comta e risco asestindo a se asentar dando na mão a xaves. E a Irmandade só será obrigada a dar-lhe o sonbo neceçária e hum pedrero para lhe abrir o buracos e os mais que forem persizos para o ajudarem e os andames convinientes e tudo o mais será por sua conta e de como assim se obrigou a tudo comprir athé o fim do mês de Junho aqui assignou e foy fiador Francisco Miguel Cordeyro que também assignou” Idem, sessão de 14 de Novembro de 1789, fl. 91. “Que se dese ao mestre da obra das grades pera o altar do Santícimo Sacramento António Jozé Rolim da Cidade de Évora pelo auomento que fes nellas catorze mil e quatrocentos réis e por não aver mais couza alguma mandaram fazer este termo que todos asinaram e eu Bento Martins Panasco de cargo escrevam da menza o escrevim” Idem, sessão de 14 de Julho de 1790, fl. 92v.

⁴¹⁴ “Despendeo com o concerto da tribuna seis mil novecentos e quarenta – 6940. Despendeo com o concerto do retábulo da capella mor seis mil e outenta – 6.080” PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1788 – 1798*, despesa do ano 1790 - 1791, fl. 9.

parte, adoptando a simbologia de combate que aquele espaço detinha no imaginário colectivo. Contudo, o inimigo a combater deixara de ser os espanhóis para ser os inimigos da fé e dos dogmas da Igreja Católica.

No tecto, quatro medalhões representam as quatro Virtudes Cardeais. Ao centro do retábulo da capela, a componente fundamental ideológico da capela: a tela da autoria de José de Sousa de Carvalho representando o *Triunfo do Santíssimo Sacramento sobre a Heresia*.

Na tela, pode-se observar em cima o cálice com a hóstia consagrada iluminando o globo terrestre numa glória de anjos. Defende-se a Fé, como a verdadeira luz do Mundo, e não a ciência, como defendiam as classes iluminadas. Do lado direito, a Fé Católica e o Amor Espiritual da alma aclamam a hóstia consagrada como salvadora do Mundo. À esquerda, a Virgem Maria, personificação da própria Igreja, ajoelha-se perante o Corpo de Deus. Em baixo estão inúmeras santas mártires que pela sua fé morreram e atingiram a santidade.

Mas o pormenor mais interessante desta composição está fora do ambiente celeste. Em baixo, num ambiente mais escurecido, uma mulher horrível vestida de farrapos e envolta em serpentes foge apavorada do Santíssimo Sacramento. Pretende simbolizar a Heresia, ou seja, os pensamentos que atacam e discutem as leis e os dogmas da Igreja Católica.

A Heresia foge levando consigo os hereges, dois homens letrados que se fazem acompanhar com os seus livros. Em segundo plano, observa-se um corrimão de uma escadaria nobre com balaustradas, apontamento que pretende demonstrar que os heréticos estavam entre os ricos que viviam nos palácios.

José de Sousa Carvalho baseou esta composição numa gravura romana do século XVIII, como Túlio Espanca observou. Contudo, sabemos que a escolha por esta gravura não foi da Irmandade do Santíssimo Sacramento, mas sim do próprio pintor, a quem a Irmandade delegou o poder de decisão.

A escolha por esta composição pretende criticar directamente uma elite cultural que vivia em Borba nos seus ricos palácios, enriquecida ao longo de gerações pelo cultivo do vinho⁴¹⁵, e que, por terem acesso à educação e à leitura, discutiam e punham em causa algumas leis da Igreja. De facto, nesta época, surge por toda a Europa o movimento intelectual do Iluminismo que defendia a razão como fundamento de todas as acções do Homem. Na realidade, Borba também experimentou deste movimento como se pode observar pela ideologia da Fonte das Bicas⁴¹⁶, dos novos Paços do Concelho e da tentativa de ordenar racionalmente toda a parte oriental da vila.

⁴¹⁵ Cf. BORBA, Gabinete Técnico Local, *Op. Cit.*, 2001b, pp. 35 a 37.

⁴¹⁶ Cf. SIMÕES, João Miguel, *A Fonte das Bicas*, 2002.

José de Sousa Carvalho, ao escolher esta gravura, pretendeu demonstrar, através de uma obra de arte, que a salvação estava na Fé, nos dogmas da Igreja e a perdição nos intelectuais ligados à riqueza e à literatura. Esta mensagem de propaganda populista deverá ter sido do agrado dos inúmeros excluídos da riqueza do vinho, já que, nos finais do século XVIII, a riqueza começava a estar menos bem distribuída, aparecendo nesta época grandes palácios de grandes produtores, como são exemplo o Palácio dos Melos, Morgados Cardoso e outros.

6.13. Terceiro ciclo de riqueza: 1804 - 1820

A Capela do Santíssimo Sacramento foi a pérola das campanhas de obras e enriquecimento artístico que a igreja recebeu na vintena de 1770 a 1790. Contudo, como podemos observar pelo quadro da receita da Santa Casa da Misericórdia, desde 1785 que a situação económica da vila não era muito boa. Os níveis de riqueza estavam desde esta data nos mesmos níveis que na vintena 1750-1770, ou seja, apesar de bons, não chegavam para grandes empreendimentos artísticos. Assim, logo no ano de 1790, encontramos referência à necessidade de contenção nas despesas. Ironicamente, a Irmandade cortou nas despesas dos ofícios divinos⁴¹⁷, que deveria ser a sua principal função. A produção artística sobrepunha-se cada vez mais à religiosa que se ia tornando num pretexto para a decoração e enriquecimento de igrejas e capelas.

Por esta razão, a produção artística na década de 90 será quase nula. A Irmandade apenas procedeu a pequenas obras de manutenção da igreja e a acabamentos na Capela do Santíssimo Sacramento⁴¹⁸.

Só nos primeiros anos do século XIX irá ocorrer nova recuperação da produtividade e da riqueza da Irmandade. Esta recuperação iniciou-se em 1797, mas apenas em 1804 se pode observar os seus reflexos na produção artística da Igreja de São Bartolomeu. Neste ano, a Irmandade do Santíssimo Sacramento irá encomendar uma das pérolas da igreja, um dos seus principais motivos de interesse que a notabiliza ao nível nacional: o órgão do mestre António Xavier Machado Cerveira, organheiro real do príncipe regente D. João.

Neste ano de 1804, talvez por intermédio do organista da Irmandade José Palmeiro Tenreiro⁴¹⁹, o mestre Machado Cerveira foi contactado para efectuar um órgão para a Igreja de

⁴¹⁷ Cf. PRQBRB, *Livro de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba*, 1762 – 1824, sessão de 2 de Novembro de 1790, fl. 93v.

⁴¹⁸ Reparação dos telhados da Igreja em 1791/92, aquisição de janelas para a capela em 1795/96, aquisição de ornamentos para uso na capela em 1796, portas novas para a Igreja em 1799.

São Bartolomeu de Borba, tendo recebido como adiantamento 400.000 réis⁴²⁰. Em 1806/7 Machado Cerveira recebe novo pagamento de 300.000 réis⁴²¹ e em 1808 o órgão estava concluído tendo sido nesta data assente. O pintor borbense Manuel Carvalho, presumivelmente filho de José de Sousa de Carvalho, fez os trabalhos de acabamento de pintura e o mestre Machado Cerveira recebeu o remanescente, ou seja, 142.900 réis⁴²².

Para a inauguração do órgão, foi escolhido o dia do Corpo de Deus para se fazer uma grande celebração que, decerto, encantou a comunidade da vila de Borba. Para uma melhor espectacularidade, a Irmandade do Santíssimo Sacramento encomendou simultaneamente três composições musicais a dois dos melhores compositores portugueses da época, João José Baldi e frei José Marques e Silva, natural de Vila Viçosa, para serem tocadas no dia da inauguração do órgão do mestre Machado Cerveira⁴²³. Para a execução da música foi escolhido o organista José Tenreiro Palmeiro⁴²⁴.

⁴¹⁹ Recebeu 91.060 réis por ter tocado música na Igreja de São Bartolomeu no ano de 1804. Cf. PRQBRB, caixa 14, *Recibos emitidos à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba no Ano de 1804*.

⁴²⁰ “Recebi do senhor João António Queirós como thezoueiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de São Bartholomeu da villa de Borba [qu]atrocentos mil réis em princípio de [pagamento=*truncado*] do órgão que estou fasendo para a mesma Irmandade os qua [es le=*truncado*] varei em conta no último ajuste de contas que tiver do mesmo [órgão=*truncado*] e por estar entregue da dita quantia passei a presente. Borba, 8 de Junho de 1804. a) António Xavier Machado Cerveira.” *Ibidem*.

⁴²¹ Cf. PRQBRB, caixa 11, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1802 – 1817, despesa do ano de 1806 – 1807, número de fólio truncado.

⁴²² Cf. *Idem*, despesa do ano de 1807 – 1808, número de fólio truncado. “apontarão todos que visto estar prompto o órgão que está emcomendado e ajustado à três annos, com o organeiro de Sua Alteza, António Xavier Maxado Serveira, morador na Cidade de Lisboa, se mandace este conduzir na forma do ajuste selebrado com o ditto organeiro como se vê da procuração que o mesmo fez para selebrar o ditto ajuste” PRQBRB, caixa 10, *Livro de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba*, 1762 – 1824, sessão de 31 de Janeiro de 1808, fl. 126.

⁴²³ Cf. PRQBRB, caixas 20, 21 e 22, *Vésperas do Santíssimo Sacramento e Matinas do Santíssimo Sacramento* de frei José Marques e Silva e *Missa em Ré Maior* de João José Baldi. Todas estas composições foram organizadas, a pedido do GTL de Borba, pelos docentes da Faculdade de Évora, Prof Dr. Rui Vieira Nery, Prof. Dr. Manuel Morais, Dr. João Pedro d’Alvarenga e Dr. João Vaz.

⁴²⁴ “E logo determinarão que sendo emdespençável para a conservação do órgão que esta Irmandade acaba de comprar e para se fazerem as funções da mesma Irmandade e o mais cómodo e solenidade, se ouvece de eleger hum organista que tendo todo o conhecimento percizo para eleger hum organista que tendo todo o conhecimento percizo para cuidar na concervaçam do mesmo órgão e igualmente se obriga a cuidar nas festas que a ditto Irmandade costuma fazer pello anno adiante, que são as seguintes, Santa Bárbara, Conceiçam, Matinas de Quinta Feira Santa, Missa desse dia, a função de Quinta Feira Santa, com tudo o que lhe pertence, Domingo de Páscoa, Asumpção, Festa do Sacramento, na qual averá vésperas, Matinas e a festa de todo o dia, findo esta e todas as mais capellas e a última com vozes dobradas e para este fim ellegerãocom todos os voltos [*rasura*] digo voltas ao Reverendo Jozé Tinreiro Palmeiro nos concederem nelle todos os requezitos necessários, para o perfeito dezempenho ditto que fica dito, e pello seu trabalho e para poder satisfazer todas as obrigaçoens que aqui se lhe empoem. Votarão se lhe dece em trigo secenta alqueires e em dinheiro setenta mil réis e que deste mesmo partido seria obrigado a pagar a Vicente Ferreira doze mil e oitocentos réis para este suprir as faltas que o ditto reverendo poderá ter ficado bem emtendido que o ditto Reverendo Tenreiro se obriga a aceitar em tudo

Frei José Marques e Silva († 1837) e João José Baldi (1770 – 1816) são figuras importantes no meio musical barroco português. Este último, mais conhecido, foi discípulo do grande mestre João de Sousa Carvalho (1745-1798), figura natural de Estremoz que poderá ser parente (talvez irmão) do pintor borbense José de Sousa Carvalho. João José Baldi notabilizou-se por ser mestre da capela das Sés da Guarda e de Faro e da Capela Real da Bemposta, em Lisboa. Compôs a música do drama *Ulisses libertado* que representou em 1808 celebrando a retirada dos franceses⁴²⁵.

Ambos foram protegidos pelo 2º marquês de Borba, 14º conde de Redondo, D. Fernando Maria de Sousa Coutinho Castelo Branco e Meneses (1776-1834), longínquo descendente do efémero conde de Borba, D. Vasco Coutinho. Não sabemos contudo se os marqueses de Borba tiveram qualquer relação com a vila (já que viveram toda a sua vida em Lisboa), ou com a poderosa Irmandade do Santíssimo de São Bartolomeu, ou na encomenda das composições musicais (que não aparecem arroladas nos livros de contas, indiciando um pagamento exterior).

Nos anos seguintes, a Irmandade continuou a demonstrar a sua riqueza e superioridade na vila. Em 1811, foi adquirida em Lisboa uma lâmpada de prata⁴²⁶ e em 1814 colocou-se um guarda vento na porta principal feito à imagem do guarda vento da Igreja das Maltesas de Estremoz⁴²⁷. Infelizmente, este guarda vento já não existe tendo sido substituído por outro exemplar também com algum valor, em 1882. A ostentação desta superioridade levava a que a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu desse dinheiro às outras fábricas da vila, nomeadamente à da Matriz e à da Misericórdia. Estas ofertas eram apenas simbólicas (2.630 e 4.530 réis respectivamente)⁴²⁸ e serviram para demonstrar a riqueza da mais importante irmandade da vila.

De 1817 data a última das obras documentadas nos ricos arquivos da Irmandade do Santíssimo Sacramento, o trabalho de estuque decorativo da torre sineira, obra disputada entre vários mestres pedreiros e arrematada por Joaquim José Babão, por 60.000 réis, menos de

que pertencer as festas que esta Irmandade costuma fazer no que pertence à cantoria” PRQBRB, caixa 10, *Livro de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 – 1824, sessão de 10 de Abril de 1808, fls. 127 a 128.

⁴²⁵ Cf. BRANCO, João de Freitas, *História da música portuguesa*, 3ª Ed., 1995, pp. 212 e 221.

⁴²⁶ “Detreminarão mais se acabase a banquetta e sacras para a capela do Santíssimo Sacramento e que se mandase vir de Lixboa huma alampada pera a mesma capela e igoalmente se mandase fazer hum reposteiro de pano encarnado para a porta principal e que se venda o trigo”. PRQBRB, caixa 10, *Livro de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 – 1824, sessão de 8 de Dezembro de 1811, fl. 134v.

⁴²⁷ “Detriminaram mais se fizese humguarda vento pera a porta principale qu[e]se fizese conforme o que está na Igreja das Religiozas Maltezas de Estremos” Idem, sessão de 17 de Dezembro de 1814, fl. 143v.

⁴²⁸ Cf. PRQBRB, caixa 11, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1802 – 1817, despesa do ano 1812 – 1813, e 1813 – 1814, número de fólio truncado.

metade da base de licitação⁴²⁹. Esta disputa entre vários mestres e a descida abrupta do preço do trabalho pode denunciar a entrada numa época de crise.

De facto, o início do século XIX esteve marcado pela Guerra Peninsular com três invasões do exército francês e a ingerência inglesa até 1820 que teve como objectivo destruir os meios de produção portugueses obrigando a coroa a ceder o comércio do Brasil. Em 1820, ano da Revolução Liberal, entra-se num período conturbado que durará até 1851, cheio de guerras civis, instabilidade, revoluções e golpes de estado. Neste ano de 1820, regista-se nos arquivos da Irmandade o fim de uma época de prosperidade tendo as suas receitas diminuído consideravelmente⁴³⁰.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento permaneceu como a gestora e proprietária da Igreja de São Bartolomeu de Borba ao longo de todo o século XIX. Contudo, esta instituição nunca mais recuperou o seu prestígio e importância económica e social. Este declínio resultou, em nosso entender de duas razões culturais. O primeiro decorre do afastamento generalizado da população em relação da igreja. A elite governativa do Portugal oitocentista era constituído por uma burguesia capitalista que pouco ou nada dava à Igreja. Os seus lucros eram aplicados na produção de mais lucros seguindo a filosofia capitalista. Apesar de se ter vivido em Borba, no período entre 1851 e 1895, uma época de riqueza e prosperidade, tal abundância não se reflectiu em doações à Igreja como acontecera no passado. Alíás, esta burguesia, apesar de católica e admiradora dos valores do Antigo Regime, era a também responsável pela confiscação dos bens dos Conventos que deveriam passar a servir os seus interesses

⁴²⁹ “Aos cinco dias do mez de Junho de mil oitocentos e dezasete juntos em menza o reitor, escrivão e mais menzários e mais bem assim os mestres alvineos Bernardino Caripa, João Duro, Poríbio Jozé Paínho, Manuel Lourenço, os quais forão convocados chamados para se lhe dar a obra seguinte a quem por menos fizesse que hé goameser e estucar a torre toda da simalha para sima e da simalha para baixo remendada e retocada ahonde lhe faltar a guarnição e estiver mal sigura e o mesmo se fizesse em toda a circunferência da Igreja assim como lavar e branquiar toda a cantaria que goarnese a dita torre e circunferência de toda a Igreja e a crus que lhe está em frente assim como cayar a dita torre e Igreja com três holhus hum e cal preta e doi[s] de cal branca e para tudo se obrigávão os Menzários a dar só a cal e areya, o ocre e o pó de pedra e postos en concurço a quem por menos a fizesse dise Poríbio Jozé Paínho a fazia por 150\$000 réis e dipois Joaquim Babão disse a faria por 80\$000 réis, dipois Manoel Lourenço dice a fazia por 75\$000 réis, dipois Joaquim Babão dise que a fazia por 70\$000 réis, dipois Manoel Lourenço dise a fazia por 65\$000 e ultimamente Joaquim Babão dise a fazia por 60\$000 réis e por não haver quem por menos a fizesse todos os menzários uniformemente detreminarão se dese a este Joaquim Jozé Babão pela dita quantia de sesenta mil réis com obrigação de estar a dita obra feita athé último dia do mez de Junho de mil oytocentos e dezaseis e o dito se obrigou a fazer a dita obra em o detriminado tempo para o que obrigou sua pesoa e bems e asignô este termo e obrigação e para constar mandarão fazer este auto que todos asignarão e heu escrivão da Irmandade que u sobre escrevi” PRQBRB, caixa 10, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1762 – 1824*, Sessão de 5 de Junho de 1817, fls. 150v. a 151.

⁴³⁰ “vista a demunuição que esta Irmandade espermentou nas suas rendas visto estas serem de trigo que tem bachado a deminuto preço” Idem, Sessão de 28 de Maio de 1820, fl. 158.

económicos. Este fenómeno não é específico de Borba, mas sim comum a toda a Europa Católica.

O segundo factor resulta da importância que o culto do Senhor dos Aflitos ganhou, em Borba, no século XIX. A comunidade voltou-se então para a Irmandade da Venerável Ordem Terceira e para o seu oratório, passando esta a ganhar maiores atenções.

O afastamento da sociedade portuguesa da Igreja Católica teve como expoente máximo as medidas anti-clericais da I República (1910-1926). Logo em 1911 promulgou-se a Lei de Separação do Estado da Igreja que confiscou todos os bens à Igreja Católica e retirou-lhe personalidade jurídica. No dia 6 de Agosto de 1911 a Repartição de Finanças de Borba procedeu ao arrolamento e inventariação dos bens da Igreja de São Bartolomeu que passaram para a posse do Estado⁴³¹.

Contudo, com o golpe que introduziu o Estado Novo no dia 28 de Maio de 1926, acabou o ambiente anti-clerical. O novo regime promulgou o Decreto n.º 11887 de 6 de Julho desse ano que, através dos seus artºs 10º e 11º permitia que as Fábricas Paroquiais recuperassem o seu património em uso e administração, permanecendo o Estado com a propriedade nominal. A Fábrica Paroquial da Igreja de São Bartolomeu de Borba recuperou esta posse parcial com o auto de entrega celebrado em 31 de Outubro de 1928⁴³², que cumpriu a Portaria n.º 5565 de 25 de Agosto assinada pelo Ministro da Justiça e dos Cultos.

Em 1940, com a assinatura da Concordata entre o governo português e a Santa Sé, promulgou-se o Decreto-lei n.º 30.615 de 25 de Julho, que através do seu artº 44º, devolvia a posse plena dos imóveis que haviam sido cedidos à Igreja a título de uso e administração. A Igreja de São Bartolomeu passou assim neste ano a pertencer à Fábrica da Igreja Paroquial.

7 O CONVENTO DAS SERVAS

Apesar de ser o monumento mais imponente da zona antiga da vila, de ser, em parte, propriedade do Estado e de estar classificado como *Imóvel de Interesse Público* pelo Decreto n.º 33.587 de 27 de Março de 1944, o Convento das Servas encontra-se em avançado estado de degradação e abandono provocado pela falta de acompanhamento e utilização conveniente nos últimos 50 anos.

O culto a Nossa Senhora neste local remonta a muito antes da fundação do convento. Frei Agostinho de Santa Maria relata-nos que pela época em que a Virgem apareceu onde hoje se

⁴³¹ ADGP, Concelho de Borba, Freguesia de São Bartolomeu, Arrolamento de 6 de Agosto de 1911.

⁴³² ADGP, Concelho de Borba, Freguesia de São Bartolomeu, Auto de posse de 31 de Outubro de 1928.

encontra a Matriz, também apareceu a uma filha de um oleiro indicando-lhe a localização de um tesouro.

O tesouro encontrado nas imediações da *Villa Romana da Cerca*, custeou a construção de uma pequena ermida. Esta igreja quatrocentista esteve ao cuidado de uma irmandade de mulheres intitulada das Servas de Nossa Senhora⁴³³.

A comprovar a antiguidade desta invocação existe ainda hoje a imagem quatrocentista de Nossa Senhora da Purificação (actualmente na Igreja da Venerável Ordem Terceira), patrona da referida Irmandade e descrita no século XVIII por frei Agostinho de Santa Maria: *hé de pedra, como fica dito, estofada ao modo antigo, & ornada de flores de ouro. Tem o Menino Jesus sentado sobre o braço esquerdo, o qual está pregando com a mão esquerda pelo pescoço a hum pombinho, que a Senhora sustenta pelos pés com a mão direyta. E daquy infiro eu, que a dar-lhe o título de Purificação, foy pelo pombinho*⁴³⁴.

A Irmandade de mulheres tornou-se num convento por disposição testamentária datada de 1598 do padre mestre Pedro Caldeira, que deixou todos os seus bens à Ordem de São Francisco. A Câmara Municipal cedeu os terrenos do actual Terreiro das Servas e, em 1604, lançou-se a primeira pedra do convento, sob o padroado do Duque de Bragança, D. Teodósio II.

Em 1643/4, a obra de construção do imóvel ainda decorria como demonstra o único livro de receita e despesa do convento guardado na Biblioteca Pública de Évora⁴³⁵.

As primeiras freiras entraram na clausura apenas em 1645 vindas do Convento das Chagas de Vila Viçosa. Em 1650, refere-se num contrato notarial que a Madre Soror Jerónima do Espírito Santo era a abadessa fundadora do Convento das Servas⁴³⁶.

Durante a campanha de D. Juan de Áustria, em 1662, o convento sofreu diversos estragos, tendo recebido de D. Afonso VI, em 1665, algum dinheiro para reparações.

Ao longo do século XVII e XVIII, o Convento recebeu inúmeras campanhas arquitectónicas e artísticas. No ano de 1676, refere-se numa escritura notarial que a noviça Violante havia mandado fazer a grade de ferro que separava a capela-mor do resto da nave⁴³⁷. Esta grade ainda existe, apesar de ter sido retirada do seu local original numa intervenção infeliz. Seria de todo conveniente proceder à sua recolocação.

⁴³³ Cf. SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Op. Cit.*, pp. 190 e 191.

⁴³⁴ Idem, *Op. Cit.* p. 192.

⁴³⁵ Cf. BPE, Convento das Servas de Borba, Livro 7, *Livro de Receita e Despesa do Ano de 1643 para 1644*.

⁴³⁶ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 8, fl. 89v

⁴³⁷ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 25, fls. 54v a 61v.

A 23 de Novembro de 1677, o mestre de obras Lázaro Moniz contratou-se⁴³⁸ com a Madre Soror Margarida de Jesus, para lhe construir uma habitação própria por cima do parlatório, a denominada “Casa das Falas”. Esta habitação, que separaria a freira das restantes que utilizavam o dormitório, tinha vista para o Terreiro da Fonte das Servas. Ficou acordado que o preço desta construção seria de 70.000 réis e que estaria pronta em Março ou Abril do ano de 1678. Lázaro Moniz trabalhava na época na obra da construção da vizinha Igreja e Consistório da Venerável Ordem Terceira.

Este tipo de intervenção, em que se procedia à construção de uma habitação independente para uma ou mais freiras dentro do convento, não é inédito. De facto, anos depois, por contrato celebrado a 3 de Agosto de 1685, o Cavaleiro da Ordem de Cristo, Pedro Mexia Souto, mandou o mestre pedreiro Manuel Rodrigues Mourão fazer uma habitação independente para morada das suas cinco filhas que tinha no Convento das Servas⁴³⁹.

Esta habitação, situar-se-ia sobre a botica e possuía chaminé e cozinha próprias, varanda para o claustro, escadas interiores, telhado em madeira de Portalegre e todas as comodidades para as cinco irmãs. Esta obra custou a Pedro Mexia Souto a quantia de 135.000 réis.

De igual forma, em 1699, Francisco Barradas mandou fazer um anexo semelhante no lado Norte do Convento. Esta obra coube ao mestre pedreiro Manuel Martins Silvério que cobrou 135.000 réis⁴⁴⁰.

Em 1733, temos a informação, por um contrato assinado a 18 de Junho desse ano, que a madre abadessa Soror Ana Maria do Sacramento mandou os mestres pedreiros Pedro Nunes e Domingos Nunes, caiarem e rebocarem os alçados Sul e Oeste do convento. O preço acordado foi 230.000 réis e a obra teria que estar concluída em Outubro desse ano⁴⁴¹.

Do ponto de vista arquitectónico, o edifício segue os cânones dos conventos femininos, iniciados por Santa Clara de Santarém, em que a igreja não possui fachada frontal, como as restantes igrejas, mas sim, uma discreta entrada lateral para a população aceder ao ofício divino. O Convento das Servas possui uma característica singular, já que tem duas portas de acesso à igreja e não uma como é corrente. O brasão de armas de Portugal com uma inscrição de 1750 foi aí colocado posteriormente e não documenta a elaboração da igreja nem do convento.

A simplicidade da fachada pretendia contrastar com a riqueza do interior, hoje muito despojado, mas onde abundavam as pinturas, a talha, os azulejos, as telas, a paramentaria, a ourivesaria, etc.

⁴³⁸ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 24, fl. 4v.

⁴³⁹ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 34, fls. 33v a 35.

⁴⁴⁰ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 51, fls. 92v a 94.

⁴⁴¹ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 108, fls. 96 a 97.

Este contraste interior / exterior é intencional e comum à maioria dos conventos femininos portugueses, já que é uma metáfora à dualidade corpo / alma da religiosa. Tal como a igreja do seu convento, a freira era austera e pobre no exterior (corpo), mas maravilhosa no seu interior (alma).

No interior, residia portanto a maior riqueza patrimonial. Infelizmente todos os objectos móveis do convento foram retirados numa pilhagem desenfreada que o edifício sofreu entre a extinção e 1950, com contornos ainda hoje por explicar. Actualmente, apenas existem no seu interior as pinturas murais decorativas e os altares em alvenaria ou estuque por ser património de quase impossível deslocação. O grande retábulo em talha, muito degradado também permaneceu no seu local original pela impossibilidade de ser transaccionado integralmente.

Do património móvel do convento guarda-se em Lisboa, no Museu de Arte Antiga, um jarro e respectiva bacia em cobre esmaltada, obra chinesa de grande valor que está na exposição permanente da colecção oriental.

A parte conventual está, a nível estrutural, em bom estado de conservação, apesar de transformada em fábrica de pimentão e de ter desaparecido todo o seu recheio artístico. Na Rua do Convento das Servas, que antigamente fazia a ligação à estrada da Orada, encontrava-se a Portaria do Convento composta por três arcos que actualmente estão tapados. Falta identificar o Dormitório, o Refeitório e as restantes divisões que faziam o quotidiano conventual. Contudo, porque o Convento não foi muito adulterado a nível arquitectónico, será possível reconstituir a sua organização interna primitiva.

O interior da igreja chegou-nos até hoje no que Túlio Espanca classificou de *uma nudez impressionante e austera*⁴⁴². Destacam-se os azulejos de maçarocas, datáveis de meados do século XVII, o grande retábulo em talha e a pintura mural do abobadamento.

A cabeceira da igreja encontra-se muito elevada em relação à nave, devido a ter sido construída sobre um pódium para o qual se acede através de uma escadaria nobre em mármore. Esta encontra-se ladeada por uma balaustrada também em mármore com balaustres pintados e dourados. O retábulo em talha dourada é um valioso exemplar da arte proto-barroca, sendo datável da segunda metade do século XVII. Graças ao pódium onde acenta, este retábulo ganha uma grande monumentalidade na igreja, conseguindo assim atrair as atenções dos fiéis. O retábulo acenta num sotobanco em mármore decorado com losângulos negros sob fundo branco. O frontal de altar também é em mármore branco polido. O banco do retábulo é em talha

⁴⁴² ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 132.

dourada decorada com acantos e folhagens num desenho ainda muito pouco relevado, tendo ao centro o sacrário que deverá ser do século XVIII.

Este tipo de retábulo marca a passagem do “epi-maneirismo” para o “barroco nacional”. No maneirismo (finais do século XVI e primeira metade do século XVII), os retábulos em talha eram estruturas arquitectónicas com pequenos nichos para imagens ou com molduras para pinturas, unicamente encostadas à parede da cabeira da igreja. No “barroco nacional” (finais do século XVII), os retábulos abandonam os elementos arquitectónicos e classicistas e são concebidos com profundidade devido à introdução do trono para a exposição do Santíssimo Sacramento. Devido à introdução deste elemento, nasce a necessidade de criar capelas-mores muito mais profundas e de conceber o retábulo com um camarim.

O retábulo das Servas possui assim uma estrutura arquitectónica própria do final do maneirismo, com a sua divisão em três eixos, divididos por quatro colunas estriadas de capital coríntio. Nos eixos laterais observamos os típicos nichos pouco profundos para albergar imagens de vulto, suplantados por duas molduras que enquadravam pinturas hoje desaparecidas. No sótão do edifício dos Paços do Concelho, a par de outras telas provenientes do Palácio dos Melos, existe uma tela da mesma época representando Santo António e São Boaventura, ambos santos franciscanos, que pode ter vindo do retábulo da capela-mor do convento.

Contudo, no eixo central, observamos um enorme vão que abre para o camarim onde está o trono em talha dourada. Este é um elemento que apareceu nos retábulo em talha dourada apenas no último quartel do século XVII. Vendo a cabeira da igreja a partir do exterior, vemos que a introdução do trono implicou a construção de um pequeno acrescento estrutural. Ou seja, no primitivo projecto do Convento das Servas, concluído em 1645, não estava previsto um retábulo com trono, mas antes um retábulo meramente arquitectónico. O trono deve ter sido portanto um acrescento ao projecto inicial concebido por volta de 1670, quando o convento sofreu uma reforma em consequência da invasão de D. Juan de Áustria.

O remate do retábulo mantém o formulário maneirista, com um frontão semicircular com um medalhão ao centro com o Padre Eterno, ladeando por trompas triangulares decoradas com folhagens. O retábulo das Servas revela alguma afinidade com o retábulo da capela-mor da Igreja de São Roque de Lisboa (Jesuítas), exemplar que influenciou inúmeros outros retábulos por todo o país ao longo do século XVII.

Lateralmente, abrem-se as capelas da venerável Ordem Terceira dedicada às Almas e a de São Francisco.

Na Capela de São Francisco (lado do Evangelho) localizava-se a grande tábua seiscentista representando a Virgem, Santa Clara e São Francisco, que se encontra hoje na sacristia de São Pedro da Igreja de São Bartolomeu.

No lado oposto, encontrava-se a Capela das Almas onde se sediou a Irmandade da Venerável Ordem Terceira em 1672. Possui ainda hoje esta capela um retábulo com uma tábua pintada imitando tecidos. Esta pintura serviria de pano de fundo a um Calvário com um crucifixo grande, a Virgem e São João Evangelista. Este Calvário ainda existia em 1911.

Sobre a pintura do tecto, encontrámos o contrato notarial que a documenta⁴⁴³. No dia 1 de Setembro de 1732, o pintor António dos Santos, activo em Vila Viçosa, reuniu-se com as freiras do Convento das Servas e assinou o contrato que definiu com todo o pormenor a pintura do tecto da igreja: *Logo pellas ditas relligiosas foi dito a mim tabeliam e testemunhas que ellas pera aumento de o culto devino se contratarão com o dito António dos Santos pera hifeito de lhe pintar a ollio o teto da igreja e irmários da mesma com pinturas composíssimas ao moderno pondo no tecto da mesma abóbada três trages junto da capella mor hum o que há de ser ao pé da capella mor huma e outra no meio que será o Santíssimo Sacramento. Junto a elle ellevados o nosso seráfico padre São Francisco e Santa Clara e junto ao coro outra destas duas serão da evocassão que ellas sobreditas relligiozas elegerem e forem adcoados à dita obra e para mais compustará da mesma com declaração que o mais vão será pintado a óleo e com os mais serconstansios de bortesco que pedir a obra e primor da arte, de sorte que sendo vista por pessoas peritas na dita harte lhe não ponhão dúvida tanto à formolidade de pentura da obra como na callidade dos ollios e mais tintas e que esta hera a forma de seo contrato.*

O preço desta pintura ficou acordado em 120.000 réis, mas as freiras teriam de dar alimentação e habitação ao pintor calipolense.

O tecto da capela-mor também se encontra pintado, provavelmente fruto de duas campanhas pois as molduras parecem sobrepor-se umas às outras. A campanha primitiva parece ter sido composta por arquitectura fingida que envolve medalhões e molduras.

O coro-baixo está em avançado estado de abandono e degradação restando dele apenas duas pequenas capelas com pintura mural. É muito provável que por de baixo da cal das paredes se encontre pintura mural seiscentista. De igual forma, a avaliar pelas pinturas das capelas (século XIX), é provável que esta se sobreponha a pinturas mais antigas.

Ambas as capela do coro-baixo encontram-se incritas num vão de volta perfeita ladeado por pilastras em alvenaria de tijolo, reboco de cal e areia. Na parede lateral direita encontramos um

⁴⁴³ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 100, fls. 35v a 37v.

altar de intensão popular composto por três molduras com a representação de paisagem ao centro e de elementos arquitectónicos aos lados. Serviria de pano de fundo às imagens de vulto que definiam o orago desta capela. Na parede que lhe está fronteira, uma capela semelhante imitando talha dourada com um nicho falso ao centro. Também serviria de fundo a uma imagem desaparecida. Ambas as capelas, pela fraca qualidade da pintura que apresentam, poderão ter sido feitas pelas próprias freiras.

Subindo a escadaria de acesso ao coro alto encontramos no primeiro lanço uma capela dedicada ao Calvário de Cristo. Como pano de fundo temos pintada na parede a Virgem Maria e São João Evangelista que ladeam um resplendor de luz. Ao centro localizava-se um crucifixo volante que desapareceu. No intradorso do arco que inscreve a capela encontramos o Sol e a Lua e bandas laterais com pintura de brutesco e com fingimentos de mármore na base. O frontal de altar desta capela é em azulejos seiscentistas policromos de padrão de maçarocas, pelo que a capela poderá ser datada de finais do século XVII ou inícios do XVIII.

Antes de se chegar ao coro-alto, encontramos outra capela inscrita na parede do Convento. Esta capela em alvenaria rebocada e estucada é em estilo neo-clássico e possui o símbolo da Ordem Terceira. Possui ao centro um nicho (para uma imagem de vulto desaparecida) decorado com motivos vegetalistas e marmoreados. Esta capela será datável do início do século XIX.

Do coro alto também tudo desapareceu, nomeadamente o órgão que estava no lado esquerdo, o cadeiral que corria à volta da divisão, e as esculturas de vulto que ornamentavam as capelas, restando apenas as pinturas murais das paredes que não são de menor importância.

Nesta dependência existe um conjunto iconográfico de inspiração espanhola e dedicada ao tema da amizade e do amor místicos, tema muito revivido nos conventos femininos e que deverá datar de meados do século XVII. Estes medalhões baseam-se nas gravuras das edições seiscentistas das obras de Benedictus van Haeften, um místico flamengo, cuja obra escrita em latim foi diversas vezes traduzida em Castelhana, servindo as suas gravuras de inspiração a programas semelhantes em conventos de clausura. São conhecidos os conjuntos do Convento das Flamengas, do Convento de São Pedro de Alcântara, Convento da Madre Deus, todos em Lisboa e Convento do Varatojo de Torres Vedras.

Em primeiro lugar, temos do lado esquerdo, dois anjos que disparam flechas um contra o outro, estando uma cruz no meio da composição. Por de baixo podemos ainda ler: "Ama a Dios de Coração, para que se satisfaga que amor com amor se paga". Mais adiante dois anjos disputam uma asa sendo que neste medalhão a legenda é quase imperceptível. No terceiro medalhão deste lado observam-se dois anjos unidos por um pedestal, sobre o qual se lê: "La verdadera amistad tiene per mas perfeccion dos cuerpos y un coraçõ".

Por cima da grade do coro alto, na parede que abre para a igreja observam-se dois anjos caminhando de mãos dadas. Um deles aponta para o céu podendo ler-se “Es amor iman del alma cuya virtud y firmeza al cielo nos adereca”. É também visível uma cidade fortificada no meio da qual existiria uma cruz em madeira, dado que se depreende a sua localização pelos raios de luz pintados na parede.

Na parede Sul, entre as janelas fingidas temos mais dois medalhões. No primeiro, onde a legenda já está imperceptível, um anjo ajuda outro a erguer-se apontando ao mesmo tempo para o Sol. No segundo medalhão vemos um menino no meio de uma fonte donde um anjo bebe água, também com a legenda muito danificada.

Desta mesma campanha fazem parte os dois medalhões com os patriarcas da Ordem: São Francisco e Santa Clara que ladeam a parede nascente. Ao centro desta parede existia uma pequena lápide quadrada, quase de certeza em mármore que deveria datar o conjunto. Esta desapareceu fruto do abandono a que está votado o convento. Resta o seu espaço que está ladeado por pintura mural representando uma moldura com volutas douradas, ladeado por duas figuras, uma masculina aureolada com um arco e outra feminina.

Provavelmente da mesma campanha, ou sensivelmente anterior (c.1645), temos a pintada do primeiro registo do coro alto, do qual sobrevivem os painéis imitando azulejos enchaquetados que ladeiam o vão que abre para a nave da igreja. Esta pintura parece ter as marcações das “giornatas”, ou seja, das campanhas diárias do pintor, pelo que poderá ser um raro exemplar de pintura mural executada directamente sobre o estuque ainda fresco, técnica muito rara no nosso país e de grande valor.

No coro alto, após a concretização desta campanha foram introduzidos diversos acrescentos, nomeadamente capelas que devem ter saído do patrocínio das freiras a título individual.

O primeiro acrescento foi o altar do lado direito. É uma obra um pouco posterior aos medalhões do coro-alto mas é de melhor qualidade. Este altar possui está dentro de um vão com verga de volta perfeita, decorado com três medalhões. Ao centro, no fecho do arco, encontramos representada Nossa Senhora da Conceição, do lado direito um Santo Bispo que poderá ser São Brás. Do lado esquerdo encontramos São João Baptista. Estes medalhões encontram-se envoltos em brutescos compostos por ferroneries e folhagens. O frontal de altar imita através da pintura mural trabalhos de embrechados que estavam na época muito na moda na capital. Em baixo, no centro, encontra-se a data de 1691.

A representação dos três santos como crianças ou bonecos, lembra muito as telas também seiscentistas de Josefa de Óbidos onde a espírito de religiosidade feminina e beata estão bem

patentes. Também neste altar, julgamos que este tipo de representação ia de encontro ao gosto da freira que o encomendou, provavelmente uma jovem da aristocracia regional.

Em frente a este altar, abriu-se um pequeno nicho com a data de 1705. Este nicho possui uma decoração pictórica constituída por flores, pássaros e insectos, numa composição bastante popular e ingénua. No lamril, sobre um figimento de mármoreados lê-se “Lavs tva in finis terra fama virtvtis vir eivs vbique. Psalm 47”

Este nicho deveria ser uma pequena capela individual que seria cuidada por uma única freira. A avaliar pela pequena dimensão do nicho, pela ingenuidade do programa e pela fraca qualidade do pintor empregue, concluímos que tratava de uma freira de posses muito reduzidas quando comparada com a freira que mandou fazer o altar que lhe estava em frente.

O terceiro altar a ser aberto no coro-alto é aquele que se encontra do lado direito, junto à entrada desta divisão. Trata-se de um altar em alvenaria estucada e pintada a imitar o mármore. Trata-se de uma obra datável de cerca de 1760 e que pretende imitar, com recursos financeiros mais reduzidos, os magníficos retábulos em mármore que nesta época se produzia na região e que saíam do risco de José Francisco de Abreu.

Julgamos que cada um destes altares nascia do patronato de uma única freira que o cuidava toda a sua vida. Por esta razão, cada um dos altares reflete um gosto distinto e a utilização de orçamentos variados, de acordo com as posses da sua promotora. Infelizmente, os poucos documentos que deste convento se guardam na Biblioteca Pública de Évora não permite documentar com mais rigor cada uma destas campanhas.

Em 1834, com a vitória dos liberais na Guerra Civil, promulgou-se a Lei de Desamortização das Ordens Religiosas. Os conventos de frades por todo o país foram de imediato extintos e os seus bens confiscados e vendidos em hasta pública. Os conventos das freiras, por respeito à condição feminina das religiosas, foram proibidos de receberem qualquer noviça, condenando assim, a longo prazo, o convento à extinção.

Em Dezembro de 1858, procedeu-se à primeira avaliação do Convento. Neste documento descreveu-se assim o imóvel: *Compoem-se este edificio de dezenove diferentes cazas no andar térreo e além destas, igreja com sanchristia comunicada para a mesma igreja e coro, denominado de baixo, que também comunica para a igreja. No primeiro andar supperior tem dois dormitórios com diferentes repartimentos ou cellas e além destes nove cazas diferentes. E em o segundo andar tem dezeceis diferentes moradas. Tem clausura, com huma fonte e um*

*poço e tem também cerca com algumas oliveiras e outras árvores diferentes na qual há uma nora ou poço*⁴⁴⁴.

No dia 21 de Outubro de 1885, cinquenta anos depois da Lei de 1834, morreu a última freira serva, D. Joaquina Raphaela Cândida de Almeida de São José. As freiras tentaram contornar a proibição de admissão de noviças, através da admissão de “pupilas” ou “irmãs de caridade”. Esperava-se que, cinquenta anos depois da Lei de amortização das ordens religiosas, a conjuntura ideológica fosse outra e o convento pudesse subsistir. Contudo, a burguesia liberal que detinha o poder desde a Guerra Civil não abdicava das vastas propriedades dos conventos femininos. As pupilas foram expulsas e refugiaram-se no Recolhimento de Nossa Senhora das Dôres.

De facto, o Convento das Servas era dos mais ricos da região. O inventário dos seus bens, iniciado em 13 de Junho de 1887, durou até 30 de Novembro desse ano. Os avaliadores encontraram só em títulos de dívida pública 14.100.000 réis, uma verdadeira fortuna. Os bens móveis e imóveis espalhados pelos concelhos de Borba, Vila Viçosa, Estremoz, Évora, Redondo, Elvas, Fronteira, Monforte e Arraiolos foram avaliados em 11.788.535 réis. Só o edifício do convento foi avaliado em 5.000.000 de réis.

Os bens imóveis, a maioria propriedades agrícolas de grande valor, foram vendidos em hasta pública. Dos bens móveis com valor artístico, sabemos que o Museu da Academia Nacional de Belas-Artes, o actual Museu Nacional de Arte Antiga, requereu a posse de um jarro e bacia em cobre esmaltados, obra de factura oriental que actualmente está na exposição permanente deste museu, em Lisboa. Esta peça e a sua saída do convento faz ainda hoje parte do imaginário da população. Muitos borbenses lembram-se, por tradição oral, desta peça caindo já a sua história na lenda, pois é tradição local que seria de de ouro cravejada de pedras preciosas. Mas é esta mesma tradição oral que nos revela a função desta peça: serviria para o lava-pés das freiras na Quinta Feira Santa⁴⁴⁵. O auto de entrega dessa peça foi assinado no dia 7 de Maio de 1889.

A Irmandade da Venerável Ordem Terceira, perante a venda do património das Servas receou que a igreja do convento também fosse vendida e profanada, requerendo junto do governo a posse desta, da sacristia, dos coros e da torre. Para isso a irmandade solicitou apoio ao próprio Arcebispo de Évora que, a 5 de Maio de 1891, oficializou este pedido junto das

⁴⁴⁴ IAN/TT, *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, Caixa 1933, Convento das Servas de Nossa Senhora de Borba, doc. IV/II/26(10).

⁴⁴⁵ Informação prestada pelo Sr. Artur Canhão, que sem saber o destino do referido vaso, preserva a tradição oral da existência do mesmo e da sua confiscação pelo Estado, informação transmitida pela sua avó que servia como criada no Convento das Servas.

autoridades civis. Um dos argumentos foi a assinatura do velho contrato notarial de 16 de Julho de 1672 em que as freiras servas haviam cedido a capela do lado direito a esta instituição.

Pretendia a Irmandade transferir para a igreja das Servas o Senhor Jesus dos Aflitos, que já nos finais do século XIX atraía multidões a Borba. A igreja das Servas, pelo seu tamanho, estaria mais apta a receber os fiéis.

Este pedido foi aceite. Porém, no dia 6 de Agosto de 1911, no seguimento da Lei de Separação da Igreja do Estado, a igreja das Servas foi novamente arrolada e confiscada pelo Estado. Contudo, a Fábrica da Igreja Paroquial de São Bartolomeu conseguiu reaver a posse deste templo em 1928. Pela Portaria n.º 5565 datada de 25 de Agosto de 1928, e publicada em *Diário do Governo* de 28 desse mês e ano, mandou o Ministro da Justiça e dos Cultos que a Igreja de São Bartolomeu, a Igreja do Hospício de Nossa Senhora da Soledade e a Igreja das Servas, com todos os seus objectos móveis, passassem em uso e administração para a corporação encarregue do culto católico em Borba, nos termos do Art.º 10º e 11º do Decreto n.º 11.887 de 6 de Julho de 1926.

Estas igrejas, permaneciam sob propriedade do Estado, mas passavam a estar afectadas à Igreja Católica. Em 1940 com a assinatura da Concordata e com a promulgação do Decreto Lei 30.615 de 25 de Julho de 1940, passaram estas igrejas para a posse da Fábrica da Igreja de São Bartolomeu, cumprindo o disposto no Art.º 44º deste diploma.

Contudo, esta mesma lei ressalvava os imóveis classificados como Monumentos Nacionais ou de Interesse Público ou que viessem a ser classificados nos próximos cinco anos (Art.º 41º). De facto, a igreja, coros, torre e claustro vieram a ser classificados como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 33.587 de 27 de Março de 1944.

Não sabemos se a classificação deste imóvel se deveu a um acto intencional de retirar à Fábrica da Igreja de São Bartolomeu a propriedade da igreja do Convento das Servas.

A Igreja das Servas permaneceu sob propriedade do Estado com afectação à Igreja que aí celebrava o culto católico.

No entanto, um padre viria a enforçar-se no seu interior, o que segundo a lei canónica interdita o culto no templo. A igreja fechou e entrou numa espiral de abandono. Terá sido entre 1950 e 1978 que grande parte do património móvel das Servas se perdeu.

A actual situação de impasse com conseqüente degradação do património resulta desta situação. A igreja perdeu a sua função cultural, pelo que apenas a reconversão do espaço num auditório para manifestações de alta cultura poderá salvar o monumento.

8 A IGREJA DO SENHOR JESUS DOS AFLITOS

Esta igreja pertencia originalmente à Venerável Ordem Terceira de São Francisco, uma congregação aberta a toda a população, ao contrário do que acontecia com as outras irmandades e confrarias restritas a grupos sociais ou a profissões. Esta democratização do acesso fará com que tenha uma grande aceitação dentro da população canalizando grandes receitas para a instituição.

A igreja desta Irmandade encontra-se acoplada ao Convento das Servas e é por vezes interpretada como fazendo parte da mesma unidade do convento, embora sejam dois templos distintos, ainda que a génese da Igreja da Venerável Ordem Terceira estivesse intimamente ligada ao Convento das Servas.

A Venerável Ordem Terceira de Borba celebrou a sua primeira sessão a 29 de Setembro de 1670⁴⁴⁶ e contou desde o início com a participação dos mais ilustres borbenses. No dia 15 de Dezembro de 1670, o célebre D. Dinis de Melo e Castro, conde das Galveias, General da Província do Alentejo, deu a sua mesa redonda à Irmandade da Ordem Terceira⁴⁴⁷ para que nela fossem celebradas as reuniões da Irmandade. Esta mesa transitou para a Santa Casa da Misericórdia onde hoje se conserva na sala do despacho.

A capela sede da Irmandade foi inicialmente na Igreja do Convento das Servas, no altar lateral do lado da Epístola (lado direito de quem está voltado para o altar mor).

Esta capela possuía o orago das Almas e, em 1672, estava sem qualquer ornamento, por não ter proprietário, vazio que prejudicava a decoração global da igreja.

Assim, a 16 de Julho desse ano, a Madre Abadessa Soror Teresa de Jesus celebrou uma escritura de doação da referida capela à Irmandade da Venerável Ordem Terceira, tendo assinado o referido contrato, que ainda se guarda no Arquivo Histórico das Paróquias de Borba, o ministro da Ordem Terceira de Borba, o padre António Ferreira.

Através deste documento⁴⁴⁸, o Convento das Servas entregou a referida capela à Irmandade para que esta a usasse nos seus ofícios divinos e nas festas da confraria, ficando

⁴⁴⁶ Cf. PRQBRB, caixa 4, *Livro único dividido em duas partes, a primeira das quais trata dos capítulos Annuaes...*, fl. 1.

⁴⁴⁷ Cf. PRQBRB, caixa 4, *Livro primeiro e segundo das recepções e deposições dos Irmãos da Ordem Terceira, 1670 – 1716*, fl. 134.

⁴⁴⁸ "Escritura de contratto que fizerão o Ministro e irmãos da 3ª Ordems do Seraphico Padre São Francisco situada no Convento de Nossa Senhora das Servas desta villa de Borba, com a Madre Abadessa e discretas do ditto convento. Anno – 1672. Saibão quantos este público instrumento de escritura de contrato, doassão e aseitação ou como melhor em direito se deva chamar e obrigassoins virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e seiscentos e setenta e dous annos aos dezaseis dias do mês de Julho do ditto anno em esta villa de Borba em o Convento de Nossa Senhora das Servas desta ditta villa em a caza das fallas delle, estando ahi presentes das grades a

esta obrigada a velar pela sua decoração, nomeadamente, a encomenda e aquisição do retábulo.

dentro ouvidas e não vistas nem conhecidas de mim tabeliam por estarem de baixo de sua clausura, chamadas por som de campa tangida segundo seu laudável e antigo costume, as muito Reverendas e Relligiozas Madres Soror Thereza de Jezus, abadeça do ditto convento e Soror Joanna de Christo vigária da caza e as mais madres discretas do ditto convento no fim desta escretura assignadas. E esttando outro sim presentes da banda de fora o Reverendo Padre Frei Manoel de Santa Ignês vigário do dito convento e o padre António Ferreira, ministro da 3ª Ordem do Seráphico Padre São Francisco della como de couza no ditto convento e os mais irmãos que nella atualmente servem no fim desta escretura assignados. Logo pellas dittas Reverendas Madres Abadeça, vigária e mais discretas do ditto convento todas juntamente e por cada huma dellas de per sim im solidum [*ilegível*] ditto, em presença de mim tabelião ao diante nomiado e perante as testemunhas desta escretura que presentes estão no fim della escriptas e assignadas que hera verdade que na Igreja do ditto seu convento estava huma cappella entre outras da invocação das Almas a qual estava sem retábulo nem ornatto algum e sem a decência nescessária à ditto cappella se contrattarão com o ditto Ministro e mais irmãos da ditto 3ª Ordem pera lhe darem e doarem o uso e posse da ditto cappella e elles ornarem assim de retábulo como de ttudo o mais nescessário pera nella terem sua assistência e com mayor descência selebrasem nella os officios divinos e sua festa e pera o poderem fazer alcansarão licença do seu muito Reverendo Padre Ministro Provincial frei Balthazar dos Reys como consta de huma patente que me apresentarão em o fim desta escriptura vai treslada em vertude do qual contratto e licença, logo por ellas foi ditto que ellas de seus próprios mottos, boas e livres vontades sem força nem constrangimento de pessoa ou couza alguma em seus nomes e das mais religiozas do ditto convento futuras e presentes davão e doavão ao ditto Ministro e mais irmãos da ditto 3ª Ordem do Seraphico Padre São Francisco seituado no ditto seu convento, presentes e futuros o uso e posse útil e nescessária da ditto cappella da invocação das Almas que está na Igreja do ditto seu convento pera nella adsistirem e selebrarem os officios divinos e fazerem suas festtas e uzarem della como de couza sua própria dita 3ª Ordem que por esta escriptura fica sendo e como tal a ditto 3ª Ordem dottada a poderá ornar e fabricar assim de retábulo como de todo o mais ornatto nescessário pera que sempre esteja com a decência devida pera o uso, fábrica e ornatto da qual lhe darão ellas sobredittas religiozas presentes e as mais futuras do ditto convento sempre e a ttudo o tempo de dia e de noite a porta aberta da Igreja do ditto convento sem dúvida alguma que a ello lhe seja posta e logo tirão e apartão de sim todo o uso e posse e útil senhorio que tem na ditto cappella e tudo dão sem dem e trespassão na ditto Irmandade dottada e em seus irmãos presentes e futuros e logosem mais outras sua authoridade, ordem nem figura de juizo com authoridade da justiça ou sem ella somentes por vertude desta escriptura lhes dão poder a elles dottados pera que possam tomar posse da ditto cappella e uso della e emquanto o não tomarem se constetuem ellas dottadoras pessuir a ditto posse em nome delles dottados e dos mais irmãos futuros como suas simples collonas e inclinas e quer a tomem quer não comtudo ellas dottadoras lha hão aquy sempre por dada e com a tal promettidas e emvestidas posse real, corporal, cível e natural possessão deste dia pera todo sempre pella ley de constetuito a qual posse poderão em sim ter, reter e contenuar em pax pacífica na qual ellas dottadoras se obrigão em seus nomes e das mais religiozas futuras do ditto convento de sempre os ter, soster e manter assim a elles dittados presentes como aos mais irmãos futuros da ditto 3ª Ordem e de lhe defenderem e livrarem a ditto cappella e uso della de ttoda a demanda dúvida ou embaraço que sobre ella lhe for posta. E pellos dittos ministros e mais irmãos da ditto Ordem dottada todos juntamente e por cada hum delles de per sim foi ditto em presença de mim tabeliam e das festas que elles em nome da ditto Irmandade, e irmãos della presente e futuros e por vertude da ditto licença do seu Muito Reverendo Padre Ministro Provincial aseitavão esta doação que as dittas religiozas lhe fazem do uso e posse da ditto cappella pera a ditto Irmandade e se obrigavão como em effeito logo obrigarão por este público instrumento a ornarem a ditto capella assim de retábulo como de ttudo o mais ornato nescessário pera que com decência de vida se possam selebrar nella os officios divinos tudo na forma deste contratto e da ditto licença (...)” PRQBRB, caixa 8, *Escritura de doação e aceitação que fizeram as freiras do Convento de Nossa Senhora das Servas aos irmãos da Venerável Ordem Terceira*, 16 de Julho de 1672.

Em troca, as religiosas do Convento das Servas abdicavam para sempre da propriedade da referida capela e obrigavam-se a velar para que a porta da igreja do Convento estivesse sempre aberta, de dia e de noite, de forma a que os irmãos pudessem visitar a sua capela sempre que desejassem.

Esta doação foi conseguida graças à autorização de Frei Baltazar dos Reis, ministro geral da Ordem Terceira e pregador de Sua Alteza, emitida a 13 de Janeiro de 1672.

Para esta capela na Igreja das Servas adquiriu-se, em 1674, uma lâmpada em Lisboa, tendo a cegonha que a suporta sido vendida pela Irmandade de São Jacinto da Igreja de São Bartolomeu⁴⁴⁹. A lâmpada, as cortinas e a lápide que assinala a propriedade da capela por parte da Irmandade foram colocadas pelo mestre João Fernandes que também montou os andaimes⁴⁵⁰.

Torna-se interessante verificar que este mestre, tal como toda a sua equipa foi paga parcialmente em vinho, sintoma de que este produto era já nesta época muito apreciado e começava a afirmar-se como uma fonte da riqueza.

Para ornamento da capela encomendou-se a um escultor originário de Évora uma imagem de São Francisco, escultura de vulto baseada numa imagem do santo existente na Igreja do Convento das Chagas de Vila Viçosa e que foi levada ao referido escultor por um irmão da Irmandade para ser copiada.⁴⁵¹

Os leões de pedra mármore que ainda hoje subsistem na capela, foram adquiridos nesse mesmo ano de 1673 e foram colocados por *ratos homens* ou seja, trabalhadores sazonais e não especializados provenientes do Norte do País, pagos também em vinho⁴⁵².

⁴⁴⁹ “Despendeo o irmam syndico mil e trezentos réis que se derão aos mordomos de São Jacinto pera a segonha para a alâmpada – 001.300. Despendeo o Irmam syndico quatro mil réis que fes de custo à alâmpada que se mandou buscar a Lisboa – 04.000. Despendeo o irmam syndico trezentos réis do porte da alâmpada e de hum almotolia [?] de folha – 000.300”. PRQBRB, caixa 4, *Livro de Receita e Despesa da Venerável Ordem Terceira dos Anos de 1674 a 1684*, fl. 5.

⁴⁵⁰ “Despendeo o irmam syndico mil e quatrocentos e quarenta réis, digo trinta que se deram a João Fernandes e a seu servente por dia e meo que gastarão em fazer o andaime e romper a parede pera por a segonha da alâmpada e acentar a ferragem das cortinas e de dois homens que elevaram a madeira para o andaime e ajudaram a recolher o padram e de vinho para estes homens e de cal e area que se comprou e do carriteiro que troxe o padrão e da corda para a alampada e de meo arrátel de tralha para as cortinas – 001.430” Idem, fl. 5v.

⁴⁵¹ “Despendeo o irmão syndico dois mil e duzentos e des réis que fes de custo com a cavalgadura lo irmão que foi/ a Évora a tratar do feitio de Nosso Padre São Francisco em que levou huma cabessa do santo que está nas Chagas de Villa Viçosa para com mais perfeição se fazer a obra cuza jornada em que o irmão fes gastou outo dias e tudo foi feito por orde[m] da mesa – 01.210.” Idem, fl. 7v. “Despendeo o irmão syndico seiscentos réis de frete que se deu a quem foi buscar o nosso padre a Évora – 00.600” Idem, fl. 9.

⁴⁵² “Despendeo o syndico duzentos réis que se derão a dois homens no dia em que vieramos liens para a Igreja e o dia que se vierão de asentar os quais vieram por dinheiro e mais trezentos e sincoenta réis de hum almude de vinho que se comprou para os ratos homens que trouxeram os liens – 00.530”.

No ano de 1674 para 1675 dourou-se o arco da capela⁴⁵³, trabalho efectuado pelo pintor Manuel da Silva⁴⁵⁴.

Em 1676, iniciou-se a construção da actual Igreja da Venerável Ordem Terceira⁴⁵⁵. Não sabemos qual a razão que levou os irmãos da confraria a iniciarem esta construção no ano seguinte a terem acabado de ornamentar a capela na Igreja das Servas, mas supomos que se deveu a uma grande adesão da população à Irmandade logo nos primeiros anos da sua existência.

A 29 de Junho de 1676, o provincial do Algarve da Ordem de São Francisco autoriza a Irmandade a construir junto ao Convento das Servas um oratório e um consistório para as reuniões da confraria. Estes tiveram autorização para abrir uma porta entre esta nova construção e o convento das Servas desde que isso não prejudicasse a estrutura do mosteiro⁴⁵⁶.

A Igreja foi traçada por Lázaro Moniz⁴⁵⁷ e, em 1677, estava-se a fazer a obra dos alicerces⁴⁵⁸. A igreja projectou-se sobre umas casas já construídas e que pertenciam ao

Ibidem. “Despendeo o irmão syndico sento e sincoenta réis que fes de custo a cal e area com que se asentarão os liões – 00.150” Idem, fl. 9v.

⁴⁵³ “Despendeo o dito irmão syndico quatro centos réis de 8 arateis de pedra com qual se limpou o arco para se dourar - \$400. Despendeo o dito irmão sindaco trezentos e sinquenta réis de sete cordas que se comparão para o andayme para se dourar o arco a 50 réis cada huma - \$350” Idem, fl. 15.

⁴⁵⁴ “Despendeo o dito irmão síndico Manuel Simões trinta e hum mil réis que se derão a Manuel da Silva pintor por dourar o arco da nossa capella da Igreja – 31\$000”. Idem, fl. 15v.

⁴⁵⁵ Cf. Idem, fls. 20 e seguintes.

⁴⁵⁶ “Frei João dos Prazeres, lector jubilido, Ministro Provincial e servo dos frades menores da Regular Observância de Nosso Seráfico Padre São Francisco em a Província do Algarve. Ao Reverendo Padre Frei Afonso Pregador e Vigário incapite no Nosso Convento das Servas de Borba, saude e pax em o Senhor. Porquanto os irmãos da Treceira Ordem de Nosso Seraphico Padre São Francisco detriminão fazer hum oratorio e caza adonde se ayuntem os irmãos da Menza pera em ella rezolverem o que for mais conviniente [ao] augmento de sua reformação e continuação de seu spirito. Pella presente mandamos a Vossa Senhoria \por sua abbadeça/ em virtude do Spirito Santo deixe e consinta que os irmãos da 3ª Ordem possam fazer a caza e oratório sobre dito. I sendo cazo que os mestre de obras digão que sem ditrimto das paredes do convento se pode abrir huma porta da mesma caza para a ygreja a poderão fazer, obrigando-ce primeiro a todos os danos, ruinas que da porta novamente aberta rezultar às paredes do convento e ygreja e de todo o sobredito se fará escritura na forma que temos ordenado e também por esta consedemos licença à Madre Abbadeça pera que em caso que lhe seja neceçário pera bem do dito oratório huma caza que está yunto do convento se lhe possa vender pello que for yusto, e os officiaes a avaliarem. Dada neste nosso Convento das Servas de Borba, em 29 de Yaneiro de 676, sob nosso sinal e sello maior de nosso officio. a] Frei João dos Prazeres, Ministro”. PRQBRB, caixa 13, *Patente emitida à Venerável Ordem 3ª*, 29 de Junho de 1676.

⁴⁵⁷ “Despendeo o irmão síndico quinhentos réis por trassar a obra do consistório e oratório Lázaro Moniz – 00.500” PRQBRB, caixa 4, *Livro de Receita e Despesa da Venerável Ordem Terceira*, 1674 – 1686, fl. 20v.

⁴⁵⁸ “Despendeo com os homens que cavarão o saibro e fizerão a cavada dos alise[r]ses quatro mil e setesentos e oitenta réis – 4.780. [...] Despendeo mais com três homens que andavão no aliserse a cento e trinta réis por dia em três dias, mil e oitocentos réis – 1.800 [...] Despendeo com des homis de cavarem saibro a cento, digo, de abrirem o aliserse da parede do meio mil e duzentos – 1.200” Idem, fl. 25.

Convento das Servas⁴⁵⁹. O responsável da obra foi o mesmo mestre Lázaro Moniz que delineara a planta⁴⁶⁰ e que iniciou, ainda nesse ano, a edificação do edifício pelos cunhais e pano de parede da Rua de Nossa Senhora⁴⁶¹.

A 27 de Abril de 1677, Estêvão Mendes de Matos da Silveira, capitão-mor da vila de Borba e ministro da Venerável Ordem Terceira, assinou um contrato notarial com o mestre pedreiro Manuel Cordeiro, o Velho, e com os seus dois filhos, António Cordeiro e Manuel Cordeiro, o Moço⁴⁶².

Neste contrato estipulou-se que os citados mestres pedreiros iriam fornecer a obra de todas as pedras trabalhadas, nomeadamente o portal, capiteis, janelas, arcos da capela e os cinco cunhais que sustentam a igreja, a troco de 70.000 réis. Note-se, porém, a não referência aos mármorees que decoram a actual fachada da igreja.

Nos finais do ano de 1677, ou inícios de 1678, procedeu-se à obra de edificação da fachada⁴⁶³ e janelas para a rua⁴⁶⁴. Em Setembro de 1678, no termo das contas desse ano, procedeu-se a uma primeira medição da obra do oratório e consistório, tendo o mestre da obra, Lázaro Moniz recebido 48.000 réis da obra até à data edificada⁴⁶⁵.

No ano seguinte (1678 – 1679), rasgou-se a parede do convento para embeber a tribuna da igreja, tendo a Ordem Terceira pago às freiras do Convento o valor simbólico de 480 réis pela pedra extraída⁴⁶⁶.

⁴⁵⁹ “Despenseo quinze mil réis que se derão às freiras da compra das cazas – 15.000” Idem, fl. 25v.

⁴⁶⁰ “Despenseo o irmão síndico vinte e dous mil réis que se derão a Lázaro Moniz a conta da obra para se fazer a conta no cabo della – 22.000” Idem, fl. 26.

⁴⁶¹ “Despenseo o irmão síndico de cento e quarenta e hum palmos de pedraria que se medirão do cunhal ao meio cunhal que fica para a Rua de Nossa Senhora e sinquo se pos sinquo mil e seissentos e quarenta réis que tanto se montou nos palmos – 05.640” Idem, fl. 27.

⁴⁶² Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 25, fls. 123v a 125.

⁴⁶³ “Despenseo o irmão síndico des mi réis que se derão aos pidreiros à conta do frontispício – 10.000”. PRQBRB, caixa 4, *Livro de Receita e Despesa da Venerável Ordem Terceira*, 1674 – 1686, fl. 32. Cf. Idem, fl. 32 v.

⁴⁶⁴ “Despenseo mais o irmão síndico desasete tostois que se derão aos pedreiros à conta dos dois portados e genela pera a rua que consertarão em sete mil e quinhentos réis que fazendo os dittos portados lhe fica devendo a Ordem sinco mil e oitossentos réis”. Idem, fl. 33 v.

⁴⁶⁵ “A midisão que se fes este anno nos alic[e]rjsses do oratório e consistório, que ficão apontadas nos cunhais conforme a lembransa que ficou do [illegível] pagado dos palmos do alicesse importou em oitenta e hum brasadas de obras e sento e vinte e dois palmos, nas quais se montarão trinta e seis mil quatrossentos e sincoenta réis a quatrossentos e sincoenta réis cada brasada, como consta da escriptura, a cuja conta recebeo Lázaro Moniz mestre de obras quarenta e oito mil réis pello que se ve fica a dever onze mil quinhentos e sincoenta réis a cuja conta tem feito a obra que está dos alic[e]rjsses para sima e de como hé verdade assinou aqui comigo em os 16 dias do mês de Setembro de 1678 annos. a) O Padre António Ferreira” Idem, fl. 31v.

⁴⁶⁶ “Despenseo o dito irmam síndico quatrocentos e outenta réis de pedra que se comprou às freiras que foi o que se tirou da parede onde se abrio a tribuna da Igreja - \$480” Idem, fl. 38v.

Contudo, neste ano ocorreu um problema grave na campanha. A obra da fachada da igreja estava errada e teve de ser derrubada em Maio de 1679. Os Irmãos descontaram a Lázaro Moniz, responsável pelo erro, a quantia da demolição: 750 réis⁴⁶⁷.

Devido a este erro, Lázaro Moniz é afastado (ou afasta-se voluntariamente) da obra da igreja e consistório da Ordem Terceira de Borba pois, no dia 14 de Outubro de 1679, a Venerável Ordem Terceira celebrou um contrato com Domingos Nunes e António Fernandes, mestres de obras de Vila Viçosa, para acabarem a obra da sua igreja e consistório⁴⁶⁸. Neste contrato, estipulou-se que a abóbada da igreja seria feita à semelhança da abóbada da Igreja de Santo António de Borba.

Domingos Nunes, a quem pertencia a direcção da obra, foi auxiliado por uma equipa de “ratinhos”, trabalhadores provenientes do Norte e Centro do País. Sob a sua coordenação, voltaram a abrir-se os alicerces da fachada da igreja⁴⁶⁹. No interior, procedeu aos acabamentos. Fechou as abóbadas com ladrilhos⁴⁷⁰ e lustrou as lajes de mármore no interior da igreja⁴⁷¹.

No ano seguinte (1680 – 1681), um pintor dourou uma inscrição sobre o lintel do portal da igreja. Esta inscrição entretanto desapareceu, tal como uns anjos dourados que existiram também na fachada⁴⁷². Neste mesmo ano, procederam-se aos acabamentos⁴⁷³. Saldaram-se as

⁴⁶⁷ “Despendeo o dito iramam síndico setecentos e cinquenta réis que se derão ao Grilo e dous homens mais seus companheiros por dous dias em Maio que cada hum trabalhou em desmanchar a parede da frontaria da Igreja que estava errada – 0\$750. [à margem]: Este dinheiro há-se descontar a Lázaro Moniz quando se lhe pagar a medição dos alicerces pera sima” Idem, fl. 39.

⁴⁶⁸ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 28, I Parte, fls. 43v a 44v.

⁴⁶⁹ “Despendeo o dito iramam síndico dous mil quinhentos e cinquenta réis com os homens que cavarão e carretarão saibro das Moz e abrirão os alicerces da Igreja velha – 2\$550. [...] Despendeo o dito iramam síndico mil setecentos e cinquenta réis com quatro ratinhos que tirarão pedra, e areya do alicerce da Igreja velha em sinco dias, dous delles a 100 réis por dia e dous a 75 réis cada hum por dia – 1\$750. Despendeo o dito iramam síndico vinte e quatro mil réis que se derão ao mestre de obras Domingos Nunes por conta da obra que vay fazendo do consistório e capela – 24\$000”. PRQBRB, caixa 4, *Livro de Receita e Despesa da Venerável Ordem Terceira*, 1674 – 1686, fl. 43 v.

⁴⁷⁰ “Despendeo o dito iramam síndico quatro mil réis que se derão ao Rozado por conta do ladrilho de volta pera as abóbedas, que está obrando – 4\$000” Idem, fl. 45.

⁴⁷¹ “Despendeo o dito iramam síndico novecentos réis de quatro arrates e meio de cera amarela qual se comprarão para se imbutir o sal na campa e se lustrem as lagens e outras pedras a respeito de 200 réis o arratel - \$900”. Idem, fl. 46.

⁴⁷² “Despendeo o dito frei Síndico 300 réis que se derão ao pintor pellas letras d’ouro que pos sobre o portado da nossa Igreja – 00.300” Idem, fl. 51. “Despendeo mais o iramam síndico sis senttos réis que se derão ao pintor por dourar os anjos do fronte espício da Igreja – 00.600” Idem, fl. 53 v.

⁴⁷³ “Despendeo mais o iramam Ministro, digo síndico hum tostam e meya vara d’estopa, meyo de vermelhão pera as chagas do fecho da obra – 00.100”. Idem, fl. 53.

últimas dívidas para com os pedreiros, nomeadamente ao mestre Domingos Nunes que coordenou a finalização da obra e poliram-se os magníficos mármore da fachada⁴⁷⁴.

De facto, a decoração da fachada constitui o elemento mais singular e notável da igreja da Venerável Ordem Terceira, não só por utilizar os magníficos mármore da região, mas principalmente pelo gosto estético na utilização do xadrez branco e negro, com losângulos decorados com florões. Esta linguagem influenciou anos depois, em 1694/5 a capela-mor da Igreja de São Bartolomeu, feita sob a direcção de André Cordeiro.

No contrato notarial de 27 de Abril de 1677, anterior ao acidente da fachada, não refere os mámore que a decoram pelo que se conclui que a actual fachada da igreja só foi definida depois do afastamento de Lázaro Moniz. A supervalorização decorativa da fachada deve ter surgido como uma afirmação do prestígio da Irmandade, abalada pelo erro de Lázaro Moniz que obrigou à demolição da fachada original, em 1679. De facto, a decoração em mármore num padrão de xadrez, apenas comparável com a decoração da capela-mor de São Bartolomeu, é bastante invulgar nas fachadas dos templos portugueses, onde o despojamento e a austeridade sempre foram regra.

No ano de 1682, procedeu-se às campanhas decorativas do interior, onde a peça fundamental seria um retábulo em talha com uma pintura central representando santos da Ordem⁴⁷⁵.

Neste ano finalizaram-se as abóbadas⁴⁷⁶ e acabaram-se os pagamentos aos mestres pedreiros Domingos Nunes e António Fernandes⁴⁷⁷. No ano seguinte (1682 – 1683) pagaram-se aos pedreiros de Vila Viçosa que trabalharam na obra⁴⁷⁸ e revestiram-se as abóbadas com telha de canudo⁴⁷⁹.

⁴⁷⁴ “Dispendeo mais o iramam síndico três mil réis que se derão aos pidreiros Cordeiros por último fim de contas da obra – 3.000. Dispendeo mais hum tostam pera meya vara de estopa pera se alimparem as pedras do frontespício da obra – 00.100”, fl. 53 v.

⁴⁷⁵ “Despendeo o iramam síndico, João Toscano, seiscentos réis que se deu a quem fes os nomes dos santos da nosa Ordem que estão no coadro – 0.600. Despendeo o iramam síndico, João Toscano, duzentos réis que se deu ao carapinteiro que fes o dito coadro – 0.200. Despendeo o iramam síndico, João Toscano, trezentos e sincoenta réis que derão ao pintor por pintar e por ouro – 0.350 [...] Dispendeo o iramam síndico, João Toscano, do coadro em que estão os nomes dos santos da Ordem – 1.150. Despendeo o iramam síndico, João Toscano, outo sentos réis ao carapent[e]iro Pedro Silvério de sua mad[e]ira e mais que fes pera a genela das fr[e]jiras pera o coro debacho – 0.800.” Idem, fls. 61v e 62.

⁴⁷⁶ Cf. Idem, fl. 61.

⁴⁷⁷ Cf. Idem, fl. 62 v.

⁴⁷⁸ “Despendeo o dito iramam síndico vinte e quatro mil réis com os alvanes de Villa Viçosa que se lhe estavam inda a dever das obras que têm feito no tempo do iramam Luís Velho e ficamos em pas com elles conforme as medisois que os mesmos ofesiaes fizerão de que nos derão hum escrito em que nos avião por desobrigados de toda a obra que até o tal tempo têm feito – 24.000” Idem, fls. 68 e 68v.

⁴⁷⁹ “Despendeo o dito iramam síndico dezasete mil réis de outo milheiros e meyo de telha e canudo que se comprarão pera se cobrirem as abóbadas – 17.000”. Idem, fl. 70v.

Novos problemas estruturais voltariam a ocorrer na igreja, fruto da deficiente intervenção de Lázaro Moniz. Em 1683 ou 1684, a Irmandade necessitou de mandar desmanchar a abóbada da capela-mor e refazê-la, contando para isso com o apoio da população que ajudou na obra⁴⁸⁰.

Em 1685/6, procedeu-se à elaboração dos portados, que foram feitos em Borba tendo durado três semanas de trabalho. As ferragens dos batentes, provavelmente em bronze dourado, vieram de Lisboa tal como acontecerá anos depois na porta da Igreja da Santa Casa da Misericórdia⁴⁸¹. Pela análise da documentação, concluímos que as portas das igrejas eram na época consideradas como uma obra de ornamentação a que era suposto dar muita importância. Veja-se o cuidado, por exemplo, na escolha das madeiras e na encomenda das ferragens na capital. Esta premissa deve estar sempre presente, devendo as intervenções actuais velar pela preservação destes elementos, muitas vezes destruídos nas várias intervenções que decorrem um pouco por todo o país. Felizmente, em Borba, preservam-se alguns exemplares desta arte que convém conservar.

No interior, já existiam os nichos para os santos da Ordem Terceira. Numa despesa deste ano de 1685/6 refere-se a aquisição de doze varões *para os nixos dos santos da nossa Ordem*⁴⁸². Por esta informação conclui-se que os doze nichos para os santos já haviam sido feitos, previstos e executados pelo projecto de Lázaro Moniz.

Ao centro da capela-mor, onde hoje se encontra o retábulo do Senhor Jesus dos Aflitos, mandou a Irmandade colocar um retábulo dedicado a São Francisco, patrono da Ordem Terceira, obra em talha muito alterada. Este retábulo foi encomendado ao entalhador António Ribeiro pela quantia de 48.000 réis⁴⁸³. O púlpito também faz parte da primitiva fábrica tendo sido

⁴⁸⁰ “Despendeo o dito iramam síndico mil e duzentos réis com hum oficial de alvane que andou desmanchando a abóbada da capella mor e fasendo as curnigas da mesma capella no que gastou seis dias a dusentos réis por cada hum dia – 01\$200 [...] Despendeo o dito iramam síndico dusentos réis com baraços de esparto que comprou pera se atarem os andaimos quando se fes a abóbada da capella mor por preço de sincoenta réis cada hum – 00\$200. Despendeo o dito iramam síndico dois mil e dusentos e sincoenta réis com mil e quinhentos ladrilhos que se comprarão pera reformassam da abóbada, e juntamente pera se faserem os pilares: à resam de mil e quinhentos réis cada hum milheiro [não se falando no carroto porque foi feito de esmola = *rasurado*] – 02\$200”. Idem, fl. 74v. “Despendeo o dito iramam síndico quatro mil e dusentos réis que se deram aos alvanes por faserem abóbada da capella mor que foram seis brassas à rezam de sete centos réis cada huma brassa – 04\$200. Despendeo o dito iramam síndico des tostois de duas brassas que tiveram os pilares que se fizeram sobre as abóbedas – 01\$000”. Idem, fl. 75v.

⁴⁸¹ “Despendeo o irmão síndico quinze mil e trezentos réis que custarão nove batentes que vierão de Lixboa pera as portas da Igreja – 015\$300”. Idem, fl. 87v.

⁴⁸² “Despendeo mais o ditto irmão síndico dois mil e quatro sentos réis que se derão a Luís da Costta por doze varois com suas femias que fes pera os nixos dos santos da nossa Ordem – 002\$400”. Idem, fl. 87v

⁴⁸³ “Despendeo o ditto irmão síndico des mil réis que se derão [a] António Ribeiro à conta dos quarenta e oito mil réis por cuja comthia se obrigou fazer hum retábollo pera a Igreja de Nosso Senhor Padre São Francisco – 10.000”. Idem, fl. 88.

concertado quando se procedeu à “trasladação” da imagem de São Francisco da Capela das Almas da Igreja do Convento das Servas para a nova sede da Irmandade, no ano de 1685/6, dando assim a obra por finalizada⁴⁸⁴.

O interior dos alçados da nave são preenchidos com imagens de santos que ingressaram na Ordem Terceira. Do lado da Epístola, encontramos santas mulheres (Bona, Margarida, Isabel de Portugal e Isabel da Hungria). No lado do Evangelho santos homens (Lúcio, Henrique, Ivo e Luís, rei de França).

No consistório encontramos mais três santos que deveriam estar na capela-mor: Santa Delfina, Beato António e São Conrado.

Estes santos são muito pouco frequentes na Liturgia e por isso a sua iconografia é escassa. Por esta razão, se fizeram as imagens em roca, ou seja, imagens sem corpo nem qualquer atributo, sendo depois da sua execução nomeadas, vestidas e identificadas com os atributos pelo encomendante. Passaremos a analisar a vida de alguns.

Santa Margarida de Cortona era uma mulher pecadora que vivia na Úmbria (Itália) no século XIII. A visão de um cadáver em decomposição levou-a a meditar na morte e na precariedade da vida. Esta revelação fê-la arrepender-se dos seus pecados e a ingressar na Ordem Terceira de São Francisco⁴⁸⁵.

Santa Isabel de Portugal e a sua tia Santa Isabel da Hungria tiveram vidas de tal forma semelhantes que muitas vezes se confundem. Ambas contraíram matrimónio com monarcas e atingiram a santidade pela bondade com que trataram os pobres do seu tempo⁴⁸⁶.

Santo Ivo foi um advogado bretão do século XIII que se notabilizou pela protecção dos órfãos e dos pobres. Tal como as santas anteriores, levou uma vida normal tendo atingido a santidade pela forma com que exerceu a advocacia, com bondade e seguindo os ideais cristãos⁴⁸⁷.

São Luís, rei de França, ficou conhecido na História como Luís IX, grande combatente nas Cruzadas, foi derrotado tanto no Egipto como em Tunez. A sua vida de activo guerreiro afastava-se da calma dos mosteiros, mas atingiu a santidade precisamente por defender a fé de Cristo⁴⁸⁸.

⁴⁸⁴ “Despendeo mais o irmão síndico quatro sentos réis, a saber duzentos e sincoenta réis que derão a Silvestre Nunes no dia da tresladação de Nosso Padre São Francisco e sento e sincoenta réis que fes de curto e comserto do púlpito pera a mesma festa – 00.400”. Idem, fl. 92v

⁴⁸⁵ Cf. TAVARES, Jorge Campos, *Dicionário de Santos*, pp. 100 e 101.

⁴⁸⁶ Cf. RÉAU, Louis, *Op. Cit.*, t. 2, vol. 4, pp. 122 e 128.

⁴⁸⁷ Cf. Idem, *Op. Cit.*, pp. 132 e 133.

⁴⁸⁸ Cf. Idem, *Op. Cit.*, pp. 274 e 275.

A escolha destes santos não é casual pois pretende ilustrar exemplos de pessoas comuns, tal como os membros da Venerável Ordem Terceira, que apesar de nunca terem tomado votos nem entrado num convento, atingiram a santidade pelas acções que desempenharam em vida.

Por esta razão, a Igreja da Venerável Ordem Terceira e a sua Irmandade foram desde logo alvo de grandes doações por parte da população, que de igual forma pretendia atingir a salvação, apesar de ter mantido uma vida profana normal.

Destes doadores destacam-se Fernando Vaz Cepa, grande intelectual borbense dos princípios do século XVIII que deu inúmeros ornamentos à Irmandade⁴⁸⁹, e o próprio José de Sousa Carvalho, que em início de carreira deu uma tela da sua autoria representando Nossa Senhora da Conceição⁴⁹⁰.

De campanhas posteriores, destaca-se a intervenção no retábulo, nos finais do século XVIII, as pinturas do tecto, com balaustradas fingidas e um medalhão da Ordem Terceira ao centro, e as desaparecidas telas do consistório. Estas telas ainda existiam, em 1978, quando Túlio Espanca as observou em mau estado de conservação e foram destruídas quando se introduziu uma placa de betão no imóvel: *O consistório e a casa das promessas, tem coberturas de lona, pintadas a óleo ao modo popular de fins do séc. XVIII, vendo-se nelas, apesar de estragos profundos as figuras simbólicas da Fé, Esperança, Caridade e da Igreja, além das armas dos Terceiros. É possível que haja aqui, também, a mão do artista borbense Sousa Carvalho.*⁴⁹¹

⁴⁸⁹ “Fernando Vas Cepa deu de esmola em sua vida hum ornamento inteiro de damasco branco com senefas emcarnadas, a saber dialmática, frontal, digo cazula, frontal, pano de púlpito e de estante, o que consta por estar ainda o dito ornamento em ser e per fee dos irmãos que receberão a dita esmola e não constar dos livros em que a Ordem fizece alguma despeza com o dito ornamento nem com os feltios por que tudo feito como agora se acha, deu o sobredito de esmola. Deu mais o mesmo Fernando Vas Cepa por sua morte vinte mil réis de esmolla à Nossa Ordem Treceira, as quaes em Menza se assentou de empregassem em hum vazo de prata para o lavatório depois de cumunhão, o que assim se fes e fes de custo a importância do legado menos cento sincoenta réis, no anno de 1725 e hum bemfeitor assim que dá com mão larga em vida, e em morte soube repartir com a nossa ordem, hé rezão que não esquessão a sua alma a todos os nossos irmãos vivos para pedirem e rogarem a Deos por ella” PRQBRB, caixa 4, *Livro primeiro e segundo das recepções e deposições dos irmãos da Ordem Terceira*, 1670 – 1716, fl. 134v.

⁴⁹⁰ “No anno de 1774 sendo Ministro o nosso muito amado irmão o Doutor António Vellez Picão desta Venerável Ordem 3ª por esmola o nosso irmão José de Sousa de Carvalho deu o quadro da Conceição de Nossa Senhora, a qual se axa no nicho da nossa secretária, mais quatro meios corpos que se poem na banquetta do altar, e o espelho de prata da fexadura do sacrário, a xave do mesmo também de prata, e huma fita boa para a mesma, de que fis este termo para constar a todo o tempo” Idem, fl. 136.

⁴⁹¹ ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 137.

De facto, José de Sousa Carvalho trabalhou na igreja em 1792/3, em obras não especificadas. Com este pintor, trabalhou também outro de nome João Carvalho de quem não conhecemos outras obras⁴⁹².

No início do século XIX, o culto aos santos da Ordem Terceira caiu em desuso, e a igreja começou a ser frequentada pelo culto a uma pequena imagem que ainda hoje mantém uma grande afectividade pelos borbenses: o Senhor Jesus dos Aflitos. Data de 1818 a primeira referência a esta imagem, quando a Irmandade da Ordem Terceira despendeu 14.400 réis em música para a sua festa⁴⁹³. Iconograficamente, trata-se de um “Senhor dos Passos” já que esta Irmandade procedia a uma procissão pela Páscoa. Não sabemos, contudo, se a Venerável Ordem Terceira terá tido alguma influência na construção ou manutenção dos passos processionais.

Ao longo do século XIX, o culto do Senhor dos Aflitos irá adquirir muita importância na religiosidade popular de Borba, havendo nesta época algumas intervenções no templo, como seja a construção de um coro em 1863, hoje desaparecido, e a remodelação do retábulo em talha, ocorrida em 1892⁴⁹⁴. O hino do Senhor Jesus dos Aflitos foi composto, nos finais do século XIX, pelo grande compositor português Tomás del Negro, guardando-se o original no Palácio Alvarez.

Em 1911, esta igreja não foi arrolada pelo Estado no seguimento da Lei de Separação do Estado da Igreja, provavelmente por se considerar uma capela privada da Irmandade da Venerável Ordem Terceira, entretanto reconvertida em Irmandade do Senhor dos Aflitos.

9 A ERMIDA DE SÃO SEBASTIÃO

As informações documentais deste templo são quase nulas por não terem sobrevivido quaisquer documentos provenientes desta igreja. Túlio Espanca remonta a sua fundação ao século XVI⁴⁹⁵, época em que houve um grande crescimento do culto a São Sebastião.

A evocação deste santo mártir resulta do facto dele ser o protector do povo contra as pestes que desde a Idade Média deflagravam em toda a Europa. A sua localização onde presumivelmente se localizava a Judiaria prende-se com a razão dos judeus serem muitas vezes acusados de provocarem as pestes através do envenenamento dos poços.

⁴⁹² “Despenseo com o pintor João Carvalho – 2.480. Despenseo com o pintor Jozé de Souza de Carvalho – 17.720” PRQBRB, caixa 4, *Livro de Receita e Despesa da Venerável Ordem Terceira*, 1790 – 1898, fl. 6.

⁴⁹³ Cf. *Idem*, fl. 55v.

⁴⁹⁴ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, pp. 136 e 137.

⁴⁹⁵ Cf. *Idem*, *Op. Cit.*, p. 89.

Contudo, em 1560, na visitação feita à Igreja de São Bartolomeu por frei Gil Pousadas, enumeram-se as ermidas do concelho, não se registando a presença da Ermida de São Sebastião⁴⁹⁶.

Assim, a fundação desta ermida deverá remontar antes aos inícios do século XVII, como atesta a sepultura datada de 1614 pertencente a Sebastião Rodrigues Paíno. Por haver coincidência onomástica entre este indivíduo e o orago, é provável que tenha sido ele o seu fundador.

A ermida localizava-se junto da antiga estrada de Vila Viçosa que partia directamente do castelo e que foi mais tarde suprimida.

Em 1629, a Ordem Militar de São Bento de Avis nomeou Tomé Gonçalves como ermitão⁴⁹⁷. Por este documento sabemos que o referido ermitão vivia dentro da ermida, provavelmente em casas que estariam no alçado Sul (normalmente o escolhido para habitação pela boa exposição ao sol), e que foram posteriormente demolidas. Também sabemos que o sustento do ermitão baseava-se apenas nas esmolas que a população lhe desse, não estando por isso qualquer propriedade agrícola vinculada à ermida, como acontecia noutras capelas.

O “ermitão” era uma figura que levava uma vida ascética de meditação, tentando, através da solidão, da pobreza, da leitura dos textos sagrados e da renúncia dos bens, atingir a santidade, seguindo o exemplo de vários santos do início do cristianismo, nomeadamente São Paulo Primeiro Ermitão e Santo Antão.

Cabia à população velar pela sobrevivência deste indivíduo que, através da sua renúncia, libertava a comunidade do pecado.

Contudo, o ermitério deve ter ficado abandonado, pelo que a igreja foi assumida por uma Irmandade dedicada a São Sebastião. O único documento que prova a existência desta Irmandade trata-se de um aforamento de um terreno, datado de 16 de Janeiro de 1717⁴⁹⁸. O reitor desta irmandade chamava-se Sebastião da Silveira Cabellos, havendo novamente coincidência onomástica com o orago.

Em 1751, na visitação efectuada à vila pelo arcebispo de Évora, frei Miguel de Távora, refere-se que a Ermida tinha problemas financeiros não podendo manter três altares. Por esta razão, o arcebispo manda suprimir os altares colaterais e transferir os santos para o altar mor⁴⁹⁹. Os oragos destes altares eram São Gregório e Santa Catarina⁵⁰⁰.

⁴⁹⁶ Cf. BNL, *Secção de Reservados*, Códice 10.845, fl. 13.

⁴⁹⁷ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 12, fl. 180.

⁴⁹⁸ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 62, II Parte, fls. 158v a 160v.

⁴⁹⁹ Cf. PRQBRB, caixa 1, *Livro das visitas da Igreja Matriz de Borba*, 1751, fls. 13 e 13v

⁵⁰⁰ Cf. CARDOSO, Padre Luís, *Op. Cit.*, p. 207.

Esta decisão do arcebispo de Évora provocou grande polémica na época. A Mesa da Consciência e Ordens escreveu, a 12 de Setembro de 1752, a frei Miguel de Távora, acusando-o de se intrometer nas igrejas do padroado da Ordem de São Bento de Avis, que apesar de estarem na sua diocese, não lhe deviam obediência⁵⁰¹.

Na visitação de 1754, efectuada à vila pelo Doutor Manuel Dias Branco, voltaram-se a verificar as dificuldades económicas da ermida, dado a que não tinha receitas próprias pela sua fundação como ermitério. Neste documento, o visitador verificou que continuavam a faltar os ornamentos inerentes ao culto e que os telhados estavam muito danificados pelos jovens que iam apanhar os ninhos. Por esta razão, o referido visitador proibiu que se fizesse a festa de São Sebastião enquanto se não reparassem estas faltas⁵⁰².

Em 1770, encontramos uma referência nos arquivos da Câmara Municipal em que se verifica que a edilidade custeou as obras que decorriam na ermida, por ordem da Casa de Bragança⁵⁰³. Mais tarde, em 1782, a Câmara Municipal concedeu autorização a Francisco Rosado para ser sepultado na Igreja de São Sebastião, excepto na capela-mor⁵⁰⁴.

Na petição feita à Câmara Municipal de Borba, tresladada na escritura notarial que registou a autorização para o enterramento, Francisco Rosado e a mulher, Eugénia Bernarda, afirmam que a Igreja de São Bartolomeu tinha padroado municipal, mas que eles, pela grande devoção que tinham do santo, haviam custeado as obras de reedificação da igreja⁵⁰⁵.

Estes três documentos demonstram que, algures nos finais do século XVIII, a ermida passou a ser protegida e gerida pela Câmara Municipal, provavelmente pela falta de verbas que possuía. É possível que o ultimato da visitação de 1754 que proibía a festa do santo, ainda hoje muito importante no calendário litúrgico borbense, tenha levado a Câmara a assumir o padroado da igreja. A protecção de uma câmara municipal a uma igreja era algo bastante comum. Veja-se por exemplo, a igreja também dedicada a São Sebastião, em Tavira, também sob a alçada da Câmara Municipal.

Contudo, a ornamentação e a manutenção da igreja estava, com a devida autorização do município, a cargo de um particular que se voluntariasse. Este cargo foi assumido por Francisco Rosado até ao dia 15 de Fevereiro de 1794, data da sua morte. No seu testamento, datado de

⁵⁰¹ Cf. BPE, *Carta da Mesa da Consciência e Ordens ao arcebispo de Évora sobre a sua intromissão nas Igrejas do padroado da Ordem de São Bento de Avis*, 12 de Setembro de 1752, cod. CIX / 2-9, pasta 9.

⁵⁰² Cf. PRQBRB, caixa 1, *Livro das visitas da Igreja Matriz de Borba*, 1751, fl. 26.

⁵⁰³ “Nesta se abriu huma ordem da junta da Serenissima Casa de Bragança em que se detremina se dê duas courellas cada anno para ajudar das obras do Senhor São Sebastião por tempo de seis annos”. ACMBRB, *Livro do registo de actas de 1766 a 1780*, vereação de 21 de Março de 1770, fl. 70v.

⁵⁰⁴ Cf. ACMBRB, *Livro do registo de actas de 1780 a 1797*, vereação de 13 de Novembro de 1782, fl. 48.

⁵⁰⁵ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 208, fls. 71 a 71v.

13 de Maio de 1779, Francisco Rosado pediu a Joaquim Cordeiro Sobral, marido da sua sobrinha Catarina Rosada, que este, depois da sua morte, assumisse o seu papel na manutenção da Igreja de São Sebastião⁵⁰⁶. A data de 1794 para a tomada de posse da gestão desta igreja por Joaquim Cordeiro Sobral e a sua eventual ligação à família Cordeiro, grandes mestres escultores borbenses, poderá levar a atribuir a este indivíduo a iniciativa de ter mandado fazer o retábulo da capela-mor em mármore, hipótese que carece de sustentação documental.

Actualmente, a ermida chegou até nos algo despojada pela pobreza inerente ao seu estatuto de ermitério. Trata-se de um templo de nave única coberta de abóbada de canhão. A capela-mor é um quadrado perfeito coberta com abóbada de “barrete de clérigo”. A escolha do quadrado não é casual, já que é considerado, desde a época medieval, a forma mais perfeita pelos teólogos medievais. Lateralmente, subsiste a sacristia com o arcaz e um lavabo ainda seiscentista.

A nível decorativo, destaca-se o retábulo em mármore dos finais do século XVIII. Antes da intervenção feita pelas Paróquias de Borba existia no nicho uma pintura representando uma paisagem com duas palmeiras cruzadas, símbolo do sacrifício do santo. Nas paredes da capela-mor existiam uns ténues vestígios de pintura mural que imitavam tecido. Estes elementos devem corresponder a uma campanha decorativa paga por Francisco Rozado já que este indivíduo afirma na petição apresentada à Câmara Municipal em 1782 que mandou fazer diversos melhoramentos interiores na capela-mor ou pelo seu sucessor Joaquim Cordeiro Sobral em 1794. Provavelmente houve uma supervisão da Câmara Municipal já que o retábulo em mármore de São Sebastião terá sido efectuado por Angélico Vellez que também executou o corrimão dos Passos do Concelho.

Em 2002, a igreja foi alvo de uma intervenção ao nível das coberturas, que lhe desfigurou o frontão triangular, devido à subida da cumeeira. Também se procedeu à substituição dos rebocos interiores e exteriores e à inclusão de uma casa de banho. Actualmente a igreja serve de capela mortuária.

10 A IGREJA DE SANTO ANTÓNIO

Este templo encontra-se à entrada de Borba pela Corredora, estrada com grande tráfego pois conduzia a São Tiago de Rio de Moinhos e a Évora. Esta igreja foi fundada, em 1630, através de alvará emitido pela Ordem de Avis⁵⁰⁷. Pelo referido documento sabemos que esta

⁵⁰⁶ Cf. ADE, *Testamento de Francisco Rosado*, ACBRB/A/02/Cx 103/Pç 8

⁵⁰⁷ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de São Bento de Avis*, Livro 12, fl. 187v.

autorização foi concedida por pedido de uma Irmandade dedicada a Santo António fundada anos antes. As receitas para a ornamentação desta igreja provinham de uma propriedade agrícola que ficaria para sempre anexada à igreja.

Em 1645, a Ordem de Avis autorizou Manuel Galvão e Pedro Dias, almocreves da vila de Borba, a fundarem dentro desta igreja outra Irmandade dedicada a São João Baptista⁵⁰⁸.

Talvez por coordenação conjunta entre estas duas irmandades, procedeu-se, em 1651, a uma campanha decorativa. Esta data aparece na base da pia de água benta, peça seiscentista em mármore regional, tal como o púlpito e o pequeno lavatório da sacristia que terão sido efectuados nessa data.

Os azulejos da igreja em padrão de maçaroca também serão do século XVII. Contudo, a sua composição desordenada deixa adivinhar um reaproveitamento de outro templo, provavelmente da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Soveral, sede paroquial da Igreja de Santo António, que no século XVIII ofereceu azulejos semelhantes à Igreja da Santa Casa da Misericórdia.

Em 1733, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu ofereceu a esta igreja o retábulo seiscentista que ornava a sua capela-mor⁵⁰⁹.

Na *Visitação* de 1751, refere-se a existência da Confraria de Nossa Senhora da Nazareth como sendo esta a gestora da igreja. O Arcebispo de Évora instruiu o tesoureiro desta Irmandade a adquirir alguns ornamentos para o Altar de Santo António.

Esta confraria também foi encarregue de mandar fazer um frontal de altar para o Altar da Sagrada Família. Neste altar conjugavam-se duas Irmandades, a de Nossa Senhora do Egípto e a de São José.

Como o Altar de São Francisco Xavier não estava sujeito a nenhuma irmandade, o arcebispo mandou que fosse esta confraria de São José a responsável para a decoração deste altar⁵¹⁰. Assim, nesta igreja existiam três altares e três confrarias, mas não havia uma clara divisão de responsabilidades entre as várias irmandades.

O padre Luís Cardoso refere, em 1751, que esta igreja estava *ornada de excelente pintura*⁵¹¹. É bastante provável que esta pintura ainda subsista no interior do templo, por de baixo da cal, sendo portanto de evitar futuras picagens do reboco no interior.

⁵⁰⁸ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de São Bento de Avis*, Livro 14, fl. 205.

⁵⁰⁹ PRQBRB, caixa 11, *Livro de actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento*, 1725-1736, sessão de 27 de Setembro de 1733, fl. 14v.

⁵¹⁰ Cf. PRQBRB, caixa 1, *Livro das visitas da Igreja Matriz de Borba*, 1751, fls. 12v e 13.

⁵¹¹ CARDOSO, Padre. Luís, *Op. Cit.*, p. 207.

O retábulo em mármore da Capela-mor data de cerca de 1755 e saiu do traço de José Francisco de Abreu mestre escultor e arquitecto saído da escola de Mafra que em Borba também terá deixado os Passos Processionais do Senhor. Este profissional é conhecido por ter efectuado os retábulos em mármore da Igreja dos Agostinhos de Vila Viçosa e o retábulo em mármore da Capela-mor da Sé de Elvas. Também atribuímos à sua autoria os numerosos retábulos em mármore das Igrejas de Campo Maior e o retábulo proveniente do Convento de São Domingos de Évora existente na Igreja de Santo Antão.

O retábulo da Capela-mor da Igreja de Santo António, tal como os exemplares referidos, inspira-se num formulário estético italiano, à *Vanvitelli*, com quatro colunas de capitel composto e desenho clássico. O frontão encontra-se quebrado e no centro o escudo de armas de Portugal, o que poderá denunciar a intervenção do monarca no seu pagamento.

Contudo, as armas de Portugal estão coroadas com a coroa de duque e não de Rei, pelo que a intercessão do monarca, a ter existido, terá sido através das instituições da Casa de Bragança que se sediavam em Vila Viçosa.

Incluídas nesta campanha de c. 1755 estão as duas janelas da Capela-mor e o portal de acesso à sacristia, muito semelhante aos portais da sacristia e consistório da Igreja de São Bartolomeu.

Em 1766 refere-se que os bens da Capela de São Francisco Xavier eram administrados pelo Padre mestre João Lopes Palmeiro⁵¹², tendo essa administração passado para o próprio Arcebispo nos finais do século XVIII, sendo o fabriqueiro em 1799 o Padre Manuel Inácio Correia⁵¹³. Esta Capela de São Francisco Xavier possuía um relicário em forma de braço com um osso deste santo jesuíta. O relicário ainda se conserva no depósito do futuro Museu Paroquial de Arte Sacra.

O retábulo em mármore da capela-mor da Igreja de Santo António foi o primeiro do seu género em Borba. Depois deste e à sua imagem, executaram-se os restantes que decoram as capelas e igrejas da vila. Nos finais do século XVIII, procedeu-se à elaboração dos dois retábulos laterais em mármore. Túlio Espanca afirma que estes retábulos saíram da oficina dos irmãos Velez tendo sido patrocinados por Vasco Martins de Goes, sepultado em 1789 no interior do templo⁵¹⁴. Contudo, julgamos que estes dois retábulos foram encomendados pela Irmandade de São José que possuía a responsabilidade artística em ambos os altares.

⁵¹² Cf. ADE, *Cartórios Notariais e Borba*, Livro 123, fl. 44v.

⁵¹³ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 189, fl. 116.

⁵¹⁴ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 88.

Estes dois altares são de facto de um escultor mais regionalista que apostou na decoração de finais do século XVIII em detrimento do desenho arquitectónico, sendo portanto bastante provável a atribuição de Túlío Espanca.

Fazendo parte desta mesma campanha de 1789 encontramos o coro e o janelão, muito semelhantes e inspirados no coro e janelão da Igreja de São Bartolomeu e no janelão da Igreja da Misericórdia.

Nos inícios do século XIX, provavelmente por volta de 1810, executou-se o órgão da autoria de António Xavier Machado Cerveira, autor dos órgãos da Igreja Matriz e São Bartolomeu e executou-se a pintura do tecto da capela-mor. Esta pintura, de desenho simples e popular, representa em dois medalhões a *A Adoração do Menino Jesus por Santo António* e o *Milagre da Mula perante as Hóstias Consagradas*.

No dia 6 de Junho de 1911, com a Lei de Separação da Igreja do Estado, este templo e todos os seus bens móveis foram arrolados e confiscados pelo governo republicano. A devolução desta igreja às autoridades eclesásticas deu-se no dia 11 de Agosto de 1944 em cumprimento no disposto do Art.º 43º do Decreto-Lei n.º 30.615 de 25 de Julho de 1940 que devolveu à Igreja Católica todo o património não classificado ou utilizado pelo Estado⁵¹⁵.

11. A IGREJA E COLÉGIO DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE

O Colégio de Nossa Senhora da Soledade foi fundado em 1703, por disposição testamentária do chantre da Catedral de Coimbra, o Doutor João Gomes Pinto, que instituiu uma aula de Teologia Moral com duas lições diárias⁵¹⁶. O edifício destinado a receber esta fundação foram as casas que o referido cônego adquiriu a André Rodrigues e Inês Franca, moradores em Elvas⁵¹⁷. Nelas se instalaram a Ordem de São Paulo da Serra de Ossa, que possuíam também o Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros.

O Dr. João Gomes Pinto foi um dos mais ilustres filhos de Borba. Iniciou a sua carreira académica na Universidade de Évora. Em 1649 seguiu para o Colégio de Nossa Senhora da Purificação, considerado na época como muito exigente. Em Outubro de 1653 continuou os estudos na Universidade de Coimbra onde conseguiu o grau de Doutor em Teologia. Com este

⁵¹⁵ Cf. ADGP, *Concelho de Borba, Freguesia Matriz*, Arrolamento de 6 de Junho de 1911 e Auto de Entrega de 11 de Agosto de 1944.

⁵¹⁶ Cf. BPE, *Convento de São Paulo de Borba*, Livro 1, fl. 7v. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 69, fls. 95 a 97v. ESPANCA, Túlío, *Op. Cit.*, pp. 137 e 138.

⁵¹⁷ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p. 138.

inejável percurso ganhou os concursos para Cónego da Sé de Viseu e Chantre da Sé de Coimbra⁵¹⁸.

No seu testamento datado de 17 de Junho de 1703 mandou fundar o referido Colégio de Nossa Senhora da Soledade, mandando ser sepultado na Igreja das Servas, onde estava a sepultura familiar, enquanto a igreja e o colégio não se concluíam.

Contudo, esta nova fundação não foi bem recebida pela Câmara Municipal de Borba, devido às inúmeras queixas que a edilidade recebeu dos habitantes. Os vereadores declararam que o Colégio era necessário à vila, devendo-se reduzir a sua dimensão de cinco para dois pisos, já que prejudicava as vistas de toda a população, particularmente das Servas⁵¹⁹.

Apesar da decisão da Câmara Municipal obrigar à redução da volumetria do colégio, havia na população opiniões mais radicais que recusavam a instituição do hospício em Borba, alegando que no concelho já existiam diversos conventos, tanto masculinos como femininos⁵²⁰

Esta opinião deveria ser defendida pelo povo e pela burguesia, já que eram estas classes as mais prejudicadas com as doações que a nobreza fazia aos conventos, nomeadamente através dos foros sobre terras e de outros encargos que impediam o progresso e a riqueza do pequeno agricultor.

Perante esta resistência, o Geral da Ordem de São Paulo, frei Carlos de São Boaventura, compareceu nos Paços do Concelho de Borba, a 8 de Setembro de 1706, com o ouvidor do concelho, o Dr. Alexandre de Moura Coutinho, na posse de um alvará do Rei permitindo a fundação do convento paulista na vila de Borba, de uma ordem da Casa de Bragança obrigando o concelho a aceitar esta fundação e de uma carta do arcebispo de Évora no mesmo sentido.

Perante estas credenciais, o município de Borba não teve outra solução senão aceitar a referida fundação, impondo, no entanto, a obrigação do Colégio leccionar uma aula de Latim

⁵¹⁸ Cf. BPE, *Convento de São Paulo de Borba*, Livro 5, fl. 50.

⁵¹⁹ “pellos officiaes da Câmara foi respondido e acordado que só na forma da dita petição convenha ao povo haver o dito hospício, que se conformava com a despozissão do dito testador com declarassão que as cazas en que elle hordenava se fizesse o ditto hospício que constão hoje de sinco andares, huns por sima dos outros e devassavão toda esta villa assim cazas como quintais a parte da serca das religiosas que andando as mesmas na dita serca que fica para a dita partemção vistas das tais janellas como também o mirante e janellas que ficão pera aquella parte, se denulsem os últimos três andares ficando só dois em que havia bastante capacidade pera a forma do hospício”. ACMBRB, *Livro de Actas de 1706 a 1709*, vereação de 11 de Junho de 1706, fl. 17v.

⁵²⁰ “porém, para algumas pessoas da governança que forão chamadas, forão de diferente voto dizendo que de nenhuma sorte convinha assistência do dito hospício em o cício hordenado pello testador e que sendo fora delle não tinham dúvida que ou por hospício ou por convento se concede aos religiosos assistência desta villa que os officiaes da Câmara não o provarão en razão de haver já outro convento destes religiosos no termo desta villa e havia nela outros Conventos assim de religiosas como de religiosos piadosos e a rrespeito do termo ser limitado e prejudicar ao património de Sua Magestade e a Mitra do Arcebisnado de Évora e a Comenda de Avis”. Idem, fl. 18.

para além da aula de Moral. Todavia, e devido às cartas que a Ordem de São Paulo possuía, a Câmara não podia impedir a fundação do convento, mesmo que este não instituísse a referida cadeira de Latim⁵²¹. De facto, e apesar de fundado em 1703, a cadeira de Latim só foi instituída em 1735, juntamente com a de Gramática, por imposição de Manuel Martins Silvério que deixou ao colégio parte da sua fortuna⁵²².

Nesta sucessão de factos vemos uma vontade por parte de uma elite cultural em instituir um sistema de ensino voltado mais para as letras que para a religião, o que acabou por acontecer graças à vontade e às doações de ricos proprietários. Este sistema de ensino irá proporcionar uma evolução cultural na vila de Borba, originando o aparecimento de uma cultura iluminista que será determinante no aspecto actual da vila.

Os ossos do fundador do colégio apenas foram trasladado para a igreja no ano de 1717, provavelmente a data da sua conclusão⁵²³.

A igreja, aonde nós nunca entrámos, mas da qual existe uma fotografia do interior no Inventário Artístico de Portugal, possui nave única de grande altura, capela-mor e duas capelas laterais.

A capela-mor dedicada a Nossa Senhora da Soledade possui um altar em talha dourada, possivelmente da oficina de Manuel de Mures, já que coabitam a estética do reinado de D. Pedro II com a de D. João V. Esta capela era administrada pelo próprio Colégio com os bens do fundador.

No lado da Epístola encontra-se o Altar de Nossa Senhora da Saúde, mandado fazer em 1727 por Manuel Garcia Peres e pela sua esposa D. Maria Martins Monteiro, que ofereceram ao Colégio a quantia de 4.000 cruzados⁵²⁴.

No lado do Evangelho encontramos o Altar de Santa Rita de Cássia, antigo de São Caetano. Este altar foi muito favorecido, em 1747, por Frei João Rodrigues Feroso, freire professo da Ordem de Avis e prior da Igreja de São Bartolomeu que deixou ao Colégio 2.880.000 réis⁵²⁵. Este dinheiro não poderia ser gasto mas antes aplicado a juros, o que à taxa usual de 6,25%, rendia ao colégio, anualmente, 180.000 réis. Além deste dinheiro, o religioso deixou mais 400.000 réis em dinheiro para ser aplicado na decoração desta capela. Este altar foi considerado privilegiado pelo Papa Pio VI em 1779.

⁵²¹ Cf. Idem, vereação de 8 de Setembro de 1706, fls. 29v a 32.

⁵²² Cf. BPE, *Convento de São Paulo de Borba*, Livro 1, fl. 526.

⁵²³ Cf. BPE, *Convento de São Paulo de Borba*, Livro 5, fl. 50.

⁵²⁴ Cf. BPE, *Convento de São Paulo de Borba*, Livro 4, fl. 3

⁵²⁵ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 161, fls. 13v a 15v. BPE, *Convento de São Paulo de Borba*, Livro 1, fl. 800.

Em 1800, é sepultado na capela-mor o Desembargador José Inácio da Silveira Leal que mandou fazer algumas obras no interior⁵²⁶.

Com a Lei de Desamortização das Ordens Religiosas de 1834 foi o colégio extinto tendo o edifício e os seus bens móveis passado para a propriedade do Estado. O imóvel apenas foi vendido a particulares em 1877, tendo ficado na propriedade do Estado a igreja, a sacristia e alguns anexos onde se mantinha o culto católico. Em 1928, a igreja foi entregue uso e administração à Fábrica da Igreja de São Bartolomeu, em cumprimento da Portaria n.º 5565 de 27 de Agosto, de acordo com os art.º 10º e 11º do Decreto n.º 11.887 de 6 de Julho de 1926. Com a entrada em vigor do Decreto Lei 30.615 de 25 de Julho de 1940 passou automaticamente a igreja para a posse daquela instituição religiosa. No dia 29 de Abril de 1946, foi feito pela Direcção-geral do Património do Estado o auto de entrega à Fábrica Paroquial da Igreja de São Bartolomeu da sacristia e restantes anexos que permaneciam sob a custódia pública.

Actualmente, o edifício colegial encontra-se devoluto, vítima de questões judiciais entre a Câmara Municipal de Borba e o anterior proprietário. Numa das salas existiram composições murais de início do século XVIII, destruídas há vários anos durante uma intervenção da Câmara Municipal.

Na igreja e anexos, é intenção das Paróquias de Borba criar o Museu Paroquial de Arte Sacra, equipamento que muito iria valorizar o imóvel e a oferta cultural da vila. Não sabemos se os altares em talha dourada ainda aí permanecem. Nas igrejas Matriz e São Bartolomeu guardam-se muitos pedaços de altares em talha dourada que poderão ser provenientes deste colégio.

12 OS PASSOS PROCESSIONAIS DO SENHOR

A par da Fonte das Bicas e da Quinta do General, os Passos ProceSSIONAIS de Borba são o ex-libris da vila, devido à sua monumentalidade, ao facto de utilizarem mármore da região e sobretudo por estarem fortemente ligados à religiosidade da população.

Paulo Varela Gomes dedicou algumas linhas aos passos proceSSIONAIS de Borba: *Em Borba, deparamos com as Capelas dos Passos do Senhor, erguidas depois de 1730: estamos perante um pré-rococó mais erudito com frontões semicirculares, contracurvados ou em querena, portas profusamente decoradas, cornijas salientes, cúpulas bolbosas, pilares e colunas cónicas invertidas.*⁵²⁷

⁵²⁶ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 190, fls. 7v a 8v.

⁵²⁷ GOMES, Paulo Varela, *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII*, p. 35.

De facto, julgamos que a datação dos passos processionais de Borba é vinte anos posterior, de 1755, tendo sido nesta custeado o Passo do Alto da Praça pelo Capitão de Cavalos António Duarte Franco e por sua mulher Isabel Franca, como atesta a inscrição existente neste imóvel e por vários documentos que iremos observar. Não sabemos se a data de 1755 para a sua consagração terá algo que ver com o terramoto que o país sofreu ou se apenas se trata de uma mera coincidência. O facto da vila de Borba não ter sofrido com o terramoto poderá indiciar que os Passos Processionais tenham nascido de uma acção de graças em nome da vila. É muito provável que a entidade responsável pelo seu projecto e concepção fosse a Irmandade da Venerável Ordem Terceira, uma vez que era esta organização a responsável pela procissão da Semana Santa, desde o século XVII, e é na sua igreja que se guarda o Senhor Jesus dos Aflitos, imagem que, iconograficamente, é um Senhor dos Passos. Além disto, é ainda hoje esta irmandade que zela pela manutenção e utilização dos passos nas festas da Semana Santa.

Infelizmente, os livros de receita e despesa da Venerável Ordem Terceira para os anos de 1685 a 1789 já não existem, pelo que se torna difícil comprovar esta hipótese.

Existem em Borba quatro passos monumentais fruto de uma mesma campanha: o do Alto da Praça, o da Rua Marquês de Marialva, o da Rua de São Bartolomeu e o da Rua 13 de Janeiro. A tradição dos passos processionais monumentais, semelhantes a capelas, iniciou-se em Évora com o seu conjunto edificado entre 1719 e 1722. Seguiram-se os passos de Vila Viçosa e Estremoz, mas os de Borba assumiram uma maior monumentalidade.

Cinco anos antes, em 1750, por ocasião da morte do rei D. João V, fez-se uma procissão em Borba largamente documentada nos livros de actas da Câmara⁵²⁸. Neste documento não se referem os passos (o que pode demonstrar que ainda não tinham sido feitos), mas relata-se o percurso da procissão que se iniciou na Igreja Matriz, subiu a Rua de Évora, à Rua de Neutel, Terreiro de São Bartolomeu, Rua de São Bartolomeu, Terreiro das Servas, desceu a Rua das Cancelas, passou à Rua de Estremoz e acabou na Praça, onde estavam os Paços do Concelho. Se atendermos a este percurso, vemos que passa por todos os passos processionais. Assim, o percurso processional em Borba seria: Igreja Matriz – Passo da Rua Marquês de Marialva – Igreja de Santo António – Igreja de São Bartolomeu – Passo da Rua do Terreiro das Servas – Igreja dos Terceiros – Passo da Rua 13 de Janeiro – Passo do Alto da Praça.

Todos os quatro passos mantêm uma estrutura arquitectónica semelhante, em que se assumem como pequenas capelas. Todos os portais dos passos são iguais o que demonstra a unidade da campanha. Pela qualidade da obra, pela cronologia apontada e pelos elementos

⁵²⁸ Cf. ACMBRB, *Livro do Registo de Actas de 1752 a 1766*, fls. 3 a 4.

decorativos presentes, julgamos que os Passos Processionais de Borba saíram do risco de José Francisco de Abreu, importante figura do barroco alentejano, formado na escola de Mafra, e que efectuou na mesma altura o retábulo da capela-mor da Sé de Elvas, os retábulos da Igreja dos Agostinhos de Vila Viçosa, a Igreja de Nossa Senhora da Penha da mesma localidade e os inúmeros retábulos das igrejas de Campo Maior, todas obras em mármore de gosto italiano. Pelo seu desenho, em particular pela fachada da Igreja calipolense de Nossa Senhora da Penha, atribuímos a este artista a autoria dos Passos de Borba.

O passo do Alto da Praça é o mais importante pela posição privilegiada que ocupa. O Alto da Praça manteve até hoje o seu carácter de centro social e económico da vila. Este Passo foi edificado sobre a antiga Ermida de Nossa Senhora da Nazareth, fundada em 1722, para dar assistência religiosa aos presos que assistiam ao ofício divino a partir da torre do Castelo⁵²⁹. Assim, este passo manteve o seu carácter de pequena capela, mantendo até hoje uma pequena janela interior donde se poderia assistir à missa a partir da actual Casa Pereira Trindade que, na época, pertencia a um tal Sebastião Rodrigues da Amoreira.

Ao seu lado, no actual imóvel da Avenida do Povo, n.º 52, devia-se situar o consistório da Irmandade que coordenava a procissão dos Passos, ainda hoje celebrada em Borba.

A 7 de Setembro de 1756, o Capitão António Duarte Franco refere no seu testamento o Paço do Alto da Praça como a *Capelinha do Senhor dos Passos* afirmando que ainda não estava pronta⁵³⁰. Neste documento manda o seu filho, Manuel Duarte Franco, que conclua esta capela e contribua com tudo o que for necessário para a sua ornamentação. O patrono refere também que, uma vez concluído o Passo, este servirá para lhe rezar uma missa por sua alma nos Domingos e dias santos.

A 30 de Outubro de 1761, a esposa do Capitão António Duarte Franco, D. Isabel Franca da Silva fez uma escritura de obrigação e vínculo de bens para a manutenção e conservação da capela do Passo do Alto da Praça⁵³¹.

Nesse documento, refere-se que o falecido Capitão António Duarte Franco havia deixado em testamento um terço das suas propriedades cujos rendimentos revertiam para o Passo do Alto da Praça. Com esse dinheiro seriam rezadas as referidas missas pela alma do instituidor e financiada a manutenção do imóvel. Refere-se também que a gestora dos bens agregados à Capela dos Passos era uma filha do casal, D. Maria Teresa.

⁵²⁹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 24, fl. 321 cit ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 90. ACMBRB, *Livro de actas de 1721 a 1725*, verificação de 2 de Dezembro de 1722, fl. 48.

⁵³⁰ Cf. ADE, *Fundo da Câmara Municipal de Borba*, Testamento do Capitão António Duarte Franco, 7 de Setembro de 1756, cota: ACBRB/A/01/Cx 92/ pç 752.

⁵³¹ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 121, fls. 59 a 59v.

Isabel Franca e António Duarte Franco possuíam, pelo menos, mais duas filhas, D. Mariana Clara Franca da Silva, que ingressou a 21 de Dezembro de 1760 no Convento das Servas⁵³² e a menor Maria, que tinha por tutor António José Rebelo Bonara⁵³³.

No interior do Passo do Alto da Praça, destaca-se a pintura do tecto, que se mantém original. É composta por um medalhão central com os elementos da paixão, rodeado por decoração de concheados, volutas e acantos numa estética própria do período da sua edificação.

A tela actual foi feita recentemente à imagem das telas dos outros Passos e não deverá corresponder ao tema original porque nos outros três passos também são representadas as quedas de Cristo. Como na Via Sacra Cristo apenas caiu três vezes um dos passos deveria representar outro tema.

Assim, julgamos que este Passo, por ser o último do percurso, deveria representar um Calvário, pintura que foi apeada em época antiga e cuja memória do tema original caiu no esquecimento. Apoiando esta hipótese, observamos dois anjos com palmas, símbolo do sacrifício, o que contrasta com as figuras laterais dos outros Passos (Rua da Aramenha e Rua de São Bartolomeu) que apresentam figuras com os elementos da paixão. Além disto, se considerarmos que no *Calvário* aparecia a alegoria ao bom e mau ladrão, concluímos que este tema também seria dedicado aos presos que assistiam à missa a partir da Torre da Prisão, tendo assim uma função catequética permanente para os presos.

As paredes também foram repintadas em data recente sendo necessário proceder a uma sondagem para avaliar a existência da pintura original subjacente e prover o seu restauro. O monumento apresenta grandes problemas de infiltrações e salitre, estando a camada cromática a destacar-se.

O Passo da Rua Marquês de Marialva também apresenta a pintura do tecto original com motivos semelhantes ao anterior, mas desta vez com a sigla I.I.D. o que poderá corresponder ao nome do pintor. As paredes foram repintadas repetindo o modelo do tecto pois quando se procedeu ao repinte, estas deveriam estar brancas da cal. Contudo, por debaixo destas duas camadas subsiste ainda a pintura original, que imita tecido vermelho.

A tela também é recente e deverá ter substituído a tela que hoje se guarda no sótão da Câmara Municipal. No frontão, por debaixo do medalhão existe o que poderá ser um cronograma: 1750.

⁵³² Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 121, fl. 2.

⁵³³ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 120, fl. 109.

O Passo da Rua da Aramenha, actual Rua 13 de Janeiro, apresenta uma particularidade muito interessante. No podium, junto à Rua Nunes da Silva, uma das pedras apresenta uma marca de canteiro com um “D” gótico, exactamente igual ao que se encontra noutra pedra na Porta de Estremoz do Castelo, no torreão direito. Conclui-se, portanto, que a pedra que serviu para a construção deste passo foi, muito provavelmente, retirada do castelo.

No seu interior, mantêm-se originais a pintura do tecto e a tela do altar. As pinturas das paredes são modernas. Não sabemos se esta nova pintura copiou a subjacente ou se foi inteiramente reinventada.

Finalmente, o Passo da Rua de São Bartolomeu assume-se como o de maiores dimensões, possibilitada pela envolvente que não estava urbanizada na época. Assim, este Passo possui um coruchéu decorado com trabalhos de argamassa representando medalhões com os instrumentos da Paixão.

No interior, preserva-se no altar a pintura original e uma interessante decoração em pintura mural, no soco, representando azulejos de padrão avulso. Como estes azulejos eram produzidos em Lisboa, ficava mais caro para os borbenses importá-los do que refazer o efeito através da pintura. Esta pintura foi substituída por marmoreados em data recente, tal como o tecto deste passo que é o único que não apresenta os motivos originais.

Os Passos Processionais de Borba nunca foram arrolados pelo Estado no cumprimento da Lei de Separação da Igreja do Estado, nem foram requeridos pelas Fábricas Paroquiais.

13 O RECOLHIMENTO DE NOSSA SENHORA DAS DORES E A FONTE DAS SERVAS

Este edifício também chamado de “Beatério” foi fundado em 1749 por disposição testamentária de D. Joana de Azevedo Mourão Castelo Branco, viúva de Fernão Vaz Cepa. Contudo, foi uma sua irmã D. Inácia Maria de Lemos Andrade e sua filha, D. Antónia Luísa Francisca de Aragão, que, em 1778, concretizaram este intento.

A localização escolhida para o imóvel foi na “nova” Rua das Cancelas, arruamento reordenado na segunda metade do século XVIII e ensaio do plano de urbanização de finais de setecentos.

Este beatério conseguiu, com este pequeno ordenamento urbanístico, os direitos das sobras das águas da Fonte do Terreiro das Servas.

A primeira notícia histórica sobre a Fonte das Servas data de 1677 quando a Madre Soror Margarida de Jesus, do Convento das Servas, se contratou com o mestre de obras Lázaro

Moniz para este lhe construir uma habitação independente sobre o locutório do Convento das Servas com vista para o “Terreiro da Fonte das Servas”⁵³⁴.

Como o convento das Servas apenas foi iniciado em 1604 e concluído em 1645 num local onde não existia qualquer habitação, a Fonte terá nascido por tanto entre 1645 e 1677.

Contudo, o actual monumento não data desta época. Consiste num reaproveitamento efectuado nos finais do século XVIII de diversas peças mais antigas. O brasão de Portugal, a peça mais nobre do conjunto, pela composição deverá datar do reinado de D. João III. Este brasão ostenta uma peça identificativa de infante. É portanto provável que tenha sido reaproveitado de alguma edificação construída pelo infante D. Duarte que recebeu de seu irmão, o Rei D. João III, o padroado das igrejas de Borba⁵³⁵.

Nos finais do século XVIII, por volta de 1770, efectuou-se em Borba o arranjo da rua das Cancelas, actual Rua D. António de Melo e Castro. Esta rua, que no século XVII não era mais que um carreiro nascido para facilitar o acesso da população à Igreja da Venerável Ordem Terceira, tornou-se num arruamento regular, traçado geometricamente.

Na esquina entre esta nova rua e o Terreiro das Servas colocou-se um frondoso cunhal de mármore e a actual Fonte das Servas que passou a demarcar a praça. Este entendimento da fonte enquanto elemento ordenador de uma praça pública, apenas poderia ter surgido nos finais do século XVIII, pois derivou dos projectos de fontes que Carlos Mardel, em 1750, fez para Lisboa.

A actual Fonte das Servas datará portanto de cerca de 1770 e terá sido o protótipo da Fonte das Bicas que anos depois e seguindo o mesmo espírito iluminista foi construída na Praça Nova, actual Praça da República.

Por volta de 1960, a Fonte foi retirada do seu local original e depositada no quintal do Recolhimento de Nossa Senhora das Dores, imóvel que na época pertencia à Câmara Municipal.

Com a permuta deste imóvel pelo Palácio dos Melos nos anos 70, as peças da fonte foram amontoadas num depósito onde foram descobertas pela CEVALOR. Em 1995, esta instituição em conjunto com a Associação de Montes Claros procederam ao seu restauro propondo a reconstrução da fonte numa rotunda, hipótese que desvirtuaria a função original do monumento.

Existe actualmente a intenção da Câmara Municipal em devolver a Fonte ao Terreiro das Servas. Apesar de não ser colocada exactamente no seu local original, a devolução da Fonte

⁵³⁴ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 24, fls. 4v e 5v.

⁵³⁵ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, Livro 26, fl. 123.

das Servas a este local devolverá a função original do monumento que era marcar esta praça pública.

Apesar de mais antiga que o Recolhimento de Nossa Senhora das Dôres, a Fonte das Servas passou a estar, a partir de 1770, intimamente ligada a este monumento, pois ambos fizeram parte do projecto de reordenamento da Rua das Cancelas. Por esta altura e por Provisão Régia, o Recolhimento ficou com os direitos de usufruir da água que brotava da Fonte das Servas. Esta apropriação impediu que o proprietário de um lagar de azeite que também existia na Rua das Cancelas tivesse o acesso à água indispensável à sua actividade. Assim, a 10 de Novembro de 1790 as Recolhidas de Nossa Senhora das Dôres e o proprietário do lagar das Cancelas, um tal João de Matos Maio e Sousa Machado, celebraram um contrato em que este último construiria um aqueducto subterrâneo que ligasse a Fonte do Terreiro das Servas ao seu lagar. Este aqueducto passaria por debaixo do chão, rente à parede da fachada do Recolhimento de Nossa Senhora das Dôres. O aqueducto teria assim a dupla função de abastecer de água o Recolhimento e o Lagar⁵³⁶.

Em 1885, quando se extinguiu o Convento das Servas, o Recolhimento de Nossa Senhora das Dôres recolheu as últimas “coristas” tendo permanecido como “Recolhimento” até 1911. Deste imóvel os borbenses ainda hoje guardam a recordação das recolhidas ofertarem lindos trabalhos de recortes de papel às pessoas que ofereciam esmolas. Muitos destes trabalhos ainda hoje se preservam na vila não havendo qualquer infraestrutura municipal (arquivo ou museu) que os possa recolher e preservar.

Actualmente, o edifício encontra-se em obras de recuperação após anos de abandono e ruína que o levaram a ficar em mau estado de conservação. No exterior destaca-se o cunhal em mármore com a insígnia do orago, Nossa Senhora das Dores, e o letreiro pintado com a inscrição indetectiva do imóvel. A igreja mantém ainda as portas profusamente trabalhadas.

No interior destaca-se uma sala com decoração em pintura mural de finais do século XVIII representando o emblema de São Francisco e um soco a imitar azulejos, tal como acontece no passo da Rua de São Bartolomeu.

⁵³⁶ Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 216, fls. 130 a 131.

14 A FONTE DAS BICAS

14.1 Envolvimento e importância sociocultural do monumento

A Fonte das Bicas é, com todo o merecimento, o ex-libris de Borba e, sem dúvida, o monumento mais amado pela população local⁵³⁷. Apesar de ser um monumento recente, datando dos finais do século XVIII, já se teceram várias lendas em torno da fonte. Por exemplo, é tradição local que cada uma das bicas da fonte se destina a cada uma das idades da população: a da direita aos solteiros, a do meio aos casados e a da esquerda aos viúvos, e que quem daquela água beber nunca mais abandona Borba. Assim, a Fonte das Bicas assume um papel de ordenamento, de união da população e de vínculo à terra natal.

A Fonte das Bicas é, utilizada desde o início do século XX, em inúmeros emblemas e logotipos, sintoma de que é o monumento mais identificativo do concelho. Contudo, a sua importância transcende claramente o nível local ou regional, já que foi classificada como “Monumento Nacional” logo nas primeiras classificações, pelo decreto de 16 de Junho de 1910. Esta importância excepcional do ponto de vista artístico foi logo em 1907 referenciada pelo autor da primeira e única monografia exclusivamente dedicada a Borba, o padre António Joaquim Anselmo, ao afirmar: *A fonte da praça D. Amélia, vulgarmente Fonte das Bicas, é uma edificação que no seu género não encontra facilmente igual em todo o paiz*⁵³⁸. Túlio Espanca, autor do estudo mais profundo que existe de momento sobre Borba afirma que *Das várias fontes que abasteceram a vila, antigamente, esta é, sem contestação, a mais importante e sumptuosa de todas, excedendo mesmo, em monumentalidade e traça arquitectónica as suas congéneres, coevas, da província transtagana*⁵³⁹.

A Fonte das Bicas assume, assim, especial importância, tanto para a população local, como para a comunidade científica, merecendo, desta forma, o apreço dos primeiros e estudo dos segundos.

14.2 A importância da água na vila de Borba e os antecedentes da Fonte das Bicas

A vila de Borba situa-se num local rico em água, elemento essencial à vida e à cultura dos alimentos. Esta abundância originava, como nos relata em 1758, o padre da Igreja Matriz,

⁵³⁷ No inquérito realizado à população residente no centro histórico de Borba pelo Gabinete Técnico Local, no ano de 2001, a Fonte das Bicas foi nomeada como o maior motivo de interesse da vila com 27,4% das respostas, seguida pelas Igrejas com 20% e pelos Passos do Senhor com 13,4 %. O património arquitectónico foi considerado, na generalidade, como o maior atractivo de Borba com 76,6% das opiniões.

⁵³⁸ ANSELMO, Pe. António Joaquim, *Op. Cit.* p. 26.

⁵³⁹ ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 104.

Estêvão Matos de Oliveira Castro, que cada habitação tivesse o seu quintal, com respectivo poço *de excelente água de que uzão os moradores para beberem e regarem suas hortaliças*⁵⁴⁰.

Além dos poços urbanos, a vila possuía também diversas fontes públicas, das quais se destacava a Fonte dos Finados, construída em frente à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Soveral, *digna do melhor mérito e estimação, por que conforme a observação dos médicos, além de serem as suas águas muito puras e saborosas, são as mais salutíferas do continente*⁵⁴¹.

A localização desta Fonte dos Finados aparece muito próxima à actual Fonte das Bicas, devendo a sua história ser analisada, para melhor se compreender a génese do actual monumento implantado na Praça da República. Através dos livros de actas das vereações da Câmara Municipal de Borba, é possível reconstituir este percurso.

O cuidado do município pelas fontes e pelo abastecimento de água ao núcleo urbano é uma constante na história de Borba. Em 1703, a Câmara Municipal juntou a nobreza e povo de Borba para decidir o que fazer com o dinheiro que revertia para a Câmara com a contratação das sisas, tendo-se decidido aplicar o referido dinheiro na reparação das fontes⁵⁴².

Os estragos nas fontes da vila eram originados pela sua grande utilização, pois, além de servirem os populares, saciavam a sede aos forasteiros e às suas cavalgadas, além de servirem para lavar a roupa e regar as terras, nomeadamente as da Tapada Real.

Talvez devido a esta grande utilização, decidiu a Câmara, em 1712, fazer uma grande fonte em frente à Igreja Matriz, aplicando o dinheiro régio destinado às obras públicas⁵⁴³.

⁵⁴⁰ IAN/TT, *Dicionário Geográfico - Memórias Paroquiais*, vol. 7, Memória N.º 38, p.990.

⁵⁴¹ *Idem*, p. 997.

⁵⁴² “[...] E porquanto neste prezente anno de mil e setesentos e três na rematasão que se fes do dito contrato das sizas se fes com condisão que tirado o próprio pertensente à Fazenda Real, os mais que sobrase se gastaria em obras utens e nesessárias ao bem commum deste povo e porquanto elles ditos abaixo asinados emtendião que a obra mais comua e nesessária ao bem comum deste povo hera o reedificarem-se as fontes que nelle há thé donde chegar a dita quantia que s’obrigou do próprio, porquanto estas estão incapases de se poderem usar dellas porque mais sam charcos que fontes de cujo uso as pessoas que dellas usão lhe hé motivo e prejudisial [...]. E como outrosim visem que de se fazer a ditta obra rezultava grande comodo e utilidade não somente aos moradores desta villa e pasageiros que por nella fazem caminho mas que também pellas águas que se ande descobrir que andão perdidas rezultava cómodo às fazendas foreiras a Sua Magestade que tem giros como também para os gados da Tapada Real”. ACMBRB, *Livro das vereações de 1703 a 1707*, vereação de 14 de Julho de 1703, fls. 17v a 19v.

⁵⁴³ “Nesta se axustou que das sobras do património rial, dinheiro que ficou para as obras útis do povo se dispndese em huma fonte por não haver nenhuma no povo capas do uso comum e ser a obra mais nesessária para o povo. E porquanto o dinheiro deputado para as [o]bras públicas e não somente sento e trinta mil réis e como este se não podia fazer a obra ymtentada constando a nobreza e mais povo vendo que o juis e vereadores e porcurador do Conselho se não detriminarão a fazer a obra por não terem dinheiro suficiente, vierão à Câmara e requereram ao juis e vereadores e porcurador do conselho que pella obra ser a de mais utilidade e ne[se]sidade se mandou fazer a dita fonte por ser notório estarem as

Este não era no entanto suficiente para o intento, e, como o povo e nobreza da vila de Borba viam os governantes do concelho a desistirem da referida obra, aprovaram vender bens da Câmara e aplicar esse dinheiro na Fonte.

Após se ter decidido fazer a nova fonte, surgiu a questão onde a situar. A localização da Fonte dos Finados esteve envolta em polémica, na época, e originou acesas discussões entre os membros da vereação. Ao que parece, alguns membros da Câmara decidiram localizar a Fonte dos Finados em frente à Igreja Matriz, iniciando a sua construção, sem levar a questão a sessão de Câmara. O vereador Agostinho de Gusmão Pais manifestou o seu desagrado por não lhe terem pedido a opinião, afirmando que o lugar escolhido não era o ideal pois não servia os interesses da população.⁵⁴⁴

De facto, a Igreja Matriz encontrava-se afastada do centro urbano e da área habitacional, mas o objectivo subjacente à escolha do local deveria residir na vontade em servir os viajantes que se deslocavam a Elvas, Vila Viçosa ou Santa Bárbara.

mesmas fontes servindo de xafarizes para as cavalgadas e com o contínuo alojamento da soldadesca servirem de llavadouros com muito grande dano e prejuizo da saúde e lenpeza do povo. E que visto não terem mais dinheiro por cauza de os vereadores pasados terem gasto sento e des mil réis das sobras do património que estava para obras uteis e somente lhe ficar os ditos sento e trinta mil réis, pouco mais ou menos, requerião se mandase fazer a dita obra gastando o que mais nesasário for dos bens de raís como dinheiro que hé do mesmo povo [...]” ACMBRB, *Livro das vereações de 1709 a 1713*, vereação de 4 de Agosto de 1712, fls. 66v a 67v.

⁵⁴⁴ “[...] E pedindo o votto do vereador Agostinho de Gusmão Pais dise que por este termo não ser feito antes de se prinsipiar a fonte, tempo em que se devia fazer, por que se aporveitase com boa direção os bens do conselho e as couzas pertensentes a elle porquanto se prencipiou a obra e se fes dispendio sem lhe pedirem o seu voto. E porque o povo a não aseita bem por não ser de utillidade no sítio em que se perasepiou [*sic*] não votava nem aseitava [...] Requerião e ademostavão a elle vereador Agostinho de Gusmão Pais que por ivittrar discórdias que elles não querem que, ou thomase a obra da fonte sobre sim e a mandase fazer por oficiais que lhe paresese com o dinheiro que o conselho tem, que são os ditos sento e trinta mil réis declarados no termo atras, buscando no povo quem comcorese para u suplimento, vistos os asinados no termo não estarem pello seu voto nem a mais vereação. E que querendo assim a dita obra portestão e de juis e vereador e porcurador do conselho seiya na forma em que elles a querem fazer: xafaris da fonte de pedra mármore, quatro bicas como as da fonte de Villa Visoza, de guros de pedra mármore, lageado da mesma pedra mármore, cano perdurável sem altarar a ágoa da fonte do nasimento adonde está, secando o lago com altura d’ágoa que senper teve, de tal sorte que se lhe não demenua do lago couza alguma da ágoa que senper teve [...] e portestam outrosim de que não se fazendo na forma declarada lhe não porxidicar a elle juis, vereador e porcurador do conselho ou os deixe fazer a sua obra na forma em que a tem deliniado em pas pasefica sem turbasão alguma [...] E logo pello dito Agostinho de Gusmão Pais foi dito que à vista de ser [*sic*] ter prensipiado a obra sem o seu pareser, mandou buscar oficiais que bem o entendião para que se não desemcaminhase a fonte pondo-se em lugrar [*sic*] donde não fica semndo de utillidade assim ao povo como aos pasageiros respeitando respeitando [*repetição*] o uso da ágo[a] assim par[a] o povo como para a gente millitar em ocazião das ágoas, digo, da passagem do[s] exzersytos. E visto pellos oficiais diserão a elle por sertidão xurada aos Santos Avangelhos por elle o dizer o dito Agostinho Pais de Gusmão, a qual mestraria sendo nesasário que no sítio que elle detriminava que à vista da porta principal na continua pasaxem ficava a fonte em melhor sítio de hobra de mais durasão e otillidade do povo e com menos custo” Idem, vereação de 16 de Agosto de 1712, fls. 70 a 72.

Esta localização era defendida pelo juiz de fora, João da Silva de Carvalho, pelo vereador, Francisco de Abreu de Sande, e pelo procurador do concelho que afirmavam ser mais conveniente instalar a fonte em frente à igreja. Estes homens intimaram o vereador descontente a, se o desejasse, tomar por sua conta a obra da fonte.

Contudo, se assim o quisesse, teria de fazer a fonte de acordo com o projecto previamente definido, ou seja um chafariz em pedra mármore com quatro bicas à semelhança da Fonte de Vila Viçosa, com canos perduráveis e lajes de mármore, tanto no pavimento como na cercadura. Desta forma obtemos uma descrição do projecto inicial da desaparecida Fonte dos Finados. Há também a referência à existência nas proximidades de um lago natural, certamente o lago ligado à lenda da fundação de Borba⁵⁴⁵.

Caso o vereador não assumisse a obra como desejava, os restantes membros da Câmara obrigavam a que este se afastasse da referida obra.

Na verdade, o vereador Agostinho de Gusmão Pais pretendia que a fonte se situasse junto à entrada principal da vila⁵⁴⁶, ou seja, sensivelmente onde hoje se situa a Fonte das Bicas, para melhor servir os regimentos do exército que passassem por Borba. Assim, constatamos que a localização da fonte não era muito distinta entre os vários pontos de vista, devendo a polémica residir em rivalidades e discórdias pessoais dentro da própria Câmara.

Como os outros membros da Câmara tinham a maioria dos votos, recusaram a argumentação do referido vereador, e a Fonte dos Finados acabou por ser construída em frente à Igreja Matriz.

A primeira referência à nova fonte com o nome de “Fonte dos Finados”, surge em 1733, na licença que a 2 de Maio a Câmara Municipal deu a Joana e António dos Passos para extraírem barro das barreiras das estradas excepto *na barreira do Rosio entre a muralha e a Fonte dos Finados sem prejuízo da muralha e estrada*⁵⁴⁷.

O nome “Finados” significa mortos, defuntos, e a razão para a aplicação deste nome reside no facto, em nosso entender, de se localizar em frente à Igreja Matriz e ser associada aos inúmeros funerais que se desenrolavam na sua envolvência.

⁵⁴⁵ A lenda da fundação da vila é um conto medieval que tentou explicar a origem da palavra Borba. Segundo esta lenda, os primeiros povoadores encontraram um enorme barbo num lago existente onde hoje se encontra a vila, originando a palavra barbo o nome de Borba.

⁵⁴⁶ Esta “entrada principal da vila” referida na documentação julgamos ser a da estrada de Elvas por uma questão de facilidade em encanar a água do outeiro de São Sebastião para este local. Consideramos menos prováveis referir-se esta proposta à entrada de Estremoz, apesar de aí haver também nascentes de água.

⁵⁴⁷ ACMBRB, *Livro das vereações de 1731 a 1739*, vereação de 2 de Maio de 1733, fl. 42.

Na transição da Fonte dos Finados para a Fonte das Bicas teve papel fundamental o episódio que se passou com Francisco de Morais Barreto e com sua mulher, Catarina Matilde.

Francisco de Morais Barreto conseguiu no início do século XVIII um alvará régio que lhe permitia encanar para as suas propriedades as sobras das águas da Fonte dos Finados. Em troca, teria de a reconstruir, tornando-a mais útil à população, já que ficaria com infra-estruturas para os animais poderem beber e para os populares poderem lavar a roupa, actividade que provocava a destruição das outras fontes da vila que não estavam preparadas para esta utilização. Assim, a nova fonte seria constituída por *huma arca de abóbada e seu chafaris com três bicas e hum tanque grande pera beberem as bestas e seu lavadouro tudo na forma que se isprime na escretura de contrato que juntara*⁵⁴⁸. Note-se que o programa de utilização definido se assemelha ao da actual Fonte das Bicas. Tal como o monumento que podemos hoje admirar, esta nova Fonte dos Finados seria constituída por três bicas na parte destinada ao consumo humano, um tanque para consumo animal e lavadouro.

Contudo, o referido Francisco Morais Barreto, enquanto viveu, não construiu uma fonte nova, mas cobriu a antiga com uma abóbada e encaminhou toda a água para as suas propriedades, ficando a fonte seca para prejuízo dos habitantes de Borba e dos viajantes.

Perante este facto, a Câmara notificou a viúva do referido Francisco Morais Barreto a construir a nova fonte num prazo de trinta dias, como estava contratado. Caso o não fizesse, a Câmara iria demolir, às custas da viúva, Catarina Matilde, a obra feita para restituir a água aos populares.

Três anos passaram e Catarina Matilde nada fez para restituir a água ao povo e construir a fonte a que seu marido se havia obrigado. A Câmara fez uma nova notificação, a 12 de Agosto

⁵⁴⁸ “Nesta requiere o procurador do conselho que Francisco de Morais Barreto já falecido tinha alcansado alvará de Sua Magestade para redifrica huma fonte pública que está no Rosio de Bacho desta villa fazendo a mesma à sua custa com huma arca de abóbada e seu chafaris com três bicas e hum tanque grande pera beberem as bestas e seu lavadouro tudo na forma que se isprime na escretura de contrato que juntara [...]e não fes enquanto viveu só sim fes huma abóbada na fonte e da mesma encaminhou pera a sua orta pro cano fichado ágoa da mesma sem ficar pera os moradores desta villa pesageiros ágoa alguma nem chafariz nem tanque como tinha de obrigasão [*ilegível*] pondo projuízo aos moradores deste povo e pasageiros pera lhe faltarem ágoa e assim com o procurador deste povo e atendendo ao bem comum e a se ter faltado as condisois do dito alvará que em todo se devia cumprir, requeria que mandasem notificar Catherina Matilde veuva do mesmo pera que em tremo de trinta dias mande fazer o chafaris e tanque na forma disposto em o dito alvará com cominassão de que não o fazendo de se mandar demolir a dita fonte como justa, digo, fonte pondo-se esta no mesmo estado que de antes estava seu chafaris”. ACMBRB, *Livro das vereações de 1739 a 1745*, vereação de 25 de Fevereiro de 1741, fls. 38v e 39. O escrivão municipal que redigiu esta acta foi Caetano Rabaxo que possui o defeito de escrever incorrectamente as palavras terminadas em “r”. Assim, encontramos sistematicamente as palavras “mandra” em vez de mandar, “demolri” em vez de demolir ou “fazre” em vez de fazer. Por uma questão de facilidade de leitura, optámos nesta citação por corrigir apenas este defeito, mantendo nos outros casos a ortografia original.

de 1744, tendo esta sido entregue em mão pelo escrivão do município, Diogo de Sande Vasconcelos Corte Real⁵⁴⁹. Contudo, a referida senhora não reagiu bem à nova notificação da Câmara, já que se registou nas actas que se *lhe tirará a dita ágoa vista a rebeldia*⁵⁵⁰.

A obra feita por Francisco Morais Barreto foi demolida para se restituir a água ao povo e entregou-se as contas à referida Catarina Matilde. Quem ficou encarregue de fazer a cobrança da dívida foi o juiz de fora, mais uma vez devido à *rebeldia* da senhora⁵⁵¹.

Em 1753, a questão da fonte que Francisco Morais Barreto deveria ter construído volta a aparecer nas sessões da Câmara. A consequência de todo o processo foi que o chafariz construído pelo defunto fora demolido e a Fonte dos Finados continuava seca, continuando o povo sem ter a água a que tinha direito, possivelmente por não se terem remodelado as canalizações subterrâneas que levavam a água para as hortas⁵⁵².

A Câmara entendeu que se devia intimar os novos proprietários da horta que recebia as águas da Fonte dos Finados a construir o chafariz definido pela provisão régia: *hum xafaris com três bicas e hum tanque grande para beberem as bestas e seo lavadouro*⁵⁵³.

O novo proprietário era Diogo de Melo, morador na cidade de Évora, que recebeu uma carta do município intimando-o a construir a fonte, sob pena de *lhe serem tiradas as águas que lhe abasteciam a horta*. Como, provavelmente, Diogo de Melo nunca tinha ouvido falar nesta obrigação, nem respondeu à carta da Câmara de Borba.

Os vereadores, perante a falta de água, decidiram aproveitar as canalizações feitas por Francisco Morais Barreto, transferindo a Fonte dos Finados para o Rossio de Baixo, construindo-lhe as três bicas, o tanque e o lavadouro, como estava estipulado pelo alvará régio.

⁵⁴⁹ Cf. Idem, vereação de 12 de Agosto de 1744, fl. 112.

⁵⁵⁰ Idem, vereação de 22 de Agosto de 1744, fl. 113v.

⁵⁵¹ Cf. ACMBRB, *Livro das vereações de 1745 a 1748*, vereação de 31 de Dezembro de 1745, fl. 17v.

⁵⁵² “Nesta foi acor, digo, foi dito pellos officiais da Câmara que Francisco de Morais Barreto tinha alcansado huma provizam de Sua Magestade que se acha rezistada no livro primeiro dos Rezistos pella qual consta alcansar o sobredito a dita provizam de confirmasom de hum contracto que tinha feito com os officios da Câmara daquelle tempo em que se lhe comcedia licença de poder utilizarçe das sobras das ágoas da Fonte dos Finados para efeito de regar no seo jardim, obrigandoçe a facer hum xafaris com três bicas e hum tanque grande para beberem as bestas e seo lavadouro e ainda que consta que o sobredito tenha feito hum xafaris próximo do lagar de Diogo Francisco desta villa [...] o qual de presente se acha demolido e com a fonte daonde lhe corria a ágoa para o mesmo totalmente seca [...] Visto o referido e ter o sobredito mais utilidade na mudança deste xafaris para as ágoas da dita Fonte dos Finados do que em faze-llo de novo, como hé obrigado, acordaram os sobreditos vereadores que na forma da dita provizam e à vista do referido se devia por emposo a obra seguinte: mudouce o dito xafaris que se acha sem água para lugar mais conviniente que pudece receber as ágoas da dita Fonte dos Finados, fazendo-o no mesmo três bicas e juntamente hum tanque e no fim deste outro tanque que posa servir de lavadouro e que deste deve entam ser feito o cano que posa receber as sobras destas ágoas para dellas se utilizar o sobredito para a sua orta” ACMBRB, *Livro das vereações de 1752 a 1766*, vereação de 29 de Agosto de 1753, fls.40 e 41v.

⁵⁵³ *Ibidem*.

A Câmara não cortou o abastecimento de água à horta de Diogo de Melo, apenas fez cumprir a disposição já antiga que obrigava à construção de uma fonte com mais capacidade e infra-estrutura. Como a canalização feita por Francisco Morais Barreto levava toda a água para o Rossio, tornando inútil a Fonte dos Finados, construiu-se aí a nova fonte. Diogo de Melo foi novamente intimado a pagar as despesas da obra, sob pena de lhe serem confiscados os bens em Borba, facto que muito provavelmente acabou por acontecer.

A nova fonte, construída no local onde hoje se encontra a Fonte das Bicas, foi construída por Bartolomeu Lopes Cordeiro pela quantia de 24.800 réis⁵⁵⁴

A questão em volta da nova fonte, que continuava a chamara-se de “Fonte dos Finados”, apesar de se ter afastado da Igreja Matriz, deve ter suscitado alguma polémica, já que, a 19 de Junho de 1754, a Câmara de Borba recebeu uma ordem do rei para se juntar em assembleia a nobreza e povo do concelho para estes se pronunciarem se a fonte era realmente útil ou não⁵⁵⁵. A resposta seguiu para Lisboa, a 7 de Setembro de 1754, apesar de não sabermos qual o seu conteúdo⁵⁵⁶.

Da nova Fonte dos Finados só encontramos notícias em 1772, quando, na vereação de 13 de Maio desse ano, se determinou reparar grande parte das fontes do concelho. No caso desta fonte, decidiu-se acrescentar a sua bacia⁵⁵⁷.

Foram estes os factos que antecederam a construção da actual Fonte das Bicas. A sua referência torna-se importante porque estes condicionaram a concepção da obra de arte que hoje se admira em Borba. A sua configuração funcional e a sua localização resultaram de todo este conturbado processo, que se arrastou ao longo dos anos, onde os interesses de particulares se sobrepunham aos interesses da Câmara e do povo. Será precisamente esta questão que está subjacente à reedificação monumental da Fonte do Rossio, conhecida como Fonte das Bicas, já que é um símbolo do poder da Câmara Municipal, enquanto defensora do “bem comum” e dos interesses do povo.

14.3 A construção da monumental Fonte das Bicas

O primeiro passo para a edificação da actual Fonte das Bicas foi um pedido da Câmara da vila de Borba ao rei, pedindo a autorização para construir o monumento. Na época, reinava

⁵⁵⁴ Cf. Idem, vereação de 8 de Setembro de 1753, fl.42v.

⁵⁵⁵ Cf. Idem, vereação de 19 de Julho de 1754, fl.66.

⁵⁵⁶ Cf. Idem, vereação de 7 de Setembro de 1754, fl.69.

⁵⁵⁷ “Nesta detreminarão se fizece huma ponta [?] defronte da porta de Lourenço Dias Dias [repetição] Silvério e se acrescentace três quartos [?] na bacia das Bicas da fonte da Igreja [...]” ACMBRB, *Livro das vereações de 1766 a 1780*, vereação de 13 de Maio de 1772, fls. 97v e 98.

ainda D. José I, que mandou, como era tradição, que a Câmara reunisse em assembleia a nobreza e povo de Borba para estes se pronunciarem sobre a real necessidade de se construir a referida fonte. Esta reunião teve lugar a 6 de Agosto de 1775 e por todos foi dito que a nova fonte monumental era uma obra muito útil para a vila, devido ao mau estado geral das restantes fontes, destinando a esta obra o remanescente da verba atribuída às “Ruas do País”⁵⁵⁸

Contudo, este dinheiro não era suficiente e, a 4 de Janeiro de 1778, em nova assembleia municipal com a nobreza e povo de Borba decidiu-se vender parte dos bens da Câmara⁵⁵⁹.

Assim que a Câmara Municipal decidiu construir a nova fonte, deve ter cortado o abastecimento da água da nascente à horta de Diogo de Melo, recebendo logo uma petição de D. Maria Vitória de Moraes Moniz de Melo em que solicitava que as sobras da fonte lhe fossem restituídas, comprometendo-se a reconstruir a fonte do Rossio. A referida senhora conseguira uma provisão expedida pelo Tribunal da Sereníssima Casa de Bragança que lhe dava razão⁵⁶⁰.

A 24 de Julho de 1779, a Câmara Municipal e D. Maria Vitória de Moraes Moniz de Melo chegaram a acordo sobre a questão das sobras das águas da fonte, tendo o tabelião borbense, José da Silveira e Couto Panasco, elaborado um contrato notarial que acabou por não ter efeito⁵⁶¹.

A 12 de Junho de 1781, reuniram-se os vereadores da Câmara com o Doutor José de Matos Pereira Godinho, juiz de fora de Sousel, que na altura servia como ouvidor da comarca de Vila Viçosa, para resolver a situação em torno da nova fonte do Rossio⁵⁶².

⁵⁵⁸ “Nesta foi apresentada a provisão de Sua Magestade Fidelíssima em que a Câmara desta villa avia representado ao mesmo senhor a necessidade que avia de huma fonte, seu xafaris e tanque no Rexio desta mesma villa, na qual o dito Senhor manda ouvir a mesma Câmara, Nobreza e Povo que sendo xamadas parecerão as pessoas abaxo assignadas e por todos uniformemente foi dito que esta obra hé munto util pella decencia em que se axão as fontes desta villa e que a sua despeza não duvidão se fassa pellas sobras das Ruas do País e assignarão” Idem, vereação de 13 de Maio de 1775, fl. 135 v.

⁵⁵⁹ “Nesta, a voz do porteiro foi chamada a nobreza e povo para responderem se convinhão na obra que se pertende fazer da fonte do Rexio desta villa e se consentem que a sua despeza se fassa pellos sobejos dos bens de raís visto a pobreza do concelho”, Idem, vereação de 4 de Janeiro de 1778, fl.168.

⁵⁶⁰ “Nesta foi apresentada huma petição de Donna Maria Vitória de Moraes de Mello pella qual pertende que em vertude das provizois expedidas pello tribunal do Sereníssimo Estado de Bragança se lhe mamde restituir as sobras da água da Fonte dos Finados obrigando-ce a perparar a fonte como antes hera”. Idem, vereação de 24 de Julho de 1779, fl.189v. Cf. Idem, vereação de 6 de Novembro de 1779, fl. 196v. ADE, Fundo da Câmara Municipal de Borba, Requerimento que fazem os misteres da vila de Borba para que passe provisão para se utilizar a água da fonte dos finados, cota: AHMBRB/C/E/01/ Cx 04/ pç 12.

⁵⁶¹ Cf. ADE, *Cartórios Notarias de Borba*, Livro 183, fls. 91v a 95.

⁵⁶² “Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Cristo de mil setecentos oitenta e hum annos aos doze dias do mês de Junho no dito anno nos Paços do Concelho desta villa de Borba fizerão vereação o juis vereador e mais oficiais da Câmara no fim assignados e detreminarão fazer este auto por mim Caetano Rabaxo escrivão da Câmara que o escrevi. Nesta vereação sendo presentes o Doutor José de Matos Pereira Godinho, juis de fora da Villa de Sousel que ao presente serve de ouvidor desta comarca em auzência do porprietário e dos menistros mais vezinhos da cabessa della por elle foi apresentada huma

Além dos vereadores da Câmara e do ouvidor da comarca de Vila Viçosa estiveram também presentes nesta reunião os procuradores do povo e o sargento-mor engenheiro José Álvares de Barros, autor do projecto da Fonte das Bicas. A sua função aqui era dar um parecer técnico sobre a melhor decisão a recair na obra da nova fonte.

Decidiram os representantes do povo que, tendo em conta a decisão da rainha de conceder livre uso das águas, se devia construir uma nova fonte no Rossio de Baixo, já que a antiga era desproporcionada e tecnicamente defeituosa, havendo a necessidade de rebaixar a canalização para permitir um melhor escoamento.

Contudo, segundo o sargento-mor engenheiro José Álvares de Barros, a obra de rebaixamento das canalizações não era possível de se executar na antiga fonte.

Assim, fechou-se a antiga fonte e fez-se um chafariz provisório que servisse a população. Pelo que nos revelam os documentos, a antiga fonte era perigosa, tendo ocorrido aí

ordem passada pello tribunal da Junta da Sereníssima Casa de Bargaça expedida em exclusão do que Sua Magestade tomou na comsulta que se lhe avia feito sobre as comtrovécias que tem avido do estado em que se axão as águas da Fonte dos Finados no Rextio de Baxo desta villa, mamdando que se registace com a cópia do Alvará de mil setecentos e oito que e por cópia vem junto à mesma ordem para que assim se pudesse dar a sua execução tudo o que a mesma ordem detremina. E llogo pellos vereadores actuais com assistência dos Procuradores do povo que para este fim se avião comvocato; como também sendo mais prezente o sargento mor emgenheiro José Álvares de Barros chamado para dar o seu parecer sobre o plano que se devia seguir na execussão da referida obra. Por huns e outros foi dito ao dito ministro que, vista a detreminação de Sua Magestade e feculdade que nella se lhe dá para o livro uso das águas da dita fonte, avião acentado que, em utilidade do bem público, se devia por em prática a obra seguinte: Primeiramente que, como a arca que prezentemente existe hé disforme na grandeza e na fundura com o grande peso de sete palmos de água, que se fazia nescessário rebaxar o cano da antiga saída na altura de três palmos que hé o que premite o declívio do terreno aonde se ade formar a nova fonte, xafaris e logo contemplado na ordem que dista da arca antiga duzentos e vinte palmos, em cujo sítio se pos huma baliza na prezença do dito ministro e dos officiais da Câmara e procuradores do povo que todos, na manham do prezente dia se instruirão e capacitarão do terreno e plano que devião seguir na assistência do dito sargento-mor engenheiro que praticando sobre o mesmo terreno o calcullo e medição nescessária se acentou no referido rebaxo dos três palmos da água para fazer o declívio no sítio da baliza, em que se ade fazer a fonte, xafaris. E logo, regulada esta obra pello risco que o dito sargento-mor fica pondo em limpo em beneplácito e aprovação dos ditos officiais a Câmara e procuradores do povo, e por acentar segundo lhe ministrava a sua arte não se poder executar no referido cítio a mencionada obra com utilidade do público sem o rebate ao menos dos ditos três palmos. E para se dar providência imterina ao uso da água da dita fonte em beneficio do público, se detreminou se abrice o alicerce por onde se deve formar o cano em direitura no cítio da baliza na A, digo, da baliza e se puzece água a correr na altura em que ade ficar para que pendurada por huma bica se possa utilizar a povo, tapando-ce a arca antiga afim de se evitarem os perigos e infelicidades que tem acomtecido e se utilize o público da dita água durante a obra pella grande nescessidade que della tem pura e não com a immundice com que se axa, e que as sobras se regalarão, comcluída a dita obra o que visto pello dito ministro depois de imformado das ponderaçoes expreçadas e os imcovenientes que o povo experimenta em falta de água pura comveyo se executace o referido, o que juntos os materiais se lhe dece parte para vir a dita obra no caso de estar servindo de ouvidor, e que se paçace certidão deste acordão para se ajuntar a mesma ordem de que para constar mandarão fazer este termo de acordão que assignou coms os ditos officiais da Câmara, sargento mor emgenheiro e procuradores, Caetano Rabaxo, escrivão da Câmara o escrevi". ACMBRB, *Livro das vereações de 1780 a 1797*, vereação de 12 de Junho de 1781, fls.27v e 29v.

infelices, muito provavelmente afogamentos, devido à profundidade do tanque. A água que brotava da fonte também não vinha nas melhores condições, tendo-se feito uma nova canalização. Assim, com a construção de uma nova fonte, convenientemente projectada, evitar-se-ia a falta de água, melhorar-se-ia a sua qualidade e inovar-se-ia a canalização de modo a conciliar os interesses da população com os interesses de D. Maria Vitória de Moraes Moniz de Melo, que tinha do seu lado a provisão régia e a decisão do tribunal da Casa de Bragança que lhe dava o direito a usufruir dos restos da água da Fonte dos Finados.

A Fonte das Bicas surgia, assim, como uma obra de engenharia que necessitaria de um esforço acrescido por parte do município. Desta forma, na vereação de 4 de Julho de 1781, decidiu a Câmara Municipal vender os direitos sobre os *pastos dos olivais, águas, vertentes para a serra não só este anno, mas também o vindouro para com o produto melhor se poder fazer a obra que se pertende fazer*⁵⁶³.

A obra foi iniciada pela abertura das novas canalizações projectadas pelo engenheiro sargento-mor José Álvares de Barros. Inicialmente, tinha-se determinado fazê-las em telha de barro, contudo, optou-se por fazê-las em pedra mármore devido à durabilidade e à higiene⁵⁶⁴. A obra das canalizações da fonte foi arrematada a José Mansos da Silva por 27.600 réis⁵⁶⁵. Ao mesmo tempo, a Câmara decidiu abrir uma sanja a partir da nascente da antiga Fonte dos Finados, que se encontrava em frente à igreja⁵⁶⁶, obra que possuía um projecto desenhado⁵⁶⁷, certamente feito pelo referido engenheiro militar.

A partir da acta da sessão de vereação da Câmara de Borba, de 8 de Setembro de 1781, percebemos que o projecto da Fonte das Bicas era, mais que uma simples obra de arte, um arrojado e inteligente projecto de engenharia que permitia um melhor aproveitamento das águas. Ou seja, ia-se buscar a água à nascente, colocando-a ao dispor do povo numa fonte pública, de seguida, a água iria regar as hortas que se encontravam a Norte, desaguando na Ribeira de Borba, onde iria fortalecer o caudal, beneficiando as azenhas que se encontravam ao longo da ribeira e a Tapada Real de Vila Viçosa que se alimentava da água desta ribeira, cuja abundância de caudal causara espanto na época⁵⁶⁸.

⁵⁶³ Idem, vereação de 4 de Julho de 1781, fl 31v.

⁵⁶⁴ “Nesta detreminarão que o cano que ficou detreminado se fizece de telha se fizece de pera de cantaria por ser de mais dura e limpeza para o que se puzece em praça a quem quizece lançar” Idem, fl 32.

⁵⁶⁵ Cf. Idem, vereação de 14 de Julho de 1781, fl 32v.

⁵⁶⁶ Cf. Idem, vereação de 21 de Julho de 1781, fl 33.

⁵⁶⁷ Cf. Idem, vereação de 18 de Agosto de 1781, fl 34.

⁵⁶⁸ “Nesta detreminarão que, visto a experiência que se tem feito na arca da fonte de frente da Igreja que se axava seca, e a grande abundância de água que de presente b[r]ota de que rezulta grande proveito ao público em rezão das ortas que com ela regão nos dias de sougiro. E além disto, os emgenhos reais

A Câmara pretendia assim satisfazer de forma racional todas as exigências e interesses das várias partes em conflito. O Estado assumia-se como mediador, juiz e encaminhador dos interesses dos seus súbditos, seguindo assim a ideologia do “Despotismo Iluminado”.

Perante o inesperado caudal da nascente da velha Fonte dos Finados, decidiu fazer-se um sistema de aquedutos subterrâneos, para a nova Fonte das Bicas, que ainda estava por construir.

A obra da canalização em alvenaria que levaria a água da nascente à futura fonte foi atribuída a João da Silva, “mestre alveineo” por 100.000 réis. O lajeado da referida canalização foi arrematado por José Mansos da Silva, mestre canteiro, por 280 réis o palmo das partes cobertas por abóbada, e a 360 réis o palmo de canalização coberta por “lajedo preto”, muito provavelmente pedra de xisto⁵⁶⁹. As canalizações da Fonte das Bicas foram, assim, concebidas de novo e construídas para ter uma longa durabilidade.

Construído o sistema de canalizações subterrâneo, a Câmara decidiu lançar a obra da construção da parte artística e monumental da Fonte das Bicas. A 5 de Dezembro de 1781, determinou-se que *se puzece em praça a obra da Fonte, xafaris e lavadouro e se puzecem editais nas terras vezinhas para quem nelle queira lançar*⁵⁷⁰.

Note-se que, devido à falta de mão de obra especializada se teve de recorrer a mestres de outros concelhos, possivelmente de Estremoz e Vila Viçosa. A obra da Fonte das Bicas foi arrematada, a 2 de Janeiro de 1782, por António Franco Paíño, pela quantia astronómica de seis mil cruzados, ou seja, 2.880.000 réis⁵⁷¹.

A obra da construção da Fonte das Bicas decorreu sem sobressaltos, até 1784, data em que se colocou em praça o *acrescimo da obra da Fonte do Rexio de Baxo na forma do apontamento della e se pacem editais para Villa Viçosa e Estremoz*⁵⁷². Este acréscimo era a componente decorativa do projecto. Apesar de se terem colocado editais fora do concelho, nos centros limítrofes mais importantes, não se conseguiu arrematante, sintoma de falta de mão-de-

de azenhas por toda a ribeira de Borba aonde se vai incluhir a água da dita fonte. E além disto a Real Tapada de Sua Magestade Fidelissima que tem dias detreminados fora dos giros das ditas ortas à vista do rezultado mandarão que obra da dita fonte continuace arematando-ce, no entanto, os aquedutos por se axarem corridos os pregois na forma detreminada na vereação paçada em dezoito de Agosto a folhas trinta e quatro athé donde se ade fazer a Fonte da água dos Finados, com bicas separadas desta que a seu tempo se ade arematar por assim entenderem ser mais conveniente ficando esta obra mais completa e segura para o futuro”. Idem, vereação de 8 de Setembro de 1781, fl 35.

⁵⁶⁹ Cf. Idem, fl. 35v

⁵⁷⁰ Idem, vereação de 5 de Dezembro de 1781, fl. 38.

⁵⁷¹ Cf. Idem, vereação de 2 de Janeiro de 1782, fl. 39v.

⁵⁷² Idem, vereação de 15 de Maio de 1784, fl 62v e 63.

obra especializada para uma campanha artística de vulto. Assim, a obra foi colocada novamente em praça a 9 de Junho de 1784⁵⁷³.

Vinte dias depois, a 29 de Junho de 1784, a campanha artística foi arrematada pelo mesmo António Franco Paínho, que arrematou a obra de cantaria por 800.000 réis e a construção da cúpula da fonte em 200.000 réis. Contudo, o mestre pedreiro não se comprometeu a executar as esculturas que requeriam uma componente artística mais afinada, obrigando a Câmara a abrir concurso para estas importantes parcelas da fonte⁵⁷⁴.

Infelizmente, a documentação não refere quem executou a componente artística da fonte, tendo Túlio Espanca adiantado a hipótese desta ter saído das mãos dos irmãos escultores borbenses António e Angélico Velez⁵⁷⁵.

Perante este inovador sistema de aproveitamento dos recursos hídricos em Borba, surgiram outros proprietários que queriam usufruir das águas provenientes da Fonte das Bicas. O Visconde da Lourinhã, Manuel Bernardo de Melo e Castro (1716-1792), apresentou, em Outubro de 1784, uma petição à Câmara de Borba, solicitando *licenssa para emcanar as águas giradas da Fonte das Bicas*⁵⁷⁶. Como a Câmara havia recebido no mês anterior ordens expressas da rainha para satisfazer todos os pedidos do referido visconde⁵⁷⁷, decidiu dar-lhe a referida licença.

Em relação à construção da Fonte das Bicas, sabemos que, em Setembro de 1785, estava quase concluída. No dia 28 desse mês, a Câmara reuniu-se pois constara que o lajeado do gradeamento era pequeno, não se adaptando esteticamente ao resto do monumento. Assim, os vários vereadores decidiram dar ordem ao mestre pedreiro António Franco Paínho para reformular o lajeado, pagando o trabalho que não estava previsto⁵⁷⁸. Nota-se, assim, por parte

⁵⁷³ “Nesta detriminarão que novamente se puzece em praça a cantaria da cúpulla da fonte e alvanaria com a mais cantaria à parte para quem nella quizer lançar por se acentar que assim se faria com mais cómodo”. Idem, vereação de 9 de Junho de 1784, fl 63v.

⁵⁷⁴ “Nesta detreminarão se puzece em praça as figuras da fonte que novamente se detremina fazer. Nesta se arematou a obra de alv[en]jaria com a cantaria pertencente à mesma em oitocentos mil réis que lançou José, digo, António Franco Paínho e a cúpulla em duzentos mil réis”. Idem, vereação de 29 de Junho de 1784, fls. 64v e 65.

⁵⁷⁵ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 104.

⁵⁷⁶ ACMBRB, *Livro das vereações de 1780 a 1797*, vereação de 23 de Outubro de 1784, fl 69v.

⁵⁷⁷ Cf. Idem, vereação de 5 de Setembro de 1784, fl 67.

⁵⁷⁸ “Nesta se porpos que tendo o mestre António Franco arematado a obra da fonte do Rexio de Baxo e executando-ce e quasi comcluindo-ce aquella, se via ficar o lageado do gradeamento pequeno, parecendo conformemente a todos ficar a obra defectuoza e que se poderia remediar, acrescentando-ce o referido lageado e como esta justamente em beneficio e regularidade da obra deverá ser feito pello mesmo mestre que desde a sua origem a riscara e executara e quasi comcluira, se detreminou, fizece o mencionado acrescentamento, o qual de facto se executou e como este não tinha sido contemplado na respectiva arematção, se lhe mandou pello Senado que focem dois mestres canteiros avaliar o tal acrescentamento para se lhe satisfazer e que tomada por termo a avaliação se juntace ao referido auto

dos vereadores municipais, uma preocupação estética pela Fonte das Bicas que transcende o seu mero funcionalismo.

A visita da rainha D. Maria I em 1786 à vila poderá denunciar que a fonte estava totalmente pronta para ser vista pela monarca constituindo assim, um monumento de afirmação do orgulho borbense.

Finalmente, a última notícia da génese da Fonte das Bicas data de 1788. Nesta data, sabemos que a fonte já estaria a funcionar na sua plenitude, tendo já as bicas para fornecer a água às pessoas, o bebedouro para os animais e o tanque para se lavar a roupa, tal como previa inicialmente a fonte que Francisco de Moraes Barreto deveria ter construído. Contudo, devia haver alguma confusão entre os habitantes de Borba já que muitos lavavam a roupa na área destinada ao consumo de homens e animais, tal como prova a ordem camarária de 31 de Dezembro de 1788⁵⁷⁹.

14.4 Análise e interpretação do monumento

Após a abordagem da informação documental, possível de exarar dos ricos arquivos da Câmara Municipal de Borba, torna-se necessário observar a Fonte das Bicas enquanto obra de arte e monumento de uma conjuntura cultural e artística muito específica.

A Fonte das Bicas localiza-se no Rossio de Baixo, local que, ao contrário do normal, não é o centro económico e social da vila. O Rossio de Baixo situa-se à saída da vila de Borba, na confluência das estradas que se dirigem para Vila Viçosa, Elvas e Santa Bárbara.

A sua implementação obedeceu rigorosamente aos pontos cardeais, contrariamente a todo o tecido urbano existente e de acordo com uma mentalidade racionalista e iluminista vigente na época. De facto, a Fonte das Bicas é o mais bem orientado monumento em Borba.

A sua envolvência é ajardinada e corresponde a um arranjo urbanístico do século XX, contudo, o terreno arborizado que se desenvolve por detrás, junto ao lago, poderá corresponder à forma original do jardim setecentista, já que este é delimitado pelas centenárias estradas que saem de Borba.

A Fonte das Bicas, enquanto objecto arquitectónico, é constituído por várias partes: a fonte monumental em mármore, destinada a fornecer água à população, o bebedouro, destinado aos animais, principalmente às bestas de carga, que está no alçado Norte, no caminho para Santa

de arematação e junto a elle se faça declaração, e isto mesmo referindo-ce a este acordão”. Idem, vereação de 28 de Setembro de 1785, fls 79v e 80.

⁵⁷⁹ “E outosim acordarão que nenhuma pessoa lave couza alguma dentro das bacias da fonte nova nem tão pouco nos dois tantes [sic] e xafaris excetuado a roupa que se deve lavar no lavadouro destinado para a mesma”. Idem, vereação de 31 de Dezembro de 1788, fl. 106v.

Bárbara, o lavadouro, elemento destacado do conjunto e que foi demolido em data recente, e o grande tanque que está por detrás do espaldar decorado, do lado Este.

A entrada na fonte destinada à população e, como tal, alvo da campanha artística mais importante, faz-se através de três pequenos labirintos, que têm por função impedir o acesso dos animais à água destinada aos humanos, mas correspondem também a um ideal estético muito comum do barroco e do rococó. A arte do final do século XVIII terá um gosto particular pela ilusão e pelo “trompe l’oil”, o engano do olho, sendo muito frequente a concepção de pequenos labirintos, principalmente em jardins.

É muito interessante verificar que no gradeamento do “labirinto” principal existem duas marcas de ferreiro, feitas a quente, iguais, escritas em árabe⁵⁸⁰. A explicação para este facto permanece por descobrir. O século XVIII, é uma época muito tardia para a existência de artífices muçulmanos em Portugal, mais frequentes no século XV. No século XVIII também não havia ainda um gosto pelo orientalismo, que só surgiu com o Romantismo no século XIX. Além disto, o carácter funcional destas punções levam a crer que não eram destinadas a serem vistas como objecto artístico ou imagético. Finalmente, a hipótese de um reaproveitamento de ferros de uma época anterior, também não parece credível pela unidade do trabalho e pelo seu bom estado de conservação, tendo em conta que estão à mercê da intempérie.

Existe porém um dado histórico que poderá criar uma pista de trabalho para desvendar este mistério da Fonte das Bicas. Sabemos que o último governador de Mazagão, a última praça portuguesa do Norte de África, era da família dos Condes das Galveias⁵⁸¹, proprietários da Quinta do General e com fortes ligações a Borba. Quando se abandonou Mazagão, em 1770, D. Dinis Gregório de Melo e Castro poderá ter regressado a Portugal, provavelmente a Borba, trazendo consigo artífices locais, que dez anos depois, executaram o gradeamento da Fonte das Bicas.

Seria este mestre ferreiro um tal José António, filho de pai incógnito e de Mariana da Conceição, natural de Mazagão que no dia 3 de Julho de 1764, baptizou na Igreja de São Bartolomeu a sua filha chamada Ana⁵⁸²?

A Fonte das Bicas é uma estrutura vertical dividida em três registos. No primeiro, encontramos o tanque e as três bicas destinadas à população. No segundo, prefigura-se o corpo principal, dividido por quatro pilastras embebidas decoradas com grinaldas e laçarotes ao

⁵⁸⁰ O Dr. Gonçalo Lopes leu esta inscrição como podendo ser “Alá” ou “de Alá”, embora com algumas reservas.

⁵⁸¹ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Op. Cit.*, vol. V, pp. 143 e 144.

⁵⁸² Cf. ADE, Cartórios Paroquiais, Freguesia de São Bartolomeu – Borba, Livro 6, *Livro de Registo dos Baptismos de 1760 a 1791*, fl. 85v.

gosto do reinado de D. Maria I. Ao centro, observamos um medalhão com o retrato de perfil da rainha, tal como aparecia nas moedas de ouro do seu governo. Por baixo do medalhão, é possível ler-se a seguinte inscrição seguindo a tradução que o padre António Joaquim Anselmo fez desse texto: *Reinando a nossa Fidelíssima rainha Maria, primeira do nome, com o nosso Fidelíssimo rei Pedro III, obtida auctorização régia e sob os auspícios e protecção do Ill.mo e Ex.mo Visconde da Lourinhã, zelozíssimo governador d'esta província: a Câmara mandou construir esta copiosa fonte e magnífica obra, na qual brilha e refulgem (à primeira vista) a grandeza e beneficência real, o poder e o affecto do protector, a actividade e o zelo dos vereadores, e a utilidade e honra do povo. Por isso este, em signal de perpétua gratidão, mandou exarar esta memória no anno do Senhor de 1781*⁵⁸³.

Esta inscrição levanta alguns problemas quanto ao seu conteúdo. O primeiro é, sem dúvida, o ano referido: 1781. Se recordarmos a cronologia da documentação existente no arquivo municipal, vemos que nesta data a Fonte das Bicas estava ainda a ser iniciada, tendo apenas sido concluída após 1785. A segunda questão prende-se com a exaltação dos monarcas e do visconde da Lourinhã. Novamente, se recordarmos a documentação, vemos que a obra da fonte foi inteiramente paga pela Câmara sendo que o papel do governo central foi apenas o de autorizar a referida construção. O papel do visconde da Lourinhã foi igualmente diminuto na concepção da Fonte das Bicas. D. Manuel Bernardo de Melo e Castro, apesar de pertencer à família dos Condes das Galveias, proprietária da Quinta do General, aparece apenas em Setembro de 1784 estando há muito tempo a fonte projectada e quase concluída, decorrendo já a obra de decoração.

Há, pois, por parte desta inscrição, pelo retrato da rainha e pelo magnífico brasão de armas, uma exaltação do poder régio e dos seus ministros enquanto protectores da população, ou seja, há um aproveitamento da coroa, ao utilizar a Fonte das Bicas como uma obra de propaganda. Contudo, como a inscrição está em latim, não se dirigia ao comum habitante de Borba, que certamente sabia que aquela magnífica fonte tinha sido concebida e paga inteiramente pela Câmara Municipal.

⁵⁸³ Legenda original: IMPERANTIBUS FIDELIS / SIMA REGINA NOSTRA / MARIA NOMINE I: CUM / FIDELISSIMO REGE NOSTRO / PETRO III: OBSENTA REGIA / FACULTATE: SUB AUSPICIO / ET PATROCINIO ILLIMI AC EX / MI VICE COMITIS DE LOU / RINHAA HUIUS PROVINCI / AE GUBERNATORIS VIGILA / TISSIMI: SENATUS HUNC / COPIOSUM FONTEM ET MA / GNIFICUM OPUS CONS / TRUERE FECERUNT: IN IL / LO(ICTU OCULI) FUL / GENT ET NITENT: REGUM / MAGNITUDO ET BENEFI / CENTIA: PROTECTORIS PO / TESTAS ET AMOR: DECURI / ONUM ACTIVITAS ET ZE / LUS: POPULIQUE UTILITAS / ET DECOR: ET IDEO ISTE / IN GRATITUDINIS SUAE PER / PETUUM MONUMENTUM / HANC MEMORIAM EXA / RARE FECIT. ANNO DOMI / NI / MDCCLXXXI. ANSELMO, Padre António Joaquim, *Op. Cit.*, pp. 27 e 28 nota.

Decorando lateralmente este corpo principal onde se encontra a inscrição, existem duas volutas em *rocailles* ao gosto do rococó francês.

Por fim, no terceiro registo surge o coroamento da fonte, um grande coruchéu rematado com um fogaréu, elemento decorativo muito comum neste período, principalmente no coroamento dos frontões das igrejas e que aqui também aparece aos cantos. O elemento central e mais importante desta parte do monumento é, sem dúvida, o grande e imponente brasão de armas régias, ornamentado por *rocailles*.

Ladeando a grande fonte, existem dois pequenos fontanários, numa estrutura semelhante à fonte principal. Nestes, a água jorra pela boca de um golfinho envolto em *rocailles*. Apesar de se poder pensar que estes seres marinhos poderiam simbolizar o barbo, tal não deverá corresponder à verdade, já que são um elemento decorativo muito comum, principalmente nos lavatórios das sacristias das igrejas.

Coroando cada uma destas fontes laterais, encontramos dois bustos idealizados, o do lado direito representa um homem com barbas e o do lado esquerdo uma mulher. Estes dois bustos simbolizam os dois sexos da Humanidade.

Por baixo do busto feminino encontra-se a inscrição FINADOS, de certo uma alusão ou memória da antiga fonte que se situava de frente à Igreja Matriz.

O alçado Este, parte traseira da fonte, é menos decorado. As volutas laterais são esculpidas de forma simples e o conjunto é coroado com o antigo brasão de armas da vila de Borba, que foi utilizado até à primeira metade do século XX. Este brasão representa o barbo, o castelo da vila e o sobreiro onde apareceu a Virgem Maria, correspondendo à disposição original que encontramos no sinete carimbado nos livros de actas da Câmara, de 1702.

Ao centro, tal como no alçado oposto, encontramos uma lápide com uma inscrição em latim onde se lê, recorrendo novamente à tradução do padre Anselmo: *Reinando Maria I e Pedro III, o Senado de Borba mandou construir de precioso mármore e com toda a solidez esta fonte coroada, edificando-a sobre a rocha firme, no anno do Senhor de 1781*⁵⁸⁴.

Como podemos ver, adopta-se aqui a data em que se iniciou a construção da fonte e não a da sua conclusão. Tal como o alçado oposto era apologista da coroa, este adopta o mesmo carácter propagandístico, mas agora em relação à Câmara Municipal, não só pelo conteúdo da inscrição, mas também pela pedra de armas municipais.

⁵⁸⁴ Legenda original: IMPERANTE MARIA I / ET PETRO III / BORBAE SENATUS / HUNC / CORONATUM FONTEM / FIRMITER DE LAPIDE PRETIOSO / AEDIFICATUM / SUPRA FIRMAM PETRAM / EXTRUI CURAVIT / ANNO DOMINI / MDCCLXXXI. Idem, *Op. Cit.*, p. 28 nota.

A mensagem da fonte é clara. Pretende enaltecer o Estado, na sua dupla vertente nacional e municipal, enquanto protector e zelador dos interesses do povo.

Por baixo da inscrição existe uma porta e no seu interior uma nova inscrição, desta vez em português e que sintetiza, talvez com mais verdade, todas as outras:

M(aria) I E P(edro) III MANDARAO

FAZER ESTA OBRA A

CUSTA DO SENADO E

POVO

1781

Torna-se interessante verificar a construção de um muro que prende as águas do lago que estão a uma cota superior que o terreiro da fonte. O lago, como já referimos, é meramente decorativo e pretende recriar o lago onde, de acordo com a lenda, os primeiros povoadores encontraram o barbo que originou o nome da vila.

Contudo, é possível perceber que, originalmente, este tanque não estaria tão cheio. Esta observação faz-se pela concha que está na parte traseira da fonte e nos cantos, que serviria para fazer uma pequena cascata, mas que, actualmente, está submersa, tal como a pequena enseada de embarque em calçada.

De facto, prevaleceu até ao século XX a tradição de manter neste lago uma embarcação de recreio com o seu barqueiro, que era atracada ao pináculo da enseada.

O bebedouro dos animais situa-se na estrada em direcção a Santa Bárbara, local cheio de quintas agrícola onde os animais de carga desempenhavam um papel importante, sendo necessário saciar-lhes a sede. Esta peça é constituída por várias lajes em mármore unidas por gatos de ferro, estando actualmente fora de uso.

O lavadouro estava desligado da fonte monumental e por esta razão não foi entendido como parte do conjunto e foi demolido no século XX.

Como observámos, a localização da Fonte das Bicas não é meramente funcional, já que a nascente que a abastece está no outeiro de São Sebastião, vindo a água para a fonte por intermédio de canalizações subterrâneas em alvenaria e abóbadas. Observando mais atentamente, vemos que a fonte é o monumento de Borba melhor orientado com os pontos cardeais, melhor ainda que qualquer uma das igrejas, edifícios sempre com grande preocupação na orientação. Também é possível constatar que a Fonte das Bicas, apesar de estar no “Rossio”, não está no centro da vila de Borba, que é a Praça. Houve, portanto, uma preocupação de colocar a fonte no Rossio de Baixo, actual Praça da República, local que ainda hoje é um cruzamento de estradas. A Fonte das Bicas está, assim, no centro deste cruzamento:

para Norte segue a antiga estrada real para Elvas, para Este segue a estrada para Santa Bárbara, para Sudeste a estrada para Vila Viçosa e para Oeste desenvolve-se toda a vila de Borba, com as consequentes vias para Estremoz, Santiago de Rio de Moinhos, Évora e Lisboa.

A Fonte das Bicas situou-se intencionalmente num local de passagem, num cruzamento, locais que desde sempre receberam a introdução de monumentos com carácter religioso ou não: *em todas as tradições se ergueram obeliscos, altares, pedras, capelas e inscrições nas encruzilhadas: são um lugar que levam à paragem e à reflexão*⁵⁸⁵.

Apesar de não ter uma simbologia religiosa, a Fonte das Bicas convida inevitavelmente à paragem, nem que seja pelas suas águas que saciavam a sede aos animais, pela beleza monumental que oferecia ao viajante e pela agradável frescura que proporcionava nos dias de calor.

A sua localização também se prende com a lenda da aparição de Nossa Senhora em de Borba. Se analisarmos esta lenda, relatada por frei Agostinho de Santa Maria, em 1718, e que, por sua vez, lhe foi transmitida pelo padre da Igreja Matriz, frei Gonçalo Franco Leitão, iremos encontrar alguns factos interessantes. Segundo este autor, a Virgem Maria aparecera num bosque de sobreiros que existia perto de uma lagoa nas imediações do local chamado das “Casas Novas”, daí que o evocação da Igreja Matriz seja de Nossa Senhora do Soveral: *Havia antigamente junto a este lugar huma alagoa, que se formava das ágoas de huma grande fonte, que ainda hoje chamão Fonte da Villa & junto à alagoa havia huma grande mata de Sovereyros, de que ainda hoje há vestígios, como também dos canos, por onde corria a ágoa para a alagoa, a qual se abrio & se lhe deo corrente & já neste tempo não há vestígios della. Junto a esta alagoa havia humas casas humildes, que servião aos caçadores, quando vinhão à montaria da muyta caça, que descia a beber na alagoa, às quaes ainda hoje chamão as Casas Novas, ou porque se reedificarão, ou porque forão as primeyras da povoação. Hé tradição, que ao pé de huma sovereyra, que alli ficava perto, apparecera Nossa Senhora com o Menino nos braços (sem dúvida para dar a entender àquella gente, que daquelle lugar se havia de dar principio à nova povoação)*⁵⁸⁶.

Ora, a Fonte das Bicas fica precisamente junto à Rua das Casas Novas. O tanque e a pequena área ajardinada que se desenvolvem por detrás da fonte, hoje totalmente transformada, pretendem recriar a paisagem onde apareceu a Virgem Maria. Contudo, em toda a fonte não encontramos qualquer referência iconológica à Virgem. Isto prende-se novamente com outra lenda, a história da fundação de Borba, lenda de origem medieval, muito mais querida

⁵⁸⁵ CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain, *Op.Cit.*, p. 283.

⁵⁸⁶ SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Op. Cit.*, pp. 162 e 163.

pelos borbenses e ainda hoje viva entre a população local. Segundo esta lenda, o nome de Borba deve-se ao facto dos primeiros povoadores terem encontrado numa lagoa um barbo, peixe que deu nome à vila e que aparece no seu brasão de armas desde o reinado de D. Dinis. Esta lenda é relatada pelo pároco da Igreja Matriz, Estêvão Matos de Oliveira Castro, em 1758: *Seus primeiros fundadores lhe derão o nome de Barbo, em razão de haverem achado dois desta espécie em hum lago, aonde hoje está o Castello, os quaes tomarão por armas da mesma villa, mandando-os esculpir em alguns lugares*⁵⁸⁷.

Como o lago relatado na lenda da fundação é situado no local onde está o castelo, adoptou-se o lago relatado na lenda do aparecimento da Virgem em Borba, no Rossio de Baixo, como local ideal onde colocar a Fonte das Bicas. De facto, a existência de um lago no local do castelo é improvável enquanto que o lago do Rossio de Baixo está documentado em 1712⁵⁸⁸.

A localização da Fonte das Bicas e a sua envolvimento pretende ser, assim, uma recriação dos locais ligados à lenda da fundação de Borba, ou seja, de exaltação do Concelho.

Esta exaltação faz-se também na aplicação dos mármorees da região, sem dúvida, a cantaria mais económica, mas elogiada na lápide que existe no alçado Este do monumento: *O Senado de Borba mandou construir de precioso mármore...*⁵⁸⁹.

A própria função do monumento, a de dar a beber a água que nasce do interior da vila, também é uma componente de exaltação do concelho, já que, como observámos, os borbenses consideravam esta água como uma das melhores do país: *digna do melhor mérito e estimação, por que conforme a observação dos médicos, além de serem as suas águas muito puras e saborosas, são as mais salutíferas do continente*⁵⁹⁰.

Assim, a Fonte das Bicas transcende o seu papel funcional e utilitário e torna-se um monumento à água, ao mármore e à Câmara Municipal, ou seja, um monumento a toda a região de Borba.

14.5 A origem estética da Fonte das Bicas e a sua importância na concepção de outros monumentos

A Fonte das Bicas assume, no panorama artístico nacional, principalmente no Alentejo, alguma novidade estética e artística. Normalmente, a fonte pública alentejana seguia, salvo algumas excepções, o modelo maneirista da Fonte da Praça do Giraldo, em Évora, ou seja, um tanque, de secção circular ou octagonal, tendo no centro um chafariz com quatro bicas. Este

⁵⁸⁷ IAN/TT, *Dicionário Geográfico – Memórias Paroquiais*, vol. 7, Memória n.º 38, p. 989.

⁵⁸⁸ ACMBRB, *Livro das vereações de 1709 a 1713*, vereação de 16 de Agosto de 1712, fls. 70 a 72.

⁵⁸⁹ Cf. ANSELMO, Padre António Joaquim, *Op. Cit.*, p. 28, nota.

⁵⁹⁰ IAN/TT, *Dicionário Geográfico – Memórias Paroquiais*, vol. 7, Memória n.º 38, p. 997.

modelo assumia um carácter mais utilitário, possibilitando a recolha de água a um maior número de pessoas, ao contrário das fontes medievais, sempre apertadas, por possuírem apenas um tanque simples encostado directamente à parede donde brotava a água.

Este modelo eborense, pela sua funcionalidade, foi amplamente utilizado em diversas localidades alentejanas, tendo mesmo sido pensada a sua utilização na Fonte dos Finados, em 1712: *xafaris da fonte de pedra mármore, quatro bicas como as da fonte de Villa Visoza, de guros de pedra mármore, lageado da mesma pedra mármore*⁵⁹¹. A fonte referida em Vila Viçosa deve ser a Fonte da Praça, que também segue o modelo referido.

A Fonte das Bicas, ao abandonar esta tipologia funcional, irá enveredar por um modelo mais monumental, com capacidade para receber uma maior campanha artística, colmatando a funcionalidade do anterior, com grandes tanques, separados por funções e por questões de higiene: consumo humano, consumo animal e lavagem.

Torna-se necessário entender quais os modelos onde a Fonte das Bicas se foi basear. A resposta está na capital. Durante o século XVIII, Lisboa irá sofrer um grandioso plano de abastecimento de água, que coincidirá com o reinado de D. João V. Este processo assemelha-se muito ao de Borba, salvo as devidas diferenças. De início, o plano de abastecer a cidade de Lisboa de condutas era um projecto defendido por particulares. Contudo, devido à grandiosidade e complexidade da obra, cedo se percebeu que só os poderes instituídos, como a Coroa e a Câmara, poderiam concretizá-la. Assim, a obra de abastecimento de água a Lisboa tornou-se numa obra de afirmação da monarquia e da Câmara, enquanto protectores e zeladores do povo e das suas necessidades, mensagem em tudo semelhante à emanada pela Fonte das Bicas.

Esta enorme obra de engenharia tem como monumento mais emblemático o grandioso aqueduto de Lisboa, mas não se resume apenas a este monumento. A obra envolvia as complexas condutas, enterradas debaixo do solo e a construção de uma rede de chafarizes, em Lisboa, para abastecimento da população. O primeiro conjunto de chafarizes foram os desenhados por Carlos Mardel, em 1752 (Rato, São Pedro de Alcântara, Esperança, Rua Formosa e Santa Catarina), e todos eles têm traços comuns, muito semelhantes à Fonte das Bicas. Tal como o monumento borbense, as fontes de Lisboa desenhadas por Mardel possuem um espaldar decorado entendido como zona nobre do conjunto, tal como dois tanques que dividem racionalmente a água, entre consumo humano e consumo animal⁵⁹². O Chafariz de Santa Catarina, que nunca foi construído, também possui o espaldar dividido em três corpos, à

⁵⁹¹ ACMBRB, *Livro das vereações de 1709 a 1713*, vereação de 16 de Agosto de 1712, fls. 71 e 71v.

⁵⁹² Cf. CAETANO, Joaquim Oliveira, *Chafarizes de Lisboa*, p. 76.

semelhança da Fonte das Bicas. Contudo, nenhuma das fontes lisboetas possui o lago traseiro, prova de que este elemento é uma inovação do monumento borbense, que se relaciona, como já observámos, com a lenda da fundação da vila.

Outro ponto que existe em comum entre as fontes de Carlos Mardel e a Fonte das Bicas é que ambas foram concebidas como modeladoras de praças. Ao contrário das fontes maneiristas de tanque circular e chafariz ao centro, implantadas numa praça ou rossio já existente, as fontes de Mardel *criaram novas praças, transformaram, regularizando, as pré-existentes, ou colocaram-se nelas em pontos estratégicos, assumindo-se claramente como um mobiliário utilitário extremamente activo na paisagem urbana, dinamizando-a através da incorporação de valores cenográficos e monumentais* como afirma Joaquim de Oliveira Caetano⁵⁹³.

A Fonte das Bicas transcende o seu carácter utilitário e assume-se como um monumento modelador da “Praça Nova” constituindo uma peça fundamental no plano de urbanização da zona oriental da vila, fenómeno semelhante ao que se passou em Lisboa.

A utilização do modelo lisboeta de Carlos Mardel representa uma novidade em todo o Alentejo, tornando-se necessário entender como a Fonte das Bicas foi recebida e interpretada na região.

Neste aspecto, os documentos são nulos, restando ao historiador descobrir outros imóveis cuja linguagem estética derive da fonte borbense. O primeiro chafariz que podemos considerar como subsidiário deste monumento é a Fonte Monumental da Praça do Alandroal.

Apesar de já existir desde 1708, a obra arquitectónica que hoje podemos observar foi construída pelo mestre pedreiro João Tiago, entre 1786 e 1790⁵⁹⁴, ou seja, nos anos seguintes à Fonte das Bicas. Tal como esta fonte, o exemplar do Alandroal é constituído por um espaldar vertical dividido por quatro pilastras adossadas, coroamento triangular com as armas régias, utilizando, inclusive, dois bustos clássicos. Outro ponto de contacto entre estas duas fontes é o grande tanque com forma de lago quadrado que existiu nesta fonte, até ao início do século XX, sendo aqui utilizado como lavadouro público.

A Fonte do Alandroal influenciou-se claramente na monumental Fonte das Bicas, em Borba, contudo, a interpretação que a primeira fez da segunda foi mais popular e vernácula, mostrando uma vontade de imitação rápida de uma novidade regional, sem grande entendimento da proporção e da estética da Fonte das Bicas.

⁵⁹³ Idem, *Op. Cit.*, p. 27.

⁵⁹⁴ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, vol. IX, t. I, 1978, pp. 25 e 26.

Estes valores estarão muito mais presentes na Fonte da Quinta do Maduro, em Estremoz⁵⁹⁵, monumento datado de 1812 e que, apesar de mais pequeno, possui a mesma espacialidade e proporção que a fonte de Borba.

Contudo, a Fonte da Quinta do Maduro anuncia uma forma mais erudita, ao despir-se de toda a decoração de *rocailles* que abunda na Fonte das Bicas, apresentando um formulário mais neoclássico, mais ao gosto do seu encomendante, o proprietário da quinta, Francisco Borges Maduro que, no centro do espaldar, mandou inscrever, em vez de um texto em latim laudatório da sua pessoa, um verso satírico em português brincando com o seu nome, atitude que pretende ironizar a inscrição das Bicas.

As semelhanças da Fonte da Quinta do Maduro vão para além da forma do chafariz, já que, tal como no caso do Alandroal, esta possui um imenso espelho de água hexagonal. Contudo, devido à forma e devido ao facto desta fonte se situar numa quinta fora de qualquer contexto de centro urbano, leva a crer que o lago foi concebido apenas com intuítos meramente estéticos e não funcionais, como no Alandroal onde era utilizado como lavadouro público.

A semelhança entre este monumento e a Fonte das Bicas é de tal forma flagrante que Túlio Espanca foi levado a afirmar que a Fonte da Quinta do Maduro havia sido também feita por artistas da órbita dos irmãos Velez, famosos escultores borbenses: *No pátio, sobranceiro e de bom desenho, ligeiramente posterior, ergue-se o tanque, de secção octagonal, pavimento com placas de calcário, no fundo e no rebordo, e graciosamente composto, no eixo, pela monumental fonte neoclássica, com taça e gárgulas antropomórficas, peça esculpida por bons oficiais de cantaria estremocenses desconhecidos, e influenciados, sem dúvida, pelos trabalhos dos mestres Velezes de Borba, grandes artistas do género desse tempo*⁵⁹⁶.

Finalmente, uma outra fonte que tem como modelo a Fonte das Bicas está um pouco afastada de Borba. Trata-se da Fonte Nova de D. Maria II, em Montemor-o-Novo, vulgarmente conhecida como Chafariz do Besugo. A razão para que o modelo de Borba surja em Montemor-o-Novo, reside no facto desta fonte ter sido edificada em 1839, pelo construtor João da Silva, natural de Estremoz⁵⁹⁷ e, como tal, conhecedor do monumento de Borba. Esta fonte também apresenta uma forma de espaldar, ladeada por duas volutas. Contudo, o modelo da Fonte das Bicas acabou por ser reduzido aqui ao seu essencial funcional, abolindo-se a monumentalidade, o lago, etc., apesar de se manter o brasão de armas reais e a inscrição evocativa da rainha D. Maria II.

⁵⁹⁵ Cf. Idem, *Op. Cit.*, vol. VIII, t. I, 1975, pp. 109 e 110.

⁵⁹⁶ *Ibidem*.

⁵⁹⁷ Cf. Idem, *Op. Cit.*, vol. VIII, t. I, 1975, pp. 371 e 372.

Encontramos assim três monumentos que tiveram como modelo a Fonte das Bicas, embora o entendimento que cada um fez deste monumento foi diferente. O primeiro, a Fonte do Alandroal, fez uma aproximação vernácula e popular de uma novidade, o segundo, a Fonte da Quinta do Maduro, racionalizou as linhas e adoptou formas mais neoclássicas e, finalmente, o terceiro, a Fonte do Besugo, utilizou a Fonte das Bicas como modelo para um equipamento urbano funcional, sem grandes pretensões a ser considerado um objecto artístico.

15 OS PAÇOS DO CONCELHO

15.1 Antecedentes históricos

O actual edifício dos Paços do Concelho foi construído na Praça Nova, ou Rossio de Baixo. Este edifício, a par com a monumental Fonte das Bicas, faz parte de um plano de urbanização da parte oriental da vila

A localização do novo edifício no Rossio de Baixo é intencional pois pretende demarcar o poder municipal, constituindo neste local, por onde se entrava em Borba, um triângulo de poderes, onde se juntavam a Fonte das Bicas, evocativa do poder régio e a Igreja Matriz, monumento que marca o poder religioso.

Ao actual edifício antecederam outras construções que serviram como Paços do Concelho, embora nenhum tivesse a monumentalidade que o actual imóvel ostenta.

Borba foi instituída como concelho em 1302 por carta de foral ortograda por D. Dinis, separando esta vila de Estremoz. É lícito pensar que os dignatários do novo município necessitassem de se reunir com frequência num edifício. Túlio Espanca, seguindo a opinião do padre Anselmo, afirma que estes primeiros Paços do Concelho seriam dentro do perímetro amuralhado: *Desconhecemos a localização da primitiva Câmara da vila, que a exemplo de outras terras fortificadas, se situava dentro do amuramento e, segundo alguns autores, em dependências contíguas às torres de menagem e do relógio. Seriam estas casas senatórias as que foram pasto das chamas, com destruição do cartório velho, em 31 de Maio de 1662, postas criminosamente pelas tropas espanholas de D. João de Áustria na primeira invasão do Alentejo*⁵⁹⁸.

Contudo faltam os dados para localizar com exactidão os Paços do Concelho dionisinos, se bem que o imóvel situado na Rua da Misericórdia n.º1, em frente à primitiva Igreja de Santa Maria do Castelo, poderia ter tido esta função. Ainda hoje, a tradição oral popular atribuiu a este imóvel o papel de ser “a mais antiga casa de Borba”.

⁵⁹⁸ ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, vol. IX, t. 1, p. 100.

Se os primeiros paços do concelho foram no castelo, com a reforma manuelina, a nova sede concelhia passou para a Praça, onde esteve o pelourinho manuelino até inícios do século XX: *o pelourinho, monumento que o utilitarismo tem geralmente respeitado, foi não há muitos annos ainda derrubado e feito pedaços, não sei por que alto interesse de commodidade ou de embellezamento*⁵⁹⁹.

A localização dos paços do concelho manuelinos no alto da Praça é referida por Túlio Espanca, que chegou a ver os fragmentos do destruído pelourinho, monumento classificado, mas hoje em dia com paradeiro desconhecido. O autor afirma que os paços quinhentistas se localizavam no edifício que está entre o passo do Alto da Praça e o início da Rua Ramos de Abreu: *Mais tarde e até 1797, o senado funcionou num imóvel da Praça D. Carlos, actual Praça do Povo, defronte do castelo e precisamente na embocadura da antiga Rua Ramos de Abreu, ficando-lhe quase sobranceira a Cadeia comarcã e o Pelourinho, o qual, vandalicamente se apeou nos primeiros anos da presente centúria, peça de mármore branco da terra, de que existem restos em poder da Câmara Municipal. Está classificado como Imóvel de Interesse Público. Era este monumento simbólico formado por coluna rompente de base com degraus, sobrepujado de capitel coríntio e grande roca esférica, abotoada de lágrimas estilizadas, sobre a qual nascia uma pinha flosculosa. Estes últimos elementos são os que subsistem, revelando o seu exame pertencerem ao tipo renascentista da picota de Veiros (1539), decerto inspirados no de Vila Viçosa, e variante aos exemplares de Terena e Monsaraz, este já setecentista*.⁶⁰⁰

O pelourinho corresponde à época da reforma do Foral de Borba, feita por D. Manuel I, em 1512⁶⁰¹. Assim, foi o edifício do alto da Praça a ser destruído pela invasão castelhana, facto que concorda com a traça arquitectónica do actual imóvel, uma construção do século XVII/XVIII.

Os vários autores tendem a atribuir a destruição dos Paços do Concelho à primeira invasão castelhana de 1662 chefiada por D. Juan de Áustria. De facto, não existe no Arquivo Histórico da Câmara Municipal um só papel anterior a esta data. Contudo, analisando os livros de actas posteriores, vemos que a partir da vereação de 18 de Julho de 1665 se deixou de fazer as reuniões nos paços do concelho para se fazerem nas residências dos escrivães, facto que durou até 1668. Conclui-se que houve uma segunda destruição dos paços do concelho durante a segunda invasão castelhana, em 1665, chefiada pelo Marquês de Caracena. A comprovar a

⁵⁹⁹ ANSELMO, Pe. António Joaquim, *Op. Cit.*, pp. 25 a 26.

⁶⁰⁰ ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, pp. 100 e 101.

⁶⁰¹ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Forais Novos: Tejo e Odiana*, fls. 21v a 22v.

particular agressividade dos castelhanos na segunda invasão, encontramos a referência da destruição do relógio da torre⁶⁰².

O edifício do Alto da Praça, reedificado em 1668, data da assinatura da paz com Espanha, recebeu pelo menos duas campanhas de obras, uma em 1746⁶⁰³, provavelmente de pouca importância e outra no ano seguinte, mais avultada pois obrigou à venda das courelas da Câmara para a sua concretização⁶⁰⁴.

15.2 A edificação dos paços da “praça nova”

Após se ter concluído o grande empreendimento artístico da Fonte das Bicas, que visava ordenar a Praça Nova (Rossio de Baixo), evocando o poder régio, a Câmara decidiu construir os monumentais Paços do Concelho também inseridos no plano de urbanização da zona oriental de Borba.

Em 1789, a Câmara recebeu as provisões régias autorizando a construção do novo edifício segundo o projecto de arquitectura previamente elaborado pelo sargento mor engenheiro José Álvares de Barros, projectista da Fonte das Bicas, e que fora aprovado em Lisboa. Com esta autorização, o Município lançou o concurso para a construção das paredes, começando-se pelas dependências mais necessárias⁶⁰⁵.

Devido à grande envergadura da obra, a Câmara Municipal de Borba, para conseguir dinheiro, decidiu vender os direitos de três anos sobre os pastos da serra, águas e vertentes⁶⁰⁶.

Contudo, o dinheiro obtido com a venda destes direitos não era suficiente para a construção do edifício tal como ele foi projectado. A Câmara necessitou vender também os direitos sobre os

⁶⁰² “e logo no ditto dia asima na camera desta villa de Borba perante os ofesiais da Camara pareseo Bernardo da Silva seralheiro e tendo prezente lhe diserão se quiria comserttar o emgenho do relogo desta villa que os castelhanos avião desmanchado”. ACMBRB, *Livro de actas de 1665*, vereação de 26 de Agosto de 1665, fl. 21.

⁶⁰³ “Nesta se me ordenou a mim escrivam da Câmara puzeçe em praça a obra das cazas da Câmara” ACMBRB, *Livro de actas de 1745 a 1748*, vereação de 16 de Março de 1746, fls. 32v e 33.

⁶⁰⁴ Cf. Idem, vereação de 29 de Abril de 1747, fls. 76 a 77.

⁶⁰⁵ “Nesta forão apresentadas as provizois de Sua Magestade pellas quais se detremina a factura das novas cazas da Câmara desta villa segundo o risco que juntamente se apresentou, à vista de que se detreminou que para se dar princípio à referida obra se puzece em lanços a cantaria que dis respeito às oficinas mais necessárias para que ouvidos os lançadores possa aver huma purdente rezulção e que para isto se fizece hum apontamento da cantaria ncessária”. ACMBRB, *Livro de actas de 1780 a 1797*, vereação de 11 de Novembro de 1789, fl. 114v.

⁶⁰⁶ “Acordarão que como Sua Magestade tinha comcedido a mercê de se fazerem nesta villa cazas da Câmara para cuja obra se necesitava do dinheiro além das comsignaçoes estabelecidas e applicadas para a mesma obra, se vendecem os pastos da serra, águas, vertentes em praça pública pello tempo de três annos, visto que sendo comvocato o povo se lhe não ofereceo dúvida por cujo motivo detreminarão se correzem os pregois da lei”. Idem, vereação de 5 de Dezembro de 1789, fls. 115 e 115v.

pastos dos olivais, decisão aprovada a 3 de Janeiro de 1790 em assembleia reunindo a nobreza e povo de Borba⁶⁰⁷.

Os direitos sobre os pastos dos olivais foram arrematados por João Cardoso por 100.000 réis, quantia que auxiliou a Câmara Municipal à construção da sua nova sede⁶⁰⁸.

Com o dinheiro angariado com a venda destes direitos, a construção iniciou-se. As cantarias foram arrematadas por Francisco Miguel⁶⁰⁹. A cantaria das duas chaminés foi lavrada por José Gomes Manhoso que seguiu o projecto de arquitectura⁶¹⁰.

Infelizmente, a pedra para a construção do edifício da Câmara foi arrancada da muralha medieval da vila, acção que já se tinha efectuado para a construção das calçadas⁶¹¹.

O pedraria restante foi fornecida pelos mestres José Lopes Cordeiro e Francisco Miguel Jorge⁶¹². O primeiro recebeu 50.750 réis, o segundo 58.000 réis e José Gomes Cordeiro

⁶⁰⁷ “Nesta acordarão sendo presente o Doutor Dezembargador ouvidor desta Comarca, porpor aos moradores desta villa que havendo Sua Magestade comcedido fazerem-ce humas cazas da Câmara novas para cuja obra se tinhão feito algumas comsignaçõens expecificadas nas provizois respetivas expedidas a este Senado e ao excellentíssimo governador das armas desta província como expetor da referida obra vendo que as ditas comsignaçõens não podião chegar para se comcluir a obra segundo a sua planta. E sendo a mesma obra emteressante ao povo e ao público por respeitarem a elle as competentes oficinas delle, se porpos o que dizer emtre os officiais da Câmara a venderem-ce os pastos dos olivais desta villa para o que se convocou a nobreza e povo para efeito de verem se comsentião e convocados lhe foi porposto este intento no qual comsentirão as pessoas que asignarão nos autos de venda dos mesmos pastos em que já tinham comsentido quando se tratou da venda dos pastos dos olivais, águas vertentes para a Sera, o que agora todos ratificaram com a declarasão que estes pastos de cuja venda agora se trata só se emtenderião vendidos em São João/ em diante athé se lavrarem os mesmos olivais por não ser justo emtrarem gados nos mesmos olivais antes de São João por estarem com suas sementeiras. E outrosim que seria permitido a qualquer morador levar as suas cavalgaduras para os seus próprios olivais e prenderem nos no-llos não se permitindo a venda dos ditos pastos para outro gado que não seja de lam ou porcos, bem emtedido que todo qualquer damno ou perjuízo que auver nos referidos olivais cruzado pellos gados do comprador será este responsável e obrigado a resarci-llo a seu dono, logo que este sumaria e averbalmente o prove. E porque sendo no dia de ontem lançados pregois públicos por toda esta villa para que a nobreza e povo se axace nestes passos presentes os que asignarão e não houvece huma única pessoa que deixace de comsentir, mandarão que se vendecem os pastos praticados os termos do estillo salvo todo o direito e assignar. Caetano Rabaxo o escrevi. a] Peixotto, Callado, Velho, Limpo, Valadares, Pires”. Idem, vereação de 3 de Janeiro de 1790, fl. 117.

⁶⁰⁸ “Nesta se arematarão os pastos dos olivais a Narcizo Gonçalves para João Cardozo na quantia de cem mil réis”. Idem, vereação de 13 de Janeiro de 1790, fl. 118.

⁶⁰⁹ “Nesta se arematou parte da cantaria a Francisco Miguel na forma de sua arematção nos autos della”. Idem, vereação de 9 de Maio de 1790, fl. 120.

⁶¹⁰ “Nesta se ajustarão com o mestre José Gomes Manhoso a fazer a cantaria de duas xeminés na forma do apontamento em sete mil e duzentos por ambas, e dois pés direitos a setenta e sinco réis cada palmo”. Idem, vereação de 4 de Setembro de 1790, fl. 123v.

⁶¹¹ *Ibidem*. Documento por nós transcrito no capítulo dedicado ao castelo. Cf nota 229.

⁶¹² “Nesta se ajustou vária pedraria com os mestres José Lopes Cordeiro e Francisco Miguel Jorge de que asignarão termo nos autos”. Idem, vereação de 11 de Setembro de 1790, fl. 124.

Manhoso, o que fizera as cantarias para as chaminés, 50.000 réis⁶¹³. A este último também se encomendou a cantaria para os quatro portais laterais em cantaria, a escadaria principal, os degraus da cadeia e os degraus da aposentadoria.⁶¹⁴

Nesta data, também se remunerou António Franco Paínho, mestre responsável pela edificação da Fonte das Bicas, em 33.600 réis por trabalhos não especificados⁶¹⁵. Apesar da obra ser civil, o inspector da obra dos Paços do Concelho era um militar: Manuel Bernardo de Melo e Castro (1716-1792), visconde da Lourinhã e governador das armas do Alentejo. Esta participação dos militares na arquitectura é um fenómeno bastante comum na história da arte portuguesa. Basta lembrar que a Fonte das Bicas e os próprios Paços do Concelho foram desenhados por um engenheiro militar.

O portal principal dos Paços do Concelho e a varanda nobre foram encomendados ao mesmo mestre José Gomes Manhoso, por ordem do visconde da Lourinhã, e segundo o risco do engenheiro José Álvares de Barros⁶¹⁶.

A Fonte do Castelo sofreu, tal como a muralha, a demolição integral para que a pedraria fosse utilizada nas obras do novo edifício⁶¹⁷.

Em Setembro de 1791, tinha-se acabado o dinheiro destinado à obra dos Paços do Concelho. A Câmara decidiu retirar, a título de empréstimo, 300.000 réis do dinheiro destinado ao Erário Régio, contando repô-lo no ano seguinte, através de um novo reforço financeiro prometido pela rainha, que consistia nas sobras das sisas.

A urgência deste “empréstimo” decorria de se estar a fazer as abóbadas e não haver dinheiro para as acabar. Caso as abóbadas ficassem incompletas durante o Inverno, as chuvas iriam destruí-las e acarretar maiores custos e problemas estruturais para o edifício⁶¹⁸.

⁶¹³ “Nesta detreminarão se dece ao Mestre José Lopes Cordeiro [57.500 = *emendado*] 50.750 e a José Gomes Cordeiro Manhoso 50.000 e a Francisco Miguel 58.000 tudo por conta de suas cantarias”. Idem, vereação de 7 de Novembro de 1790, fl. 125.

⁶¹⁴ “Nesta se ajustou o mestre José Gomes Manhoso a fazer quatro portadas de doze palmos de alto e seis de largo a nove mil réis cada hum, a escada principal a 1.800 cada hum nove palmos de cumprido, palmo e meio de largo, três quartos de groço, os degraus da cadeya de sete palmos e meio a mesma largura e grosura a mil réis cada hum/, os degraus para apozentadoria a 600 réis cada hum de sete oitavos de groço e de como se obrigou assignou”. *Ibidem*.

⁶¹⁵ “Nesta detreminarão se dece aos mestre António Franco Paínho, por ordem do excellentíssimo inspetor da obra das casas da câmara, sete moedas de ouro em remoneração do trabalho que tem tido com a mesma obra”. *Ibidem*.

⁶¹⁶ “Nesta se ajustou com o mestre José Gomes Manhoso Manhoso [*repetição*] o portado principal a jenella grande na forma do risco em oitenta mil réis, na forma do ajuste que fes com o sargento mor emgenheiro por ordem do excelentíssimo visconde da Lourinhã”. Idem, vereação de 16 de Fevereiro de 1791, fl. 128.

⁶¹⁷ “Nesta se acordou que visto a Fonte do Castello axar-ce immunda e sem água se tapace e a pedraria que service para a obra da Câmara ficando sempre pasaguem para as [á]guas correntes e alguma que possa rebentar”. Idem, vereação de 11 de Maio de 1791, fl. 130.

Este empréstimo foi utilizado e, em Outubro de 1791, ajustou-se os custos de mais uma remessa de cantaria com os mestres José Gomes e José Lopes Cordeiro⁶¹⁹. Contudo, o dinheiro voltou a faltar em Julho de 1792, estando a obra inacabada e os materiais junto ao edifício à mercê da intempérie. Como a obra era de interesse público, o capitão Barnabé Mendes Belo, tesoureiro que ficara encarregue de guardar o dinheiro das sisas, emprestou do seu dinheiro 170.000 réis. Esta atitude mostrou que a construção dos novos Paços do Concelho era um projecto que contava com o apoio de uma margem alargada da população⁶²⁰.

Em Janeiro de 1793, colocou-se em praça pública a obra de conclusão das paredes do edifício até à *simalha real* ⁶²¹, arrematada no mês seguinte por 450.000 réis⁶²². Em Julho desse ano, esta obra já deveria estar concluída pois colocou-se em praça a empreitada da edificação das abóbadas em tijolo, arrematadas por 70.000 réis a João Grasia⁶²³.

Estando o edifício quase concluído na componente arquitectónica, a Câmara Municipal decidiu iniciar a sua utilização começando por instalar aí a cadeia, cujas condições de salubridade na velha torre medieval deveriam ser péssimas. Para isto mandou cortar os

⁶¹⁸“Acordarão que sendo, como hé certo, ter Sua Magestade comcedido anualmente as sobras das cizas para a nova obra das cazas, achando-ce esta nos termos de se dever acomtinuar no resto do presente anno em que não hé conveniente ficar sem as abóbadas em que prezentemente se trabalha, tendo-ce acabado o dinheiro aplicado para a referida obra, se tiracem trezentos mil réis do cofre das sizas por empréstimo, cuja quantia seria satisfeita e restituída pellas sobras, que ouverem no seguinte anno, ou pello perduto das oficinas públicas que Sua Magestade manda vender e aplicar à dita obra ou pellos perdutos dos pastos dos olivais da serra e villa, ou pello porduto das courellas. E quando isto tudo não chegace, elles officiais da Câmara, se obrigão a repor pellos seus bens os mencionados trezentos mil réis, afim de que estes não fassão a mínima falta para o Património Real, pera o que se passace mandado por vertude do qual se tiracem os ditos trezentos mil réis, que separadamente se depositarão na mão do mesmo depositário o Capitão Barnabé Mendes Bello para que da mão deste se satisfassão as férias de cada huma semana na forma do estilo”. Idem, vereação de 3 de Setembro de 1791, fls. 134v e 135.

⁶¹⁹ Cf. Idem, vereação de 30 de Outubro de 1791, fl. 136v.

⁶²⁰ “Nesta sendo presente a figura em que se axava a nova obra das cazas da câmara com vários metriais juntos à mesma sem que esta se pudese continuar pela falta dos dinheiros consignados e apelicados à dita obra constando que o depositário dos mesmos dinheiros Barnabé Mendes Bello não tinha dúvida de emprestar do seu dinheiros a quantia de cento e setenta mil réis a bem da mesma obra com a obrigação de se lhe satisfazer aquela quantia pelos dinheiros mensionados que se ovesem de vender e arecadar por este senado. Acordarão que aseitavão o referido empréstimo afim de que se pudesem gastar os metriais a bem da dita obra e que no expírito deste acordão se pasase hum mandado para a mão do mesmo depositário para que em tempo oportuno se lhe pudesem tomar contas à vista das Férias da mesma obra le que seria pago pelas primeiras sobras que aver”. Idem, vereação de 21 de Julho de 1792, fl. 147.

⁶²¹ “Nesta se detriminou se puzese em praça o forno de fazer tijolo e telha desta Câmara de renda e obra das cazas da Câmara thé a simalha rial e que ho excrivão por so dese nos termos do esti[[]o. Idem, vereação de 12 de Janeiro de 1793, fl. 151v.

⁶²² “Nesta se arematou a obra das cazas da Câmara thé à simalha rial por preso de quatrocentos e sincoenta mil réis” Idem, vereação de 10 de Fevereiro de 1793, fl. 154.

⁶²³ “Nesta se arematarão as abóbedas das cazas da Câmara a João Grasia em setenta mil réis”. Idem, vereação de 28 de Julho de 1793, fl. 161.

choupos da “Praça Nova” e aproveitar a madeira nos acabamentos da cadeia, nomeadamente nas grades provisórias. Os choupos são árvores normalmente associadas a linhas de água e a sua referência na “Praça Nova” denuncia a antiga existência do lago relacionado com a lenda da fundação de Borba⁶²⁴.

A obra de se cortar os choupos e de aplicar a madeira na cadeia foi arrematada a 24 de Fevereiro de 1794⁶²⁵. Em Julho desse ano, colocou-se em praça mais obras para o novo edifício⁶²⁶, arrematadas por João Grasia, na componente de alvenaria, e a Joaquim Tenreiro na carpintaria⁶²⁷. Subentende-se que se estava a trabalhar na cobertura das salas do segundo piso e no telhado de madeira, hoje substituído por betão. Ao arrematante da obra de carpintaria, Joaquim Tenreiro, deu-se a quantia de 32.500 réis, verba paga com metade do dinheiro arrecadado com a venda pública dos direitos sobre o *tilheiro*⁶²⁸.

No princípio do ano de 1795, João Grasia arrematou as campanhas de obras da Câmara para esse ano pela quantia de 199.900 réis⁶²⁹. Não se refere no documento qual a sua tarefa, mas possivelmente estaria relacionada com os abobadamentos de ladrilho que faltassem fazer. O estado de finalização do edifício é atestado pela atribuição, em 2 de Dezembro de 1795, de 80.000 réis aos herdeiros de José de Sousa Carvalho. Este pintor executou a pintura dos tectos da Sala da Câmara e da Sala da Audiência, mas falecera antes de ser acordado o pagamento. Os oficiais da Câmara, por respeito pela memória do pintor e devido à grande qualidade do trabalho atribuíram sem hesitações a referida quantia⁶³⁰.

⁶²⁴ “Nesta detriminarão que se continuase a obra da caza da Câmara concludo-se primeiro que tudo a cadeia e que a bem da mesma obra cortasem os chopos que se achão no meio da nova praça, fronteira à dita obra, e se puzese toda a madeira respectiva em arecadasão, fazendo-se huma relação exzata da mesma madeira a cujo corte e arecadasão azeitise o procurador deste conselho e que toda a madeira que não for capas de servir na mencionada obra se venda em prasa” Idem, vereação de 19 de Fevereiro de 1794, fl. 166v.

⁶²⁵ “Nesta se arematou a obra das cazas da Câmara e os choupos”. Idem, vereação de 24 de Fevereiro de 1794, fl. 167.

⁶²⁶ “e na mesma mandarão se continua-se a[s] obras das cazas da Câmara”. Idem, vereação de 4 de Junho de 1794, fl. 169v.

⁶²⁷ “Nesta se arematou parte da obra da Câmara da alvanaria e carapentaria arematadas a João Grasim e Joaquim Tenreiro”. Idem, vereação de 9 de Junho de 1794, fls. 169v e 170.

⁶²⁸ “Nesta se mandarão que se dese ao arematante da carapentaria da obra da Câmara trinta e dois mil e quinhentos réis metade da que render o tilheiro”. Idem, vereação de 18 de Junho de 1794, fl. 170.

⁶²⁹ “Nesta se arematou a obra da Câmara pera este prezente anno se fazer a João Grasia pelo preso de cento e nove mil e novecentos réis”. Idem, vereação de 28 de Janeiro de 1795, fl. 175v.

⁶³⁰ “Nesta se detriminou mais que, tendo-se pintado os tetos das duas salas das novas cazas da Câmara, que ção a sala da Câmara e a sala das audiências, pelo pintor Jozé de Souza de Cravalho, de baxo da bem fundada confidênsia que dele se fazia, de que se lhe pagaria conforme ele disese, o que não pode esetur-se pela rápida morte que o mesmo teve, reduzindo-se o respetivo preso aos termos de dever ser albitrado com huma séria reflexão. Feita esta, dá pela qualidade da pintura, dá pelo tempo que na mesma se gastou, dá por outras pinturas que nesta terra fes o mesmo pintor e dá ultimamente pelas circunstâncias e costume desta villa, detriminarão se pagase a quantia de outenta mil réis, pela qual

A componente artística não se resumia apenas às pinturas dos tectos. Em Maio de 1796, o escultor borbense Angélico Velez arremata por 48.000 réis uma obra não especificada para o edifício dos Paços do Concelho⁶³¹. Muito provavelmente, trata-se do trabalho escultórico do magnífico corrimão em mármore branco e negro.

Apesar de se pretender finalizar a cadeia desde Fevereiro de 1794, as grades de ferro só foram adquiridas em Junho de 1796 tendo sido efectuadas por José Brás⁶³².

A 5 de Fevereiro de 1797, fez-se novo auto de arrematação da obra dos Paços do Concelho, na presença do juiz de fora e dos membros da vereação. Esta foi arrematada em 147.500 réis por João Martins Babão que já trabalhava no estaleiro. A nova obra consistia na concretização de uma alteração feita ao projecto original pelo mesmo mestre de obras⁶³³.

O corrimão da escada, magnífico trabalho em mármore regional, estava acabado em Fevereiro de 1797 e a sua colocação foi arrematada nesta data, juntamente com a colocação das grades do edifício e com as obras gerais de carpintaria⁶³⁴.

Em Abril deste ano, arrematou-se mais obras no edifício, não especificando em que consistiam. Apenas se fez uma misteriosa referência às *pirâmidas*, não sabemos se se tratam de um motivo decorativo no edifício da Câmara ou de um monumento exterior de decoração da Praça Nova⁶³⁵.

mandão se pase mandado competentemente, pasando-se por meios legítimos o resído nas contas do mesmo mandado, avendo-se assim por satisfeita emteiramente a pintura das duas referidas salas”. Idem, vereação de 2 de Dezembro de 1795, fls. 182 e 182v.

⁶³¹ “Nesta se arematou a cantaria que se pertende fazer para as cazas da Câmara este anno a Angélico Vellez em quarenta e oito mil réis” Idem, vereação de 18 de Maio de 1796, fl. 185v.

⁶³² “Nesta se arematou o emgradamento para as cadeias desta villa e se arematou a Jozé Brás por sesenta e cinco réis cada arate”. Idem, vereação de 5 de Junho de 1796, fls. 185v e 186.

⁶³³ “Auto de aremataçam da obra que se continua nas cazas da Câmara que fez João Martins Babão pella quantia de 147.500. Anno do Nasscimento de Nosso Senhor Jezus Cristo de mil setecentos e noventa e sete annos em esta villa de Borba e Passos do Comselho donde ahi se achavam juntos em veriança[m] o Doutor juiz de fora e mais officiais da Câmara ali mandavam do porteiro Manoel Jozé metese o pregam de aremataçam à obra que acrese nas cazas da Câmara na forma do apontamento que se acha rubricada pelo dito menistro o que o dito porteiro fez dizendo em altas vozes quem quizer menos lançar na obra de acrésimo que se faz nas cazas da Câmara na forma do apontamento venha a mim reseberei se [*ilegível*] e emtrementos e vários lanços que ouve foi o maior que fez João Martins Babão de cento quarenta sete mil e quinhentos e por nam haver quem mais lança-se mandaram afrontasse e aremata-se o que o dito porteiro fez dizendo pois que menos nom dam afrontafasso que mais namoelo se mais aclara mais tumara. Dou-lhe huma, dou-lhe duas, huma e meia e outra mais pequenina e meteu o ramo verde na mam do dito João Martins a quantia de cento e quarenta se[te] mil quinhentos e deu fiador Joaquim Rozado em testemunha José Gomes Cordeiro e Manuel Rodrigues, António Alves Tarrinhos d’Oliveira o escrevi [*assinaturas várias*]” Idem, vereação de 5 de Fevereiro de 1797, fl. 189v.

⁶³⁴ “Nesta se arematarão as obras das grades corrumão da escada e carapintaria na forma que consta dos auttos de arematação” ACMBRB, *Livro de Actas de 1797 a 1817*, vereação de 24 de Fevereiro de 1797, fl. 1v.

⁶³⁵ “E nesta mesma se arematarão as obras das Cazas da Câmara e pirâmidas”. Idem, vereação de 23 de Abril de 1797, fl. 4.

A 20 de Maio de 1797, colocou-se à venda o imóvel dos antigos Paços do Concelho, no alto da Praça, já que o novo edifício estava pronto a ocupar⁶³⁶.

As obras finais de carpintaria e de colocação dos vidros nas janelas foram arrematadas a Joaquim Tenreiro⁶³⁷. A 15 de Julho de 1797, realizou-se no novo edifício o primeiro auto de vereação da Câmara, como foi registado à margem do livro de actas⁶³⁸.

Mas o edifício não estava ainda concluído pois foram arrematadas mais obras, em Maio de 1798⁶³⁹. Pouco depois, em Julho desse ano, foram vendidos os velhos Paços do Concelho a António Rosa por 501.000 réis⁶⁴⁰. Este dinheiro foi destinado às obras de acabamentos arrematadas a 19 de Setembro de 1798⁶⁴¹ e a 16 de Junho de 1799⁶⁴².

Apesar de terem sido vendidos os antigos Paços, o pelourinho que se encontrava à sua frente continuava a ter uma função pública sendo utilizado para se afixarem os editais e avisos públicos⁶⁴³.

Em 1801 sabemos que as “casas da aposentadoria”, que se localizavam no edifício municipal ainda não estavam concluídas, faltando-lhe os vidros. Para esta obra, a Câmara decidiu retirar 60.000 réis do cofre das sisas destinadas à Coroa e encarregou João José de Matos de a executar. Em 1803, refere-se que a obra dos novos Paços estava concluída, apesar de faltar fazer alguns acabamentos⁶⁴⁴.

O novo edifício, quando comparado com os antigos Paços do Concelho, possui uma grande monumentalidade, passando por esta razão a albergar um grande número de serviços públicos. Em 1907, o padre António Joaquim Anselmo refere que *no edifício, além da câmara municipal*

⁶³⁶ “Nesta detriminação que se puzesem as cazas da Câmara velhas e as mais offesinas que se mandão vender na forma da provizão de Sua Magestade visto estarem as cazas novas em termos de poderm hir servindo, em prasa, para se arematarem a quem por elas mais derem” Idem, vereação de 20 de Maio de 1797, fl. 5.

⁶³⁷ “Nesta se arematou a obra de carapintaria e asento dos vidros a Joaquim Tenreiro” Idem, vereação de 4 de Junho de 1797, fl. 5v.

⁶³⁸ “[à margem]: Esta acto de Câmara foi o primeiro que se fez em os paços novos do Concelho desta villa”. Idem, vereação de 15 de Julho de 1797, fl. 6.

⁶³⁹ “Nesta se arrematarão os canos das Cazas da Câmara novas”. Idem, vereação de 28 de Maio de 1798, fl. 17.

⁶⁴⁰ “Nesta se venderão as cazas velhas da Câmara a António Roza por quinhentos e hum mil réis”. Idem, vereação de 22 de Julho de 1798, fl. 18.

⁶⁴¹ “Nesta se arrematarão as obras da Câmara nova”. Idem, vereação de 19 de Setembro de 1798, fl. 19v.

⁶⁴² “Nesta se arrematarão as obras das novas cazas da Câmara”. Idem, vereação de 16 de Junho de 1799, fl. 28v.

⁶⁴³ “Determinaram mais que se puzece hum edital no polurinho desta villa para vir a notícia de todos esta taxa”. Idem, vereação de 24 de Setembro de 1800, fl. 49v.

⁶⁴⁴ “Acordarão que achando-se pella Régia provizão de dezoito d’Outubro de 1789 applicadas as sobredittas para se fazerem cazas da Câmara, cadeias, assougues e mais offisinas públicas o que tudo se achava feito, ahinda que incompletamente, por se terem juntado as referidas obras pella urgência do Estado que deve preferir a todas”. Idem, vereação de 4 de Julho de 1803, fl. 100.

*(secretaria e thezouraria, arquivo e sala de sessões), estão instaladas a repartição de fazenda, a administração do concelho, as escolas dos dois sexos, as prisões, o açougue ou talhos públicos, o quartel da polícia, etc. Há poucos anos aqui estavam também a recebedoria do concelho e a estação telegrapho-postal que actualmente se encontram em casas alugadas por particulares*⁶⁴⁵.

Assim, o novo edifício dos Paços do Concelho passou a ser o centro administrativo do concelho, albergando muitas mais instituições para além das do poder municipal.

15.3 Análise do edifício

O edifício dos Paços do Concelho desenvolve-se em U, uma tipologia muito corrente em Portugal desde o século XVII. Este tipo de planta era utilizado em edifícios que pretendiam assumir uma fachada nobre e palatina e surgiu em Lisboa, nos inícios do século XVII, com o Palácio ribeirinho dos Corte Real.

No seu interior destaca-se a antiga prisão, actual bar dos funcionários camarários, onde se pode ainda observar as pesadas grades de ferro com a respectiva marca de fundidor.

No segundo piso, projectado para receber as funções administrativas do concelho, encontram-se voltadas para a “Praça Nova” as divisões que receberam um maior cuidado artístico. Todas estas divisões deverão possuir pintura mural decorativa sob as camadas de cal. Destaca-se um gabinete, com os tectos pintados com alegorias com serpentes e cornetas, a sala central que dá para o janelão dos mastros das bandeiras, com o tecto infelizmente repintado aquando da mudança do brasão, a Sala da Audiência (actual Salão Nobre) a o tecto da Sala da Câmara (actual gabinete da Presidência).

Estas duas salas merecem uma análise mais profunda, pela qualidade e significado das suas pinturas e pelo facto de estarem felizmente documentadas. De facto, o tecto da sala da audiência e da sala da Câmara foram feitos pelo pintor borbense José de Sousa Carvalho, em 1795.

Na sala da audiência o tecto é de masseira existindo no seu centro uma imagem relativa à justiça, uma das qualidades do poder municipal. Em pé e ao centro observa-se uma figura feminina vestida de branco com uma balança e uma espada, alegoria à justiça, apesar de não ter os olhos vendados. A seus pés num plinto, um homem barbado com o dedo na boca indica um sinal de meditação. Pretende simbolizar o legislador como se vê pelo tinteiro com penas e pelos papeis na sua mesa.

⁶⁴⁵ ANSELMO, Pe. António Joaquim, *Op. Cit.*, p. 26.

À esquerda, surgem três prisioneiros acorrentados que suplicam misericórdia ao poder municipal. À direita, um homem sentado escreve as petições dos prisioneiros. Pretende simbolizar o funcionário municipal que regista as actas da audiência. Seria portanto nesta sala que os vereadores municipais atendiam às pretensões da população. Ladeando esta cena central encontramos quatro alegorias muito repintadas.

Ao lado, encontramos a sala da Câmara, onde os vereadores e os restantes elementos da população com poder de decisão se reuniam em assembleia para decidir os assuntos mais relevantes do concelho. O tecto desenvolve-se de forma idêntica que o anterior. Ao centro do tecto de masseira existe uma alegoria à Câmara Municipal, sentada num trono com os atributos da justiça: a espada, a balança e os livros. À sua direita um anjo mostra-lhe as tábuas da lei de Deus, tal como foram apresentadas a Moisés. Em baixo a seus pés duas alegorias. À direita a representação da vila de Borba com o brasão de armas, as uvas e o trigo, e à esquerda a “solidez” qualidade que deve assistir às decisões municipais.

Nos lados foram pintadas mais quatro alegorias, desta vez recorrendo a figuras de crianças e, felizmente, sem grandes repintes: a sabedoria (espelho e serpente) a solidez (coluna), a união (facho) e harmonia (música), qualidades essenciais ainda hoje ao bom desempenho do governo municipal e às boas decisões.

Por volta de 1940, a Câmara Municipal encomendou à Fábrica de Azulejos Viuva Lamego os painéis de azulejos que hoje ornamentam a escadaria nobre. Esta campanha está bastante embuída pela doutrina e ideologia do Estado Novo. Optou-se por colocar nos azulejos cenas evocativas não da História de Borba, mas sim da História de Portugal que ocorreram em Borba. Assim, no patamar superior retratou-se a Batalha de Montes Claros e o Marquês de Marialva e o seu estado maior. No patamar inferior colocaram-se dois dos monumentos de Borba mas, mais uma vez, não se escolheram os monumentos mais importantes, como a Fonte das Bicas ou o Conventoi das Servas, mas sim os monumentos que estavam mais relacionados com a Batalha de Montes Claros. Assim, colocaram-se à esquerda a Ermida de Nossa Senhora da Vitória do Barro Branco e à direita o padrão da batalha de Montes Claros. Torna-se interessante verificar que ambos os monumentos foram inseridos numa paisagem que nada tem haver com a realidade onde estão inseridos. A Ermida de Nossa Senhora da Vitória foi colocada na planície alentejana quando na realidade está num cume. Também, em ambas as cenas se colocou um apontamento bucólico e rural que nada tem haver com a realidade da sociedade local. Em ambos os casos trata-se de uma idealização baseada num prototipo prédefinido do Alentejo, segundo a doutrina do Estado Novo.

Apesar de tudo, não deixam de ser um interessante conjunto que documenta um período da nossa História. No gabinete do presidente guardam-se emoldurados os desenhos originais que fundamentaram estes azulejos.

16. OS PALÁCIOS DE BORBA

Os palácios que hoje se admiram em Borba surgiram na quase sua totalidade nos finais do século XVIII, devido à riqueza proporcionada pela produção de vinho. São o terceiro estágio do tipo de construção borbense.

Na época medieval, a quase totalidade das habitações eram pequenas, com um único piso e chaminé de fumeiro, sendo denominadas por habitação popular. Nos finais do século XVII, devido à cultura do vinho, estas foram substituídas e deram origem à habitação do vitivicultor, uma habitação com dois pisos, grande, sendo que o piso inferior era utilizado como adega de talhas e o superior como habitação. Graças à riqueza que esta cultura trouxe para Borba, as famílias aumentam e alargam-se com a introdução de criados no ambiente familiar. Estas casas apresentam um perfil já monumental para a escala alentejana, mas não pretendem ser palácios. São habitações de grandes dimensões pelas exigências da cultura vinícola. Nelas situavam-se as adegas, os estábulos, as adegas de azeite, os armazéns das alfaias, as habitações dos jornaleiros, etc. Como ocuparam os lotes medievais, este tipo de habitação vai-se desenvolver perpendicular à rua ocupando o logradouro.

Nos finais do século XVIII, como o nível de riqueza não havia diminuído ao longo de três gerações, certas famílias borbenses, ligadas ao cultivo da vinha, irão construir um novo tipo de habitação, desta vez claramente monumental e com pretensões de afirmar a comunidade uma nobreza e uma riqueza que de facto tinham.

Estes palácios possuem dois ou três pisos, este último quase sempre fruto de uma campanha posterior, e longas fachadas repletas de vãos. A habitação fica reservada para o piso superior, sendo o piso térreo utilizado para as mais diversas actividades produtivas. No entanto, esta tipologia distingue-se das habitações dos vitivicultores pela sua escala e por se desenvolver ao longo do arruamento e não perpendicularmente a este, possuindo uma frente urbana de grande dimensão. A entrada principal faz-se por um corredor exterior, que serve como hall distribuidor às diversas funções. Desta acede-se ao logradouro, à habitação, à adega, às cavalariças, etc. Este corredor tem carácter exterior, calçada no pavimento, e é coberto por abóbada de canhão.

Esta tipologia assume diversas formas consoante o local onde se insere no tecido urbano. Elas ocupam por vezes as esquinas dos quarteirões servindo como orientadores e modeladores

do tecido urbano, como o Palácio Morgados Cardoso ou reocupam vários lotes e adaptam-se ao desenho da rua, como os Palácios dos Melos e Silveira Fernandes.

16.1 O Palácio dos Melos

O Palácio dos Melos situado na rua 13 de Janeiro, por estar inserido no tecido urbano medieval, apresenta a sua fachada quebrada por uma aresta. Situa-se junto a um dos Passos do Senhor e é composto por dois pisos, possuindo uma fachada que o demarca das restantes edificações que ladeiam a rua. Possui uma sequência regular de janelas de sacada no piso superior e de peito no piso térreo, e uma porta encimada por uma sacada em mármore de dimensões superiores, que enaltece e marca a entrada principal. Todo o piso térreo se desenvolve em divisões subseqüentes divididas por arcos de volta perfeita e encimadas por abóbadas cruzadas, estando reservado à produção de vinho em talha e a outras actividades agrícolas.

A função habitacional fica reservada para o piso superior, ao qual se acede através de uma magnífica escadaria decorada com marmoreados e cujo corrimão apresenta um belíssimo trabalho em mármore escuro e claro conjugado. Túlio Espanca descreve-a: *A escadaria palaciana, de dois lanços, tem certa majestade e é antecédida por vestibulo de vão em arcada plena, com pilastras tabelares e corrimão de bardilhos brancos e negros, de almofadas e balaústre enrameado, de baixo relevo.*⁶⁴⁶

O piso superior é composto por compartimentos que se sucedem, encimados por tectos tipo “caixotão”. As cinco divisões nobres e capela viradas para a rua principal, eram todas decoradas nas paredes e nos tectos, quatro delas com 30 painéis de óleo sobre tela⁶⁴⁷ e pintura mural com motivos geométricos e figurativos. No piso superior localiza-se também a cozinha, num compartimento traseiro, com uma chaminé de fumeiro revestida a azulejos azuis e brancos de princípios de século XVIII.

A fachada posterior apresenta inúmeros vãos não enquadráveis com a data de construção do edifício e no centro existe um torreão com uma cobertura de quatro águas com abóbada de cruzaria de ogivas, fruto de uma intervenção reinventiva dos anos 20, tratando-se de um exemplar único no contexto de Borba.

Sobre os construtores deste palácio pouco se sabe. Túlio Espanca afirmou que as irmãs Sande, protectoras do Hospício de Nossa Senhora da Soledade viviam no edifício em 1747⁶⁴⁸. Contudo,

⁶⁴⁶ ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 143.

⁶⁴⁷ Cf. *Ibidem*.

⁶⁴⁸ ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, p. 142.

julgamos que o proprietário e construtor do palácio foi Damião de Sousa Carvalho e Melo († 1772) ou um seu descendente, já que os seus apelidos coincidem com o brasão de armas que hoje se observa na escadaria mas que em tempos esteve no cunhal voltado para a rua 13 de Janeiro. Deste indivíduo apenas sabemos que obteve permissão para ser sepultado na Igreja de São Bartolomeu⁶⁴⁹, freguesia onde se situou o Palácio dos Melos.

Também não sabemos se este indivíduo possuía alguma relação familiar com o poderoso ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo. Sabemos contudo que este recebeu na juventude queijos de Borba de um seu amigo.

16.2 O Palácio dos Morgados Cardosos

O Palácio dos Morgados Cardoso localiza-se num dos gavetos da rua da Cruz, o qual faz parte do Plano de Urbanização de setecentos. É um edifício aparatoso com um corpo principal de três pisos de planta rectangular ao qual acresce um outro corpo em U de funções não habitacionais, criando um pátio interior. Este segundo corpo, possui apenas um piso (funcionando também de terraço à construção principal) e é rematado por ameias, fazendo o alçado para a rua de S. Francisco. Este acrescento e uma varanda fechada em ferro e madeira datam do período romântico (séc. XIX). O terceiro piso, acrescentado posteriormente, encontra-se inacabado. Tal como o anterior, possui janelas de sacada e de peito decoradas com mármore trabalhado e alinhadas regradamente.

Este magnífico palácio foi construído por Carlos e João Cardoso Monis de Castelo Branco, vereadores municipais em 1783 e 1815 respectivamente⁶⁵⁰. Já analisamos a importância deste palácio no plano de urbanização da zona oriental da vila. Contudo, o Palácio dos Morgados Cardoso prima também pelo recheio artístico onde se destaca a capela de finais do século XVIII onde se preserva um retábulo em mármore da autoria dos irmãos Velezes e um painel de Nossa Senhora do Carmo de José de Sousa Carvalho, prova que os Morgados Cardoso recorriam à melhor mão de obra activa em Borba. Destaque também para a magnífica escadaria nobre, obra em mármore branco e negro da mesma oficina que executou a escadaria nobre dos Paços do Concelho e do Palácio dos Melos.

16.3 O Palácio Silveira Menezes

O Palácio Silveira Menezes foi construído nos inícios do século XIX, provavelmente pelo vereador José Victorino Zuzarte Coelho da Silveira, ocupando lotes medievais, junto à Praça, na

⁶⁴⁹ IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 41, fl. 418v.

⁶⁵⁰ Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. Cit.*, pp. 105 a 106.

rua Humberto Silveira Fernandes. O seu interior encontra-se ricamente decorado com tapeçarias, cortinados, mobiliário, porcelanas, pinturas, ourivesarias e outros elementos decorativos, todo um conjunto único e legado à Santa Casa da Misericórdia de Borba. Possui três pisos com uma fachada com janelas de peito, em que o andar do meio é enfatizado por janelas de dimensão superior. Na fachada foram descobertos restos de marmoreados em tons vermelhos que a decoravam. Ao contrário dos outros, possui um pátio interior pelo qual se faz a entrada e a distribuição para as diferentes partes da casa. Deste, acede-se à habitação, no piso superior, por um lance de escada único que parte junto à porta lateral. Para as traseiras do edifício, existe um logradouro e dependências agrícolas.

16.4 O Palácio Alvarez

O Palácio Alvarez possui três pisos e a fachada principal é decorada com ferros fundidos com alegorias à pintura e à escultura. Tal como nos outros casos, a habitação desenvolve-se no piso superior, por onde se acede por uma escada de caracol de madeira, que foi colocada provisoriamente para a execução da obra e nunca mais foi retirada. No entanto, é um exemplar de grande beleza. A entrada para o logradouro faz-se também por um corredor de carácter exterior que liga à habitação e às áreas não habitacionais por portas laterais. Surge neste imóvel pela primeira vez em Borba um hall de recepção onde se acede directamente à zona residencial sem existir qualquer contacto com as divisões de trabalho. Trata-se de uma exigência da classe burguesa, uma elite que cada vez mais desejava afastar-se do trabalho agrícola que lhe proporcionava a riqueza.

16.5 O Palácio Duarte Silva

O Palácio Duarte Silva, localizado na rua S. Bartolomeu, é um exemplo de como a necessidade de albergar diversas funções, muito distintas, para além da habitacional, levou ao crescimento das construções. É um imóvel com uma longa fachada que pela diversidade de vãos que apresenta demonstra uma evolução do edifício até àquilo que chegou até nós. A área da fachada mais trabalhada possui seis janelas de sacada no piso superior com cantarias trabalhadas de século XVIII. Os restantes vãos da fachada são mais modestos.

O interior denuncia que é em tudo igual às comuns habitações de viticultores. Em baixo fica a adega onde ainda se preservam numerosos exemplares de talhas e outros instrumentos de produção de vinho dos finais do século XIX. No piso superior estão as divisões reservadas à habitação.

Contudo, o Palácio Duarte Silva demonstra uma variante interessante. Enquanto que os palácios anteriormente analisados foram concebidos como palácios de uma elite assumidamente nobre, com escadarias em mármore, salões ricamente ornamentados, fachadas monumentais, o Palácio Duarte Silva preserva ainda uma arquitectura vincadamente popular com tectos em madeira, chaminés interiores de fumeiro, pequenas divisões irregulares e um pé direito baixo. Este imóvel denuncia assim a sua fundação como uma unidade produtiva de grandes dimensões por necessidade e não por vontade de se assumir como palácio. Assim, este “palácio” terá sido construído nos finais do século XVII nas franjas exteriores da vila, onde se poderia expandir à medida das suas necessidades. Só no século XVIII, o proprietário decidiu-lhe dar uma fisionomia mais apalaçada com a aplicação de guarnições em mármore. Nos finais do século XIX construiu-se novas dependências na rua do Terreiro das Servas com balaustradas e rebocos decorativos o que transformou o conjunto num palácio da burguesia detentora dos meios de produção vitivinícola.

16.6 O Palácio Valadares Castelo Branco

Este palácio nasceu no tecido urbano medieval da vila de Borba e a sua fundação poderá remontar ao século XVI, como parece demonstrar a cantaria aproveitada no pátio interior. Contudo, as transformações que recebeu ao longo dos séculos, onde se destaca a apropriação do prolongamento da rua Nunes da Silva até à Praça e a abertura em sua substituição da travessa do Mourão, destituíram-no de qualquer tipologia entendível. As recentes intervenções dos actuais proprietários também alteraram a sua planta.

Contudo, destaca-se no seu interior duas salas voltadas para a Praça. O salão central possui socos destacados da parede o que denuncia que em tempos recebeu um conjunto de telas, à semelhança das salas do Palácio dos Melos, provavelmente da autoria de José de Sousa Carvalho. No tecto desta sala encontra-se pintado um brasão de armas dos Valadares Castelo Branco.

Ao lado desta sala encontra-se uma magnífica divisão, totalmente decorada com pintura mural figurativa e que se assume sem qualquer dúvida como a mais bela sala privada borbense. Trata-se de um conjunto composto por cinco cenas representando a história de Telémaco, pintado em finais do século XVIII, provavelmente por José de Sousa Carvalho e repintado no século XIX e/ou XX. Se observarmos as cartelas com inscrições vemos que uma letra tipográfica de século XIX/XX substituiu uma letra cursiva de estilo francês do século XVIII.

O brasão de armas no salão central, igual ao que se observa no exterior no alçado da rua Visconde Gião diz-nos quem foi o seu proprietário em finais do século XVIII e inícios do XIX.

Trata-se de Manuel de Valadares Castelo Branco, reitor da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz entre 1785 e 1807, a mais ilustre e prestigiada irmandade de Borba onde só eram aceites as pessoas de sangue nobre. Este indivíduo foi sem qualquer dúvida uma das figuras mais importantes no plano artístico borbense já que reformou inteiramente a Capela do Santíssimo Sacramento transformando-a numa das mais belas de Borba, encomendou o órgão ao mestre Machado Cerveira de Lisboa para a Matriz e mandou pintar no seu palácio uma sala com cenas mitológicas.

16.7 A Quinta do General

Exemplo disto é a Quinta do General que se localiza fora da área urbana. É uma casa apalaçada com características rurais, que se situa na estrada que sai da vila em direcção a Elvas. É um edifício que já deveria existir no século XVI e que foi sofrendo ampliações e alterações até ao início do século XX. Tem planta em forma de U, com as suas extremidades ligadas por um muro onde se encontra, a entrada principal, um portão de acesso a um pátio interior donde, através de uma galeria de arcos e colunas, se avista o magnífico jardim. No rés-do-chão, para além da adega usada actualmente como casa dos caseiros, localiza-se a enorme cozinha de serviço, exemplar único dos que se conhecem até ao momento. A habitação desenvolve-se no piso superior, e acede-se por uma sala que faz parte de uma ampliação feita no início século XX, obra do arquitecto Raul Lino⁶⁵¹.

É uma casa senhorial de campo, ainda que esteja quase dentro da vila. Apesar da cuidada fachada que dá para a Avenida D. Dinis de Melo e Castro, ela volta-se, através de uma varanda corrida, para os seus jardins e terrenos.

16.8 Outros imóveis notáveis

Outro imóvel que importa salientar pela sua excepcionalidade é o situado no largo dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 12. Embora integrado na malha urbana consolidada, possui o carácter de um imóvel rural de periferia de uma urbe. É constituído pela casa principal, por um celeiro num edifício anexo, por habitações populares independentes e um logradouro de grande dimensão que confina com a rua de Três, sendo o único imóvel com estas características no quarteirão. O piso térreo é reservado para a produção de vinho e a habitação desenvolve-se no piso superior, por onde se acede por um lance de escadas exteriores coberto por um pequeno telheiro que resguarda a entrada. No logradouro existe uma nora e um tanque que serviria para

⁶⁵¹ Informação prestada pela proprietária e posteriormente confirmada pelo neto do famoso arquitecto.

os animais beberem. Na cobertura do edifício existe um mirante, situação comum a muitos outros imóveis em Borba. As dependências da habitação voltadas para a rua encontram-se decoradas com pintura mural de finais do século XVIII, inícios de XIX. A escada exterior também se encontra decorada com motivos florais.

As características rurais do edifício levantam questões sobre a data de construção do imóvel: a sua localização num quarteirão muito densificado, de finais da Idade Média, levanta a pergunta: porque é que este logradouro não foi edificado, levando a supor que este imóvel já existiria anteriormente à abertura da rua de Três e que estava vinculado a um morgado, propriedade que não poderia ser dividida ou alienada. No entanto, no século XVIII, terá sido remodelado, se não na organização interior, pelo menos artística e decorativamente.

A casa Pereira Trindade localiza-se no gaveto da rua António Joaquim da Guerra com rua Visconde de Gião. O interior encontra-se decorado com pintura mural de inícios do século XIX, pelo que o imóvel data pelo menos desta época, embora possa ser anterior. Exteriormente, a platibanda de finais do século XIX é decorada com balaustradas, possui frisos decorados e cada esquina é encimada com uma figura, tornando o edifício impar no tecido urbano da vila de Borba.

A função habitacional desenrola-se no piso superior e o piso térreo é maioritariamente ocupado por lojas, de acesso directo para a rua. Todo o edifício volta-se, no seu interior, para um pátio de onde se acede por dois lances de escadas para uma varanda exterior, que circunda todas as fachadas. Esta varanda deita para a rua por cima do portão por onde se acede ao pátio interior. A entrada para a habitação faz-se por uma porta, de inícios do séc. XX, na fachada da rua António Joaquim da Guerra, de onde parte, perpendicularmente, um lance de escadas.

Esta tipologia, da habitação no piso superior voltada para um pátio interior, um portão de serviço com acesso ao pátio, é comum a, pelo menos, outro edifício. No entanto, este, localizado também num gaveto, entre a rua Padre Bento Pereira e a rua Mateus Pais, tinha o piso térreo reservado para a produção de vinho, enquanto que o outro é ocupado por lojas, em que uma delas deve remontar pelo menos ao início do século passado.

A casa Pereira Trindade deveria ser uma casa de vitivinicultor que, com a queda da produção de vinho nos finais do século XIX provocada pela filoxera, e a sua proximidade ao Alto da Praça, zona de trocas comerciais por excelência, onde se localizava o mercado, ocupou parte do piso térreo com uma loja de tecidos.

Outro imóvel a registar é o situado na rua Padre Bento Pereira, n.º 14 e 16. Este distingui-se dos demais pela imponente escadaria de acesso ao piso superior e pela garrafeira situado num piso em cave precisamente sob a referida escadaria. Esta, datável dos finais do séc. XIX, é

composta por um lance que tem acesso a dois varandins, com visibilidade para a divisão de entrada. Estruturalmente os degraus (espelho+cobertor) são constituídos por um único elemento maciço em mármore, em que o cobertor sobressai do espelho com as arestas boleadas. Os degraus assentam em dois arcos portantes executados com tijolos maciços.

Contornando a escadaria acede-se a uma divisão posterior com saída directa para o logradouro. Sob a escadaria existe um alçapão que é a entrada para a garrafeira. Esta situa-se num piso enterrado suportado por uma abobadilha de canhão única. Com um pé-direito normal, o seu aproveitamento é feito por prateleiras executadas com abobadilhas e divididas por panos de tijolo ao alto e panos de meia vez tijolo.⁶⁵²

Tipologicamente este imóvel enquadra-se na habitação de vitivicultor com adega no piso térreo. No entanto, desta pouco resta, não possuindo talhas nem qualquer outro registo que possa ajudar a reconstitui-la. A novidade nesta habitação é sem dúvida a garrafeira com uma dimensão já considerável o que leva a supor que este proprietário comercializava vinho em garrafa e por isso para fora desta área geográfica.

17. José de Sousa de Carvalho, pintor borbense dos finais do século XVIII

Uma das mais interessantes figuras da segunda metade do século XVIII borbense é o grande pintor José de Sousa de Carvalho que deixou por toda a vila, em igrejas e palácios, inúmeros exemplares da sua obra. Trata-se do primeiro pintor de cavalete borbense que viveu toda a sua vida da arte que executou, demonstrando assim que Borba tornou-se num centro urbano o rico e abastado o suficiente para manter activa uma oficina de pintura.

O facto de José de Sousa de Carvalho ter vivido quase toda a sua vida em Borba, pertencendo, de facto, à comunidade borbense, levou a que fosse possível acompanhar a sua vida em diversos momentos. Na realidade, o relato da vida de José de Sousa de Carvalho é nos dado por mais de uma centena de documentos meramente administrativos que se guardam nos diversos arquivos da vila, ou dela directamente provenientes.

Estes documentos encontram-se discriminados no anexo deste livro e são o fundamento para estas páginas que dedicamos ao mais brilhante pintor borbense.

José de Sousa de Carvalho terá nascido em Borba por volta de 1740. Nada sabemos da sua vida antes do ano de 1765. Não sabemos se estará, de alguma forma, relacionado com o grande compositor português João de Sousa de Carvalho, natural de Estremoz e que conquistou a

⁶⁵² Cf. TEIXEIRA, Gabriela Barbosa, BELÉM, Margarida da Cunha, *Diálogos da Edificação*, Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998, p.91.

capital formando aí uma escola de música que formaria grande parte dos mestres do final do barroco.

Em 1765, José de Sousa de Carvalho está plenamente activo. De início as suas obras de pintura não eram mais que pintar portados ou dourar peças em talha. Contudo, a actividade que nos revela mostra já alguém plenamente inserido no pequeno mercado artístico borbense.

Neste ano, o pintor estava a trabalhar para a Santa Casa da Misericórdia, poderosa instituição com grande poder económico. Oleou as portas da igreja e da sacristia e dourou o pequeno brasão de armas seiscentista que ainda hoje permanece no portado principal. Neste mesmo ano de 1765, sabemos que o pintor também trabalhou na Capela das Almas da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Soveral. A documentação refere-nos que o pintor recebeu a quantia de 48.000 réis por ter feito pinturas na capela, dourados nos dois altares laterais e douramento das cruzes processionais. Contudo, o documento não nos refere que pintura, especificamente, José de Sousa de Carvalho executou. Seríamos tentados a atribuir as duas magníficas pinturas a óleo sobre vidro que esta capela possui nos altares laterais. Apesar do valor em questão, bastante alto, mantemos algumas reservas quanto a esta atribuição, pois parece-nos improvável que José de Sousa de Carvalho, logo no início da sua carreira, pintasse tão aprimorada obra.

No ano seguinte de 1766, mantêm-se a colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Borba e a atribuição, unicamente, de obras de douramento e de estofagem, típicas de um pintor menor de província, como tantos outros que em Borba o antecederam. Destaca-se a encarnação da imagem de Nossa Senhora do Amparo da igreja daquela instituição, primeira obra de arte conhecida do pintor.

No dia 16 de Outubro de 1767, encontramos José de Sousa de Carvalho e o escultor Sebastião Franco Paínho a testemunharem numa escritura de distrato de dinheiro emprestado junto do Fundo dos Órfãos. Este contacto revela uma amizade entre as duas principais figuras do barroco borbense. Sebastião Franco Paínho foi o responsável pela maioria dos trabalhos de mármore dos finais do século XVIII que se encontram em Borba. Sabemos, por exemplo, que em 1779 recebia aprendizes para aprenderem a sua arte. Este é o único contrato de aprendizagem artística que conhecemos em Borba.

Por praticamente dois anos, entre Outubro de 1767 e Agosto de 1769 nada sabemos sobre José de Sousa de Carvalho. É possível que estivesse em Estremoz ou Vila Viçosa a participar nalguma obra, ou mesmo, colaborando com um pintor mais experiente que com ele partilhasse os conhecimentos.

O que é facto é que, no dia 24 de Agosto de 1769, José de Sousa de Carvalho integrou a Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba. Esta era

uma das mais poderosas instituições da vila, que a par da Santa Casa, possuía um enorme poder financeiro baseado no cultivo do vinho. O pintor ocupou o lugar de tesoureiro da Irmandade, lugar que, por si só, mostra que José de Sousa de Carvalho não possuía problemas financeiros, pois esta era a condição exigida para se ocupar este cargo. Julgava-se que pelo facto do tesoureiro não ter necessidades financeiras, este não teria razões para roubar o dinheiro da irmandade.

O ingresso nesta irmandade pode denunciar que José de Sousa de Carvalho se estava a afastar do mero oficial mecânico, tornando-se cada vez mais num artista respeitado. O que José de Sousa de Carvalho fez durante a sua ausência, entre 1767 e 1769, poderá ter sido o motivo para este primeiro reconhecimento público. O pintor ocupou ininterruptamente o lugar de tesoureiro da Irmandade do Santíssimo até à data da sua morte, em 1795.

Em 1770, encontramos o pintor a fazer a primeira pintura a óleo sobre tela figurativa: a bandeira da Santa Casa da Misericórdia, obra que custou 16.230 réis. Mas os trabalhos de pintura figurativa eram meramente pontuais. José de Sousa de Carvalho continuava a aceitar trabalhos de douramento. Em 1771, a Irmandade do Santíssimo de São Bartolomeu encomendou-lhe a obra de dourar a banqueta dos castiçais e a cruz processional, deixando ao seu critério o preço da obra, tanto por terem total confiança na honestidade do artistas como por, segundo eles, não existir na vila quem pintasse melhor.

De facto, existia na mesma época em Borba outro pintor, Inácio António Canhão, cuja única obra conhecida foi a limpeza dos quadros da Igreja de São Bartolomeu em 1766. Sabemos que este pintor viveu até, pelo menos, 1784, sendo por isso contemporâneo de José de Sousa de Carvalho. Contudo, nos documentos notariais onde aparece, Inácio António Canhão nunca se referiu como “oficial de pintor”, pelo que se deve ter afastado totalmente da arte da pintura com o aparecimento do jovem talentoso José de Sousa de Carvalho. Sabemos que havia uma grande amizade entre ambos estes homens, de tal forma que José de Sousa de Carvalho assumiu uma sua dívida que obrigou Inácio António Canhão a fugir de Borba.

Com o aparecimento de José de Sousa de Carvalho, Inácio António Canhão afasta-se da pintura que praticava de forma amadora e dedica-se, como os demais borbenses da época, a produzir vinho.

A Irmandade de São Bartolomeu deixou ao critério de José de Sousa de Carvalho a quantia da obra encomendada, e o pintor cobrou 83.200 réis, uma quantia avultada.

Em Setembro de 1771, José de Sousa de Carvalho recebe a mais importante encomenda da sua, ainda, curta vida artística: a pintura da caixa do órgão da Santa Casa da Misericórdia. Este órgão havia sido adquirido anos antes ao italiano Pascoale Olidivino e a caixa permanecia por

pintar. José de Sousa de Carvalho, muito provavelmente por opção da instituição, vai revestir a caixa do órgão com raros e exóticos elementos de charão, motivos pintados a imitar madeiras lacadas da China..

Esta encomenda de prestígio e única no panorama artístico borbense colocou o pintor com uma situação económica e financeira estabilizada. Em Fevereiro de 1772, José de Sousa de Carvalho comprou por 30.000 réis umas casas na Rua de São Bartolomeu a João Rodrigues Rosmaninho, soldado em Elvas.

Não sabemos qual das casas desta rua era a casa do pintor borbense, mas sabemos que quase todas elas possuem uma tipologia arquitectónica comum. A rua de São Bartolomeu terá nascido nos finais do século XVII fruto de uma necessidade de crescimento da vila que começou a urbanizar as estradas naturais de entrada e saída da vila. As casas nesta rua possuem quase todas dois pisos, sendo que o térreo é inteiramente ocupado com talhas de barro para produzir vinho e divisões e apoio a este tipo de produção. Quando José de Sousa de Carvalho comprou a sua casa na então recém urbanizada Rua de São Bartolomeu, sabia que com o dinheiro conseguido com a arte da pintura iria aplicá-lo na principal fonte de riqueza de Borba: o vinho.

Meses depois, o pintor recebeu o pagamento de 28.900 réis por ter pintado e dourado as sanefas de talha que nesse ano foram aplicadas na Capela-mor da igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba.

Este grande número de encomendas bem pagas, asseguravam ao pintor um estatuto dentro da vila e uma riqueza cada vez mais sólida. Em Maio de 1772, encontramos o pintor, pela primeira vez, como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo da Igreja Matriz. Esta irmandade não nos deixou um legado artístico muito significativo, mas era uma das mais influentes instituições da vila, pois era especializada na concessão de crédito. A maioria dos contratos notariais de empréstimo de dinheiro a juros efectuados em Borba, tinham como credora esta instituição.

Concluimos, que José de Sousa de Carvalho era considerado pelos seus contemporâneos como alguém íntegro, honesto e sem necessidade de roubar.

Em Janeiro de 1773, o pintor comprou a sua primeira propriedade agrícola. Tratou-se de uma vinha e de um olival localizado no sítio do Poço de Agostinho Gomes. Os vendedores foram João Jorge e Inês Maria Paínha. Pelo apelido da vendedora adivinhamos a participação do seu amigo, o escultor Sebastião Franco Paínho, como intermediário nesta compra.

Neste ano, José de Sousa de Carvalho recebeu da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu a quantia de 37.000 réis por ter feito uma intervenção no magnífico retábulo da capela-mor, feito quarenta anos antes pelo entalhador lisboeta Manuel Nunes da

Silva. Este dinheiro foi de imediato aplicado na aquisição de vinhas, o mais sólido e seguro investimento da Borba setecentista.

No dia 3 de Dezembro de 1773, o pintor comprou por 40.000 réis, uma vasta vinha no sítio da Água Nova, que pertencia a Manuel da Trindade. O vendedor já tinha falecido e os seus bens estavam a ser divididos pelos inúmeros herdeiros. Esta situação provocou que a vinha fosse vendida a um preço muito conveniente, pois os herdeiros queriam liquidar rapidamente os bens para dividirem o dinheiro. Desta forma, José de Sousa de Carvalho mostrou ser o homem certo na altura certa, revelando-se um excelente investidor.

Dez dias depois, o pintor comprou, por 37.000 réis, um olival no sítio do Saibreiro, que pertencia a Apolónia Margarida Borralha Farta, moradora em Fronteira.

Em 1774, José de Sousa de Carvalho doa à Venerável Ordem Terceira uma tela representando Nossa Senhora da Conceição. Esta pintura foi colocada no altar do consistório da instituição pelo juiz, Dr. António Velez Picão. A Venerável Ordem Terceira era uma instituição aberta a todos, e como o próprio Juiz refere, José de Sousa de Carvalho já era irmão quando fez esta doação. Assim, o pintor era nesta altura membro de três irmandades distintas, tendo pertencido, atestadamente, à Mesa de duas delas.

No verão deste ano de 1774, José de Sousa de Carvalho comprou a casa do vizinho na Rua de São Bartolomeu. O seu objectivo seria certamente expandir a sua habitação, oficina de trabalho e adega.

Ao longo dos anos de 1774 e 1775 encontramos inúmeras referências ao pintor em actos de compra de propriedades, como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo em contratos de empréstimos, como testemunha em contratos de terceiros etc. Contudo, Entre Dezembro de 1775 e Junho de 1776, o pintor ausenta-se da documentação. Esta omissão pode denunciar uma ausência de Borba por seis meses por motivos profissionais. A apoiar esta hipótese, encontramos o primeiro documento que surge após a ausência: uma procuração feita por um casal morador na vila de Veiros, António Martins e Francisca Almeida, que delega a José de Sousa de Carvalho o poder de vender uma das suas propriedades em Borba. Onde conhecia o pintor este casal? E porque conferiram a um estranho tanta confiança?

Julgamos que este documento é um indício de uma estadia em Veiros por motivos profissionais que durou alguns meses, o suficiente para ganhar a confiança do casal local. Apenas com uma pesquisa nos fundos paróquias daquela vila poderemos identificar com segurança a intervenção de José de Sousa de Carvalho.

Os documentos que se seguem na cronologia do pintor dão mais indícios de ausências prolongadas de Borba. Primeiro, a ausência de contratos de obra em Borba que parecem não o

afectar. Segundo, num contrato celebrado em 26 de Junho de 1776, pela Irmandade da Cruz de Cristo da Matriz, onde o pintor pertencia desde 1772, este não aparece. Terceiro, no dia 15 de Setembro de 1776, José de Sousa de Carvalho apresenta-se como fiador do mestre de alvenaria António Ferreira Saloio, profissional morador e activo em Vila Viçosa.

A actividade fora de Borba aumentou o prestígio do pintor dentro da vila, pois em Janeiro de 1777 encontramos-lo como membro da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo da Igreja de São Bartolomeu, a quarta irmandade que o aceitou. Contudo, dois meses depois, noutro documento notarial assinado pelos membros da Mesa desta instituição, José de Sousa de Carvalho já não aparece o que parece evidenciar mais uma ausência de Borba. De facto, entre Janeiro de 1777 e Abril de 1778, o pintor não aparece referenciado em qualquer documento, com excepção para um acto em que testemunhou por seu amigo Inácio António Canhão.

As ausências de Borba são quebradas finalmente com uma encomenda feita pela Santa Casa da Misericórdia, em Abril de 1778. O pintor executou nesta data as pinturas decorativas, possivelmente murais, que decoraram a botica e a escadaria do novo Hospital desta instituição. Recebeu para o efeito 48.000 réis.

Enriquecido pelas campanhas fora de Borba, o pintor vai aumentar a sua casa na Rua de São Bartolomeu, comprando para isso umas casas térreas suas vizinhas ao Dr. João Lopes Pinto Palma, por 72.000 réis.

Entre 1778 e 1781, o pintor trabalhou para a Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba em trabalhos de douramento. Contudo, nos documentos administrativos apenas aparece uma única vez, onde assina em nome de um casal ausente a venda de umas casas. Por mais de dois anos, José de Sousa de Carvalho não aparece como membro das irmandades a que pertencia. O facto de ter aparecido, no final desta ausência, cheio de dinheiro é quase prova irrefutável que esteve trabalhando fora de Borba para alguma irmandade que urge identificar. O dinheiro que recebeu da Santa Casa da Misericórdia de Borba não justifica as quantias que depois gastou. Na realidade, logo em Fevereiro de 1781, pagou 130.000 réis que devia a juros a D. Ana de Vila Lobos. Um mês depois, compra uma vinha no sítio dos Carvalhais de São Pedro a frei António de Santa Teresa, religioso da Ordem de São Paulo Ermitão e beneficiado da Igreja Matriz de Borba. Como vimos no passado, José de Sousa de Carvalho aplicava quase de imediato o dinheiro que recebia da sua actividade de pintor na aquisição de propriedades vinícolas. O facto de em 1781 ter investido fortemente, denuncia que entre 1778 e 1781 teve que trabalhar em obras que nos permanecem desconhecidas.

Há contudo uma pequena referência documental que parece responder à questão onde esteve José de Sousa Carvalho nestes dois anos. Em Maio de 1781, a Santa Casa da

Misericórdia deu-lhe 600 réis por ter vendido, em Lisboa, o sino velho da igreja daquela instituição. De facto, o novo sino da Misericórdia de Borba veio de Lisboa e para lá foi o velho, tendo o transporte custado 3.000 réis. José de Sousa de Carvalho esteve, portanto, na capital. Esta viagem à capital poderá ter surgido como uma vontade de aprendizagem junto dos mestres que lá trabalhavam.

Neste mesmo mês de Maio de 1781, o pintor recebeu da Santa Casa da Misericórdia de Borba, a quantia de 12.800 réis pela obra de pintura que fez na Enfermaria das Mulheres, que incluía uma tela. Em Março de 1782 pintou o Sacrário novo da Igreja desta instituição.

Em Julho de 1783 recebe pela primeira vez a honra de pertencer à Mesa da Santa Casa, como irmão de segunda classe. Esta instituição era governada pela alta nobreza da vila, que ocupava os lugares de primeira classe, ficando para os oficiais mecânicos os lugares de segunda classe. A partir desta data, José de Sousa de Carvalho aparece frequentemente como membro da Mesa das várias irmandades a que pertencia e como testemunha em contratos notariais de terceiros, provas de que estava activo em Borba. Por esta altura, em Maio de 1784, recebeu a quantia de 90.000 réis da Santa Casa por ter pintado as esculturas dos santos dos altares do Hospital, o altar com a respectiva tela da Enfermaria dos Homens e o sanefão em talha dourada que o cobria.

Em Junho de 1784 ocorre um facto revelador. Nesta data é um novo pintor, de nome Manuel Carvalho, que pinta a porta de ferro do portal principal da Santa Casa da Misericórdia. Mais, a 4 de Junho desse ano, a Irmandade do Santíssimo de São Bartolomeu vê-se obrigada a colocar em praça pública a adjudicação da obra da pintura do espaldar do arcaz da sua sacristia. Esta obra foi disputada entre o já citado Manuel de Carvalho e o pintor de Estremoz José Cardoso, tendo este último conseguido a obra por 165.000 réis.

Estes dados poderão ter várias leituras. Por um lado, podemos pensar que José de Sousa de Carvalho já atingira um estatuto tal que não aceitava este tipo de obra, dedicando-se apenas às pinturas de cavalete. Contudo, a quantia de 165.000 réis seria muito apetecível. De facto, o preço base começou por 200.000 réis, quantia que José de Sousa de Carvalho facilmente conseguiria com um ajuste directo valendo-se do seu prestígio na comunidade. Se José de Sousa de Carvalho tivesse adjudicado esta obra, teria recebido a maior quantia até aqui documentada, pelo que o facto desta ser uma obra desprestigiante, não poderá ser considerada.

Podemos então considerar que dentro da Irmandade, por motivos pessoais, se escusaram a atribuir a obra a José de Sousa de Carvalho. Contudo, o pintor era, desde 1769, o tesoureiro da Irmandade. Mais, ao colocarem a adjudicação da obra em praça pública, arriscavam-se a que José de Sousa de Carvalho fizesse um lance para uma tão apetecível obra. Assim, a hipótese de

terem sido inimizades dentro da Irmandade que fizeram com que a obra não fosse atribuída a este pintor não terá fundamento.

Uma terceira hipótese é a ausência de José de Sousa de Carvalho, que como já referimos, aconteceu, por diversas vezes, no percurso artístico do pintor. Contudo, no dia 18 de Junho de 1784, 14 dias depois da adjudicação da obra da pintura do espaldar do arcaz da sacristia da igreja de São Bartolomeu, José de Sousa de Carvalho comparece como membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia.

Coloca-se então a grande questão. Estando José de Sousa de Carvalho em Borba, sendo a obra muito bem paga, e possuindo uma grande influência junto da mesa que lhe possibilitaria um ajuste directo pelo preço que pedisse, por que razão não assumiu esta obra o pintor borbense?

Nos anos seguintes, José de Sousa de Carvalho aparece poucas vezes na documentação, quase sempre como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo e da Irmandade de São Bartolomeu. Numa escritura datada de 5 de Outubro de 1785 testemunha uma escritura envolvendo propriedades em Montemor-o-Novo. Julgamos que no dia 4 de Junho de 1784, José de Sousa de Carvalho já teria ajustado uma obra de pintura tão grandiosa que o fez ausentar de Borba durante quatro anos e desistir de uma obra muito apetecível.

Neste período de quatro anos (1784 a 1788), José de Sousa de Carvalho voltou a Borba algumas vezes, em Outubro de 1785, Março e Outubro de 1786, Janeiro, Abril e Outubro e 1787 e Janeiro e Março de 1788. No dia 2 de Janeiro de 1787 compareceu enquanto membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo da Matriz para assinar uma quitação de dinheiro ao seu amigo de longa data, o escultor Sebastião Franco Paínho.

Esta foi a última grande ausência, perceptível na documentação, de José de Sousa de Carvalho. Depois do regresso, em Julho de 1788, inicia-se o ciclo das grandes telas que o pintor deixou na vila, como testemunho da sua passagem artística.

Logo em Julho de 1788, é nomeado como membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia, mais uma vez como irmão de segunda classe, cargo que ocupou até Junho de 1791. A presença na mesa desta instituição era algo muito sério e importante nas mentalidades da época. A grande obra que José de Sousa de Carvalho executou fora de Borba entre 1784 e 1788 fê-lo desistir de outra obra bem paga, mas não o fez desistir de ser membro da Mesa da Misericórdia, cargo que ocupou até ao último dia.

Para com a Misericórdia, pela seriedade e prestígio que esta instituição representava, José de Sousa de Carvalho não se comportou da mesma forma que para as Irmandades do Santíssimo de São Bartolomeu, ou da Cruz de Cristo, ou da Nossa Senhora do Carmo, pois por diversas vezes o pintor abandonou o cargo da Mesa destas instituições. Se de facto, José de

Sousa de Carvalho ocupou a Mesa da Misericórdia entre Julho de 1788 e Junho de 1793, então teremos de ter como premissa que durante este período, o pintor permaneceu em Borba.

E de facto, é a partir de 1788 que se inicia a época áurea de José de Sousa de Carvalho. A 4 de Dezembro deste ano é adjudicada a este pintor a tela da Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, deixando a Irmandade ao seu critério tanto o preço como a composição.

Em Fevereiro de 1789 ascende a um lugar público na Câmara Municipal. É nomeado Tesoureiro dos Bens dos Enjeitados, um grande fundo financeiro que tinha por objectivo sustentar os órfãos, mas que acabava por ser uma instituição financeira que emprestava grandes somas de dinheiro a juros aos elementos da Câmara.

A 16 de Setembro deste ano recebeu 150.000 réis dos 400.000 em que avaliou a tela da Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu. De facto, José de Sousa de Carvalho terá sido o grande impulsionador da Capela do Santíssimo daquela igreja, uma vez que, em representação da irmandade adjudicou a obra das grades decorativas ao mestre ferreiro António José Rolim, morador na Cidade de Évora. Terá sido em Évora que conheceu este profissional durante a ausência de 1784-1788?

Em 1791, pintou o tecto e a grande tela central da Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz, tendo recebido 120.000 réis. Esta irmandade era composta apenas pela nobreza da vila.

Nos anos 1791/1792 e 1793/1794, não assumiu o cargo de tesoureiro da Santa Casa da Misericórdia de Borba. Este facto poderá relacionar-se com mais uma ausência ou, simplesmente, com um excesso de trabalho em Borba que o impossibilitava de assumir convenientemente este cargo.

De facto, neste período de 1788-1795 terá feito a quase totalidade das obras de cavalete que subsistem mas não se encontram documentadas. Tratam-se das pinturas da Capela das Almas, as duas telas da Capela de Nossa Senhora do Rosário, os grandes conjuntos do Palácio dos Melos, o conjunto dos retratos da família Melo e Castro, a tela de Nossa Senhora do Carmo do Palácio dos Morgados Cardoso, os tectos pintados no Consistório da Venerável Ordem Terceira e os tectos pintados representando as estações do ano na Casa do Governador (ambos desaparecidos em data recente).

Por este tão grande número de obras de arte executas é referenciado pela Câmara Municipal, em Junho de 1792 como sendo dos mais ricos homens de Borba, a quem se poderia deixar dinheiro público pela conhecida honestidade.

Morreu no 2 de Agosto de 1795, com idade não muito avançada, com cerca de 55 anos. O seu amigo da mesma geração, Sebastião Franco Paíinho, apenas morreu em 1817. A ausência de testamento e o facto de ter obras a decorrer levam a crer que morreu prematuramente e de morte súbita. De facto, neste ano de 1795, havia deixado concluído o tecto dos novos Paços do Concelho, edifício monumental construído no âmbito de um projecto de urbanização do lado oriental da vila. Neste edifício o pintor havia efectuado os tectos da Sala da Câmara e da Sala da Audiência, e a edilidade deu como pagamento póstumo aos herdeiros a quantia de 80.000 réis.

A sua mulher, Francisca Teresa, casou-se pela segunda vez com Paulo dos Santos, morador na Alcaraviça, deixando os seus filhos, Bernardo Germano de Carvalho e a sua irmã, como únicos herdeiros do pintor.

A morte de José de Sousa de Carvalho foi sentida em Borba. A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, a quem o pintor pertencia deste jovem e a cuja Mesa pertenceu desde 1769, mandou rezar por sua alma três missas. A selectiva Irmandade do Santíssimo da Matriz, em reconhecimento do seu mérito artístico, mandou rezar por sua alma uma missa.

Pelo facto da vida do pintor apenas ter sido registada em documentos administrativos, torna-se muito difícil reconstituir o sentimento que o seu percurso artístico causou em Borba.

18. CONCLUSÃO

A história da vila de Borba nunca foi a história de reis, de poderosos ou de grandes batalhas. A única que houve, a de Montes Claros, marcou profundamente o Portugal do século XVII, mas este período nunca mereceu grande atenção por parte dos historiadores portugueses. Talvez por isso, nunca Borba compareceu nas heróicas páginas dos historiadores do século XIX nem nas gloriosas narrações dos autores do Estado Novo.

A história de Borba não é mais que a história dos borbenses que ao longo de gerações a marcaram e deixaram às gerações futuras os testemunhos da sua presença. Mas não se pense que a história de Borba se desvaloriza por esta particularidade ou que não merece por isso ser narrada. Antes pelo contrário! A “nova história” ensinada nas universidades de toda a Europa desde o final da Segunda Guerra Mundial valoriza a história social, das comunidades, do pequeno universo de estudo inserido numa conjuntura mais alargada e amplamente estudada.

Borba assume-se portanto como um inesgotável campo de trabalho para o historiador com preocupações pela “micro história”, pela “história local” e principalmente pela história social.

Como observámos, a vila de Borba apresenta nas suas ruas, nos seus monumentos e no seu património o passar dos séculos na vida de uma comunidade e na história de um país. A

economia foi a base de toda a sociedade borbense. Como prova, encontramos a coincidência entre as campanhas artísticas e a economia. O crescimento da vila no século XIV/XV dependeu da feira dionisina que atraiu centenas ou milhares de pessoas a trocarem os seus produtos. O revestimento de azulejos da Igreja de São Bartolomeu dependeu da assinatura da Paz com Espanha em 1668 e constituiu uma acção conjunta de todos quantos se felicitaram com o fim da guerra. E finalmente, a explosão barroca do século XVIII foi consequência da produção e comércio do vinho, cuja riqueza modelou e individualizou para sempre a vila de Borba.

Este património que hoje se preserva é fruto, portanto, de uma comunidade a cujos descendentes cabe agora preservar os testemunhos do seu próprio passado.

Com o estudo histórico que agora se apresenta, pretende-se contribuir para um melhor conhecimento do passado e entendimento do presente, esteios onde assentará, no futuro, uma melhor gestão de um património que a todos pertence.

ANEXO

**DICIONÁRIO DE ARTISTAS BORBENSES, OU QUE TENHAM TRABALHADO
EM BORBA, PARA A HISTÓRIA DA ARTE BARROCA ALENTEJANA**

INTRODUÇÃO E JUSTIFICAÇÃO AO ANEXO

O Concelho de Borba faz parte de uma realidade histórica e artística alargada e regional onde se integram os actuais concelhos de Vila Viçosa, Estremoz e Alandroal. Por capital desta região temos Vila Viçosa, onde a Corte dos Braganças atraiu um sem número de nobres, fidalgos e religiosos, dando origem à construção de grandes e valiosos palácios, igrejas, colégios e conventos. Contudo, a mão de obra artística que saciava esta elite residia não só em Vila Viçosa mas principalmente em Borba e Estremoz.

A História da Arte desta região não se faz com os grandes nomes da Arte Portuguesa. Isto deve-se ao grande número de encomendas na região e principalmente na escolha do mármore e da pintura mural em detrimento da talha e do azulejo respectivamente. Amos estes factores levaram a que surgisse, na segunda metade do século XVII, uma mão-de-obra local que vai produzir e exportar inúmeras obras de arte em mármore e em pintura mural para todo o Alentejo.

Prova da intensa actividade artística da região, é o facto do Alentejo ser o destino dos “ratinhos”, beirões na sua maioria que trabalhavam na construção de igrejas, conventos e palácios. Muitos deles acabaram por se estabelecer permanentemente na região, dedicando-se exclusivamente à arte da construção.

Destaca-se neste universo a família Cordeiro de Borba, ligada à escultura do mármore ao longo de várias gerações e composta por vários indivíduos, primos, irmãos e cunhados, que trabalhavam em parceria e que vão fazer as mais finas obras de escultura em mármore da região no século XVII e XVIII. O seu patriarca terá sido Melchior Cordeiro, que em 1619 trabalhava no portal lateral da Catedral de Badajoz, mas os seus grandes representantes foram Manuel Cordeiro o Velho e seus dois filhos que fizeram a decoração da Capela-mor da Igreja de São Bartolomeu e a fachada da Igreja de Venerável Ordem Terceira.

Na segunda metade do século XVIII vão surgir outros apelidos ligados à escultura do mármore, nomeadamente os Velezes e os Franco Paínho, mas todos eles com ligações matrimoniais aos Cordeiros.

A complexidade e ligações matrimoniais desta família torna-se tão densa nos finais do século XVIII e início do XIX que não nos foi possível desenhar com rigor a sua árvore geneológica.

Outro indício que a região dos mármore se tornou num centro artístico importante, é o surgimento de um pintor com a qualidade de José de Sousa de Carvalho que toda a sua vida trabalhou na arte da pintura de cavalete tendo deixado inúmeros testemunhos em Borba.

Assim, e porque a História da Arte Barroca Alenteja não se escreve com os grandes nomes conhecidos de Lisboa e Évora, mas sim com os nomes de grandes artistas que permanecem no anonimato pela falta de estudos documentais, deixamos aqui o nome e os dados conseguidos

com a nossa pesquisa de todos aqueles que deixaram testemunhos da sua arte em Borba, ou que vivendo em Borba, exportaram a suas obras para outros concelhos.

Afonso Lopes

Alvane

1669, 5 de Março – A sua viuva, Isabel Álvares, vendeu um conjunto de casas. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 14, fl. truncado, ao início)

Agostinho José Fortes

Serralheiro

1813, 28 de Julho – Arrematou por 28.840 réis a obra do concerto dos sinos do relógio da vila. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1797 - 1817, fl. 213v)

Alexandre Francisco

Pedreiro

1760/1761 – Em conjunto com o seu companheiro Simão Pereira, fez um conjunto de nove cachorros de pedra para sustentar a tribuna lateral dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Borba, tendo ambos recebido 13.740 réis. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1760 a 1761*, fl. 107v)

Álvaro Machado

Ourives, morador a Vila Viçosa

1685, 3 de Junho – Contratou-se com a Irmandade de São Bartolomeu para fazer quatro castiçais de prata dourada (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 32, I Parte, fls. 7v a 9).

André Cordeiro

Pedreiro

1694 a 1696 – Efectuou as pedrarias lavradas para a Capela mor da Igreja de São Bartolomeu, (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento do ano de 1693 a 1696*, fls. 17, 24 e 24v)

1703, 27 de Novembro – Celebrou um contrato de empréstimo de 100.000 a juro com o Padre Francisco da Conceição. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 55, fl. 127v a 129v).

- 1705, 13 de Janeiro – Escritura de distrato dos 100.000 réis a juro entre André Cordeiro e o Padre Francisco da Conceição (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 56, fl. 40v a 41v).
- 1705, 21 de Janeiro – Vendeu um olival ao Padre Francisco da Conceição (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 56, fl. 44 a 46).
- 1709, 1 de Novembro – Torna-se arrendatário de numerosas propriedades agrícolas, propriedade de D. Maria Luísa Pereira Coutinho. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 59, fls. 110v a 112)
- 1710, 5 de Setembro – Recebeu 50.000 réis à condição de juro do Padre Manuel Rodrigues Trasado. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 76, fls. 59 a 61v).
- 1714, 8 de Setembro – Recebeu 85.020 réis à condição de juro de Diogo Martins Lopes. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 77, fls. 204 a 206v).
- 1729, 28 de Maio – Efectuou um contrato com os Irmãos da Igreja de São Bartolomeu para remover as sepulturas da Capela-mor. Não teve efeito. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 105, fls. 98 a 98v)
- 1730, 10 de Julho – Contratou-se com Manuel Fernandes Pazes e Manuel Lourenço Pintado para fornecer a pedraria para as cavaliças Reais, na actual Rua Humberto da Silveira Fernandes. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 134, fls. 101v a 103)
- 1753, 19 de Janeiro – Fez uma procuração a seu filho, Bartolomeu Lopes Cordeiro, também mestre pedreiro, possivelmente por invalidez. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 116, fls. 133 a 133v)

André Domingues

Alvane

- 1728, 12 de Junho – Celebrou um contrato de obra, juntamente com o seu companheiro Pedro Nunes, para se remodelar o interior da Igreja de Santiago de Rio de Moinhos. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 104, fl. 88v a 90).
- 1732/1733 – Recebeu a quantia de 120 réis por ter trabalhado meio dia na obra da introdução dos retábulos de talha dourada na Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1732 a 1733*, fl. 36v).

André Gonçalves

Alvane

- 1775, 19 de Outubro – Comprou uma courela de vinho a André Lopes lavrador (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 128, fl. 52v).
- 1775, 19 de Dezembro – Comprou umas casas a Henrique Franco Lobo Tenazes de Sande (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 128, fls.60v a 62)
- 1776, 7 de Outubro – Comprou uma morada de casas ao Reverendo Frei José Pimenta Cabral. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 128, fls. 136 a 137v)
- 1777, 20 de Julho – Comprou uma estacada de olival a António de Sousa. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 129, fls. 53v a 55)
- 1778, 1 de Março – Comprou uma courela de vinha a Manuel António de Sousa e a sua mulher Violante Maria. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 129, fls. 109v)
- 1798, 20 de Setembro – Recebe de empréstimo a juros a quantia de 100.000 réis do Vigário da vara da vila, Leocádio José de Ataíde. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 189, fls. 72 a 72v)

André Martins**Pedreiro**

- 1674, 4 de Abril – Deu fiança à renda da vila. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 19, III Parte, fl. 91v).

Angélico Velez**Escultor**

- 1790, 7 de Novembro – Testemunhou numa escritura de distrato entre os Mesário da Irmandade das Almas e Joaquim Fortes (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 211, fl. 57)
- 1790, 10 de Novembro – Testemunhou numa escritura de empréstimo de dinheiro a juros entre a Irmandade das Almas e Domingos Fernandes. Compareceu como testemunha Joaquim Rebelo, carpinteiro (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 211, fl. 58)
- 1793, 4 de Setembro – Testemunhou numa escritura de compra de uma morada de casas que fizeram Francisco Gomes Tigela e António José Pinto (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 212, fl. 49v)

- 1796, 18 de Maio – Arrematou as cantarias trabalhadas para os Paços do Concelho, presume-se que seja o corrimão da escadaria nobre, por 48.000 réis. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 185v).
- 1799, 25 de Junho – Comprou uma vinha a Joaquim de Almeida. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 220, fls.86v a 88v)
- 1801, 4 de Setembro – Comprou três quarteirões de vinha a Luís José da Silveira. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 190, fls. 43v a 44v)
- 1808, 20 de Agosto – Deu 4.800 réis à sustentação das tropas reais no peditério feito pela Câmara. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1797 - 1817, fl. 115v).

António Bispo

Serralheiro

- 1671, 4 de Março – A Câmara Municipal nomeia-o fiel do relógio (ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1671, fl. 9v)

António Cordeiro

Pedreiro

- 1671, - Vendeu uma vinha a Francisco Gonçalves Ramalho (ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 19, I Parte, fl. truncado)
- 1671, 25 de Setembro – Fez uma procuração (ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 19, I Parte, fl. truncado)
- 1673/1674 – Membro da venerável Ordem Terceira de Borba, recebeu desta instituição a quantia de 4.000 réis como pagamento da lápide inscrita para a Capela que aquela instituição tinha na igreja do Convento das Servas. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Venerável Ordem Terceira*, 1674 - 1686, fl. 6v)
- 1674, 7 de Julho – Filho de Manuel Cordeiro o Velho e irmão de Manuel Cordeiro o Moço, contratou-se com o Convento do Bosque para em equipa com mais quatro pedreiros fazer a obra de pedraria do Convento do Bosque (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 19, III Parte, fls. 113 a 115).
- 1677, 27 de Abril – Em conjunto com o seu pai e irmão, contrata-se para fornecer toda a pedraria necessária para a obra da Igreja e Consistório da Irmandade da

Venerável ordem Terceira (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 25, fls. 123v a 125).

1681, 24 de Maio – Fez uma escritura de dívida com o seu cunhado Agostinho Martins. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 28, II Parte, fls. 140 a 141v)

1685, 10 de Fevereiro – Fez, juntamente com sua mulher Bárbara Lopes, um repasso de fazendas com Agostinho Martins e sua mulher. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 33, fl. 46v)

1688, 4 de Setembro – Juntamente com o seu irmão, Manuel Cordeiro II, celebraram um contrato com o Padre frei João Pita de Vasconcelos, Juiz da Comarca de Estremoz da Ordem de São Bento de Avis, para se lajear o interior da Igreja Matriz de Juromenha. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 32, III Parte, fls. 12 a 14)

1690, 26 de Maio - Juntamente com seu irmão, Manuel Cordeiro II, deu fiança para a obra da Igreja Matriz da vila de Mourão. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 36, fls. 51 a 52v)

António Fernandes

Mestre pedreiro morador em Vila Viçosa

1679, 14 de Outubro de – Juntamente com Domingos Nunes, contratou-se para acabar a Igreja e Consistório da Venerável Ordem Terceira. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 28, I Parte, fls. 43v a 44v)

António Fernandes Monteiro

Pedreiro

1672, 11 de Dezembro – Reformula o foro de seis alqueires de azeite que tinha para com Francisco Lobo Pinheiro, tutor de seu sobrinho, documento sem efeito. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 22, fls. 67v a 69v).

1674, 7 de Julho – Contratou-se com o Convento do Bosque para em equipa com mais quatro pedreiros fazer a obra de pedraria do Convento do Bosque (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 19, III Parte, fls. 113 a 115).

António Ferreira I

Alvane

1729, 9 de Março de – Comprou umas vinhas ao Capitão João Rodrigues Nogueira e sua mulher Inês Franca Biscarda (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 105, fl. 90)

António Ferreira II, o Saloio

Alvane, morador em Vila Viçosa

1772, 21 de Novembro – Ofereceu para fazer a obra da torre da Igreja de São Bartolomeu a quantia de 210.000 réis, tendo disputado esta obra com João Rofrigues da Ponte. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 48)

1776, 15 de Setembro – Adjudicou por 130.000 réis a obra de alvenaria do coro da Igreja de São Bartolomeu de Borba, obra encabeçada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento. Como fiador apresentou o pintor José de Sousa de Carvalho (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 60v)

1779, 29 de Março – A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, decide dar à sua viuva a quantia de 9.600 réis por conta dos acrescentos que ele fez na obra do coro da Igreja. Por esta nota sabemos que já tinha morrido. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 66v.; PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1770 - 1778, fl. 107)

António Franco Paínho

Mestre pedreiro

1767, 16 de Outubro – Testemunha com o pintor José de Sousa de Carvalho numa escritura de distrato de dinheiro emprestado ao fundo dos enjeitados. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 123, fl. 146)

1770, 8 de Dezembro – Serviu de fiador à adjudicação da obra da balaustrada de mármore da Igreja de São Bartolomeu arrematada pelo escultor calipolense Joaquim Martins Fontes junto da Irmandade do Santíssimo Sacramento (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 39v)

- 1775, 13 de Fevereiro – Aparece como testemunha na escritura de distrato de 50.000 réis que distratou Lopo Silveira Soveral a Antónia Joaquina, viuva de Manuel do Rosário. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 127, fls. 144)
- 1782, 2 de Janeiro – Arrematou a obra da Fonte das Bicas por 6.000 cruzados (2.880.000 réis). (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 39v)
- 1784, 29 de Junho – Arrematou a obra de alvenaria da Fonte das Bicas por 800.000 réis, mais o coruchéu por 200.000 réis. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 64v)
- 1785, 28 de Setembro – Arrematou a obra de aumento do lajeado do chão. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 79v a 80)
- 1787, 28 de Dezembro – Apresentou à Câmara uma provisão do Tribunal da Sereníssima Casa de Bragança sobre o aforamento do Terreno do Monturo Alto, ficando desta forma com a obra que a provisão referia. Muito provavelmente seria uma obra pessoal que originou conflito com a Câmara. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 97v).
- 1788, 23 de Abril – Foi notificado pela Câmara para não continuar a obra que andava fazendo, porque estava a abrir portas para as terras do concelho (o que lhe daria direitos de serventia) e não para a estrada ou para a rua. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 102).
- 1790, 8 de Maio – Compareceu como fiador de Pedro Xavier Teles de Meneses que contraiu um empréstimo de 200.000 reis a juros ao Convento das Servas. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 216, fls. 102 a 103)
- 1790, 7 de Novembro – Recebeu por ordem do Visconde da Lourinhã, inspector da obra dos Paços do Concelho seis moedas de ouro (33.600 réis) em remuneração do trabalho que teve na obra dos Paços do Concelho, tendo-lhe cabido, portanto a concretização geral do projecto, (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 125).
- 1793, 15 de Fevereiro – Comprou uma horta à sua irmã Branca Teresa, representada por Francisco Miguel Cordeiro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 217, fls. 132 a 133v)
- 1793, 30 de Julho – Juntamente com José de Sousa de Carvalho, aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fl. 36v)

- 1793, 31 de Julho – Aparece, juntamente com José de Sousa de Carvalho, como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 212, fls. 42v e 43)
- 1793, 25 de Agosto – Juntamente com José de Sousa de Carvalho, aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo. O Reitor era Manuel Valadares de Castelo Branco (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fl. 44v)
- 1794, 31 de Janeiro – Aparece, juntamente com José de Sousa de Carvalho e com Manuel Carvalho, ambos pintores, como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 212, fls. 71)
- 1794, 11 de Abril – No testamento de Francisco Miguel Cordeiro, é nomeado como testamenteiro, ou seja, executor das disposições do testamento. Foi contemplado pelo testador com os seus livros de arquitectura e de religião (Cf. ADE, ACBRB/A/01/Cx 96/ Pç 1117)
- 1795, 21 de Janeiro – Comparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo, juntamente com José de Sousa de Carvalho, na escritura de empréstimo de 50.000 réis a juros que esta irmandade concedeu a Sebastião Franco Paínho. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fls. 148 a 149)
- 1798, 6 de Fevereiro – Testemunhou na escritura de arrendamento de uma courela que fez o Capitão João Alberto da Silveira, como procurador de D. João de Almeida de Melo e Castro a José Gonçalves. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 213, fl. 47v)

António Gonçalves

Alvane

- 1690, 21 de Abril – Nesta data, Manuel Gomes Gracia deu fiança para que lhe fossem entregues os bens de João Gonçalves, ausente de Borba e filho deste António Gonçalves, alvane (ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 36, fl. 44)

António Jorge

Ferreiro, morador em Lisboa

- 1695, 12 de Julho – Assina um recibo no valor de 30.600 réis para ferragens para as portas da Igreja e Consistório da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf.

SCMBRB, *Livro da Receita e da Despesa da Santa casa da Misericórdia de Borba do ano de 1694 a 1695*, Recibos apensos).

António José Rolim

Ferreiro morador na Cidade de Évora

1789, 14 de Novembro – Foi-lhe adjudicada a obra da grade decorativa da Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba pela quantia de 25 moedas de ouro, 120.000 réis. Foi seu fiador Francisco Miguel Cordeiro e assinou em representação da Irmandade o pintor José de Sousa de Carvalho. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 91).

1790, 14 de Julho – Recebeu a quantia de 14.400 réis pelo acréscimo que receberam as grades decorativas da Capela do Santíssimo de São Bartolomeu e que não estava previsto no projecto inicial. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 92v).

António Lopes

Alvaneio

1695, 3 de Maio – Compra umas casas a Manuel Rodrigues Curvo e a sua mulher Isabel Franca (ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 46, fls. 87 a 90v)

1695, Abril e Agosto – Trabalhou na obra da construção da nova capela mor da Igreja de São Bartolomeu, juntamente com os mestres alvaneos João Fernandes, Manuel Silvério e António ?(Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento do ano de 1693 a 1696*, fl. 16 a 16v)

1699/1700 – Trabalhou numa obra efectuada na Capela da Santa Casa na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Soveral (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1699 para 1700*, fl. 120v).

1700, 7 de Junho – Recebeu um olival em trespasse de João Correia. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 67, fls. 48v a 51v)

António Machado

Ourives (?) morador em Borba

1720/1721 – Recebeu 120 réis de ter concertado a lâmpada da Santa Casa da Misericórdia de Borba e 230 réis por ter concertado o turíbulo da mesma instituição. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1720 a 1721*, fls. 36 e 37)

António Martins

Serralheiro

1680, 11 de Maio - A Câmara Municipal nomeia-o fiel do relógio (ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1680, fl. 13)

António de Menzas

Pintor, morador em Lisboa

1710/1711 – Era herdeiro de uns bens de seu pai Francisco de Menzas, que se os não quisesse reverteriam para a Santa casa da Misericórdia de Borba. Este pintor era negro e vivia na Rua Nova do Almada. Era filho deste Francisco de Menzas e da sua escrava Francisca Antónia. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1710 para 1711*, fl. 70va 71v).

António Ribeiro

Entalhador

1685/1686 – Acordou fazer o retábulo para a Igreja da Venerável Ordem Terceira pelo preço de 40.000 réis (PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade da Venerável Ordem Terceira*, 1674 - 1686, fl. 88)

António Rodrigues Nifro

Pedreiro

1722/1723 – Recebeu 18.800 réis em dinheiro, mais um moio de trigo no valor de 24.000 réis, em conjunto com o seu companheiro João Cordeiro por pedrarias trabalhadas que fizeram para a obra do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1722 a 1723*, fls. 85 e 91)

1725, 4 de Julho – Recebeu, em conjunto com o seu companheiro, João Cordeiro, a quantia de 78.400 réis, pelas cantarias trabalhadas que fizeram para a obra do Hospital da Santa Casa

da Misericórdia de Borba entre 1724 e 1725 (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1724 a 1725*, fl. 62v).

António dos Santos

Pintor, morador em Vila Viçosa

1732, 1 de Setembro – Celebrou um contrato com as freiras do Convento das Servas para pintar o tecto da Igreja do Convento (ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 100, fls. 35v a 37v)

António dos Santos

Mestre Pedreiro

Morador em Vila Viçosa

1756, 12 de Junho de – Nesta data este profissional licitou a obra das calçadas da Vila de Borba, chegando mesmo a dar o lanço mais baixo. Contudo, a Câmara não lhe atribuiu a obra por o considerar como um oficial indigno pois a obra que fez nas Cavalariças de Vila Viçosa teve de ser demolida e refeita. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1752 - 1766, fls. 116 a 116v)

António de Sequeira

Pintor

1760/1761 – Recebeu por ter dourado a tribuna lateral dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Borba a quantia de 28.800 réis. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1760 a 1761*, fl. 108)

António Simões

Serralheiro

1684, 12 de Maio – Deu fiança para a reparação do relógio concelhio de Vila Viçosa. É dado como morador na mesma vila. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 17, fls. 122v a 124v)

António Simões

Mestre Pedreiro

1711, 16 de Dezembro – Compra um olival a Manuel Álvares e a sua mulher Inês Bela. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 60, fls. 119v a 196v)

1725, 24 de Novembro – Arrematou em praça a obra de reparação do açougue do peixe e alpendre, posta em praça pela Câmara em 3 de Novembro desse ano. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1725 - 1727, fls. 6 e 7)

António Soares

Canteiro

1774, Agosto e meses seguintes – Em conjunto com o seu filho trabalhou para a obra do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1774 a 1775*, fl. 44v, 50; *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1777 a 1778*, fl. 69)

1781, Janeiro e Fevereiro – Efectuou as pedrarias para as janelas do ante-coro do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1780 a 1781*, fl. 97v)

António Xavier Machado Cerveira

Mestre organeiro real

1802/1803 – Recebe o primeiro pagamento do órgão que efectou para a Igreja Matriz, obra de iniciativa da Irmandade do Santíssimo Sacramento daquela igreja. Esta pagamento foram de 60.000 réis mais as contribuições dos populares para esta obra. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz dos anos 1778 a 1845*, Ano de 1802 - 1803, fl. 69v)

1803/1804 – Recebeu 400.000 réis como primeiro pagamento do órgão que estava a fazer para a Igreja de São Bartolomeu de Borba. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1802 - 1811, fl. truncado)

1804, 8 de Junho – Assinou em Lisboa o recibo desta quantia de 400.000 réis emitido ao tesoureiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São Bartolomeu, João António Queirós. (Cf. PRQBRB, *Recibos emitidos no ano de 1804*).

- 1806/1807 – Recebeu 300.000 réis como pagamento do órgão que estava a fazer para a Igreja de São Bartolomeu. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1802 - 1811, fl. truncado)
- 1807/1808 – Recebeu 142.900 réis do resto da conta do órgão que fez para a Igreja de São Bartolomeu. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1802 - 1811, fl. truncado)
- 1808, 31 de Janeiro – Tendo a Irmandade do Santíssimo Sacramento notícia que o órgão feito por este mestre já estava concluído, decidiu nesta data que o instrumento viesse para Borba. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 126).
- 1808 – Entrega o órgão da Igreja de São Bartolomeu à Irmandade tuteladora da Igreja. (Cf. Assinatura do órgão da igreja).
- 1808/1809 – Recebeu 7.200 reis por ter afinado o órgão que fez para a Igreja Matriz. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz dos anos 1778 a 1845*, Ano de 1808 - 1809, fl. 84v)
- 1819 – Entrega um novo órgão à Igreja Matriz. (Cf. Assinatura no órgão actual)

Baltazar Fernandes

Entalhador morador da Vila Viçosa

- 1695, 8 de Outubro – Celebrou um contrato com a Irmandade do Anjo da Guarda da Igreja Matriz para fazer o retábulo desta capela (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 39, fls. 67v a 68v)

Bartolomeu Lopes Cordeiro

Mestre Pedreiro

- 1735/1736 – Recebeu neste ano a quantia de 1.200 réis por limpar o arco de pedra e reparar o estuque da Capela de Nossa Senhora da Conceição, para receber um novo retábulo em talha dourada. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1730 – 1749, fl. 47v).

- 1753, 19 de Janeiro – Recebe uma procuração de seu pai, André Cordeiro, também mestre pedreiro, possivelmente por invalidez deste. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 116, fls. 133 a 133v)
- 1753, 8 de Setembro – Nesta data, este profissional arremata por 124.800 réis a obra da nova fonte dos finados, definida e colocada em praça pela Câmara Municipal em 29 de Agosto desse ano. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1752 - 1766, fls. 40 a 41v e 42v)
- 1763, 10 de Janeiro – É baptizada uma sua neta de nome Mariana na Igreja de São Bartolomeu. É filha da sua filha Maria Teresa Cordeira e do mestre pedreiro José Mansos da Silva. Bartolomeu Lopes Cordeiro é dado como casado com Joana Teresa Cordeira e natural da Freguesia de São Bartolomeu. Foram padrinhos desta menina Manuel Valadares Vieira de Castelo Branco e Francisca Catarina Xavier de Matos (Cf. ADE, *Cartórios Paroquiais, Freguesia de São Bartolomeu – Borba*, Livro 6, *Livro de Registo de baptismos de 1760 a 1791*, fl. 63v).
- 1775, Novembro – Recebeu a quantia de 40.500 réis como pagamento de ter efectuado o portal em mármore para o Hospital. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1775 a 1776*, fl. 55).

Bento Charrua

Pintor dourador, morador em Vila Viçosa

- 1736, 30 de Outubro – Recebe dinheiro emprestado a juros do Padre Beneficiado Frei Luís Soares de Torres. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 109, fls. 102 a 102v)
- 1736, 7 de Novembro – Comprou um olival a Frei Luís Soares de Torres. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 109, fls. 104v a 107)
- 1745/1746 – Refere-se que este pintor pagava um juro à Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1745 a 1746*, fl. 34v).
- 1752, 16 de Abril – Adjudicou a obra do douramento da Capela de Nossa Senhora da Conceição junto da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu por 48.000 réis. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1736 - 1762, fl. 84).

1752/1753 – Recebeu no decorrer deste ano a quantia de 48.000 réis pelo douramento do retábulo da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Igreja de São Bartolomeu (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1749 - 1761, fl. 32v).

Bento Cordeiro

Alvane

1694/1695 – Recebeu 1.920 réis da Santa Casa por ter trabalhado, mais o seu servente na obra do Hospital. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1694 para 1695*, fl. 98).

Bento Cordeiro

Pintor

1745, 9 de Junho – Avaliou, em conjunto com o pintor Cristóvão dos Santos a obra do douramento do quadro central do retábulo da capela mor da Igreja de São Bartolomeu de Borba, efectuado por Manuel Marques Marino. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1736 - 1762, fl. 55)

Bento Dias

Pedreiro

1673, 22 de Maio – Recebe o aforamento de umas vinhas propriedade de António Lourenço Franco (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 23, fls. 35 a 37v)

1678, 8 de Março – Faz contrato de aforamento de um terreno na serra propriedade de Fernando Vaz Cepa. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 26, fls. 93v a 97)

1678, 2 de Agosto – Faz uma procuração ao Dr. André da Silva Henriques, morador na Cidade de Lisboa. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 27, fls. 4 a 5)

Bento Dias

Carpinteiro

- 1760/1761 – Recebeu 30.000 réis por ter feito a tribuna lateral dos irmãos da Santa casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1760 a 1761*, fl. 107).
- 1762/1763 – Procedeu a diversas obras de correcção da tribuna lateral da Igreja da Santa Casa da Misericórdia. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1762 a 1763*, fl. 56 e 60).
- 1775, Janeiro – Adjudicou a obra de carpintaria do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1774 a 1775*, fl. 70v).
- 1776, Junho – Adjudicou a obra dos portados da Enfermaria nova do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba pela quantia de 80.000 réis. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1775 a 1776*, fl. 90v).
- 1793, Junho – Recebeu 80.000 réis por ter efectuado os armários da Casa do Despacho e as bacadas do Coro da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1792 a 1793*, fl. 78)
- 1793, Setembro – Recebeu 33.680 de resto de contas que tinha para com a Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1793 a 1794*, fl. 43v)

Bento Freire

Entalhador

- 1760/1761 – Recebeu a quantia de 800 réis por ter reparado o retábulo da Capela da Visitação na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Soveral, propriedade da Santa Casa da Misericórdia (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1760 a 1761*, fl. 107v)

Bento Gonçalves Ramalho

Serralheiro

- 1725, 16 de Junho – Nesta data a Câmara faz um termo de desobrigação do referido mestre aceitando a obra de reparo do relógio da vila, por 12.000 réis, mandado reparar por acta de 20 de Abril de 1725. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação, 1721-1725*, fls. 131 e 135)

1747, 11 de Fevereiro – Nesta data a Câmara nomeou-o aferidor do relógio municipal. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1745 - 1748, fl. 71)

Bernardino José

Oficial de alvane

1800, 29 de Abril – Comprou uma casa a Fernando da Silveira Galvão da Gama. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 220, fls. 126v a 128)

Bernardino Caripa

Mestre de alvenaria

1817, 5 de Junho – Disputou a obra dos estuques da torre da Igreja de São Bartolomeu com João Duro, Poríbio José Paíno, Manuel Lourenço e Joaquim Babão, tendo perdido para este último a adjudicação da obra. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 150v).

Bernardo António Carrão

Pedreiro

1760, 16 de Abril – Baptizou na Igreja Paroquial de São Bartolomeu uma sua filha de nome Bárbara. Era casado com Inês Maria, natural do Cano. É neta pela parte do pai de João Martins Cordeiro Carrão e de Antónia Maria, natural de Aguiar. (Cf. ADE, *Cartórios Paroquiais, Freguesia de São Bartolomeu – Borba*, Livro 6, *Livro de Registo de Baptismos de 1760 a 1791*, fl. 10v).

1762, 20 de Fevereiro – Baptizou na mesma igreja um seu filho de nome Manuel filho de Inês Maria Cabeça. (Cf. ADE, *Cartórios Paroquiais, Freguesia de São Bartolomeu – Borba*, Livro 6, *Livro de Registo de Baptismos de 1760 a 1791*, fl. 45v).

1770/1771 – Recebeu 860 réis por ter feito uns recortes nas sepulturas da Igreja de São Bartolomeu. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1770 - 1778, fl. 7)

Bernardo António de Figueiredo

Serralheiro

1764, 1 de Janeiro – Foi-lhe atribuída a aferição do Relógio municipal por 2.400 réis. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1752 - 1766, fl. 234v)

1801, 8 de Agosto – Abandona o cargo de aferidor do relógio concelhio por incapacidade física e nomeia para seu sucessor Manuel Joaquim de Figueiredo, presumivelmente seu filho ou neto. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1797 - 1817, fl. 62)

Bernardo Germano de Carvalho

Pintor, filho de José de Sousa de Carvalho.

1798, 18 de Março – Juntamente com a sua irmã, como filhos e herdeiros de seu pai, José de Sousa de Carvalho, pagam a dívida de 50.000 réis que este pintor tinha com a Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 219, fls. 191 a 191v)

1799, 14 de Julho – Comprou o foro de 5.000 réis anuais sobre um olival que pertencia a Rodrigo António Fragoso Correia. Compareceu como testemunha o pintor Manuel Carvalho. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 220, fls.89 a 90v)

1800 – É referido numa escritura notarial. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 190, fl. 27)

1815/1816 – Neste ano a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz despendeu a quantia de 18.000 réis com as tintas para a pintura da tribuna da capela mor. Por pedido do seu primo, o escrivão da Irmandade, Frei Inácio António da Silveira, não levou nada do seu trabalho artístico. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz dos anos 1778 a 1845*, Ano de 1815 - 1816, fl. 100v)

Bernardo Gomes

Escultor

1744/1745 – Recebeu a quantia de 1.200 réis por um santo que fez para a tribuna da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1744 a 1745*, fl. 59v).

Bernardo José

Oficial de Alvane

1790, 3 de Outubro – Comprou um bocado de vinha perdida dos bens do Reverendo Dr. Francisco António de Santa Teresa Panasco. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 216, fls. 124v a 125v)

Bernardo Pereira

Entalhador

1746/1747 – Recebeu a quantia de 480 réis por ter reparado um dedo ao Senhor do Bom Despacho na Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1746 a 1747*, fl. 69v).

Bernardo da Silva

Serralheiro

1664, 21 de Maio – A Câmara Municipal de Borba nomeia-o como fiel do relógio municipal. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1664, fl. 20)

1665, 26 de Agosto – Após a destruição do relógio concelhio efectuada pela segunda invasão castelhana, este serralheiro é escolhido pela Câmara Municipal para concertar o engenho por 5.000 réis. (ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1665, fl. 21)

Bernardo de Sousa

Escultor

1749/1750 – Recebeu 5.500 réis por ter esculpido a imagem do Senhor Ressuscitado para a Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1749 a 1750*, fl. 37v)

1751/1752 – Recebeu a quantia de 16.000 réis por ter esculpido uma nova imagem de Nossa Senhora da Conceição para a capela com este orago na Igreja de São Bartolomeu de Borba. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1749 - 1761, fl. 32).

Caetano José da Silveira

Oficial de pedraria

1776, 29 de Setembro – Em conjunto com Francisco Velez e José Gomes Cordeiro, adjudicou a obra de cantaria do coro da Igreja de São Bartolomeu junto da Irmandade do Santíssimo Sacramento por 200.000 réis. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 61)

1777, 30 de Novembro – Em conjunto com Francisco Veles e José Gomes Cordeiro adjudicou um acrescento de trabalhos na decoração do coro da Igreja de São Bartolomeu com a introdução de duas pilastras que não estavam contempladas no desenho original. Esta obra foi adjudicada por 7.000 réis. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 62v)

1779, 29 de Março – A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, decide dar à equipa que fez a obra do coro da Igreja a quantia de três moedas de ouro, porque a obra deu prejuízo aos mestres pedreiros (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 66v)

Caetano Marques

Mestre pedreiro

1780, 13 de Janeiro – Arrematou com João Soares a obra do alpendre da Casa do Trigo. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 3)

1786, 22 de Novembro – Vendeu um olival a Francisco de Abreu Freire Lobo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 210, fls. 9 a 9v)

Clemente da Mota

Entalhador, morador a Vila Viçosa

1782, 27 de Janeiro – Foi-lhe adjudicada a obra dos arcazes da Sacristia da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu por 200.00 réis. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fls. 72v e 73)

Cristóvão dos Santos

Pintor

1745, 9 de Junho – Avaliou, em conjunto com o pintor Bento Cordeiro a obra do douramento do quadro central do retábulo da capela mor da Igreja de São Bartolomeu de Borba, efectuado por Manuel Marques Marino. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1736 - 1762, fl. 55)

Diogo Dias**Serralheiro**

1763, 5 de Março – Arrematou a obra do relógio municipal por 10.800 réis. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1752 - 1766, fls. 210, 220v e 221)

Domingos Gonçalves (act. 1713 – 1731)**Pintor, morador em Vila Viçosa**

1713/1714 – Recebeu 48.000 réis da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba de ter pintado o tecto da Capela mor daquela igreja. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento do ano de 1713 a 1721*, fl. 5v).

1728/1729 – Recebeu 14.400 réis por ter pintado uma nova bandeira para a Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1728 a 1729*, fl. 46v).

1730/1731 – Recebeu a quantia de 10.800 réis por ter feito a obra de pintura da tribuna da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1730 a 1731*, fl. 51v).

Domingos Gonçalves**Mestre calceteiro****Ratinho (natural do Norte do país) e morador em Vila Viçosa**

1742, 17 de Outubro de – Arrematou a obra das calçadas da estrada da Alcaraviça, Horta do Gayo e Fonte da Figueira. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1739 - 1745, fls. 73v a 74)

Domingos da Costa

Mestre Ferreiro em Lisboa

1694/1695 – Recebeu da Santa Casa da Misericórdia de Borba a quantia de 96.960 réis pelos escudetes e mais ferragens decorativas das portas da Igreja e Consistório desta instituição. O intermediário foi o prior da Igreja de São Bartolomeu Frei Bento Canhão Maio. (Cf. SCMBRB, *Livro da Receita e da Despesa da Santa casa da Misericórdia de Borba do ano de 1694 a 1695*, fl. 96)

Domingos Nunes I

Mestre pedreiro morador em Vila Viçosa

1679, 14 de Outubro de – Juntamente com António Fernandes, contratou-se para acabar a Igreja e Consistório da Venerável Ordem Terceira. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 28, I Parte, fls. 43v a 44v PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade da Venerável Ordem Terceira*, 1674 - 1686, fl. 51 a 68)

Domingos Nunes II

Alvane

1733, 18 de Junho – Celebrou um contrato de obra, juntamente com o seu pai Pedro Nunes e com o companheiro Fernando Pereira, com as freiras do Convento das Servas para rebocar e caiar os alçados Sul e Oeste do Convento. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 108, fl. 96 a 97).

Domingos Nunes III

Alvane

1775, 16 de Março – Numa escritura de compra de um quintal que comprou o pintor José de Sousa de Carvalho a Rita Catarina, viuva de José Laço, refere-se que este confrontava com o logradouro da casa do pintor na Rua de São Bartolomeu e confrontava também com a casa de Domingos Nunes, oficial de alvineo. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 128, fls. 6 a 7v)

Domingos de Oliveira

Mestre entalhador morador em Vila Viçosa

1695, 31 de Maio de – Juntamente com o entalhador Manuel de Mures, contratou-se com a Irmandade do Santíssimo Sacramento para fazer o sepulcro da Páscoa (Castrá Doloris ou eça). (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 39, fls. 21 a 22)

Domingos Vaz

Alvane

1678, 19 de Junho – Faz um contrato de fiança de bens aos oficiais da Câmara de Monforte como garantia da concretização da obra que se contratou fazer com a referida Câmara. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 26, fls. 133 a 135)

1682, 17 de Fevereiro de – Recebeu de sua mãe, Beatriz Senga, uma procuração (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 16, fls. 112 a 112v)

1683, 30 de Janeiro de – Dá em aforamento umas casas a Francisco de Carvalho da Silva. É dado como casado com Isabel Rainha. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 17, fls. 32 a 33v)

1689, 3 de Abril de – Recebeu uma procuração de Inês Goncalves e de sua filha Maria Martins. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 40, fls. 68 a 69)

1691 – Recebeu uma procuração de António Tarrinho e de sua irmã Isabel Tarrinha. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 42, fls. 20 a 21)

1695, 3 de Maio de – Afora umas casas propriedade de Madre Soror Maria Ana Eugénia, documento sem efeito. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 46, fls. 18 a 18v)

1696, 19 de Setembro – Vende umas casas a João Rodrigues alfaiate. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 64, fls. 1 a 3v)

Dionísio Verneis

Pintor, morador em Lisboa

1695, 14 de Junho – Assina um recibo dirigido à Santa Casa da Misericórdia de Borba sobre vários produtos para pintura no valor de 7.500 réis. No final do recibo afirma que “Tudo hé muito caro oje nesta corte”. (Cf. SCMBRB, *Livro da Receita e da Despesa da Santa casa da Misericórdia de Borba do ano de 1694 a 1695*, Recibos apensos).

Fernando António de Figueiredo

Relojoeiro

1773, 15 de Setembro de – Concertou o relógio concelhio. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1766 - 1780, fl. 115v)

Fernando Pereira

Alvane

1733, 18 de Junho – Celebrou um contrato de obra, juntamente com Pedro Nunes (pai) e Domingos Nunes (filho), com as freiras do Convento das Servas para rebocar e cair os alçados Sul e Oeste do Convento. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 108, fl. 96 a 97).

Filipe Lopes

Alvane, natural de Arronches, mas nesse ano assistente em Borba

1693, 16 de Fevereiro de – Deu fiança da obra que assumiu da Fortificação de Arronches. É dado como natural e morador em Arronches, mas estava a trabalhar em Borba nesse ano. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 43, fls. 68v a 69v)

Francisco Fernandes

Santeiro

1630, 16 de Novembro de – Vendeu um serrado com seu olival e castanhal a Francisco Lourenço Belo. Foi dado como morador na Rua de Évora em Borba (actual Rua Marquês de Marialva). (ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 4, fl. 54).

Francisco Fernandes

Alvane, natural das Beiras mas assistente no Alentejo

1703, 6 de Maio de – Fez uma procuração à sua mulher Isabel Fernandes natural e moradora nas Beiras. Ele estava a trabalhar no Alentejo numa obra não especificada (ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 69, fls. 90v a 91).

Francisco Miguel Cordeiro

Mestre pedreiro

- 1768/1769 – Recebeu 4.800 réis por ter feito o “risco” de suas torres que seriam construídas na fachada da Igreja de São Bartolomeu de Borba. Por decisão superior registada à margem proibiu-se a construção destas duas torres afirmando-se que as rendas da confraria apenas deveriam ir para o culto. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1767 - 1770, fl. truncado).
- 1771, 4 de Setembro – Recebeu a quantia de 19.200 réis por ter feito o janelão em mármore do coro da igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1771 a 1772*, fl. 64v).
- 1772, 16 de Janeiro – Comprou uma azenha e tomou posse de outra a seu tio Francisco Maria Cordeiro. Compareceram como testemunhas Sebastião Franco Painho e Francisco Miguel Painho, ambos oficiais de canteiros. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 153, fls. 41 a 44v)
- 1772, 8 de Agosto – Recebeu o distrato de um dinheiro que tinha recebido de empréstimo de Catarina Maria Caravela. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 153, fls. truncado)
- 1772, 17 de Outubro de – Comprou um olival e uma vinha a Francisco Mendes Belo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 126, fls. 104 a 195v)
- 1772, 29 de Outubro – Comprou dois quarteirões de vinha, um no sítio do espinheiro, outro no sítio dos carvalhais, dos bens de Manuel de São Diogo, por 35.000 réis. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 178, fls. 119 a 121)
- 1772, 3 de Dezembro – Recebeu os 200.000 réis que havia emprestado a juros a Lourenço Dias Silvério. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 126, fls. 127v a 128v)
- 1772, 30 de Dezembro – Recebeu os 100.000 réis que lhe devia João da Silva Reixa. Esta dívida havia sido contraída em 30 de Julho de 1769 por escritura celebrada nas notas de Bento Martins Panasco entre referido João da Silva Reixa e Josefa Micaela de Abreu, a sua mulher, pelo que não deveriam de estar casados nesta data. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 178, fls. 127 a 128)
- 1773, 10 de Fevereiro – Comprou um olival a Feliciano de Azevedo Cordeiro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 148, fls. 70v a 74v)
- 1773, 20 de Dezembro – É nomeado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu e pelo alvane António Ferreira, o Saloio de Vila Viçosa,

como louvado para resolver umas dúvidas sobre a pedraria da torre da dita igreja. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 52)

1774, 14 de Agosto – Testemunhou no contrato de aforamento uma vinha, no sítio dos Carvalhais, que aforou Sebastião Franco Painho a António Martins Feleiro por 400 réis por ano. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 180, fls. 37v a 40)

1774, 18 de Outubro – Vendeu um foro de 2.000 réis a D. Inês Antónia Mariana. É dado como casado com Josefa Micaela de Abreu. Compareceu como testemunha José Cordeiro, oficial de canteiro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 154, fl. 176v)

1775, 21 de Junho – Distratou os 200.000 réis que havia pedido emprestados a Frei José Pimenta Cabral. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 205, fl. 6 a 7)

1776, 6 de Maio – Comprou uma courela de vinha devoluta, no sítio da Escadeira, no Outeiro do Espinheiro, a Maria Teresa da Rocha. Testemunhou neste acto Manuel Velez Picão (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 128, fls. 93 a 94v)

1779, 12 de Outubro – Aforou uma vinha que era de Rodrigo António Fragozo Correia da Cunha (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 207, fls. 46v a 47v)

1780, Dezembro – Em conjunto com Manuel Lourenço, mestre de alvenaria que construiu o Hospital da Santa Casa da Misericórdia, iniciou a obra da torre deste edifício. Esta torre não é a actual. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1780 a 1781*, fl. 84v)

1782, 21 de Março – Aparece como testemunha de uma escritura de juro de 34.400 réis que a Irmandade do Santíssimo Sacramento deu a Valentim José de Almeida e Melo. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 130, fl. 142v)

1783, 21 de Junho – Recebeu uma procuração dos filhos de João Cordeiro, já defunto: Maria Joaquina, Francisca Teresa, Joaquina Teresa, Joana da Encarnação e João Cordeiro (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 208, fls. 136v a 137)

1784, 8 de Junho – Aparece como testemunha da escritura de arrendamento da pastagem de uma herdade que deu de arrendamento Carlos Cardozo Moniz de Castelo Branco a António Roza. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 131, fl. 183)

1785/1786 – Recebeu da Irmandade do Santíssimo Sacramento a quantia de 9.600 réis por ter feito o “risco” da Capela desta Irmandade na Igreja de São Bartolomeu de Borba. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do*

Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 1785 - 1787, fl. truncado)

1789, 14 de Novembro – Aparece como fiador de António José Rolim, mestre ferreiro da Cidade de Évora, na adjudicação da obra da grade decorativa da Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba Assinou em representação da Irmandade o pintor José de Sousa de Carvalho. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 91).

1791, 16 de Julho – Vendeu uma morada de casas a José Fernandes de Figueiredo. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 217, fls. 17v a 19)

1792, 22 de Fevereiro – Comprou duas courelas de vinha a D. Inês Antónia Zuzarte de Castelo Branco. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 217, fls. 64 a 65v)

1792, 12 de Abril – Comprou duas vinhas a Bernardo António Carrão (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 217, fls. 75v a 77)

1793, 15 de Fevereiro – Representou Branca Teresa na venda de uma horta que esta mulher fez a sua irmão, António Franco Paínho. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 217, fls. 132 a 133v)

1794, 11 de Abril – Fez testamento, onde refere a propriedade de inúmeras vinhas e oliveais que distribuiu pelos primos. Não era casado nem tinha filhos. Mandou vender as suas ferramentas de trabalho. Mandou dar ao pintor José de Sousa de Carvalho as gravuras que possuía. Como morreu depois do pintor, este nunca as recebeu. Nomeou como testamenteiro António Franco Paínho a quem deixou os seus livros de arquitectura. (Cf. ADE, ACBRB/A/01/Cx 96/ Pç 1117)

1795, 8 de Abril – Comprou uma morada de casas a Manuel Rodrigues Aranha. Pelo vendedor assinou o pintor José de Sousa de Carvalho. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 188, fl. 70v a 71)

1796, 4 de Novembro – Faleceu. (Cf. ADE, ACBRB/A/01/Cx 96/ Pç 1117)

1796, 11 de Dezembro – Nesta data, Gregório Lopes da Silva, lavrador na Vigária, efectuou um termo de fiança e segurança dos bens que a sua enteada, Maria da Lapa, herdou do seu tio, Francisco Miguel Cordeiro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 188, fls. 141v a 142)

Francisco Miguel Jorge

Mestre pedreiro

- 1790, 9 de Maio de – Arrematou a obra de execução de parte das cantarias dos Paços do Concelho. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 120)
- 1790, 11 de Setembro – Arrematou a execução de cantarias, em conjunto com José Lopes Cordeiro, para a obra dos novos Paços do Concelho (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 124)
- 1790, 7 de Novembro – Recebeu da Câmara 58.000 réis por conta das suas cantarias 1790, (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 125)

Francisco Miguel Paínho

Oficial de canteiro

- 1772, 16 de Janeiro – Testemunhou, juntamente com Sebastião Franco Paínho, a compra de uma azenha e tomada de posse de outra que Francisco Miguel Cordeiro fez a seu tio Francisco Maria Cordeiro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 153, fls. 41 a 44v).
- 1772, 3 de Fevereiro – Testemunhou na escritura de arrendamento que fez Francisco Lourenço Nabais da Herdade do Monte da Légua, termo da Cidade de Elvas a José Nunes. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 177, fl. 126v)

Francisco Rodrigues

Cavouqueiro

- 1730, 2 de Agosto de – Recebeu um perdão de Bartolomeu Martins Carrão. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 107, fl. 1v)

Francisco Rodrigues Nogueira

Pintor

- 1694/1695 – Trabalhou na obra do Hospital da Santa Casa tendo recebido um total de 9.910 réis por obras não especificadas (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1694 para 1695*, fl. 99v a 101).
- 1703/1704 – Trabalhou para o “sepulcro” da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1703 para 1704*, fl. 165v).

1705, 13 de Julho de – Vendeu um terreno de vinhas a Francisco Nunes Canhão. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 56, fls. 117v a 119v)

1718/1719 – Recebeu 17.840 réis da Santa Casa da Misericórdia de Borba para efectura uma obra de pintura do arquivo. Esta obra não se encontra especificada pelo que pode ter sido pinturas decorativas nas paredes, ou pintura dos frontispícios de livros, o que concorda com outras notas de despesa que dão contada encadernação de vários volumes, ou simplesmente pinturas de verniz sobre portas e janelas. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1718 a 1719*, fl. 61v)

1721/1722 – Recebeu da Santa Casa da Misericórdia de Borba a quantia de 7.200 réis por repintar a tela da Visitação na Capela desta instituição na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Soveral. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1721 a 1722*, fl. 46v)

1724/1725 – Recebeu 300 réis da Santa Casa da Misericórdia por ter pintado umas letras no Arquivo. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1724 a 1725*, fl. 46v). Nesse mesmo ano executou outros trabalhos menores para esta instituição. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1724 a 1725*, fls. 50v, 53)

1734, 6 de Maio – vendeu metade de um serrado a Lopo Silveira (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 108, fls. 190 a 192)

Francisco Velez

Oficial de pedraria

1776, 29 de Setembro – Em conjunto com José Gomes Cordeiro e Caetano José da Silveira, adjudicou a obra de cantaria do coro da Igreja de São Bartolomeu junto da Irmandade do Santíssimo Sacramento por 200.000 réis. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 1762 - 1824*, fl. 61)

1777, 30 de Novembro – Em conjunto com José Gomes Cordeiro e Caetano José da Silveira adjudicou um acrescento de trabalhos na decoração do coro da Igreja de São Bartolomeu com a introdução de duas pilastras que não estavam contempladas no desenho original. Esta obra foi adjudicada

- por 7.000 réis. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 62v)
- 1779, 29 de Março – A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, decide dar à equipa que fez a obra do coro da Igreja a quantia de três moedas de ouro, porque a obra deu prejuízo aos mestres pedreiros (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 66v).
- 1786, 29 de Janeiro – Adjudicou junto da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba a obra da cantaria e alvenaria da Capela do Santíssimo da dita igreja. O seu fiador foi José Gomes Cordeiro. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 82).
- 1786/1787 – Recebeu a quantia de 100.000 réis por ter fornecido a cantaria trabalhada para a Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1785 - 1787, fl. truncado).
- 1788, 28 de Janeiro – Recebe de seu sobrinho ou filho, Francisco Velez, clérigo in minoribus, juntamente com seus irmãos e irmãs uma doação da fazenda deste. Comparece como testemunha Manuel Carvalho e José de Sousa de Carvalho (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 210, fls. 49v a 50)
- 1788, 20 de Dezembro – Pediu à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, em conjunto com o companheiro José Gomes Cordeiro, uma esmola pois afirmaram terem tido prejuízo com a obra da capela da dita Irmandade. A instituição deu a cada um dez alqueires de trigo. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 90).

Gabriel Simões

Serralheiro

Morador em Vila Viçosa

- 1664, 16 de Julho – Em reunião de vereação é escolhido para reparar o relógio concelhio por 10.000 réis com obrigação de fazer uma roda nova para a escultura de

Santa Catarina e uma corrente nova, devendo tudo estar concluído a 9 de Agosto desse ano. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1664, fls. 25v a 26)

Gaspar Rodrigues

Pedreiro

1694/1695 – Por ter trabalhado durante um dia na obra do Hospital da Santa Casa recebeu 180 réis. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1694 para 1695*, fl. 98).

1695/1696 – Recebeu 25.025 réis das guarnições em mármore (degraus, janelas, lajes) que fez para a Capela mor da Igreja de São Bartolomeu em Borba. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento do ano de 1693 a 1696*, fl. 24v)

Inácio António Canhão

Pintor

1766/1767 – Recebeu a quantia de 2.400 réis por limpar os quadros da Igreja de São Bartolomeu (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1749 - 1761, fl. 176).

1776, 24 de Outubro de – Comprou duas courelas de vinhas tapadas a D. Ana de Vila Lobos. Neste documento já não se refere como pintor, pelo que se deve ter afastado com o início da actividade de José de Sousa de Carvalho. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 128, fls. 139v a 141)

1776, 24 de Outubro de – Compareceu como testemunha na compra que José de Sousa de Carvalho fez de outras duas courelas e um quarteirão de vinho dos bens de D. Ana de Vila Lobos (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 205, fls. 139v a 141)

1776, 29 de Outubro – Comprou mais propriedades vinícolas. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 128, fls. 141v a 143)

1776, 30 de Outubro – Vendeu uma vinha no sítio da Zurarta, concelho de Borba, ao Dr. José Inácio da Silveira Leal por 11.000 réis (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 205, fls. 143v a 145v)

- 1776, 26 de Novembro – comprou uma vinha e um olival a João de Almeida de Carvalho. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 205, fls. 170v a 172)
- 1777, 2 de Fevereiro – Apareceu como procurador de Pedro Henriques de Carvalho numa compra ao Reverendo Padre Frei João Freire Lameira. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 205, fls. 183v a 186)
- 1777, 23 de Julho – Distratou os 30.000 réis que D. Ana de Vila Lobos lhe havia emprestado a juros. Comparece como testemunha José de Sousa de Carvalho. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 206, fls. 48 a 49)
- 1781, 29 de Agosto - Comprou uma courela de vinha a D. Inês Antónia Zuzarte Castelo Branco. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 130, fl. 99)
- 1782, 18 de Março – Comprou umas casas ao Capitão Maurício António Cordeiro na Rua de Três por 300.000 réis, ficando a quantia por pagar à razão de juro. José de Sousa de Carvalho comparece como testemunha (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 208, fls. 5 a 6v)
- 1782, 19 de Março – Aparece como membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 208, fl. 8)
- 1784, 18 de Fevereiro – Efectuou uma escritura de distrato de 150.000 réis com o Capitão Maurício António Cordeiro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 131, fl. 157v)
- 1784, 7 de Março – Comprou uma courela de vinha a Jorge de Sena. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 209, fls. 95v a 96)
- 1795, 17 de Janeiro – Ausentou-se de Borba possivelmente por não poder pagar as suas dívidas. José de Sousa de Carvalho, como seu fiador, teve de pagar a sua dívida no valor de 150.000 réis ao Capitão Maurício António Cordeiro. Testemunhou João Cordeiro (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 212, fls. 116v a 117)

Jacinto da Costa

Pintor, morador na Vila de Borba

- 1710, 6 de Agosto – Ele e sua mulher, Maria Franca, recebem 100.000 réis a juro de Manuel Vieira. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 75, fls. 205 a 207v).

Jerónimo da Mota

1718/1719 – Recebeu da Santa Casa da Misericórdia a quantia de 15.400 réis por uma obra não especificada no arquivo da instituição. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1718 a 1719*, fl. 61v)

Jerónimo Rodrigues

Alvane

1720/1721 – Recebeu da Santa Casa da Misericórdia de Borba 8.000 réis por obras não especificadas. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1720 a 1721*, fl. 43).

João Bernardo

Pintor

1734/1735 – Recebeu a quantia de 1.200 réis por ter pintado os ramalhetes da igreja da Santa Casa da Misericórdia. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1734 a 1735*, fl. 51v).

1742/1743 – Recebeu a quantia de 6.600 réis por ter oleado doze lanternas e vinte varas em talha. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1742 a 1743*, fl. 49).

1749/1750 – Recebe a quantia de 7.530 réis por ter feito um retábulo não especificado para a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1749 – 1768, fls. 5v e 6).

1753/1754 – Recebeu neste ano a quantia de 200 réis por ter feito uma reparação no retábulo da Capela de Nossa Senhora da Conceição. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1749 - 1761, fl. 55v).

1759, 10 de Junho – Adjudica junto da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu a obra de estofar a imagem de Santa Bárbara. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1736 - 1762, fl. 118v)

1758/1759 – Recebeu ainda no decorrer deste ano a quantia de 9.600 réis apenas de mão de obra de ter pintado e estofado a Imagem de Santa Barbara. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1749 - 1761, fl. 91v).

João Carvalho

Pintor, presumivelmente filho de José de Sousa de Carvalho

1792/1793 – Recebeu quantia de 2.480 réis de obras de pintura na Igreja da Venerável Ordem terceira, provavelmente de apoio a seu pai, José de Sousa de Carvalho. (PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade da Venerável Ordem Terceira*, 1790 - 1898, fl. 6)

João Cordeiro I

Pedreiro

1719/1720 – Recebeu da Santa Casa da Misericórdia de Borba a quantia de 30.000 réis por ter fornecido a pedraria trabalhada necessária à obra do Novo Hospital desta instituição. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1719 a 1720*, fl. 44)

1720/1721 – Recebeu, juntamente com o seu companheiro (?), 30.000 réis da Santa Casa da Misericórdia de Borba por peças de cantaria trabalhada para uma obra não especificada, possivelmente o Hospital. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1720 a 1721*, fl. 43).

1721/1722 – Recebeu 24.000 réis por peças de cantaria trabalhadas para as obras do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1721 a 1722*, fl. 45).

1722/1723 – Recebeu 18.800 réis em dinheiro, mais um moio de trigo no valor de 24.000 réis, em conjunto com o seu companheiro António Rodrigues Nifro por pedrarias trabalhadas que fizeram para a obra do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1722 a 1723*, fls. 85 e 91).

1725, 4 de Julho – Recebeu, em conjunto com o seu companheiro, António Rodrigues Nifro, a quantia de 78.400 réis, pelas cantarias trabalhadas que fizeram para a obra do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba entre 1724 e 1725 (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1724 a 1725*, fl. 62v).

1725/1726 – recebeu de resto de contas da pedraria do Hospital da Santa Casa a quantia de 6.460 réis. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1725 a 1726*, fl. 64).

1730/1731 – Recebeu a quantia de 11.670 reis pela pedraria lavrada para que fez para a obra da colocação dos retábulos e tribuna da igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1730 a 1731*, fl. 51v).

1783, 21 de Junho – Os seus filhos, Maria Joaquina, Francisca Teresa, Joaquina Teresa, Joana da Encarnação e João Cordeiro, fazem uma procuração a Francisco Miguel Cordeiro (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 208, fls. 136v a 137)

João Cordeiro II

Mestre de obras

1753, 5 de Fevereiro – Comprou uma estacada a Maria da Conceição. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 143, fls. truncado)

1783, 21 de Junho – filho de João Cordeiro I, fez com as suas irmãs, Maria Joaquina, Francisca Teresa, Joaquina Teresa, Joana da Encarnação e João Cordeiro, uma procuração a Francisco Miguel Cordeiro (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 208, fls. 136v a 137)

1783, 22 de Novembro – contraiu um empréstimo a juros de 40.000 réis junto do Sargento-mor Damião Velho de Carvalho. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 209, fls. 17v a 19)

1787, 15 de Abril – Arrematou por 280.000 réis a obra no lagar de azeite municipal. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 93v)

1795, 17 de Janeiro – Testemunhou a escritura de pagamento da dívida de Inácio António Canhão, no valor de 150.000 réis, ao Capitão Maurício António Cordeiro pelo seu fiador José de Sousa de Carvalho. Refere-se que Inácio António Canhão ausentara-se da vila de Borba, possivelmente pelas dívidas que possuía. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 212, fls. 116v a 117)

João da Costa

Mestre carpinteiro

1771, 19 de Outubro – Em conjunto com o seu companheiro, Manuel da Veiga, recebeu a quantia de 1.575 réis por terem feito a base do órgão da igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1771 a 1772*, fl. 77).

- 1771, Novembro – Concertou os telhados da igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba, tendo recebido para isso 2.990 réis. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1771 a 1772*, fl. 88).
- 1771, 7 de Dezembro – Em conjunto com o seu filho procedeu a uma intervenção em portas e no órgão da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1771 a 1772*, fl. 92v).
- 1771, 14 de Dezembro – Recebeu em conjunto com o seu filho 1.575 réis pelo mesmo motivo. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1771 a 1772*, fl. 93v).
- 1771, 21 de Dezembro – Recebeu 1.800 réis por obras não especificadas feitas para a Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1771 a 1772*, fl. 95).

João Dias

Cavouqueiro

- 1755, 14 de Março de – Recebeu o trespasse de uma courela de terra cedida por Margarida da Cruz (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 118, fl. 106)

João Dias Gomes

Pintor

- 1746/1747 – Recebeu a quantia de 960 réis por ter prateado dois castiçais de talha para o altar do Senhor do Bom Despacho da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1746 a 1747*, fl. 69). Neste mesmo ano, este pintor acentou o ouro e estofou as figuras dos retábulos da Santa Casa da Misericórdia de Borba tendo recebido 52.000 réis. Também encarnou a Senhora do Amparo, o Senhor do Bom Despacho e pintou o púlpito, tendo recebido 8.000 réis. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1746 a 1747*, fl. 69v)

1752/1753 – Recebeu a quantia de 480 réis por ter limpo o dourado dos altares da igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1752 a 1753*, fl. 35)

1755, 6 de Dezembro de – Foi nomeado pelos membros da Câmara como Tesoureiro das Décimas, tendo nesse dia prestado juramento sobre os Santos Evangelhos. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1752 - 1766, fls. 98v a 99)

João Duro

Mestre de alvenaria

1817, 5 de Junho – Disputou a obra dos estuques da torre da Igreja de São Bartolomeu com Bernardino Caripa, Poríbio José Painho, Manuel Lourenço e Joaquim Babão, tendo perdido para este último a adjudicação da obra. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 150v).

João Fernandes I

Alvane

1673 – Recebeu 12.550 réis da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de ter colocado os azulejos de padrão maçaroca nas paredes da igreja. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento do ano de 1673*, fl. 9)

1674/1675 – Membro da Venerável Ordem Terceira, trabalhou para esta instituição em diversas obras na Capela da Igreja do Convento das Servas. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Venerável Ordem Terceira*, 1674 – 1686, fl. 16)

1681/1682 – Recebeu neste ano a quantia de 2.775 réis por ter reparado os telhados da igreja e do Celeiro da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro da Receita e da Despesa da Santa casa da Misericórdia de Borba do ano de 1681 a 1682*, fl. 79).

1684/1685 – Recebeu neste ano a quantia de 200 réis por ter “revolvido” as casas do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro da Receita e*

da Despesa da Santa casa da Misericórdia de Borba do ano de 1684 a 1685, fl. 100).

1695, Abril e Agosto – Trabalhou na obra da construção da nova capela mor da Igreja de São Bartolomeu, juntamente com os mestres alvanes Manuel Silvério, António Lopes e António (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento do ano de 1693 a 1696*, fl. 16 a 16v)

1696, 27 de Abril – A sua viuva, Maria Lopes, celebra uma escritura de juro com António Dias Nó. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 48, fl. 8v)

João Fernandes II Cordeiro

Alvane

1697, 9 de Junho – Compra uma morada de casas na Rua do Poço, em Borba, a Sebastião Fernandes. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 49, fls. 27 a 28v)

1697, 31 de Agosto – Arremata nesta data a obra da Fonte, não se especificando qual, à Câmara Municipal (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1696 - 1697, fl. 68)

1700, 23 de Janeiro – Celebrou um contrato de obras, juntamente com o mestre alvane Manuel Rodrigues Barroqueiro para fazer a obra da escadaria do Convento da Serra de Ossa. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 53, fls. 37 a 39)

1700, 20 de Fevereiro – Fez uma procuração para ser representado na Casa da Suplicação, em Lisboa. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 53, fls. 49v a 50)

1719/1720 – Recebeu a quantia de 4.020 réis por ter desenhado a planta da obra do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1719 a 1720*, fl. 41v)

João de Figueiredo

Serralheiro

1711, 28 de Janeiro – É destituído por incompetência do seu trabalho de aferidor do relógio municipal (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1709-1713, fl. 36)

João Gonçalves

Alvaneio

1725, 3 de Março – Aforou um olival da propriedade do Licenciado António Dias de Macedo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 90, fls. 8v a 10v)

1749, 22 de Maio – Deu um perdão a José Lopes, Bernardo José e Eusébio do Socorro por palavras e pedradas. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 114, fls. 44)

João Grasia

Mestre pedreiro

1793, 28 de Julho – Arrematou as obras de execução das abóbadas dos novos Paços do Concelho. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 161)

1794, 9 de Junho – Arrematou mais obras de alvenaria no edifício dos Paços do Concelho. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fls. 169v a 170)

1795, 28 de Janeiro – Arrematou mais obras de alvenaria no edifício dos Paços do Concelho pelo preço de 199.900 réis. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 175v)

João Jorge

Pedreiro

1742, 15 de Abril – Comprou um pedaço de mato a Amaro Martins (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 158, fl. 61)

João Lopes Cordeiro

Mestre pedreiro

1733, 28 de Março – É nomeado pela Câmara Municipal Juiz do ofício dos pedreiros em substituição de Manuel Reis Barros, que estava incapaz pela falta de visão. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1731 - 1739, fl. 41)

1741, 31 de Outubro – Comprou umas oliveiras a Maria Rodrigues, viuva de Manuel Ramos. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 158, fl. 7)

1762, 17 de Janeiro – Refere-se que tinha morrido, pois refere-se a sua viuva, Ana Gomes. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 121, fl. 69).

- 1762, 17 de Outubro – É baptizado na Igreja de São Bartolomeu um seu neto chamado Pedro, filho do seu filho Gregório Lopes Cordeiro e da sua nora Joana Teresa. Este seu filho era do seu primeiro casamento com Maria da Palma. (Cf. ADE, Cartórios Paroquiais, Freguesia de São Bartolomeu – Borba, Livro 6, *Livro de Registo de baptismos de 1760 a 1791*, fl. 57v).
- 1763, 30 de Janeiro – É baptizado um outro seu neto de nome António, filho do seu filho José Lopes Cordeiro e da sua nora Maria Joaquina Donzel. Este seu filho também é proveniente do seu primeiro casamento com Maria da Palma. É dado como natural da Freguesia de São Bartolomeu de Borba (Cf. ADE, Cartórios Paroquiais, Freguesia de São Bartolomeu – Borba, Livro 6, *Livro de Registo de baptismos de 1760 a 1791*, fl. 66).
- 1763, 6 de Março – É baptizado na Igreja de São Bartolomeu o seu neto Francisco, filho do seu filho Boaventura Lopes Cordeiro e da sua nora Mariana Bernarda. Este seu filho é proveniente do seu primeiro casamento com Maria da Palma, natural da Freguesia de São Brás dos Coutos de Elvas. (Cf. ADE, Cartórios Paroquiais, Freguesia de São Bartolomeu – Borba, Livro 6, *Livro de Registo de baptismos de 1760 a 1791*, fl. 70).

João Lopes Leitão

Alvane

- 1770/1771 – A Irmandade do Santíssimo Sacramento paga-lhe a quantia de 640 réis por ter assentado as sepulturas da igreja. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1770 - 1778, fl. 6v)
- 1772/1773 – Recebe a quantia de 7.680 réis por ter feito os degraus para a torre da igreja de São Bartolomeu. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1770 - 1778, fl. 38v)

João Martins Babão

Mestre pedreiro

- 1786, 29 de Janeiro – Serviu de fiador a Manuel Lourenço na adjudicação da obra das cantarias trabalhadas para a Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do*

Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 1762 - 1824, fl. 82).

1797, 5 de Fevereiro – Arrematou a concretização das obras dos Paços do Concelho por 147.500 réis. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 189v)

João das Neves

Mestre pedreiro

Morador na cidade de Elvas

1756, 12 de Junho – Arrematou nesta data à Câmara Municipal a obra das calçadas da vila de Borba. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1752 - 1766, fls. 116 a 116v).

João Reis Gatão

Pedreiro

1674, 7 de Julho – Contratou-se com o Convento do Bosque para em equipa com mais quatro pedreiros fazer a obra de pedraria do Convento do Bosque (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 19, III Parte, fls. 113 a 115).

João Rodrigues

Pedreiro

Morador em Estremoz

1632, 26 de Agosto – Concedeu um perdão a Manuel Rodrigues Ferreiro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 5, fl. 169)

João Rodrigues

Pedreiro

Morador em Borba

1676, 17 de Outubro – Fez um distrato com André Dias Silveiro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 23, fl. 79)

1678, 20 de Dezembro – Fez uma procuração. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 26, fl. 76v)

1688, 2 de Fevereiro – Recebeu da Irmandade das Almas um foral das suas casas. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 32, fls. 91 a 94v)

1688, 28 de Dezembro – Celebrou um contrato de empréstimo de dinheiro a juros com o Reverendo Prior Frei Gonçalo Franco Leitão. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 40, fls. 45 a 47v)

João Rodrigues Chaves

Pedreiro

1745 – Referido numa escritura notarial. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 112, fls. 44)

João Rodrigues da Ponte

Mestre alvineo

1752, 16 de Abril – fez uma procuração em nome de sua mulher, Isabel Gonçalves, a Bento Gonçalves. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 116, fl. 45v)

1772, 21 de Novembro – Ofereceu para fazer a obra da torre da Igreja de São Bartolomeu a quantia de 500.000 réis, lanço que foi recusado pela Irmandade do Santíssimo, tendo atribuído a mesma obra a António Ferreira, o Saloio, de Vila Viçosa que pediu pela mesma obra 210.000 réis. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 48)

1791, 31 de Julho – Avaliou a obra do alpendre da Casa do Trigo. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 133)

João Rodrigues Texugo

Escultor, morador em Estremoz

1683, 18 de Dezembro – Contratou-se com a Irmandade de São Bartolomeu para fazer os portais da igreja. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 31, I Parte, fls. 101v a 103v)

1684, 25 de Fevereiro – Contratou-se com a Irmandade de São Bartolomeu para fazer os leões de mármore que sustentam os quadros da Igreja. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 31, I Parte, fls. 113 a 114)

João da Silva

Mestre alvineu

- 1777/1778 – Recebeu 2.950 réis da Irmandade do Santíssimo por ter assentado as grades do coro da Igreja de São Bartolomeu (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1770 - 1778, fl. 94v)
- 1781 – É referido numa escritura notarial. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 184, fl. 87v)
- 1781, 8 de Setembro – Arrematou a obra de execução das canalizações interiores da Fonte das Bicas por 100.000 réis. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 35 a 35v)
- 1783, 6 de Setembro – Arrematou a obra de execução do “poço” por 32.000 réis. 1781, 8 de Setembro – (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 35 a 35v).

João Silveiro**Pedreiro**

- 1675, – Morador na vila de Borba, recebeu de João da Costa Terceiro um foral (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 19, IV Parte, fls. 110 a 113).
- 1678, 13 de Dezembro – Compra umas casas a Maria Veiga e a seus filhos. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 27, fls. 67v a 70)
- 1682, 7 de Julho – Comprou umas casas a Manuel de Fontes, morador em Estremoz. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 30, fls. 12v a 15)
- 1690, 12 de Julho – Fez uma escritura de distrato com o Padre Manuel Rodrigues Maio (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 36, fl. 61v)
- 1692, 12 de Setembro – Celebrou um contrato de empréstimo de dinheiro a juros com o Padre Manuel Rodrigues Maio. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 43, fls. 22v a 24).
- 1693/1694 – Recebeu da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu a quantia de 19.980 réis por uma obra que fez no portal principal da igreja. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu dos anos de 1693 a 1696*, fl. 8v)

1701, 15 de Fevereiro – Recebeu da Santa Casa da Misericórdia de Borba uma carta de Quitação de dinheiros da instituição que lhe haviam sido confiados. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 67, fls. 124 a 124v)

João Soares

Mestre pedreiro

1780, 13 de Janeiro – Arrematou com Caetano Marques a obra do alpendre da Casa do Trigo. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 3)

Joaquim António

Alvane

1754, 22 de Maio – Recebeu a juro 48.000 réis dados por João Rodrigues Trassado (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 117, fl. 119v)

Joaquim Babão

Mestre de alvenaria

1817, 5 de Junho – Após ferrenha disputa com Bernardino Caripa, João Duro, Poríbio José Paínho e Manuel Lourenço, conseguiu adjudicar a obra dos estuques da torre da Igreja de São Bartolomeu. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 150v).

Joaquim José

Entalhador, morador em Estremoz

1775, 8 de Abril – A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu atribuiu-lhe a obra de esculpir os sanefões que decoram as janelas e o retábulo da capela mor da dita Igreja, dando-lhe para o efeito 12 moedas de ouro, ou seja, 57.600 réis. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 56; PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1770 - 1778, fl. 59v)

Joaquim Martins Fontes

Escultor em Vila Viçosa

1770, 8 de Dezembro – Adjudicou junto da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu a obra da balaustrada em mármore da igreja por 180.000 réis. Compareceu como fiador deste escultor, o canteiro borbense António Franco Paíno. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 39v)

1770/1771 – Recebeu no decorrer deste ano a quantia de 180.000 réis da obra da balaustrada da Igreja de São Bartolomeu de Borba. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1770 - 1778, fl. 6v)

Joaquim Pinheiro Lobo

Serralheiro (?) / mestre pedreiro (?)

1756, 22 de Maio – Arrematou nesta data a obra do concerto do relógio municipal, arruinada com o terramoto. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1752 - 1766, fl. 114v)

José Álvares de Barros

Engenheiro

1781, 12 de Junho – Dá um parecer favorável à reedificação da nova fonte do Rossio de Baixo. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fls. 27v a 29v)

José Brás

Mestre Ferreiro

1792/1793 – Recebeu neste ano a quantia de 59.925 réis da obra da grade decorativa da Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja da Matriz. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz dos anos 1778 a 1845*, Ano de 1792 - 1793, fl. 49)

1793/1794 – Recebeu neste ano o remanescente do pagamento da grade decorativa da Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz, 91.200 réis. O custo total da grade ficou em 151.125 réis. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz dos anos 1778 a 1845*, Ano de 1793 - 1794, fl. 51)

1796, 5 de Junho – Arrematou os gradeamentos em ferro da prisão dos Paços do Concelho. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 185v)

1798/1799 – Neste ano efectuou para a Capela do Santíssimo Sacramento da Matriz uma cegonha para a lâmpada, tendo recebido a quantia de 4.830 réis. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz dos anos 1778 a 1845*, Ano de 1798 - 1799, fl. 60v)

José Cardoso

Pintor, morador em Estremoz

1784, 4 de Junho – Disputou com o pintor Borbense Manuel Carvalho, a pintura dos espaldares dos arcazes da Sacristia da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, tendo adjudicado esta obra por 165.000 réis. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 77v; PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1770 - 1778, fl. 164v)

1784, 25 de Julho – Pediu à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba a quantia de 100.000 réis para comprar os materiais essenciais à concretização da obra. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 78).

1785, 14 de Março – Pediu à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba que lhe dessem mais alguma coisa, porque teve prejuízo na obra do douramento da sacristia, obra que durou cinco meses e que ele entregou conforme previsto. A Irmandade deu-lhe um complemento de 30.000 réis. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 80).

José Cordeiro I

Alvane

1723, 17 de Fevereiro – Concedeu um perdão ao seu irmão, Domingos Cordeiro, soldado de infantaria da Praça de Olivença (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 79, fls. 75 a 75v)

José Gomes Cordeiro Manhoso

Oficial de canteiro

- 1774, Agosto – Recebeu 480 réis por ter trabalhado dois dias na obra do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1774 a 1775*, fl. 44v)
- 1774, 18 de Outubro – Comparece como testemunha na venda de um foro que vendeu Francisco Miguel Cordeiro a D. Inês Antónia Mariana (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 154, fls. 176v)
- 1775, Janeiro e seguintes – Trabalhou para a obra do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1774 a 1775*, fl. 70v, 75v, 83v, 87v, 93)
- 1776, 29 de Setembro – Em conjunto com Francisco Velez e Caetano José da Silveira, adjudicou a obra de cantaria do coro da Igreja de São Bartolomeu junto da Irmandade do Santíssimo Sacramento por 200.000 réis. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 61)
- 1777, 14 de Outubro – Reivindicando o facto de ser herdeiro de seu pai, Manuel Cordeiro III, aforou no Rossio de Baixo de Borba um pedaço de terra para instalar o seu telheiro onde trabalhava a cantaria. (CF. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 206, fls. 71 a 74).
- 1777, 30 de Novembro – Em conjunto com Caetano José da Silveira e Francisco Veles adjudicou um acréscimo de trabalhos na decoração do coro da Igreja de São Bartolomeu com a introdução de duas pilastras que não estavam contempladas no desenho original. Esta obra foi adjudicada por 7.000 réis. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 62v)
- 1779, 29 de Março – A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, decide dar à equipa que fez a obra do coro da Igreja a quantia de três moedas de ouro, porque a obra deu prejuízo aos mestres pedreiros (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 66v)
- 1785, 7 de Fevereiro – Aforou umas casas na Rua das Covas a D. Maria Vitória. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 209, fls. 93v a 94)

- 1786, 29 de Janeiro – Serviu de fiador a Francisco Velez na adjudicação da obra de cantaria e alvenaria da capela do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 82).
- 1787, 15 de Janeiro – compareceu como testemunha numa escritura de juro de 40.000 réis que deu João Joaquim Cepa a António Rodrigues. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 210, fl. 12v)
- 1788, 20 de Dezembro – Pediu à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, em conjunto com o companheiro Francisco Velez, uma esmola pois afirmaram terem tido prejuízo com a obra da capela da dita Irmandade. A instituição deu a cada um dez alqueires de trigo. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 90).
- 1790, 4 de Setembro – Arrematou a obra de execução das cantarias para as duas chaminés do novo edifício dos Paços do Concelho. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 123v)
- 1790, 7 de Novembro – Recebeu da Câmara 50.000 réis por conta das suas cantarias, (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 125)
- 1790, 7 de Novembro – Arrematou a obra de concretização dos portados e da escadaria dos Paços da Câmara, (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 125)
- 1791, 16 de Fevereiro – Arrematou a obra de execução do portal principal e janela grande dos Paços do Concelho, (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 128)
- 1791, 30 de Outubro – Foi ajustado com este mestre os preços das cantarias que executou para a obra dos Paços do Concelho. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 136v)

José Lopes Cordeiro

Mestre pedreiro

- 1763, 30 de Janeiro – Baptizou em casa o seu filho António por necessidade. A criança estaria provavelmente em risco de vida. Este rapaz era seu filho com Maria Joaquina Donzel, natural de Badajoz. É dado como filho de João Lopes

Cordeiro, natural da Freguesia de São Bartolomeu e de Maria da Palma, natural de Elvas. (Cf. ADE, Cartórios Paroquiais, Freguesia de São Bartolomeu – Borba, Livro 6, *Livro de Registo de baptismos de 1760 a 1791*, fl. 66).

1764, - Recebeu um empréstimo da Irmandade das Almas. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 122, fl. 84v)

1775 – É referido numa escritura notarial. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 181, fl. 4)

1790, 11 de Setembro – Arrematou a execução de cantarias, em conjunto com Francisco Miguel Jorge, para a obra dos novos Paços do Concelho (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 124)

1790, 7 de Novembro – Recebeu da Câmara 50.750 réis por conta das suas cantarias 1790, (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 125)

1791, 30 de Outubro – Foi ajustado com este mestre os preços das cantarias que executou para a obra dos Paços do Concelho. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 136v)

José Mansos da Silva

Mestre pedreiro

1763, 10 de Janeiro – Baptiza na Igreja de São Bartolomeu uma sua filha com o nome de Mariana. É dado como casado com Maria Teresa Cordeira. Ele é filho de João Rodrigues da Silva e de Ana Rodrigues natural da Freguesia de Nossa Senhora das Relíquias, termo da vila do Canal(?). Ela é filha de Bartolomeu Lopes Cordeiro e de Joana Teresa Cordeira. Foram padrinhos da menina Manuel Valadares Vieira de Castelo Branco e Francisca Catarina Xavier de Matos (Cf. ADE, Cartórios Paroquiais, Freguesia de São Bartolomeu – Borba, Livro 6, *Livro de Registo de baptismos de 1760 a 1791*, fl. 63v).

1772/1773 – Recebeu neste ano a quantia de 285.000 réis por ter fornecido a pedraria trabalhada para a torre da Igreja de São Bartolomeu. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1770 - 1778, fl. 37v)

1781, 14 de Julho de – Forneceu a cantaria para os canos da Fonte das Bicas pela quantia de 27.600 réis. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 32v)

1781, 8 de Setembro – Forneceu lajes de mármore para as canalizações interiores da Fonte das Bicas. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 35 a 35v)

1787/8 – Recebeu durante este ano a quantia de 40.150 réis como último pagamento da pedraria que fez para a Capela do Santíssimo Sacramento da Matriz. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz dos anos 1778 a 1845*, Ano de 1787 - 1788, fl. 39)

José Martins

Aprendiz de canteiro

1779, 4 de Outubro de – Por contrato firmado entre Sebastião Franco Paínho e seu pai, João Martins Faleiro, entrou na oficina do mestre como aprendiz de escultor (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 129, fl. 248v a 249)

José Rodrigues Magro

Alvane

1720/1721 – Recebeu da Santa Casa da Misericórdia de Borba 1.080 réis por obras não especificadas. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1720 a 1721*, fl. 43).

José de Sousa de Carvalho

Pintor

1765, Julho – Recebeu 4.800 réis por ter oleado as portas da Igreja e sacristia da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1765 a 1766*, fl. 3v).

1765, Setembro – recebeu 4.800 réis por ter oleado a porta defronte da Sacristia, confessionário e dourado as armas da Porta principal. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1765 a 1766*, fl. 9v).

1765, 21 de Setembro – Recebeu a quantia de 48.000 réis pela pintura que fez na sacristia da Irmandade das Almas da Matriz, dos dourados dos dois retábulos da capela desta irmandade na igreja e dos dourados das cruzes

- processionais, tudo mandado fazer pela dita Irmandade. (PRQBRB, *Livro dos Acórdãos da Irmandade das Almas da Igreja Matriz*, fl. 2v.)
- 1766, Março – Recebeu a quantia de 1.200 réis por ter oleado uma vara e dois tocheiros da igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1765 a 1766*, fl. 28bis).
- 1766, Junho – Recebeu a quantia de 2.000 réis por ter encarnado a imagem da Senhora do Amparo e de lhe por olhos de cristal. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1765 a 1766*, fl. 46v).
- 1767, 16 de Outubro – Testemunha com o escultor Sebastião Franco Painho numa escritura de distrato de dinheiro emprestado ao fundo dos enjeitados. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 123, fl. 146)
- 1769, 24 de Agosto – Integra a Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, a mais importante instituição da vila, como tesoureiro. Ocupou este lugar ininterruptamente até 1795. (Cf. PRQBRB, *Livro das Eleições da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, fls. 55v a 75v)
- 1769, 26 de Outubro de – Aparece como testemunha na Procuração que fez Maria Madalena Toscana a seu marido Francisco José Ribeiro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 151, fl. 37)
- 1770, 18 de Abril – Recebe a quantia de 16.320 réis por ter feito uma bandeira nova para a Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1769 a 1770*, fl. 107v).
- 1771, 16 de Junho – A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu atribuiu-lhe a obra de dourar a banquetta dos castiçais e a cruz, deixando ao seu critério o valor da obra, por não haver na vila quem a fizesse melhor. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 1762 - 1824*, fl. 41v)
- 1770/1771 – Neste ano a Irmandade paga-lhe 83.200 réis por ter feito a obra de dourar os castiçais e a cruz. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da*

- Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 1770 - 1778, fl. 5v).*
- 1771, 7 de Setembro – Recebeu a quantia de 12.800 réis por ter pintado o órgão da igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1771 a 1772, fl. 65).*
- 1771, 30 de Novembro – Recebeu mais 7.200 réis da obra da pintura e douramento do órgão da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1771 a 1772, fl. 87v).*
- 1771, Novembro – Recebeu 26.870 réis por ter pintado a base do órgão da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. Recebeu também mais 13.860 como fim das contas que tinha de obras de pintura. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1771 a 1772, fl. 88).*
- 1772, 5 de Fevereiro – Comprou uma morada de casas na Rua de São Bartolomeu a João Rodrigues Rosmaninho, soldado na Praça de Elvas, pela quantia de 30.000 réis. (ADE, *Cartórios Notariais de Borba, Livro 177, fls. 121 a 125)*
- 1772, 30 de Abril – Recebeu 28.900 réis por ter dourado e pintado as sanefas de talha da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba, ficando saldadas todas as contas (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1771 a 1772, fl. 127v).*
- 1772, 16 de Maio – Aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo numa escritura de empréstimo de 50.000 réis que a referida Irmandade deu a Manuel Inácio Correia. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba, Livro 178, fl. 41)*
- 1772, 14 de Junho – Aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo numa escritura de venda de foro de 1.050 réis que vendeu a dita instituição a Sebastião Franco Paínho. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba, Livro 178, fl. 53)*
- 1772, 27 de Junho – Aparece como testemunha na escritura de compra de várias vinhas que João António Queirós fez à Irmandade de Nossa Senhora do Monte da Virgem. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba, Livro 126, fl. 87)*

- 1772, 14 de Julho – Aparece como membro da Irmandade da Cruz de Cristo. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 153, fls. truncado)
- 1772, 24 de Julho – Compareceu como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo numa escritura de empréstimo de 412.000 réis a juros a Lourenço Dias. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 178, fl. 73)
- 1772, 6 de Agosto – Aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo numa escritura de venda de um foro e empréstimo de 100.000 réis a juros a Manuel Dias Delgado. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 178, fl. 92v)
- 1773, 15 de Janeiro – Comprou uma vinha e um olival no sítio do Poço de Agostinho Gomes, termo de Borba a João Jorge e a sua mulher Inês Maria Paínha. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 126, fl. 130)
- 1773, 30 de Outubro – Aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo numa escritura de empréstimo de dinheiro a juro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 148, fl. 140)
- 1773, 3 de Dezembro – Comprou uma vinha no sítio da Água Nova por 40.000 réis aos bens de Manuel da Trindade e de sua mulher. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 179, fls. 77v a 80)
- 1773, 13 de Dezembro – Comprou um olival no sítio do Saibreiro dos bens de Apólonia Margarida Borralha Farta da vila de Fronteira, através do seu procurador Manuel Velez, por 19.200 réis. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 179, fls. 85v a 89)
- 1773/1774 – Recebeu a quantia de 37.000 réis por ter feito uma obra na tribuna da igreja de São Bartolomeu. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1770 - 1778, fl. 50).
- 1774 – Deu à Irmandade da Venerável Ordem Terceira, da qual era irmão, uma pintura representando Nossa Senhora da Conceição que foi aplicada pelo Ministro da Ordem, Dr. António Velez Picão, no nicho da secretária da instituição. A par desta pintura, o pintor deu também à instituição quatro meios corpos que se colocaram na banquetta do altar, o espelho de prata da fechadura do sacrário, a chave do mesmo também em prata e uma fita para a chave. (PRQBRB, *Livro 1º e 2º das Recepções e*

Deposições dos irmãos da Venerável Ordem Terceira, 1670 e seguintes, fl. 136)

- 1774, 18 de Janeiro – Aparece como membro da Irmandade da Cruz de Cristo numa escritura de distrato de empréstimo de dinheiro a juros. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 154, fl. 37 e 40)
- 1774, 23 de Janeiro – Recebe em aforamento, por 3.500 réis/ano uma vinha no sítio dos Carvalhais de São Pedro que afora o Reverendo Doutor Frei António de Santa Teresa, religioso paulista morador no Convento de Vila Viçosa
- 1774, 10 de Maio – Aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo da Matriz numa escritura de empréstimo de dinheiro a juro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 127, fls. 77 a 78v)
- 1774, 6 de Junho – Aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo numa escritura de empréstimo de dinheiro a juros. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 154, fl. 116)
- 1774, 28 de Julho – Comprou umas casas na Rua de São Bartolomeu dos bens de Rita Catarina, viuva de José Laço. Estas casas confrontavam com as casas de José de Sousa de Carvalho. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 180, fls. 31 a 33)
- 1774, 28 de Julho – Recebeu 38.955 réis a juros que lhe emprestaram as religiosas do Convento das Servas. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 180, fls. 33v a 35v)
- 1774, 14 de Agosto – Aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo da Matriz numa escritura de distrato de dinheiro emprestado a juro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 127, fls. 101v a 102v)
- 1774, 23 de Setembro – Aparece como testemunha na escritura de compra de uma vinha pelo Reverendo Padre José António Cordeiro de Matos a Pedro António Pazes e a sua mulher Maria Jacinta Pais. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 127, fl. 110)
- 1774, 29 de Outubro – Testemunhou na compra de um olival e de uma vinha entre o Dr. António Velez Picão, dos bens de Sebastião António Cordeiro Sardo Vila Lobo, por seu procurador o Sargento-mor Damião Velho de Carvalho. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 180, fl. 62v)
- 1774, 14 de Dezembro – Comprou meia courela de vinha, no sítio da Vaqueira, a Mariana Clara, viuva. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 127, fls. 126 a 127v)

- 1775, 29 de Janeiro – Comparece como membro da Irmandade da Cruz de Cristo numa escritura de empréstimo de dinheiro a juros. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 154, fls. 199)
- 1775, 16 de Março – Comprou um quintal a Rita Catarina, viuva de José Laço. Este quintal confrontava com o logradouro das suas casas na Rua de São Bartolomeu e confrontava com a casa de Domingos Nunes, oficial de alvineo. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 128, fls. 6 a 7v)
- 1775, 3 de Abril – Aparece como testemunha de uma procuração feita por Josefa Teresa, viuva de António Valério, ao Dr. António Velez Picão. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 128, fl. 8)
- 1775, 6 de Julho – Aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo da Matriz numa escritura de empréstimo de 30.000 réis que esta instituição deu a Manuel de Almeida. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 128, fls. 27v a 29)
- 1775, 6 de Julho – Aparece também como membro da mesma confraria noutra escritura notarial. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 128, fls. 29v a 31)
- 1775, 13 de Dezembro – Aparece numa escritura notarial como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo da Matriz. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 128, fls. 59v a 60)
- 1775 Dezembro a 1776, Junho – Primeira ausência de Borba
- 1776, 2 de Junho – Recebeu uma procuração de António Martins e de sua mulher, Francisca de Almeida, moradores da Vila de Veiros, para em seu nome poder assinar umas escrituras de vendas de casas. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 128, fls. 98 a 98v)
- 1776, 5 de Junho – Aparece como testemunha numa escritura de empréstimo de dinheiro a juros entre a Irmandade da Cruz de Cristo e o Padre Frei João do Espírito Santo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 205, fl. 103)
- 1776, 26 de Junho – Numa escritura feita pela Irmandade da Cruz e Cristo, José de Sousa de Carvalho já não aparece como membro da mesa. Estaria em Veiros? (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 128, fls. 114 a 115v)
- 1776, 15 de Setembro – Compareceu como fiador do alvane António Ferreira, o Saloio, morador em Vila Viçosa na adjudicação da obra do coro da Igreja de São Bartolomeu (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 60v)

- 1776, 26 de Setembro – Comprou uma vinha no termo da vila de Borba, no sítio da Charneca, que confrontava com a Azinhaga do Vale do Inglês por 16.000 réis aos religiosos do Convento de São Domingos de Évora (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 205, fls. 130v a 134)
- 1776, 24 de Outubro – Comprou duas courelas e um quarteirão de vinha dos bens de D. Ana de Vila Lobos que se situavam no sítio de Pêro Galego por 130.000 réis. Compareceu como testemunha Inácio António Canhão (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 205, fls. 139v a 141)
- 1776, 29 de Outubro – Compareceu como testemunha da compra que fez Manuel Ribeiro de uma vinha dos bens de D. Ana Vila Lobos. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 205, fl. 143v)
- 1777, 30 de Janeiro – Aparece como membro da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo da Igreja de São Bartolomeu. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 129, fls. 14v a 15v)
- 1777, 8 de Março – Noutro documento desta irmandade já não aparece. Necessitou ausentar-se ? (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 129, fl. 34)
- 1777, Janeiro a 1778, Abril – Segunda ausência de Borba.
- 1777, 23 de Junho – Aparece como testemunha no distrato que fez Inácio António Canhão com D. Ana de Vila Lobos. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 206, fls. 48 a 49).
- 1778, 25 de Abril – Aparece como testemunha numa escritura de fiação ao fim de 16 meses de ausência nos documentos. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 129, fls. 132v).
- 1778, Abril – Recebeu 48.000 réis por ter pintado a botica e a escadaria do novo Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. Presume-se que estas pinturas fossem decorativas e murais. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1777 a 1778*, fl. 83 e 84)
- 1778, 5 de Novembro – Comprou umas casas térreas na Rua de São Bartolomeu ao Dr. João Lopes Pinto da Palma e a sua mulher D. Teresa Angélica de Brito por 72.000 réis. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 129, fls. 184v a 186v)
- 1778 / 1779 – Recebe da Fábrica da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba a quantia total de 43.040 réis por ter dourado as sacras e cruz do altar mor e altares laterais, concertado as sacras velhas, olear as portas da igreja e

- sacristia, dourado dez castiçais adquiridos a um entalhador de Estremoz. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Fábrica da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba*, 1773 – 1786, Despesa de 1778/1779, fl. 41v)
- 1779, 30 de Junho – Assina por rogo dos vendedores de uma casa, João Soares e sua mulher Maria Josefa. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 129, fl. 234)
- 1779/1780 – Recebeu 2.000 réis da Fábrica da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba por ter prateado três cruzeiros para os altares desta igreja. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Fábrica da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba*, 1773 – 1786, Despesa de 1779/1780, fl. 49)
- 1781, 18 de Fevereiro – Efectua o distrato dos 130.000 réis que devia a juros a D. Ana de Vila Lobos. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 184, fls. 43 a 43v)
- 1781, 26 de Março – Comprou uma vinha no sítio dos Carvalhais de São Pedro, termo de Borba, a Frei António de Santa Teresa, beneficiado da Matriz de Borba e religioso da Ordem de São Pedro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 184, fls. 66 a 67)
- 1781, Maio – Recebeu 12.800 réis por ter feito obras de pintura na Enfermaria das Mulheres. Também recebeu 600 réis por ter dourado uma cruz e por ter vendido o sino velho do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. Ora o sino novo veio de Lisboa e o velho foi para Lisboa, tendo a Santa Casa gasto 3.000 réis com o transporte. Por esta informação sabemos que José de Sousa de Carvalho esteve (ou estava) em Lisboa. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1780 a 1781*, fls. 120 a 120v)
- 1782, Março – Recebeu a quantia de 28.666 réis por ter feito o sacrário novo para a Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1781 a 1782*, fl. 107v)
- 1782, 18 de Março – Testemunhou na compra de umas casas que Inácio António Canhão fez ao Capitão Maurício António Cordeiro na Rua de Três por 300.000 réis, ficando a quantia por pagar à razão de juro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 208, fls. 5 a 6v)
- 1782, 17 de Julho – Aparece como testemunha na escritura de compra que fez o Padre Francisco António Sanção Moniz de uma courela de vinha dos bens do

- Dr. António Zuzarte Lobo de Luna de Lacerda (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 208, fl. 41)
- 1783, Julho a 1784, Junho – É admitido como membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba, como irmão de 2ª, atribuível aos oficiais mecânicos. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1783 a 1784*, fl. 1)
- 1783, 28 de Agosto – Aparece como membro da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 131, fl. 113v)
- 1783, 24 de Novembro – Aparece como membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 131, fl. 130)
- 1784, 5 de Janeiro – Aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 131, fl. 147v)
- 1784, 13 de Fevereiro – Aparece como membro da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 209, fl. 46)
- 1784, 8 de Março – Aparece como testemunha da escritura de compra e posse de uma morada de casas que comprou Francisco José Ribeiro ao Dr. Vicente Cortes Paim. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 131, fl. 163v)
- 1784, 27 de Abril – Aparece como membro da Irmandade da Cruz de Cristo numa escritura com Manuel Dias Delgado, ermitão de Nossa Senhora da Orada (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 209, fl. 46)
- 1784, 26 de Maio – Aparece como membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 131, fl. 180)
- 1784, Maio – Recebeu 90.000 réis por ter pintado as esculturas de santos, o sanefão e o altar da Enfermaria dos Homens. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1783 a 1784*, fl. 71)
- 1784, 18 de Junho – Aparece como membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 131, fl. 186)
- 1784, Junho a 1788, Julho – Quarta ausência de Borba.
- 1785, 5 de Outubro – testemunhou na escritura de declaração que fizeram Francisco José Ribeiro e sua mulher, Maria Madalena Toscana, sobre uma sobrinha e um olival existente em Montemor-o-Novo. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 214, fl. 83v)
- 1786, 13 de Março – Compareceu como membro da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 209, fl. 134v)

- 1786, 20 de Outubro – Aparece como membro da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 209, fl. 153v)
- 1787, 2 de Janeiro – Aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo numa escritura de quitação que a Irmandade fez a Sebastião Franco Paíinho. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 186, fl. 159)
- 1787, 21 de Abril – Aparece como membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 210, fl. 20v)
- 1787, 22 de Abril – Aparece como membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 210, fl. 21)
- 1787, 6 de Outubro – Aparece como membro da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 215, fl. 89v)
- 1787, 8 de Outubro – Aparece como membro da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 210, fl. 36)
- 1788, 28 de Janeiro – Aparece como testemunha numa escritura de desobrigação de património que fez Francisco Velez, clérigo in minoribus, com seus pais e tios das fazendas doadas. Comparece como testemunha Manuel Carvalho (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 210, fls. 49v a 50)
- 1788, 3 de Maio – Aparece como membro da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 215, fl. 126v)
- 1788, 6 de Maio – Aparece como membro da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 215, fl. 128)
- 1788, Julho a 1791, Junho – É admitido como membro de 2ª na Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1788 a 1789*, fl. 1; *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1789 a 1790*, fl. 1; *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1790 a 1791*, fl. 1).
- 1788, 4 de Dezembro – Foi-lhe adjudicada a obra do quadro da Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu. Ficou a seu critério a composição e o preço. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 1762 - 1824*, fl. 89).

- 1789, 1 de Fevereiro – Aparece como membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 210, fl. 73)
- 1789, 7 de Fevereiro – É nomeado pela Câmara como Tesoureiro dos Bens dos Enjeitados. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 109v)
- 1789, 28 de Fevereiro – Aparece como membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 216, fl. 21v)
- 1789, 9 de Março – Aparece como membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 210, fl. 75v)
- 1789, 18 de Maio – Testemunhou a escritura de distrato que fizeram os vereadores da Câmara Municipal de Borba, como administradores dos bens dos enjeitados dos 160.000 réis a juros que devia José da Silva Matatão. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 216, fl. 42v)
- 1789, 12 de Junho – Aparece como membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 210, fl. 89 e Livro 216, fl. 49v)
- 1789, 15 de Setembro – Aparece como membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 210, fl. 95)
- 1789, 16 de Setembro – Dos 400.000 réis em que ficou acordado a obra da pintura da tela central da Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, a irmandade deu-lhe nesta data 150.000 réis. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 90v; PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1788 - 1798, fl. truncado).
- 1789, 28 de Setembro – Testemunhou na escritura de juro de 100.000 réis que deu o Dr. António Velez Picão, Curador do Casal do Dr. Manuel Dias Nó a Diogo Francisco Mizurado (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 210, fl. 96)
- 1789, 14 de Novembro – Aparece como representante da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu na acta de adjudicação da obra da grade decorativa da Capela a António José Rolim, mestre ferreiro da Cidade

- de Évora. Foi fiador deste Francisco Miguel Cordeiro. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 91).
- 1790, 22 de Janeiro – Testemunhou na escritura de compra de três vinhas que fez Luís José da Silveira ao Reverendo Padre Alexandre Martins Maio (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 211, fl. 18)
- 1790, 15 de Julho – Recebeu os 38.955 réis que havia emprestado às freiras do Convento das Servas (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 211, fl. 45v a 46)
- 1790/1791 – Recebeu neste ano 90.000 réis da obra de pintura que fez na Capela do Santíssimo Sacramento da Matriz. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz dos anos 1778 a 1845*, Ano de 1790 - 1791, fl. 45v)
- 1790/1791 – Recebeu da Fábrica da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba a quantia de 10.800 réis por ter dourado seis castiçais. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Fábrica da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba*, 1786 – 1819, Despesa de 1790/1791, fl. 21)
- 1791, 1 de Abril – Distrata os 100.000 réis que havia pedido emprestado às Servas. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 187, fl. 82v)
- 1791, 16 de Julho – Aparece como membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 217, fl. 28)
- 1791, 31 de Julho – Aparece como membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 211, fl. 83v)
- 1791, 16 de Setembro – Testemunhou na escritura de doação que fez Manuel Velez Picão, seus irmãos e irmãs, a seu sobrinho Manuel Velez, clérigo in minoribus (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 211, fl. 85v)
- 1791, 26 de Novembro – Aparece como membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 211, fl. 94v)
- 1791/1792 – Recebeu neste ano a quantia de 30.000 réis do remanescente do pagamento da obra de pintura que fez na Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz dos anos 1778 a 1845*, Ano de 1791 - 1792, fl. 47)

- 1792, 14 de Março – Testemunhou na escritura de amigável composição sobre alimentos que fizeram entre si João da Silveira Vila Lobos de Menezes e seus irmãos, Afonso Manuel da Silveira de Menezes e José da Silveira de Menezes da vila do Alandroal. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 217, fl. 69v)
- 1792, 24 de Abril – Testemunhou na procuração que fez D. Maria da Encarnação, viuva do Sargento-mor José Barata de Lima, ao Dr. José Esteves de Castro, advogado nas Auditorias da Cidade de Évora. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 217, fl. 83)
- 1792, 18 de Junho – Numa enumeração dos homens ricos de Borba, a quem se poderia deixar em depósito dinheiro público sem que houvesse a tentação do roubo pela necessidade, refere-se o nome este pintor como sendo *capás pela sua a[p]tidão*. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 144).
- 1792, Julho a 1793 Junho – É nomeado como membro de 2ª da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1792 a 1793*, fl. 1)
- 1792, Julho – É apontado como devedor em 7.500 réis à Santa Casa da Misericórdia por um juro que venceu no dia 13 de Julho de 1791. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1792 a 1793*, fl. 1)
- 1792, 9 de Agosto – As suas casas na Rua de São Bartolomeu aparecem nomeadas nas confrontações de outra habitação. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 217, fl. 97v)
- 1792, 24 de Novembro – Aparece como membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba na escritura de empréstimo de 225.000 réis a juros que esta instituição fez com o Reverendo José Palmeiro Tenreiro (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 211, fl. 137)
- 1792/1793 – Recebe da Venerável Ordem Terceira a quantia de 17.720 réis por uma obra de pintura não especificada, presumindo-se que se trate da pintura do tecto da igreja e/ou do tecto do consistório, já desaparecido, mas visto por Túlio Espanca em 1978. (PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade da Venerável Ordem Terceira*, 1790 - 1898, fl. 6)

- 1793, 2 de Maio – Aparece como membro da Mesa Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fl. 18)
- 1793, 11 de Junho – Aparece como membro da Mesa Irmandade da Cruz de Cristo na escritura de empréstimo de 100.000 réis a juros que esta instituição fez a Manuel Velez Picão (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 212, fl. 35v)
- 1793, 11 de Junho – Juntamente com o pintor Manuel Carvalho, aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo noutra escritura notarial (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fl. 28v).
- 1793, 13 de Junho – Devolve os 31.445 réis que havia pedido emprestado à Irmandade da Cruz de Cristo. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 187, fl. 195)
- 1793, 17 de Junho – Aparece como membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 212, fls. 37 e 38)
- 1793, 30 de Julho – Juntamente com António Franco Paínho, aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fl. 36v)
- 1793, 31 de Julho – Aparece, juntamente com António Franco Paínho, como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 212, fls. 42v e 43)
- 1793, 25 de Agosto – Juntamente com António Franco Paínho, aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo. O Reitor era Manuel Valadares de Castelo Branco (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fl. 44v)
- 1793, 28 de Outubro – Aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fl. 60)
- 1793, 30 de Outubro – Aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 212, fl. 57)
- 1794, 29 de Janeiro – Juntamente com o pintor Manuel de Carvalho, aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fl. 79).
- 1794, 31 de Janeiro – Aparece, juntamente com António Franco Paínho e com Manuel Carvalho, pintor, como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 212, fls. 71)
- 1794, 13 de Março – Aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 212, fl. 80)

- 1794, 13 de Março – Noutra escritura, aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fl. 95v)
- 1794, 11 de Abril – No testamento de Francisco Miguel Cordeiro é contemplado com as suas gravuras. Como o pintor morreu antes deste profissional, nunca as recebeu. (Cf. ADE, ACBRB/A/01/Cx 96/ Pç 1117)
- 1794, 9 de Maio – Aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fl. 113v)
- 1794, Julho a 1795, Junho (?) – É admitido como membro de 2ª da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba. Refere-se que servia de tesoureiro da instituição. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1794 a 1795*, fl. 53)
- 1794, 21 de Julho – Comprou umas casas a José Lopes Bordalo. Testemunhou Angélico Velez. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fls. 126v a 128)
- 1794, 1 de Dezembro – Aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 212, fl. 110v)
- 1794, 2 de Dezembro – Aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fl. 144v)
- 1795, 17 de Janeiro – Recebe em aforamento um olival propriedade de D. Ana Joaquina Teodora da Silva, por acção do seu procurador Rodrigo António Fragozo Correia da Cunha. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 188, fl. 60).
- 1795, 17 de Janeiro – Como fiador de Inácio António Canhão, teve de pagar a dívida deste no valor de 150.000 réis ao Capitão Maurício António Cordeiro. Refere-se que Inácio António Canhão ausentara-se da vila de Borba, possivelmente pelas dívidas que possuía. Testemunhou João Cordeiro (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 212, fls. 116v a 117)
- 1795, 21 de Janeiro – Comparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo, juntamente com António Franco Paínho, na escritura de empréstimo de 50.000 réis a juros que esta irmandade concedeu a Sebastião Franco Paínho. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fls. 148 a 149)
- 1795, 8 de Abril – Assina em nome dos vendedores, Manuel Rodrigues Aranha e mulher, a escritura de venda de umas casas da Francisco Miguel Cordeiro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 188, fl. 70v a 71).

- 1795, 10 de Abril – Aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo numa escritura de distrato e noutra de renovação de contrato de 50.000 réis que essa Irmandade havia emprestado a Manuel Rodrigues Pécurto Aranha. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 188, fl. 72v e 73)
- 1795, Junho – Refere-se que era devedor à Santa Casa da Misericórdia de Borba em 5.000 réis de juros de dois anos de uma quantia que havia pedido emprestada, e que vencia no dia 13 de Junho. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1795 a 1796*, fl. 1)
- 1795, 2 de Agosto – Morreu em Borba. No assento paroquial é dado como casado com Francisca Teresa. Morreu com todos os sacramentos e não fez testamento. Foi sepultado na cova comum da Igreja de São Bartolomeu. Não se refere a filiação. (Cf. ADE, Arquivos Paroquiais, Freguesia de São Bartolomeu de Borba, Livro 13, *Livro de óbitos de 1791 a 1808*, fl. 18.)
- 1794/1795 – A Irmandade do santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu manda rezar três missas por sua alma. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1788 - 1798, fl. truncado)
- 1795, 2 de Dezembro – A Câmara Municipal decide dar aos seus herdeiros a quantia de 80.000 réis em pagamento pela pintura que fez na Sala da Câmara e na Sala da Audiência no edifício dos novos Paços do Concelho. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1780 - 1797, fl. 182 a 182v).
- 1795/1796 – Neste ano a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz manda rezar uma missa por sua alma e de sua mulher. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz dos anos 1778 a 1845*, Ano de 1795 - 1796, fl. 54v).
- 1798, 18 de Março – Bernardo Germano de Carvalho e a sua irmã, como filhos e herdeiros de seu pai, José de Sousa de Carvalho, pagam a dívida de 50.000 réis que este pintor tinha com a Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 219, fls. 191 a 191v)
- 1807, 6 de Novembro – A sua mulher, que entretanto se casou pela segunda vez com Paulo dos Santos, morador na Alcaraviça, fez um testamento. (Cf. ADE, ACBRB/A/01/Cx 98/ Pç 1309)

1808, 23 de Julho – A mulher de José de Sousa de Carvalho morreu (Cf. ADE, ACBRB/A/01/Cx 98/ Pç 1309)

Lázaro Moniz

Mestre de alvenaria

1675/1676 – A Irmandade da Venerável Ordem Terceira paga-lhe 500 réis por traçar a igreja e consistório. (PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade da Venerável Ordem Terceira*, 1674 - 1686, fl. 20v)

1676/1677 – Recebe da Venerável Ordem Terceira a quantia de 22.000 réis pela coordenação da obra da Capela e Consistório. (PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade da Venerável Ordem Terceira*, 1674 - 1686, fl. 26)

1677, 8 de Setembro – Recebe da Venerável Ordem Terceira 12.000 réis pela coordenação geral da obra da igreja e consistório. (PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade da Venerável Ordem Terceira*, 1674 - 1686, fl. 27)

1677, 23 de Novembro de – Dado como morador em Borba, este profissional, em conjunto com o mestre de carpintaria estremocense Rodrigo Gomes, contrata-se com a Soror Margarida para no Convento das Servas construir uma habitação independente. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 24, fls. 4v a 5v)

1678, 16 de Setembro – A Irmandade da Venerável Ordem Terceira refere que Lázaro Moniz até ao momento havia recebido 48.000 réis, faltando 11.550 réis para o pagamento integral da obra. (PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade da Venerável Ordem Terceira*, 1674 - 1686, fl. 31v)

1679, Maio – Por um erro no projecto, a obra da fachada é demolida. Lázaro Moniz afasta-se da obra da Irmandade da Venerável Ordem Terceira. (PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade da Venerável Ordem Terceira*, 1674 - 1686, fl. 39).

Luís Ramalho

Relojoeiro

1817, 15 de Março de – Reparou por 6 moedas 28.800 réis o relógio concelhio. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1797 - 1817, fl. 284v)

Manuel Bernardes

Alvane

1741, 15 de Outubro – Compareceu junto do provedor com o testamento de Maria Mendes para ser aberto. (Cf. ADE, ACBRB/A/01/Cx 91/ Pç 630))

Manuel Carvalho

Empreiteiro

1714, 21 de Julho – É referido nesta data como o empreiteiro que reedificou as fortificações de Borba (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1714 - 1716, fls. 22 a 22v)

Manuel Carvalho

Entalhador, morador em Elvas

1732/1733 – recebeu a quantia de 42.000 réis da teia em madeira que fez para separar a nave da Capela mor da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1732 a 1733*, fl. 40v).

Manuel Carvalho

Pintor

1784 Junho – Recebeu 1.440 réis por tingir a porta de ferro do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba e por ter limpo o quadro da Enfermaria das mulheres. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1783 a 1784*, fl. 82)

1784, 4 de Junho – Disputou com o pintor Estremocense José Cardoso, a pintura dos espaldares dos arcazes da Sacristia da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, tendo perdido para este a adjudicação da obra (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 77v)

1784, Setembro – Recebeu 3.000 réis por ter pintado o frontal de altar da capela da Enfermaria dos Homens do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1784 a 1785*, fl. 46)

- 1788, 28 de Janeiro – Aparece como testemunha numa escritura de desobrigação de património que fez Francisco Velez, clérigo in minoribus, com seus pais e tios das fazendas doadas. Comparece como testemunha José de Sousa de Carvalho (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 210, fls. 49v a 50)
- 1789, 7 de Julho – Compareceu como membro da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 216, fl. 52v)
- 1790, 30 de Dezembro – Aforou uma vinha no sítio das Pereiras a Maria Joaquina Fonseca. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 216, fls. 132v a 133v)
- 1792, 22 de Abril – Escritura de compra de uma vinha e um olival a Joaquim José de Paiva e Cândido José Barradas, moradores na vila do Alandroal. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 217, fls. 78 a 82)
- 1792, 21 de Dezembro – Comprou dois olivais pequenos, um deles perto da Fonte dos Asnos, e uma vinha a Luís José da Silveira e mulher. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 211, fls. 142v a 143v)
- 1793, 1 de Janeiro – Foram-lhe distratados os 80.000 réis que havia emprestado a juros a Luís José da Silveira. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 102).
- 1793, 11 de Junho – Juntamente com o pintor José de Sousa de Carvalho, aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fl. 28v).
- 1793, 6 de Novembro – Testemunhou na escritura de aforamento de uma courela que deu de aforamento o Dr. José Inácio da Silveira Leal a João de Paiva Correia. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fl. 63v)
- 1794, 29 de Janeiro – Juntamente com o pintor José de Sousa de Carvalho, aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fl. 79).
- 1794, 31 de Janeiro – Aparece, juntamente com António Franco Paínho e com José de Sousa de Carvalho, pintor, como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 212, fls. 71)
- 1794, 21 de Julho – Testemunhou na escritura de substituição de hipoteca envolvendo as freiras do Convento das Servas. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fl. 125)

- 1798, 14 de Outubro – Juntamente com Sebastião Franco Painho, comparece como Membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 213, fl.48v)
- 1798/1799 – Neste ano recebeu a quantia de 16.800 réis pela obra de dourado e acabamentos na pintura da Capela do Santíssimo Sacramento da Matriz (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz dos anos 1778 a 1845*, Ano de 1798 - 1799, fl. 60v)
- 1799, 27 de Abril – Compareceu como membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 220, fl.78)
- 1799, 14 de Julho – Testemunhou na compra que fez Bernardo Germano de Carvalho do foro de 5.000 réis anuais sobre um olival que pertencia a Rodrigo António Fragoso Correia. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 220, fls.89 a 90v)
- 1802 - Devia à capela de Bento Ferraz Duro, administrada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, a quantia de 12.000 réis. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Capela de Bento Ferraz Duro*, 1799 - 1804, fl. 116)
- 1807/1808 – Recebeu uma quantia incerta por obras de pintura não especificadas, provavelmente por ter pintado o órgão da Igreja de São Bartolomeu. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1802 - 1811, fl. truncado)

Manuel Crespo

Serralheiro

- 1683, 10 de Julho - A Câmara Municipal nomeia-o fiel do relógio (ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1683, fl. 14v)

Manuel Cordeiro I, o Velho

Pedreiro

- 1674, 7 de Julho – Contratou-se com o Convento do Bosque para em equipa com mais quatro pedreiros fazer a obra de pedraria do Convento do Bosque (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 19, III Parte, fls. 113 a 115). Tinha dois filhos nesta equipa, António Cordeiro e Manuel Cordeiro, o Moço.

1677, 27 de Abril – Em conjunto com os seus dois filhos, contrata-se para fornecer toda a pedraria necessária para a obra da Igreja e Consistório da Irmandade da Venerável ordem Terceira (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 25, fls. 123v a 125).

Manuel Cordeiro II, o Moço

Pedreiro

1673, 28 de Fevereiro – Vende 4 alqueires de azeite a Maria Rodrigues Biscarda, (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 22, fls. 104 a 107v).

1674, 7 de Julho – Filho do precedente, contratou-se com o Convento do Bosque para em equipa com mais quatro pedreiros fazer a obra de pedraria do Convento do Bosque (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 19, III Parte, fls. 113 a 115).

1677, 27 de Abril – Em conjunto com o seu pai e irmão, contrata-se para fornecer toda a pedraria necessária para a obra da Igreja e Consistório da Irmandade da Venerável ordem Terceira (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 25, fls. 123v a 125).

1683, 12 de Janeiro – Vendeu umas vinhas a Francisco Reis Trochão. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 30, fls. 95v a 100)

1683, 15 de Janeiro – Comprou umas vinhas a Bartolomeu Martins, morador em Estremoz. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 30, fls. 100 a 102)

1688, 4 de Setembro – Juntamente com o seu irmão, António Cordeiro, celebraram um contrato com o Padre frei João Pita de Vasconcelos, Juiz da Comarca de Estremoz da Ordem de São Bento de Avis, para se lajear o interior da Igreja Matriz de Juromenha. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 32, III Parte, fls. 12 a 14)

1690, 26 de Maio - Juntamente com seu irmão, António Cordeiro, deu fiança para a obra da Igreja Matriz da vila de Mourão. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 36, fls. 51 a 52v)

1695, 10 de Fevereiro – Recebe em aforamento um olival propriedade de Manuel Moura Belo. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 38, II Parte, fls. 115v a 117v).

- 1696, - Numa escritura notarial refere-se que este profissional pagava 800 réis de foro de umas casas que estavam defronte à Igreja Matriz. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 47, fls. 97 a 97v)
- 1705, 9 de Julho – Vendeu umas casas ao Padre Frei João Rodrigues Fermoço. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 56, fl. 116).
- 1709, 30 de Julho – Celebra um contrato de obra com os Padres do Convento da Serra de Ossa para lhes fazer a fonte em mármore do centro do Claustro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 59, fls. 73v a 74v)
- 1709, 6 de Dezembro – Compra uma “estacada” a Domingos Pais, alfaiate. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 75, fls. 117 a 119).
- 1718, 2 de Dezembro – É referido já como morto. A sua viuva, Maria Mendes Franca, comprou uma vinha. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 85, fl. 34v).

Manuel Cordeiro III

Pedreiro

- 1720, 17 de Maio – Afora duas casas ao Padre José Gonçalves Monteiro Painho e a suas sobrinhas. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 86, fls. 30 a 32v).
- 1721, 27 de Fevereiro – Recebeu um perdão de José Gonçalves. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 92, fls. 80v a 81v).
- 1725, 6 de Agosto – Recebeu em trespasse um juro de umas casas cedido por Manuel de Campos. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 90, fls. 49 a 51).
- 1727, 11 de Setembro – Recebe 50.000 réis emprestados à condição de juro do Padre João Quadrado. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 73, fls. 69 a 71v).
- 1732/1733 – Recebeu a quantia de 18.000 réis por ter feito as pilastras de mármore que sustentam a teia de madeira que separa a nave da Capela mor. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1732 a 1733*, fl. 39v).
- 1735, 3 de Março – Celebrou um contrato com o Padre Domingos Rodrigues de Abreu, recebedor da Confraria de São João Baptista da Vila de Campo Maior para fazer as cantarias trabalhadas para esta igreja, uma das mais belas do país. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 108, fls. 251v a 252).

1745, 14 de Setembro – Fez um testamento onde nomeou como herdeira e testamenteira a sua segunda mulher, Maria Silveira Borges. É dado como morador na Rua de São Francisco (Cf. ADE, ACBRB/A/01/Cx 91/Pç 660)

1745, 17 de Novembro – Faleceu (Cf. ADE, ACBRB/A/01/Cx 91/Pç 660).

Manuel da Cunha

Serralheiro

1711, 28 de Janeiro – É nomeado pela Câmara Municipal para aferidor do relógio após destituição de João de Figueiredo, afastado por incompetência. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1709-1713, fl. 36)

Manuel Fernandes I

Alvane

1718/1719 – Trabalhou na obra de recuperação do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1718 para 1719*, fl. 60v a 61).

1720/1721 – Recebeu 100 réis por ter feito uma pequena reparação no sino da santa casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1720 a 1721*, fl. 36)

1723, 2 de Fevereiro de – Foi-lhe adjudicada nesta data a obra de fazer novas calçadas nas ruas da vila de Borba, obra paga pela Câmara Municipal (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1721 - 1725, fl. 55)

Manuel Fernandes II

Alvane, natural de Caminha, assistente na Vila de Borba

1737, 17 de Fevereiro de – Fez uma procuração a seu sobrinho Manuel do Porte Braço- -forte, natural de Caminha. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 101, fl. 209).

1744, 27 de Abril – Fez uma procuração a João Rodrigues Soares. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 111, fl. 138v).

1760, 8 de Novembro a 24 de Dezembro – Trabalhou para uma obra não especificada para a Santa Casa da Misericórdia de Borba, tendo recebido a quantia de 5.280 réis. O seu servente recebeu 3.080 réis. Subentende-se que esta

obra seja o coro da igreja. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1760 a 1761*, fl. 50).

1765, 21 de Setembro – Recebeu a quantia de 49.080 réis da obra que fez na Herdade dos Galvões por ordem da Mesa da Irmandade das Almas da Matriz. (PRQBRB, *Livro dos Acórdãos da Irmandade das Almas da Igreja Matriz*, fl. 2v).

Manuel Ferreira de Távora

Ourives

1726/1727 – Recebeu a quantia de 4.800 réis por ter feito quatro ramalhetes em prata para o Altar mor da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1726 a 1727*, fl. 39).

Manuel Filipe

Ourives do Ouro, morador em Lisboa

1725, 28 de Fevereiro de – Recebeu uma procuração do borbense António Rodrigues Caramelo. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 95, fls. 64v a 65).

Manuel Franco

Alvane

1700/1701 – Reparou o telhado da Igreja da Misericórdia. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1700 para 1701*, fl. 95).

1702/1703 – Reparou os telhados do celeiro da Misericórdia. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1702 para 1703*, fl. 132).

Manuel Gonçalves

Recoveiro de Lisboa

1681/1682 - Forneceu um milheiro (1000) de azulejos para a Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba, tendo recebido para o efeito 15.000 réis. (Cf. SCMBRB, *Livro da Receita e da Despesa da Santa casa da Misericórdia de Borba do ano de 1681 a 1682*, fl. 86).

Manuel Gonçalves de Oliveira

Ourives, morador na Cidade do Porto

1778, 8 de Julho – Adjudicou junto da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba a obra de fazer uma grande lâmpada em prata à semelhança da lâmpada mandada fazer pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Fronteira. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 64v).

1788, Julho – Recebeu 90.000 réis e mais os cálices velhos em troca de fazer uma nova peça não especificada para a Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1788 a 1789*, fl. 32)

Manuel Joaquim de Figueiredo

Serralheiro

1801, 8 de Agosto – É nomeado aferidor do relógio concelhio por nomeação do seu pai ou avô Bernardo António de Figueiredo (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1797 - 1817, fl. 62)

Manuel Lopes

Ourives, morador em Vila Viçosa

1727/1728 – Recebeu a quantia de 14.950 réis por ter feito um novo cálix para a Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1727 a 1728*, fl. 47v).

Manuel Lourenço I

Alvane

1762/1763 – Recebeu 240 réis por ter trabalhado em pequenas obras na Santa Casa da Misericórdia. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1762 a 1763*, fl. 56).

1771, 7 de Setembro – Recebeu a 960 réis por ter ido ao Monte de Santo Amaro, em Olivença, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Borba, ver o que as casas necessitavam para serem recuperadas. (Cf. SCMBRB, *Livro de*

Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1771 a 1772, fl. 65).

1771, Novembro – Recebeu 12.050 réis por pequenas obras na Igreja ou no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1771 a 1772, fl. 88).*

1773, 6 de Janeiro – Foi nomeado pela Câmara Municipal de Borba juiz dos alvanes. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação, 1766 - 1780, fl. 107v)*

1773, 30 de Novembro – Recebeu 1.680 réis por ter feito ao longo de sete dias de trabalho pequenas reparações na “Casa do Simões” na enfermaria e na Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1773 a 1774, fl. 78).*

1774, 25 de Julho – Adjudicou junto da Santa Casa da Misericórdia de Borba a obra das enfermarias do Hospital desta instituição por 1.040.000 réis. (Cf. SCMBRB, *Livro das Resoluções da Mesa, 1728 – 1779, fl. 261.*

1774, Agosto a 1780, Dezembro – Coordenou as obras de reconstrução do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1774 a 1775, fl. 44v, 50, 55v, 60v, 65, 70v, 75v, 79v, 83v, 87, 87v, 93; Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1775 a 1776, fl. 35, 40, 45, 49v, 55, 59, 64, 69, 74v, 78v, 79v, 84v, 90 e 90v; Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1776 a 1777, fl. 33v, 39v, 55v, 59, 64, 68, 72, 77, 82v. Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1778 a 1779, fl. 69, 83, 84; Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1779 a 1780, fl. 53, 69 e 84v).*

1778, 15 de Fevereiro – Comprou umas casas em Estremoz a António Rodrigues. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba, Livro 129, fls. 106 a 108)*

1778, 10 de Julho – Contraiu um empréstimo de 120.000 réis a juros junto da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba, Livro 183, fl. 32)*

- 1780, Dezembro – Em conjunto com Francisco Miguel Cordeiro, inicia a obra da torre do Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Esta torre não é a actual. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1780 a 1781*, fl. 84v)
- 1786, 29 de Janeiro – Adjudicou a obra de cantarias para a Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu por 240.000 réis. O seu fiador foi João Martins Babão (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 82).
- 1786, 25 de Novembro – Arrendou duas courelas no sítio do Mosteiro a João Baptista de Sande por três anos. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 215, fls. 47v a 48v).
- 1786/1787 – Recebeu a quantia de 15.600 réis pela alvenaria que fez na Capela do Santíssimo na Igreja de São Bartolomeu. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1785 - 1787, fl. truncado)

Manuel Lourenço II

Alvane

- 1811, 11 de Dezembro – Arrematou a obra de reparação de uma ponte que existia perto da Fonte das Bicas, por 4.000 réis. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1797 - 1817, fl. 186).
- 1816, 29 de Junho de - Arrematou a obra das pontes da Judia e de Vale de Grou (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1797 - 1817, fl. 269v).
- 1817, 5 de Junho – Disputou a obra dos estuques da torre da Igreja de São Bartolomeu com Bernardino Caripa, João Duro, Poríbio José Paínho, e Joaquim Babão, tendo perdido para este último a adjudicação da obra. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 150v).

Manuel Madeira

Pedreiro

1715, 13 de Novembro – Aforou umas casas caídas propriedade das Religiosas do Convento das Servas (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 62, II Parte, fls. 18 a 20)

Manuel Marques

Alvane

1730/1731 – Recebeu neste ano a quantia de 1920 réis por ter ladrilhado a igreja da Santa Casa da Misericórdia juntamente com o seu servente. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1730 a 1731*, fl. 51v).

Manuel Marques Marino

Pintor/dourador

1745, 9 de Junho – A sua obra de douramento do quadro central do retábulo da Capela mora da Igreja de São Bartolomeu foi avaliada pelos pintores Bento Cordeiro e Cristóvão dos Santos (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1736 - 1762, fl. 55).

Manuel Martins

Pintor

Morador no Redondo

1650, 17 de Outubro – Vendeu umas vinhas a Sebastião Rodrigues Pinto. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 8, fls. 69 a 72v)

Manuel Martins Silvério

Empreiteiro

1699, 16 de Maio – Celebrou um contrato com Francisco Barradas para lhe fazer umas habitações independentes no Convento das Servas para as suas filhas. Denominado de Alvane. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 51, fls. 92v a 94)

1701, 10 de Fevereiro – Comprou uma courela de vinha a Manuel Dias e a sua mulher Maria Rodrigues. É denominado de alvane e referido como moço solteiro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 67, fls. 119 a 121)

- 1703, 4 de Maio – Fez fiança da obra que assumiu da fortificação da vila de Moura, que tomou por arrematação na vila de Estremoz. Aqui, pela primeira vez, é denominado de empreiteiro e não de alvane (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 55, fls. 34v a 37).
- 1707, 30 de Setembro – Empeçou 50.000 réis a juro a Domingos Franco. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 58, fls. 11v a 13v).
- 1708, 27 de Março – Dá fiança da obra da fortificação de Olivença (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 58, fl. 82)
- 1708, 3 de Dezembro – Dá fiança da obra da fortificação de Moura. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 58, fls. 136 a 137)
- 1709, 9 de Junho – Faz um contrato com Sebastião de Cabelos da Silveira Vila Lobos, capitão de cavalos, para este lhe emprestar 600.000 réis a juros. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 59, fls. 73v a 74v)
- 1710, 29 de Agosto – Empeçou 270.000 réis a juros ao Dr. Augusto de Gusmão Pais e a D. Catarina Margarida de Castelo Branco. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 60, fls. 28v a 29v)
- 1712, 5 de Setembro – Compra uma grande propriedade vinícola no sítio de Maria Vieira, termo de Borba, por 500.000 réis a Martinho Lourenço Calvo. Neste documento é dado como natural de Borba, mas morador na vila de Moura. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 61, fls. 3 a 5v).
- 1713, 26 de Setembro – Empeçou a juros 50.000 réis a António Machado. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 61, fls. 141v a 143)

Manuel Mualho

Mestre pedreiro

- 1710, 22 de Novembro – Arremata em praça a obra do “alpendre e pelourinho” paga pela Câmara Municipal. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1709-1713, fl. 30)

Manuel de Mures (act. 1695 – 1744)

Mestre entalhador morador em Vila Viçosa

- 1695, 31 de Maio de – Juntamente com o entalhador Domingos de Oliveira, contratou-se com a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz para fazer o

sepulcro da Páscoa (Castra Doloris ou eça). (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 39, fls. 21 a 22).

1731, 21 de Julho – Efectuou nesta data um contrato de obra com a Santa Casa da Misericórdia de Borba para efectuar os retábulos da Capela-mor, capelas colaterais e tribunas. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 107, fls. 64v a 65).

1731/1732 – Recebeu neste ano a quantia de 243.000 réis para pagamento do retábulo da capela mor, retábulos das capelas laterais e tribuna e para pagamento de uns elementos decorativos que não estavam previstos no contrato. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1731 a 1732*, fl. 40v).

1732/1733 – Recebeu a quantia de 23.400 réis por ter feito uns acrescentos não definidos no contrato para a Capela do Senhor do Bom Despacho e para a Capela Mor. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1732 a 1733*, fls. 37 e 38).

1743/1744 – Recebeu a quantia de 9.000 réis por ter feito a obra de talha dourada do nicho da Sala do Despacho da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1743 a 1744*, fl. 67v).

Manuel Nunes da Silva

Mestre entalhador morador em Évora

1731, 10 de Setembro de – Contratou-se com a Irmandade de São Bartolomeu para fazer o retábulo da Capela-mor da igreja por 900.000 réis (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 135, fls. 123 a 125v).

1731/1732 – Recebeu neste ano 720.000 réis da obra do retábulo da Capela mor da Igreja de São Bartolomeu. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1730 – 1749, fl. 11).

1732/1733 – Recebeu neste ano 1.200 por conta da obra do retábulo da Capela mor. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1730 – 1749, fl. 17v).

1732/1733 – Recebeu neste ano 227.200 réis do resto do pagamento da obra do retábulo da Capela Mor da Igreja de São Bartolomeu. Refere-se que o entalhador

não entregou a obra a tempo. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1730 – 1749, fl. 18).

Manuel Pereira

Serralheiro

1668, 22 de Setembro – Nesta data já havia concertado o relógio municipal, prestando termo de juramento sobre a garantia do serviço (ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1668, fl. 34v)

1679, 4 de Novembro – A Câmara Municipal nomeia-o fiel do relógio (ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1679, fl. 29)

Manuel Pereira Gavião

Pintor

1744/1745 – Recebeu a quantia de 145.610 réis de assentar o ouro no retábulo da capela mor da Igreja de São Bartolomeu de Borba. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1730 – 1749, fl. 153v).

Manuel Reis Barros

Mestre Pedreiro

1733, 28 de Março – Nesta data é destituído pela Câmara Municipal do cargo de Juiz do ofício dos pedreiros por estar incapaz pela falta de visão. Em seu lugar é nomeado João Lopes Cordeiro. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1731 - 1739, fl. 41)

Manuel Rodrigues Barroqueiro

Alvane

1698, 23 de Outubro – Proprietário de uma morada de casas, cede-as em regime de aforamento a Manuel Fernandes Manhoso, hortelão. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 50, fls. 91v a 93v)

1699, 14 de Julho – Vende um olival ao “Galego”. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 71, fls. 99 a 102v).

- 1700, 23 de Janeiro – Celebrou um contrato de obras, juntamente com o mestre alvane João Fernandes Cordeiro para fazer a obra da escadaria do Convento da Serra de Ossa. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 53, fls. 37 a 39).
- 1703, 14 de Abril – Comprou umas casas a Manuel Cordeiro e a sua mulher Catarina Gomes. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 69, fls. 80v a 83v).
- 1705, 25 de Setembro – Emprestou dinheiro a juro a Dona Maria Senga. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 70, fls. 4 a 5v).
- 1717, 27 de Dezembro – Fez um testamento (Cf. ADE, ACBRB/A/04/Cx 120/ Pç 271).
- 1717, 30 de Dezembro – Faleceu (Cf. ADE, ACBRB/A/04/Cx 120/ Pç 271).
- 1761, 2 de Fevereiro – É baptizado na Igreja de São Bartolomeu um seu neto de nome José, filho do seu filho José Caetano Barroqueiro e de sua nora Genoveva Francisca. A sua mulher era Antónia Maria de Miranda, natural de Vila Viçosa. (Cf. ADE, *Cartórios Paroquiais, Freguesia de São Bartolomeu de Borba*, Livro 6, Livro de registo dos baptismos de 1760 a 1791, fl. 27v).

Manuel Rodrigues Mixote

Entalhador

- 1759, 6 de Maio – Adjudicou junto da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba uma obra de revestimento da capela mor daquela igreja por 6.400 réis. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1736 - 1762, fl. 118)

Manuel Rodrigues Mourão

Alvane, morador em Borba

- 1685, 3 de Agosto – Celebra um contrato com Pedro Mexia Souto para lhe fazer no Convento das Servas uma habitação independente para as suas filhas freiras (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 34, fls. 33v a 35)
- 1694/1695 – Vendeu à obra do Hospital um pedaço de madre. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1694 para 1695*, fl. 97v).

Manuel da Silva

Pintor

1672, 5 de Novembro – Morador na vila de Borba faz uma procuração ao Padre Frei António de Seixas, documento sem efeito. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 19, II Parte, fls. 97v a 98v)

1674/1675 – Recebe do irmão síndico da Venerável Ordem Terceira, Manuel Simões, a quantia de 31.000 réis por ter dourado o intradorso do arco da Capela desta instituição na Igreja das Servas. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Venerável Ordem Terceira*, 1674 - 1686, fl. 15v e 17)

1675, 3 de Outubro – Dado como morador na Rua dos Clérigos, actual Rua Nunes da Silva, e casado com Maria Rodrigues, fez nesta data uma procuração sem efeito. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 23, fl. 70)

Manuel da Silva

Alvane

1713, 2 de Junho – Deu fiança da obra da Cadeia de Terena. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 61, fls. 98v a 101)

Manuel Silvério

Alvane

1694/1695 – Trabalhou na obra do Hospital da Santa Casa juntamente com o seu enteado e com Pedro Martins (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1694 para 1695*, fl. 98v).

1695, Abril e Agosto – Trabalhou na obra da construção da nova capela mor da Igreja de São Bartolomeu, juntamente com os mestres alvanes João Fernandes, António Lopes e António (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento do ano de 1693 a 1696*, fl. 16 a 16v)

Manuel da Veiga

Mestre carpinteiro

1771, 19 de Outubro – Em conjunto com o seu companheiro, João da Costa, recebeu a quantia de 1.575 réis por terem feito a base do órgão da igreja da Santa Casa

da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1771 a 1772*, fl. 77).

1771, 30 de Novembro, Recebeu mais 1.305 réis como pagamento da mesma obra. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1771 a 1772*, fl. 87v).

Manuel Velez Picão

Mestre alvaneu

1772, 14 de Setembro – Recebe em regime de aforamento da Santa Casa da Misericórdia de Borba duas moradas de casas totalmente arruinadas, uma courela de vinha e mais propriedades. Refere-se que a sua mulher chamava-se Maria Teresa (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 126, fls. 99v)

1773, 6 de Janeiro – Foi nomeado pela Câmara Municipal de Borba juiz dos pedreiros. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1766 - 1780, fl. 107v)

1773, 28 de Agosto – Aparece como membro da Mesa da Irmandade de São Bartolomeu numa escritura de aforamento de uma tapada de olival que esta instituição aforou a Francisco José Ribeiro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 127, fl. 37)

1773, 26 de Novembro de – Aparece como membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 148, fl. 150)

1774, 16 de Fevereiro – Aparece como testemunha da escritura de fiança que deu a Diogo Martins à renda do Campo. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 127, fl. 60v)

1774, Agosto – Recebeu 8.660 réis da Santa Casa da Misericórdia de Borba por ter fornecido a obra do novo Hospital de cantarias. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1774 a 1775*, fl. 44v)

1776, 6 de Maio – Testemunhou na compra que fez Francisco Miguel Cordeiro de uma courela de vinha devoluta, no sítio da Escadeira, no Outeiro do Espinheiro, a Maria Teresa da Rocha. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 128, fls. 93 a 94v)

1778, 25 de Março – Aparece como testemunha de um contrato de empréstimo de dinheiro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 129, fs. 122)

1780, 26 de Novembro – Aparece como testemunha numa procuração feita por João Rodrigues Picão, lavrador. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 130, fl. 33v)

1781, 5 de Janeiro – Vendeu duas casas na Rua da Arega a Manuel Lopes. Uma das casas estava em ruínas mas a outra estava “rectificada com suas talhas”. Provavelmente são as casas adquiridas em 1772. A sua mulher continua a ser Maria Teresa. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 130, fl. 45)

1781, Janeiro – Recebeu a quantia de 10.600 réis por ter feito as cantarias trabalhadas do corrimão da escadaria do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1780 a 1781*, fl. 91)

1781, Março – Recebeu 2.340 réis por ter feito uma janela em pedraria para a fachada do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1780 a 1781*, fl. 104)

1781, 26 de Agosto – Recebe em regime de aforamento umas casas com quintal com vinhas que eram propriedade dos Padres do Hospício de Nossa Senhora da Soledade. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 130, fl. 96v)

1788, 28 de Janeiro – Referido como tesoureiro da Irmandade de São Bartolomeu, recebe de seu sobrinho ou filho, Francisco Velez, clérigo in minoribus, juntamente com seus irmãos e irmãs uma doação da fazenda deste. Comparece como testemunha Manuel Carvalho e José de Sousa de Carvalho (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 210, fls. 49v a 50)

1791, 16 de Setembro – Fez uma doação juntamente com os seus irmãos e irmãs, a seu sobrinho Manuel Velez, clérigo in minoribus. Testemunhou José de Sousa de Carvalho. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 211, fl. 85v)

1791, 13 de Outubro – Comprou uma vinha a Manuel José Faleiro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 211, fl. 85v)

1792, 17 de Fevereiro – Comprou um olival ao Dr. Desembargador António Xavier Sameiro (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 211, fl. 107v a 108v)

1793, 11 de Junho – Contraiu um empréstimo a juros de 100.000 réis à Irmandade da Cruz de Cristo. José de Sousa de Carvalho fazia parte da mesa (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 212, fl. 35v)

1795, Dezembro a 1798, Abril – Estava encarregue de fazer a obra da Torre da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1795 a 1796*, fl. 49, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa*

da *Misericórdia de Borba do ano de 1796 a 1797*, fl. 50, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1797 a 1798*, fl. 65).

1797, 17 de Março – Contratou-se com a Irmandade do Senhor Jesus dos Quartéis da Vila de Moura, representada pelo seu procurador Carlos Cardoso Monis de Castelo Branco, em fazer a sua capela em pedra mármore. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 213, fls. 6v a 7)

1798, 25 de Maio – Comprou diversos bens a Manuel António Barradas, morador em Fronteira, entre os quais uma casa na Corredoura e um olival por de traz do Convento do Bosque, tudo por 150.000 réis (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 213, fls. 73v a 78)

1799, 29 de Novembro – Testemunhou na escritura de arrendamento da Quinta da Bo Vista de Dentro que fez Rita Panasca Quadrada a António dos Santos (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 213, fl. 133v)

1800, 3 de Agosto – Refere-se que está a fazer a torre do hospital da Santa Casa da Misericórdia. (Cf. SCMBRB, *Livro das Resoluções da Mesa*, 1791 – 1836, fl. 39v).

1803, 27 de Outubro – Comprou dois quarteirões de vinha a José Mansio da Silva. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 190, fls. 187 a 187v)

Miguel de Oliveira

Ourives na Cidade de Lisboa

1700/1701 – Recebeu 45.380 réis da prata, ouro e mão de obra que gastou na guarnição de um novo missal para a Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1700 para 1701*, fl. 102). Sobre este Miguel de Oliveira (Cf. IAN/TT, *Registo Geral de Testamentos*, Livro 111, fls. 109v a 113v cit. SIMÕES, João Miguel, *Arte e Sociedade na Lisboa de D. Pedro II*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Vol. II, p. 218.)

Miguel Pinheiro

Empreiteiro

1719/1720 – Recebeu em conjunto com o seu companheiro, Pedro Nunes, também empreiro, a quantia de 96.000 réis pela obra do novo Hospital da Santa Casa da Misericórdia de

Borba, sob projecto de João Fernandes Cordeiro. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1719 a 1720*, fl. 44)

1722/1723 – Recebeu a quantia de 7.200 réis por ter efectuado obras não especificadas para a Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1722 a 1723*, fl. 81)

1725, 4 de Julho – Recebeu a quantia de 371.750 réis, que seria a dividir com o seu companheiro, Pedro Nunes, pela obra executada entre 1724 e 1725 no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1724 a 1725*, fl. 62)

1725/1726 – Recebeu de resto de contas da obra do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba a quantia de 265.003 réis, a dividir com o seu companheiro Pedro Nunes. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1725 a 1726*, fl. 65).

1726/1727 – Recebeu de resto de contas da obra do Hospital a quantia de 91.939 réis, quantia que seria a dividir com o seu companheiro Pedro Nunes. Ambos se declararam inteiramente pagos da quantia de 1.136.202 réis que levaram pela dita obra. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1726 a 1727*, fl. 43).

1730/1731 – Recebeu a quantia de 58.800 réis por ter feito a obra de alvenaria na Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba para receber os retábulos. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1730 a 1731*, fl. 51v).

Paulo Rodrigues

Mestre de obras

1647, 29 de Abril – Assinou um contrato com a Irmandade das Almas da Igreja Matriz de Borba para fazer a capela desta instituição nesta igreja. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 7, fls. 54v a 55v)

Pedro Francisco

Ferreiro, morador em Lisboa

1695, 12 de Julho – Assina um recibo no valor de 14.860 réis para ferragens para as portas da Igreja e Consistório da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf.

SCMBRB, *Livro da Receita e da Despesa da Santa casa da Misericórdia de Borba do ano de 1694 a 1695*, Recibos apensos).

Pedro Martins

Alvane

1694/1695 – Trabalhou na obra do Hospital da Santa Casa (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1694 para 1695*, fl. 98v).

Pedro Nunes

Alvane/ empreiteiro

1719/1720 – Recebeu em conjunto com o seu companheiro, Miguel Pinheiro, também empreiteiro, a quantia de 96.000 réis pela obra do novo Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba, sob projecto de João Fernandes Cordeiro. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1719 a 1720*, fl. 44)

1721/1722 – Recebeu, juntamente com o seu companheiro 153.600 réis pela obras do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba que corriam sob a sua direcção. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1721 a 1722*, fl. 45).

1722/1723 – Recebeu 76.800 réis pela obra do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1722 a 1723*, fls. 81, 83 e 84)

1723/1724 – Recebeu neste ano 760 réis por dois dias de trabalho na reparação da sacristia da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba, com um servente. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1723 a 1724*, fl. 59).

1724, 12 de Março de – Arrendou umas vinhas à Irmandade de São Bartolomeu. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 89, fls. 40 a 41).

1725, 4 de Julho – Recebeu a quantia de 371.750 réis, que seria a dividir com o seu companheiro, Miguel Pinheiro, pela obra executada entre 1724 e 1725 no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1724 a 1725*, fl. 62)

1726, 23 de Março – Comprou uma morada de casas ao Padre António Grassia. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 96, fls. 31 a 32v).

1725/1726 – Recebeu de resto de contas da obra do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba a quantia de 265.003 réis, a dividir com o seu companheiro Miguel Pinheiro. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1725 a 1726*, fl. 65).

1726/1727 – Recebeu de resto de contas da obra do Hospital a quantia de 91.939 réis, quantia que seria a dividir com o seu companheiro Miguel Pinheiro. Ambos se declararam inteiramente pagos da quantia de 1.136.202 réis que levaram pela dita obra. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1726 a 1727*, fl. 43).

1728, 12 de Junho – Celebrou um contrato de obra, juntamente com o seu companheiro André Domingues, para se remodelar o interior da Igreja de Santiago de Rio de Moinhos. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 104, fl. 88v a 90).

1733, 18 de Junho – Celebrou um contrato de obra, juntamente com o seu filho Domingos Nunes e com o companheiro Fernando Pereira, com as freiras do Convento das Servas para rebocar e cair os alçados Sul e Oeste do Convento. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 108, fl. 96 a 97).

Poríbio José Paíno

Mestre de alvenaria

1817, 5 de Junho – Disputou a obra dos estuques da torre da Igreja de São Bartolomeu com Bernardino Caripa, João Duro, Manuel Lourenço e Joaquim Babão, tendo perdido para este último a adjudicação da obra. (Cf. PRQBRB, *Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1762 - 1824, fl. 150v).

Sebastião Franco Paíno

Canteiro

1764, 17 de Março de – Comprou uma vinha a António Lourenço Cardeira. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 149, fls. 130v a 134)

1766, Janeiro – Recebeu a quantia de 6.400 réis por ter feito o lavatório em mármore da botica do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1765 a 1766*, fl. 22v).

- 1766, Fevereiro – Recebeu a quantia de 6.880 réis de resto de pagamento por ter feito o referido lavatório. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1765 a 1766*, fl. 24v).
- 1768, 30 de Dezembro – Recebe em aforamento um olival no sítio do Meio Mundo, chamado o da Cova, com obrigação de pagar 1.050 réis por ano à irmandade. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 175, fl. 119)
- 1769, 30 de Julho de – Aparece como testemunha numa escritura de empréstimo de dinheiro a juros. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 151, fl. 10v)
- 1769, 9 de Agosto – Aforamento por D. Maria Remoalda de Morais Cabral de uma morada de casas na Rua de Mateus Pais que fazem esquina com a Rua Nova. Este profissional teria de fazer todas as obras necessárias à manutenção da casa e pagar por ano 10.000 réis. Refere-se que Sebastião Franco Painho já tinha mulher e filhos. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 176, fl. 52v a 54)
- 1772, 16 de Janeiro – Testemunhou, juntamente com Francisco Miguel Painho, a compra de uma azenha e tomada de posse de outra que Francisco Miguel Cordeiro fez a seu tio Francisco Maria Cordeiro. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 153, fls. 41 a 44v)
- 1772, 30 de Maio – Assina a rogo de uma das partes uma escritura de partilhas. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 153, fls. truncado)
- 1772, 14 de Junho – Comprou por 21.000 réis um foro de 1.050 réis anuais que vendeu a Irmandade da Cruz de Cristo. José de Sousa de Carvalho servia na Mesa e assinou o contrato. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 178, fl. 53)
- 1774, 14 de Agosto – Aforou uma vinha, no sítio dos Carvalhais, a António Martins Feleiro por 400 réis por ano. Testemunhou Francisco Miguel Cordeiro (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 180, fls. 37v a 40)
- 1775, Outubro – Recebeu 1.200 réis por ter feito umas bicas de pedra para o Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1775 a 1776*, fl. 49v)
- 1776, 14 de Junho – aparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo numa escritura de empréstimo de dinheiro a juros entre esta instituição e Manuel

- António de Aguiar (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 205, fl. 109v)
- 1779, 4 de Outubro de – Efectuou um contrato com João Martins Faleiro em como se comprometia a receber um filho deste, por nome José Martins, como aprendiz da sua oficina de escultura. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 129, fl. 248v a 249).
- 1780, 21 de Agosto – Aparece numa escritura como membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 130, fl. 21v).
- 1781, 13 de Abril – Comprou umas propriedades. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 184, fls. 58)
- 1781 – É referido numa escritura notarial. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 184, fl. 100)
- 1782, 25 de Março – Comprou uma courela de vinha no sítio da Boavista a João da Silveira Vila Lobos, por 30.000 réis. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 130, fl. 144).
- 1782, 23 de Setembro – Aparece como membro da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 131, fls. 22v a 23).
- 1783, 7 de Março – Aparece como membro da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 131, fl. 58).
- 1785, 26 de Fevereiro – Testemunhou na escritura de compra de dois serrados que fez Marcos José a João da Silva Rexa (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 214, fl. 37).
- 1786, 11 de Março – Vendeu uma vinha a Sebastião José da Silva. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 209, fls. 133v a 134)
- 1786, 21 de Março – Aforou umas casas a Dona Maria Remoalda de Morais Cabral (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 214, fls. 134 a 135)
- 1787, 2 de Janeiro – Recebeu da Irmandade da Cruz de Cristo uma escritura de quitação do dinheiro que havia pedido emprestado a juros. Fazia parte da Mês da Irmandade o pintor José de Sousa de Carvalho. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 186, fl. 159).
- 1789, 25 de Setembro – Comprou dois olivais ao Alferes José António Rosa. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 216, fls. 63 a 64)

- 1792, 26 de Novembro – Comprou um olival a D. Teresa Angélica de Brito, viuva do Dr. João Lopes Pinto de Palma. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 217, fls. 116v a 117v)
- 1794, 8 de Junho – Testemunhou na escritura de dote que fez Vicente Francisco Canhão e sua mulher Ana Bernarda a seu filho José Maurício António Cordeiro, clérigo. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fl. 117)
- 1795, 9 de Janeiro – Testemunhou na escritura de compra de um olival que fez Manuel de Almeida do termo de Vila Viçosa a Manuel Martins de Oliveira, morador em Borba. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 212, fl. 115v)
- 1795, 21 de Janeiro – Contraíu um empréstimo de 50.000 réis a juros junto da Irmandade da Cruz e Cristo. Faziam parte da Mesa José de Sousa de Carvalho e António Franco Paíno. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 218, fls. 148 a 149)
- 1797, 24 de Outubro – Vendeu um olival ao Desembargador José Inácio da Silveira Leal. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 189, fls. 2v a 3)
- 1797, 31 de Outubro – Pagou os 150.000 réis que devia a Sebastião de Oliveira. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 213, fls. 37v a 38)
- 1798, 12 de Outubro – Comparece como membro da Mesa da Irmandade da Cruz de Cristo. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 220, fl. 46v)
- 1798, 14 de Outubro – Juntamente com o pintor Manuel Carvalho, comparece como Membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 213, fl.48v)
- 1798, 15 de Outubro – Recebe a juros a quantia de 50.000 réis emprestados pela Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 189, fls. 79 a 80)
- 1798, 23 de Novembro – Devolve os 32.000 réis que devia aos Bens dos Enjeitados, administrados pela Câmara Municipal de Borba. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 220, fls.59v a 60)
- 1799, 29 de Janeiro – Compareceu como membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 213, fl. 106)
- 1799, 23 de Fevereiro – Compareceu como membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 213, fl. 106v)

1804, 31 de Julho – Recebeu a juros a quantia de 100.000 réis emprestados pela Irmandade da Cruz de Cristo. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 191, fls. 21 a 21v)

1817, 23 de Maio – Fez testamento onde nomeou por universal herdeira a sua filha. Como testamenteiro, nomeou o seu genro José Cordeiro. (Cf. ADE, ACBRB/A/01/Cx 99/ Pç 1426)

1817, 28 de Maio – Faleceu. (Cf. ADE, ACBRB/A/01/Cx 99/ Pç 1426).

Sebastião Pedreiro

Pedreiro

1729, 19 de Agosto de – Recebeu 8.000 réis da Câmara Municipal de Borba por ter efectuada a abóbada da “Porta da Trincheira”, elemento hoje de difícil identificação e localização. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1727 - 1731, fl. 48v)

Semião Pereira

Pedreiro

1760/1761 – Em conjunto com o seu companheiro Alexandre Francisco, fez um conjunto de nove cachorros de pedra para sustentar a tribuna lateral dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Borba, tendo ambos recebido 13.740 réis. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1760 a 1761*, fl. 107v).

1762/1763 – Recebeu 140 réis por ter trabalhado em pequenas obras na Santa Casa da Misericórdia. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1762 a 1763*, fl. 56).

Tomé Nunes

Pedreiro

1694/1695 – O seu filho, apelidado na documentação como “o Bicho”, trabalhou na obra do Hospital da Santa Casa (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1694 para 1695*, fl. 99).

1703, 2 de Abril de – Vendeu uma morada de casas a João da Silveira Vila Lobos. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 55, fl. 22v)

Tomé da Silva

Ferreiro, morador em Lisboa

1695, 12 de Julho – Assina um recibo no valor de 60.100 réis para ferragens para as portas da Igreja e Consistório da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro da Receita e da Despesa da Santa casa da Misericórdia de Borba do ano de 1694 a 1695*, Recibos apensos).

Vaz Reis

Pedreiro

1670, – Dá um foral a um olival, documento em péssimo estado de conservação. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 19, I Parte, fl.truncado)

Vicente Leitão

Engenheiro militar

1704, 29 de Março – É nomeado pela Câmara Municipal como “Visttor e asistentte da fortificassão” de Borba. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1703 - 1707, fl. 56)

Vicente Lopes

Alvineo

1743/1744 – Recebeu a quantia de 5.350 réis por ter reparado os telhados do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Borba. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1743 a 1744*, fl. 69).

1749, 29 de Dezembro – Comprou três quarteirões de vinha bacelo a Paulo Manuel Nogueira Biscardo. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 114, fls. 115)

1751/1752 – Recebeu neste ano a quantia de 400 réis para reparar a Capela de Nossa Senhora da Conceição do lado de fora. (Cf. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu*, 1749 - 1761, fl. 31).

1753, 25 de Agosto – Contratou-se com a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo para fazer o duplo consistório da Igreja de São Bartolomeu de Borba. (Cf. ADE, *Cartórios Notariais de Borba*, Livro 144, fls. 65 a 69v)

- 1756, 6 de Outubro – Foi escolhido pela Câmara Municipal para avaliar a obra de calcetamento das Ruas de Évora e Noutel para se fazer o pagamento aos calceteiros. (Cf. ACMBRB, *Livro de Actas de Vereação*, 1752 - 1766, fl. 121v)
- 1757/1758 – Recebeu 3.600 réis de uma reparação que fez no arco triunfal da igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba e na porta do Cemitério do Castelo. De igual forma, recebeu a quantia de 4.580 réis por ter reparado os telhados das casas dos peregrinos. (Cf. SCMBRB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do ano de 1757 a 1758*, fl. 41)

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES IMPRESSAS

CARDOSO, Padre Luís, *Dicionário Geográfico*, t. II, Lisboa, Na Officina Sylviana e da Academia Real, 1751.

COSTA, Padre A. Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, Vol. II, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1708.

ERICEIRA, Conde da, *História do Portugal Restaurado*, Vol. III, s.l., Livraria Civilização Editora, s.d., p. 406.

LEÃO, Duarte Nunes de, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, 1610.

SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Santuário Mariano*, tomo IV, Lisboa, Na Officina de António Pedrozo Galram, 1718.

SYLVA, Rodrigo Mendes, *Poblacion General de Espanha: sus trofeos, blasones y conquistas heroycas*, Madrid, Roque Rico de Miranda, 1675.

VORAGINE, Santiago de la, *La Leyenda Dorada*, 9ª Ed., Vol. II, Madrid, Alianza Editorial, 1997.

FONTES MANUSCRITAS

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (IAN/TT)

Chancelaria da Ordem de Avis,

Núcleo procedente da Repartição de Finanças de Portalegre.

Carta de Capelânia de São Bartolomeu a frei Manuel Freire pela destituição de Frei Luís, Livro 3, fl. 21 a 21v.

Alvará de confirmação da instituição da Confraria de São Bento, erecta na Matriz de Borba, 12 de Maio de 1569, Livro 3, fl. 210.

Alvará a Brites Silveira e seus herdeiros para terem sepultura na capela mor da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 4 de Dezembro de 1572, Livro 4, fl. 108.

Providência a Fernando Lourenço para ter sepultura para ele e seus herdeiros na capela mor da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 7 de Maio de 1573, Livro 4, fl. 138v.

Alvará para o Deão e Cabido da Sé de Évora criarem a Freguesia Nova na ermida de São Bartolomeu de Borba, 6 de Março de 1609, Livro 10, fl. 231 a 231v

Provisão para que o Recebedor do depósito das obras da Igreja de São Bartolomeu dê o dinheiro necessário para certos concertos na dita igreja, 20 de Agosto de 1610, Livro 10, fl. 293 a 293v.

Provisão para o Comendador e rendeiros da comenda desta vila darem a cera anualmente para as missas da Igreja de São Bartolomeu da mesma vila, 26 de Novembro de 1610, Livro 10, fl. 305v.

Provisão à fábrica nova da Igreja de São Bartolomeu da dita vila para o comendador e rendeiros da mesma lhe pagar três mil réis anualmente, 17 de Dezembro de 1610, fl.305v.

Provisão à Confraria de São Jacinto da dita vila para erigirem um altar ao dito santo com o seu nicho na Igreja de São Bartolomeu da vila de Borba, 9 de Novembro de 1611, Livro 10, fl. 330v

Provisão à Confraria do Santíssimo de São Bartolomeu para que a procissão da Ressurreição da Matriz desta vila se faça até às oito horas para dar lugar a fazer-se a da sobredita confraria, 8 de Abril de 1620, Livro 11, fl. 251.

Provisão de Ermitão da ermida de São Sebastião de Borba a Tomé Gonçalves, 8 de Outubro de 1629, Livro 12, fl. 180.

Provisão à Confraria de Santo António da dita vila para nela se edificarem uma ermida ao dito santo, 2525 de Fevereiro de 1630, Livro 12, fl. 187v.

Provisão de Confirmação de Compromisso à Confraria do Santíssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora do Soveral de Borba, 26 de Março de 1632, Livro 12, fl. 221.

Provisão à Confraria do Santíssimo Sacramento da Matriz de Nossa Senhora do Soveral da dita vila para preferir às outras irmandades nas procissões, 11 de Junho de 1633, Livro 12, fl. 239.

Provisão à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu da dita vila para fazer uma capela de Nossa Senhora da Conceição na dita Igreja, 13 de Agosto de 1644, Livro 14, fl. 176v.

Provisão para na Igreja Matriz de Borba se instituir a Irmandade das Almas, 12 de Março de 1645, Livro 14, 197v.

Alvará para os mordomos da confraria das Amas edificarem a sua capela na Igreja Matriz de Borba, 4 de Abril de 1645, Livro 14, 202 a 202v.

Provisão a Manuel Galvão e outro para instituírem a Confraria e Irmandade de São João Baptista na Igreja de Santo António de Borba, 6 de Fevereiro de 1645, Livro 14, fl. 205.

Provisão à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz da dita vila para servirem de uma casa junto à Capela mor para ornamento, concertando-a à custa da dita Irmandade, 10 de Setembro de 1647, Livro 14, fl. 298.

Provisão para os moradores de Borba fazerem uma capela na Igreja Matriz com a invocação do Anjo da Guarda, 6 de Maio de 1649, Livro 14, fl. 363.

Carta de apresentação do priorado da Igreja de Nossa Senhora do Soberal, matriz de Borba ao Licenciado Gonçalo Franco Leitão, 7 de Setembro de 1655, Livro 14, fl. 577v.

Provisão de Fabriqueiro da Matriz de Borba a João Silvério, 6 de Maio de 1685, Livro 17, fl. 404.

Provisão de Fabriqueiro da Fábrica Grossa da Igreja Matriz de Borba a Brás Mendes Belo, 6 de Agosto de 1753, Livro 28, fl. 254v

Provisão de Fabriqueiro da fábrica grossa da Igreja Matriz de Borba a Luís Fernandes Curvo, 12 de Setembro de 1735, Livro 28, fl. 405.

Provisão de Fabriqueiro da Matriz de Borba a Manuel Ramalho, 18 de Fevereiro de 1741, Livro 31, fl. 328.

Chancelarias Régias

Carta de Foral a seus moradores para ser concelho independente, Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 20.

Carta de Feira, Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 97.

Doação de Borba a D. Vasco Coutinho, Chancelaria de D. João II, Livro 1, fl. 59.

Doação dos direitos reais da Judiaria de Borba a Gomes de Figueiredo, Chancelaria de D. João II, Livro 6, fl. 10v.

Carta porque pertence Borba à Ordem de Avis, Leitura Nova, Livro 1 de Mestrados, fl. 204v e 205.

Carta de Feira, Leitura Nova, Livro 5 de Odiana, fl. 231.

Doação de casas de Borba a Gil Ayres, Leitura Nova, Livro 6 de Odiana, fls. 121v a 122.

Doação de casas de Borba a Martinho Afonso de Melo, Leitura Nova, Livro 6 de Odiana, fls. 133 a 133v.

Foral Manuelino de Borba, Leitura Nova, Forais Novos, Tejo e Odiana, fls. 21v a 22.

Doação de Borba ao Duque de Bragança, Chancelaria de D. João III, Livro 38, fl. 97v.

Desembargo do Paço - Alentejo

Requerimento da Câmara de Borba sobre importação de trigo, Maço 136, N.º 116.

Dicionário geográfico – Memórias Paroquiais

Memórias Paroquiais da Freguesia da Matriz de Borba, Volume 7, Memória N.º 38, pp. 989 a 1000.

Memórias Paroquiais da Freguesia de São Bartolomeu de Borba, Volume 7, memória N.º 38, pp. 1001 e 1002.

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças

Caixa 1933 – Convento de Nossa Senhora das Servas de Borba

Biblioteca Nacional de Lisboa / Secção de Reservados (BNL)

Carta de Francisco Leonardo a Sebastião José de Carvalho e Melo, Borba, 24 de Maio de 1724, Colecção Pombalina.

GALVÃO, Francisco, *Portugueses insignes, confrarias e capelas no Arcebispado de Évora*, Mss. 29, n.º 47/13.

SARDINHA, Francisco Morais, *Do Famoso e Antiquíssimo Parnaso*, Códice 107

Visitação à Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1560, Códice 10.845.

Arquivo da Direcção-Geral do Património (ADGP)

Concelho de Borba

Freguesia Matriz

Arrolamento de 6 de Junho de 1911

Auto de entrega de 11 de Agosto de 1944

Freguesia de São Bartolomeu

Arrolamento de 6 de Agosto de 1911

Auto de entrega de 31 de Outubro de 1928

Biblioteca Pública de Évora (BPE)

Visita do Arcebispo de Évora no ano de 1534, cod CXXIII / 1-1

Livro das avaliações dos rendimentos eclesiásticos do Arcebispado de Évora, 1565, cod. CXI / 1-4

Lembranças do Vigário de Borba, Aleixo Martins, para o sínodo, 1587, cod. CIX / 2-8, peça n.º 6.

Sentença sobre Frei Gil Pousadas, prior de Borba, cod. CIX/ 2-8, peça n.º 115.

Carta do Senado da Câmara de Borba a El Rei solicitando a restauração da Freguesia de São Bartolomeu, 19 de Julho de 1597, cod. CIX/ 2-8, peça n.º 84.

Papeis do Arcebispo D. Alexandre, cod. CIX / 2-9, peça n.º 3.

Descrição do Arcebispado de Évora de 1694 feita pelo Arcebispo de Évora Dom Diogo de Sousa, 1694 in CASTRO, Padre João Bautista de, Pecúlio 8º, cod. CXII / 2-8.

Carta da Mesa da Consciência e Ordens ao Arcebispo de Évora sobre a sua intromissão nas Igrejas do Padroado da Ordem de São Bento de Avis, 12 de Setembro de 1752, cod. CIX / 2-10, pasta 9.

Núcleo proveniente do Convento das Servas de Borba

Livro 7 – Livro de receita e despesa do ano de 1643 para 1644.

Arquivo Distrital de Évora (ADE)

Cartórios Notariais de Borba

Contrato entre Paulo Rodrigues, pedreiro de alvenaria, e os mordomos da Irmandade das Almas da Igreja Matriz de Borba, para se fazer nessa igreja a capela das Almas, 29 de Abril de 1647, Livro 7, fls. 54v a 55v

Contrato de arrendamento da Herdade do Poço do Barbo que arrendam os irmãos da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, 15 de Outubro de 1666, Livro 13, fls. 80 a 81v.

Procuração que fez Manuel da Silva, pintor, morador na Rua dos Clérigos e sua mulher Maria Rodrigues, 3 de Outubro de 1675, Livro 23, fls. 70.

Contrato entre a Madre Abadessa e mais religiosas do Convento das Servas e soror Violante, noviça do mesmo convento sobre a renúncia dos seus bens para o dito Convento, referindo-se que esta noviça mandou fazer a grade que separava a capela-mor da nave, 4 de Novembro de 1676, Livro 25, fls. 54v a 61v.

Contrato de obra entre o ministro e secretário da Venerável Ordem Terceira e os mestres pedreiros Manuel Cordeiro, o Velho, e seus dois filhos António Cordeiro e Manuel Cordeiro, o Moço, para fornecerem a obra da igreja e consistório da Irmandade de todas as pedrarias trabalhadas, 27 de Abril de 1677, Livro 25, fls. 123v a 125.

Contrato de obra entre Lázaro Moniz e Soror Margarida de Jesus do Convento das Servas, para este lhe construir uma habitação independente no próprio convento, 23 de Novembro de 1677, Livro 24, fls. 4v a 5v.

Contrato de empréstimo de dinheiro a juros entre a Irmandade da Cruz de Cristo e António Marçal, 18 de Janeiro de 1678, Livro 26, fls. 77v a 79v.

- Contrato de obra entre a Venerável Ordem Terceira e o mestre de Vila Viçosa, Domingos Nunes, com vista a se acabar a igreja desta irmandade. 14 de Outubro de 1679, Livro 28, I Parte, fls. 43v a 44v.
- Contrato sem efeito de arrendamento da Herdade do Azinhal que arrendam o Reitor e Escrivão da Irmandade de São Pedro, 6 de Setembro de 1681, Livro 16, fls. 89v a 90.
- Contrato de obra entre a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu e João Rodrigues Texugo, escultor da vila de Estremoz, para se fazer os portais em mármore da dita igreja, 18 de Dezembro de 1683, Livro 31, I Parte, fls. 101v a 103v.
- Contrato de obra entre a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba e João Rodrigues Texugo, escultor de Estremoz, para este fazer dezanove leões de mármore para sustentar os quadros da nave da dita igreja, 25 de Fevereiro de 1684, Livro 31, I Parte, fls. 113 a 114.
- Contrato de obra entre a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu e o ourives de Vila Viçosa, Álvaro Machado, para fazer quatro castiçais de prata, 3 de Junho de 1685, Livro 32, I Parte, fls. 7v a 9.
- Contrato de obra entre Pedro Mexia Souto, cavaleiro da Ordem de Cristo, morador em Elvas e Manuel Rodrigues Mourão, alvane, morador em Borba, para este lhe fazer no Convento das Servas de Borba uma habitação para as suas cinco filhas, 3 de Agosto de 1685, Livro 34, fls. 33v a 35.
- Contrato de venda de um terço do consistório comum da Igreja Matriz de Borba que venda a Irmandade das Almas à Irmandade do Anjo da Guarda, 22 de Abril de 1690, Livro 40, fls. 140v a 143.
- Contrato de obra entre a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz e Domingos de Oliveira e Manuel de Mures, entalhadores activos em Vila Viçosa, para se fazer o sepulcro da Páscoa de 1696, 31 de Maio de 1695, Livro 39, fls. 21 a 22.
- Contrato de obra entre a Irmandade do Anjo Custódio de Portugal e o entalhador de Vila Viçosa, Baltazar Fernandes, para efeito de lhe fazer um retábulo para esta capela, 8 de Outubro de 1695, Livro 39, fls. 67v a 68v.
- Contrato de obra feito entre Francisco Barradas e Manuel Martins Silvério, alvane, para este fazer uma residência independente no Convento das Servas de Borba, 16 de Maio de 1699, Livro 51, fls. 92v a 94.
- Testamento com que faleceu o Padre Doutor João Gomes Pinto, Chantre da Sé de Coimbra, fundador do Colégio de Nossa Senhora da Soledade, 1703, Livro 69, fls. 95 a 97v.

- Aforamento do serrado e casas do juiz e mordomos da Confraria do Mártir São Sebastião a António Fernandes Guillote, 16 de Janeiro de 1717, Livro 62, II Parte, fls. 158v a 160v.
- Contrato de obra, sem efeito, entre André Cordeiro e a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba para se proceder à reforma das sepulturas da capela-mor, 28 de Maio de 1729, Livro 105, fls. 98 a 98v.
- Contrato de obra entre André Cordeiro, oficial de pedreiro e Manuel Fernandes Pazes e Manuel Lourenço Pintado para fazerem a obra das Cavalariças Reais, 10 de Junho de 1730, Livro 134, fls. 101v a 103.
- Contrato de obra entre a Santa Casa da Misericórdia de Borba e o entalhador Manuel de Mures para este fazer para a igreja daquela instituição o retábulo da capela-mor, a tribuna lateral e dois altares laterais por preço de 240.000 réis, 21 de Julho de 1731, Livro 107, fls. 64v a 65.
- Contrato de obra entre Manuel Nunes da Silva e a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu para se fazer o retábulo da capela mor da igreja pelo preço de 960.000 réis, 10 de Setembro de 1731, Livro 135, fls. 123 a 125v
- Contrato de obra entre as freiras do Convento das Servas de Borba e o pintor António dos Santos, morador em Vila Viçosa, para se fazer a obra da pintura do tecto da igreja., 1 de Setembro de 1732, Livro 100, fls. 35v a 37v.
- Contrato de obra entre as freiras do Convento das Servas e os mestres pedreiros Pedro Nunes, Domingos Nunes e Fernando Pereira para se cair e rebocar os alçados Sul e Oeste do Convento, 18 de Junho de 1733, Livro 108, fls. 96 a 97.
- Escritura de empréstimo de 100.000 réis que emprestou o Colégio de Nossa Senhora da Soledade à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 3 de Junho de 1740, Livro 155, fls. 128 a 130.
- Escritura de empréstimo de 300.000 réis que emprestou Leonardo Guimoar de Mourão à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 18 de Julho de 1740, Livro 156, fls. 10v a 13v.
- Escritura de empréstimo de 480.000 réis que deu Diogo Cortes Paím à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 2 de Agosto de 1740, Livro 156, fls. 18v a 21.
- Escritura de ajuste de Capela que fazem o Reverendo Padre Frei João Rodrigues Feroso, freire professo da Ordem de Avis, prior da Paroquial Igreja de São Bartolomeu de Borba e os seus irmãos com os religiosos do Colégio de Nossa Senhora da Soledade, 11 de Setembro de 1747, Livro 161, fls. 13v a 15v.

- Escritura de empréstimo de 1.600.000 réis que dão o Reverendo Padre Bernardo de Gois, Maria de Gois, Isabel Inácia de Gois e Joana Micaela à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 18 de Setembro de 1749, Livro 162, fls. 97 a 100.
- Escritura de distrato entre a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu e Diogo Cortes Paím, Mário Soares da Costa e as Religiosas do Convento das Chagas de Vila Viçosa, 18 de Setembro de 1749, Livro 162, fl. 100v.
- Escritura de doação dos bens da capela de Fernando Vaz Cepa à Irmandade das Almas, feita pela administradora da capela e sua viúva, D. Joana Maria de Azevedo e Mourão, 14 de Novembro de 1749, Livro 114, fls. 96v a 98v.
- Escritura de correcção da taxa de juro entre a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu o Padre Bernardo de Gois, sua irmã e sobrinhas, 29 de Outubro de 1752, Livro 164, II Parte, fl. 29.
- Contrato entre a Irmandade de São Pedro e a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo para esta última construir um duplo consistório para ambas as irmandades, 3 de Julho de 1753, Livro 117, fls. 38v a 40.
- Contrato de obra entre a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo e o mestre de obras Vicente Lopes para se construir um duplo consistório na Igreja de São Bartolomeu, 25 de Agosto de 1753, Livro 144, fls. 65 a 69v.
- Procuração dos Vereadores, procuradores do concelho e mesteirais da vila de Borba ao Doutor Bernardo Nunes Nogar, morador na Cidade de Lisboa, para este em representação da Câmara se opor a uma provisão que os habitantes de Estremoz pretendem alcançar para proibir a entrada do vinho de Borba naquele concelho, 9 de Julho de 1756, Livro 166, fls. 36 a 37.
- Escritura de obrigação de bens que faz D. Isabel Franca da Silva à conservação e segurança da capela do Passo da Praça da vila de Borba, viuva que ficou do Capitão António Duarte Franco, 30 de Outubro de 1761, Livro 121, fls. 59 a 59v.
- Escritura de distrato dos 1.600.000 réis que a Irmandade do Santíssimo Sacramento havia pedido emprestado a juros ao Padre Bernardo de Gois, irmã e sobrinhas, 23 de Janeiro de 1763, Livro 171, fls. 157v a 158v.
- Escritura de empréstimo de 800.000 réis que deu João Pedro de Sousa Carvalho e Melo à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 23 de Janeiro de 1763, Livro 171, fls. 158v a 161v.

Escritura de juro de 50.000 réis que dá o Reverendo Padre Mestre João Lopes Palmeiro como administrador da Capela de São Francisco Xavier de Borba, cuja imagem se venera na Ermida de Santo António, a Manuel Falardo e a Diogo Cordeiro, 3 de Março de 1766, Livro 123, fl. 44v.

Escritura de juro de 41.868 réis que toma José Gonçalves da Conceição, livreiro, do ausente Tomás Paulo pela pessoa de seu procurador, o Doutor António José Galvão, para pagar a Manuel de Gois Soveral as casas que lhe comprou na Rua de Neutel, 28 de Fevereiro de 1767, Livro 175, fls. 39 a 40.

Contrato entre a Câmara Municipal de Borba e D. Maria Vitória e Morais Moniz de Melo (sem efeito), 24 de Julho de 1779, livro 184, fls. 91v a 95

Escritura de licença que dão os Senadores da Câmara Municipal de Borba a Francisco Rosado e a sua mulher Eugénia Bernarda para poderem ser sepultados na Igreja de São Sebastião e lhe porem campa fora da Capela Mor, 18 de Dezembro de 1782, livro 208, fls. 71 a 71v.

Contrato entre a Câmara Municipal de Borba e José Gomes para se plantar os plátanos na Praça Nova, 17 de Junho de 1785, livro 186, fl. 76.

Escritura de empréstimo de 100.000 réis a juros entre o Reverendo Padre Vigário Francisco Franco, administrador da fábrica da Capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Igreja Matriz de Borba e Leonarda Joaquina, viuva de Simão Nunes Roza, 16 de Novembro de 1787, Livro 215, fls. 97 a 98.

Escritura de distrato de dinheiro a juros entre a Irmandade das Almas da Igreja Matriz de Borba e Joaquim Fortes, sendo testemunhas o escultor Angélico Velez e o carpinteiro Joaquim Rebelo, 7 de Novembro de 1790, Livro 211, fl. 57.

Escritura de empréstimo de dinheiro a juros entre a Irmandade das Almas da Igreja Matriz de Borba e Domingos Fernandes, sendo testemunhas o escultor Angélico Velez e o carpinteiro Joaquim Rebelo, 10 de Novembro de 1790, Livro 211, fl. 58.

Contrato entre as Recolhidas do Recolhimento de Nossa Senhora das Dôres e João de Matos Maio e Sousa Machado, proprietário do Lagar das Cancelas, para este fazer um aqueducto subterrâneo rente à fachada do Recolhimento que levasse a água da Fonte do Terreiro das Servas para o Recolhimento e para o seu lagar, 10 de Novembro de 1790, Livro 216, fls. 130 a 131.

Escritura de compra de terreno para a sepultura na igreja do Colégio de São Paulo da vila de Borba que faz pela quantia de 50.000 réis o Reverendo Frei Inácio António da Silveira, como administrador dos bens vinculados de seu primo, o Desembargador José Inácio da

Silveira Leal ao Reverendo Padre Vigário do mesmo colégio, Frei Manuel de Santa Ana, 9 de Outubro de 1800, Livro 190, fls. 7v a 8v.

Cartórios Notariais de Vila Viçosa

Contrato de obras entre António de Freitas, Vedor Geral de Artilharia da Província do Alentejo, e o mestre pedreiro António Rodrigues, para este fazer em torno da vila de Borba uma muralha abaluartada segundo o projecto de Nicolau de Langes, 25 de Agosto de 1651, Livro 118, fls. 148 a 149.

Fundo Proveniente do Arquivo da Câmara Municipal de Borba

Testamento de Fernando Vaz Cepa, 11 de Outubro de 1698, cota: ACBRB/A/04/ Cx 118, pç 102.

Testamento do capitão reformado António Duarte Franco, 7 de Setembro de 1756, cota: ACBRB/A/01/Cx 92/pç 752.

Testamento de Francisco Rosado, 13 de Maio de 1779, cota ACBRB/A/02/Cx 103/pç 8.

Testamento de Manuel Valadares de Castelo Branco, 31 de Agosto de 1807, cota: ACBRB/A/01/ Cx 96/ pç 1117.

Requerimento que fazem os misteres da vila de Borba para que a Câmara passe provisão para se utilizar a água da Fonte dos Finados, cota: AHMBRM/C/E/01/ Cx 04/, pç 12.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Borba (ACMBRB)

Livro de Registo de Actas de Vereação de 1664.

Livro de Registo de Actas de Vereação de 1665

Livro de Registo de Actas de Vereação de 1694-1695.

Livro de Registo de Actas de Vereação de 1703-1704.

Livro de Registo de Actas de Vereação de 1703-1707.

Livro de Registo de Actas de Vereação de 1706-1709.

Livro de Registo de Actas de Vereação de 1709-1713.

Livro de Registo de Actas de Vereação de 1721-1725.

Livro de Registo de Actas de Vereação de 1731-1739.

Livro de Registo de Actas de Vereação de 1739-1745.

Livro de Registo de Actas de Vereação de 1745-1748.

Livro de Registo de Actas de Vereação de 1752-1766.

Livro de Registo de Actas de Vereação de 1766-1780.

Livro de Registo de Actas de Vereação de 1780-1797.

Livro de Registo de Actas de Vereação de 1797 - 1817.

Livro dos Bens do Concelho, 1766.

Obras, Caixa 5.

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Borba (SCMBRB)

Livro das Resoluções da Mesa 1728 a 1779

Livro das Resoluções da Mesa 1791 a 1836

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1681 para 1682.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1684 para 1685.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1694 para 1695.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1699 para 1700.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1710 para 1711.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1718 para 1719.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1719 para 1720.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1722 para 1723.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1724 para 1725.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1727 para 1728.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1730 para 1731.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1731 para 1732.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1732 para 1733.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1743 para 1744.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1744 para 1745.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1746 para 1747.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1752 para 1753.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1760 para 1761.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1769 para 1770

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1771 para 1772

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1774 para 1775

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1775 para 1776

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1776 para 1777

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1777 para 1778

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1780 para 1781

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1781 para 1782.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1783 para 1784.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1784 para 1785.

Livro de Receita e Despesa dos ano de 1794 para 1795.

Arquivo Histórico das Paróquias de Borba (PRQBRB)

Núcleo proveniente da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Borba

Livro das Vizitas da Igreja Matriz de Borba 1751 – 1770.

Livro para os termos de posse dos Piores e Beneficiados da Matriz de Borba, 1758.

Fragmento de Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Borba, 1778-1845.

Livro de Receita e Despesa da Fábrica Miuda da Igreja Matriz da vila de Borba, 1757-1835.

Testamento de Bárbara de França, 7 de Outubro de 1620.

Livro das Eleições da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu.

Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 1725-1736.

Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 1725-1762.

Livro de Actas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu, 1762-1824.

Núcleo proveniente da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba

Fragmento de Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1693-1696.

Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1669.

Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1671.

Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1673.

Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1693 – 1696.

Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1713 – 1721.

Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1730 - 1749.

Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1749 - 1768.

Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1767 - 1770.

Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1770 - 1787.

Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1788 - 1798.

Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba, 1802 - 1817.

Recibos emitidos à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Bartolomeu de Borba no ano de 1804.

BALDI, João José, *Missa em Ré Maior*, composição musical manuscrita para órgão datada de 1808

SILVA, José Marques e, *Vésperas do Santíssimo Sacramento*, composição musical manuscrita para órgão datada de 1808

Idem, *Matinas do Santíssimo Sacramento*, composição musical manuscrita para órgão datada de 1808.

Núcleo proveniente da Irmandade da Venerável Ordem Terceira de Borba

Escritura de doação e aceitação que fizeram as freiras do Convento de Nossa Senhora das Servas aos irmãos da Venerável Ordem Terceira, 16 de Julho de 1672.

Patente emitida à Venerável Ordem Terceira, 29 de Julho de 1676.

Livro Primeiro e Segundo das Recepções e Deposições dos Irmãos da Ordem Terceira, 1670 – 1716.

Livro único dividido em duas partes, a primeira das quais trata dos Capítulos Annuaes, Livro 532.

Livro da Receita e da Despesa da Venerável Ordem Terceira dos anos de 1674 a 1684.

Livro da Receita e da Despesa da Venerável Ordem Terceira dos anos de 1790 a 1898..

Arquivo da Direcção Regional dos Monumentos do Sul (ADRMS)

Processo do Castelo de Borba

Processo da Fonte das Bicas

Processo do Convento das Servas

BIBLIOGRAFIA

AA. VV., "Páginas de Borba", in Revista Transtagana, Ano I, N.º 10 – 11, Janeiro – Fevereiro de 1935, pp. 10 a 16.

AA. VV., *Arquitecturas na Raia 98 – Borba*, s.l., Arco Agüero S.L., 1999.

ABEL, António Borges, *Vilas de Fundação Medieval no Alentejo – contributos para o estudo da morfologia urbana*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora, Setembro de 1995.

ALMEIDA, Joaquim, *Roteiro dos monumentos militares portugueses*, vol. III, Lisboa, 1947.

ANSELMO, António Joaquim, *O Concelho de Borba*, Elvas, Typographia e Stereotypia Progresso, 1907.

AZEVEDO, Pedro A. de, "Extractos Archeológicos das "Memórias Parochiaes de 1758"" in *O Archeologo Português*, Vol. II, Lisboa Imprensa Nacional, 1896.

Idem, "Um inventário do século XIV" in VASCONCELLOS, J. Leite de (Redactor), *O Archeólogo Português*, Vol. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903.

BEIRANTE, M.^a Angela, "A Reconquista Cristã", in SERRÃO, Joel e MARQUES, António H. de Oliveira (dir.), *História de Portugal. Das invasões germânicas à "Reconquista"*, Lisboa, Editorial Presença, 1993, p.253-363.

BRANCO, João de Freitas, *História da Música Portuguesa*, 3^a Ed., Mem Martins, Publicações Europa América, 1995.

CAEIRO, Elsa Maria Moreira, *Estudo comparativo de conjunto urbanos situados na área de influência de Évora*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, Setembro de 1995.

CAETANO, Joaquim Oliveira, *Chafarizes de Lisboa*, Lisboa, Distri, 1991

CARVALHO, Ayres de, *As Obras de Santa Engrácia e os seus artistas*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1971.

CASTELO BRANCO, Fernando, "Aspectos da Casa Alentejana" in *Mensários das Casas do Povo*, N.º 129, Ano XI, Março de 1957, pp. 6 e 7.

- Idem, "A Arte do Ferro e a Casa Alentejana" in *Mensários das Casas do Povo*, Ano XII, N.º 136, Outubro de 1957, pp. 12 e 13.
- Idem, "Chaminés das casas de Borba" in *Mensário da Casa do Povo*, 1958.
- Idem, "Subsídios para a História de três edifícios alentejanos: O Paço episcopal de Elvas, A Câmara Municipal de Elvas, o Convento das Servas de Borba", separata de *Belas Artes*, N.º 31, 1977.
- CATARINO, Helena, "Castelos Muçulmanos do Algarve", in *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*, Lisboa, IPPAR, s.d., pp.449-456.
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain, *Dicionário dos Símbolos*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997
- CHUECA GOITIA, Hernando, *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1992
- COELHO, António Borges, *Inquisição de Évora*, 2 Vols., Lisboa, Editorial Caminho, 1987.
- COELHO, Maria Helena da Cruz e ARMANDO de Carvalho Homem, "Portugal em definição de fronteiras (1096-1325) – Do Condado Portucalense à crise do séc. XIV", in : *Nova História de Portugal*, dir.: SERRÃO, Joel e MARQUES, António H. de Oliveira, vol. III, Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- ENDEME, *Plano de Urbanização da Vila de Borba*, Vol. I – Memória Descritiva e Justificativa, Estudo policopiado, s.l., ENDEME consultores de Engenharia e Gestão S.A., s.d. (1996).
- Idem, *Plano Director Municipal*, Estudo policopiado, s.l., ENDEME consultores de Engenharia e Gestão S.A., s.d.
- Idem, *Plano Director Municipal – Património Arqueológico*, Estudo policopiado, Borba, Câmara Municipal, 1993 (=PDM).
- ESPANCA, Padre Joaquim, *Memórias da Vila Viçosa*, T. 1, Vila Viçosa, 1983.
- ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal*, Vol. 9 - Distrito de Évora, tomo I, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1978.
- FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, 3ª Ed., Lisboa, Bertrand Editora, 1987
- GABINETE TÉCNICO LOCAL DE BORBA, *O Barbo*, Boletim do Gabinete Técnico Local de Borba, 2000-2001, 4 números.
- Idem, *Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Antiga de Borba*, versão preliminar, policopiado apresentado à Comissão de Coordenação da Região Alentejo, 2001.
- Idem, *O Vinho e o Património: reflexos de uma cultura secular*, Borba, Câmara Municipal de Borba, 2001.

- Idem, *Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Antiga de Borba*, policopiado apresentado à Câmara Municipal de Borba e à Comissão de Coordenação da Região Alentejo, 12 vols, Setembro de 2002.
- GUERREIRO, J. Alcântara, *Galeria dos Prelados de Évora*, Évora, Gráfica Eborense, 1971.
- GOMES, Paulo Varela, *A Cultura Arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Editorial Caminho, 1988.
- Idem, *Arquitectura, Religião e Política em Portugal no século XVII: A Planta Centralizada*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001.
- KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã: entre as especiarias e os diamantes 1521 – 1706*, Lisboa, Vega, 1988.
- LAMEIRA, Francisco, “Os retábulos da Capela da Ordem Terceira” in *Monumentos*, n.º 17, Setembro de 2002, pp. 65 a 69.
- MARQUES, António H. de Oliveira, “Portugal na crise dos séculos XIV e XV”, in SERRÃO, Joel e MARQUES, António H. de Oliveira (dir.) *Nova História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- Idem, “O “Portugal” Islâmico”, in SERRÃO, Joel e MARQUES, António H. de Oliveira (dir.), *História de Portugal. Das invasões germânicas à “Reconquista”*, Lisboa, Editorial Presença, 1993, p. 121-249.
- MARTINS, Ana Cláudia e PAGARÁ, Ana, “Vale de Flores: espaço e construção” in *Pedra e Cal*, Ano II, N.º 8, Outubro-Dezembro 2000, pp. 34 a 36
- MURALHA, Pedro, (dir.), *Album Alentejano*, Lisboa, Imprensa Beleza, s.d.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000.
- PORTAS, Engº Leopoldo Barreiros, “Os Mármore de Vila Viçosa” in MURALHA, Pedro (dir.), *Album Alentejano*, Vol. II, Lisboa, Imprensa Beleza, s.d., pp. 480 a 481.
- PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal*, Vol. II: *Estremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927.
- RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas: subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Presença, 1982.
- REAU, Louis, *Iconografia del Arte Cristiano*, t. 2, vol. 4, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1997.
- REIS, Sebastião Martins dos, *Boletim da Junta Distrital de Évora*, 1965, N.º 6
- RIBEIRO, Ana, “Contributo para o conhecimento do povoamento rural romano no concelho de Borba: a villa da Cerca” in *Al-Madan*, Revista de Arqueologia, Centro de Arqueologia de Almada, n.º 11 (no prelo).

- ROSADO, António Filipe Rebola, *Testamentos do Concelho de Borba Existentes no Arquivo Distrital de Évora (séculos XVI – XIX) do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Borba*, policopiado inédito existente nos usuais do Arquivo Distrital de Évora, 1997.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. V, 2ª Ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1982.
- Idem, *O Marquês de Pombal, o homem, o diplomata e o estadista*, 2ª Ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987.
- SERRÃO, Vítor, “O Santo Cristo do Outeiro (1698-1739) e a Arquitectura de “Retorno a 1500” no tempo de D. João V” in *A Cripta História de Arte, Análise de obras de arte inexistentes*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- Idem, “Francisco Nunes Varela e as Oficinas de Pintura em Évora no século XVII” in *A Cidade de Évora*, II série, n.º 3, 1998 – 1999.
- SILVA, Pedro Nunes, *Contributos para a preservação de um lagar em Veiros – Estremoz, Estremoz*, Câmara Municipal de Estremoz / Junta de Freguesia de Veiros, 2001.
- SIMÕES, João Miguel, *A Fonte das Bicas, monografia histórico artística*, Lisboa, Colibri, 2002.
- TAVARES, Jorge Campos, *Dicionário de Santos*, 2ª Ed., Porto, Lello & Irmãos Editores, 1990.
- TAVARES, Maria José Ferro, *Os Judeus em Portugal no séc. XV*, vol. I, Lisboa, Dissertação de Doutoramento, 1982.
- TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida, *O Urbanismo Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- VALLECILLO TEODORO, Miguel Ángel, *Retablística Alto Alentejana (Elvas, Villaviciosa y Olivenza en los siglos XVII y XVIII)*, Mérida, Universidad de Extremadura, 1996.
- VIEIRA, Rui Rosado, *Centros Urbanos no Alentejo Fronteiriço: Campo Maior, Elvas e Olivença de inícios do século XVI a meados do século XVII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.